

# TRANSNACIONALIZAÇÃO PRODUTIVA E RESPOSTAS DO MUNDO DO TRABALHO



Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Universidade Federal da Paraíba

Publicação semestral do PPGS/UFPB  
58 - Janeiro/Junho de 2023  
ISSN 1517-5901 (online)

#### **CONSELHO EDITORIAL**

César Barreira (Brasil), Christian Azais (França), Cynthia Lins Hamlin (Brasil), Edgard Afonso Malagodi (Brasil), Emília Araújo (Portugal), Howard Caygill (Reino Unido), Frédéric Vandenberghe (Brasil), Jacob Carlos Lima (Brasil), Joanildo A. Burity (Brasil), José Arlindo Soares (Brasil), Julie Antoinette Cavignac (Brasil), Lee Jonathan Pegler (Holanda), Marie-France Garcia-Parpet (França), Paulo Henrique Martins (Brasil), Regina Novais (Brasil), Rubens Pinto Lyra (Brasil), Sandra J. Stoll (Brasil), Theophilos Rifiotis (Brasil), Vera da Silva Telles (Brasil), Zhou Zhiwei (China).

#### **EDITORIA**

Maurício Rombaldi, UFPB, Brasil  
Miqueli Michetti, UFPB, Brasil

#### **COMITÊ EDITORIAL**

Miqueli Michetti, UFPB, Brasil  
Maurício Rombaldi, UFPB, Brasil  
Sérgio Botton Barcellos (coordenador do PPGS) UFPB, Brasil  
Patrícia Alves Ramiro (vice-coordenadora do PPGS) UFPB, Brasil  
Roberto Vêras de Oliveira, UFPB, Brasil

#### **EDITORA-ASSISTENTE**

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista Fapesq-PB)

#### **ASSISTENTE EDITORIAL**

Iolivalda Lima Estrêla (Doutoranda PPGS/UFPB)

#### **REVISORA**

Ana Carolina Costa Porto (Bolsista Fapesq-PB)

#### **DESIGN GRÁFICO**

Projeto gráfico da capa: Sérgio Estrêla Júnior  
Banco de imagens: <https://unsplash.com/photos/2vPGGOU-wLA>  
Diagramação: Brunos Gomes

A apresentação de colaborações e os pedidos de permuta e/ou compra devem ser encaminhados ao PPGS/UFPB:  
Universidade Federal da Paraíba – Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – Bloco V – Campus I – Cidade Universitária CEP 58.051-970 –  
João Pessoa – Paraíba – Brasil – Telefax (83) 3216 7204 - E-mail: [politicaetrabalho@gmail.com](mailto:politicaetrabalho@gmail.com)

# **POLÍTICA & TRABALHO**

**Revista de Ciências Sociais**

**Publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
da Universidade Federal da Paraíba  
(Campus I - João Pessoa)**

**Número 58**

**Janeiro/Junho de 2023**

**ISSN 1517-5901 (online)**



## UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitor: Valdiney Gouveia

Vice-Reitora: Liana Filgueira

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa: Fernando Guilherme Perazzo Costa

### CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Mônica Nóbrega

Vice-Diretor: Rodrigo Freire

### PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Coordenador: Sérgio Botton Barcellos

Vice-coordenadora: Patrícia Alves Ramiro

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPB  
indexação



Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho está licenciada  
com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.  
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte PPGS/UFPB.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central - Campus I - Universidade Federal da Paraíba

R449 Revista Política e Trabalho / Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia – Vol. 1, n. 58 (jan./jun. 2023). João Pessoa, 2023.  
318p.  
1517-5901 (online)-1. Ciências Sociais. 2. Política. 3. Trabalho.

UFPB/BC

CDU: 32

## SUMÁRIO

9 Editorial

### DOSSIÊ

#### TRANSNACIONALIZAÇÃO PRODUTIVA E RESPOSTAS DO MUNDO DO TRABALHO

- 12 APRESENTAÇÃO: GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E LUTAS SOCIAIS – balanço e perspectivas | *Leonardo Mello e Silva, Katiuscia M. Galhera, Ricardo Framil Filho*
- 25 MULHERES, MIGRANTES, MILITANTES: Tecendo redes globais de cuidados no setor do trabalho doméstico em São Paulo | *Jana Silverman*
- 41 REDES SINDICAIS METALÚRGICAS NO BRASIL: estudo de caso da rede Arcelor-Mittal | *Renata Gnoli Paneque, Sidney Jard da Silva*
- 60 REDES SINDICAIS INTERNACIONAIS: uma estratégia de resistência ao poder das multinacionais | *Ariella Araujo Silva*
- 77 REESTRUTURAÇÃO GLOBAL E DESEMPREGO LOCAL: fechamento de fábricas da Ford e ação sindical no Brasil | *Filipe Augusto Freitas Melo*
- 96 COMERCIANTES DE COMMODITIES E CADEIAS DE SUPRIMENTOS (SOJA) SUSTENTÁVEIS | *Stefan Voicu, Lee Pegler*
- 115 LUCROS, GREVES E SALÁRIOS: a grande burguesia industrial pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil | *Pedro Micussi, Thiago Aguiar*
- 135 SOBREPOSIÇÃO VERSUS DESLOCAMENTO: Teorias das Mudanças Institucionais Graduais e Transformação dos Regimes de Bem-Estar no Brasil e no México, 1980-2010 | *Scott B. Martin*

### ARTIGOS

- 158 REPENSANDO O TRABALHO INFORMAL E REPRODUTIVO: Questionamentos para uma Política Marxista do Trabalho | *Jörg Nowak*

- 182 “EU TRABALHO CUIDANDO DELA. ESSE É O MEU EMPREGO DE 24 POR 7”:  
trajetórias de vidas de mães de pessoas com síndrome de Down | *Marina de Faria*
- 198 FEMINISMO LIBERAL E MULHERES NO MERCADO DO TRABALHO FORMAL  
– uma análise do discurso | *Maria Clara Fonseca Pacheco, Rafael De Tilio*
- 217 MULHERES NA DIREÇÃO: as condições de trabalho das motoristas que utilizam pla-  
taformas digitais na Paraíba | *Rejane Gomes Carvalho, Marcella da Silva Mello, Jaldes  
Reis de Meneses*
- 237 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE ENTREGADORES POR APLICATI-  
VOS NO DISTRITO FEDERAL | *Ricardo Colturato Festi, Raphael Santos Lapa, Bruna  
Vasconcelos de Carvalho*
- 252 POR QUE AS PRESCRIÇÕES DOS RELATÓRIOS DO DESENVOLVIMENTO HU-  
MANO (PNUD/ONU) SÃO IRREALIZÁVEIS QUANDO COTEJADAS COM AS  
PROPOSIÇÕES DE CELSO FURTADO? | *Maria José de Rezende*

#### **ENTREVISTAS**

- 269 TEORIA SOCIAL, CAPITALISMO GLOBAL E CRISE DA HUMANIDADE: uma en-  
trevista com William I. Robinson | *Thiago Aguiar*
- 285 A TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA NO MÉXICO: uma entrevista  
com Jorge Carrillo Viveros | *Raphael Jonathas da Costa Lima, João Dulci*

#### **TRADUÇÃO**

- 302 POR QUE OS TRABALHADORES DE ANTIGAS REGIÕES INDUSTRIAIS DA GRÃ-  
-BRETANHA VOTARAM PELO BREXIT? Breves traços de história social e política do  
trabalho (Tradução do texto de Huw Beynon e Ray Hudson) | *Leonardo Mello e Silva*

#### **RESENHA**

- 311 SOMOS REDES: Tecnologia, modulação e o capitalismo de extrativismo digital | *An-  
dressa Lidicy Morais Lima*

## CONTENTS

- 9 Editorial

### DOSSIER

#### LABOR RESPONSES TO TRANSNATIONALIZATION OF PRODUCTION

- 12 PRESENTATION: GLOBALIZATION, LABOR, AND SOCIAL STRUGGLES –  
Overview and perspectives | *Leonardo Mello e Silva, Katuscia M. Galhera, Ricardo Framil Filho*
- 25 WOMEN, IMMIGRANTS, ACTIVISTS: Constructing Global Care Networks in the  
Domestic Work Sector in Sao Paulo | *Jana Silverman*
- 41 METALLURGICAL UNION NETWORKS IN BRAZIL: case study of the ArcelorMittal  
network | *Renata Gnoli Paneque, Sidney Jard da Silva*
- 60 INTERNATIONAL UNION NETWORKS : as a strategy of resistance to the power of  
mncs | *Ariella Araujo Silva*
- 77 GLOBAL RESTRUCTURING AND LOCAL UNEMPLOYMENT: ford plant closures  
and union action in Brazil | *Filipe Augusto Freitas Melo*
- 96 COMMODITY TRADERS AND SUSTAINABLE (SOY) SUPPLY CHAINS | *Stefan Voicu, Lee Pegler*
- 115 PROFITS, STRIKES AND WAGES: the entrepreneurs in large industry for the approval  
of the labor reform in Brazil | *Pedro Micussi, Thiago Aguiar*
- 135 LAYERING VERSUS DISPLACEMENT: Theories of Gradual Institutional Changes  
and Welfare Regime Transformation in Brazil and Mexico, 1980-2010 | *Scott B. Martin*

### ARTICLES

- 158 RETHINKING INFORMAL AND REPRODUCTIVE WORK: Questions for a Marxist  
Politics of Labour | *Jörg Nowak*

182 “I WORK TAKING CARE OF HER. THIS IS MY 24 BY 7 JOB”: life trajectories of mothers of people with Down Syndrome | *Marina de Faria*

198 LIBERAL FEMINISM AND WOMEN IN THE FORMAL LABOUR MARKET – a discourse analysis | *Maria Clara Fonseca Pacheco, Rafael De Tilio*

217 WOMEN DRIVING: the working conditions of drivers who use digital platforms in Paraíba | *Rejane Gomes Carvalho, Marcella da Silva Mello, Jaldes Reis de Meneses*

237 WORKING AND HEALTH CONDITIONS OF DELIVERY APP WORKERS IN THE FEDERAL DISTRICT, BRAZIL | *Ricardo Colturato Festi, Raphael Santos Lapa, Bruna Vasconcelos de Carvalho*

252 WHY ARE THE PRESCRIPTIONS OF THE HUMAN DEVELOPMENT REPORTS (UNDP/UN) UNREALIZABLE WHEN COMPARED TO CELSO FURTADO’S PROPOSITIONS? | *Maria José de Rezende*

#### **INTERVIEWS**

269 SOCIAL THEORY, GLOBAL CAPITALISM AND THE CRISIS OF HUMANITY: an interview with William I. Robinson | *Thiago Aguiar*

285 THE HISTORY OF THE AUTOMOTIVE INDUSTRY IN MEXICO: an interview with Jorge Carrillo Viveros | *Raphael Jonathas da Costa Lima, João Dulci*

#### **TRANSLATION**

302 WHY DID THE WORKERS IN BRITAIN’S OLD INDUSTRIAL REGIONS VOTE FOR BREXIT? Short Glimpses on Social and Political History of Work (Huw Beynon and Ray Hudson) | *Leonardo Mello e Silva*

#### **REVIEW**

311 WE ARE NETWORKS: Technology, modulation and the capitalism of digital extractivism | *Andressa Lidicy Morais Lima*



## EDITORIAL

---

Maurício Rombaldi\*

Miqueli Michetti\*

É com entusiasmo que a Revista Política & Trabalho publica seu número 58. Para esta edição, a P&T conta com o dossiê intitulado “Transnacionalização produtiva e respostas do mundo do trabalho”, minuciosamente organizado e apresentado pelos colegas Leonardo Mello e Silva, Katiuscia M. Galhera e Ricardo Framil Filho. O referido dossiê é constituído por sete artigos inéditos, uma entrevista e uma tradução, destinados a abordar experiências no mundo do trabalho globalizado, com especial atenção à internacionalização das lutas trabalhistas travadas por sindicatos e outras formas de organização no Brasil. Para além das contribuições trazidas pelos trabalhos congregados no dossiê, o presente número da revista conta com seis artigos de fluxo contínuo, mais uma entrevista e uma resenha.

O primeiro artigo de fluxo contínuo trata de um tema central ao debate sobre o trabalho no mundo contemporâneo: a existência de formas laborais distintas do trabalho assalariado livre e suas contradições. No estudo intitulado “Repensando o trabalho informal e reprodutivo: questionamentos para uma política marxista do trabalho”, Jörg Nowak propõe restabelecer a precisão analítica dos conceitos de trabalho informal e trabalho reprodutivo – que, segundo ele, tornaram-se difusos ao longo do tempo – pensando em contribuições para o debate à luz de um enfoque marxista.

Na sequência, no estudo “Eu trabalho cuidando dela. Esse é o meu emprego de 24 por 7: trajetórias de vidas de mães de pessoas com síndrome de Down”, Marina de Faria propõe uma análise sobre um tema ainda carente de pesquisas no campo da sociologia do trabalho brasileira, a dizer, estudos sobre o trabalho no âmbito do cuidado de pessoas com deficiência. Por meio de pesquisa empírica realizada junto a mães de pessoas com síndrome de Down no Brasil e em Portugal, o estudo propõe reflexões sobre a conformação de identidades e trajetórias ocupacionais na sua relação com as atividades de cuidado.

Em seguida, dois artigos abordam relações de gênero e trabalho para tratar de desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo. Na pesquisa “Feminismo liberal e mulheres no mercado do trabalho formal – uma análise do discurso”, Maria Clara Fonseca Pacheco e Rafael De Tilio contribuem com os estudos sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho formal a partir da análise de discursos vinculados àquela vertente do feminismo. Já em “Mulheres na direção: as condições de trabalho das motoristas que utilizam plataformas digitais na Paraíba”,

---

\* Editores da Revista Política e Trabalho. Professores da Universidade Federal da Paraíba.

Rejane Gomes Carvalho, Marcella da Silva Mello e Jaldes Reis de Meneses refletem sobre como o trabalho desenvolvido por meio de aplicativos aprofunda as desigualdades de gênero, na medida em que as mulheres buscam estratégias de inserção profissional que conciliem múltiplas atividades no âmbito do trabalho reprodutivo e produtivo.

Na sequência, outro estudo trata do trabalho por aplicativos, sob um viés distinto: o artigo “Condições de trabalho e saúde de entregadores por aplicativos no Distrito Federal”, de autoria de Ricardo Colturato Festi, Raphael Santos Lapa e Bruna Vasconcelos de Carvalho, vale-se da análise de entrevistas realizadas com entregadores e entregadoras por aplicativos e de manifestações organizadas por esses profissionais na busca de melhores circunstâncias de trabalho, bem como de dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Contínua (PNADC) para demonstrar que as precárias condições de trabalho e a falta de leis protetivas expõem os entregadores a maiores riscos de acidentes e adoecimentos.

Já o artigo intitulado “Por que as prescrições dos relatórios do desenvolvimento humano (PNUD/ONU) são irrealizáveis quando cotejadas com as proposições de Celso Furtado?”, elaborado por Maria José de Rezende, avalia que há consequências políticas expressivas derivadas de diferentes maneiras de se abordar o desenvolvimento social.

O número da revista finaliza com uma importante entrevista concedida por Jorge Carrillo a Raphael Jonathas da Costa Lima e João Dulci, na qual o professor do *Colegio de la Frontera Norte*, no México, recupera a trajetória da indústria automotiva mexicana a partir da lógica de implantação das indústrias maquiladoras na fronteira do México com os Estados Unidos. Diante desse rico material, não há como deixar de pensar também o Brasil, quando se observam determinadas características regionais mexicanas, tais como a forte subcontratação e o uso regular de mão de obra de baixo custo, situações amplificadas a partir da Reforma Trabalhista implementada no México.

Além disso, este número da P&T conta com a resenha do livro “A sociedade do controle: manipulação e modulação nas redes digitais”, uma coletânea organizada por Joyce Souza, Rodolfo Avelino e Sérgio Amadeu da Silveira, publicada em 2019 pela editora Hedra. Conforme observa a resenhista Andressa Lidicy Moraes Lima, a obra tem o mérito de situar e reunir um conjunto de conceitos pertinentes à investigação do tema do processo de “modulação” de comportamentos e opiniões por meio de plataformas que utilizam dispositivos algorítmicos. Segundo ela, o livro se constitui como um convite irrecusável à reflexão sobre os usos que as plataformas digitais têm feito de nossos dados e de nós mesmos.

Boa leitura!

# Dossiê

## Transnacionalização produtiva e respostas do mundo do trabalho

**APRESENTAÇÃO:**  
**GLOBALIZAÇÃO, TRABALHO E LUTAS SOCIAIS –**  
**balanço e perspectivas**

**PRESENTATION :**  
**GLOBALIZATION, LABOR, AND SOCIAL STRUGGLES –**  
***Overview and perspectives***

---

Leonardo Mello e Silva (USP)

Katiuscia M. Galhera (UNESP-Marília)\*

Ricardo Framil Filho (USP)

Este dossiê deve ser visto em continuidade a um empreendimento de pesquisa e reflexão que começou há cerca de dez anos. Ele integra a atividade do grupo de pesquisa **Globalização, Trabalho e Lutas Sociais**<sup>1</sup> e se dedica a questões relacionadas às experiências sociais do trabalho na era da globalização, com destaque para a internacionalização das lutas trabalhistas organizadas por sindicatos e outras formas de representação do trabalho no Brasil. Quatro contribuições vão explicitamente nessa direção, passando por temas como as redes sindicais internacionais, as redes globais de produção e suas formas emergentes de regulação (ou governança) e os Acordos Marco Globais (AMGs): são os artigos de Ariella Araujo Silva, de Filipe Augusto Freitas Melo, de Jana Silverman e de Renata Gnoli Peneque e Sidney Jard da Silva. Duas contribuições enriquecem o quadro, focando em aspectos institucionais das relações industriais: a de Thiago Aguiar e Pedro Micussi e a de Scott Martin. Por fim, a contribuição de Stefan Valentin Voicu e Lee Pegler aborda uma perspectiva voltada às cadeias globais de valor, especificamente *global production networks*. Dessa forma, procura-se oferecer um panorama amplo dos tópicos que envolvem a transnacionalização da produção (inclusive seus aspectos políticos), os efeitos sobre o mundo do trabalho e as respostas que esse último encontra para fazer face aos desafios que ela impõe. Uma tradução – de artigo de Huw Beynon e Ray Hudson – e uma entrevista – realizada por Thiago Aguiar com William Robinson –, ambas preparadas especialmente para este número, completam o repertório com autores de referência no debate internacional.

---

\* A autora agradece a bolsa do edital PROPe – Unesp (13/2022) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Unidade Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus Marília.

<sup>1</sup> O grupo está listado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa Tecnológica (CNPq) - <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/>

As contribuições dedicadas às formas emergentes de internacionalismo dos/as trabalhadores/as confirmam a pertinência da agenda proposta, que dá continuidade a preocupações temáticas desenvolvidas já há algum tempo (MELLO E SILVA, 2008; 2011; MELLO E SILVA; FRAMIL FILHO; FRESTON, 2015a, 2015b), mas deixamos propositalmente em aberto neste texto de apresentação, como um desafio prospectivo, se essa pertinência se sustenta ainda em meio às transformações em curso no mundo real, e diante do deslocamento dos assuntos priorizados pela sociologia do trabalho em anos recentes. Exemplo de elemento complicador de tal agenda é o caso da temática da adesão da classe trabalhadora, industrial ou não, às ideias defendidas por conservadores, assim como o da “classe global” e suas divisões, marcadas por formas muito diversas de incorporação do trabalho às redes globais de produção (esse parece mais compatível com o enquadramento proposto à primeira vista, mas um olhar cuidadoso revela as dificuldades das estruturas de representação estabelecidas e dos enquadramentos teóricos tradicionais nessa seara). A sombra da “des-globalização” nos últimos anos ronda como um desafio inconveniente a pauta bem estabelecida dos estudos sobre o trabalho global.

Convém adotar certa cautela com a suposta novidade desses acontecimentos, que têm antecedentes históricos relevantes, mas fenômenos como o voto da classe trabalhadora na direita parecem ecoar um mal-estar generalizado, um sentimento difuso de que as velhas estruturas sindicais já não respondem às novas formas de organização do trabalho – flexível, descentralizado, por conta própria – ao mesmo tempo em que as lutas coletivas não desaparecem e podem ser atraídas por novas lealdades políticas diferentes dos tradicionais apelos da esquerda, o que escapa ao otimismo inicial acerca do potencial democrático e renovador das lutas orientadas pelo movimento antiglobalização, lido ao redor do século como embrião de uma “globalização contra-hegemônica” (EVANS, 2000). O dossiê tem, pois, duas faces: uma de consolidação de um certo programa de pesquisa, esforço coletivo que dialogou com uma tendência internacional dos *labor studies* nas últimas duas décadas, e a outra de introdução de elementos complicadores àquela agenda, estendendo a análise a novas questões. Dessa maneira, a organização do dossiê cobre um amplo espectro de questões e, a despeito da aparente fragmentação temática, há uma articulação entre as contribuições dos autores, dependendo da combinação que o/a leitor/a quiser promover entre elas.

### **Um breve balanço do tema**

Quando se trata da internacionalização da organização coletiva de trabalhadores, é inevitável que se remeta às tradições do internacionalismo operário, que comportam notável diversidade. Para além dos estudos especializados, a referência mais usual continua a ser aquela trilhada pelas internacionais socialistas que, a partir de março de 1864, com a fundação Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), reuniu (e, posteriormente,

dividiu) comunistas, anarquistas e outras correntes socialistas, nacionalistas e republicanas em uma longa, tormentosa e rica história, não apenas organizativa, mas sobretudo política, cujos desdobramentos se estendem até hoje. Sem prejuízo a esse internacionalismo político e revolucionário que se combinou com novas tendências e formas políticas, como os movimentos antiglobalização, as possibilidades abertas pela globalização fizeram com que se despertasse interesse em um tipo de internacionalismo tradicionalmente relegado ao segundo plano – um internacionalismo propriamente “sindical” que, a despeito da relativa marginalidade que ocupou nos debates teóricos na maior parte do século passado, se estabeleceu ainda em fins do século XIX.

Tradicionalmente, o sindicalismo internacional pós-AIT adotou uma estrutura federativa e, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, se subordinou em maior ou menor grau às afinidades geopolíticas de seus filiados nacionais, além de se especializar em atividades ligadas ao *lobbying* em organismos multilaterais, sobretudo a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em anos recentes, dois fenômenos renovaram o interesse despertado por esse tipo de ação. Em primeiro lugar, o contexto político do pós-Guerra Fria tornou menos relevantes as rivalidades políticas características do período anterior, o que ensejou um processo de reorganização cuja expressão mais notável – embora não a única – foi a fundação da Central Sindical Internacional (CSI), em 2006. Ao mesmo tempo, a difusão do acesso a novas tecnologias de informação e comunicação, destacadamente a internet, fez com que a articulação internacional se tornasse tecnicamente muito mais simples. No caso dos sindicatos, as novas “práticas transnacionais” foram vistas sobretudo como um caminho para superar um internacionalismo “diplomático” (ROMBALDI, 2012) e distante dos/as trabalhadores/as para promover um transnacionalismo efetivamente enraizado, capaz de se conectar diretamente às questões que emergem dos locais de trabalho (FRAMIL FILHO; MELLO E SILVA, 2023). Sobre esse pano de pano de fundo, é possível distinguir duas possibilidades principais. Na primeira, o chamado sindicalismo internacional “oficial” buscou se transformar em “sindicalismo global”, hibridizando a organização em rede com as estruturas hierárquicas tradicionalmente estabelecidas. Paralelamente, iniciativas diversas, por dentro e por fora dos sindicatos oficialmente reconhecidos, escapam às estruturas formais existentes, preferindo depositar as suas energias na organização pela base, buscando fincar a sua efetividade nas experiências de organização e luta que são comuns às diversas categorias em territórios diversos do mapa geopolítico convencional. Fortemente dependentes da mobilização e da desconfiança em relação às estruturas “burocráticas” imputadas à chamada “diplomacia sindical”, exemplar de iniciativas de articulação internacional alternativa é o que foi observado entre os entregadores contratados por aplicativos recentemente, tanto no Brasil (TONELO; MELLO E SILVA; FRAMIL FILHO, 2022) quanto na Argentina (MIGUEZ; MENENDEZ, 2021).

No todo, um elemento interessante da produção teórica sobre o sindicalismo global (e mesmo sobre o “novo internacionalismo operário” em sentido mais amplo) é que muito da análise se concentrou sobre experiências vinculadas a um tipo específico de organização: as

Federações Sindicais Globais (FSGs), internacionais setoriais dedicadas a indústrias ou categorias ocupacionais específicas. Essa tendência é reforçada pela composição do dossiê: todas as quatro contribuições que tratam diretamente de experiências de articulação internacional se referem a ações e movimentações de que participaram entidades desse tipo. O interesse pelas FSGs remete em grande medida ao fato de que, muito embora elas estejam há muito posicionadas entre as estruturas “oficiais” do sindicalismo internacional, no contexto da globalização elas buscaram se aproximar de novidades como a organização em rede e o transnacionalismo enraizado, sobretudo quando buscaram organizar trabalhadores e sindicatos empregados pelas mesmas empresas transnacionais (ETNs) em diferentes partes do mundo. No dossiê, três contribuições tratam da articulação em rede no âmbito dessas companhias.

Dado o peso que essa questão assumiu na composição do dossiê, podemos tomá-lo como um ponto de partida para, em seguida, buscar seus pontos de contato com as demais contribuições. Ecoa nessas reflexões uma hipótese cara aos idealizadores pioneiros do chamado “novo internacionalismo operário”: a de que grandes ETNs ofereceriam, simultaneamente, uma cartografia para a difusão de alianças sindicais transnacionais (na forma das redes produtivas por elas coordenadas) e alvos comuns capazes de unificar lutas geograficamente dispersas (os centros globais de decisão corporativa). Nesse sentido, Ariella Araújo Silva (2023) considera que “a ação local desvinculada de uma ação de solidariedade mais ampla, seja em relação às fábricas do mesmo país ou de uma mesma região” limita as chances de sucesso da ação sindical. Já Renata Gnoli Paneque & Sidney Jard da Silva (2023) destacam que as ETNs tiram proveito do descompasso entre a natureza imediatamente local da representação sindical e o caráter global do alcance corporativo em desfavor dos/as trabalhadores/as, de maneira que as redes aparecem como uma maneira de desafiar a dicotomia entre o local e o global. Filipe Augusto Freitas Melo (2023), por sua vez, argumenta que “a construção das redes sindicais globais” pode ser “uma alternativa para que os trabalhadores sejam menos dependentes de conjunturas políticas nacionais para erigir formas de regulação do capitalismo global”, embora reconheça o descompasso das relações de poder entre os dois polos.

Destaca-se, neste ponto, a convergência entre os trabalhos mencionados no que diz respeito à conceptualização das relações entre “local” e “global”. Em sintonia com o estado da arte na produção teórica sobre as redes internacionais, que incorporou o debate oriundo da geografia social acerca das relações de escala, todos eles recorrem a uma conceptualização sofisticada da relação entre o local e o global, que reconhece o caráter contestado da produção social dessas escalas e sugere a centralidade de uma sensibilidade analítica multiescalar. Imediatamente, esse enquadramento permite caracterizar adequadamente a natureza das redes sindicais em ETNs (e do chamado “sindicalismo global” em termos mais gerais), desarmando de antemão expectativas usuais, baseadas num modelo de organização internacional vertical e hierárquico. Na prática, os novos sindicatos globais por trás das redes sindicais em ETNs são entidades relativamente frágeis que, usualmente, dependem da cooperação das estruturas

de representação sindical previamente estabelecidas em diferentes âmbitos (representantes nos locais de trabalho, sindicatos locais ou nacionais, federações e confederações sindicais etc.). O sindicato global aparece, sobretudo, como um promotor ou articulador de alianças voluntárias entre poderes sindicais independentes que preservam suas prerrogativas. Não se trata, portanto, de advogar pela superioridade da organização em rede em sentido abstrato, mas do reconhecimento muito prático de que, concretamente, o “sindicalismo global em rede”, pelo menos até aqui, não parece destinado a superar ou substituir as hierarquias e demarcações tradicionalmente estabelecidas; na realidade, ele se **acomoda** a elas. Essa constatação, enfim, leva essas contribuições a enfatizarem as limitações desse tipo de experiência. O argumento é apresentado de forma direta por Paneque & Jard da Silva (op. cit.), que definem a relação entre as redes e a estrutura sindical brasileira nos termos de uma “dualidade”, já que “ao mesmo tempo em que são criadas com a possibilidade de transpor esses limites, promove[r] intercâmbio de informações e a possibilidade da construção de uma pauta coletiva”, enfrentam “dificuldades em sua construção interna justamente por causa dessa mesma estrutura sindical fragmentada”; limitações similares aparecem discutidas também pelas outras contribuições dentro dessa perspectiva temática específica do sindicalismo internacional, que é a das redes sindicais.

Outra convergência manifesta entre esses trabalhos mencionados acima é que eles tratam, majoritariamente, de trabalhadores e sindicatos metalúrgicos no Brasil. É verdade que as características discutidas, ainda que com certas particularidades, aparecem também em outros setores de atividade e, de fato, o modelo estabelecido pelo sindicalismo metalúrgico (que se desenvolveu em contato próximo com a experiência de outras categorias industriais, como os trabalhadores da indústria química) foi influente sobre a política de redes em ETNs em geral, tanto no Brasil quanto em termos globais, mas essa não é a única forma possível de “novo internacionalismo”. Em relação a isso, a contribuição de Jana Silverman (2023) enriquece o dossiê. A autora nos apresenta a experiência de trabalhadoras domésticas migrantes em São Paulo e narra os esforços para organizar e mobilizar trabalhadoras numa atividade tradicionalmente pouco permeável às formas tradicionais de representação sindical. A figura do sindicato não desaparece e mesmo o sindicalismo global se faz presente numa forma facilmente reconhecível (representado pela Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas), mas não se pode contar com estruturas sindicais enraizadas de partida e destaca-se o papel de entidades de diferentes tipos na tentativa de organizar essas trabalhadoras. Desta forma, o artigo traz outro olhar ao chamar atenção ao poder associativo de trabalhadoras de cuidado em relações difusas Sul-Sul e ao trazer, para o corpo de estudos sobre de redes sindicais no Brasil, elementos de interseccionalidade (como gênero, raça e classe).

Isso nos leva a importantes debates no campo dos estudos do trabalho, cujas vertentes críticas têm privilegiado em anos recentes, ainda que não de forma unilateral, a análise de experiências de trabalhadores precários frequentemente desprovidos de representação sindical. Neste sentido, tomaram corpo estudos sobre plataformização, uberização e *gig economy*, o



que coloca em xeque tanto a exclusividade dos sindicatos como modelo organizativo quanto a centralidade dessas entidades como pontos de partida preferenciais para a realização de pesquisas empíricas. Em termos teóricos, tem sido destacada a importância de se considerar a diversidade das formas de ‘comoditização’ e exploração do trabalho, que nem sempre se conformam ao trabalho assalariado tal como usualmente entendido (dito, em algumas versões, como sendo o “trabalho típico”). Parece claro que a preocupação em ampliar o alcance da análise e corrigir o desequilíbrio da reflexão teórica orientada por diferentes experiências do trabalho em meio à globalização é plenamente justificada. Essa possibilidade é ocasionalmente levantada por trabalhos que tratam das FSGs, mas em geral se reconhece que essas entidades permanecem dependentes dos poderes sindicais constituídos. É preciso, assim, fortalecer os esforços de pesquisa sobre articulações por fora dos sindicatos legalmente reconhecidos, ou que os incluam, mas que vão além deles.

Diríamos, em termos abertos, que esse tipo de reconhecimento não deve levar ao abandono dos espaços tradicionais de investigação. Afinal, os artigos mencionados mostram que mesmo categorias há muito investigadas têm enfrentado novos desafios e passado por transformações relevantes, ao mesmo tempo em que se desenvolvem movimentos entre grupos relativamente subapreciados pela produção teórica tradicional. O fundamental, nos parece, é que sejamos capazes de considerar essas dinâmicas conjuntamente. Nesse sentido, o artigo de Melo (op. cit.) mostra que mesmo no caso de um sindicalismo forte e bem-organizado, que havia estabelecido estruturas internacionais pioneiras, a reestruturação global leva ao desemprego **local**, notando que “funcionários diretos e indiretos que perderam seus empregos não necessariamente conseguem se recolocar em funções similares, tampouco no mesmo setor” – por mais sólidas que possam parecer os avanços de grupos específicos, a reabsorção pelo mercado de trabalho em sentido amplo continua a ser uma ameaça. Da mesma maneira, os avanços de trabalhadores e sindicatos relativamente mais protegidos é relevante para caracterizar o horizonte que se dispõe aos trabalhadores excluídos desses arranjos.

Portanto, convém não distanciar demais o debate sobre o novo internacionalismo da discussão sobre a organização contemporânea do trabalho, em suas vertentes sindicais e não sindicais, em âmbito local e nacional. Parece claro que qualquer reorganização de fôlego deverá enfrentar as divisões estabelecidas nacionalmente entre diferentes grupos de trabalhadores e suas formas de representação. É interessante notar, não obstante, que os estudos sobre experiências internacionais podem ter muito a dizer sobre o que está em jogo nesses esforços de reorganização. Por meio da cooperação internacional, ideias vindas de fora têm sido relevantes para a atuação de sindicatos locais no Brasil – a influência dos discursos europeus de diálogo e concertação social é bem conhecida, em particular no sindicalismo industrial, enquanto no setor de serviços estratégias sindicais inspiradas nas lutas norte-americanas (o paradigma do *organizing*) têm deixado a sua marca. Em pesquisa realizada sobre as redes sindicais globais no Brasil (MELLO E SILVA; FRAMIL FILHO; FRESTON, 2015a; FRAMIL FILHO; MELLO E SILVA, 2019;

FRAMIL FILHO; GALHERA; MELLO E SILVA, 2021; VIEIRA; JUNCAL; MELLO E SILVA, 2020) foi possível identificar certos padrões de ação sindical. Enquanto os setores industriais (manufatura e químico) inclinavam-se para o modelo mais institucionalizado da concertação tripartite e do diálogo social, o setor de serviços, com toda a sua diversidade intrínseca, recorria mais intensamente ao método *organizing*. A exceção ficava por conta dos bancários – mas não inteiramente, pois, por mais que se alinhasse com o modelo “industrial” no tocante à negociação coletiva e à institucionalização da representação, por outro lado também lançava mão do método *organizing* em seu esforço de alcançar novos membros e em atualizar as demandas corporativas num sentido de atrair o interesse de uma parcela jovem e sem o histórico de lutas da categoria gravado em sua experiência de trabalho, além de colocar em xeque as fronteiras “de categoria” ao lutar pelo direito de representar trabalhadores terceirizados. Aliás, esse parece ser o grande ponto de irradiação a partir do qual o método disseminado pelo *Solidarity Center* da *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) se mostrou persuasivo para as lideranças brasileiras: o de que ele incide com sucesso entre a parcela da força de trabalho que se mostra avessa, a princípio, à cultura operária tradicional, seja por razões geracionais, seja pela participação precária (principalmente pelo caráter de informalidade e atipicidade do contrato) no mercado de trabalho, o que a afasta da organização e mobilização dos/as trabalhadores/as formais e protegidos pela legislação.

Naturalmente, a tradução periférica de ideias “importadas” implica tensões e incorporações seletivas, isto é, não se trata de uma reprodução imediata dessas estratégias. Seja como for, e a despeito de todas as peripécias sofridas pela organização internacional dos/as trabalhadores/as do lado de sua auto-organização, ao longo da história é notável a convergência, ao menos do sindicalismo hegemônico, com a chamada pauta OIT, tendo os sindicatos europeus e a social-democracia como os principais pilares de sua disseminação como horizonte normativo, sobretudo quando se trata do tratamento a ser dispensado ao sindicalismo do Sul Global – com efeito, organizações sindicais do Sul frequentemente enxergam em organizações do Norte um caminho para consolidar a solidariedade internacional, ao mesmo tempo em que têm recursos limitados para processos importantes de tomada de decisões, o que Mark Anner (2007) denomina de paradoxo do internacionalismo trabalhista. As relações industriais de tipo europeu, ou seja, a relação entre capital e trabalho em firmas cuja origem do capital é europeia, em geral são consideradas mais pró-sindicatos do que as relações industriais de tipo norte-americano, onde as relações entre patrões e empregados são vistas como mais hostis aos sindicatos (CROUCHER; COTTON, 2009, p. 58). Como indicamos, porém, justamente por isso a experiência dos sindicatos norte-americanos tem sido julgada útil entre sindicatos brasileiros que se deparam com desafios similares.

Quando se trata de América Latina, o cenário é mais complexo, pois a persistência de traços do corporativismo de Estado – o qual pode ser identificado algumas vezes com o “populismo” – manteve – em especial quanto à normatividade jurídica das relações industriais

– elementos que lembram a proteção típica do modelo europeu (por exemplo, a extensão dos resultados da negociação coletiva como uma norma autorizativa de status idêntico à lei, além da exigência de acordos e convenções regulares entre as partes), embora sem a sua extensão consequente (por exemplo, o reconhecimento das comissões de fábrica e da representação por local de trabalho). A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no Brasil, objeto de interpretações e análises díspares e polêmicas, passou por considerações que foram da crítica exacerbada à contemporização realista diante dos efeitos reconhecidos da flexibilização e desestruturação do mundo do trabalho, e é um bom apanhado daquela complexidade a que se fez referência. Hoje ela pode aparecer como um horizonte de formalização diante do espectro do desmonte das leis do trabalho, cuja última “reforma” empreendida pelo Governo Temer fornece um parâmetro inquestionável.

Há um aspecto que merece ser considerado quando se analisa as políticas de concertação social oriundas da vertente europeia ou social-democrata: trata-se da relação entre a “boa imagem” da empresa vendida, por exemplo, pelos selos de certificação – sejam eles os códigos de conduta, a Responsabilidade Social Corporativa, ou os Acordo Marco Globais<sup>2</sup> – e o interesse corporativo em preencher os requisitos “éticos” exigidos por fundos de investimento com participação acionária nas empresas, um problema que tem ganhado relevância com o capitalismo de dominância financeira que inaugura uma nova “governança” nas companhias transnacionais com presença econômica relevante no mercado. Ter o “nome sujo” pode trazer sérias implicações em termos de valorização de ativos móveis, procura do consumidor, lide com *stakeholders* e etc., e isso envolve certa complacência patronal com a presença sindical em algum nível de órgãos colegiados existentes nessas empresas, em especial para as empresas voltadas ao apelo do público. Se os sindicatos podem aproveitar essa oportunidade para fazer passar as suas demandas históricas é uma questão controversa que mereceria um estudo específico. Os artigos neste dossiê que tratam mais diretamente da organização internacional dos/as trabalhadores/as não abordam explicitamente essa questão, que pode ser encontrada em Jardim (2009), Anner (2007), Anner e Evans (2004), Webster, Lambert e Bezuidenhout (2007) e Galhera (2018).

Essas são algumas questões que frequentam o debate sobre o sindicalismo global e que reaparecem, direta ou indiretamente, toda a vez que se levanta essa problemática na produção acadêmica sobre o assunto.

Convém ficar atento a uma contribuição que vem de fora do nicho acadêmico dedicado ao sindicalismo global, mas que interpela, pela via da economia política da globalização,

---

2 Croucher & Cotton lembram que, na virada para o novo século, os Sindicatos Globais incluíram em sua pauta os *Core Labor Standards* da OIT, e com isso procuraram persuadir as empresas relutantes – sobretudo as norte-americanas - a quebrar a resistência aos Acordos Marco Globais (CROUCHER; COTTON, 2009: 61). A chamada “cláusula social” está associada ao contexto europeu de relações industriais. Conforme notado ainda pelos autores, a cláusula social é um elemento presente tanto na proposta vindo dos sindicatos, quanto no corpo das políticas de responsabilidade social corporativa, vinda das empresas. Nesse sentido, é um terreno de disputa. Para uma abordagem crítica sobre a responsabilidade social corporativa no Brasil, consultar Da Costa (2016) e Mello e Silva (2010).

muito de seus pressupostos e balizas interpretativas. Trata-se da obra do sociólogo norte-americano William Robinson, que há alguns anos vem se dedicando a desenvolver reflexões sobre a estrutura de classes em nível global, em especial a classe capitalista global e o “Estado Transnacional Global”. Aqui neste número incluímos uma entrevista feita com exclusividade por Thiago Aguiar, e que é, tanto quanto se pode aferir, uma primeira apresentação em língua portuguesa das teses do autor. O reconhecimento de uma classe capitalista global insuflaria, em tese, um pendor bem mais radical no solidarismo do trabalho global do que tem sido observado na prática, no mundo, ao menos no que respeita à vertente ‘institucional’ do sindicalismo global. Daí a importância de explorar outras formas possíveis de articulação internacional, por fora dessa estrutura (aqui estamos nos referindo a tal possibilidade como a linha “alternativa” dentre as escolhas disponíveis na cartografia da internacionalização da ação dos/as trabalhadores/as, seja por meio de sindicatos ou não).

Para essa dificuldade de adequar a teoria à realidade que parece aflorar dos esquemas acerca das classes globais, conta também – e não de maneira desimportante – a própria mudança de conjuntura. Entre o que poderíamos chamar de “período de ouro” da pauta da internacionalização sindical (início do século XXI até 2016) e o tempo presente, quando este dossiê é organizado, muita coisa mudou. A globalização vai sendo mais e mais contestada e não necessariamente por uma vitória dos argumentos da esquerda. É notória a influência das ideias da extrema direita como um importante vetor de crítica à globalização em diversos países onde o sindicalismo está implantado. Não poderia faltar, pois, uma reflexão que abarcasse também essa dimensão na oportuna contribuição de Huw Beynon e Ray Hudson sobre o comportamento político recente da classe operária britânica. No entanto, mesmo com todas as ressalvas, as teses de Robinson são persuasivas e instigantes, merecendo a sua incorporação ao debate mais específico que é geralmente feito. Trata-se de uma variedade de sociologia econômica (a de Robinson) que tem muitos pontos de conexão com a sociologia do trabalho global.

### **Distribuição do dossiê**

O dossiê conta com sete artigos, uma tradução e uma entrevista. Para efeitos organizativos e de coerência do debate, inserimos por ordem as contribuições que tratam de redes sindicais e/ou de trabalhadores, para então aprofundar outras temáticas.

No artigo “Mulheres, Migrantes, Militantes: Tecendo redes globais de cuidados no setor do trabalho doméstico em São Paulo”, Jana Silverman explora como funcionam as cadeias globais do trabalho de cuidados, com especial foco nas redes transnacionais Sul-Sul a partir da experiência de trabalhadoras domésticas (i)migrantes em São Paulo. A autora traz um novo olhar teórico sobre o tema das redes sindicais, a partir de contribuições teóricas que mesclam, mas não se restringem, às teorias da decolonialidade e trabalho de cuidado.

Renata Gnoli Paneque e Sidney Jard da Silva, em “Redes Sindicais Metalúrgicas no Brasil:

estudo de caso da rede ArcelorMittal”, analisam implicações práticas de organização de uma rede por empresa, tais como unicidade sindical, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), confederações nacionais e comitês de saúde e segurança no trabalho. Ademais, a autora e o autor realizam uma digressão teórica ao relatarem como experiências internacionais são transladadas para o ambiente brasileiro pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no projeto CUTMulti, ao mesmo tempo em que buscam entender o caminho inverso, isto é, como o sindicalismo nacional se adequou ao padrão europeu, por exemplo, via diálogo social.

Em “Redes Sindicais Internacionais: uma estratégia de resistência ao poder das multinacionais”, Ariella Araujo Silva realiza uma detalhada e minuciosa análise sobre alguns limites e potencialidades das redes, em especial dos Conselhos de Empresa Europeus (CEEs) e dos Comitês Mundiais de Trabalhadores (CMTs) – duas instituições particularmente fortes no setor automotivo em análise – com as Redes Sindicais Internacionais de Trabalhadores. Desta forma, a autora analisa ações conjuntas e concertadas, bem como iniciativas que destoam da lógica puramente local de organização sindical: há aí uma lógica global-local e local-global de ações conjuntas e concertadas, seja de não disrupção com o poder das multis, seja como forte ação de coordenação sindical. Ademais, a autora realiza um histórico sobre o surgimento e consolidação, assim como um amplo mapeamento das redes.

“Reestruturação global e desemprego local: fechamento de fábricas da Ford e ação sindical no Brasil” é a contribuição de Filipe Augusto Freitas Melo a respeito do fechamento das plantas da Ford Motor Company no Brasil como estratégia coordenada da empresa mundialmente e as ações sindicais realizadas com o intuito de impedir a perda de empregos no país. O autor demonstra questões como os desafios de construção de uma solidariedade internacional suficientemente sólida para efetivamente barrar ou diminuir os impactos do poder dessa multinacional do setor automobilístico. Ao realizar esse movimento, Melo encontra diferenças importantes dadas aos trabalhadores do Norte e Sul Global dentro das próprias formas de gerenciamento e decisões estratégicas da empresa.

Stefan Voicu e Lee Pegler, em “*Commodity Traders and Sustainable Soy Supply Chains in Brazil*” buscam desvendar o que e como *global commodity traders* na soja operam a governança de suas cadeias produtivas, incluindo externalidades como o custo do trabalho. Desta forma, os autores falam das características do setor e os mecanismos de sua operação, tais como expansão territorial, rastreamento das fases da cadeia, espaço (diferença de preço entre origem e destino), tempo (negociação das commodities dependendo dos riscos do mercado de negociações), informação (para volatilidades de preço, transporte, qualidade etc.), terminais portuários e carga marítima, competição, qualidade e flexibilidade. Ao abrir a caixa preta de operação de grandes *traders* internacionais, Stefan e Lee materializam as relações de poder, incluindo fazendas intermediárias, que contribuem para o entendimento de uma espécie de terceirização de riscos, com impactos para países provedores mundiais de soja, como o Brasil.

Em sequência, Pedro Micussi e Thiago Aguiar voltam sua análise para o papel da burguesia industrial na política institucional em artigo intitulado “Lucros, Greves e Salários: a grande burguesia industrial pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil”. A literatura manejada gira em torno da classe capitalista transnacional (CCT) pelas contribuições teóricas da “Escola do Capitalismo Global” (ROBINSON, 2004), em específico, da noção de frações transnacionalizadas da burguesia. Partindo de uma correlação entre o custo do trabalho e os lucros na indústria e migrando para relações de causalidade em fontes qualitativas, Micussi e Aguiar mostram as determinantes de classe para as decisões políticas que moveram o arranjo de poder de uma coalizão pró-trabalho para outra, hostil ao sindicalismo e aos direitos sociais.

Em “Layering versus Displacement: Theories of Gradual Institutional Changes and Welfare Regime Transformation in Brazil and Mexico, 1980-2010”, Scott Martin analisa similaridades institucionais entre políticas e regimes de bem-estar social na comparação Brasil-México a partir do que denomina pontos de inflexão em regimes de bem-estar (anos 1980-2000) nos dois países. Sua contribuição busca, portanto, estabelecer padrões e diferenças nas três décadas entre os dois países referidos (gestões de Lula e Felipe Calderón) em termos de transformações econômicas e reformas de políticas sociais. A contribuição do autor, como uma espécie de memória detalhada da época, levanta reflexões sobre possíveis semelhanças das experiências do início do século XXI com o cenário contemporâneo do início da terceira década do mesmo século.

Huw Beynon e Ray Hudson, em “Por que os trabalhadores de antigas regiões industriais da Grã-Bretanha votaram pelo Brexit? (Breves traços de história social e política do trabalho)” buscam desvendar o mistério dos votos conservadores de trabalhadores/as especificamente a partir da experiência do *Brexit* e das eleições de 2019 que deram vitória aos *Tories* (conservadores). Com um olhar sobre as velhas áreas industriais do País de Gales e do Norte da Inglaterra, os autores raciocinam como supostas identidades históricas estariam aparentemente erodindo os votos da histórica classe trabalhadora inglesa. O texto revela como uma classe foi crescentemente sucateada em desfavor de outras políticas, como salvar os bancos e não vidas mineiras. A tradução conta com uma breve introdução sobre a recepção brasileira de um dos autores, cuja trajetória política e intelectual é dedicada a pensar as mutações do trabalho principalmente a partir do símbolo de operariado na Inglaterra que são os mineiros.

Fechando o dossiê, Thiago Aguiar entrevista William Robinson na peça intitulada “Teoria Social, Capitalismo Global e Crise da Humanidade”. Conquanto sumária e sem a pretensão de cobrir toda a riqueza de sua elaboração teórica, a entrevista deixa entrever que tipos de questões podem ser incorporadas polemicamente ao corpo de hipóteses de trabalho que vem nutrindo a literatura sobre o novo internacionalismo operário. Para começar, seria extremamente problemático, seguindo o raciocínio do autor, postular pretensões de soberania aos estados nacionais, capturados que são em seu modo de funcionamento, interesses e mentalidade à lógica do capitalismo global. Margens de autonomia local, diante do global, seriam bem restritas. Por

outro lado, no que tange ao trabalho, o raciocínio permite estabelecer, desde o princípio, a existência de uma classe trabalhadora global cuja diversidade (imigrantes, mulheres, situações análogas à escravidão, informais etc.) guarda uma *rationale* muito coerente com o mecanismo de dominação em seu conjunto. A organização de redes de trabalhadores, a levar-se a sério suas pretensões anti-hegemônicas, deveria abandonar qualquer pretensão, por exemplo, de jogar com as intenções desenvolvimentistas de frações das burguesias suportadas por burocracias políticas interessadas em alcançar um lugar no comércio internacional que lhes permita um acesso como *player* relevante no concerto das nações. Estariam comprometidas, de saída, políticas de apoio a firmas transnacionais nativas (as famosas “campeãs nacionais”, segundo terminologia adotada recentemente), dado o grau de interconexão – e interdependência de fato – entre essas empresas e o capital global transnacional.

Como se pode notar, o leitor tem diante de si um caleidoscópio de questões oferecido por um time de pesquisadores que pode ajudar a compor um panorama mais matizado e desafiador para a continuidade da investigação em sociologia do trabalho no Brasil.

## Referências

- AGUIAR, Thiago. **O Solo Movediço da Globalização**. Trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.
- ANNER, Mark. The paradox of labour transnationalism: Trade union campaigns for labour standards in international institutions. *In*: PHELAN, Craig (ed.). **The Future of Organised Labour: Global Perspectives**. Bern: Peter Lang AG, 2006. p. 63-90.
- ANNER, Mark; EVANS, Peter. Building bridges across a double divide: alliances between US and Latin American labour NGOs. **Development in Practice**, v. 14, n. 1-2, p. 34-47, 2004.
- BEYNON, Huw. Globalização, Neoliberalismo e Direitos dos Trabalhadores no Reino Unido. *In*: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (org.). **Os Sentidos da Democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 265-290.
- CROUCHER, Richard; COTTON, Elizabeth. **Global Unions, Global Business**. Global Unions Federations and International Business. London: Middlesex University Press, 2009.
- DA COSTA, Hélio. **Responsabilidade Social Empresarial e sindicalismo no contexto da globalização**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- EVANS, Peter. Fighting marginalization with transnational networks: counter-hegemonic globalization. **Contemporary Sociology**, v. 29, p. 230-241, 2000.
- FRAMIL FILHO, Ricardo; MELLO E SILVA, Leonardo. The transnationalism rooted in production and the ‘place’ of the Global Union. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, e200114, 2023.
- FRAMIL FILHO, Ricardo; GALHERA, Kátiuscia M.; MELLO E SILVA, Leonardo. Cross-border trade union networks in transnational corporations. A comparison between sectors. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 163-182, 2021.
- FRAMIL FILHO, Ricardo; MELLO E SILVA, Leonardo. From Global Unions to the Shop Floor: Trade Union Networks in Transnational Corporations in Brazil. **Global Labor Journal**, v. 10, n. 3, p. 192-208, 2019.

- GALHERA, Katiuscia. **International union networks and intersectionality: garment and steel global chains at IndustriALL Global Union**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.
- JARDIM, Maria Chaves. **Entre a solidariedade e o risco**. Sindicatos e fundos de pensão em tempos de Governo Lula. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.
- MELLO E SILVA, Leonardo; FRAMIL FILHO, Ricardo; FRESTON, Raphael. Redes Sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores. **Análise**, Friedrich Ebert Stiftung, São Paulo, n. 5, p. 1-25, set. 2015a.
- MELLO E SILVA, Leonardo; FRAMIL FILHO, Ricardo; FRESTON, Raphael. Union Networks in Transnational Companies: Challenging Globalization from the Workers's Point of View. *In* : ANNUAL GLOBAL LABOR UNIVERSITY CONFERENCE, 10., 2015, Washington. **Paper presented to The 10<sup>th</sup> Annual Global Labor University Conference: Sharing the Gains – Containing Corporate Power**. Washington, D.C., out. 2015b.
- MELLO E SILVA, Leonardo. Redes Sindicais em Empresas Multinacionais: contornos de um sindicalismo cosmopolita? *In*: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior (org.). **Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho**. Fortaleza: IDT: BNB: USP, 2011. p. 239-266.
- MELLO E SILVA, Leonardo. Unions facing Corporate Social Responsibility. Some comments on recent developments in Brazil. *In*: WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY, RESEARCH COMMITTEE 02 ECONOMY AND SOCIETY, 17., 2010, Gothenburg. **Paper presented to XVII ISA World Congress of Sociology, Research Committee 02 Economy and Society**, Session 13. Multinational corporations and changing focus of corporate social responsibility. Gothenburg, 2010.
- MELLO E SILVA, Leonardo. Brazilian Unions in the Face of Globalisation. **Work Organisation, Labour & Globalisation**, v. 2, p. 83- 94, 2008.
- MIGUEZ, Pablo; MENENDEZ, Nicolas D. Trabalhadores de plataforma na América Latina: lógica transnacional e resistências regionais? **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p.231-251, 2021.
- ROMBALDI, Maurício. **Internacionalização do sindicalismo no Brasil: um estudo sobre os setores metalúrgico e de telecomunicações**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROBINSON, William I. **A Theory of Global Capitalism**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- SOLIDARITY CENTER. **Organizing Workers in the Informal Economy**. Conference Summary and Proceedings. Cape Town, dec., 2011.
- TONELO, Iuri; MELLO E SILVA, Leonardo; FRAMIL FILHO, Ricardo. Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade, e a mobilização internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 24, n. 60, p. 140-168, maio/ago. 2022. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/18070337-117000> Acesso em: 04 jul. 2023.
- VIEIRA, Thiago F.; JUNCAL, Gabriel S. M.; MELLO E SILVA, Leonardo. Globalização contra-hegemônica e novos repertórios de ação sindical no Brasil: redes no ramo bancário. **PRACS: Revista eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 3, p.169-190, jul./dez., 2020. Disponível em:<<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>> Acesso em: 04. Jul. 2023.
- WEBSTER, Edward; LAMBERT, Rob; BEZIUDENHOUT, Andries. **Grounding globalization: Labour in the age of insecurity**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2007.



**MULHERES, MIGRANTES, MILITANTES:**  
**Tecendo redes globais de cuidados no setor do trabalho doméstico  
em São Paulo**

**WOMEN, IMMIGRANTS, ACTIVISTS:**  
***Constructing Global Care Networks in the Domestic Work Sector  
in São Paulo***

---

Jana Silverman\*

**Resumo**

Como país de desenvolvimento tardio e de imensas desigualdades econômicas e sociais, o Brasil se caracteriza por ser tanto um país de origem quanto receptor de trabalhadoras domésticas migrantes. As domésticas imigrantes que chegam ao Brasil se inserem numa nova/antiga lógica de cadeias globais de trabalho de cuidados. A existência dessas cadeias está mudando a dinâmica da distribuição do trabalho doméstico remunerado e não remunerado, reconfigurando relações sociais e trabalhistas marcadas por classe, raça e gênero no Brasil. Na cidade de São Paulo, onde se concentra o maior número de migrantes no país, mulheres trabalhadoras de diversas origens nacionais estão na vanguarda dessas cadeias transnacionais, redefinindo seus papéis como cuidadoras, migrantes, militantes sociais e sindicais. Neste artigo, vamos explorar o conceito teórico e o funcionamento prático das cadeias globais de cuidados, com um olhar particular para redes transnacionais Sul-Sul. Especificamente, este artigo analisará a experiência da organização sindical das domésticas migrantes em São Paulo, documentando os desafios e oportunidades para ação coletiva em prol da defesa dos direitos das migrantes na escala local, nacional e internacional. Argumentamos que a ação sindical das migrantes domésticas avançou muito em pouco tempo devido ao fortalecimento de parcerias estratégicas e a emergência de novas líderes, mas, ao mesmo tempo, está sendo limitada por uma falta de poder e recurso sindical estrutural e associativo, além da conjuntura econômica desfavorável.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico. Cadeias globais de cuidados. Trabalho migrante. Sindicalismo.

**Abstract**

As a late-developing country with immense social and economic inequalities, Brazil has become both a sender and destination country for migrant domestic workers. The migrant domestic workers arriving in Brazil from other countries are entering a new/old logic of global care work chains. The existence of these care work chains is changing the dynamics of the distribution of paid and unpaid domestic work, reconfiguring social and labor relations that are crosscut by class, race and gender in Brazil. In the city of Sao Paulo where the largest number of migrant workers in the country are concentrated, working women of diverse national origins are in the vanguard of these transnational care chains, and are redefining their roles as caregivers, immigrants, and activists. In this article, we will explore the theoretical conceptualization and practical functioning of these global care work networks, with a specific look at South-South networks. In particular, this article will analyze the union experiences of migrant domestic workers in Sao Paulo, documenting the challenges and opportunities for collective action in favor of migrant worker rights on a local, national and international level. We argue that union activism for and by migrant domestic workers advanced greatly in a short time frame, due to the consolidation of strategic partnerships and the development of new union leaders, but at the same time, this activism is delimited by the lack of associative and structural union power, as well as by the unfavorable economic conjuncture.

**Keywords:** Domestic work. Global care chains. Migrant labor. Unionism.

---

1 Jana Silverman é PhD em Economia do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pós-doutoranda no Center for Global Workers' Rights da Penn State University. É também pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp. Seus interesses de pesquisa incluem regimes de relações trabalhistas na América Latina, economia política brasileira contemporânea e trabalho doméstico. Anteriormente, foi Diretora de Programas Nacionais para o Brasil, do Centro de Solidariedade AFL-CIO em São Paulo, de 2012 a 2020. E-mail: janaks95@yahoo.com

Com o envelhecimento e o aumento da longevidade da população mundial, as mudanças nos tamanhos e estruturas das famílias, e o crescimento do fluxo migratório entre os e dentro dos países, existe uma intensificação na demanda internacional para os cuidados das pessoas e um crescimento de uma rede transnacional de trabalhadoras do setor de cuidados se deslocando através das fronteiras em busca de emprego remunerado estável e de melhores condições de vida para si e sua família. Essas redes globais de cuidados nos instigam a repensar as ligações entre os trabalhos de cuidados remunerados e não remunerados e os papéis de cada gênero na divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo, no contexto de uma economia e sociedade globalizadas. Enquanto os países do Meio Oriente, Europa e América do Norte tradicionalmente têm sido os principais receptores dessa mão de obra migrante, em anos recentes, o Brasil começou a marcar maior presença como destino cobiçado pelas trabalhadoras do setor de cuidados de outros países, e em particular para as trabalhadoras domésticas migrantes.

O Brasil se caracteriza por ter uma demanda interna enorme para o trabalho doméstico remunerado e, ao mesmo tempo, uma oferta considerável de trabalhadoras domésticas oriundas do seu território. Essa grande oferta e demanda em escala nacional é herança da longa noite escravagista que durou quase 400 anos e criou uma classe de subproletariados permanentes, que estão sempre dispostos a trabalhar em condições precárias e em ofícios pouco valorizados, como o trabalho doméstico e o trabalho agrícola. Com as políticas de redistribuição de renda, de maior acesso à educação superior para a população desfavorecida e de ascensão social durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), no começo do século XXI, a oferta de mão de obra para o trabalho doméstico, principalmente entre as trabalhadoras jovens, começou a encolher. Esse fenômeno deixou um espaço maior no mercado de trabalho brasileiro para as empregadas domésticas imigrantes. A demanda por essas trabalhadoras se concentra nas grandes capitais, especialmente as que são portas de desembarque internacional como São Paulo e Brasília, e em menor medida nas regiões fronteiriças como a Tríplice Fronteira no Paraná e a fronteira Brasil-Venezuela em Roraima. Neste artigo, vamos averiguar a teoria e o funcionamento prático das redes transnacionais de cuidados que passam pelo Brasil, para entender melhor como o fenômeno da globalização financeirizada impacta nas condições e relações de trabalho tanto das domésticas nativas quanto das imigrantes. Em particular, indagaremos sobre as possibilidades da ação coletiva no âmbito local, nacional e internacional das domésticas migrantes, para melhorar suas condições salariais e laborais no Brasil, com um foco na atuação do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo (STDMS), que possui um Departamento Migrante e Indígena. Argumentamos que a capacidade de ação coletiva das domésticas migrantes, apesar de ter avançado muito em pouco tempo, está condicionada aos níveis de poder associativo e estrutural dos sindicatos, tentando recepcionar e representar essa população, e aos elementos conjunturais externos que influenciam na economia e no mercado de trabalho brasileiro.

A metodologia desta pesquisa exploratória combina o levantamento de informações de fontes secundárias, como estudos empíricos anteriores feitos por acadêmicos e por ONGs e

publicações oriundas do movimento sindical, com informações de fontes primárias, levantadas pela autora na sua condição de observadora-participante de várias atividades presenciais do STDMS, que acontecerem em São Paulo e Brasília, no período de novembro de 2017 a maio de 2020. Utilizando o conceito da “etnografia digital” (COLETIVA CIBORGA, 2022), a autora continuou seu trabalho como observadora-participante das ações do sindicato através das plataformas digitais e das redes sociais do sindicato no período de junho de 2020 a novembro de 2022. Aliás, a autora realizou cinco entrevistas em profundidade com diretoras, assessoras e filiadas migrantes do STDMS durante o período de março a novembro de 2022, através das plataformas virtuais *Zoom* e *WhatsApp*.

A estrutura do artigo contempla uma breve revisão da literatura sobre as cadeias globais de cuidados e um resumo histórico dos fluxos de migração ao Brasil. Em seguida, o artigo analisa a dinâmica atual do trabalho doméstico migrante no Brasil e a atuação sindical desta categoria de trabalhadoras no município de São Paulo e em âmbito nacional. Na conclusão do artigo, há comentários sobre as possibilidades para a atuação sindical das domésticas migrantes na conjuntura política que se abriu com a chegada do novo governo do Partido dos Trabalhadores, em janeiro de 2023.

### **Cuidados na época da globalização – uma aproximação teórica**

As origens das redes globais de cuidados na América Latina, e no Brasil em particular, têm suas raízes na escravidão e no comércio triangular que trazia à força os africanos e africanas escravizados para servir como mão de obra para o trabalho produtivo da fazenda e o trabalho reprodutivo dentro da casa grande. Muitos pensadores, como por exemplo Williams (1944), têm documentado a importância do comércio triangular no desenvolvimento das forças produtivas do Norte global na fase da acumulação primitiva do capital. Contudo, o papel-chave que as mulheres escravizadas assumiram na sociedade colonial, garantindo a reprodução social tanto da classe dominante quanto da classe trabalhadora, tem sido menos examinado. Essa invisibilidade tem muito a ver com a desumanização generalizada das mulheres escravizadas e a colonialidade de gênero. Segundo Lugones (2010, p. 744), a imposição de conceitos europeus de gênero nas populações africanas e indígenas escravizadas nas Américas, e a conversão das mulheres escravizadas em “não-pessoas identificadas como não-mulheres”, criou um sistema colonial de reprodução social, baseada na exploração laboral e sexual sem limites, o controle da reprodução física da população escrava e o terror sistemático.

Séculos depois, o legado racista, patriarcal e etnocida do sistema colonial, caracterizado como o “lado mais escuro da modernidade” (MIGNOLO, 2017, p. 2), deixava suas marcas indeléveis no sistema capitalista neoliberal, e em particular na sua forma globalizada e financeirizada. Dentro desse novo padrão de acumulação capitalista, caracterizado pela diminuição do papel do Estado nacional e o desencadeamento dos fluxos transnacionais de

capitais, bens e serviços, as velhas hierarquias de gênero continuam existindo. Partindo da teoria marxista de reprodução social, entendemos que o capitalismo contemporâneo é construído através de uma rede complexa de relações sociais e econômicas interconexas, constituídas com base na exploração, dominação e alienação, que liga intimamente e inerentemente o trabalho masculinizado de produção de valor e mais-valia ao trabalho feminizado de reprodução da força do trabalho (RUAS, 2020, p. 382). As desigualdades de gênero reproduzidas segundo esse esquema têm sido reapropriadas pelas classes dominantes nacionais e internacionais para disciplinar e segmentar a classe trabalhadora dentro e fora das fronteiras (MILLS, 2003). Os impactos sociais e econômicos da globalização financeirizada não são homogêneos, as mulheres (e especialmente as mulheres nos países de desenvolvimento econômico tardio, como o Brasil) são mais prejudicadas pelos processos de privatização e ajuste estrutural, pela reconfiguração e precarização do trabalho, e pela comodificação do trabalho reprodutivo (MEZZADRI; NEWMAN; STEVANO, 2022).

Neste contexto, surgem as redes globais de cadeias de cuidados (GCC, no inglês) como uma caracterização teórica que liga as novas formas de valorização do capital globalizado à transnacionalização do trabalho reprodutivo (YEATES, 2009). Enquanto existem várias conceitualizações sobre a natureza das GCCs, Yeates (2012, p. 137) postula que são famílias geograficamente dispersas conectadas pelo fornecimento e consumo de cuidados, com valor emocional e econômico agregado em cada fase da produção do serviço de cuidado. Para definir o termo “cuidados”, adotamos a formulação de Todaro e Arriaga (2020), que o entendem como a produção dos recursos necessários para garantir a manutenção cotidiana da vida e da saúde, incluindo a saúde física, mental e emocional. Os laços entre as trabalhadoras que fornecem os cuidados e as famílias que consomem esses serviços são construídos em condições de assimetrias de poder entre as cidadãs de países periféricos e de países centrais. Essa transferência transnacional de trabalho reprodutivo diminuiu significativamente os recursos de cuidado nos países de origem das cuidadoras migrantes para compensar a falta de políticas públicas para garantir o acesso ao cuidado essencial nos países do Norte global. Num cenário econômico e social marcado pelas políticas neocoloniais e neoliberais de ajuste estrutural e do encolhimento do Estado, as decisões das famílias de classe média e alta para empregar mão de obra migrante para suprimir suas necessidades de cuidados têm impactos concretos nas trajetórias pessoais das trabalhadoras migrantes e de suas famílias, e na escala mais macro, nas economias e sistemas de cuidados nos países de origem dessas migrantes (NADASEN, 2017). Por mais que as mulheres migrantes consigam dar contribuições financeiras significativas para os membros da família que não migram, e em geral para as economias de seus países de origem, elas perdem a possibilidade de dar e receber amor plenamente dos seus entes queridos e de viver nas comunidades nas quais elas foram socializadas, assim fraturando gravemente os “espaços comunitários socioemocionais (*socio-emotional commons*)” dos seus próprios países (ISAKSEN; UMA DEVI; HOCHSCHILD, 2008 p. 418). Partindo de um campo de análise mais explicitamente feminista e marxista, Gago

(2020) entende as GCCs como componente de um sistema social e econômico extrativista, que coopta e explora os corpos femininos, como mais um recurso natural a ser expropriado violentamente por parte das classes dominantes no Norte global.

Expandindo o conceito original das GCCs, que se caracterizava pelos fluxos Sul-Norte de mulheres trabalhadoras que fornecem os serviços de cuidados para famílias privilegiadas nos países centrais, agora podemos identificar redes transnacionais de cuidados que não envolvem só mulheres, mas também homens empregados no setor de cuidados (KILKEY, 2010), e redes cuja origem e destino se situam completamente entre os países do Sul global. Por exemplo, olhando para a categoria das enfermeiras migrantes, Yeates (2012, p. 244-245) esquematiza os fluxos de trabalhadoras e trabalhadores do setor da enfermagem de países periféricos “fracos” a países periféricos “fortes”, utilizando como exemplo os fluxos de enfermeiras da Índia e Bangladesh aos países árabes da região do Golfo Pérsico. Alguns países periféricos se situam numa posição intermediária nas redes transnacionais de cuidados, como a África do Sul, que exporta mão de obra na forma de enfermeiras imigrantes para a Inglaterra, mas ao mesmo tempo, recebe trabalhadoras migrantes capacitadas na área de saúde de países vizinhos menos desenvolvidos, como Suazilândia. O Brasil, por ser um país classificado como “economia emergente” e por ser considerado a maior potência regional na América do Sul – mesmo possuindo grandes desigualdades econômicas e sociais – ocupa uma posição semelhante à da África do Sul nas GCCs.

### **Trabalhadoras migrantes no Brasil – um resumo histórico**

Como sinalizamos anteriormente, a história do trabalho migrante no Brasil começou com o sequestro e tráfico transatlântico de aproximadamente cinco milhões de africanos e africanas escravizadas durante os primeiros 388 anos da existência do país (RIBEIRO, 2021). Com a abolição da escravidão em 1888, os trabalhadores negros enfrentaram restrições na lei e empecilhos para acessar terras para cultivar e exercer algumas ocupações com maior status social e maiores salários (JACINO, 2014). Com os propósitos eugênicos do “branqueamento da população” e para aumentar a mão de obra disponível para trabalhar na crescente agroindústria exportadora do café no interior da região sudeste do país, assim como para trabalhar nas indústrias manufatureiras incipientes na cidade de São Paulo, o Brasil adotou uma política de estímulo à migração europeia e japonesa. Aproximadamente 2.740.000 migrantes desembarcaram no Brasil no período de 1887-1917, com o estado de São Paulo recebendo quase 54% dessa população, devido à oferta significativa de emprego e o custo baixo das passagens até o porto de Santos, subsidiado pelo governo do estado (FAUSTO, 1999). Os grandes fluxos migratórios da Europa ao Brasil, naquele momento, vinham principalmente de Portugal, Itália, Espanha e Alemanha (BALDERAS; GREENWOOD, 2009), com outro fluxo expressivo vindo do Japão. A dinâmica migratória foi interrompida pela Primeira Guerra Mundial, com pessoas de origem japonesa

sendo a maioria dos migrantes no período entre guerras. Com o estouro da Segunda Guerra Mundial, o fluxo migratório internacional diminuiu de vez, só aumentando de novo a partir do começo do século XXI.

A nova onda migratória das últimas duas décadas foi estimulada pelo crescimento econômico, a estabilidade política e as políticas públicas favoráveis aos migrantes que caracterizavam os dois mandatos do Presidente Luiz Inacio “Lula” da Silva e o primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2003-2014). Numa mudança drástica, em comparação com as décadas de 1980 e 1990, marcadas pela emigração de milhares de brasileiros fugindo da hiperinflação e desemprego, a migração ao país cresceu expressivamente durante o século XXI. Segundo dados do IBGE, analisados por Figueredo e Zanelatto (2017), o número de migrantes em solo brasileiro cresceu de 143.644 em 2000 para 286.468 em 2010, com os maiores contingentes oriundos do Haiti, outros países menos desenvolvidos da América do Sul, África e Europa. Duas ondas específicas de migração se ressaltam em termos qualitativos e quantitativos neste período recente – do Haiti após o terremoto de 2010 e da Venezuela com a intensificação da crise política e econômica naquele país a partir da segunda metade da década dos anos 2010. A entrada massiva dos venezuelanos mudou de forma significativa os padrões da migração na última década, deslocando-se de São Paulo, como ponto de entrada principal de migrantes, para Boa Vista, capital do estado de Roraima, perto da fronteira com a Venezuela, a partir do ano de 2019. A Tabela 1 abaixo resume alguns dados sobre a dinâmica migratória na última década, a partir do trabalho do OBMigra (2021). Podemos observar que os pedidos de registro migratório e de refúgio não diminuíram nem nos piores anos de crise econômica no Brasil (especialmente 2015-2016, quando houve uma redução no PIB de -7,4% naquele biênio), já que as crises econômicas e políticas na Venezuela e no Haiti eram ainda mais agudas. Entretanto é relevante lembrar que, mesmo com este auge migratório recente, a população migrante no Brasil é estatisticamente pequena, compondo apenas 0.6% da população total do país (OBMIGRA, 2021).

Tabela 1: Imigração ao Brasil, 2011-2020

Ano	Número de imigrantes registrados	Principais países de origem dos migrantes	Cidade com o maior número de pedidos de registro	Número de solicitações de refúgio
2011	74.339	Bolívia, EUA e Argentina	São Paulo, SP	1.465
2012	98.001	Bolívia, EUA e Peru	São Paulo, SP	1.345
2013	106.167	Bolívia, Colômbia e Haiti	São Paulo, SP	6.810
2014	114.527	Haiti, Bolívia e Cuba	São Paulo, SP	11.069
2015	114.473	Haiti, Bolívia e Colômbia	São Paulo, SP	15.906
2016	125.467	Haiti, Colômbia e Bolívia	São Paulo, SP	8.719
2017	102.721	Haiti, Colômbia e Venezuela	São Paulo, SP	32.009
2018	114.157	Venezuela, Haiti e Colômbia	São Paulo, SP	79.831
2019	181.584	Venezuela, Haiti e Colômbia	Boa Vista, RR	82.552
2020	92.554	Venezuela, Haiti e Colômbia	Boa Vista, RR	28.899

Fonte: OBMigra (2021)

### **O trabalho doméstico migrante no Brasil – dinâmicas de reconhecimento e de representação sindical**

Apesar das dificuldades de coletar dados precisos sobre uma população em movimento, é possível constatar que o trabalho doméstico é um setor econômico no qual uma grande quantidade de mulheres migrantes se insere ao redor do mundo, devido às poucas barreiras de entrada e ao baixo status social dessa profissão, que a faz menos atrativa para a população nativa. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (2016), existem aproximadamente 11,5 milhões de trabalhadoras domésticas migrantes no mundo, o que equivale a 17,2% do número total de trabalhadoras (migrantes e nativas) nessa profissão e a 7,7% de todos os trabalhadores migrantes em âmbito global. Na América Latina, segundo os dados da OIT para 2019 (OIT, 2021), existem ao redor de 14,8 milhões de pessoas exercendo a profissão de trabalhadora doméstica (com 91% desse total sendo de mulheres trabalhadoras). Utilizando dados para 2015, Soto *et al.* (2016, p. 9) calculam que 35,3% das 3,5 milhões de mulheres trabalhadoras migrantes na América Latina exercem a função de doméstica (ou aproximadamente 1,24 milhões de pessoas). Contudo, nos últimos anos, essa estatística deve

ter aumentado com o fluxo expressivo de mulheres venezuelanas que têm migrado para outros países na América do Sul, incluindo a Colômbia (SANTAMARIA, 2020), e que têm se inserido como trabalhadoras domésticas nos mercados de trabalho dos países de destino.

Não existe registro exato do número de trabalhadoras migrantes no Brasil empregadas atualmente como domésticas, mas é possível constatar que elas são uma fração miúda dos 5,7 milhões de trabalhadoras que exercem essa profissão no país (DIEESE, 2022), devido à proporção minúscula de imigrantes no país em comparação com a população total. Pelo fato de ser o principal destino inicial dos imigrantes no período recente, com aproximadamente 42% do número total de seus registros acontecendo no estado no período 2000-2015 (SALMUNI, 2021), podemos supor que o estado de São Paulo, e particularmente a sua capital, deve concentrar uma população significativa de trabalhadoras domésticas migrantes. Por isso, a abordagem empírica desta pesquisa está focada na situação das domésticas migrantes na cidade de São Paulo e, em particular, no papel do Sindicato de Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo (STDMSP) na promoção dos direitos humanos e trabalhistas dessas trabalhadoras.

O STDMSP tem suas raízes na Associação Profissional de Empregados Domésticos de São Paulo, formada em janeiro de 1962 (BENAVIDES *et al.*, 2021) por parte de um grupo de trabalhadoras domésticas que se reuniram no bairro de Pinheiros para discutir como melhorar suas condições de vida e de trabalho, contando com a ajuda ativa de membros da Juventude Operária Católica (JOC) e vários párocos e assistentes sociais da região. Logo após a redemocratização e a instauração da nova normatividade trabalhista contemplada na Constituição Política de 1988, as trabalhadoras domésticas ganharam o direito de poder formar sindicatos propriamente ditos e a Associação Profissional se transformou no STDMSP, adquirindo o registro sindical em dezembro de 1990. Em âmbito nacional, o sindicato é filiado à Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comércio e Serviços (Contracs) e Central Unica dos Trabalhadores (CUT). O sindicato também possui laços internacionais através da filiação à Fenatrad, à Federação Internacional das Trabalhadoras Domésticas (FITH) e à Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas (CONLACTRAHO, no espanhol).

Hoje o STDMSP tem aproximadamente 5.300 domésticas filiadas ao sindicato (mas nem todas contribuindo financeiramente para a organização), um número pequeno comparado com as aproximadamente 584.000 empregadas domésticas na cidade, segundo dados do DIEESE (2017). Entretanto, isso representa um aumento expressivo no tamanho do sindicato em relativamente poucos anos, dado que, em 2017, o sindicato só contava com 126 sócias pagantes (BENAVIDES *et al.*, 2021). Do número atual de filiadas, 120 são migrantes de diversos países, incluindo o Haiti, Bolívia, Venezuela, Paraguai e Cuba, segundo os dados divulgados pela assessora jurídica do sindicato, Zenilda Silveira <sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Entrevistada pela autora via WhatsApp, no dia 25 de novembro de 2022.



Dentro das estratégias de ação coletiva do STDMSp, uma se destaca por sua singularidade e importância, é a negociação coletiva. Devido à existência de um sindicato patronal que representa os empregadores de trabalhadoras domésticas no estado de São Paulo, denominado Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo (Sedesp), o STDMSp possui a potestade jurídica de negociação e de assinar acordos e convenções coletivas de trabalho em representação a toda a categoria na área geográfica do município de São Paulo. O STDMSp conseguiu assinar sete convenções coletivas com o Sedesp no período de 2016-2022, um fato que nenhum outro sindicato filiado à Fenatrad alcançou por razões tanto jurídicas quanto organizativas (SILVERMAN; ACCIARI, 2022). Como examinaremos depois mais detalhadamente, as negociações coletivas têm sido espaços prioritários para dar visibilidade às condições de vida e de trabalho das domésticas migrantes.

Quando, em 2017, o STDMSp começou a oferecer assistência jurídica gratuita para as domésticas migrantes que procuravam o sindicato, a organização começou a se engajar sistematicamente com a comunidade migrante. Naquele momento, a organização sindical entrou em uma parceria com o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), organização da sociedade civil que atua em São Paulo e em âmbito nacional, em defesa dos direitos dos migrantes, com o apoio financeiro e técnico do *Solidarity Center* (SC), uma entidade estadunidense que realiza programas de cooperação sindical internacional em mais de 60 países, incluindo o Brasil. O propósito inicial da parceria era desenvolver e divulgar os resultados de uma pesquisa, documentando as condições de trabalho das domésticas migrantes no município de São Paulo. Contudo, com o processo de desenvolvimento da pesquisa, as três organizações criaram laços de confiança e de interesses mútuos, e o trabalho conjunto com as domésticas migrantes se expandiu para a área organizativa e educativa.

A metodologia da pesquisa contemplou a realização de 18 entrevistas estruturadas com domésticas migrantes oriundas da Venezuela, Haiti, Angola, Bolívia, Paraguai, Peru e Rússia (CDHIC, 2018). Apesar do número relativamente pequeno de entrevistadas, a pesquisa conseguiu levantar informações importantes sobre as condições de trabalho das domésticas migrantes, em particular sobre a predominância do trabalho precário, marcado pela falta de contratos por escrito, pela remuneração extremamente baixa, e pelo não pagamento dos direitos previdenciários (CDHIC, 2018). Para complementar essa informação, que provém de fontes primárias, o CDHIC realizou duas rodas de conversa com migrantes trabalhando como domésticas ou procurando trabalho como domésticas na sede do STDMSp no período de setembro a novembro de 2017, sendo a maioria das participantes de origem haitiana, venezuelana e boliviana. As rodas de conversa, das quais a autora participou diretamente, proporcionaram um espaço inédito para o sindicato e o CDHIC aprenderem mais sobre as condições de vida dessa população e para as migrantes participantes começarem a enxergar o sindicato como um local de apoio integral.

A divulgação dos resultados da pesquisa aconteceu no Congresso Nacional em Brasília, em fevereiro de 2018. Essa atividade foi outro marco no desenvolvimento do trabalho do STDMSF com as migrantes domésticas. O seminário foi organizado em parceria com a Fenatrad e serviu não só para informar representantes do poder público e de organizações da sociedade civil sobre a situação trabalhista das migrantes, mas também para sensibilizar as próprias diretoras da Fenatrad sobre este tema. Aliás, esse seminário foi o primeiro evento público no qual Diana Soliz, doméstica migrante oriunda da Bolívia e ativista do STDMSF, atuou como palestrante (SALMUNI, 2021). A partir daquele momento, Diana passou a protagonizar o trabalho organizativo tanto do STDMSF quanto da Fenatrad com as domésticas migrantes, assumindo cargos nas diretorias de ambas as organizações. Isso é um fato histórico, já que, antes da sanção da Lei de Migração de 2017 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2017), o Estatuto do Estrangeiro não permitia a participação direta de estrangeiros em organizações sociais e sindicais brasileiras, o que foi modificado assim que Diana se converteu na primeira não brasileira a assumir um cargo eleito em ambos os sindicatos. No caso do STDMSF, ela aceitou encabeçar o recém-criado Departamento Migrante e Indígena do sindicato, sendo a pessoa idônea para liderar esse trabalho devido não só ao seu ativismo dentro da comunidade migrante, mas também por identificar-se como descendente dos povos indígenas do altiplano boliviano.

O trabalho com as domésticas migrantes começou a ganhar ainda mais destaque dentro dos planos institucionais do STDMSF após a realização da pesquisa com o CDHIC. O sindicato se aproximou de outras organizações sociais ligadas à comunidade migrante em São Paulo, como a Missão Paz, que tem uma história de mais de 80 anos atendendo imigrantes no centro da cidade, e coletivos de ativistas como a Presença de América Latina, que reúne imigrantes latino-americanas que moram na região metropolitana. Mais uma vez com o apoio financeiro do SC, o sindicato lançou um programa semanal de rádio para a população migrante em 2018, intitulado “Domésticas em Ação,” que tem contado com a participação de dirigentes da Fenatrad, CUT, Contracs e FITH. Um dos avanços mais marcantes com esse trabalho a favor dos direitos das domésticas migrantes foi a inclusão de uma nova cláusula na convenção coletiva assinada entre o STDMSF e Sedesp, para o período de 2018-2019, que garante, explicitamente, a equidade de direitos entre as domésticas migrantes e nativas e também outorga uma licença remunerada do trabalho às migrantes, para que elas possam realizar os trâmites necessários para regularizar o seu status migratório (STDMSF; SEDESP, 2018).

Os esforços do STDMSF de representar e lutar pelos interesses das trabalhadoras migrantes começou a atrair a atenção de organizações sindicais em âmbito nacional e internacional. Por exemplo, a FITH organizou o primeiro encontro latino-americano sobre trabalho doméstico migrante em agosto de 2019, em Buenos Aires, onde o STDMSF foi representado pela presidenta da entidade e por Diana Soliz. O encontro procurou analisar a situação trabalhista das domésticas migrantes na região e tentou socializar estratégias inovadoras de representação e de defesa dos direitos das domésticas migrantes (FITH, 2019). Infelizmente, até agora a FITH

não conseguiu dar continuidade à construção de uma rede latino-americana de domésticas migrantes sindicalistas, que foi a proposta principal encaminhada no encontro<sup>2</sup>. Do mesmo modo, no Brasil, no começo de 2020, a Contracs iniciou um projeto para se aproximar dos migrantes trabalhando como vendedores ambulantes em São Paulo e participou de diálogos com grupos de trabalhadores bolivianos que moram no extremo sul daquela cidade, utilizando como inspiração o ativismo do STDMSPP com a comunidade migrante.

### **O trabalho doméstico, as migrantes e a pandemia**

A chegada da pandemia de covid-19 ao Brasil, em março de 2020, obrigou o sindicato a mudar a sua dinâmica de atuação, incluindo a atuação com as migrantes. Uma análise detalhada do impacto da pandemia nas condições de trabalho e de vida das domésticas migrantes fica fora do escopo deste artigo. Entretanto, é importante mencionar que as domésticas (tanto as migrantes como as brasileiras) foram uma das categorias de trabalhadores mais atingidas pelos impactos sanitários, sociais e econômicos da pandemia, o que ficou simbolizado, tragicamente, pelo fato de a primeira morte de uma pessoa com covid em solo brasileiro ter sido uma empregada doméstica do estado de Rio de Janeiro, que foi contaminada pelos empregadores que contraíram o vírus em uma viagem de férias à Itália (ACCIARI; BRITO, 2021). Com a implementação de regras sanitárias de distanciamento social, mais de 1,6 milhões de domésticas foram demitidas (TEIXEIRA; RODRIGUEZ, 2022), e as que mantiveram seus empregos tiveram que encarar os riscos diários de contrair o vírus tanto nas casas onde trabalhavam quanto no transporte público que pegavam para chegar aos seus locais de trabalho, em muitos casos sem os equipamentos de proteção individual (EPIs) necessários.

As domésticas migrantes ficaram numa situação mais angustiante ainda; estavam às margens da sociedade brasileira e sem redes maciças de apoio social ou familiar. As migrantes tiveram dificuldades em acessar informações (especialmente na sua língua materna) sobre seus direitos trabalhistas ao ter seus contratos de trabalho suspensos por causa da pandemia. Também não tiveram informações sobre como acessar benefícios temporários, como o Auxílio Emergencial, que ofereceu uma renda mínima aos trabalhadores informais e precários pelo período de abril de 2020 a outubro de 2021. O STDMSPP, junto com a Fenatrad e outros parceiros, fez muitos esforços para atender as domésticas atingidas pela pandemia, com uma atenção especial às migrantes. As diretoras, ativistas e assessoras do sindicato distribuíram cestas básicas às filiadas que se encontravam sem emprego, ofereceram atendimento jurídico via WhatsApp para assessorar as trabalhadoras que tinham seus contratos rescindidos e participaram de campanhas para sensibilizar os empregadores e o público em geral sobre os direitos trabalhistas das domésticas em tempos de pandemia (MONTICELLI, 2021).

---

<sup>2</sup> Entrevista da autora com Diana Soliz por WhatsApp, 17 de outubro de 2022.

O STDMSPP e a Fenatrad mobilizaram forças incomuns para poder atender às demandas das domésticas migrantes e não migrantes na época da pandemia, dado que a capacidade das organizações sindicais de satisfazer as necessidades da categoria eram drasticamente limitadas, tanto pelas condições estruturais quanto conjunturais. Apesar da onda significativa de doações de cestas básicas, produtos de limpeza e EPIs que outros sindicatos, empresas privadas, entidades governamentais, ONGs e indivíduos doaram à Fenatrad e a seus sindicatos-membros, para serem entregues as suas filiadas desempregadas e desamparadas (MONTICELLI, 2021), esses recursos não foram suficientes para atender à esmagadora demanda. Por não possuir uma base financeira sólida, as organizações sindicais das trabalhadoras domésticas não tinham como auxiliar materialmente as suas filiadas com recursos próprios quando a quantidade de doações diminuiu. Igualmente, a Fenatrad não teve sucesso em pressionar o governo federal para aprovar projetos de lei para garantir o afastamento das trabalhadoras domésticas sem prejuízo ao salário e para o pagamento de indenizações, no caso de demissão por culpa da crise sanitária, para aquelas que não possuíam contrato formal de trabalho. (AGÊNCIA TODAS, 2020). Em grande parte, isso não aconteceu devido à falta de um canal de interlocução confiável com o governo Bolsonaro ou com a base parlamentar de direita e extrema direita que o sustentava no poder. Do mesmo modo, o STDMSPP e outras organizações da sociedade civil, que representam e apoiam a comunidade migrante, também não conseguiram a aprovação de um projeto de lei importante para garantir a regularização migratória emergencial das pessoas não brasileiras que se encontravam dentro do país após o fechamento das fronteiras nacionais em março de 2020 (MAGALHÃES; BOGUS; BAENENGER, 2021).

### **Reflexões finais – a luta continua**

Em face das muitas dificuldades financeiras, políticas e organizativas, o STDMSPP (e por extensão, a Fenatrad) segue desenvolvendo um trabalho pioneiro que tenta dar visibilidade às vulnerabilidades sociais e trabalhistas das domésticas migrantes no país e, ao mesmo tempo, empoderar as próprias migrantes para que elas possam se tornar as protagonistas principais da luta para obter mais direitos políticos, sociais e trabalhistas para a população migrante no país. Este trabalho tem sido beneficiado por parcerias importantes em âmbito local, nacional e internacional, com organizações como o CDHIC, Missão Paz, SC e FITH, e tem se utilizado muito bem das lideranças inatas de algumas domésticas migrantes que, agora, são líderes do sindicato, como a Diana Soliz. Entretanto, utilizando o marco teórico postulado na literatura sobre os recursos do poder das organizações sindicais como, por exemplo, o trabalho desenvolvido por parte de Fichter *et al.* (2018), o STDMSPP possui lacunas inegáveis com respeito ao seu poder associativo, já que a organização só conta com um número pequeno de domésticas como sócias ativas se o comparamos com as milhares de trabalhadoras atuando nesse ramo na cidade de São Paulo. Da mesma forma, a organização sindical tem poucos recursos financeiros, devido aos

desafios em cobrar a contribuição sindical quando não existe o desconto na folha de pagamento e quando a maioria das sócias nem estão contratadas com vínculos formais (SILVERMAN; ACCIARI, 2022). No mesmo sentido, o sindicato também carece de poder estrutural, porque mesmo possuindo a potestade de negociar convenções coletivas de trabalho (CCT), as normas contempladas nas CCT frequentemente não são cumpridas. Isso se deve às dificuldades em divulgar os conteúdos das CCT à totalidade das empregadas e dos empregadores, bem como devido às limitações do poder público para realizar inspeções nos locais de trabalho (que são domicílios privados, protegidos constitucionalmente) para poder verificar o estado do cumprimento dessas normas. De uma perspectiva mais conjuntural, os esforços do STDMSMSP e da Fenatrad para proteger os direitos das domésticas imigrantes e não migrantes têm sido prejudicados pelo mercado de trabalho desfavorável às empregadas domésticas, com muito mais oferta de mão de obra do que demanda, desde a deflagração da pandemia em março de 2020 (CEPAL, 2021). Similarmente, a falta de interlocução com um governo federal de corte neoautoritário tem reduzido a capacidade dos sindicatos de domésticas (e do movimento sindical brasileiro como um todo) de avançar projetos de lei e estimular processos de diálogo social tripartite para beneficiar a categoria.

De qualquer modo, existe uma luz tênue no fim do túnel para as trabalhadoras domésticas migrantes no Brasil. A eleição do candidato do PT, Lula da Silva, abre expectativas para a possibilidade de ampliar os direitos para as domésticas migrantes durante o seu novo mandato como presidente, que iniciou em janeiro de 2023. Já existem bons sinais de que o novo governo vai ter maior sensibilidade com respeito à situação das domésticas migrantes e das domésticas em geral. Por exemplo, a equipe do então candidato Lula organizou um evento de campanha impactante no dia 4 de setembro de 2022, em São Bernardo do Campo (SP), que contou com a presença de várias líderes da Fenatrad, incluindo a Diana Soliz, que fez uma fala marcante sobre os desafios específicos encarados pelas domésticas migrantes (FENATRAD, 2022). Essas possibilidades, somadas à capacidade de articulação e de luta das organizações sindicais como o STDMSMSP e das próprias domésticas migrantes, são um bom precursor para que haja uma abertura para reconstruir as relações entre as domésticas estrangeiras e as patroas brasileiras que formam parte da rede global de cuidados que foi examinada neste artigo. Esperamos que, no futuro próximo, as relações assimétricas entre as trabalhadoras e empregadores nessa rede possam ser niveladas, pelo menos em parte, com a intervenção ativa do sindicato e do Estado brasileiro, para que as domésticas migrantes possam gozar de melhores condições de vida pelo trabalho tão importante que realizam.

## Referências

ACCIARI, Louisa; BRITO, Chirlene dos Santos. Impactos da crise pandêmica no trabalho doméstico: velhas causas, novas consequências. In: PINTO, Cleide Pereira *et al.* (org.). **Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia**: Memórias da resistência. Santa Maria, RS: FACOS-USFM, 2021. p. 31-51.

- AGÊNCIA TODAS. Domésticas: Benedita da Silva propõe renda mínima e estabilidade durante quarentena. **Partido dos Trabalhadores**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/domesticas-benedita-da-silva-propoe-renda-minima-e-estabilidade-durante-quarentena/>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BALDERAS, J. Ulises; GREENWOOD, Michael J. From Europe to the Americas: a comparative panel-data analysis of migration to Argentina, Brazil, and the United States, 1870–1910. **Journal of Population Economics**, Maastricht, v. 23, p. 1301-1318, 2010.
- BENAVIDES, Laura Tereza *et al.* Negociação coletiva no trabalho doméstico no Brasil: O caso da convenção coletiva do trabalho do Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Município de São Paulo. *In*: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline (org.). **Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: Dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil**. Brasília: IPEA; OIT, 2021. p. 161-189.
- CDHIC. **Mulheres migrantes e refugiadas trabalhadoras domésticas na cidade de São Paulo e região metropolitana**. São Paulo: CDHIC, 2018.
- CEPAL. A pandemia da COVID-19 gerou um retrocesso de mais de uma década nos níveis de participação no mercado de trabalho das mulheres na região. **CEPAL**, Santiago de Chile, 10 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-covid-19-gerou-retrocesso-mais-decada-niveis-participacao-mercado-trabalho>.> Acesso em: 24 mar. 2022.
- COLETIVA CIBORGA. **Etnografia digital: Um guia para iniciantes nos estudos de linguagem em ambientes digitais**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.
- DIEESE. Mercado do trabalho na região metropolitana de São Paulo em 2017. **DIEESE**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2017/2017pedsao.html>.> Acesso em: 11 dez. 2022.
- DIEESE. Trabalho doméstico no Brasil. **DIEESE**, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>.> Acesso em: 4 dez. 2022.
- FAUSTO, Boris. **A Concise History of Brazil**. New York: Cambridge University Press, 1999.
- FENATRAD. Em encontro com Lula, FENATRAD entrega Carta-Compromisso com pautas da categoria. **FENATRAD**, Brasília, 5 sep. 2022. Disponível em: <https://fenatrad.org.br/2022/09/05/em-encontro-com-lula-fenatrad-entrega-carta-compromisso-com-pautas-da-categoria/>.> Acesso em: 13 dez. 2022.
- FICHTER, Michael *et al.* **The Transformation of Organized Labor: Mobilizing Power Resources to Confront 21st Century Capitalism**. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2018.
- FIGUEREDO, Luis Orencio; ZANELATTO, Joao Henrique. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 39, n. 1, p. 77-90, jan./abr. 2017.
- FITH. Foro Regional de Migración de las Américas y Trabajo Doméstico, FITH, Hong Kong, 29 ago. 2019. Disponível em: <https://idwfed.org/es/actividades/foro-regional-de-migracion-de-las-americas-y-trabajo-domestico>.> Acesso em: 27 nov. 2022.
- GAGO, Veronica. **Feminist International: How to Change Everything**. London: Verso, 2020.
- ISAKSEN, Lise Widdig; UMA DEVI, Sambasivan; HOCHSCHILD, Arlie Russell. Global Care Crisis: A Problem of Capital, Care Chain or Commons? **American Behavioral Scientist**, Thousand Oaks, CA, v. 52, n. 3, p. 405-425, nov. 2008.
- JACINO, Ramatis. **Transição e exclusão**. São Paulo: Editora Nefertiti, 2014.
- KILKEY, Majella. Men and Domestic Labor: A Missing Link in the Global Care Chain. **Men and Masculinities**, Newbury Park, CA, v. 13, n. 1, p. 126-149, 2010.
- LUGONES, Maria. Toward a Decolonial Feminism. **Hypatia**, Eugene, OR, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.

- MAGALHÃES, Luis Felipe Aires; BOGUS, Lucia; BAENINGER, Rosana. Covid-19 e imigração internacional na região metropolitana de São Paulo. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, v. 29, n. 61, p. 15-32, abr. 2021.
- MEZZADRI, Alessandra; NEWMAN, Susan; STEVANO, Sara. Feminist global political economies of work and social reproduction. **Review of International Political Economy**, London, v. 29, n. 6, p. 1783-1803, 2022.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32 n. 94, p. 1-18, jun. 2017.
- MILLS, Mary Beth. Gender and Inequality in the Global Labor Force. **Annual Review of Anthropology**, San Mateo, CA, v. 32, p. 41-62, 2003.
- MONTICELLI, Thays Almeida. Parcerias e redes solidárias: As trabalhadoras domésticas não estão sozinhas. In: PINTO, Cleide Pereira *et al.* (org.). **Os sindicatos das trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: Memórias da resistência**. Santa Maria, RS: FACOS-USFM, 2021. p. 122-141.
- NADASEN, Premilla. Rethinking Care: Arlie Hochschild and the Global Care Chain. **Women's Studies Quarterly**, New York, v. 45, n. 3-4, p. 124-128, 2017.
- OBMIGRA. **Imigração e refúgio no Brasil: Retratos da década de 2010**. Brasília: Universidade de Brasília, 2021.
- OIT. **Migrant Domestic Workers Across the World: Global and Regional Estimates**. Geneva: International Labor Office, 2016.
- OIT. **El trabajo domestico remunerado en América Latina y el Caribe, a 10 años del Convenio 189**. Lima: OIT: Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2021.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm)>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- RIBEIRO, Tayguara. Entenda o fim da escravidão no Brasil e as consequências do 13 de maio de 1888. **Folha de São Paulo**. 12 maio 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/entenda-o-fim-da-escravidao-no-brasil-e-as-consequencias-do-13-de-maio-de-1888.shtml>>. Acesso em: 25 nov. 2022.
- RUAS, Rhaysa. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1 p. 380-415, 2020.
- SALMUNI, Maria Florencia. **As mulheres migram, trabalham, e lutam por direitos: Trajetórias de mulheres migrantes que são trabalhadoras do cuidado em São Paulo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2021.
- SANTAMARIA, Sonia Perilla. La precaria situación laboral de las migrantes venezolanas en el país. **El Tiempo**, Colômbia, 24 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.eltiempo.com/economia/sectores/situacion-laboral-de-las-mujeres-migrantes-de-venezuela-es-precaria-en-colombia-550863>>. Acesso em: 27 nov. 2022.
- SILVERMAN, Jana; ACCIARI, Louisa. Domestic Worker Organizing in Neo-Authoritarian Brazil. **New Labor Forum**, New York. v. 31, n. 2, p. 44-52, 2022.
- SOTO, Clyde *et al.* **Panorama regional sobre trabajadoras domésticas migrantes en América Latina**. Asunción: ONU Mujeres Paraguay, 2016.
- STDMSP; SEDESP. **Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019**, 30 mar. 2018. Disponível em: <<http://www.sindomesticastdmsp.com.br/#section6>>. Acesso em: 11 dez. 2022.
- TEIXEIRA, Alessandra; RODRIGUES, Priscila dos Santos. “Limpar o mundo” em tempos de Covid-19: Trabalhadoras domésticas entre a reprodução e a expropriação social. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 60, p. 170-196, 2022.
- TODARO, Rosalba; ARRIAGADA, Irma. Global Care Chains. In: NAPLES, Nancy A. (ed.). **Companion to Women's and Gender Studies**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2020. p. 347-364.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism & Slavery**. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1944.

YEATES, Nicola. Production for Export: The Role of the State in the Development and Operation of Global Care Chains. **Population, Space and Place**, Hoboken, NJ, v. 15, p. 175-187, 2009.

YEATES, Nicola. Global care chains: a state-of-the-art review and future directions in care transnationalization research. **Global Networks**, Hoboken, NJ, v. 12, n. 2, p. 135-154, 2012.

Recebido em: 17/12/2022

Aceito em: 30/03/2023



**REDES SINDICAIS METALÚRGICAS NO BRASIL:  
estudo de caso da rede ArcelorMittal**

***METALLURGICAL UNION NETWORKS IN BRAZIL:  
case study of the ArcelorMittal network***

---

Renata Gnoli Paneque\*

Sidney Jard da Silva\*\*

**Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar as redes sindicais por empresa como instrumento de organização dos trabalhadores no Brasil. Pretendeu-se explorar as características dessas redes, em que contexto elas surgem e como se dá a sua atuação, em especial no ramo metalúrgico. As redes sindicais são constituídas por grupos de trabalhadores de determinada empresa transnacional que se comunicam permanentemente e constroem ações que visam a diminuir as diferenças de condições de trabalho entre diferentes plantas da empresa em nível nacional e/ou internacional. A análise foi realizada a partir de um estudo de caso da Rede Sindical dos Trabalhadores na ArcelorMittal, com base em relatórios de encontros dessa rede, documentos produzidos ao longo de sua atuação e entrevistas semiestruturadas junto a seus membros e coordenadores. Constatou-se que os achados estão relacionados à funcionalidade desse instrumento de organização sindical. Foram realizadas reflexões sobre o tema e foram estudadas perspectivas para uma alternativa de enfrentamento às desigualdades produzidas no mundo do trabalho em relação aos metalúrgicos brasileiros.

**Palavras-chave:** Redes sindicais. Sindicatos. Trabalhadores. Metalúrgicos.

**Abstract**

The aim of this article is to analyze the union networks by company as tools for organizing metallurgist workers in Brazil. It is intended to explore the characteristics of these networks, in which context they arise and how they operate, especially in the metallurgical sector. These instruments are made up of groups of workers from a given transnational company who communicate permanently and build actions that aim to reduce the differences in working conditions between the different plants of the company at the national and/or international level. These observations will be analyzed based on a case study of the Workers' Union Network at ArcelorMittal, reports of meetings of this network, documents produced throughout its activities and semi-structured interviews with its members and coordinators. In the end, findings were pointed out about the functionality of this instrument of union organization, as well as reflections and perspectives for an alternative to face the inequalities produced in the world of work for metallurgists.

**Keywords:** Union networks. Unions. Workers. Metallurgical.

---

\* Mestra em Ciências Humanas e Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC (PCHS/UFABC) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3PAC). E-mail: renatagnoli@hotmail.com

\*\* Professor do Centro de Engenharia Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC (CECS/UFABC) e coordenador do Grupo de Pesquisa Política, Políticas Públicas e Ação Coletiva (3PAC). E-mail: sidney.jard@ufabc.edu.br

## Introdução

No Brasil, a estratégia de organização em redes sindicais por empresa surgiu na década de 1990, por meio da relação de solidariedade entre sindicatos europeus e brasileiros. A partir de 2001, foi impulsionada por um projeto de formação sindical entre a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a *Federatie Nederlandse Vakbeweging* (FNV), central sindical holandesa. Nesse período, a indústria brasileira vivia um cenário de profunda reestruturação produtiva. Os trabalhadores das indústrias temiam perder seus empregos para a automatização do processo produtivo, e o movimento sindical estava alerta (ARBIX, 1996). Esse processo já havia acontecido em países centrais, onde está localizada a maioria das matrizes das fábricas presentes no Brasil, portanto o movimento sindical dessas nações já tinha passado por esse difícil processo de readequação dos postos de trabalho.

Such national basis has been strongly challenged by globalization and neoliberalism. Post-Fordist states (Jessop, 2013), flexible accumulation process (Harvey, 1989), precarization (Standing, 2001), global value chains (Gereffi & Korzeniewicz, 1990), and new factory regimes (Nichols et al., 2004) have all cast important changes in the political and organizational realm where labor was used to act and fight. A new global configuration of production and demand within national economies and across countries threw workers and their representatives into a turmoil of insecurity and destructuring (SILVA; ESTANQUE; COSTA, 2021, p. 6).

Assim, intensificou-se um movimento de articulação e solidariedade internacional, vindo do movimento sindical europeu para o movimento sindical brasileiro. Diante desse cenário desafiador, a ideia de se organizar redes sindicais por empresa ganhou força no Brasil.

Na Europa, já havia um histórico de organização dos trabalhadores por empresa, os chamados Comitês Mundiais de Trabalhadores (CMTs) ou Comitês Europeus de Trabalhadores. É importante ressaltar que essas experiências são realizadas por grupos de trabalhadores de determinada empresa de diversos países que trocam informações sobre as condições de trabalho e organizam ações coordenadas para diminuir as desigualdades entre as diferentes plantas da empresa. As redes sindicais constituem uma experiência que busca internacionalizar as relações sindicais a partir dos contextos locais, uma vez que conta com a participação de representantes de diferentes plantas ao redor do globo no mesmo nível, propiciando, assim, troca de experiências e fortalecimento da ação sindical a partir das realidades locais.

Daí surge a influência europeia em organizar trabalhadores por empresa, e não apenas por sindicato. Contudo, do ponto de vista organizativo, transladar uma experiência bem-sucedida no “Norte Global” para os países do “Sul Global” não é uma tarefa simples, visto que demanda um novo “cânone” sindical (SANTOS; COSTA, 2004).

Em geral, a estrutura sindical europeia é mais concisa do que a verificada em outros países. A Alemanha, por exemplo, conta com apenas um sindicato metalúrgico. Já o Brasil conta

com mais de cem entidades sindicais representativas dessa mesma categoria. Portanto, quando essa ideia chega ao país, é preciso repensá-la na perspectiva da estrutura sindical brasileira.

Neste sentido, este artigo analisa a construção de uma rede sindical brasileira de trabalhadores no segmento metalúrgico, buscando identificar desafios e perspectivas presentes nesse processo no contexto nacional e as implicações que surgem quando se intenciona internacionalizar essa organização em rede dos trabalhadores.

### **Redes Sindicais Metalúrgicas no Brasil**

As redes sindicais metalúrgicas brasileiras surgem em meio à conjuntura global de ataque aos direitos dos trabalhadores, como resultado de toda a trajetória de interação da CUT com instituições sindicais internacionais e, especialmente, da relação sindical internacional entre metalúrgicos alemães e brasileiros.

A necessidade de se criar redes nacionais de trabalhadores foi percebida inicialmente pela CUT durante a parceria com a FNV, quando dirigentes brasileiros foram convidados a visitar a unidade da Unilever, uma empresa transnacional de bens de consumo com sede na Holanda. A ideia era mobilizar trabalhadores da mesma empresa no Brasil para que fosse possível conhecer a realidade dos trabalhadores na matriz. Foi então que os dirigentes da CUT perceberam a dificuldade de articular a participação desses trabalhadores (FRAMIL FILHO, 2015). Um ex-dirigente da ICEM e assessor da CUT, citado por Ricardo Framil Filho (2015, p. 80), relata:

Fomos tentar cumprir esse convite e caímos na realidade. Verificamos que era quase impossível mandar o pessoal pra lá. Não existia um sindicato único no Brasil que representasse o pessoal da Unilever. A gente não tinha nada, nem sabia onde existia Unilever. Pela pulverização dos sindicatos, você não tinha por onde começar. A não ser que começasse pela empresa. Tem uma unidade aqui, quem é o sindicato lá? Está filiado a alguma central? Você imagina, precisava de uma pesquisa. A gente passou a discutir com os holandeses. [...] Enviariamos três companheiros, um ligado à Força Sindical, que na última hora acabou não podendo ir. Dois cutistas<sup>1</sup>, um de Porto Alegre e um de Vinhedo, que foram se conhecer lá na Holanda. Um absurdo. (Entrevista com ex-dirigente da ICEM e ex-assessor da CUT).

A partir desse diagnóstico de fragilidades na organização sindical local, foi definido junto à FNV o projeto “CUTMulti” – Ação Frente às Multinacionais – com o objetivo de engajar as confederações dos ramos nessa articulação, promover pesquisas e fomentar a organização sindical local (CUT, 2009). A ideia de organizar uma rede de trabalhadores da mesma empresa, agindo de forma articulada – trocando informações sobre o local de trabalho e compartilhando experiências para fortalecer a organização sindical contra as práticas distintas de uma mesma empresa, em diferentes plantas –, surgiu então como um instrumento mais flexível, fora da

---

<sup>1</sup>Termo utilizado para denominar dirigente ou militante sindical que segue os princípios propostos pela CUT.

estrutura sindical oficial. A ideia era dialogar com trabalhadores das plantas, independentemente da central sindical envolvida<sup>2</sup>.

Esse projeto, que durou até 2010, foi fundamental para os primeiros passos na organização das redes sindicais brasileiras. As confederações nacionais dos ramos foram centrais na seleção das empresas onde poderiam ser criadas as redes, ou potencializadas<sup>3</sup>, na articulação dos sindicatos locais ou em sua organização e monitoramento.

Assim, conforme demonstra Costa (2016), a organização de redes sindicais por empresa em nível nacional vem acontecendo de forma lenta e desigual. Embora não fosse uma política oficial da CUT, desenvolvida em todos os ramos na prática, as confederações de alguns ramos assumiram a tarefa e foram as principais promotoras na construção das redes.

Em seu 9º Congresso, realizado em junho de 2006, a CUT definiu as redes como um instrumento de ação política organizativa.

As empresas multinacionais, responsáveis por 2/3 do comércio mundial, [...] organizam-se mundialmente em redes e nossa contraposição deve ser organizada sindicalmente em REDE, para termos chances de sucesso em nossa luta. O Projeto Ação Frente às Multinacionais<sup>4</sup>, já em sua segunda fase, desenvolvido em conjunto com a Federação Holandesa de Sindicatos - FNV, pela sua importância estratégica, não pode ser visto meramente como uma ferramenta de consolidação de redes sindicais, implementadas pela política de Relações Internacionais da CUT; mas sim como importante instrumento de organização no local de trabalho para toda a Central, [...]. O projeto possibilita a organização em Redes Sindicais ou Comitês Sindicais Nacionais de dirigentes sindicais de grandes empresas multinacionais instaladas no Brasil, de todas as regiões do país e das mais variadas categorias profissionais, viabilizando o conhecimento de diferentes realidades aplicadas pela mesma empresa em diferentes bases sindicais e possibilitando a elaboração de estratégias conjuntas entre esses sindicalistas (CUT, 2006, p. 65).

A primeira a organizar-se em nível nacional foi a Rede dos Trabalhadores na BASF, uma empresa do ramo químico, em 1999. As redes metalúrgicas iniciaram seu processo de organização formal no início dos anos 2000, com apoio de projetos internacionais protagonizados inicialmente pela FNV e pela Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES) e, mais tarde, pela Central Sindical alemã *Deutscher Gewerkschaftsbund* (DGB). Após o término do projeto “CUTMulti” e da parceria permanente entre FES, CUT e CNM/CUT, já estavam consolidadas redes nacionais em importantes Empresas Transnacionais (ETNs) metalúrgicas, como a Rede dos Trabalhadores na Schaeffler, na ZF, ArcelorMittal, Gerdau, Thyssenkrupp e Mahle.

---

2 Neste ponto, um aspecto importante na organização das redes, em sua concepção original, é o objetivo de internacionalizá-la e aumentar a representatividade em CMTs já existentes. Ou seja, fazer com que a participação de um trabalhador brasileiro em um CMT represente de fato os trabalhadores daquela empresa no Brasil (PANEQUE, 2021; PANEQUE; JARD DA SILVA, 2021).

3 Caso da Rede de Trabalhadores na BASF, por exemplo, que participou do projeto, mas que já se organizava em rede antes dele.

4 Projeto desenvolvido em parceria com a DGB, Central Sindical alemã e a CUT, entre 2011 e 2018. Mais informações em: <https://observatoriosocial.org.br/acao/acao-frente-as-multinacionais-na-america-latina-0bdf>.

A Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT tem enraizadas, em sua ação política, a organização e monitoramento das redes sindicais por empresa em nível nacional e a articulação em nível internacional. A CNM/CUT organiza e monitora hoje 22 redes sindicais por empresa, algumas apenas em nível nacional e outras também em nível internacional (PANEQUE, 2021).

Os projetos de cooperação sindical internacional construídos pela CUT com centrais sindicais internacionais foram o pontapé inicial para que as confederações pudessem dar continuidade a essa política de ampliação e fortalecimento das redes sindicais em âmbito nacional e internacional.

Neste sentido, é notória a importância da Central Única dos Trabalhadores para a construção das redes como agente propulsora desse tipo de organização por empresa, uma vez que a estrutura sindical fragmentada corrobora a não articulação dos trabalhadores em uma mesma corporação, de diferentes plantas (COSTA, 2016). A CUT, assim como um grande “guarda-chuva”, abarca os sindicatos que representam os trabalhadores nos diversos locais e exerce esse papel de articuladora. Ao mesmo tempo, amplia a visão dos trabalhadores para além do chão da fábrica.<sup>5</sup>

Por fim, conforme demonstra a produção acadêmica sobre o tema (COSTA, 2016; PANEQUE, 2021; COSTA, 2005), as confederações dos ramos, como a CNM, e também instituições nacionais, têm desempenhado um papel central na expansão e fortalecimento da política de redes, promovendo ações formativas para seus membros, colocando em contato sindicatos de diferentes partes do país e estabelecendo contato das redes nacionais com os CMTs e a *IndustriAll Global Union*, Federação Mundial que agrupa ramos da indústria. Contudo, o funcionamento das redes depende de ações permanentes nas esferas internacionais, nacionais e locais, sem as quais enfrentam fortes entraves na vivência cotidiana de suas organizações (RAMALHO; SANTOS, 2018).

### **Rede de Trabalhadores na ArcelorMittal<sup>6</sup>**

A Rede dos Trabalhadores na ArcelorMittal foi escolhida como objeto de estudo por apresentar particularidades que propiciam campos interessantes a serem explorados. A empresa é uma ETN do segmento siderúrgico que já passou por tantos processos de fusão com outros grupos empresariais que é tarefa árdua rastrear a origem de seu capital. A rede dos trabalhadores no Brasil tem assento no Comitê de Saúde e Segurança organizado pela empresa. Esse comitê se desenvolve em nível global, tem composição paritária entre trabalhadores e empresas e sua função é fiscalizar as plantas da empresa no mundo quanto a aspectos da saúde e segurança dos

---

<sup>5</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a importância da CUT no sindicalismo brasileiro, ver Comin (1994); Jard da Silva (2015), Oliveira (2002), Rodrigues (1997), Rodrigues (2009).

<sup>6</sup> As informações abordadas nesta seção são resultado de pesquisa em relatórios produzidos pela rede de trabalhadores na Arcelor Mittal, pela CNM/CUT, entrevistas e observação direta de uma das pesquisadoras em atividades proporcionadas pela rede.

trabalhadores. Outra característica dessa rede é a existência de mais de vinte plantas no Brasil produzindo diferentes produtos e organizadas sindicalmente por seis centrais sindicais distintas (PANEQUE, 2021).

A organização dos trabalhadores em redes sindicais no Brasil não é um acontecimento de geração espontânea ou apenas uma imitação do modelo europeu. Antes da organização da rede, os trabalhadores já se comunicavam por intermédio da CNM/CUT, como setor siderúrgico. Na década de 1990, após a fundação da confederação, iniciaram-se conversas entre trabalhadores de diferentes plantas, mas eram conversas entre sindicatos cujas bases de representação incluíam empresas siderúrgicas e ainda não tinham o formato de redes por empresa. Esse diálogo era motivado pelas mudanças da organização do capital na siderurgia.

Neste sentido, a trajetória de organização dos trabalhadores na siderurgia esteve presente na política da CNM/CUT desde sua fundação, e a Rede de Trabalhadores na ArcelorMittal<sup>7</sup> começou a ganhar esse formato de rede no nível da empresa a partir da consolidação do grupo Arcelor no Brasil, e com grande contribuição do projeto em andamento com a CUT e a FNV.

Portanto, a articulação da rede Arcelor surge com duas dinâmicas simultâneas, a internacional e a nacional. Embora já existisse uma articulação nacional por empresa, foi por meio de um projeto com uma entidade internacional que a rede nacional se tornou mais robusta. Logo no início, foi percebido um dos limites da dimensão internacional das redes, abordada também por Waterman (2002), ao trazer reflexões sobre os diferentes internacionalismos. Ainda que seja reconhecidamente fundamental a solidariedade internacional para a construção das redes, em determinado momento são apresentados limites em relação ao local, ao nacional e ao global. Quando a empresa ameaça a mudança de planta de um país para outro, por exemplo, podem surgir tensões. Esse é um jogo perverso do capitalismo, que coloca em xeque a organização sindical em dimensão internacional. Conforme observa Ruy Braga:

Em termos marxistas, a superpopulação relativa produz as necessidades cíclicas do capital em relação à oferta de força de trabalho, assegurando às empresas uma fonte inesgotável de mais-valor por meio da compressão de seus custos produtivos. Além disso, como o trabalho barato é largamente acessível na semiperiferia capitalista, os trabalhadores mais bem pagos do centro do sistema são permanentemente chantageados pela realocação produtiva, podendo ser demitidos sem ser recontratados, em um movimento que aprofunda a desigualdade também em países avançados (2017, p. 31).

Portanto, o interesse de sindicatos do “Norte Global” em ações de cooperação internacional está pautado na movimentação do capital, visto que a realocação das plantas para outros territórios pode ser uma ameaça aos trabalhadores do país de origem (SILVA; FRAMIL FILHO; FRESTON, 2015). Assim, as redes sindicais, ao mesmo tempo em que apresentam essas tensões, podem provocar reflexões aos trabalhadores sobre essa chantagem que o capitalismo impõe, visto que evidencia tais práticas das empresas ao redor do globo.

---

<sup>7</sup> A Rede de Trabalhadores na ArcelorMittal realizou encontros semestrais, ou pelo menos anuais, de 2008 até 2017, de forma presencial. O encontro de 2008 foi o pontapé inicial para a organização da rede em nível nacional.

---

## Diálogo Social

O diálogo social<sup>8</sup>, observado quando a rede conheceu o funcionamento do Comitê Europeu de Trabalhadores, foi uma meta sempre perseguida. Há registros de tentativas da rede para estabelecer diálogo com o RH Nacional da empresa desde 2008 (CNM/CUT, 2008).

Nesse mesmo encontro, em 2008, a rede definiu, em seu plano de ação, o envio de um ofício em nome das Confederações de Trabalhadores Metalúrgicos da CUT e da Força Sindical para a presidência da empresa, com o objetivo de apresentar a Rede Nacional dos Trabalhadores e propor um canal de diálogo permanente entre a rede e a empresa, tentativa que nunca avançou. Os trabalhadores trazem muitos relatos de que a empresa se mostra sempre disponível para marcar reuniões, dialogar com o sindicato, mas, quando a conversa chega ao momento da decisão final, a alegação da empresa é de que as decisões são corporativas, ou seja, são definidas de cima para baixo, o que sempre gera frustração aos dirigentes. A empresa dialoga individualmente com cada sindicato e argumenta que as decisões são definidas de forma corporativa. Ao mesmo tempo, não dialoga com a Rede Nacional de Trabalhadores, ou seja, mais parece um jogo para que as negociações não avancem.

Nesse sentido, embora a empresa tenha se mostrado amistosa em algumas situações, como quando abre suas portas para as visitas às plantas, autoriza a liberação remunerada dos trabalhadores para irem aos encontros da rede, ou destina uma pessoa de seu RH para acompanhar a visita e se dispor a fazer a apresentação institucional à rede, apresenta-se resistente a aceitar as reivindicações de reuniões para tratar de pautas específicas identificadas pela rede. Quando aceita, não há soluções concretas posteriores ou mesmo a continuidade do diálogo. Esses achados empíricos corroboram a hipótese dos limites institucionais do “diálogo social” (COLOMBI, 2019; COLOMBI; LEMOS; KREIN, 2018).

### A armadilha da divisão

Nas visitas aos locais de trabalho, que ocorrem durante o encontro da rede, é possível identificar aspectos relativos à saúde e segurança dos trabalhadores e às condições de trabalho. O tratamento diferenciado com as empresas terceirizadas é sempre ponto de debate na rede. Os acidentes de trabalho, incluindo acidentes fatais, acontecem em sua maioria com essa categoria. Uma dificuldade também trazida é a representação desses trabalhadores terceirizados; nem sempre o sindicato metalúrgico os representa, principalmente em plantas maiores, em que pode

---

<sup>8</sup> Diálogo social é o processo em que atores sociais, econômicos, políticos, ou grupos sociais, legitimamente reconhecidos, se reúnem institucionalmente para compartilhar ideias, cooperar, buscar convergência de objetivos ou negociar assuntos de interesse comum. Apesar das frequentes tensões e dos diversos conflitos que muitas vezes permeiam o diálogo, esse pode resultar no alinhamento de propósitos, em troca de informações, em novas agendas de possibilidades não planejadas, ou promover acordos ou projetos compartilhados, fortalecendo a governança democrática e a sustentabilidade das instituições envolvidas (FES, 2009, p. 11).

haver a representação de mais de 20 sindicatos, um para cada categoria, o que dificulta a atuação sindical (CNM/CUT, 2012).

Essas divisões impostas pela estrutura sindical vigente fazem com que uma empresa negocie com diversos sindicatos distintos em um mesmo país, como é o caso da ArcelorMittal. A negociação fica ainda mais pulverizada quando são considerados os trabalhadores terceirizados, geralmente de empresas pequenas, com condições de trabalho mais precarizadas e mais vulneráveis, devido à ameaça do desemprego, condição que fragiliza a negociação desses trabalhadores com as empresas contratantes (OLIVEIRA, 2019; MARTINS, 1994).

A indústria siderúrgica brasileira apresenta particularidades que a distinguem dos demais segmentos metalúrgicos, no que tange à natureza de sua produção, e que favorecem maior pulverização dos trabalhadores, uma vez que fornecem subsídio para a base da cadeia produtiva metalúrgica. Essa cadeia, diretamente ligada a outras atividades industriais, como a mineração e o segmento extrativo, dá origem a diversos subprodutos, como aços planos, longos, arames e inox. Trabalha com jornadas de trabalho ininterruptas, pois os fornos não podem ser desligados, sob pena de altíssimos custos para religá-los, o que exige escalas de trabalho muito específicas. Essas são particularidades que as redes de trabalhadores na siderurgia carregam em suas trajetórias (MANGABEIRA; PEREIRA, 1993; RAMALHO; CARVALHO, 2017; SANTANA, 2006).

O grupo ArcelorMittal possui 28 unidades produtivas, além dos pontos de comercialização que estão sob a organização de sindicatos de trabalhadores no comércio, distribuídas na base de representação sindical de 6 centrais sindicais distintas, além dos sindicatos que se declaram independentes. Contudo, mesmo com todas essas divisões em grupos, produtos e sindicatos dentro do grupo ArcelorMittal, a rede consegue identificar que os problemas nas plantas permanecem os mesmos e que são muito parecidos com as questões que surgem nas outras plantas.

A rede identifica as manobras da empresa particularmente durante os encontros, quando acontecem os relatos por plantas. Cada participante relata os temas principais que estão ocorrendo, referentes às relações de trabalho, e nesse momento eles percebem que as informações que a empresa fornece em relação à outra planta não são verdadeiras. Nesse sentido, o espaço da rede contribui para que os representantes sindicais não fiquem reféns da empresa, sujeitando-se a negociações menos favoráveis, por falta de conhecimento (PANEQUE, 2021).

Um instrumento importante produzido pela rede, com o intuito de driblar essa divisão entre trabalhadores da mesma empresa, é um boletim informativo. Essa iniciativa consiste em divulgar informações sobre pautas relevantes de diversas plantas, demandas comuns identificadas e, principalmente, informar os trabalhadores sobre a existência da rede. No encontro da rede em 2008, foi organizada a primeira edição do boletim.

O informativo traduz-se em um importante instrumento de denúncia e de legitimação da rede, uma vez que mescla seu conteúdo com informações específicas, debatidas no interior



da rede, e informações gerais sobre o que acontece em diversas plantas de forma individual. É um modo de estender intercâmbio sobre o que ocorre nos encontros da rede para todo o chão da fábrica.

### Participação nos Lucros e Resultados e Organização no Local de Trabalho

A Participação nos Lucros e Resultados (PLR) também é muito debatida, pois é distribuída de forma desigual entre as plantas, e os critérios apresentados pela empresa para justificar tais pagamentos são sempre obscuros. Esse tipo de remuneração variável gera muita discussão, visto que a empresa faz o pagamento de acordo com o salário recebido. O valor definido é baseado, por exemplo, em 2,3 salários. O trabalhador receberá seu salário multiplicado por esse índice. Assim, esse método faz com que a diretoria receba um valor maior, e o chão da fábrica, um valor menor.

Outro ponto polêmico é a discussão sobre metas. Muitas unidades estabelecem, para a produção, metas que são inatingíveis, e condicionam o pagamento da PLR a esse critério. Existe ainda o debate sobre o EBITDA<sup>9</sup>, outro condicionante adotado pela empresa, que significa basicamente o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Esse índice é muito questionado pelos sindicatos durante as negociações, pois a empresa apresenta determinado número sem embasamento concreto e se utiliza da divisão das plantas por produtos que produzem para justificar um EBITDA menor.

Por fim, outro tema de muito debatido é a construção das comissões que negociam a PLR. Segundo a Lei N.º 10.101, de 19 de dezembro de 2000, a PLR deve ser paritária entre empregados e a empresa, com pelo menos um trabalhador indicado pelo sindicato. Tradicionalmente, em todas as suas plantas, a empresa usa de artimanhas para eleger trabalhadores próximos à diretoria, o que causa prejuízos à negociação para os operários e torna o único trabalhador indicado pelo sindicato um “voto vencido” (CNM/CUT, 2015).

Por meio da troca de informações no espaço da rede e de intercâmbio com redes de outras empresas, possibilitado pela CNM/CUT, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade (MG) conseguiu firmar um acordo<sup>10</sup> com a empresa. Assim, o processo eleitoral é acompanhado de perto, inclusive com acesso às listas de votação. Esse acordo também prevê a indicação de duas pessoas pelo sindicato, e os eleitos têm dois anos de estabilidade. Segundo o coordenador da rede:

A comissão tornou-se para nós um laboratório para a formação de quadros para o sindicato e nos deu a possibilidade de construir a organização no local de trabalho, na medida em que nos aproxima dos trabalhadores envolvidos na comissão. Outro ganho importante foi a transparência trazida à forma de eleição da comissão que antes nos

9 Sigla de *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*.

10 Acordo disponível em: <http://www.sindmonmetal.com.br/wp-content/uploads/2016/08/ACORDO-COMISSAO-PLR-1.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2021.

deixava no escuro. A participação na rede foi fundamental para essa conquista e esse acordo já foi estendido para a planta em BH/Contagem. A ideia é que se estenda para todas as plantas (Entrevista concedida pelo coordenador da Rede de Trabalhadores na ArcelorMittal e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG), em 3 de fevereiro de 2021).

Neste sentido, os impactos trazidos por essa conquista vão além dos ganhos para a negociação da PLR, pois interferem positivamente na organização, no local de trabalho e na formação de novos quadros para o sindicato. Há garantia de uma eleição transparente e com estabilidade para os eleitos, o que significa que os trabalhadores não serão perseguidos pela empresa e poderão atuar junto à entidade sindical. Além disso, abre-se um precedente para que esse modelo seja implantado em outras plantas.

Esse ganho para a OLT é relevante, uma vez que as plantas não contam com Comissões de Fábrica, como acontece nas montadoras de veículos, por exemplo. As Comissões de Fábrica, que garantem um diálogo permanente dos trabalhadores com a direção da empresa, e que proporcionam contato constante da comissão com os trabalhadores, constituem uma realidade ainda muito restrita ao segmento automotivo. Essa conquista de uma comissão de PLR, organizada de forma mais justa para os trabalhadores, representa um importante avanço nesse sentido.

### Limites

Embora, desde a sua fundação, esteja clara a construção da rede como um espaço aberto, independentemente de centrais sindicais ou de orientação político-ideológica, justamente para que seja um instrumento que consiga transpor os limites impostos pela estrutura sindical corporativa, na prática esse é um caminho que apresenta dificuldades.

Segundo relatos do primeiro coordenador da rede:

Na Arcelor nós buscamos o pessoal da Força Sindical, foram os que mais se aproximaram, temos a planta de Itaúna que é da Conlutas e que nunca participou, sempre enviava informações através do representante em Belo Horizonte, tinha também o pessoal de Sabará que é da CTB, que também não participava, mas enviava informações da planta através do mesmo membro. [...] Tentamos trazer os trabalhadores das empresas extrativas pra dentro da rede também, do setor de florestas, eles têm uma Federação, mas não conseguimos. Eles chegaram a participar de um dos encontros, mas a aproximação não foi pra frente (Entrevista com ex-coordenador da Rede, realizada em 30/08/2021).

A Força Sindical é a central mais simpática à rede<sup>11</sup>. Desde 2008, participa ativamente dos encontros e mantém comunicação permanente nesse espaço. Com exceção dos representantes da planta de Piracicaba, a maior planta na base de representação dessa central, todos os outros representantes não são trabalhadores das respectivas plantas. Esse fato dificulta a produção de conteúdo no interior da rede, pois eles não trazem informações sobre o cotidiano dos trabalhadores e não conseguem executar as ações definidas pela rede nos locais de trabalho, uma vez que o acesso é restrito.

Outra dificuldade observada é a falta de envolvimento dos sindicatos nas tarefas demandadas. Cada sindicato tem autonomia para indicar o representante que participará dos encontros, e a confederação sempre orienta que sejam os mesmos representantes, para que haja continuidade acerca do acúmulo adquirido, bem como na execução das ações definidas pela rede, mas nem sempre isso acontece. Quando o representante muda, o processo formativo precisa dar um passo atrás, pois esse novo representante precisa compreender a lógica de funcionamento da rede, e isso acaba atrapalhando a construção coletiva acumulada. Outro entrave está na execução das ações: as pessoas saem dos encontros com a responsabilidade de executar alguma tarefa, mas, para que isso aconteça, precisam convencer o seu sindicato de que ela é importante e que deve ser executada.

A limitação financeira também se faz presente, mas não é um impeditivo para que a rede funcione. Exemplo disso, foi o encontro de 2017, realizado na Colônia de Férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Araquari, no estado de Santa Catarina, base sindical em que se encontra a planta da ArcelorMittal Vega do Sul. O alojamento dos participantes foi improvisado e a comida foi feita pelos próprios dirigentes do sindicato local. A atividade contou com a participação de uma economista e pesquisadora<sup>12</sup> argentina, que deu informes sobre as condições de trabalho e de produção da empresa naquele país. Houve uma visita à planta e diálogo com o RH Nacional da empresa, que se mostrou disposto a dialogar com a rede, mas de forma geral, sem discutir pautas específicas, como costumeiramente.

Por fim, entre as reflexões debatidas, ficaram evidentes as diferenças entre a OLT e o número de sindicalizados, tanto que foram elencados objetivos em relação ao eixo “Organização Sindical”, com vistas a aumentar a sindicalização em todas as plantas da rede e, assim, fortalecer a atuação sindical nos locais de trabalho. Neste ponto, é digno de nota que a prática da empresa em relação à filiação de trabalhadores ao sindicato é mencionada por alguns participantes como uma conduta claramente persecutória.

---

11 Sobre a vocação da FS para participar em espaços institucionais de diálogo social e parceira social, ver Colombi (2019) e Colombi, Lemos e Krein (2018).

12 Julia Strada Rodríguez é doutora em Desenvolvimento Econômico (UNQUI) e diretora do *Banco de la Nación Argentina*. Na ocasião, estava desenvolvendo sua pesquisa sobre a expansão da terceirização nas plantas da ArcelorMittal na Argentina e no Brasil.

## Comitê Mundial de Saúde e Segurança

A Rede Nacional dos Trabalhadores na ArcelorMittal estabeleceu contato com o Comitê Europeu de Trabalhadores desde a sua organização por segmento siderúrgico como trabalhadores do grupo Arcelor. Na época, já reivindicavam um espaço em formato parecido, para que pudessem participar, ter contato com trabalhadores de outras partes do mundo e estabelecer diálogo com a empresa. Em 2007, após a fusão que resultou na formação do grupo ArcelorMittal, a nova direção da empresa, com a participação da família Mittal, colocou-se à disposição para dialogar com os trabalhadores. Foi realizada uma reunião organizada pela empresa e pela antiga FITIM, hoje IndustriAll, que contou com a presença de representantes de mais de 20 países, entre eles, o Brasil. Nessa reunião, os principais temas apontados como prioridades, pelos trabalhadores, foram saúde e segurança. A empresa comprometeu-se a trabalhar junto com o grupo para melhorar as condições de trabalho em todas as suas plantas<sup>13</sup> (INDUSTRIALL GLOBAL UNION, 2007).

Com ponto de partida, nessa reunião, foi assinado, em junho de 2008, um acordo para a criação de um Comitê Mundial de Saúde e Segurança. Esse acordo tem como principal objetivo estabelecer critérios mínimos de saúde e segurança para os trabalhadores nas plantas e criar um canal de diálogo direto com a empresa para solucionar problemas relacionados a esse tema<sup>14</sup>.

Entre as regras estabelecidas no acordo para o funcionamento do comitê está a composição de forma paritária entre empresa e trabalhadores e a indicação dos trabalhadores pelo respectivo sindicato. Na prática, são realizadas visitas bimestralmente em plantas de diversas partes do mundo, e os integrantes do comitê fazem uma avaliação das condições de saúde e segurança da fábrica, como o uso de equipamentos de proteção individual e coletivo, as condições das máquinas, a estrutura da fábrica etc. A definição do local que será visitado varia de acordo com a gravidade dos acidentes que acontecem. Se acontece um acidente fatal em determinada planta, provavelmente a próxima visita será nesse local, uma vez que o comitê também tem o papel de inspecionar e investigar as causas de acidentes. Depois das visitas, é produzido um relatório com as observações aferidas. Esse relatório é apresentado à direção local da empresa, que tem um prazo para solucionar os problemas apontados. O financiamento das visitas é providenciado pela empresa.

Quando a notícia da assinatura do acordo chegou à Rede Nacional dos Trabalhadores, a FITIM já tinha indicado o nome de um trabalhador brasileiro para representar todas as plantas da América Latina. Tratava-se de um dos que estavam presentes na reunião ocorrida em Montreal, o que gerou certa tensão no interior da rede (CNM/CUT, 2008).

---

13 Mais informações disponíveis em: <http://www.industriall-union.org/es/archive/imf/arcelor-mittal-y-sindicatos-cooperan-en-salud-y-seguridad> Acesso em: 31 ago. 2021.

14 Mais informações disponíveis em: <https://www.industriall-union.org/sites/default/files/uploads/images/2018/agreementarcelormittalohs.pdf>

A forma da construção dos acordos celebrados entre a IndustriAll e as empresas, sempre de cima para baixo, geram, além das tensões internas de ordem política, impactos práticos. A empresa financia os encontros, mas toda a preparação anterior à viagem é de responsabilidade da entidade local. A Rede Nacional de Trabalhadores ainda estava em construção, e a preparação de relatórios com informações sobre saúde e segurança do trabalho em todas as plantas brasileiras era uma tarefa difícil. Outra dificuldade era o idioma, pois as visitas às plantas não contam com tradução simultânea. O representante brasileiro tentava dialogar com os outros representantes que falavam espanhol, mas essa comunicação precária não contribuía para sua atuação no comitê.

Eu era novo na direção, inexperiente, acabei sendo jogado nesse comitê. [...] Não foi uma escolha minha ou da Rede Nacional, fui indicado pela FITIM sem consulta prévia. Acabei virando o representante no Comitê e tive dificuldade, porque tinha que representar todas as plantas e mais ainda, os argentinos, porque a representação era na América do Sul. Quando eu trouxe isso para a nossa rede, deu uma certa ciúmeira. Por que não houve uma escolha democrática? Mas consegui exercer o trabalho. Teve um Congresso da USW<sup>15</sup> em Las Vegas que eu fui e o pessoal organizou uma conversa sobre o Comitê. Ali já foi a primeira reunião. Na primeira viagem formal, foi para o Cazaquistão, fui deportado, porque não sabíamos que precisava de visto. Então essa discussão aconteceu meio que na imposição. Eu fiz a discussão com a rede, mas meu nome já tinha sido indicado (Entrevista com primeiro representante brasileiro no Comitê, realizada em 30/08/2021).

No início da atuação do comitê, foi muito debatido no interior da Rede Nacional a utilização desse acordo em favor da organização sindical no Brasil, uma vez que seu regulamento prevê a criação de comitês locais de saúde e segurança com a participação do sindicato sempre que necessário. Ao levar essa ideia ao Comitê Mundial e explicar que existe a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes prevista em lei – mas que nem sempre o sindicato consegue eleger um representante e que muitas vezes a empresa investe na eleição de trabalhadores escolhidos por ela, tornando esse instrumento comprometido quanto à imparcialidade da atuação –, o comitê argumentou que o acordo também prevê a não substituição das legislações locais.

A experiência em Tubarão foi terrível, a CIPA era da empresa e aconteciam muitos acidentes fatais. Nós denunciávamos, mas não conseguimos mudar e ter um comitê separado da CIPA, porque no Acordo está que não se pode substituir a legislação local. Não sei se é maldade, talvez seja porque eles respeitam tanto a legislação deles que não acreditam que aqui no Brasil, não é respeitada (*Ibid.*).

Em 2010, apenas no primeiro semestre houve 5 acidentes fatais em plantas da empresa no Brasil. A Rede Nacional de Trabalhadores escreveu uma nota de repúdio e a CNM/CUT produziu um relatório com detalhes das fatalidades. Esse material foi encaminhado ao comitê

---

15 Sigla para *United Steel Workers*, sindicato norte-americano que representa os trabalhadores da siderurgia.

por um representante brasileiro na reunião que aconteceu em agosto de 2010, na Ucrânia. Os relatos no interior da rede apontam a negligência da empresa em não assumir a responsabilidade por se tratar de funcionários diretos de outras empresas, não envolver o sindicato na investigação posterior e culpar o próprio trabalhador por não ter utilizado equipamentos de segurança. No relatório do Encontro Nacional, em 2010, ainda foram apontados diversos casos de mutilações de partes do corpo dos trabalhadores, e essas informações também foram incluídas na nota de repúdio e no relatório enviado ao Comitê Mundial de Saúde e Segurança.

Diante disso, a visita seguinte aconteceu na planta em Timóteo (MG). Após a visita, foi constatado pelo comitê que o sindicato local não teve acesso à investigação do acidente, uma vez que a CIPA não era constituída por nenhum membro ligado ao sindicato, o que fragilizou a investigação e a cobrança por uma solução. Foi criado então um comitê local composto por trabalhadores da planta próximos ao sindicato, para acompanhar as condições de saúde e segurança na planta. A Rede Nacional avaliou essa ação positivamente, pois possibilitou o diálogo permanente do sindicato com a direção da empresa, o que é sempre buscado pela rede.

Em suma, o comitê é um instrumento importante de organização sindical e de diálogo com a empresa, na medida em que envolve membros da empresa e as direções locais, e cobra por soluções concretas para problemas reais. Está em funcionamento até os dias atuais, embora as visitas tenham sido cessadas durante o período de pandemia da covid-19<sup>16</sup>.

Ainda existem dificuldades internas em relação à utilização desse instrumento por parte dos sindicatos brasileiros. Segundo o atual representante, a atuação brasileira poderia ser mais robusta. Os sindicatos poderiam enviar dados locais sobre acidentes ou políticas de prevenção aplicadas pela empresa, divulgar as ações do comitê no chão da fábrica, mas nem sempre isso acontece (Entrevista com representante brasileiro no Comitê Mundial de Saúde e Segurança do Trabalho na ArcelorMittal, realizada em 31/08/2021).

A construção a partir de um padrão criado nos países centrais não reflete as necessidades dos trabalhadores dos países periféricos. No contexto brasileiro, as direções de cada unidade utilizam a seu favor algumas fragilidades, como a estrutura sindical fragmentada e a legislação local. O campo da ação sindical restrito apenas a ações locais também dificulta a atuação de instrumentos globais, uma vez que não prioriza a divulgação no chão da fábrica e a produção de subsídios para o representante no comitê.

Considerando que o Comitê de Saúde e Segurança dos Trabalhadores atua com foco apenas nesse tema, e tendo em vista a necessidade de abordar outras questões relacionadas às relações do trabalho na empresa, a IndustriAll organiza o Comitê Mundial de Trabalhadores, que envolve representantes de 15 países. A organização desse comitê teve início em 2018 e traçou como principais objetivos estabelecer diálogo social formal e permanente com a empresa, além de obter reconhecimento como representante dos trabalhadores da empresa no mundo. O comitê tem contado com a empresa em reuniões desde a sua fundação. No entanto, embora na última

---

<sup>16</sup> Sobre os impactos da pandemia sobre o mundo do trabalho no Brasil, ver Oliveira e Pochmann (2020).

reunião, em 2021, o diretor de recursos humanos presente demonstrasse estar disponível para o diálogo, ressaltou que os conflitos locais deveriam ser resolvidos na esfera local, e esquivou-se de comprometimento em solucionar os problemas relatados na ocasião (INDUSTRIALL, 2021).

### **Considerações finais**

As influências do sindicalismo internacional foram fundamentais para a ideia de organização das redes brasileiras, mas a importação pura e simples desse modelo mostrou-se não compatível com a organização dos CMTs organizados em esfera global, diante do contexto nacional (PANEQUE, 2021; PANEQUE; JARD DA SILVA, 2021).

Neste artigo, busca-se dar luz às implicações práticas na organização dos trabalhadores metalúrgicos e, em especial, da ArcelorMittal, por meio da análise de relatórios de encontros, de documentos produzidos pela rede e de observação direta. Conforme Silva, Estanque, Costa (2021), as diferentes temporalidades relacionadas ao processo de desenvolvimento desigual, especialmente nos países do Sul, bem como a trajetória histórica territorial, devem ser observadas ao analisar a solidariedade internacional entre trabalhadores. Segundo Waterman (2005), é preciso observar os diferentes internacionalismos e o modo como trabalhadores em países do Sul apenas se beneficiam de instrumentos de organização sindical internacionais, pois não são parte de sua construção. A atuação da antiga FITIM na construção do Acordo de Saúde e Segurança do Trabalho na ArcelorMittal é um claro exemplo da não consideração de trabalhadores de países do Sul como protagonistas nesse processo. Ainda, segundo Ford e Gillian (2015), é necessário considerar uma atuação multiescalar, em vez de uma atuação meramente global, que respeite as diferentes realidades.

As demandas locais trazidas pelos trabalhadores nesse formato de CMTs dão sentido à atuação desse instrumento, na medida em que realmente impactam diretamente a vida dos trabalhadores e podem ser analisadas em conjunto com estratégias globais de ação. Ao mesmo tempo, essas demandas reais colocam à mesa questões fundamentais do movimento sindical que devem ser consideradas. Essa distância “abissal” em relação à atuação sindical, níveis de sindicalização, fragmentação da estrutura sindical, relação de conflito e repressão dentro da empresa podem ser obstáculos para a atuação dos CMTs, vez que os sindicatos mais frágeis nem sempre conseguem colocar estratégias definidas em prática nesses espaços. As empresas valem-se dessas fragilidades para estar sempre em vantagem na relação com os trabalhadores, jogando com essa dicotomia entre o local e o global. Em outras palavras, organizando-se cada vez mais de forma global e utilizando argumentos locais para se favorecerem nas negociações.

A solidariedade internacional pode ser exercitada nesses espaços no sentido de fortalecer os sindicatos mais frágeis, considerando todas as partes como sujeitos na construção das ações deliberadas, afinal, os instrumentos devem refletir as necessidades de todas as partes envolvidas (COSTA, 2005). Neste ponto, a superação da estrutura sindical brasileira por meio das redes é

uma dualidade, pois, ao mesmo tempo em que são criadas com a possibilidade de transpor esses limites, promovem intercâmbio de informações e a possibilidade da construção de uma pauta coletiva, enfrentando dificuldades em sua construção interna justamente por causa dessa mesma estrutura sindical fragmentada.

O setor siderúrgico, especialmente as usinas da ArcelorMittal, estão localizadas em sua maioria em cidades pequenas e afastadas de grandes centros urbanos<sup>17</sup>. Os sindicatos que representam esses trabalhadores são pequenos e, em sua maior parte, a base de representação é composta por apenas uma grande empresa, a usina siderúrgica. Essa característica faz com que o sindicato fique vulnerável aos desmandos da empresa, portanto o efeito da rede para os trabalhadores da siderurgia tende a ser mais relevante, no sentido de fortalecer a ação sindical local.

Embora as redes, que são espaços organizados em nível nacional por empresa, não sejam suficientes para dar conta de todos os desafios da nova configuração da classe trabalhadora, considerando que as teias construídas pelas cadeias globais de valor constituem um emaranhado de empresas distintas; ainda assim elas constituem uma experiência organizacional importante. Isso porque são espaços horizontais por natureza, permitem a participação de toda e qualquer representação sindical envolvida na cadeia produtiva da empresa, canalizam seus debates para a construção de uma pauta nacional e contribuem para o fortalecimento da organização sindical nos locais de trabalho, em um mundo globalizado.

Em síntese, os achados empíricos apresentados neste artigo indicam que as redes, mesmo com todas as dificuldades elencadas, continuam constituindo um dos instrumentos fundamentais para a organização sindical atual, bem como as instituições sindicais nacionais, como as centrais sindicais e confederações, que tiveram papel fundamental na constituição da rede ArcelorMittal.

## Referências

- ARBIX, Glauco. A dinastia corporativista. **Tempo Social**, São Paulo, n. 8, p. 127-159, 1996.
- BRAGA, Ruy. **A Rebelião do Precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.
- COLOMBI, Ana P. F. As centrais sindicais e a reforma trabalhista: enfrentamentos e dificuldades. **Tempo Social**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 217-236, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.TS.2019.152129> Acesso em: 11 fev. 2022.
- COLOMBI, Ana P.; LEMOS, Patrícia R.; KREIN, José D. Entre negociação e mobilização: as estratégias da CUT e da FS frente à reforma trabalhista no Brasil. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 17, n. 2, p. 179-198, 2018. Disponível em: [22197-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](https://www.cloudfront.net/d1wqtxts1xzle7) Acesso em: 13 fev. 2022.
- COMIN, Álvaro. A experiência da organização das centrais sindicais no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos Antônio Barbosa de (org.). **O mundo do trabalho**: crise e mudança no final do século. São Paulo: Scritta, 1994. p. 359-401.

---

17 O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de João Monlevade foi fundado, em 1951, para representar exclusivamente os trabalhadores da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Ver mais em <http://www.sindmonmetal.com.br/a-entidade/>. Acesso em: 08 set. 2021.



- COSTA, Hélio. **Responsabilidade Social Empresarial e Sindicalismo no Contexto da Globalização**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- COSTA, Hermes. **O internacionalismo operário entre o local e o global: as redes sindicais de trabalhadores químicos e metalúrgicos no Brasil**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Escola de Estudos Avançados, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.
- CUT. **Resoluções do 9º Congresso Nacional da CUT**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>. Acesso em: 6 de jan. de 2020.
- CUT, Central Única dos Trabalhadores. **Guia para a construção de redes sindicais em empresas transnacionais**, 2009. Disponível em: <http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>. Acesso em: 03 jan. /01/2020:
- FES. **Diálogo Social: para ampliar a cultura democrática no Brasil**. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/06279.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2023.
- FORD, Michelle; GILLIAN, Michael. The Global Union Federations in International Industrial Relations: A Critical Review. **Journal of Industrial Relations**, v. 57, n. 3, p. 456-475, 2015.
- FRAMIL FILHO, Ricardo. **O internacionalismo operário entre o local e o global**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- INDUSTRIALL GLOBAL UNION. **ArcelorMittal y sindicatos cooperan en salud y seguridad**. 2007. Disponível em: <http://www.industriall-union.org/es/archive/imf/arcelor-mittal-y-sindicatos-cooperan-en-salud-y-seguridad>. Acesso em: 31 ago. 2021:
- INDUSTRIALL GLOBAL UNION. **Agreement on minimum requirements for Plant level Joint H&S Committees**. 2008. Disponível em: <http://www.industriall-union.org/sites/default/files/uploads/images/2018/agreementarcelormittalohs.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.
- INDUSTRIALL GLOBAL UNION. **Tres trabajadores mueren en el derrumbe de una chimenea en ArcelorMittal Sudáfrica**. 2021. Disponível em: <http://www.industriall-union.org/es/tres-trabajadores-mueren-en-el-derrumbe-de-una-chimenea-en-arcelormittal-sudafrica>. Acesso em: 23 ago. 2021.
- JARD DA SILVA, Sidney. **Companheiros servidores: o sindicalismo do setor público na CUT**. São Bernardo do Campo: EdUFABC, 2015.
- MANGABEIRA, Wilma; PEREIRA, Vera. **Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- MARTINS, Heloísa de Souza. Os dilemas do movimento sindical em face da terceirização. *In*: MARTINS, Heloísa de Souza; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 13-40.
- OLIVEIRA, Dalila A.; POCHMANN, Marcio. **A Devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. Brasília: Gráfica e Editora Positiva/CNTE, 2020.
- OLIVEIRA, Isabela F. de. Terceirização do trabalho no Brasil: A regulamentação em disputa. *In*: DRUCK, Graça; SILVA, Jair B. da (org.) **Trabalho, precarização e resistências: as múltiplas faces do trabalho**. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 185-215.
- PANEQUE, Renata Gnoli. **A organização em rede dos trabalhadores metalúrgicos no Brasil: estudo de caso da rede dos trabalhadores na ArcelorMittal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Pós—Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2021.
- PANEQUE, Renata Gnoli; JARD DA SILVA, Sidney. Organização sindical em rede no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 119-139, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/362> Acesso em: 13 abr. 2022.

- RAMALHO, José Ricardo, SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. Trabalho e ação sindical em Redes Globais de Produção. **Tempo Social**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 9-29, 2018.
- RAMALHO, José R.; CARVALHO, Vladimir. **Volta Redonda, memorial da greve**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- RODRIGUES, Iram J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta/FAPESP, 1997
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/vvw5c>. Acesso em: 24 fev. 2021.
- SANTANA, Marco Aurélio. Da plenitude ao vazio na Cidade do Aço: memórias dos movimentos sociais em Volta Redonda (1980-1990). **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 91-106, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; COSTA, Hermes Augusto. Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Porto: Afrontamento, 2004. p. 17-61.
- SILVA, Leonardo Mello e; FRAMIL FILHO, Ricardo; FRESTON, Raphael. Redes sindicais em empresas transnacionais: enfrentando a globalização do ponto de vista dos trabalhadores. **Friedrich Ebert Stiftung Brasil**, n. 5, p. 1-27, set. 2015.
- SILVA, Leonardo Mello e; ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto da A. Apresentação: repertórios políticos nas lutas trabalhistas transnacionais e as novas formas de governança trabalhista global. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 05-14, 2021.
- SINDMONMETAL. Sindicato Metalúrgicos de João Monlevade. **Acordo para critérios de formação de comissão de PLR**. 2017. Disponível em: < <http://www.sindmonmetal.com.br/wp-content/uploads/2016/08/ACORDO-COMISSAO-PLR-1.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2021.
- WATERMAN, Peter. **Emancipar o internacionalismo operário**. In: SANTOS, Boaventura de Souza. **Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 135-169.
- WATERMAN, Peter. O internacionalismo sindical na era de Seattle. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 62, p. 33-68, jun. 2002.

## Outras fontes

- CNM/CUT. **Relatório do Encontro da Rede Nacional dos Trabalhadores na ArcelorMittal**. São Paulo: CNM/CUT, 2008.
- CNM/CUT. **Relatório do Encontro da Rede Nacional dos Trabalhadores na ArcelorMittal**. São Paulo: CNM/CUT, 2012
- CNM/CUT. **Relatório do Encontro da Rede Nacional dos Trabalhadores na ArcelorMittal**. São Paulo: CNM/CUT, 2013.
- CNM/CUT. **Relatório do Encontro da Rede Nacional dos Trabalhadores na ArcelorMittal**. São Paulo: CNM/CUT, 2015.
- CNM/CUT. **Relatório do Encontro da Rede Nacional dos Trabalhadores na Gerdau**. São Paulo: CNM/CUT, 2017.

## Entrevistas

- LOPES, Fernando. Depoimento. [Entrevista cedida a Renata Gnoli Paneque] **Entrevista concedida para pesquisa sobre as redes sindicais nacionais metalúrgicas**, São Bernardo do Campo, ago. 2021. Extensão MP3 (47 min).

OLIVEIRA, José Wagner. Depoimento. [Entrevista cedida a Renata Gnoli Paneque] **Entrevista concedida para pesquisa sobre as redes sindicais nacionais metalúrgicas**, São Bernardo do Campo, ago. 2021. Extensão MP3 (1h12 min).

OLIVEIRA, Osvaldo. Depoimento. [Entrevista cedida a Renata Gnoli Paneque] **Entrevista concedida para pesquisa sobre as redes sindicais nacionais metalúrgicas**, São Bernardo do Campo, ago. 2021. Extensão MP3 (55 min).

SANTOS, José Quirino. Depoimento. [Entrevista cedida a Renata Gnoli Paneque] **Entrevista concedida para pesquisa sobre as redes sindicais nacionais metalúrgicas**, São Bernardo do Campo, fev. 2021. Extensão MP3 (36 min).

Recebido em: 30/11/2022

Aceito em: 15/05/2023

**REDES SINDICAIS INTERNACIONAIS:  
uma estratégia de resistência ao poder das multinacionais<sup>1</sup>**

***INTERNATIONAL UNION NETWORKS :  
as a strategy of resistance to the power of mncs***

---

Ariella Araujo Silva\*

**Resumo**

O objetivo deste artigo consiste em problematizar as chamadas redes sindicais e suas articulações em âmbito internacional. As redes sindicais têm sido uma tendência internacional desenvolvida, em primeiro lugar, nos países de capitalismo central, principalmente na Europa Ocidental, em decorrência das adversidades que os sindicatos vinham enfrentando desde o final do século XX. Devido ao processo de internacionalização e ao discurso da competitividade, muitas empresas “multinacionais” colocaram em marcha ações de despedimentos massivos, ataque aos direitos laborais, aumento da jornada de trabalho, entre outros. Como resposta a esse cenário, o movimento sindical articulou e organizou redes de cooperação a fim de criar e fomentar a solidariedade entre os trabalhadores que sofreram os danos diretos do processo de ajuste estrutural. Nosso debate se concentrará no processo de resistência que as redes podem oferecer a esse poder das “multinacionais”, elencando alguns exemplos experimentados no setor automotivo. Acreditamos que as redes estão se desenvolvendo como uma possibilidade de ação a nível internacional, pois o que se percebe é que o sindicalismo tem cada vez mais inserido em suas agendas a discussão sobre a necessidade de ações conjuntas e concertadas. A ideia das redes sindicais internacionais pode ser uma possibilidade promissora para o futuro do movimento sindical. Alguns pesquisadores tendem a listar esse tipo de movimento, que procura resistir ao efeito nocivo da “globalização econômica”, e ao poder das multinacionais, como uma das principais novidades na arena política, devido à sua forma de articulação em redes, com a extensão global.

**Palavras-chave:** Redes Sindicais. Contrapoder. Multinacionais. Global-local.

**Abstract**

This paper has the objective of discussing the formation of Union Networks International and how these networks have been articulated on an international scope. Union networks have been an international trend that developed, firstly, in countries of central capitalism, mainly in Western Europe, due to the fragility that the unions were facing because of the actions of transnational companies. These actions, due to a competitiveness of speech, were implicated in massive lay-offs, attacks on social benefits, and reductions of wages and greater increases of the working day. As a result of these factors, the networks were created to set solidarity up among workers that suffered the direct damages of the structural adjustment process. Because of this, we will focus on debate about the process of resistance that these networks can offer before the power of MNCs in the actual stage of capital, based on in some observations in the specialized literature. We understand that networks are evolving as a possibility for action at the

---

<sup>1</sup> Este artigo consiste em uma adaptação de textos apresentados nos seguintes eventos: *V Jornadas Internacionales de Problemas Latinoamericano*, Córdoba (Argentina); *XI Reunión de Antropología del Mercosur*, Montevideu (Uruguai); *Third ISA Forum of Sociology*, Viena (Áustria).

\*Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na *Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung* (Alemanha). Pós-doutoranda em Ciências Políticas pela Unicamp (bolsa CNPq Júnior). Possui experiência em pesquisa com os temas Neoliberalismo, Trabalho, Sindicalismo e Movimentos Sociais; e Sindicalismo Internacional. Atualmente integra o grupo de pesquisa Trabalho, Reformas Neoliberais, Movimentos Sindicais e Sociais integrado à Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista (REMIR – Trabalho). Autora do livro **O Sindicalismo do Século XXI**: a dinâmica do Comitê Mundial trabalhadores da Daimler AG e Volkswagen AG (Editora Annablume, 2021). Email: araujoariella@gmail.com

---

international level, once increasingly, unionism has inserted in its agendas the discussion of the growing challenge of creating appropriate and effective mechanisms for coordination, organization, and articulation of union action on an international scale, mainly because this is the sphere of capitalism action and the transnational companies and their internationalized production and subcontracting networks. The idea of global networking can be a promising possibility to the future of the union movement, as long as they are firmly in tune with their rank-and-file. Some researchers tend to list this kind of movement, that seek to resist the harm full effect of “economic globalization”, and the power of MNCs, as one the main novelties in the political arena due to its form of articulation in networks, with global extension.

**Keywords:** Union Networks. Counterpower. Transnational companies. Global-local.

## Introdução

A reestruturação político-econômico e social do final do século XX fez com que os sindicatos passassem a operar em um contexto bastante complexo, adverso e multifacetado, com esforços cada vez mais crescentes em atividades transfronteiriças como um tipo de resposta aos novos desafios que eles passaram a enfrentar. O panorama de mudanças na dinâmica internacional afetou o movimento sindical em maior ou menor grau e encetou debates sobre a necessidade de renovação das suas formas de organização, do seu papel e da urgência na construção de alianças internacionais como parte constitutiva da agenda sindical.

É no interior desse quadro mais geral que desde os anos de 1990 o papel das redes sindicais tem despertado o interesse de acadêmicos brasileiros e estrangeiros, bem como de sindicalistas. Embora careça de delimitação mais precisa, o termo rede sindical é utilizado para capturar uma dinâmica internacional de coordenação em rede de trabalhadores e ativistas de uma mesma empresa transnacional. Geralmente quando se trata de abordar esse conceito toma-se como referencial teórico-analítico as obras de Castells (1999, 2009). Assim como diversos pesquisadores, partimos da compreensão de que rede é um conjunto articulado de “nós”, sendo cada “nó”, neste caso, representado por sindicalistas e/ou representantes dos trabalhadores de cada planta de uma determinada empresa multinacional. É importante salientar, no entanto, que, se por um lado partimos dessa noção primária elaborada por Castells, por outro nos afastamos dela ao colocar no centro da discussão o lugar que o trabalho ainda ocupa no século XXI. A despeito das muitas teses sobre o fim do trabalho<sup>2</sup>, trata-se aqui de redefinir como essas redes podem ser utilizadas a favor do trabalho e do movimento sindical e não apenas como instrumentos de uma “economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada” e flexibilizada, como defende Castells (1999). Nesse sentido, o objetivo é problematizar como os agentes envolvidos nessas estruturas conseguem mobilizar esses mecanismos em favor de determinadas demandas locais e imediatas, mas também refletir sobre a capacidade e as possibilidades de transcender o imediato e o local e com isso criar programas, projetos, campanhas e mobilizações de longo alcance que fujam à lógica da atuação local.

---

<sup>2</sup> Sobre essas teses ver: Gorz (1982) e Touraine (1970).

Outro ponto observado nos debates sobre redes sindicais é que muitos pesquisadores tendem a enquadrar a discussão sob duas perspectivas: uma que subestima, devido aos obstáculos e limitações relatados pelos sindicalistas pesquisados, como questões culturais e falta de recursos financeiros para sustentar essas iniciativas; e outra que superestima essas ações, tomando conquistas pontuais como exemplos de sucesso. A intenção da nossa exposição não é, portanto, nem uma e nem outra, mas antes explorar os limites e as potencialidades que essas experiências têm produzido. A dinâmica dessas organizações, assim como a de muitos movimentos sociais (e entendemos o sindicalismo não apenas como instituição, mas também como movimento social), nem sempre avança em um contínuo progressista, podendo por vezes retroceder ou recuar.

Como exemplos de atuação em rede encontramos os Conselhos de Empresa Europeus (CEEs), os Comitês Mundiais de Trabalhadores (CMTs), e as Redes Sindicais Internacionais de Trabalhadores. Os Conselhos de Empresa Europeus Estendidos e os Comitês de Informação são outros casos enquadrados como redes sindicais (RÜB, 2002). Geralmente os CEEs são os exemplos mais citados de performance em rede e, em menor grau, os CMTs, que ainda permanecem bastante marginais na literatura internacional e por isso foram objeto de investigação recente (ARAUJO, 2019, 2021). As federações/confederações internacionais também constituem redes pois aglutinam diversas entidades sindicais ao redor do mundo, como a IndustriALL<sup>3</sup>. As diferenças entre esses modelos, em linha gerais, são:

1) **as formas de ação** – que podem ser regionais, como no caso dos CEEs, que englobam apenas trabalhadores europeus de uma mesma empresa; transnacionais, como os CMTs, em que participam trabalhadores das diversas plantas localizadas em diferentes países, não apenas europeus; bilateral ou nacional, como as redes sindicais, que envolvem até dois países, por exemplo, a Rede de Trabalhadores da Leoni; ou de plantas de apenas um país, como a Rede Sindical de Trabalhadores da Weg;

2) **o grau de formalização ou institucionalização** – ou seja, se são reconhecidos ou não pela empresa e, portanto, contam com financiamento para a realização dos encontros e participam de decisões da empresa; se possuem acordos estabelecidos, como os de fundação ou Acordos Marco Internacionais (AMIs), a exemplo da *Daimler AG*, e Acordos Coletivos Transnacionais (ACTs), como na *Volkswagen AG*; e

3) **a composição** – se bipartite (trabalhadores-empresa) ou tripartite (quando envolve o Estado) e se os representantes dos trabalhadores são eleitos ou designados pelo sindicato.

---

<sup>3</sup> A *IndustriALL Global Union* foi criada em 19 de junho de 2012, com a proposta de reunir afiliados das ex-federações sindicais globais: Federação Internacional de Metalúrgicas (*International Metalworkers Federation* – IMF), Federação Internacional de Sindicatos de Químicos, Energia, Minas e Sindicatos Gerais (*International Federation of Chemical, Energy, Mine and General Workers' Unions* – ICEM) e Federação Internacional de Trabalhadores de Couro e Têxtil (*International Textiles Garment and Leather Workers' Federation*). Representa 50 milhões de trabalhadores, em 140 países, em uma ampla gama de setores, desde a extração de petróleo e gás, mineração, geração e distribuição de energia elétrica, até a fabricação de metais e produtos metálicos, construção naval, automotiva, aeroespacial, engenharia mecânica, eletrônica, produtos químicos, borracha, polpa e papel, materiais de construção, têxteis, vestuário, couro e calçado e serviços ambientais.

Em termos de enquadramento teórico, as discussões sobre redes sindicais em sentido amplo podem ser localizadas em tradições voltadas para o **(neo)socioinstitucionalismo** (THELEN, 2009; PERNICKA; GLASSNER, 2014; VOSS; SHERMAN, 2000); para os **novos movimentos sociais** (KELLY, 1998; FREGE; KELLY, 2003; GREER; HAUPTMAIER, 2008; GAJEWKSKA, 2009); para **variedades do capitalismo** (HALL; SOSKICE, 2001; MÜLLER; PLATZER; RÜB, 2004); e, às vezes, para um ecletismo entre essas tendências. Uma quarta perspectiva teórica pode ser identificada, tributária das discussões sobre **convergência e divergência** de sistemas de produção e gestão de recursos humanos (JÜRGENS; KRZYWDZINSKI, 2016).

Alguns pesquisadores e sindicalistas entendem que essas redes contêm determinadas potencialidades, como fortalecer a negociação coletiva (LEVINSON; 1972); empreender uma representação transnacional dos trabalhadores (RÜB, 2002); fomentar um acordo coletivo nacional, como no caso do Brasil (CNM/CUT), com o acordo nacional que uniformiza a Participação nos Lucros e Resultados na *Thyssenkrupp*; dinamizar a capacidade de mobilização dos trabalhadores; e conduzir à emancipação operária através de um novo internacionalismo operário/proletário<sup>4</sup> (DRUMMOND, 2008; WATERMAN, 2005, 2002; SANTOS; COSTA, 2005). Para outros, (MARTINEZ LUCIO; WESTEON, 2004), todos esses aspectos citados são a expressão de um novo internacionalismo operário materializado nas negociações coletivas transfronteiriças, nas mobilizações, em troca de informações, em códigos de conduta sociais e de através de AMIs e ACTs.

Acreditamos que todos esses elementos acima elencados constituem partes de um todo e revelam um problema de ordem maior: a crise do movimento sindical. Mas neste ponto queremos chamar a atenção para algumas questões. Primeira, sobre o já controverso e tão debatido futuro do sindicalismo, se vivenciou um refluxo, um declínio ou uma crise (RODRIGUES, 1999, TOURAINE, 1970, ROSANVALLON, 1989). Segunda, sobre o fenômeno da “crise” ser uniforme, uma vez que os modelos de organização e práticas sindicais são distintos, tanto em países do mesmo bloco regional como em diferentes regiões do mundo (SANTOS, 2006; COSTA 2011; BOITO JR, 2003). Isso significa que o ritmo e a intensidade da “crise” não ocorreram da mesma forma, por exemplo, foi forte em países que possuíam uma tradição sindical consolidada (Europa ocidental e América do Norte) e menos impactante em outros (Canadá e escandinavos) (BOITO JR, 2003). Terceira questão, o debate frequentemente enfatizou os aspectos quantitativos da crise, como queda na taxa de filiados, diminuição da densidade sindical e da cobertura de negociação (FREGE; KELLY, 2003). Esse tipo de abordagem não leva em consideração os diferentes significados que esses elementos quantificáveis podem assumir em outros contextos

---

4 A categoria “novo” advém da forma como esse internacionalismo está estruturado, isto é, na forma horizontal configurada em redes, conselhos ou comissões (SANTOS, 2006; WATERMAN, 2002, 2005). Entendemos o internacionalismo operário como atividades que emanam de “baixo para cima” através das ações coletivas dos trabalhadores, que deixam seus interesses imediatos de lado em favor de trabalhadores de outro país. Essa forma de solidariedade seria estabelecida como meio de promover seus interesses de longo prazo como membros de uma “classe transnacional” (LINDEN, 2013).

(queda da taxa de filiados pode ser um indicativo importante para países anglo-saxões, mas não para países como França e Alemanha).

Mesmo diante da complexidade do fenômeno da crise, os sindicatos experimentaram cada um desses aspectos, mas com intensidades diferentes. São aspectos decorrentes das mudanças na forma de organização do trabalho, naquilo que Robert Castel (1998) analisou sobre a erosão da relação salarial, expressivo em países de capitalismo central. Essa relação, e os direitos a ela associados, cedeu gradativamente espaço para o avanço da precarização do trabalho, da subcontratação, da flexibilização dos direitos trabalhistas, da desregulamentação do trabalho, da terceirização e da individualização, frutos do processo de reestruturação próprios da acumulação do capital. Para os países de capitalismo periférico, como o Brasil, essa reorientação do padrão de acumulação só acentuou as formas de trabalho precarizadas aqui já existentes.

A esses aspectos citados brevemente soma-se o poder que as próprias empresas multinacionais adquiriram nesse novo contexto. Esse poder tem como fundamento o novo papel que essas empresas passaram a desempenhar diante da predominância da financeirização na acumulação do capital. As corporações possuem na atualidade grande poder de influência, (MARIANO; ZIDAN, 2011), não apenas sobre as finanças, a “gestão da produção do social”, o direcionamento dos investimentos estrangeiros diretos, mas também sobre as regras do comércio internacional e sobre as políticas de decisão locais. Ancoradas na capacidade de poder que possuem para movimentar um volume de capital muitas vezes superior ao PIB (Produto Interno Bruto) de países como, Brasil, México, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela, essas empresas acabaram adquirindo um poder de chantagem sem precedentes sobre os Estados Nacionais e sobre a legislação local.

Foi justamente em oposição a esse contexto desfavorável ao trabalho e ao crescente poder de chantagem patente em táticas de pressão corporativa (*whipsawing*)<sup>5</sup> de empresas multinacionais que o movimento sindical procurou fortalecer a sua ação internacional por meio das chamadas redes sindicais. Mas esse enfrentamento sindical ao poder que as empresas transnacionais adquiriram não é um fenômeno novo, pois surgiu por iniciativa do movimento sindical estadunidense devido ao embrionário processo de desconcentração das indústrias automotivas para países da América Latina e da Europa no final dos anos 1950.

As federações internacionais foram igualmente importantes no processo de criação e consolidação das redes sindicais. Preocupadas em criar mecanismos de coordenação da ação

---

5 Utilizamos estratégia corporativa de pressão no lugar do termo em inglês *whipsawing* para facilitar a leitura. O termo *whipsawing* apareceu pela primeira vez em 1980 como referência a uma prática social identificada com os sindicatos, em vez das empresas (HEERY; NOON, 2008), para tentar extrair concessões dos empregadores. A técnica consistia em apresentar as reivindicações aos patrões tomando como parâmetro o melhor setor. Geralmente os sindicatos se municiavam de táticas coercitivas e ameaçadoras para obter os pagamentos e muitos gerentes se viam obrigados a ceder. Qualquer tentativa de resistir ao processo de coerção resultaria em uma greve ou desaceleração do trabalho pelos funcionários. Essa tática passou a ser explorada pelas gerências nos anos 1990 para obter concessões visando ao rebaixamento salarial através de ameaças como deslocalização de fábricas ou desinvestimentos em produtos (ARAUJO, 2019; 2021).



sindical transnacional frente ao capital e às empresas multinacionais, pode-se dizer que três delas desempenharam um papel muito importante, principalmente a partir de 1964, que são: a Federação Internacional da Indústria Metalúrgica (FITIM), a Federação Internacional dos Trabalhadores da Indústria Química e Afins (FITQA) e a União Internacional de Trabalhadores em Alimentação, Agricultura, Hotéis, Restaurantes, Tabaco e Afins (UITA). O mesmo pode ser dito com relação a outras organizações como a Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), que adotou em seu 11º congresso em outubro de 1975 a “Carta sobre as multinacionais”, com proposições no âmbito sindical e institucional (governos e organismos internacionais); a Confederação Mundial do Trabalho (CMT) e a Federação Sindical Mundial (FSM), mas que dirigiram suas preocupações mais para o espaço institucional.

Uma das estratégias pensadas, articuladas e fomentadas foi a criação de Comitês Mundiais de Empresas Transnacionais. No caso do segmento automotivo, a FITIM (hoje IndustriALL) desenvolveu uma gama de políticas, inovadoras e dinâmicas, para enfrentar os desafios que as empresas multinacionais vinham impondo aos trabalhadores e ao movimento sindical. Essa preocupação materializou-se com a realização da **I Conferência dos Trabalhadores Automobilísticos** em Paris, em 1959, cujas bases para a formação dos primeiros comitês estiveram presentes, consolidando em 1966 o estabelecimento de Comitês em empresas como a *Ford*, a *General Motors*, a *Chrysler*, a *Fiat-Citroën*, a *Simca*, a *Rootes*, a *Volkswagen* e a *Daimler-Benz* e, posteriormente, em 1971, a *British Leyland*, *Renault-Peugeot*, *Nissan* e a *Toyota*.

O setor químico também empreendeu esforços nesse sentido, criando 26 comitês entre 1969 e 1977 (como *Bayer*, *BASF* e *Höchst*) a partir do esforço do secretário-geral da Federação Internacional dos Trabalhadores Químicos (ICF), Charles Levinson. Contudo, as avaliações dessas experiências no ramo químico foram extremamente negativas, principalmente por conta da intensa publicidade que foi feita e da alta expectativa que isso gerou.

Os sindicatos internacionais do ramo alimentício também elaboraram medidas abrangentes contra as empresas multinacionais. O Sindicato Internacional dos Trabalhadores em Alimentação (*International Union of Foodworkers – IUF*) atuou no estabelecimento de programas com esse objetivo no início da década de 1970, com a criação de comitês mundiais em empresas como a *Nestlé*, *Oetker*, *WRGrace* e *Unilever*. Em 1973, um grupo de trabalho para a indústria do tabaco na UITA estabeleceu um Comitê Mundial conjunto para empresas do ramo. “Apenas o comitê mundial da Nestlé continuou a existir por um período de tempo; os fóruns de coordenação para a WR Grace e a Oetker encerraram suas atividades em 1973 e o ICF se retirou do comitê Unilever em 1976 (foi revivido pela UITA, em 1980)” (RUTTERS, 1989, p. 231 *apud* RÜB, 2002). No entanto, o comitê *Unilever* não poderia sustentar-se após a sua recriação. Rutters atribuiu a curta vida desses comitês, em especial, a fatores sindicais internos (RUTTERS, 1989 *apud* RÜB, 2002)

Podemos perceber a partir desse breve histórico que o percurso dessas experiências tem sido pontilhado por rupturas e descontinuidades, algumas sequer sobreviveram ao primeiro

encontro. Essas experiências históricas nos levam a inferir que as redes mais duradouras e exitosas se localizam não apenas no setor automobilístico, mas estão concentradas nas empresas de capital alemão. Para isso, a principal hipótese é de que as relações industriais da empresa matriz, bem como as identidades sindicais, desempenham um fator limitante nos países subsidiários, inclusive levando muitos a importarem elementos das relações industriais das matrizes, adaptarem e ressignificarem a seus contextos locais, como observou Krzywdzinski (2014) ao estudar o comportamento de empresas alemãs nos países emergentes, como Rússia e China, e Araujo (2019), com os CMTs na *Volkswagen* e *Daimler*.

No caso das empresas alemãs, as relações industriais baseadas no modelo dual alemão, com negociações coletivas setoriais estabelecidas por fortes sindicatos (*Gewerkschaften*), e a determinação, que garante direitos de negociação e representação no nível da empresa pelos comitês de empresa (*Betriebsräte*), são os elementos constitutivos dessa relação. Como esse tema não é o foco da discussão, nos concentraremos em alguns exemplos de como essas práticas podem ser utilizadas pelos agentes sindicais envolvidos nessas redes sindicais, dando especial atenção em como podem ser exploradas para ajudar a fortalecer a ação dos sindicatos locais.

### **Alguns exemplos da atuação em rede**

Existe muita controvérsia a respeito dos impactos que os CEEs exercem sobre a correlação de forças entre capital e trabalho e, principalmente, muitas dúvidas a respeito da sua efetiva capacidade de se contrapor ao poder das multinacionais. Geralmente essas avaliações são feitas tomando como referencial experiências de resolução de conflitos que não foram muito favoráveis aos trabalhadores, a título de exemplo do que ocorreu com a *Michelin*. Fundado em 1999 (POND, 2007) e visto com um instrumento para os sindicatos monitorarem e prevenirem coletivamente os riscos de *dumping* social entre as entidades do grupo, pelo menos na Europa, o CEE da *Michelin* não teve força suficiente para conter as ações de reestruturações arbitrárias adotadas pela empresa unilateralmente. Entre as medidas adotadas constam corte de postos de trabalho entre 2001 e 2003, fechamento de plantas, como a de *Burnley* no Reino Unido em 2002 que afetou 1.766 postos de trabalho, e reestruturação produtiva em diversas unidades na Europa.

Outros autores ressaltam a inexpressividade, ou pouca efetividade, que os CEEs têm tido na reversão de processos de demissão em massa e na participação em planos de reestruturação produtiva e de pessoal que resulte na retenção de postos de trabalho, principalmente em países do sul europeu, e contra violações (*dumping* social) das regulações da União Europeia. No limite, essas experiências chegam a ser qualificadas como instrumentos de manobra da União Europeia por alguns militantes ou como meios para promover os interesses de sindicatos locais. Sobre esse aspecto, Hancké (2000) resalta como os sindicalistas locais pesquisados utilizaram, inclusive, o CEE como ferramenta para obter informações que pudessem ser usadas muitas vezes contra outras plantas da empresa de outras localidades. A coordenação, que cedeu espaço

para a competição entre plantas, ocupou um pequeno lugar entre as atividades consideradas úteis para o trabalho sindical local.

Se por um lado há aqueles que enfatizam os aspectos negativos dos CEEs, por outro há os que consideram que essa forma de organização se envolveu em pelo menos um episódio de grande repercussão: a euro greve da *Renault-Vilvoord* em 1997. A ressonância que esse caso teve é bastante conhecida e isso se deve justamente à proporção que assumiu, que começou em *Vilvoorde*, na Bélgica, com adesão posterior de outras unidades europeias. O movimento não só extrapolou os limites intramuros da empresa, contra o processo de encerramento da unidade de *Vilvoorde*, como ampliou a ação coletiva para uma agenda contra o desemprego em vários países da União Europeia. Para Tarrow (2008), a história da *Renault-Vilvoorde* revela até mesmo uma nova relação com os movimentos sociais e um novo papel do Estado como intermediário entre atores domésticos e transnacionais. Mesmo que o desfecho da história não tenha sido o esperado, ou seja, o não fechamento da unidade em *Vilvoorde*, não se pode ignorar as potencialidades que elas indicam, no sentido da capacidade de mobilização, que foi forte, e na possibilidade da construção de uma pauta e luta comuns. Revela também a materialização de um projeto que antes estava restrito às lideranças sindicais, como foi a primeira onda de articulação das redes organizadas a partir dos sindicatos internacionais<sup>6</sup>.

Outro caso a ser citado é o do CEE da *General Motors*, fundado em 1996, representa um exemplo poderoso de coordenação e mobilização transfronteiriça de trabalhadores e sindicalistas contra as práticas de pressão corporativa da empresa. Sucessivas greves convocadas pelo CEE da GM em 2000, 2001, 2004, 2006 e 2007 ocorreram simultaneamente à promulgação da Declaração de Copenhagen de 2002, mediada pela Federação Metalúrgica Europeia (*European Metalworkers Federation – EMF*), que estabeleceu a solidariedade entre plantas e a rejeição da competição por produção local. O CEE da GM organizou dias de ação europeias (HAUPTMEIER; GREER, 2008) em 2000 contra o fechamento da planta de Luton (Inglaterra) que mobilizou 40 mil trabalhadores; 2004 em Bochum (Alemanha); 2006 contra o fechamento da planta de Azambuja (Portugal); criou plataformas para coordenação com a EMF para negociar a distribuição da produção em toda a Europa e assim dirimir o efeito da competição entre plantas; e negociou acordos de redundância compartilhados entre as plantas quando não conseguiram evitar o fechamento de alguma unidade produtiva.

Apesar da experiência dos CMTs estar concentrada em poucas empresas do setor automobilístico, eles constituem casos interessantes a serem explorados sob a perspectiva de uma relação dialética entre o global-local, pois contemplam a representação de trabalhadores senão em todas as plantas localizadas mundialmente, pelo menos as mais representativas. Há ainda autores que argumentam que os CMTs representam novas formas de organização dos trabalhadores em oposição às primeiras redes organizadas, concentradas na cúpula e mais diplomáticas, pois envolvem **cadeias organizatórias de trabalhadores** (NASCIMENTO, 2000,

---

<sup>6</sup> Sobre a origem e desenvolvimento das redes, ver Araujo (2019).

p.), enraizadas no local de trabalho e organizadas internacionalmente. Esse é um aspecto que um representante do *IG Metall* de Frankfurt enfatizou veemente quando questionado<sup>7</sup>.

Como dito anteriormente, os CMTs ainda são práticas localizadas no segmento automotivo, sendo que os mais significativos são os das empresas do Grupo *Volkswagen*, da *Daimler AG* e da *AB Volvo*, pois possuem acordos assinados com a empresa por reconhecimento desses espaços. Seguidos deles, podemos citar a *BMW*, a *Ford*, a *GM*, a *Peugeot-Citroën* e a *Renault*, que estão em operação, mas não possuem acordos formais assinados. De acordo com um representante da *IndustriALL*<sup>8</sup>, que coordena os encontros desses grupos, os dois últimos são os menos desenvolvidos.

Diferentemente dos CEEs – que foram estabelecidos em 1994 através de uma diretiva (94/64/CE), que garante o direito à informação e à consulta dos trabalhadores em empresas com mais de 1000 empregados dentro do Espaço Econômico Europeu e com pelo menos 150 empregados em dois estados-membros da União Europeia – os CMTs nasceram de uma demanda de trabalhadores e sindicalistas, principalmente no hemisfério sul, por mais participação, informação e consulta em empresas que operam fora da Europa. Alguns agentes entrevistados defenderam que essa é uma evolução de estruturas que não dão mais conta da dinâmica complexa em que operam as empresas multinacionais, que com processos de fusões e aquisições se internacionalizaram rapidamente; e o trabalho, diferentemente do capital, tem dificuldades de organizar uma ação concertada<sup>9</sup>.

Esse entendimento levou alguns CEEs a se fundirem com os CMTs, como ocorreu com a *Volkswagen AG* e com a *Daimler AG*, em que os encontros ocorrem ao mesmo tempo. Para países como a Alemanha, que possui direitos de informação e consulta garantidos pela lei da codeterminação alemã (*Mitbestimmungsrecht*)<sup>10</sup>, esse aspecto pode não ser, aparentemente, muito significativo. Mas o mesmo não pode ser dito com relação àqueles países que não gozam de tais direitos legais, como o Brasil, e que, portanto, se valem do acesso à informação e à presidência mundial para encontrar soluções para conflitos não resolvidos localmente. O caso da *Daimler-Mercedes-Benz* de São Bernardo do Campo é emblemático nesse sentido. Em 1996/1997, os trabalhadores brasileiros se depararam com uma situação bastante complexa referente à produção de eixos do modelo Classe-A, que afetaria sobremaneira os postos de trabalho no Brasil. Na visão de um antigo membro do comitê mundial entrevistado<sup>11</sup>, foi a partir dessa experiência concreta, e devido à articulação internacional entre brasileiros e alemães (que é bastante antiga), que uma

---

7 Entrevista realizada em 24 de junho, 21 de julho e 26 de agosto de 2016, na sede do *IG Metall*, em *Frankfurt am Main*/Alemanha.

8 Entrevista realizada em 26 de maio de 2016 em *Frankfurt am Main*/Alemanha, na sede do *IG Metall*.

9 Entrevista realizada com representante do *IG Metall*, em 11 de maio de 2016, em *Wolfsburg* /Alemanha, na sede do *IG Metall*.

10 A lei de codeterminação alemã, de 1976, dá aos empregados, através dos comitês de empresa, direitos de participação sobre questões relacionadas aos termos e condições de emprego, ao planejamento econômico e à tomada de decisões da empresa.

11 Entrevista realizada em 11 de junho de 2015 na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

primeira luta conjunta surgiu e foi possível encontrar, por intermédio do CMT, um solução viável para todos. Embora sem a celebração de um acordo formal, por ter sido estabelecido por meio do “diálogo social”, o saldo da articulação internacional foi considerado positivo, pois os representantes de SBC conseguiram evitar 152 demissões e garantiram a produção do eixo para SBC até 2009. Outro exemplo refere-se aos processos de demissões ocorridos em 2015, devido ao contexto de crise de vendas da empresa. De acordo com um dos membros do CMT, a abertura das negociações entre sindicato e empresa só foi possível graças à intervenção no comitê e ao apoio dos sindicalistas alemães que estavam preparados para mobilizaram-se a favor dos trabalhadores brasileiros:

Nessa greve aqui em São Bernardo por conta das demissões, o comitê ajudou em uma coisa muito importante: ajudou a mobilizar de forma concreta, fez uma carta de repúdio à Mercedes, dialogando com todos os trabalhadores na Alemanha. Confeccionaram 90 mil cartas e entregaram a cada trabalhador, que precisava ficar organizado e mobilizado, porque se precisassem, ajudariam efetivamente os trabalhadores aqui em São Bernardo do Campo. Dialogaram que se a Mercedes não abrisse novamente as negociações aqui em São Bernardo, os trabalhadores na Alemanha do grupo de veículos comerciais parariam também em solidariedade (entrevista 2, representante do CMT da Daimler).

Cabe salientar que a ação local também teve um peso muito importante no processo de negociação no CMT, uma vez que houve um processo vigoroso de greves, acampamentos (73 dias) e ações de solidariedade internacional que resultaram na reversão de 1500 demissões e na instituição do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), inspirado no *Kurzarbeit* alemão.

Os exemplos de solidariedade não se restringem aos próprios trabalhadores da *Daimler*. Em agosto de 2005, foi encaminhada à matriz uma denúncia, através do CMT, sobre práticas antissindicais na *B.Grob*, que demitiu dois sindicalistas. Além da solidariedade local dos trabalhadores da *Daimler*, que paralisaram a produção feita com máquinas da *Grob*, a representação do Brasil no CMT enquadrou a denúncia utilizando o Código de Conduta e os princípios de Responsabilidade Social Corporativa da empresa, que estende a observação dos mesmos direitos dispostos nos acordos aos fornecedores. Os representantes do CMT da *Volkswagen* procederam da mesma forma<sup>12</sup>. Após 73 dias de acampamento<sup>13</sup>, de intervenção internacional e local, o líder sindical foi readmitido. Entretanto, em 2008, a *Grob* reincidiu na perseguição ao mesmo sindicalista. A *Mahle* foi outra empresa alvo de denúncias de práticas antissindicais pelo CMT de São Bernardo do Campo, de acordo com o líder sindical

---

12 A *B.Grob* é uma importante fornecedora de máquinas tanto para a *Volks* e *DaimlerChrysler* alemãs como para outras fábricas brasileiras. As denúncias são contra as demissões arbitrárias, especialmente de Luis Sérgio Batista, o Pica-Pau, diretor do sindicato, que acampou na porta da fábrica há 20 dias (COMITÊ SINDICAL DE EMPRESA, 2005).

13 Disponível em: [http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id\\_CON=6022&id\\_SEC=12&busca=Grob](http://www.smabc.org.br/smabc/materia.asp?id_CON=6022&id_SEC=12&busca=Grob). Acesso em: 18 out. 2018.

entrevistado<sup>14</sup>. A inserção de uma cláusula que estende direitos aos fornecedores da *Daimler* foi uma consequência da ação da representação brasileira no CMT. Um representante sindical alemão do *IG Metall* foi mais longe e afirmou que aprenderam com os brasileiros como negociar contratos com os trabalhadores terceirizados:

Somos muito próximos em termos de cooperação entre o IG-Metall e a Comissão de Fábrica. Eles têm contrato de terceirização; eles são uma referência para nós, o que significa algo na Alemanha. Na codeterminação alemã, eles sabem, eles têm muito orgulho disso, e normalmente o mundo não pode dizer nada, mas o Brasil pode, eles têm um tipo de acordo que não seria possível... isso na Alemanha, isso significa alguma coisa (entrevista 1, representante sindical alemão IG Metall).

Essas articulações local-global, por meio dessas redes, também produziram alguns resultados concretos para os trabalhadores da *Volkswagen*. Em uma das fábricas localizadas no estado de São Paulo, na cidade de São Carlos, a ação dos CMTs foi importante para o próprio reconhecimento da comissão de fábrica por parte da gerência local em 1999, que se recusava a fazê-lo mesmo com as lutas operárias e a realização de greves. A intervenção do CM mundial foi decisivo neste contexto:

Nós estávamos há três anos sem repor sequer as perdas salariais, ficamos três anos sem reposição de inflação. E, naquelas condições, nós não imaginávamos que poderíamos chegar em um momento como chegamos em 1999, com a greve, que no meu ponto de vista ela teve esse êxito, por conta dessas informações terem chegado à Alemanha. Porque a vontade daqueles que estavam à frente, tanto do RH quanto da manufatura, aqui em São Carlos, era mandar embora aqueles que iniciaram o movimento. E esse contato, fez com que eles “voltassem atrás”. Depois desse período da greve que resultou na reposição da inflação, PLR e aí a grande conquista que nós tivemos foi a Comissão de Fábrica. Aí veio o período, na verdade, da nossa participação no comitê Mundial (entrevista 3, representante do CMT da Volkswagen).

Nos anos 2000, os trabalhadores da região do ABC passaram por alguns problemas de ameaças de demissões, reestruturação de pessoal e possível fechamento da fábrica mais antiga da Volkswagen fora da Alemanha. A fábrica Anchieta, como ficou conhecida, sofria um processo visível de sucateamento desde os anos 1990 e com a ameaça iminente de encerramento de suas atividades, o sindicato local dos metalúrgicos intervieram de forma decisiva no CMT para reverter esse processo, através de negociações diretas para novos investimentos e produtos para a unidade, mas com contrapartidas. De acordo com o antigo membro do CMT<sup>15</sup>, a união, a solidariedade e a resistência conjunta das fábricas no Brasil foram decisivas para o sucesso dessa operação, ao garantirem a produção do modelo FOX, que poderia ter sido fabricado em qualquer

---

14 Entrevista realizada em São Bernardo do Campo, em 2015.

15 Entrevista realizada em 23 de setembro, 27 de outubro e 3 de dezembro de 2015, em São Bernardo do Campo/SP, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

outra unidade no Brasil. Apesar do CMT ser um espaço de consulta formal, para esse sindicalista e ex-membro, foi a primeira vez que os atores foram reconhecidos como interlocutores sobre as tomadas de decisões de encerramento, reestruturação e negociação de novos investimentos.

Em resposta a um movimento de reestruturação global da direção central da *Volkswagen*, os representantes do CMT iniciaram uma jornada simultânea de lutas. A proposta foi promover ações conjuntas em todas as 47 fábricas distribuídas em 19 países. Os discursos dos sindicalistas e representantes dos trabalhadores para conclamar essa mobilização internacional foram permeados do sentimento de que os trabalhadores do mundo enfrentavam problemas comuns e que exigiam ações comuns. Essa percepção ficou registrada no manifesto de *Declaração de Puebla*<sup>16</sup>, assinada no México e que contou com a assinatura de diversos representante sindicais da *Volkswagen*, que conclamavam a solidariedade internacional, como destacado abaixo:

Estamos vivendo uma mudança drástica nas relações capital-trabalho. Ao invés dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores apresentarem suas reivindicações na busca constante de melhores condições de trabalho, são as empresas que fazem exigências aos trabalhadores. De forma repetitiva, as empresas exigem que renunciemos aos postos de trabalho, aos direitos conquistados em longas e históricas jornadas de luta. Nada está a salvo – o emprego, a jornada de trabalho, os salários – tudo é objeto de ataque. As empresas querem nos converter em ferozes competidores, não com o fim de melhorarem nossas vidas, mas para piorá-las cada dia mais. Só terão direito de produzir os trabalhadores que aceitarem fazê-lo por piores condições. Com isso, buscam destruir o mais valioso conceito da classe trabalhadora: a solidariedade. Vale tudo neste leilão de perdas: aumentar jornadas, diminuir salários, retirar direitos, renunciar aos benefícios. Querem estabelecer, em pleno século 21, as relações de trabalho próprias do século 19. Ninguém está a salvo em nenhuma parte do mundo, nem mesmo aqueles que, hoje, são aparentemente beneficiados, porque, amanhã, eles também serão chamados a dar sua cota de sacrifícios, ameaçados sempre por antigos modos de exploração disfarçados em modernas relações de trabalho. Nessa competição de perdas, sempre será possível perder mais. Por isso é necessário dar um basta, dizer não. Sabemos que isso não é uma tarefa fácil, as ameaças são fortes e tendem a nos levar a uma atitude defensiva, em que ceder pode parecer, em um primeiro momento, a única solução. Esta filosofia do capital é, sem dúvida alguma, a grande ameaça que deve ser combatida. Defender o emprego, os direitos e as conquistas dos trabalhadores é nossa maior obrigação. Nesse sentido, nós, representantes dos sindicatos, membros da rede sindical alemã-Ibero-Americana, aqui reunidos, estamos de acordo em desenvolver uma estratégia comum para enfrentarmos esses ataques, construindo conjuntamente propostas viáveis, com o firme propósito de que a frase solidariedade internacional entre os trabalhadores signifique uma verdadeira resposta global. Puebla, maio de 2006.

Sindicalistas no Brasil reforçaram a necessidade de união, independente da filiação sindical, para evitar qualquer demissão ou retirada de direitos com a realização de negociações conjuntas. No Brasil, a jornada de luta teve início em 4 de maio de 2006, organizada com um

---

16 Assinaram o manifesto: *Ig Metall* – Wolfsburg (Alemanha); CCOO Espanha – *Grupo Sea Ugt Espanha* – Grupo Seat Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (em nome dos diversos sindicatos que representam os trabalhadores da *Volkswagen* no Brasil); Sindicato Independente dos Metalúrgicos dos Trabalhadores na *Volkswagen* (México); Fec Metal (Portugal); SMATA (fábricas de Córdoba e Pacheco, Argentina) (TRIBUNA METALÚRGICA, 2006).

calendário de atividades conjuntas entre Taubaté, São Bernardo, São José dos Pinhais, Resende e São Carlos. Passeatas, panfletagem, viagens à Alemanha, manifestações, paralisações e greves de advertência unificadas, como a de 23 e 31 de maio, foram as ações utilizadas pelas unidades para manter a coesão do grupo e resistir ao plano de reestruturação da empresa.

### **Algumas considerações**

Esta exposição procurou levantar algumas nuances sobre a relação global-local e local-global a partir das experiências em rede de sindicalistas. Longe de querer passar uma imagem de excessivo otimismo, a intenção foi pontuar as experiências que têm sido produzidas e organizadas em torno das redes e quais são as suas potencialidades, especialmente quando se trata de fortalecer a ação local contra as empresas multinacionais, que possuem grande poder de decisão sobre fechamento, deslocamento e redução de empregos, o que pode colocar os sindicatos locais na defensiva. Porém, o que se pode concluir de antemão é que a ação local desvinculada de uma ação de solidariedade mais ampla, seja em relação às fábricas do mesmo país ou de uma mesma região, coloca em xeque a probabilidade de sucesso a partir da lógica de organização em rede. O que temos observado é que essas ações podem colaborar para a ação local e até mesmo fortalecê-las, como ocorreu em São Carlos, com o reconhecimento da comissão de fábrica, e em São Bernardo, na reversão de demissões e contra o fechamento da planta Anchieta. Falar em crise do movimento sindical, entretanto, e como esses instrumentos podem ajudar a revitalizar isso, debate em voga desde os anos 1990, é muito mais complexo, uma vez que os efeitos da crise são variados e as práticas e identidades sindicais diferem de país para país e até mesmo em um mesmo país, como o Brasil, em que o movimento sindical é bastante fragmentado. Isso pode conferir um dos limites que se colocam a uma ação mais ampla, pois, no caso do Brasil, as distintas orientações e concepções fazem com que muitos sindicatos locais recusem participar desses espaços de decisão. Representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região (SMCR) e delegado sindical da *Daimler-Mercedes-Benz* de Campinas entrevistados, por exemplo, ressaltaram que redes como o CMT constituem táticas de cooptação dos trabalhadores por parte das gerências e interpretam os comitês como um espaço de parceria do trabalho com o capital. Seguindo essa linha de raciocínio, isso limitaria a ação de solidariedade mais ampla, quando a prática sindical está voltada para o comprometimento em salvaguardar os interesses e negócios da empresa, mesmo que para isso tenha que haver despedimentos de trabalhadores. Nesse sentido, a *Volkswagen*, além do CMT, possui um Comitê Nacional que visa a justamente diminuir os conflitos ideológicos de interesse e de disputas por um mesmo produto. Para muitos, esse conselho é importante porque contribui para uma ação unificada nas reuniões do CMT.

Outro fator que não se pode desconsiderar são as relações de assimetria que existem no interior dessas redes – o que por si só contraria a tese de Castells (2009) sobre a simetria de



poder das redes – pois não se pode falar que os sindicalistas brasileiros tenham o mesmo poder de decisão e influência que os sindicalistas alemães, dada que a própria representação dentro desses conselhos é desigual<sup>17</sup>. Mesmo diante de alguns limites, defendemos que esses espaços são importantes para uma democratização das relações de trabalho em países como o Brasil, onde ainda prepondera traços de autoritarismo nas relações dentro e fora da fábrica, haja vista a falta de disposição em negociar com o sindicato em determinados momentos. Em diversos momentos de negociação dos sindicatos no plano local, não houve apenas recusa, mas atitudes truculentas dos presidentes no Brasil, que demitiram arbitrariamente trabalhadores em greve ou até mesmo com doenças ocupacionais. Nesses casos contenciosos, a intervenção em instâncias mais globais foi necessária. Esses espaços são importantes também dada a ausência de legislação que garanta os direitos de representação no local de trabalho, que até hoje são pontuais e contam com a disposição das empresas em concordar nas negociações coletivas.

No entanto, não queremos com isso dizer que o movimento operário, seja brasileiro ou internacional, caminha para uma ação solidária global naquilo que ficou conhecido como um novo internacionalismo operário, como defendem muitos autores. No limite, o movimento sindical ainda tem muito a trilhar. Para isso, é preciso rever determinadas posições, como estar aberto para coalizões mais profundas com outros agentes importantes da sociedade civil, como movimentos sociais, estar aberto para reavaliação de sua agenda tradicional e, com isso, representar interesses de setores que têm sido preteridos, mas que compõem grande parte do trabalho precário no Brasil, como mulheres, imigrantes, desempregados e jovens. Essas considerações são feitas a partir de inferências extraídas dos casos de sucesso ainda restritos ao setor automotivo, que é constituído por sindicatos tradicionais e fortes. Mas esse êxito também pode conter limites, uma vez que o setor também tem passado por mudanças profundas. Dadas as dificuldades do setor, essas experiências que surgiram como meios para se contrapor às multinacionais e fomentar uma solidariedade internacional têm sido reduzidas à institucionalização de uma parceria do tipo de terceira via, que visa a tornar os trabalhadores e sindicalistas corresponsáveis pelas decisões, muitas delas amargas, que a empresa tem que tomar a nível mundial, como é o caso dos CMTs da *Volkswagen* e *Daimler*. Ambas estão ancoradas em aspectos ideológicos baseados nos conceitos de diálogo social, responsabilidade social e cooperação de conflitos, que escondem e neutralizam os conflitos latentes entre capital e trabalho.

Da mesma forma que empresas têm estudado formas de cooperações transnacionais como uma forma de convergir estratégias de gestão de recursos humanos para aumentar sua produtividade e eficiência, os sindicatos são, pelo menos em princípio, igualmente capazes de se valer dos CMTs para seus próprios fins, que não aqueles imbricados com a competição.

---

<sup>17</sup> Cada rede possui um critério de representação. A *Daimler*, a título de exemplo, decidiu pela representação apenas das maiores fábricas (ou seja, apenas a planta de São Bernardo do Campo), enquanto a *Volkswagen* tenta contemplar a maioria de suas plantas espalhadas pelo mundo (todas as suas plantas do Brasil possuem um representante no conselho).

Os desenvolvimentos da Indústria 4.0 – que já denotam impactos significativos nas formas de produção e na possibilidade da perda de empregos (ARAUJO, 2020, 2022) – colocará à prova a capacidade dos sindicalistas de utilizarem os CMTs para aprimorar a cooperação ou para intensificar a competição. As implicações políticas residem no fato de que o futuro dos CMTs está em grande parte nas mãos dos próprios sindicatos e na capacidade de transcender o peso de suas especificidades nacionais.

## Referências

- ARAUJO, Ariella. Recursos de poder e Sindicato dos Metalúrgicos do ABC: da redemocratização à transição justa. *In*: RODRIGUES, J. Irám; RAMALHO, R. José; LIMA, C. Jacob (org.). **Trabalho e sindicalismo**: reflexões a partir do contexto pandêmico. São Paulo: Annablume, 2022. p.103-138.
- ARAUJO, Ariella. **O sindicalismo do século XXI**: a dinâmica do comitê mundial de trabalhadores da Daimler AG e Volkswagen AG. São Paulo: Annablume, 2021.
- ARAUJO, Ariella. **Mobilizar força histórica para moldar o futuro**: SMABC e Indústria 4.0 no Setor Automotivo Brasileiro. Berlin: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/iez/16699.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- ARAUJO, Ariella. **Da solidariedade internacional à institucionalização da parceria**: a experiência do Comitê Mundial de Trabalhadores da Volkswagen AG e Daimler AG. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/334984>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- BOITO JR, Armando. A crise do sindicalismo. *In*. SANTANA, A. Marco; RAMALHO, R. José (org.). **Além da Fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 319-333.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. New York: Oxford University Press, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999
- COSTA, Hermes Augusto. O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de ação. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 447-474, 2011.
- DRUMMOND, José. **Redes Sindicais em empresas multinacionais como resposta sindical à globalização econômica**. 2008. Disponível em: [http://www.os.org.br/peas/arquivos/GLU\\_Port.pdf](http://www.os.org.br/peas/arquivos/GLU_Port.pdf). Acesso em: 09 jul. 2013.
- FREGE, Carola; KELLY, John. Union revitalisation strategies in comparative perspective. **European Journal of Industrial Relations**, v. 9, n. 1, p. 7-24, 2003.
- GAJEWSKA, Katarzyna. **Transnational Labour Solidarity**: mechanisms of commitment to cooperation within the European Trade Union Movement. London: Routledge, 2009.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982
- GREER, Ian; HAUPTMEIER, Marco. Political entrepreneurs and co-managers: Labour transnationalism at four multinational auto companies. **British Journal of Industrial Relations**, v. 46, n. 1, p. 76-97, 2008. Disponível em: 10.1111/j.1467-8543.2007.00667.x. Acesso em: 27 fev. 2021.
- HALL, A. Peter; SOSKICE, David. **Varieties of Capitalism**: The institutional foundations of Comparative Advantage. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HANCKÉ, Bob. European works councils and industrial restructuring in the European motor industry. **European Journal of Industrial Relations**, Londres, v. 6, p. 35-59, 2000.

- HEERY, Edmun. NOON, Mike. **A Dictionary of Human Resource Management**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- JÜRGENS, Ulrich; KRZYWDZINSKI, Martin. **New worlds of work: varieties of work in car factories in the BRIC countries**. New York: Oxford University Press, 2016.
- KELLY, John. **Rethinking Industrial Relations: Mobilization, Collectivism and Long Waves**. London: Routledge, 1998.
- KRZYWDZINSKI, Martin. Between Europe and Asia: labour relations in German companies in Russia and China. *In: RICHET, Xavier; DELTEIL, Violaine; DIEUAIDE, Patrick (ed.). Strategies of multinational corporations and social regulations: european and asian perspectives*. Springer: Heidelberg: New York: Dordrecht: London, 2014. p. 137-153.
- LEVINSON, Charles. **International Trade Unionism**. London: Allen and Unwin, 1972.
- LINDEN, V.D, Marcel. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2013.
- MARIANO, L. P. Karina; ZIDAN, Leila Novas estratégias sindicais: a experiência das redes internacionais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 16, n. 31, p. 363-385, 2011.
- MARTÍNEZ LUCIO, Miguel; WESTON, Syd. European Works Councils: structures and strategies in the new Europe. *In: FITZGERALD, Ian; STIRLING, John (ed.) European Works Councils: Pessimism of the intellect, optimism of the will?* London: Routledge, 2004. p. 34-47.
- MÜLLER, Torsten; PLATZER, Hans Wolfgang; RÜB, Stefan. **Globale Arbeitsbeziehungen in globalen Konzernen? Zur Transnationalisierung betrieblicher und gewerkschaftlicher Politik: eine vergleichende Fallstudie**. VS Verlag für Sozialwissenschaften/GWV Fachverlag GmbH: Wiesbaden, 2004.
- NASCIMENTO, A.M, Vitor. **Cadeias organizatórias operárias dentro das multinacionais: um fenômeno internacional emergente**. 2000. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- PERNICKA, Susanne; GLASSNER, Vera. Transnational strategies of trade unions towards European wage policy: a neoinstitutional framework. **European Journal of Industrial Relations**, v. 4, n. 20, p. 317-334, 2014.
- POND, Richard. UK Case Study. *In: SALVO, Leonardi et al. (org.). Globalisation and industrial relations. Information and consultation rights in some chemical TNCs*. Rome, nov. 2007. Disponível em: [http://www.cgil.it/cgil\\_attachments/71124\\_0\\_Glori\\_final\\_report.pdf](http://www.cgil.it/cgil_attachments/71124_0_Glori_final_report.pdf). Acesso em: 27 fev. 2021.
- RODRIGUES, M. Leôncio. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp, 1999.
- ROSANVALLON, Pierre. **La question syndicale**. Paris: Hachette, 1989.
- RÜB, Stefan. **World Works Councils and Other Forms of Global Employee Representation in Transnational Undertakings**. Düsseldorf: Hans-Böckler-Stiftung, 2002.
- SANTOS, O. Ariovaldo. A nova crise do sindicalismo internacional. *In: ANTUNES, Ricardo (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006. p. 447-459
- SANTOS, Boaventura S.; COSTA, A. Hermes. Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário. *In: SANTOS, Boaventura S. (org.) Trabalho o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 21-76
- TARROW, Sidney. **From Strike to Eurostrike: the Europeanization of social movements and the development of a Euro-Polity**. Seattle: European Community Studies Association Meeting, maio 1997. Kathleen
- THELEN, Kathleen. Institutional change in advanced political economies. **British Journal of Industrial Relations**, n. 47, p. 471-98, 2009.
- TOURAINÉ, Alain. **A sociedade post-industrial**. Lisboa: Moraes, 1970.

TRIBUNA METALÚRGICA. **Declaração de Puebla**. Puebla, 23 maio 2006. Disponível em: [http://www.smabc.org.br/Interag/tribuna\\_pdf/81851.pdf](http://www.smabc.org.br/Interag/tribuna_pdf/81851.pdf). Acesso em: 20 fev. 2019.

WATERMAN, Peter. Emancipar o internacionalismo operário. *In*: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Trabalhar o mundo**: os caminhos do novo internacionalismo operário. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 406-452.

WATERMAN, Peter. O internacionalismo sindical na era de Seattle. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 62, p. 33-68, jun. 2002.

VOSS, Kim; SHERMAN, Rachel. Breaking the iron law of oligarchy: union revitalization in the American labor movement. **American Journal of Sociology**, v. 106, n. 2, p. 303-34, 2000.

Recebido em: 03/11/2022

Aceito em: 30/01/2023

**REESTRUTURAÇÃO GLOBAL E DESEMPREGO LOCAL:  
fechamento de fábricas da Ford e ação sindical no Brasil**

**GLOBAL RESTRUCTURING AND LOCAL UNEMPLOYMENT:  
*Ford plant closures and union action in Brazil***

---

Filipe Augusto Freitas Melo\*

**Resumo**

O artigo discute o fechamento das plantas da *Ford Motor Company no Brasil*, enquanto parte das estratégias globais da empresa, e a ação sindical empreendida com vistas a manter os empregos perdidos, seja na tentativa de demover a empresa de sua decisão, seja na busca por compradores para as plantas. Após uma breve discussão bibliográfica a respeito do processo de transnacionalização do capital e das estratégias sindicais diante da fase atual do capitalismo, discute-se, a partir de dados levantados nos balanços financeiros da empresa, o processo de reestruturação global pelo qual ela passa. A partir do acompanhamento, durante o período de uma década, das variáveis **fábricas abertas e empregos**, verifica-se que a tendência de fechamento de fábricas e de diminuição dos empregos na companhia é global, porém essa última tem incidência maior e há mais tempo na América do Sul, enquanto a América do Norte praticamente não tem sofrido os efeitos da reestruturação da empresa. A seguir, faz-se uma discussão, com base em entrevistas em profundidade com informantes-chave, a respeito das estratégias sindicais contra o fechamento das plantas no Brasil. Os relatos dão conta da dificuldade de construção da solidariedade internacional, a fim de produzir uma contraofensiva em nível global ao fechamento das fábricas. Verifica-se ainda que, com limitada cooperação estatal, a tarefa de manter os empregos industriais acaba por tornar-se muito difícil. Por fim, conclui-se que a extroversão da dominação capitalista requer novas estratégias sindicais capazes de exercer uma regulação do capital em âmbito transnacional.

**Palavras-chave:** Globalização. Setor automotivo. Fechamento de fábricas. Sindicalismo.

**Abstract**

The paper discusses the closure of Ford Motor Company's plants in Brazil, as part of the company's global strategies, and the union action undertaken with a view of keeping the lost jobs, whether in an attempt to move the company from its decision, or in the search for buyers for the plants. After a brief bibliographic discussion about the process of capital transnationalization and unions strategies facing the current phase of capitalism, based on data collected from the company's Annual Reports, the global restructuring process through which it passes is discussed. From the monitoring over a period of a decade of the variables *open factories and jobs*, it appears that the trend of closing factories and decreasing jobs in the company is global, but the latter has a greater incidence and for longer in South America, whilst North America has practically not suffered the effects of the company's restructuring. The following is a discussion, based on in-depth interviews with key informants, about union strategies against plant closures in Brazil. The reports show the difficulty of building international solidarity in order to produce a global counter-offensive to the closing of factories. It can also be seen that, with limited state cooperation, the task of maintaining industrial jobs turns out to be very difficult. Finally, it is concluded that the extroversion of capitalist domination requires new union strategies capable of exercising capital regulation in a transnational scope.

**Keywords:** Globalization. Automotive Sector. Plant closures. Unionism.

---

\* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP). Mestre em Sociologia pela mesma instituição. Membro dos grupos de pesquisa Globalização, Trabalho e Lutas Sociais e Trabalho, Sindicalismo e Sociedade. E-mail: filipe.melo@usp.br

## Introdução

Em 19 de fevereiro de 2019, a *Ford Motor Company* anunciou o fechamento de sua tradicional planta em São Bernardo do Campo. Menos de dois anos depois, em 11 de janeiro de 2021, a empresa fechou as demais fábricas no Brasil, em Camaçari (BA), Taubaté (SP) e a da marca *Troller*, em Horizonte (CE). Essas decisões são parte de um processo de reestruturação global da empresa, que vem redesenhando seu portfólio de produtos e buscando competir no setor de veículos elétricos.

Este artigo busca analisar a questão do encerramento da produção da *Ford Motor Company* no Brasil, partindo de uma mirada que privilegia a compreensão do processo no contexto da transnacionalização capitalista. Por isso, será dedicada uma sessão à discussão de aspectos da globalização nos quais se inserem a decisão da empresa e a ação sindical decorrente. A seguir, serão apresentados dados sobre a abertura e fechamento de fábricas e postos de trabalho na empresa ao longo dos últimos dez anos, com base nos dados disponibilizados nos balanços financeiros da *Ford*, chamados *Annual Reports*. Por fim, será feita uma breve discussão a respeito da ação sindical, com ênfase nos entraves para a organização sindical em nível global, com base em entrevistas em profundidade realizadas com sindicalistas brasileiros. Os dados coletados são parte de uma pesquisa de doutoramento em andamento.

## Globalização e ação sindical

Contemporaneamente, a discussão sobre o setor industrial obrigatoriamente deve levar em conta o caráter global das cadeias produtivas e as consequências do processo de globalização. Desde a segunda metade do século XX, sobretudo a partir da crise dos anos 1970, tem ocorrido uma tendência, possibilitada pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs), de transnacionalização do capital diferente do processo de internacionalização que havia até então: se esse era marcado pelo predomínio da internacionalização dos mercados, isto é, da esfera da circulação, aquele tem como característica principal a dispersão do processo produtivo em si ao redor do globo (ROBINSON, 2013).

Com predomínio do capital financeiro (CHESNAIS, 1996), esta nova época (ROBINSON, 2013), ou nova fase (FRASER; JAEGGI, 2020), do capitalismo tem como característica uma mobilidade sem precedentes do capital, que possibilita, num relativamente curto espaço de tempo, acarretar mudanças importantes na vida de comunidades locais<sup>1</sup>. As Corporações Transnacionais (CTNs) passam a, de certa maneira, redesenhar o mundo. Autores como Robinson (2013; 2014), Sklair (2002) e Carroll (2010) afirmam o surgimento de uma classe

---

<sup>1</sup> Caso paradigmático é o da fábrica da Mercedes-Benz no município de Iracemápolis (SP). A planta foi inaugurada no *green field* em 2016, teve sua produção encerrada em 2020 e foi vendida para a chinesa Great Wall em 2021, com previsão de início da produção para 2023.

capitalista transnacional (CCT). Essa classe possui, a despeito da inerente competição capitalista, objetivos comuns, de defesa e expansão do capitalismo global (ROBINSON, 2017).

A CCT, como chama a atenção Phillips (2018), tem como uma de suas formas de organização os fundos de investimento. É salutar que, em algumas empresas, os fundos de investimento detenham maiores fatias de ações do que investidores individuais que são vistos como “donos” dessas companhias (ROBINSON, 2021). Tais fundos investem concomitantemente em setores diversos da economia, de maneira que se tornam parte fundamental do capitalismo contemporâneo, pois as CTNs necessitam se organizar de maneira a garantir o pagamento de dividendos a seus acionistas.

Num setor em transformação, como o setor automotivo, a fim de cumprir os objetivos de remuneração de acionistas, torna-se mandatário às empresas reestruturar-se globalmente. Essa necessidade não é algo totalmente novo. A entrada no mercado das empresas de origem japonesa, como Toyota e Honda, causou uma onda de mudanças no setor a partir dos anos 1970. Isso acarretou mudanças que iam do processo de trabalho, com a adoção da produção enxuta, à relação com o sindicalismo, marcando o fim do período conhecido como fordista (DICKEN, 2015; DURAND, 2007; HARVEY, 1998).

Na última década, têm acontecido novas mudanças importantes no setor automotivo: a entrada das empresas chinesas no mercado mundial e a tentativa de entrada das empresas com sede em outros países no mercado chinês (DICKEN, 2015). Além disso, uma nova rodada de reestruturação produtiva está acontecendo, capitaneada pela chamada Indústria 4.0, ou a quarta revolução industrial, que não apresenta um único modelo, mas desemboca em maior coordenação global do processo produtivo (ARBIX *et al.*, 2017). Além disso, a substituição dos veículos a combustão por veículos elétricos tem provocado novos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) por parte das empresas, além de gerar um debate nos países desenvolvidos a respeito de matriz energética. Mesmo no Brasil, têm se proliferado os postos de abastecimento desse novo tipo de veículo. Complementares a isso são os parâmetros relativos à preservação do meio ambiente estabelecidos pelos Estados, que requerem adequação das empresas (DICKEN, 2015).

A produção, organizada em redes globais (HENDERSON *et al.*, 2011), acaba por ser suscetível a problemas na cadeia produtiva. Desde o início da pandemia de covid-19, em 2020, o setor automotivo tem sido abalado pela crise de suprimento de *chips*. Isso tem gerado, inclusive, o fechamento ocasional de algumas fábricas ao redor do mundo, quando não é possível prosseguir com a produção em razão da falta dos *chips*. Esse fator tem abalado a produtividade do setor, ainda que o fechamento permanente de empresas no período não seja causado necessariamente por esse motivo, uma vez que a desindustrialização é um processo que precede a pandemia e se relaciona com a globalização (RODRIK, 2016). Com efeito, Hiratuka e Sarti (2017) argumentam que é preciso atentar para as condições da concorrência global e as estratégias das empresas transnacionais para compreender o processo de desindustrialização no Brasil.

Como consequência de tal processo, tem-se aquilo que Francisco de Oliveira chamou de extroversão da política, isto é, o nacional deixa de mediar necessariamente a atuação dos capitais internacionais e “mesmo os interesses internos são mediados pelos recursos globais de capitais e de política” (OLIVEIRA, 2006, p. 285-286). Apenas anos depois, Wolfgang Streeck publicaria sua obra **Tempo comprado**. Nela, a ideia de extroversão da política é conceitualizada pela formação de uma segunda *constituency* à qual os Estados-nação devem prestar contas: o povo do mercado, que se diferencia do povo do Estado; enquanto o primeiro é formado por capitalistas financeiros, credores da dívida pública, que impõem toda a sorte de sanções para garantir a disciplina fiscal e a continuidade do processo de acumulação em nível global, o segundo é o *demos* de cidadãos, aqueles que participam das eleições como eleitores e destinatários das políticas públicas, vítimas de cortes de verba para que, justamente, haja o enquadramento no interior dos parâmetros estabelecidos pelo povo do mercado (STREECK, 2018). É possível, portanto, uma aproximação entre a teoria do capitalismo global, representada por autores como Robinson (2013, 2014, 2017, 2021), Sklair (2002), Carroll (2010) e Phillips (2018), e a teoria de Streeck (2018): a CCT aparece como povo do mercado perante os Estados-nação; é, a um tempo, uma classe social global e uma *constituency* em mais de um Estado. Assim, ser membro da CCT é ser também um cidadão do mundo, no sentido de ter a capacidade de participar e, mais do que isso, ser destinatário da prestação de contas das decisões políticas de diferentes nações.

Diante dessas formas de dominação, como ficam os trabalhadores? É conhecida a ideia de crise do sindicalismo há algumas décadas. Leôncio Martins Rodrigues (2009) verifica uma queda em diversos países da taxa de sindicalização e aponta para uma ideia de declínio do sindicalismo. Francisco de Oliveira verifica que o projeto da globalização neoliberal em curso pretende tornar a política irrelevante e, assim, o sindicalismo supérfluo (OLIVEIRA, 2018).

De um lado, a crise do fordismo, a erosão das relações sociais e de solidariedade acabam produzindo uma crise de legitimidade dos sindicatos perante seus representados (BEAUD; PIALOUX, 2009), de outro, ocorre a crescente mobilidade do capital. Tais fatores acabam por desestabilizar estruturas sindicais já consolidadas.

Diante do ganho de poder das corporações transnacionais e de sua perda de força, os sindicatos têm procurado encampar repertórios distintos daqueles que moviam suas práticas anteriores. Não obstante o tipo de ação sindical do período fordista, que de forma alguma desapareceu por completo, as articulações internacionais, a incorporação de pautas relativas a questões ambientais, de gênero e de raça, bem como associações com outros movimentos sociais, tem ganhado força ao longo das últimas décadas (BEYNON, 2003; EVANS, 2010; FRASER, 2017; MELLO E SILVA, 2016; MUNCK, 1999; 2010; WATERMAN, 1999).

Do ponto de vista da internacionalização do movimento sindical, é preciso levar em consideração que o processo não é exatamente novo. Desde o século XIX, os movimentos de trabalhadores buscam se articular internacionalmente (VAN DER LINDEN, 2013). Porém, ao longo das últimas décadas, foram produzidas novas formas de articulação e institucionalização



em nível global: as federações sindicais globais, os comitês mundiais de trabalhadores e outras formas de redes sindicais (MELLO E SILVA, 2016).

Quando se trata de redes sindicais, deve-se salientar que a solidariedade internacional não está dada de antemão, tal qual a solidariedade de classe em âmbito nacional ou regional (EVANS, 2010; MUNCK, 1999). Mesmo quando há o reconhecimento do caráter global da dominação capitalista, o internacionalismo ainda pode ser visto, por parte de sindicalistas, apenas como um pequeno aspecto de sua atuação, não como atividade central do sindicalismo (WEBSTER; LAMBERT; BEZUIDENHOUT, 2008). Desta forma, torna-se um desafio construir a solidariedade entre trabalhadoras e trabalhadores de diferentes nações, uma vez que os padrões de sociabilidade são marcados por um crescimento da esfera privada, com consequentes individualismo (OLIVEIRA, 2006, 2018) e competição (DARDOT; LAVAL, 2016), característicos do esgarçamento da tessitura social (BROWN, 2019) – de resto, um problema durkheimiano em sua essência. Essa dificuldade, por si mesma, faz da construção das redes um projeto contra-hegemônico. Porém, a solidariedade, ainda que não seja de fácil construção, tem bases materiais para se assentar:

A base material para a construção de redes é a suposição de que o pertencimento a uma mesma empresa multinacional é capaz de gerar determinado tipo de solidariedade entre os trabalhadores e um espaço possível de compartilhamento de experiências e construção de interesses coletivos. Essa solidariedade pode surgir de um sentimento de “destino comum” ligado ao pertencimento à empresa: o que acontece em uma unidade produtiva está associado às operações no resto do mundo. É uma forma de se contrapor à chantagem e ao divisionismo da empresa. Ao construir um conhecimento compartilhado que consiga superar a visão restrita ao local e compreender a produção de forma global, os trabalhadores estarão mais bem preparados para desafiar as posições fatalistas dos gerentes, apresentar suas próprias soluções e defender a viabilidade de alternativas (MELLO E SILVA, 2016, p. 113-114).

A construção das redes e a efetivação das ações empreendidas internacionalmente depende, portanto, da maneira como “o jogo é jogado”, isto é, da capacidade de construção de solidariedade e de mobilização das bases, do lado laboral, e das estratégias de desmobilização e de criação da competição entre trabalhadores, do lado patronal.

Cabe agora analisar um caso concreto de uma empresa que passa por uma reestruturação global e, a seguir, as formas de resistência sindical.

### **Reestruturação global da *Ford Motor Company***

A *Ford Motor Company* tem passado por momentos conturbados na última década. Após um período de relativa estabilidade, sob o comando de Alan Mulally, entre 2006 e 2014, a empresa entrou numa fase de turbulências, com o preço das ações caindo e dificuldades de competir num mercado que está em transformação. Entre 2014 e 2020, ou seja, num espaço de apenas sete anos,

a empresa teve quatro diretores executivos (CEOs): após a saída de Mulally, foram nomeados Mark Fields (2014-2017), Jim Hackett (2017-2020) e Jim Farley (2020-presente). Ao longo de cada período, as estratégias da empresa foram se alterando: até a gestão Fields, a produção de caminhões e veículos de passeio fazia parte dos planos da empresa; a partir da gestão Hackett, a empresa deixa de produzir caminhões<sup>2</sup> e veículos de passeio para focar em SUVs; a partir da gestão Farley, a empresa passa a fazer vultuosos investimentos na eletrificação de veículos.

Mas as mudanças pelas quais a empresa passou na última década não dizem respeito apenas à troca de CEOs ou ao portfólio de produtos: ela vem se transformando internamente. Enquanto empresa que opera em países por todos os continentes, a *Ford*, de uma certa maneira, desenha o mundo, ao menos no que diz respeito a suas operações. Na América do Sul, por exemplo, cada unidade brasileira produzia alguns produtos, enquanto outros eram produzidos na Argentina. A partir da análise de dados disponíveis nos balanços financeiros anuais da empresa, chamados *Annual Reports*, e destinados a um público-alvo formado pelos acionistas, é possível verificar, ainda que não em detalhes, como a *Ford* divide suas operações pelo mundo. Para fins deste artigo, será coberto o período de uma década, entre 2012 e 2021, durante o qual a empresa passou por importantes mudanças.

Até 2017, a empresa se dividia em dois segmentos: o segmento automotivo e o segmento de serviços financeiros, esse último formado principalmente pelo *Ford Credit*. O segmento automotivo, até 2013, se dividia em: América do Norte, América do Sul, Europa e Ásia Pacífico e África. A partir de 2014, com o crescimento das vendas nos países asiáticos, o subsegmento Ásia Pacífico e África foi dividido em dois: o primeiro, Oriente Médio e África e o segundo, Ásia Pacífico.

Em 2017, para juntar-se aos segmentos automotivo e de serviços financeiros, foi criado o segmento de mobilidade, voltado à pesquisa e desenvolvimento de veículos autônomos e outras formas de mobilidade. Em 2019, outra mudança ocorreu no segmento automotivo: houve uma junção dos subsegmentos Oriente Médio e África e Ásia Pacífico sob o nome de Grupo de Mercados Internacionais. Esse grupo também abrange a produção feita por uma nova *joint venture* na Rússia e exclui a China e Taiwan, que passaram a formar um novo subsegmento. Desta forma, verifica-se que a empresa passou os últimos dez anos à procura da melhor forma de se estruturar perante o mercado asiático, sobretudo o mercado chinês.

Em 2022, a empresa anunciou ainda mais uma nova mudança: a criação de um novo segmento, voltado inteiramente aos veículos elétricos. Para isso, anunciou mais uma rodada de demissões ao redor do globo, sobretudo na Índia, onde três mil postos de trabalho foram cortados. Levando-se em consideração a importância das empresas chinesas no setor de veículos elétricos, é possível afirmar que, tanto do ponto de vista de sua colocação no mercado chinês

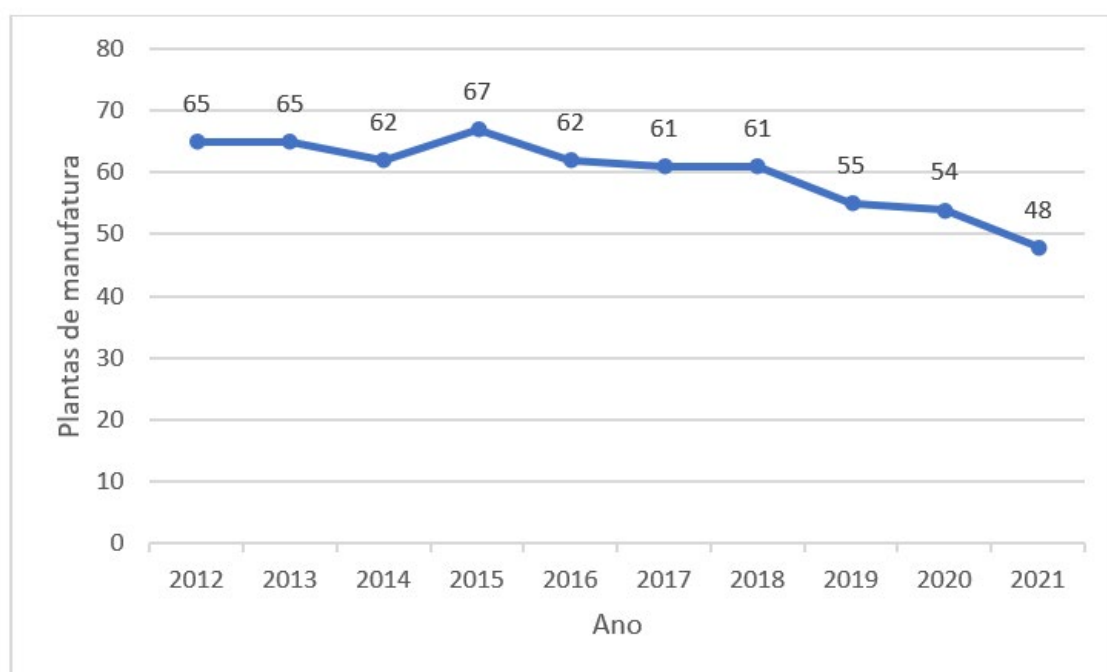
---

<sup>2</sup> A exceção é a produção de caminhões que permanece existindo na Turquia, por meio de uma *joint venture* da *Ford* com a empresa local Koç Motors, chamada *Ford Otosan*. Ainda assim, pairam, desde ao menos 2018, incertezas a respeito da continuidade do negócio.

quanto da concorrência global exercida pelas empresas daquele país, essa tem sido a pedra de toque de algumas das principais mudanças recentes no interior da empresa.

Todavia, é preciso um olhar mais cuidadoso para os dados. Entre 2012 e 2018, a Ford manteve abertas em todo o mundo, em média, 63,3 plantas, com um pico de 67 em 2015 e um mínimo de 61 em 2017 e 2018. A partir de 2019, ano em que a empresa fechou a planta de São Bernardo do Campo, começou uma queda acentuada no número de plantas ao redor do globo, atingindo o patamar de apenas 48 plantas abertas em 2021. Isso significa que, entre 2015, ano em que a empresa mais tinha fábricas abertas no período analisado, e 2021, a empresa fechou dezenove fábricas, ou seja, houve uma redução de 28,36% unidades fabris abertas em todo o mundo. Essa evolução pode ser vista no Gráfico 1.

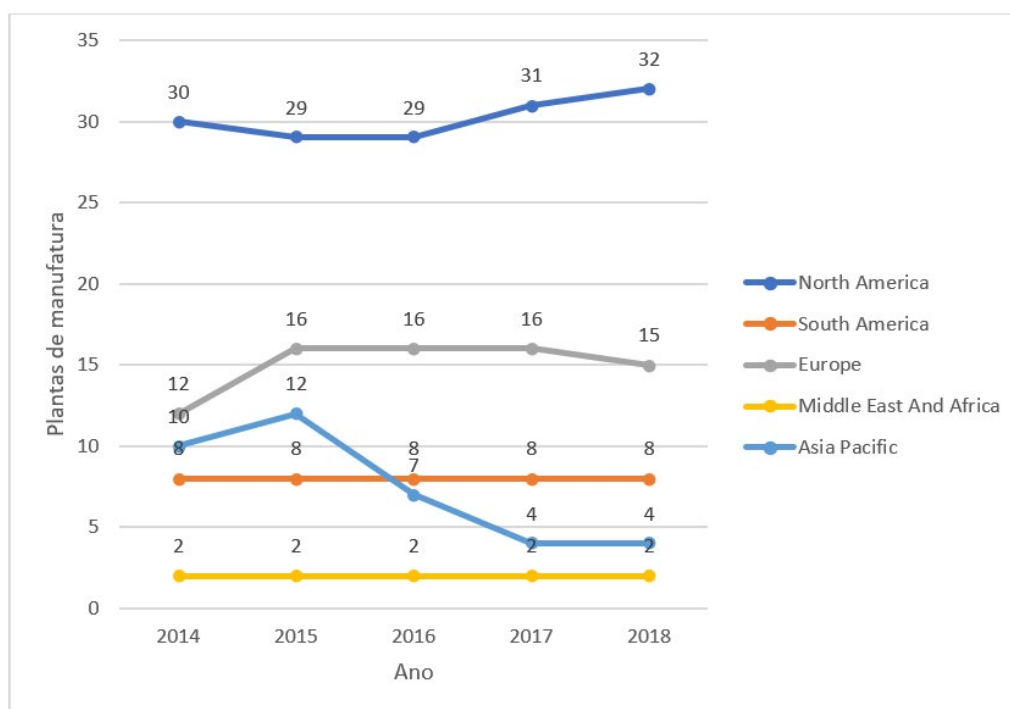
Gráfico 1 – Número total de plantas da Ford no mundo por ano



Fonte: *Ford Motor Company* (2012-2021). Elaboração própria.

Entre 2014 e 2018, período de relativa estabilidade no número de unidades fabris, a empresa divulgava, em seus balanços, a distribuição dessas fábricas em seus subsegmentos, o que permite verificar a distribuição de suas unidades produtivas pelo mundo, como pode ser conferido no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Número anual de plantas da Ford por subsegmento



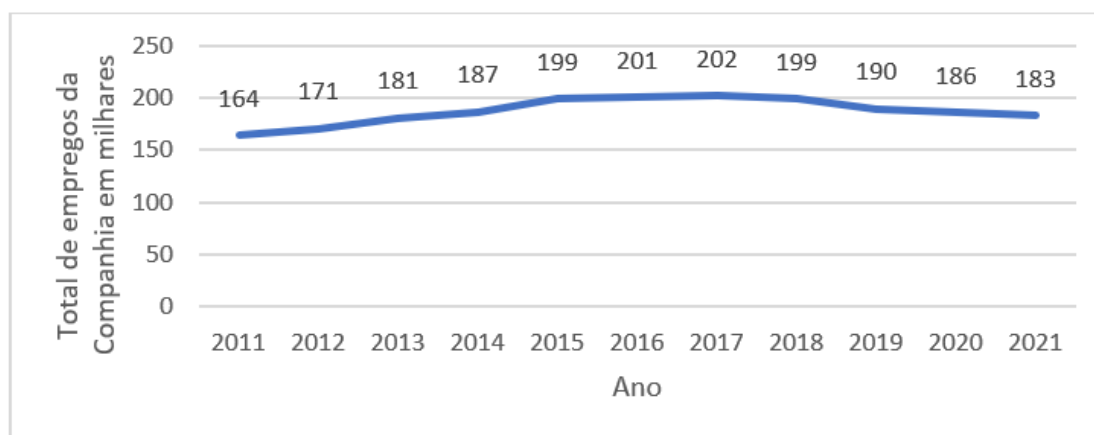
Fonte: Ford Motor Company (2012-2021). Elaboração própria.

O gráfico mostra que no subsegmento Ásia Pacífico, a partir de 2016, a Ford começou a fechar fábricas. A empresa encerrou sua produção na Austrália e no Japão e se retirou do mercado na Indonésia, onde não produzia. No caso dos países asiáticos, a justificativa para o fim das operações foi a incapacidade de competir com as montadoras japonesas; já na Austrália, a decisão foi tomada por dificuldades de vendas e pelo alto custo de produção. Aquele pico de 67 plantas em 2015 verificado no Gráfico 1 estava relacionado ao pico de plantas no subsegmento Ásia Pacífico (12) e à abertura de quatro novas fábricas na Europa. Todavia, enquanto o número de fábricas no continente europeu se manteve estável, na Ásia e no Pacífico, em 2018, restaram apenas quatro unidades fabris, o que equivale a um terço do pico de plantas do subsegmento. É digno de nota a empresa concentrar a maior parte de suas fábricas na América do Norte, única curva de tendência ascendente no gráfico, sendo que o número de fábricas na Europa gravitou, ao longo do período, em torno de metade do número de fábricas norte-americanas. Com efeito, à exceção do ano de 2015, cerca de metade das plantas da Ford localizava-se no continente norte-americano.

Igualmente digna de nota é a absoluta estabilidade das plantas sul-americanas ao longo do período. Durante esses cinco anos, não se abriram nem fecharam fábricas na América do Sul, cenário que se alterou profundamente a partir de 2019, quando a Ford fechou quatro unidades fabris no Brasil, contando a da *Troller* no Ceará. Trata-se, pois, de uma empresa cujas feições têm se alterado. Isso fica mais nítido quando se verifica o número de empregados da empresa.

Os dados são divulgados em milhares e não são explicitados os critérios de arredondamento dos números. Apesar dessas imprecisões, é possível apontar tendências, como no Gráfico 3, que mostra a curva de empregos entre 2011 e 2021.

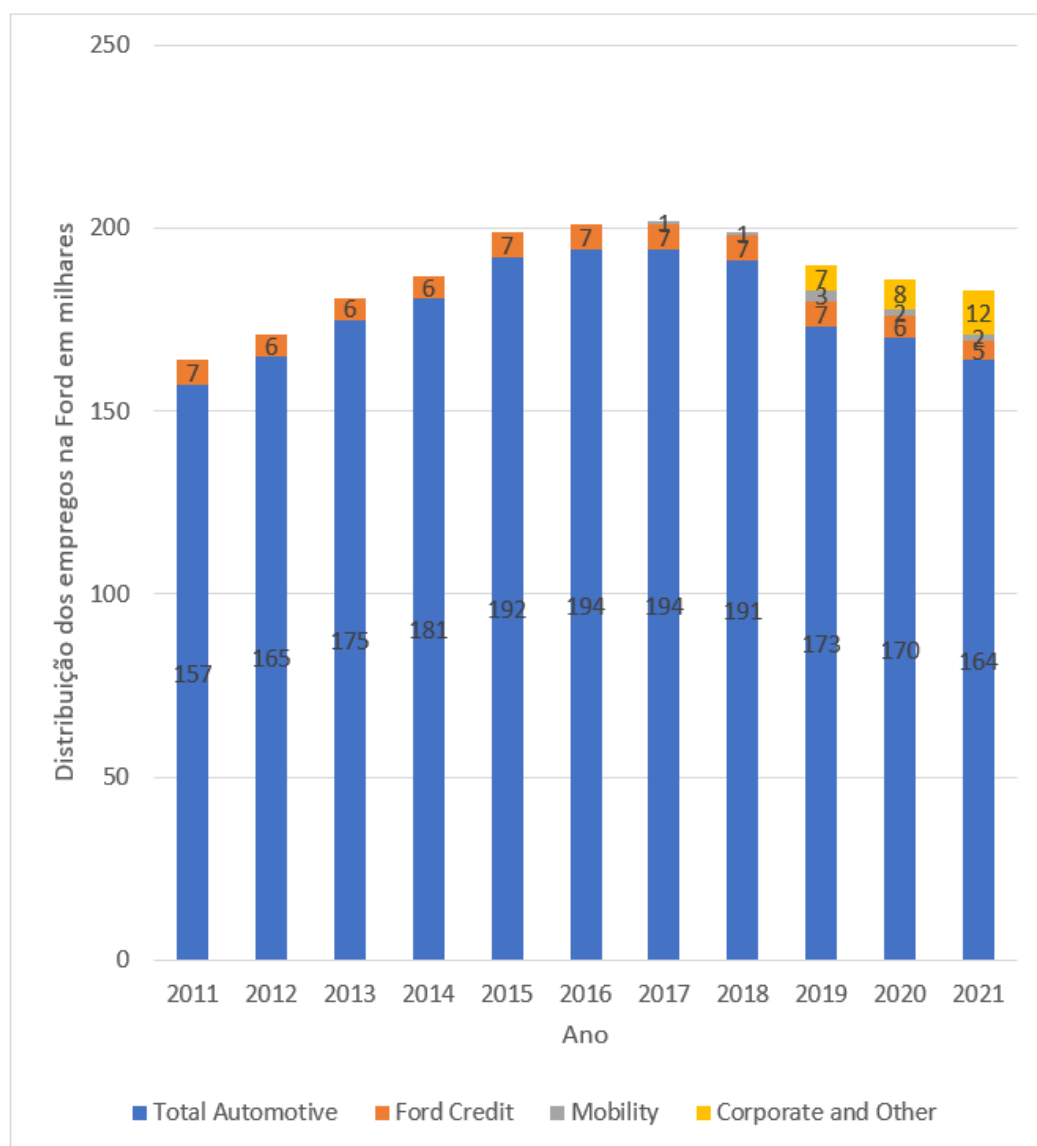
Gráfico 3 – Total de empregos na Ford em milhares por ano



Fonte: *Ford Motor Company* (2012-2021). Elaboração própria.

O gráfico mostra que, a partir de 2018, houve uma reversão da tendência de crescimento do número de empregos que se registrava até o ano anterior. Entre 2011 e 2017, houve um aumento da ordem de 38 mil postos de trabalho, isto é, houve um aumento de 23,17% no número de empregados na empresa. Entre 2017 e 2021, porém, houve uma perda de 19 mil postos de trabalho, o que significa uma diminuição de 9,4% do número de empregados. É preciso salientar que os números se referem apenas a funcionários diretos, excluindo-se terceirizados e funcionários de outras empresas ao longo da cadeia produtiva. É igualmente importante frisar que o momento de maior aumento do número de empregos, entre 2014 e 2015 (acréscimo de 12 mil), corresponde ao momento em que a empresa mais abriu fábricas ao redor do mundo, enquanto o momento em que começa a cair drasticamente o número de empregos, entre 2018 e 2021, corresponde ao período de maior fechamento de fábricas. Porém, é preciso olhar com mais cuidado para esses números.

Gráfico 4 – Distribuição dos empregos entre os segmentos da empresa em milhares por ano



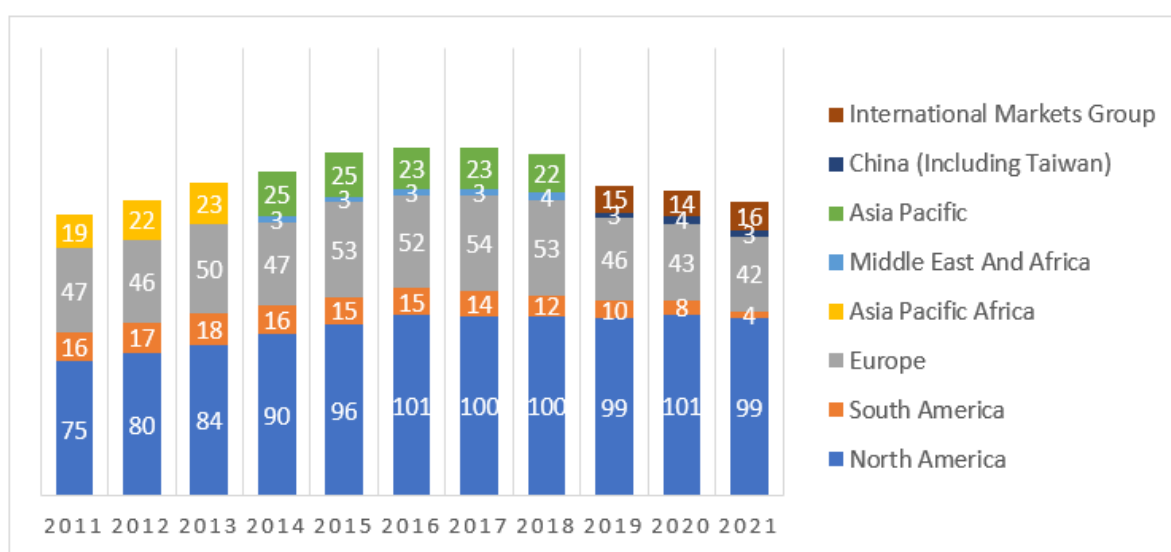
Fonte: *Ford Motor Company* (2012-2021). Elaboração própria.

O Gráfico 4 mostra a distribuição dos empregos na *Ford* entre seus segmentos. Os empregos no *Ford Credit* têm se mantido num patamar estável entre seis e sete mil, tendo como ponto fora da curva o ano de 2021, com apenas cinco mil. O segmento de mobilidade, criado em 2017, triplicou de tamanho, em termos da quantidade de funcionários, em 2019, porém, a partir de 2020, teve uma redução de um terço. Há uma queda brusca, entre 2018 e 2019, no número de funcionários no segmento automotivo. Isso se explica, em parte, pela separação, a partir do *Annual Report* de 2019, dos trabalhadores do segmento automotivo daqueles que estão sob a rubrica de *Corporate and Others*. Não fica claro a que se refere o termo *others*, porém pode-se inferir que essa nova categoria se refere a camadas do setor diretivo da empresa. De acordo com o *Annual*

*Report* de 2019, caso em 2018 houvesse essa distinção, 7 dos 191 mil trabalhadores no segmento automotivo seriam considerados *Corporate and Others*<sup>3</sup>. Há também uma discrepância quanto aos números de 2018 entre os *Annual Reports* de 2018 e de 2019: enquanto no primeiro, o *Ford Credit* aparece com 7 mil funcionários, no segundo, aparece com 8 mil funcionários. Esses mil funcionários a mais do *Ford Credit* são contados como mil funcionários a menos no segmento automotivo. Desta forma, o segmento automotivo, em 2018, aparece com 8 mil funcionários a menos, totalizando 183 mil. Mesmo assim, a queda de empregos no segmento entre 2018 e 2019 chega ao patamar dos 10 mil empregos. Entre 2018 e 2021, há, no segmento, uma perda de 19 mil empregos, que foram parcialmente compensados pelo aumento dos empregos considerados *Corporate and Others*.

O que o Gráfico 4 mostra é que o segmento automotivo foi o principal responsável pelo formato da curva apresentada no Gráfico 3, seja em seu momento ascendente, seja em seu momento descendente. Cabe agora, com o Gráfico 5, verificar a distribuição dos empregos no segmento ao redor do mundo.

Gráfico 5 – Empregos automotivos na Ford por subsegmento em milhares por ano



Fonte: *Ford Motor Company* (2012-2021). Elaboração própria.

O Gráfico 5 permite visualizar a distribuição dos empregos automotivos na Ford pelos seus subsegmentos entre 2011 e 2021. Chama a atenção que a curva da América do Norte se estabilizou a partir de 2016 e não acompanhou tendência descendente da curva geral dos empregos na companhia a partir de 2018. A América do Norte é o subsegmento que mais dá lucro para a empresa. Ainda que, por meio dos documentos analisados, não seja possível

<sup>3</sup> Não é possível determinar exatamente de qual parte do mundo saíram esses funcionários do setor automotivo para serem considerados *Corporate and Others*. Exatamente no ano de 2019, a *Ford* não divulgou a distribuição dos empregos no segmento automotivo pelo mundo.

acompanhar a evolução dos empregos por país, cabe fazer algumas observações: o mercado estadunidense, por suas dimensões e pela identificação que tem com a marca *Ford*, é um dos mais importantes para a companhia; o México é um país onde os custos de produção, sobretudo no que se refere à força de trabalho, é baixo. Portanto, trata-se de uma região estratégica para a empresa em nível global.

Com efeito, a curva que mais se parece com aquela apresentada no Gráfico 3 é a curva da Europa. A curva da Ásia Pacífico, entre 2014 e 2018, apresenta uma queda que pode ser explicada pelo fechamento das fábricas em 2016. O que é digno de nota é que cinco unidades fabris foram fechadas, porém isso representou uma queda de apenas dois mil postos de trabalho em 2016, o que indica que essas plantas usavam pouca força de trabalho empregada diretamente pela *Ford* – uma média de quatrocentos funcionários/fábrica.

A curva da América do Sul, aquela de maior interesse para os objetivos deste artigo, é a que apresenta, em termos proporcionais, a maior discrepância entre seu pico e seu ponto mais baixo. Entre 2013 e 2021, o número de postos de trabalho gerados pela *Ford* no continente caiu 77,78%. Os números mostram que mesmo antes de fechar as plantas brasileiras, as operações da *Ford* na América do Sul vinham tendo problemas. Até 2017, a empresa, no cômputo geral, vinha contratando; na América do Sul, a partir de 2014, começa a demitir – mantendo o mesmo número de fábricas. Aparentemente, a crise chegou primeiro à América do Sul e depois à Europa e ao Oriente. O fechamento da planta de São Bernardo do Campo (SP), em 2019, é responsável pela diferença, para menos, de dois mil empregos em relação ao ano anterior. O fechamento das plantas de Camaçari (BA), Taubaté (SP) e a da *Troller*, em Horizonte (CE), é responsável pelo nível de emprego ter caído pela metade na América do Sul entre 2020 e 2021. Porém, entre 2013 e 2018, sem fechar uma única planta, a empresa demitiu o equivalente ao número de trabalhadores nas duas unidades paulistas e nas duas nordestinas quando foram fechadas.

As operações da empresa na América do Sul vinham dando prejuízo. O fato de a planta de São Bernardo do Campo ser antiga e produzir principalmente caminhões, o que ia contra as diretrizes da então nova gestão da empresa, fez com que fosse a primeira a ser fechada. Os custos de transporte dos motores de Taubaté para Camaçari fizeram com que a fábrica do interior de São Paulo se tornasse supérflua, já que na unidade baiana também eram produzidos motores. Porém, a *Ford* optou por fechar ambas em 2021. A fábrica de Camaçari vinha operando muito abaixo de sua capacidade produtiva e tornou-se pouco viável, mesmo recebendo incentivos fiscais.

Entretanto, é errôneo afirmar que o Brasil está fora das estratégias globais da empresa. O que ocorreu, em 2021, foi uma re colocação do papel do País no âmbito das estratégias empresariais. O comunicado à imprensa de janeiro de 2021, intitulado “Ford avança na reestruturação da América do Sul, encerra as operações de manufatura no Brasil e atende clientes com nova linha de produtos”, deixa evidente que as operações sul-americanas estão sendo reestruturadas – não encerradas – e que o imperativo por trás dessa reestruturação é a competitividade necessária para satisfazer as demandas da CCT em termos de retorno financeiro:



A Ford está constantemente avaliando seus negócios em todo o mundo, incluindo a América do Sul, fazendo escolhas e alocando capital de forma a avançar em seu plano de atingir uma margem corporativa EBIT de 8% e gerando um forte e sustentável fluxo de caixa. O plano da Ford prevê o desenvolvimento e a oferta de veículos conectados de alto valor agregado e qualidade – cada vez mais eletrificados –, com serviços acessíveis a uma gama mais ampla de consumidores (FORD MOTOR COMPANY, 2021).

A eletrificação, palavra de ordem na empresa, aparece como elemento importante dessa reestruturação. A menção aos veículos “de alto valor agregado” indica o caminho pelo qual tem seguido a empresa na América do Sul: a *Ford* deixou de vender veículos populares no continente, para vender picapes e SUVs para uma fração da população de alto poder aquisitivo. Mas nesse novo arranjo ainda há espaço para os trabalhadores brasileiros, ou, ao menos, alguns trabalhadores muito específicos.

Em maio de 2022, a *Ford* anunciou a contratação de 500 engenheiros para seu Centro de Desenvolvimento e Tecnologia, localizado em Camaçari. Ao encerrar a produção na fábrica baiana, a empresa não demitiu a totalidade de seus engenheiros, que continuaram trabalhando em *home office*. A ideia é de que os engenheiros brasileiros trabalhem no desenvolvimento de produtos, patentes, tecnologias e *softwares* para alimentar a produção alhures. Nas palavras de um engenheiro entrevistado:

A gente tem engenheiros muito bons. Tinha um supervisor brasileiro que foi trabalhar no Vale do Silício. Pegaram aqui o cara e levaram ele pra lá. [...] Então eles preferem manter a engenhairada [sic] daqui que é mais barato, *home office*, não estou pagando porra nenhuma, só o salário, por enquanto aproveita pros Estados Unidos, não contrato engenheiro americano, fico lá com os tupiniquim [sic], que já sabem falar inglês, que já sabem mexer em todo o sistema da Ford (Entrevista em 9 nov. 2021).

Os engenheiros brasileiros foram responsáveis pelo desenvolvimento do EcoSport, modelo de alta rentabilidade para a Ford durante quase duas décadas. Trata-se, pois, de mão de obra de alta qualificação e que pode ser útil para a empresa do ponto de vista global. Nesse sentido, é uma forma de inserção do Brasil na globalização baseada em trabalho altamente qualificado, ainda que, comparativamente, possa ser mais barato para a empresa. De outra parte, é uma forma de inserção totalmente voltada para fora, que dificilmente trará ganhos para a indústria nacional.

### **Ação sindical ante o fechamento das plantas da Ford**

O fenômeno do fechamento das fábricas da *Ford*, apesar de seu caráter global, não produziu uma ação sindical conjunta no plano internacional. Isso não quer dizer que não exista nenhum tipo de rede dos trabalhadores na *Ford*: há um comitê mundial que se reúne anualmente e que já logrou, juntamente à IndustriALL, federação sindical global que representa

os trabalhadores na indústria, a assinatura de um Acordo-Marco Global junto à empresa. Esse acordo aborda temáticas relevantes, sobretudo quanto à garantia de direitos para trabalhadores de empresas terceirizadas e de fornecedoras.

A criação do comitê mundial se deveu, em larga medida, à atuação da *United Auto Workers* (UAW), sindicato estadunidense. A UAW, com efeito, se encontra em posição privilegiada, uma vez que tem acesso à direção mundial da empresa, por se encontrarem no mesmo país. Antes de 2009, já havia algumas formas de cooperação internacional: quando a *Ford* abriu fábricas na Rússia, por exemplo, os sindicalistas brasileiros ajudaram os russos a se organizar. Houve também experiências de articulações entre trabalhadores europeus (ANNER *et al.*, 2014).

Nas reuniões do comitê mundial, a empresa apresenta dados sobre seu desempenho no ano anterior e os trabalhadores expõem suas demandas. O espaço das reuniões é utilizado como instrumento de pressão para a resolução de conflitos – os casos de reversão de demissões na Índia e na Tailândia foram um êxito dessa estratégia. Esses casos são exemplos de pressão em nível internacional para a resolução de conflitos locais. Porém, quando se trata de decisões globais da empresa, como o fechamento de plantas, a atuação sindical em âmbito internacional não é capaz de reverter. Quando a *Ford* anunciou o fechamento da planta de São Bernardo do Campo, também estava encerrando a produção de unidades fabris na França e na Rússia. Nesse momento, a atuação internacional caminhou na direção de troca de informações a respeito da condução do processo de fechamento em cada país, sobretudo no que se refere aos termos dos acordos coletivos.

Dessa forma, devem ser observados obstáculos relevantes à consolidação da solidariedade internacional.

Em primeiro lugar, conforme aponta Melo (2018), o fato de a *Ford* ser uma empresa de origem estadunidense a torna mais refratária ao compartilhamento de informações com os trabalhadores do que as empresas alemãs, onde a legislação determina a presença de trabalhadores no conselho de gestão das empresas. Esse fator faz com que, por exemplo, os trabalhadores fiquem sabendo pela imprensa, ou pouco antes da imprensa, como no caso de São Bernardo do Campo, da decisão de fechamento da fábrica onde trabalham e tenham menos tempo para preparar uma reação e tentar reverter a decisão da empresa.

Em segundo lugar, há o estabelecimento de concorrência entre plantas por investimentos, uma estratégia empresarial que não apenas desincentiva a solidariedade, como pode fomentar xenofobia. Um entrevistado relata as dificuldades de negociar, antes do fechamento da planta de São Bernardo do Campo, a vinda de uma nova linha para manter a fábrica:

E a gente pautando a empresa [para ela investir na planta] e [ela respondendo] “não, nós vamos ver, então vocês têm que concorrer com o México, vocês têm que concorrer com a Argentina, porque na Argentina o custo-hora-carro é um, México é outro, São Bernardo tá mais caro porque é uma fábrica obsoleta. Então vamos investir na fábrica!” e não vi esse investimento (Entrevista em 13 jun. 2022).

Em terceiro lugar, deve-se atentar para o fato de que essa lógica concorrencial cria vencedores e perdedores. O relato de outro sindicalista de São Bernardo do Campo dá conta da dificuldade de construção da solidariedade mesmo em âmbito nacional:

Então, infelizmente, tenho que te dizer isso, poderia ter tido dos próprios trabalhadores da Ford no Brasil uma resistência geral, mas acabou que o problema não era deles, era nosso de São Bernardo, depois se tornou problema deles, né? Que é aquele negócio, né, um dia não é comigo, mas depois vai ser (Entrevista em 26 maio 2022).

Em quarto lugar, deve-se observar que os sindicalistas da UAW contribuíram para que os sindicalistas de São Bernardo do Campo se reunissem, ainda em 2019, com a direção global da empresa em sua sede, em Dearborn, servindo de intermediários para marcar a reunião. Todavia, há uma espécie de ressentimento por parte dos sindicalistas brasileiros, pelo fato de seus companheiros estadunidenses não terem permanecido na reunião. Conforme foi mostrado anteriormente, o subsegmento da *Ford* na América do Norte é o único no mundo que tem mantido o nível de emprego relativamente estável, enquanto a empresa vem demitindo trabalhadores há mais tempo na América do Sul do que em qualquer outra parte do mundo. Esse, porém, não é o único motivo para a postura dos sindicalistas da UAW. Em anos recentes, o sindicato estadunidense tem enfrentado problemas com a Justiça em meio a denúncias de corrupção, que derrubaram parte de sua diretoria.

Dessa forma, uma ação coordenada em âmbito internacional, que, no limite, poderia desembocar numa resistência em nível global do poder da empresa transnacional, não se mostrou viável. A ação sindical se voltou, portanto, à defesa da manutenção do território produtivo enquanto tal. Em São Bernardo do Campo, uma vez que não foi possível demover a empresa de sua decisão, a estratégia adotada foi a da defesa dos empregos metalúrgicos, que seriam mantidos por meio da venda da planta para outra montadora (BICEV; MELO, 2022). No caso do fechamento das demais plantas no Brasil, houve ainda um obstáculo extra: diferentemente de quando fechou a planta de São Bernardo do Campo, a *Ford*, ao fazer seu anúncio, determinou que seu efeito seria imediato<sup>4</sup>. Não foram, portanto, produzidos os últimos veículos das linhas do Ka e do EcoSport em Camaçari – as últimas unidades foram, de fato, destruídas. Diferentemente de São Bernardo do Campo, portanto, os trabalhadores não puderam entrar em greve para negociar, pois já não havia produção a ser parada. Em Taubaté, a negociação da rescisão dos contratos com o sindicato se deu por meio de intervenção do Ministério Público do Trabalho. A postura da empresa foi, pois, mais intransigente.

Tendo em vista os robustos incentivos fiscais recebidos pela *Ford* para a instalação e manutenção da planta de Camaçari, os sindicatos iniciaram uma campanha de nacionalização dos bens da Ford. A ideia era de que o Estado assumisse aqueles bens e os repassassem a outra

---

<sup>4</sup> A exceção fica por conta da planta da *Troller* em Horizonte (CE), que produziu sua última unidade em outubro de 2021, nove meses após o anúncio do fechamento.

montadora. Com cunho de defesa da soberania nacional, a proposta, que seria apresentada como projeto de lei no Congresso, acabou não vingando. A *Ford* foi condenada na Justiça a devolver, porém, 2,5 bilhões de reais que havia recebido em incentivos fiscais ao governo da Bahia.

Como resultado da ação sindical em São Bernardo do Campo, Camaçari e Taubaté, houve a assinatura de acordos coletivos que estabeleceram condições para que os trabalhadores demitidos não saíssem com apenas aquilo que a empresa tencionava oferecer. Os sindicatos foram capazes de tornar mais caros os fechamentos das fábricas. Com pouco apoio no âmbito do Estado, porém, os sindicatos não conseguiram lograr os objetivos de manutenção dos empregos fabris. A possível exceção talvez seja Camaçari, uma vez que existe a perspectiva de compra das instalações da *Ford* pela empresa chinesa BYD, embora, no momento em que este artigo está sendo redigido (final de outubro de 2022), não tenha havido nenhum anúncio oficial quanto a isso. No que se refere às plantas paulistas, ambas foram vendidas para a Construtora São José, mesma empresa que havia comprado a fábrica do bairro do Ipiranga em São Paulo (SP), nos anos 1990.

A planta de São Bernardo do Campo poderia ter tido um destino diferente. Em setembro de 2019, a CAO A formalizou a intenção de compra das instalações da *Ford*, com o objetivo de produzir veículos de alguma marca chinesa sob licença, num modelo próximo ao que ela utiliza em sua parceria com a *Chery*. Todavia, o negócio acabou não se concretizando por falta de financiamento para realizar a compra. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC chegou a se reunir com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que negara um empréstimo à CAO A, uma vez que não há linha de financiamento para aquisições. Com a desistência da CAO A, outros grupos, de origem chinesa, se interessaram pelas instalações, porém, com a pandemia de covid-19, que atingiu primeiro a China, esses grupos recuaram e a *Ford* vendeu a planta para a construtora.

Ao longo do processo de fechamento da planta de São Bernardo, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC buscou aporte do Estado, fosse para demover a *Ford* de sua decisão, fosse para atuar ativamente na manutenção dos empregos. Após reunião infrutífera com o então vice-presidente Hamilton Mourão, verificou-se que não haveria qualquer aporte na esfera federal. Nas esferas estadual e municipal, a situação foi um pouco diferente. Foi numa reunião entre representantes da *Ford* e o então governador de São Paulo, João Doria Jr., que se decidiu pela ideia da venda do imóvel. O sindicato aderiu a essa ideia e passou a colaborar ativamente para concretizá-la. O encerramento da greve, em abril de 2019, se deu exatamente para que potenciais compradores pudessem ver a fábrica funcionando. Malgrado o resultado final não ter sido o almejado, desde então, a estratégia de buscar a venda das plantas que fecharam se proliferou para os casos da *Ford* em Taubaté e Camaçari, da *Troller* em Horizonte e da *Mercedes-Benz* em Iracemápolis (SP). Sem o aporte do governo federal, coube aos governos estaduais e, por vezes, aos sindicatos, a busca, nem sempre frutífera, por compradores.

## Conclusões

O fechamento das plantas da *Ford* no Brasil é a culminação de um processo de demissões que a empresa vinha fazendo na América do Sul, onde a empresa vinha obtendo prejuízo, ao longo da última década, e antes de começar a demitir no restante do planeta. Ele é parte da reestruturação global da empresa que tem como objetivo último manter a competitividade e remunerar seus acionistas, membros da CCT. Esse redesenho (*redesign*) – o termo é da própria empresa – acaba por se tornar também um redesenho das próprias relações de classe ao redor do mundo. Como demonstrado no caso das fábricas na Ásia Pacífico fechadas em meados da década, a empresa adotou uma estratégia de encerrar a produção em regiões onde não conseguia ganhar mercado, o que obsta um aumento da lucratividade.

Com o fim da produção de veículos *Ford* no Brasil, o funcionário da empresa no País não é mais o trabalhador metalúrgico do chão de fábrica, é o engenheiro que desenvolve produtos a serem produzidos alhures. Aqueles funcionários diretos e indiretos que perderam seus empregos não necessariamente conseguem se recolocar em funções similares, tampouco no mesmo setor.

O Estado brasileiro, no nível federal, não interveio na situação. No nível estadual, os esforços empreendidos visavam apenas a substituir uma transnacional por outra, sem alterar a relação de dominação em que o externo prevalece sobre o interno. Ainda que no âmbito sindical tenham surgido propostas de cunho protecionista em relação às forças externas, elas não lograram força política para prevalecer – caso da proposta de nacionalização dos bens da *Ford*.

Uma alternativa para que os trabalhadores sejam menos dependentes de conjunturas políticas nacionais para erigir formas de regulação do capitalismo global – em que pese a contradição de se regular nacionalmente um poder que extrapola as nações – é a construção das redes sindicais globais. Porém, no caso da *Ford*, a despeito de a rede funcionar e já ter obtido vitórias, como a conquista da assinatura de um Acordo Marco-Global, há ainda alguns entraves para a construção de uma solidariedade internacional mais sólida, que seja capaz de intervir de fato nas estratégias globais da empresa, de maneira a evitar o fechamento de fábricas e, assim, estabelecer uma forma de regulação transnacional.

## Referências

- ANNER, Mark *et al.* Determinantes industriais da solidariedade transnacional: política intersindical global em três setores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 229-250, 1 ago. 2014.
- ARBIX, Glauco *et al.* O Brasil e a nova onda de manufatura avançada: o que aprender com a Alemanha, China e Estados Unidos. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 29-49, nov. 2017.
- BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel. **Retorno à condição operária**: investigação em fábricas da peugeot na França. São Paulo: Boitempo, 2009.

- BEYNON, Huw. O sindicalismo tem futuro no século XXI? *In*: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org.). **Além da Fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 64-71.
- BICEV, Jonas Tomazi; MELO, Filipe Augusto Freitas. Atores locais no processo de fechamento da planta da Ford em São Bernardo do Campo. *In*: RODRIGUES, Iram Jácome; RAMALHO, José Ricardo; LIMA, Jacob Carlos (org.). **Trabalho e sindicalismo**: Reflexões a partir do contexto pandêmico. São Paulo: Annablume, 2022. p. 209-236.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.
- CARROLL, William K. **The making of a transnational capitalist class**: corporate power in the twenty-first century. London; New York: Zed, 2010.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DICKEN, Peter. **Global shift**: mapping the changing contours of the world economy. New York: Guilford Press, 2015.
- DURAND, Jean-Pierre. **The invisible chain**: constraints and opportunities in the new world of employment. Hampshire: Palgrave, 2007.
- EVANS, Peter. Is it Labor's Turn to Globalize? Twenty-first Century Opportunities and Strategic Responses. **Global Labour Journal**, v. 1, n. 3, p. 352-379, 2010.
- FORD MOTOR COMPANY. **Annual Report**. 2012-2021. Disponível em: <https://shareholder.ford.com/Investors/financials/default.aspx#annual-reports>. Acesso em: 03 nov. 2022.
- FORD MOTOR COMPANY. **Ford avança na reestruturação da América do Sul, encerra as operações de manufatura no Brasil e atende clientes com nova linha de produtos**. 2021. Disponível em: <https://media.ford.com/content/fordmedia/fsa/br/pt/news/2021/01/11/ford-avanca-na-reestruturacao-da-america-do-sul--encerra-as-oper.html>. Acesso em: 17 jan. 2021.
- FRASER, Nancy. A Triple Movement? Parsing the Politics of Crisis after Polanyi. *In*: BURCHARDT, Marian; KIRN, Gal (org.). **Beyond Neoliberalism**. Cham: Springer International Publishing, 2017. p. 29-42.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1998.
- HENDERSON, Jeffrey. *et al.* Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico. **REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.
- HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 189-207, 2017.
- MELLO E SILVA, Leonardo G. Inovações do sindicalismo brasileiro em tempos de globalização e o trabalho sob tensão. *In*: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016. p. 93-122.
- MELO, Filipe Augusto Freitas. **Representando os trabalhadores**: Organização no Local de Trabalho no ABC Paulista. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MUNCK, Ronaldo. Labour Dilemmas and Labour Futures. *In*: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (org.). **Labour Worldwide in the Era of Globalization**. London: Palgrave Macmillan UK, 1999. p. 3-23.

- MUNCK, Ronaldo. Globalization and the Labour Movement: Challenges and Responses. **Global Labour Journal**, v. 1, n. 2, p. 218-232, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco de. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. *In*: BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique O. (org.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**: Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 265-291.
- OLIVEIRA, Francisco de. Quem canta de novo L'Internationale? *In*: OLIVEIRA, Francisco de. **Brasil**: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 79-114.
- PHILLIPS, Peter. **Giants**: the global power elite. New York: Seven Stories Press, 2018.
- ROBINSON, William I. **Una teoría sobre el capitalismo global**: producción, clase y Estado en un mundo transnacional. México: Siglo XXI, 2013.
- ROBINSON, William I. **Global capitalism and the crisis of humanity**. New York City: Cambridge University Press, 2014.
- ROBINSON, William I. Debate on the New Global Capitalism: Transnational Capitalist Class, Transnational State Apparatuses, and Global Crisis. **International Critical Thought**, Londres, v. 7, n. 2, p. 171-189, 2017.
- ROBINSON, William I. Can Global Capitalism Endure? **Revista de Estudios Globales. Análisis Histórico y Cambio Social**, Murcia, Espanha, v. 1, n. 1, p. 13-41, 2021.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- RODRIK, Dani. Premature deindustrialization. **Journal of Economic Growth**, Washington, v. 21, n. 1, p. 1-33, 2016.
- SKLAIR, Leslie. **Globalization**: capitalism and its alternatives. Oxford; New York: Oxford University Press, 2002.
- STRECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.
- VAN DER LINDEN, Marcel. **Trabalhadores do mundo**: Ensaio para uma história global do trabalho. Campinas: Unicamp, 2013.
- WATERMAN, Peter. The New Social Unionism: A New Union Model for a New World Order. *In*: MUNCK, Ronaldo; WATERMAN, Peter (org.). **Labour Worldwide in the Era of Globalization**. London: Palgrave Macmillan UK, 1999. p. 247-264.
- WEBSTER, Edward; LAMBERT, Rob; BEZUIDENHOUT, Andries. **Grounding globalization**: labour in the age of insecurity. Oxford: Blackwell, 2008.

Recebido em: 03/11/2022

Aceito em: 30/03/2023

**COMMODITY TRADERS  
AND SUSTAINABLE SOY SUPPLY CHAINS IN BRAZIL**

**COMERCIANTES DE COMMODITIES  
E CADEIAS DE FORNECIMENTO DE SOJA SUSTENTÁVEIS NO BRASIL**

---

Stefan Voicu\*

Lee Pegler\*\*

**Abstract**

Global commodity traders play a key role in the purchase-sale, handling, and distribution of many of the world's commodities. Yet, they are often criticized for adversely affecting local producers, displacing local communities, and engaging in or encouraging un-sustainable practices and outcomes. Using the case of soy supply chains in Brazil, this article describes the operations used by these companies to make profit and their efforts to become more sustainable through zero-deforestation commitments. The article shows how risk assessments surrounding local supply considerations can at times encourage or dissuade trading companies from establishing direct, traceable links to soy producers that would allow to better monitor and sanction farms cultivating on deforested land. These choices help provide the context to the “spaces” where global chains touch down, these in turn having important consequences for local development, incomes, jobs and welfare and the social impacts, forms of resistance and regulation which often emerge. The article makes an important, albeit initial and exploratory contribution to understand under what conditions might the logic of the chain governance and sustainability debate actually meet.

**Keywords:** Global production networks. Soybean supply chains. Commodity trading. Sustainability.

**Resumo**

Os comerciantes globais de commodities desempenham um papel fundamental na compra e venda, manuseio e distribuição de muitas das commodities do mundo. No entanto, eles são frequentemente criticados por afetar adversamente os produtores locais, deslocando comunidades locais e engajando-se ou incentivando práticas e resultados não sustentáveis. Usando o caso das cadeias produtivas da soja no Brasil, este artigo descreve as operações usadas por essas empresas para obter lucro e seus esforços para se tornarem mais sustentáveis por meio de compromissos de desmatamento zero. O artigo mostra como as avaliações de risco em torno das considerações de abastecimento local podem às vezes encorajar ou dissuadir as empresas comerciais de estabelecer links diretos e rastreáveis com produtores de soja que permitiriam monitorar e sancionar melhor as fazendas que cultivam em terras desmatadas. Essas escolhas ajudam a contextualizar os “espaços” onde as cadeias globais aterrissam, tendo estas, por sua vez, consequências importantes para o desenvolvimento local, renda, empregos e bem-estar e os impactos sociais, formas de resistência e regulamentação que muitas vezes emergem. O artigo traz uma contribuição importante, ainda que inicial e exploratória, para entender em que condições a lógica do debate sobre governança da cadeia e sustentabilidade pode realmente se encontrar.

**Palavras-chave:** Redes globais de produção. Cadeias produtivas da soja. Comercialização de commodities. Sustentabilidade.

---

\* Research fellow at University of Bologna, Italy. E-mail: stefanvalentin.voicu@unibo.it

\*\* Assistant Professor at International Institute of Social Studies, The Netherlands. E-mail: pegler@iss.nl



---

## Introduction

Every year large volumes of agri-commodities are traded internationally by four major transnational corporations, colloquially known as the ABCDs - Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill and Louis Dreyfus Company (MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012). These companies trade everything from raw to semi-processed cereals, oilseeds, pulses, and fruits, to coffee, cacao, cotton, and meat. They buy from local commodity producers and wholesalers and sell to global food manufacturers and retailers.

The global circulation of agri-commodities across continents is enabled by global finance, national and international transport infrastructure, quality grades and standards, and the multi-billion dollar assets these companies own and operate, whether it is transport fleets, storage units, mills and/or refineries. Located in the most important producing and consuming regions of the world, these assets offer commodity trading companies different space, time, quality, and logistic options to choose from in order to globally link supply and demand and maximize profits in the process (JOHANSEN; WILSON, 2018).

Although they hardly operate in secret, their operations are often shrouded in mystery. One reason for this is the importance of information asymmetry in making profitable trade deals (JACOBS, 2019; FREIDBERG, 2017; SALERNO, 2017). Related to this is their business-to-business (B2B) trading model, which means that details of their trades are not open to public scrutiny. Another reason for this mysteriousness is related to their family-based ownership, although the importance of the latter in creating their mystical aura has diminished since Morgan's (1979) groundbreaking inquiry, with ADM and Bunge publicly listed on major stock exchanges since the 2000s. Yet because of their mode of operation and ownership structure final consumers and the public at large have been mostly unaware of, or misunderstood, commodity traders' role in the performance of markets and in the supply of raw materials.

Scholars have not necessarily contributed to the demystification of commodity trading. In fact, commodity trade operations in globalized production networks and the role that commodity traders play are barely touched upon beyond the realm of financial economics and certain niche areas of study. In the global commodity chains, global value chains, and global production networks literatures, traders have been less studied than producers, manufacturers, and retailers (SERDIJ; KOLK; FRANSEN, 2021), although in primary commodities markets traders have been identified as those who organize and control the chain (GIBBON, 2001). In the available research on global agri-commodity trading companies, a considerable amount of work has been put into identifying what determines the sector's vertical integration and concentration and what are the consequences (CAVES, 1977; CLAPP, 2015; MORGAN, 1979; MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012; SCOPPOLA, 2007; WILSON; DAHL, 1999), and less attention has been given to trade operations themselves or the trade offices' organization (CHALMIN, 1987; CALISKAN, 2010; LANDER, 2018). More recently, the focus has been on trading companies'

role in the financialization of the agricultural sector (BAINES, 2017; CLAPP, 2014; SALERNO, 2017) and to a lesser extent to their interaction with commodity producers (MISHRA; DEY, 2018; WESZ JR., 2016, 2019).

The mystery surrounding these companies has led to an image of commodity trading companies as secretive agents speculating the imperfections of markets. While to a certain extent this is true, it is part of their business model, it only tells part of the story. Another part of the story is that markets reward risk-bearing entrepreneurs that are willing to explore new lines of distribution and procurement linking customers and suppliers, create access to financialized instruments and liquidity to mitigate risks, and have the capability to synthesize knowledge into actions and supply chain operations. This is not to say that commodity trading companies are not seeking profits, nor that within certain commodity trades bad practice does not occur and that commodity traders are off the hook when it comes to the demands for sustainable practices and reporting. Together with more fundamental and interrelated changes, such as digitization, climate change, and new financial regulations, the investors', final customers', and shareholders' demand for sustainability is forcing trading companies to reconsider their business model altogether.

But, can trading companies become key actors in the sustainable governance of supply chains, as Grabs and Carodenuto (2021) have suggested? One of the biggest challenges for the ABCDs has been to make more sustainable the Brazilian soy supply chain. Soy has become one of the main sources of vegetal protein for animal feed use and agrofuels. Its cultivation has expanded since the 1970s and most of this expansion occurred in Brazil, which is now the biggest soy producer in the world. However, this led to increased rates of deforestation in the Amazon rainforest as large scale soy farmers converted forests, either directly or indirectly by converting pasture land and pushing cattle farmers to clear forested land. Moreover, this expansion of soy farming displaced indigenous populations and smallholding farmers from their land and threatened their mode of existence.

The trading companies driving the soy supply chain have been repeatedly pressured into adopting sustainable practices and eventually agreed to sign a voluntary soy moratorium in 2008, committing to sourcing only soy cultivated on land that was not deforested. The moratorium was hailed as a success (GIBBS *et al.*, 2015), but after an initial drop, the deforestation rate increased again (FEARNSIDE, 2017). At the same time, soybean cultivation expanded rapidly in the Northeastern cerrado savannahs, an area which is not covered by the moratorium (ARAÚJO *et al.*, 2019).

Confronted with the failure to stop soy related deforestation, trading companies have argued that they are unable to always trace the source of the soy they buy, suggesting that this would require a radical change in how they operate. We build on the existing literature and explore the impact sustainability demands have on commodity trade operations. Susanne Freidberg's work (2017) has played an important role in opening this line of inquiry. She

suggests that the commercial infrastructure which makes grain commodities fungible, that is interchangeable regardless of who produces the commodity and where it is produced, also makes commodities untraceable. This commercial infrastructure, developed since the 19<sup>th</sup> century, allows grains of individual producers to mix and blend in the storage units of wholesalers and gives way to a faster circulation of the exchange value of the crop. At the same time, it severs the link between producer and the physical crop sold. Current sustainability demands asking for increased transparency and traceability in the supply chain (GARDNER *et al.* 2019; GUPTA; BOAS; OOSTERVEER, 2020), especially in zero-deforestation commitments such as the soy moratorium (LAMBIN; FURUMO, 2023), pose a set of challenges to this infrastructure and to the traders' operations which rely on it: reduced fungibility, but also reduced information asymmetry, and, consequently, less options to switch between supply sources and seize profits.

However, Freidberg (2017) overestimates the extent to which fungibility is dependent on ABCDs sourcing crops from local wholesalers and one-off transactions with farmers, making traders ignorant of the crop producers' activities. We show that the limited impact of the moratorium on soy supplied from deforested areas is not the result of an absolute ignorance of supply sources, inherent in trading operations, but the ABCDs choice of a *strategic ignorance* (BRICE; DONALDSON; MIDGLEY, 2020). We show that asset rich trading companies like the ABCDs may even seek a direct and long-term relationship producers, as it is from the originating side of the supply chain that they are likely to capture more profits. Even though reduced transaction costs can be a reason for choosing to source from wholesalers, rather than directly from producers (ZU ERMGASSEN *et al.*, 2022), we argue that indirect sourcing is a manner of mitigating systematic operational risks. As Coe and Yeung (YEUNG; COE, 2015; COE; YEUNG, 2019) have pointed out, firm strategies in global production networks are determined by competitive dynamics in risk environments. We contribute to the literature by focusing on the underdeveloped relation between the risk environment and firm strategies (see BRYSON; VANCHAN, 2020; YEUNG, 2021). To manage operational risks that could lead to reduced profitability, the ABCDs opt for inter-firm partnership which take the form of joint-ventures, but also intermediation, which implies a strategic ignorance of their supply sources. While nonetheless actively seeking to invest or lobby for changes that could reduce or eliminate these risks, increased competition and the growth of intermediaries pose further challenges to establish traceability and consequently to improving sustainability.

In the first section (1.0) of this paper we will talk about the characteristics of agri-commodities in general and the Brazilian soy in particular. The second section (2.0) is dedicated to unraveling the mechanics of trade operations. This demonstrates how combine space, time, and quality information to identify profitable trades and the extent to which fungibility is determined by sourcing from wholesalers. We further show in the third section (3.0) how local and global public infrastructures and traders' assets put these mechanics into gear, yet at the same time expose traders to a series of operational risks. It will become clear that the local

intermediaries between Brazilian farmers and global traders are a contingent solution to reduce some systematic operational risks, but also increase costs and diminish the potential profits they can make. In the fourth, and final, section (4.0) we outline the conclusion and highlight the directions in which further research is required.

### **Agri-Commodities, Territorial Expansion, and Sustainability**

Grains (cereals, oilseeds, and pulses) are the most traded agricultural commodities in the world. Wheat, maize, and soy, together account for almost  $\frac{3}{4}$  of the traded commodities grains in terms of quantities exported.<sup>1</sup> These crops have seen an expansion in their harvested area in the past decades, especially soybeans, driven by higher prices and the increased demand from different sectors of the economy. Several authors point to an increased demand for meat, which is produced by feeding livestock with high protein soymeal, as the result of a growing global population. China's dietary 'modernization', aimed at increasing meat consumption amongst urban middle and upper classes, also played an important part in the increase of global demand for soy (OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2016), with China being the biggest importer and consumer of soy in the world. The rising demand for soy, maize, or sugarcane to produce agrofuels is also seen as a factor contributing to a price inflation and the further expansion of the area planted with these crops (MCMICHAEL, 2009; BORRAS JR.; MCMICHAEL; SCOONES, 2010). Some authors even argue that financial funds adding derivatives of these commodities to their portfolios play an increasing role in inflating commodity prices by signaling a fictitious increase in demand of supply/cultivated areas (CLAPP, 2014; BAINES, 2017).

#### **The Brazilian Soy Supply Chain**

Much of the expansion of the cultivated area for soy has occurred in South America, predominately in Brazil. Since the 1970s Brazil's harvested area constantly grew and the country became a major producer of soybeans. In recent years it has been challenging the domination of the US as the world's #1 soybean producer (GALE; VALDES; ASH, 2019). The production of soy in Brazil grew as the area under cultivation expanded from the southern states of Parana and Rio Grande do Sul towards the Center and Center-west, particularly in Mato Grosso, which is currently the major producing state in Brazil. More recently the crop frontier has expanded into the Northeast region of the *cerrado* savannahs, the so called MATOPIBA (ARAÚJO *et al.*, 2019; FEARNside, 2001, 2017; MORTON *et al.*, 2006; ZALLES *et al.*, 2019).

The boom of soy production and consumption, and the ensuing growing trading distances, has been unsustainable. Although there are many aspects that make it unsustainable, from CO<sub>2</sub> emissions caused by transportation and agricultural machinery use, to soil and water

---

<sup>1</sup> Calculations based on FAOSTAT database.

pollution generated by petro-farming, and biodiversity loss caused by monocultures, in this article we focus on the effects of land use changes and the role played by trading companies in the process. The expansion of soybean has led to alarming direct and indirect land use changes as the Amazon's forested areas and the cerrado savannahs are being transformed into pasture lands by cattle farmers displaced by crop farmers or directly transformed by the latter into crop land (BROWN *et al.*, 2005; ARIMA *et al.*, 2011; GOLLNOW; LAKES, 2014; COHN *et al.*, 2016; ZALLES *et al.*, 2019). The infrastructure put in place to transport these crops from producers to end users has also contributed directly to land use change, or indirectly in that it has facilitated the expansion of the soybean frontier (FEARNSIDE, 2001; NEVES *et al.*, 2021). Of particular importance has been the development of the soybean transportation corridor along the BR-163 highway and the Tapajos river, to better cater for export trade from the new frontiers, reducing some of the transportation cost incurred by the traditional routes towards the southern ports of Santos or Paranaguá (DA SILVA; TOBIAS; DA ROCHA, 2022).

Besides the environmental impact of this conversion of land, the expansion of the area cultivated with soybeans has a direct and indirect social impact, displacing indigenous people and smallholders (FIAN INTERNATIONAL, 2018; PEGLER; WIDMARCK, 2020; PEGLER *et al.*, forthcoming; VECCHIONE, 2018).

### Looking for sustainability

In 2006 Greenpeace drew attention to these issue by launching a report on the impact of soy trade on the Amazon, signaling the centrality of the ABCDs in the destruction of this environment (GREENPEACE, 2006). The international coverage of this problem made global food retailers like McDonalds to form the European Soy Customer group, which includes many of the main clients of the ABCDs, and start putting pressure on the trading companies to make changes and incorporate these sustainability demands in their Corporate Social Responsibility (CSR) strategy. It eventually led in 2008 to the signing of a soy moratorium. By voluntarily signing the moratorium, the ABCDs committed to not trade or finance soy produced in farms that cultivate deforested areas.

The moratorium was considered a success by some (GIBBS *et al.*, 2015), as the monitoring of deforestation in the Amazon showed a considerable decrease of the rate of forest loss in the years following its adoption. Other researchers have emphasized the existence of a conjunction of other factors that might have contributed equally, or more than the moratoria, to the decline in deforestation: already available cleared land, low soybean prices on the international market, increased cattle yields and the decrease of cattle herds because of the foot-and-mouth disease outbreak (NEPSTAD *et al.*, 2014). In fact, some data shows that deforestation rates increased again in the Amazon since 2012 as a result of recovering markets, relaxation of environmental legislation, and political change (FEARNSIDE, 2017).

At the same time the expansion of areas cultivated with soy moved into other regions, mainly the so-called MATOPIBA region, resulting in the conversion of native vegetation into cropland (GIBBS *et al.*, 2015; NEPSTAD *et al.*, 2019; ARAÚJO *et al.*, 2019; SOTERRONI *et al.*, 2019). The threat posed by soybean and cattle expansion in the MATOPIBA cerrados has led to a Cerrado Manifesto launched by a coalition of NGOs in 2017, amongst them WWF and Greenpeace. The Manifesto suggested the Amazon soy moratorium is a precedent and should inspire a more substantial solution for the cerrado. Yet, although several retailing corporations such as McDonalds, Walmart, Unilever, Delhaize, etc. signed the manifesto up to 2018, the global trading companies refused to do so.<sup>2</sup>

Unfortunately, despite its promising effects, the Amazon soy moratorium and an eventual Cerrado moratorium are likely to still be insufficient. What sustainability requires is full transparency and traceability of the sources of traded soy (GARDNER *et al.*, 2019; GUPTA; BOAS; OOSTERVEER, 2020; LAMBIN; FURUMO, 2023). However, this is hard to achieve. Partly because this goal would require the involvement of all supply chain stakeholders – from farmers, to intermediaries, to the state, the global traders and the entire agribusiness sector – who might have divergent or contradictory interests. Some farmers might desire the bargaining power conferred by selling through a market cooperative or owning a storage facilities. Likewise, depending on the politicians at the helm of the state, the latter might be interested in promoting the growth of local corporate agribusinesses capable of competing with the global enterprises. But, most importantly, because it requires a complete change of trading companies' risk management strategies. To understand why, the next sections of the article describes the grain trading operations and corporate risk management strategies of the ABCDs in reference to the Brazilian soy supply chain.

### **Grain trading operations and the challenge of traceable sourcing**

The market for grains is usually depicted in the form of supply and demand tables, graphs and price charts. According to these, most of the soybean production in Brazil is exported and makes up for 1/3 of the world's soybean exports, with the largest quantity exported to China and a smaller percent to Europe, especially to the Netherlands and Spain, where it is used in the feed industry or is re-exported.

However, this market exists if grains are concretely taken from producers, or *origin*, in Brazil and delivered to the end user, or *destination*, in China or Europe. A major role in this supply chain is played by trading companies who mediate between the two parties and whose goal it is to make profits from this mediation. The ABCDs control trade at local, national, and the global level, often covering the entire supply chain and linking farmers to industry with the help of money, transport devices, storage facilities and processing units they own,

---

<sup>2</sup> (YAFFE-BELLANY, 2019).

and following a set of formal and informal procedures and protocols. Sometimes though these trades are done through a chain of intermediation formed by farmers, marketing cooperatives, inputs supplying companies, trading companies, warehouses, ports, rail, road, river and ocean transport companies, and crop processors.

In order to understand their business model and the environment of risk they face, it is necessary to have a grasp of their trading operations.

### Space

Traders cover multiple spatial scales and long distances because one way of making profits is to *arbitrage*, that is seize price difference, called *spread*, between origin and destination. Part of this spread are costs incurred by the transpiration, handling, surveying, and insuring of the crop. But between origin and destination there are several intermediary logistic points at which opportunities appear for creating profits or incurring costs. Most of the time, the global trading companies buy directly from Brazilian farmers and sell to European or Chinese customers. These companies have the financial capacity to cover the costs and achieve economies of scale, lowering the costs of these services and thus capturing the ensuing cost spread.

Sometimes, though, intermediaries, such as local traders, marketing cooperatives, production input suppliers or large-scale farmers and agribusinesses (who aggregate crops from various farmers) have the capacity to cover some of these costs. When this happens, the link between the global traders and local farmers is severed and makes it much harder to trace the soybeans to their farm source. Intermediaries aggregate and mix the crops from several producers into a larger quantity of soybean of the same quality, now owned by a single entity, making segregation of the physical commodity based on source impossible. It is only its exchange value that can be traced to previous owners based on the quantities they have provided.

### Time

Global traders also arbitrage between different time spreads. They trade *spot*, which Brazilians might refer to as *a vista*, meaning that the delivery of the commodities is done as soon as the contract is signed or in maximum a few days. Yet they also trade *forward*, or *o termo* in Brazilian, when delivery occurs at a later point in time in respect to the trade.

Combining these two traders can perform a *cash and carry arbitrage*, which means they buy soybeans spot but deliver them at a later date. In this case the price difference covers not only all the transportation, handling, etc. costs as in the previous example, but also the storage of the soybeans until delivery. Alternatively, the trading company can buy forward from the soybean producer, before the harvest, and sell it spot, in which case the difference covers a *risk premium* on top of the other costs. The procedure is called *reverse cash and carry arbitrage*, or simply *reverse*.

## Quality and flexibility

Traders also arbitrage with different quality grades of the same commodity, for which different prices exist. Crops are aggregated from different producers and then segregated in elevator bins based on industry approved standards and grades, defined by specifications such as protein content, weight, humidity, number of broken seeds, foreign matters, etc. Internally Brazil has its own quality spreads determined by differences in protein, but also by the cleaning and drying operations performed in storage facilities. Similarly, the local market differentiates *soja balcao*, which is sold without being cleaned and dried, and *soja disponivel*, which usually passes through a storage unit that performs these two operations.

Another quality spread is given by the genetically modified (GMO) vs non-GMO soybean seeds, with the latter receiving a price premium from customers, or due to sustainability and organic certifications accompanying the crops.

There are also spreads created based on crop flexibility, that is the multiple uses and interchangeability of crops (BORRAS JR. *et al.*, 2016). Flexibility allows for the creation of price spreads between interchangeable crops like soybean and maize, but also between the raw crop and products derived from it (like soybean to soy meal to soy oil - the so-called soy complex) and between the products derived from interchangeable raw crops, for example maize meal and soy meal. A spread which is often traded using this strategy is called the *soy crush spread*, and is reflected in the price difference between soybean seeds, meal, and oil.

## Information

However, these spreads are often unstable, or *volatile* (in more technical jargon). Market information is used to manage price volatilities, whether it is the price of the crop, of transportation, quality premiums, flexibility, or of the currency. For example, statistical data on past and current supply and demand of soybeans allows traders and market analysts to make future projections based on which the future spreads can be estimated, thus enabling them to identify origins and destinations that can be best paired in order to arbitrage the most profitable spreads.

Some of the data is free and public, usually made available by national state agriculture departments or boards of trade. Nonetheless, global traders, unlike most farmers and end users, also benefit from their own internal information platforms. Their global outreach allows them to gain more information, faster than producers, end users, or national agriculture departments, increasing their chances to seize price differences. They make their own satellite and field crop assessments and exchange this information between offices. This creates an informational asymmetry in the market that allows traders to manage volatility better than farmers or domestic processors (MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012; BAINES, 2017; SALERNO, 2017).



Salerno (2017) has shown how Cargill benefits from its Corporate Platform, a network of units with access to different agricultural actors and privileged information, which “acts as a conduit for information transmission from farm gate to the market” (SALERNO, 2017). Cargill does not use information it gathers through this platform only to manage volatilities, but also sells it as a consultancy to farmers, processors or financial investors wishing to understand or capitalize on agri-commodity flows.

In fact, traders thrive in periods of high volatility (MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012; BAINES, 2017; SALERNO, 2017). As Gert-Jan Van den Akker, Cargill’s supply chain manager argued in 2018 at Financial Times’s Commodities Global Summit in 2018: “[W]e are starting to get some volatility come back, which generally is very good for trading companies, because we want volatility.” Volatility creates spreads which the big trading companies can manage using information and commodity derivative markets, but also capitalize on their information by selling it to other parties.

Yet some think that this situation is gradually changing. As Gary McGuigan, global trade president at ADM, said in 2018 at the same Financial Times Commodities Global Summit: “The day of 20 years ago when ADM or Cargill or whoever did a crop tour in Argentina and realized that things are not looking good out there, and we have the information we can trade on the back of that – those days are over.” Behind this change is the development and democratization of ITC technology that uproots the knowledge monopoly held by the global traders (MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012; FREIDBERG, 2017).

### **ABCD and C and G**

Agri-commodity traders thus constantly monitor market prices and supply and demand at each spatial scale, as well as estimations and projections of the supply and demand and of prices into the future, in order to identify differences that could be turned into profit. They combine space, time, quality, flexibility, and risk variables in order to seize profits from trade.

As previously shown, transport, storage, processing, and finance are integral to trading agri-commodities. The ownership or long-term lease of these assets can give traders an advantage over competitors by reducing the costs of trading and enhancing their knowledge of and control over the entire supply chain (HENDRICKSON; HEFFERNAN, 2002; MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012). As Stefano Rettore, President of Origination, Trading and Operations at ADM, put it in 2019 at the Financial Times’ Commodities Global Summit, covering the entire chain allows traders to “maximize profitability as profits move up and down the chain” and “anticipate if there are weather problems, work around disruptions, anticipate quality issues and come up to the customer with solutions”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> (FT COMMODITIES GLOBAL SUMMIT, 2019).

Although some global trading companies continue to be “asset-light”, buying from other traders who own port terminals in Brazil and sell to traders with port terminals in Europe or China, there is a belief amongst the ABCDs that this sort of trading will not continue to exist for long because profits can be made only by capturing value at each point in the supply chain. Gary McGuigan, global trade president at ADM said in 2018: “the traditional trading business of buying FOB on one side and selling C&F on the other (...) is over. I just don’t see how that sort of business will survive. If you don’t have a long value chain starting at the origin through your assets at destination, it’s very, very difficult to make money.”<sup>4</sup>

But assets can also bring a set of operational risks.

### Port terminals and ocean freight

Having access to an ocean freight fleet and sea-port terminal allows a company to directly export or import crops without having to pay more to another company for handling and transport services from one country to another or having to wait in line and incur extra costs during supply chain bottlenecks. It also allows them to make profits from selling this service to other companies. However, in places where there is a risk of low turnover caused by frequent crop failures, labor conflicts, political intervention, or lack of governmental support to compensate losses, some traders prefer joint ventures through which they can share the risks and from which they can withdraw when long-term prospects are turning sour. For example, in Barcarena, ADM entered a joint venture with Glencore to improve returns on invested capital. “One of the ways we’re doing this”, stated ADM’s CEO, “is by taking an asset-light approach where it makes sense. This agreement will both quadruple the capacity and increase the utilization of this strategically located port facility, enhancing our ability to serve the expanding Brazilian agricultural sector. And by sharing the investment with a partner, we are able to do all of this in a cost- and capital-efficient way.”<sup>5</sup>

The joint ventures are also motivated by the need to tap into the already established local footprint of the partners. The CEO of LDC back in 2009 Kenneth Gold declared after establishing the joint venture with Amaggi in the port of Itaquí that “Dreyfus and Amaggi are consolidated in other regions of the country, but we have detected a great potential of synergy in the Northeast. Louis Dreyfus Commodities has a trading profile, acting in more than 50 countries. Amaggi, on the other hand, has expertise in production, origination, logistics and fomenting farmers. Dreyfus becomes more ‘Brazilian’ and Amaggi more international” in this case.<sup>6</sup>

---

4 <https://live.ft.com/Events/2018/FT-Commodities-Global-Summit-2018?=&v=5781906928001>

5 (ADM TO SELL 50, 2015).

6 (LOUIS DREYFUS, Amaggi Group sell stake in JV to Japan’s ZEN-NOH, 2017).

---

## Storage units and land freight

Likewise, an internal network of storage facilities connected to rail, road, and river infrastructure, as well as a transport fleet, can offer advantages. Storage facilities placed in important production regions allow traders to buy crops directly from farmers. They buy the harvest straight from the field and usually price it as a low-quality grade crop. Then, in the warehouses, they clean and dry the crop using special ventilation systems which also sort the grain according to quality grades. This allows the traders to market the better-quality grade at a better price, but also to blend the higher quality crop with a lower quality crop to obtain the demanded standard quality. In the case of Brazilian soy, warehouses only clean and dry the crop to take it from soja balcao to soja disponivel grade to profit from the quality spread.

Truck, rail car, and barge ownership or long-term lease of these assets also play an important role in the management of the supply chain. However, these assets can become a burden for the same reasons outlined above in the case of the port terminals. Low turnover, as well as systemic operational risks resulting from poor transport infrastructure, such as the BR-163 highway, or weak contractual law enforcement, might make these ventures and the sourcing of crops directly from farms unprofitable.

Take for instance road transportations. According to Fliehr (2013), at the national level 70% of road transport is done by self-employed truck drivers and the remaining 30% by transport agencies that bring together these individual drivers and trading companies. The fact that trading companies do not control the truck transport sector, in a context in which more than half of the crops are being taken to the export ports by road, gives truckers leverage, as seen during the 2018 strike that paralyzed the country's flow of commodities.<sup>7</sup> Commenting on the freight rate when the government decided to meet the truckers' demands, Cargill's Latin America's regional office head said that this would lead to more vertical integration, pushing trading companies to consider expanding their truck fleet.<sup>8</sup>

Although it has been argued that the symbolic outcomes of the strike prove the limited power of truck drivers (NOWAK, 2021), the disruptions they caused to the trade flow did generate losses to these companies and made them ponder solutions which would help them avoid this risk in the future. In that sense, to facilitate the aggregation and control of these self-employed truck drivers, ADM, Ammangi, Cargill, and LDC launched a freight application in 2019, while Bunge and Cofco partnered to launch their own application in 2020 (NOWAK; ROLF; WEI, 2022). While these apps help them increase their control over the road transport sector, without taking the risks of investing in their own fleets, the partnership approach helps them further reduce any other risks by sharing them among each other.

---

7 (LEAHY, 2018).

8 New Brazil freight policy will harm grains trade, boost costs – Cargill (2018).

### Managing systematic operational risks

Besides engaging in joint ventures, the mitigation of these systematic operational risks is done by avoiding investments in assets altogether and source soy from intermediaries. However, once soybeans reach a warehouse of an intermediary, crops from different origins have been pooled together and their source cannot be identified with the farm where it was grown. Hence, trading companies sourcing from these intermediaries are ignorant of the farms from where these intermediaries source their soy. Like Cargill's CEO, David MacLennan, said in 2017: "Let's say that we are trading or buying and selling soybean meal. Where did the soybeans come from? And did they come from deforested land? Maybe we weren't buying the soybeans directly. I don't know."<sup>9</sup>

But, instead of an absolute ignorance of their sources, inherent in trading operations, like Friedberg suggests (2017), this situation can be characterized as strategic ignorance required for managing risks. Based on their research of the 2013 European horsemeat scandal, Brice, Donaldson and Midgley (2020, p. 623) have showed that business from the food sector in Britain avoided the risk of being made accountable and liable for the adulteration of beef meat products with horseflesh by "cultivating a strategic ignorance about the identities and conduct of – and thus about the risks posed by – firms within their extended supply chains." The same occurs in the case of the soybean supply chains.

Global trading companies engage in joint ventures and source soy from intermediaries to reduce systematic risks, such as the risk of low turnover, producers' default on forward contracts, extra transport costs from delays or due to quality alteration resulting from poor infrastructure. It is only through the elimination of these risks that traders can rely exclusively on direct links with farmers and achieve full traceability of the crops they trade.

This does not mean they prefer sourcing from intermediaries, although when having to deal with multiple small scale producers intermediaries could reduce transaction costs (ZU ERMGASSEN, *et al.*, 2022). Trading companies actually capture more profits from originating soy directly from the farm and because of that they are actively engage in eliminating these systematic risk. They rely on intermediaries in conjunction with lobbying governments to engage in large infrastructure projects, like rail roads, highways or river canals, which contribute to lowering the operational risks faced by traders and thus facilitate their access to regions they previously did not see as opportunities for their investing in assets and originate directly from farmers. According to news agencies, at one point the ABCDs even considered establishing a consortium to bid on the right to construct and operate the Ferragrao railway and the BR-163 highway linking Mato Grosso to the port of Miritituba<sup>10</sup> (see also Abel, 2021). Yet, while it diminishes the traders' reliance on intermediaries, these investments further contribute to land use changes, by deforesting to make way for rail and road routes and to open new farming frontiers.

---

9 (TABUCHI; RIGBY; WHITE, 2017).

10 (MANO, 2019a; CARGILL MAY PARTNER, 2017).

---

## Rising competition

This increased competition between traders and the growth of intermediaries complicates even more the establishment of direct links with farmers. Although for several decades the ABCDs have dominated the global trade of grains (CLAPP, 2015; MURPHY; BURCH; CLAPP, 2012), more recently their dominance has been challenged by companies like Glencore and COFCO (see also Wesz Jr. *et al.*, 2021), but also by smaller ones in Brazil, such as Marubeni, Olam, and CHS, or Brazilian agribusinesses Amaggi, AFG Brasil, COAMO, and Cantagalo General Grains (CGG).

The corporate strategies these companies adopt in order to win this competition vary from global expansion, to horizontal consolidation and vertical integration. The ABCDs expand globally by opening offices around the world to capture market share, reduce informational asymmetries, and create optionality (JOHANSEN; WILSON, 2018). They consolidate by acquiring and merging with competing local and global businesses to extend their market share. They vertically integrate, through acquisitions, joint ventures, and strategic alliances, to control the entire value process of the commodities they trade and reduce risks, and they also diversify their portfolio of assets, especially in sectors that use the commodities they trade as production inputs.

However, the rise of traders such as COFCO, a Chinese state-owned traders who is less pressured by financiers and customers to comply to sustainability agendas, and of local agribusiness, supported by growing soy prices, but also their instrumentalization in the traders' risk management strategies, have been gaining power to by-pass ABCDs facilities. Local agribusinesses with sufficient funds can start building their own storage facilities, supported by the state, bank credit or because of increased earnings, and own or lease their own transport means to distribute their crops to the nearest seaport terminal or to the nearest processing plant. They can thus cash in some profit from what would otherwise be a transportation cost factored into the crop price. These agribusinesses act as the intermediaries that eventually sell to the global traders who export them, or even export themselves, like in the case of Amaggi.

The power given to intermediaries by the use of storage facilities was seen in 2017 when low soybean prices led Brazilian farmers to reduce the pace of their sales and store the crop in the hope of better prices in the following months, putting global trading companies in the difficulty of delivering crops to their clients<sup>11</sup>. As Gert-Jan van den Akker, Cargill's supply chain manager, declared in 2018 at the Financial Times Commodities Global Summit: "We've seen a change already a few years back that started in Argentina with the famous silo bags where farmers themselves started storing goods on farms. Now we've seen this basically everywhere in the world, in all the regions, including in Ukraine and Russia, US, Canada, Brazil, where farmers are storing themselves. They get support from banks and low interest rates. They are

---

<sup>11</sup> Brazilian farmers 'hope for a miracle' hoard soybeans (2017).

more sophisticated, they understand markets better, creating this space and their storing their goods, so they're not allowing you to create those margins. Apart from the glut, that's part of the issue we've been facing in the ag supply chains. So that doesn't work."

The same occurred gain in 2019.<sup>12</sup> Even though, in 2013 Fliehr (2013) estimated these intermediaries do not have a strong market position, further research about their market power and dependence on global or local financial leverage is needed.

## Conclusion

Commodity trading companies have gained a reputation as enigmatic entities that profit from exploiting market imperfections. The substantial assets owned and managed by these companies, such as transportation fleets, storage facilities, mills, and refineries, situated in key regions of production and consumption, allow them to connect global supply and demand, ultimately maximizing their profits. However, the increasing demands for sustainability from investors, end customers, and shareholders, coupled with significant changes such as digitization, climate change, and new financial regulations, are compelling trading companies to reevaluate their entire business model.

Sustainability for these global traders must rely on a number of conditions and is managed by them (and others) by a balancing act determined by risks. We contributed to the global production networks literature exploration of how company strategies are influenced by the competitive dynamics in a global environment of risk by showing how for these traders, moving in and out of supportive services such as transport and storage bring gains but also possible losses. We should that instead of an absolute ignorance of their supply sources, inherent in their trading operations, these companies want to establish direct links to farmers to improve margins. However, this would require investments in assets placed in locations where social conflicts, poor infrastructure, and regulatory uncertainties might make these investment unprofitable. Instead they engage in a strategic ignorance by relying on intermediaries which, nonetheless, hinder the traceability of the product they trade, and diminish returns, but help manage these systematic operational risks. Growing competition from traders and the growth of these intermediaries poses further challenges to the restructuring of the supply chain in order to improve transparency, traceability and hence sustainability.

The power of intermediaries should be further inquired, together with and in relation to the effect of these strategies (and the somewhat footloose movement of global traders in and out of chain segments) have on local communities and labor/small scale farmers, fisherpeople etc., which remains even more uncertain (PEGLER *et al.*, forthcoming; PEGLER; WIDMARCK, 2020; VECCHIONE, 2018; FIAN INTERNATIONAL *et al.*, 2018).

---

12 (MANO, 2019b).

To compare the risks of commercial operations with the uncertainties created for the livelihoods of workers, small scale farmers, fisher people, local businesses and communities seems a hefty balance sheet to wear. Yet, perhaps the social costs of not taking a more regulated, environmental and human development focus to global operations may only be obvious after these harms have been suffered.

## References

- ABEL, Matthew. Transnational Grain Trade Threatens Brazil's Amazon. **NACLA Report on the Americas**, v. 53, n. 1, p. 26-31, 2021.
- ADM TO SELL 50 Percent Stake in Northern Brazil Export Terminal. **ADM News**, 3 feb. 2015. Available at: <<https://www.adm.com/en-us/news/news-releases/2015/2/adm-to-sell-50-percent-stake-in-northern-brazil-export-terminal/>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- ARAÚJO, Mayara Lucyanne Santos de *et al.* Spatiotemporal dynamics of soybean crop in the Matopiba region, Brazil (1990-2015). **Land Use Policy**, v. 80, p. 57-67, 2019.
- ARIMA, Eugeonio Y. *et al.* Statistical confirmation of indirect land use change in the Brazilian Amazon. **Environmental Research Letters**, v. 6, n. 2, p. 1-7, 2011.
- BAINES, Joseph. Accumulating through food crisis? Farmers, commodity traders and the distributional politics of financialization. **Review of International Political Economy**, v. 24, n. 3, p. 497-537, 2017.
- BORRAS, Saturnino M.; MCMICHAEL, Philip; SCOONES, Ian. The politics of biofuels, land and agrarian change: editors' introduction. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 4, p. 575-592, 2010.
- BORRAS, Saturnino M. *et al.* The rise of flex crops and commodities: implications for research. **The Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 93-115, 2016.
- BRAZILIAN farmers 'hope for a miracle,' hoard soybeans. **Reuters**, 11 apr. 2017. Available at: <<https://www.reuters.com/article/brazil-grains-transportation/new-brazil-freight-policy-will-harm-grains-trade-boost-costs-cargill-idUSL5N1UK62B>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- BRICE, Jeremy; DONALDSON, Andrew; MIDGLEY, Jane. Strategic ignorance and crises of trust: Un-anticipating futures and governing food supply chains in the shadow of Horsegate. **Economy and Society**, v. 49, n. 4, p. 619-641, 2020.
- BROWN, Christopher J. *et al.* Soybean production and conversion of tropical forest in the Brazilian Amazon: the case of Vilhena, Rondônia. **Ambio**, v. 34, n. 6, p. 462-9, 2005.
- BRYSON, John R.; VANCHAN, Vida. COVID-19 and Alternative Conceptualisations of Value and Risk in GPN Research. **Tijdschrift Voor Economische En Sociale Geografie**, v. 111, n. 3, p. 530-542, 2020.
- CAVES, Richard E. Organization, scale, and performance of the grain trade. **Food Research Institute Studies**, v. 16, n. 3, p. 107-123, 1977.
- ÇALISKAN, Koray. **Market Threads: How Cotton Farmers and Traders Create a Global Commodity**. Princeton: University Press, 2011.
- CARGILL MAY PARTNER on \$4.3 billion rail project, Brazil chief says. **Reuters**, 4 dec. 2017. Available at: <<https://www.reuters.com/article/us-cargill-investments/cargill-may-partner-on-4-3-billion-rail-project-brazil-chief-says-idUSKBN1DY2H9>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- CHALMIN, Philippe. **Traders and Merchants: Panorama of International Commodity Trading**. Chur: Harwood Academic Publishers, 1987.

- CLAPP, Jennifer. Financialization, distance and global food politics. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 5, p. 797-814, 2014.
- CLAPP, Jennifer. CRFA - ABCD and beyond: from gain merchants to agricultural value chain managers. **Canadian Food Studies/ La Revue Canadienne Des Études sur L'alimentation**, v. 2, n. 2, p. 126-135, 2015.
- COE, Neil M.; YEUNG, Henry Wai-chung. Global Production Networks: Mapping Recent Conceptual Developments. **Journal of Economic Geography**, v. 19, n. 4, p. 775-801, 2019.
- COHN, Avery S. *et al.* Patterns and processes of pasture to crop conversion in Brazil: Evidence from Mato Grosso State. **Land Use Policy**, v. 55, p. 108-120, 2016.
- DA SILVA, Álisson Sousa; TOBIAS, Maisa Sales Gama; DA ROCHA, Marcus Pinto da Costa. A viabilidade do corredor arco norte: revisão de literatura e perspectivas de pesquisas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 10, p. 66224-66247, 2022.
- FEARNSIDE, Philip M. Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil. **Environmental Conservation**, v. 281, p. 23-38, 2001.
- FEARNSIDE, Phillip M. Deforestation of the Brazilian Amazon. **Oxford Research Encyclopedia of Environmental Science**, 2017. Available at: <https://oxfordre.com/environmentalscience> Accessed on: 3 jul. 2023
- FIAN INTERNATIONAL. **The Human and Environmental Cost of Land Business: the case of MATOPIBA**. Heidelberg, 2018. Available at: [https://www.fian.org/files/files/The\\_Human\\_and\\_Environmental\\_Cost\\_of\\_Land\\_Business-The\\_case\\_of\\_MATOPIBA\\_240818.pdf](https://www.fian.org/files/files/The_Human_and_Environmental_Cost_of_Land_Business-The_case_of_MATOPIBA_240818.pdf) . Accessed on: 14 Dec. 2022.
- FLIEHR, Olivia. Analysis of transportation and logistics processes for soybeans in Brazil. **Thünen Working Paper**, n. 4, 2013.
- FREIDBERG, Susanne. Trading in the secretive commodity. **Economy and Society**, v. 46, n. 3-4, p. 499-521, 2017.
- FT COMMODITIES GLOBAL SUMMIT 2019 – Leader’s Debate – Rethinking the Agribusiness. **FT LIVE**, 26 mar. 2019. Available at: <<https://www.youtube.com/watch?v=uLsYQIHw4sk>> Accessed on: 14 dec. 2022.
- GALE, Fred; VALDES, Constanza; ASH, Mark. Interdependence of China, United States, and Brazil in Soybean Trade. **USDA Outlook – A report from the Economic Research Service**, p. 1-46, jun. 2019.
- GARDNER, Toby Alan *et al.* Transparency and Sustainability in Global Commodity Supply Chains. **World Development** v. 121, p. 163-77, 2019.
- GIBBS, Holly K. *et al.* Environment and development: Brazil’s Soy Moratorium. **Science**, v. 347, n. 6220, p. 377-8, 2015.
- GIBBON, Peter. Upgrading Primary Production: A Global Commodity Chain Approach. **World Development**, v. 29, n. 2, p. 345-363, 2001.
- GOLLNOW, Florian; LAKES, Tobia. Policy change, land use, and agriculture: The case of soy production and cattle ranching in Brazil, 2001-2012. **Applied Geography**, v. 55, p. 203-211, 2014.
- GRABS, Janina; CARODENUTO, Sophia Louise. Traders as sustainability governance actors in global food supply chains: A research agenda. **Business Strategy and the Environment**, v. 30, n. 2, p. 1314-1332, 2021.
- GREENPEACE INTERNATIONAL. **Eating up the Amazon**. Amsterdam, 2006.
- HENDRICKSON, Mary; HEFFERNAN, William. Opening Spaces through Relocalization: Locating Potential Resistance in the Weaknesses of the Global Food System. **Sociologia Ruralis**, v. 42, n. 4, p. 347-369, 2002.
- GUPTA, Aarti; BOAS, Ingrid; OOSTERVEER, Peter. Transparency in Global Sustainability Governance: To What Effect? **Journal of Environmental Policy & Planning**, v. 22, n. 1, p. 84-97, 2020.
- JACOBS, Wouter. Commodity traders as agents of globalization. *In: Global City Makers*. London: Routledge, 2018. p. 41-59.
- JOHANSEN, Stephan; WILSON, William. Valuing switching options in international grain marketing. **Agribusiness – An International Journal**, v. 35, n. 3, p. 423-438, 2018.



- LAMBIN, Eric F.; FURUMO, Paul R. Deforestation-Free Commodity Supply Chains: Myth or Reality? **Annual Review of Environment and Resources**, v. 48, n. 1, 2023.
- LANDER, Christopher D. Foreign investment adaptations to the changing political and economic environments of the agro-food sector: A case study of Cargill Russia. **Problems of Post-communism**, v. 65, n. 3, p. 201-219, 2018.
- LEAHY, Joe. Brazil cuts diesel prices as truckers' strike cripples nation. **Financial Times**, 28 may 2018. Available at: <<https://www.ft.com/content/3c732756-6222-11e8-a39d-4df188287fff>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- LOUIS DREYFUS, Ammagi Group sell stake in JV to Japan's Zen-noh. **Global AgInvesting**, 17 jan. 2017. Available at: <<https://www.globalaginvesting.com/louis-dreyfus-amaggi-group-sell-stake-jv-japans-zen-noh/>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- MANO, Ana. Brazil's Ammagi and Big 4 grain traders mull road, railway venture. **Reuters**, 11 mar. 2019a. Available at: <<https://www.reuters.com/article/us-brazil-logistics/brazils-amaggi-and-big-4-grain-traders-mull-road-railway-venture-idUSKBN1QS257>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- MANO, Ana. Brazil farmers halt soy sales as real strengthens, China buys U.S. supplies. **Reuters**, 8 feb. 2019b. Available at: <<https://www.reuters.com/article/us-brazil-grains-farmer-selling/brazil-farmers-halt-soy-sales-as-real-strengthens-china-buys-u-s-supplies-idUSKCN1PX100>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- MCMICHAEL, Philip. The Agrofuels Project at Large. **Critical Sociology**, v. 35, n. 6, p. 825-839, 2009.
- MISHRA, Pradeep Kumar; DEY, Kushankur. Governance of Agricultural Value Chains: Coordination, Control and Safeguarding. **Journal of Rural Studies**, v. 64, p. 135-147, 2018.
- MORGAN, Dan. **Merchants of Grain**. New York: Viking Press, 1979.
- MORTON, Douglas C. *et al.* Cropland expansion changes deforestation dynamics in the southern Brazilian Amazon. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 103, n. 39, p. 14637-41, 2006.
- MURPHY, Sophia; BURCH, David; CLAPP, Jennifer. **Cereal Secrets: The world's largest grain traders and global agriculture**. Nairobi: Oxfam Research Reports, aug., 2012.
- NEPSTAD, Daniel *et al.* Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. **Science**, v. 344, n. 6188, p. 1118-1123, 2014.
- NEPSTAD, Lucy S. *et al.* Pathways for recent Cerrado soybean expansion: Extending the soy moratorium and implementing integrated crop livestock systems with soybeans. **Environmental Research Letters**, v. 14, n. 4, p. 1-14, 2019.
- NEVES, Patricia Bittencourt Tavares das *et al.* Amazon Rainforest Deforestation Influenced by Clandestine and Regular Roadway Network. **Land Use Policy**, v. 108, p. 1-11, 2021.
- NEW BRAZIL freight policy will harm grains trade, boost costs – Cargill. **Reuters**, 24 jul. 2018. Available at: <<https://www.reuters.com/article/brazil-grains-transportation/new-brazil-freight-policy-will-harm-grains-trade-boost-costs-cargill-idUSL5N1UK62B>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- NOWAK, Jörg. Do Choke Points Provide Workers in Logistics with Power? A Critique of the Power Resources Approach in Light of the 2018 Truckers' Strike in Brazil. **Review of International Political Economy**, v. 29, n. 5, p. 1675–97, 2022.
- NOWAK, Jörg; ROLF, Steven; WEI, Wei. Leapfrog Logistics. **Phenomenal World**, 10 jun. 2022.
- OLIVEIRA, Gustavo de L. T.; SCHNEIDER, Mindi. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring. **Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 1, p. 167-194, 2016.
- PEGLER, Lee *et al.* The changing Amazonian civic space: Where soy meets resistance. *In: Civil society responses to changing civic spaces*. London: Palgrave, forthcoming.

- PEGLER, Lee; WIDMARK, Julienne Andrade. Contesting the Amazon as an 'Open Space for Development'. **blISS** (blog), may 2020. Available at: <<https://issblog.nl/2020/05/05/contesting-the-amazon-as-an-open-space-for-development-by-lee-pegler-and-julienne-andrade-widmarck/>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- SALERNO, Tania. Cargill's corporate growth in times of crises: how agro-commodity traders are increasing profits in the midst of volatility. **Agriculture and Human Values**, v. 34, n. 1, p. 211-222, 2017.
- SCOPPOLA, Margherita. Economies of scale and market structure in international grain trade. **Agricultural Economics**, v. 37, n. 2-3, p. 277-291, 2007.
- SERDIJIN, Merel; KOLK, Ans; FRANSEN, Luc. Uncovering Missing Links in Global Value Chain Research – and Implications for Corporate Social Responsibility and International Business. **Critical Perspectives on International Business**, v. 17, n. 4, p. 619-636, 2020.
- SOTTERONI, Aline C. *et al.* Expanding the Soy Moratorium to Brazil's Cerrado. **Science Advances**, v. 5, n. 7, p. eaav7336, 2019.
- TABUCHI, Hiroko; RIGBY, Claire; WHITE, Jeremy. Amazon Deforestation, Once Tamed, Comes Roaring Back. **The New York Times**, 24 feb. 2017. Available at: <<https://www.nytimes.com/2017/02/24/business/energy-environment/deforestation-brazil-bolivia-south-america.html>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- VECCHIONE, Marcela. Acumulação por Legislação: Código Florestal e Cadastro Ambiental Rural como zoneamento da expansão do agronegócio e da apropriação de terras nos Cerrados. **Revista Cerrados**, Goiânia, v. 1, p. 45-54, 2018.
- WESZ JR., Valdemar João. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. **Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016.
- WESZ JR., Valdemar João. O Mercado da Soja no Sudeste de Mato grosso (Brasil): uma Análise das Relações entre Produtores Rurais e Empresas a partir da Sociologia Econômica. **Dados**, Rio de Janeiro, p. 1-36, v. 62, n. 1, 2019.
- WESZ JR., Valdemar João; ESCHER, Fabiano; FARES, Tomaz Mefano. Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and COFCO's global strategy in the Southern Cone. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1-29, 2021.
- WILSON, William W.; DAHL, Bruce L. Transnational grain firms: evolution and strategies in North America. **Agricultural Economics Report**, North Dakota State University, n. 412, p. 35-54, 1999.
- YAFFE-BELLANY, David. From Environmental Leader to 'Worst Company in the World'. **The New York Times**, 29 jul. 2019. Available at: <<https://www.nytimes.com/2019/07/29/business/brazil-deforestation-cargill.html>>. Accessed on: 14 dec. 2022.
- YEUNG, Henry Wai-chung. The Trouble with Global Production Networks. **Environment and Planning A**, v. 53, n. 2, p. 428-438, 2021.
- YEUNG, Henry Wai-chung; COE, Neil. Toward a Dynamic Theory of Global Production Networks. **Economic Geography**, v. 91, n. 1, p. 29-58, 2015.
- ZALLES, Viviana *et al.* Near doubling of Brazil's intensive row crop area since 2000. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 116, n. 2, p. 428-435, 2019.
- ZU ERMGASSEN, Erasmus *et al.* Addressing indirect sourcing in zero deforestation commodity supply chains. **Science Advances**, v. 8, n. 17, p. 1-15, 2022.

Recebido em: 14/12/2022

Aceito em: 26/06/2023

**LUCROS, GREVES E SALÁRIOS:  
a grande burguesia industrial pela aprovação  
da reforma trabalhista no Brasil<sup>1</sup>**

***PROFITS, STRIKES AND WAGES:  
the entrepreneurs in large industry for the approval  
of the labor reform in Brazil***

---

Pedro Micussi\*

Thiago Aguiar\*\*

**Resumo**

O artigo analisa a ação dos empresários da grande indústria brasileira pela aprovação da reforma trabalhista em 2017. Tal ação pode ser entendida como uma resposta unificada de diferentes frações da burguesia industrial à intensificação da atividade grevista, à compressão dos lucros das empresas brasileiras não financeiras e ao aumento dos custos do trabalho na indústria de transformação, nas primeiras décadas do século XXI, durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Argumenta-se, também, que essa insatisfação da burguesia industrial levou a seu afastamento dos governos petistas, ao apoio ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a uma ação unificada de diferentes frações da burguesia em favor da reforma trabalhista no início do governo de Michel Temer.

**Palavras-chave:** Burguesia. Indústria. Reforma Trabalhista. Transnacionalização.

**Abstract**

The article analyses the action of entrepreneurs in large Brazilian industry in support of the labor reform approved in 2017. Such action can be understood as a unified response by different fractions of the industrial bourgeoisie to the intensification of the strike activity, to the profit compression of non-financial Brazil-based companies and to the increase in labor costs in the manufacturing industry, in the first decades of the 21st century, during the Workers' Party (PT) governments (2003-2016). It also argued that this dissatisfaction of the industrial bourgeoisie led to its distancing from PT governments, to support Dilma Rousseff's impeachment in 2016 and to a unified action of different fractions of the bourgeoisie in favor of the labor reform at the beginning of Michel Temer's administration.

**Keywords:** Bourgeoisie. Industry. Labor Reform. Transnationalization.

**Introdução: as frações da burguesia industrial brasileira como unidades analíticas**

Este artigo analisa a atuação da burguesia industrial brasileira, em particular de sua fração atrelada à classe capitalista transnacional (CCT), pela aprovação da reforma trabalhista de 2017 no Brasil. A reforma, aprovada no início do governo de Michel Temer, após o impeachment de

---

<sup>1</sup> Os autores agradecem aos comentários recebidos sobre versões prévias deste artigo debatidas no GT 17 – *Trabajo y Reestructuración Productiva* do XXXIII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) (México, 2022) e no ST 46 – Estado e burguesia no Brasil: política econômica, social e externa do 46º Encontro Anual da ANPOCS (Campinas-SP, 2022), além do apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, processo n. 2019/26020-4) pelos recursos de bolsa de pós-doutorado que tornaram possível a realização da investigação.

\*Mestre em Sociologia (USP). E-mail: pedromicussi@gmail.com

\*\*Doutor em Sociologia (USP), pesquisador de pós-doutorado no IFCH-Unicamp (bolsista Fapesp) e pesquisador associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP). E-mail: th.aguiar@gmail.com

Dilma Rousseff (2016), ocorreu num contexto de severa crise econômica e foi justificada, pelos seus proponentes, como um instrumento para a redução do desemprego no país<sup>2</sup>. Depois de anos de pressão de entidades patronais pela redução dos custos do trabalho, do poder dos sindicatos nas negociações coletivas e dos encargos salariais, o Congresso Nacional brasileiro aprovou uma ampla reforma na legislação trabalhista que permitiu, por exemplo, o estabelecimento de contratos de trabalho intermitentes e por tempo parcial, além de enfraquecer as entidades sindicais<sup>3</sup>. Este artigo discute as motivações que levaram uma parcela do empresariado brasileiro a apoiar a reforma trabalhista e a forma como tais agentes efetivamente atuaram pela aprovação da lei n. 13.467 de 2017.

Nossa hipótese é de que houve uma convergência entre distintas frações burguesas em defesa da reforma numa tentativa de comprimir os custos do trabalho e recuperar a lucratividade numa conjuntura particular: o impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer ao governo federal. Parece de particular relevância focalizar tal ação de classe da grande burguesia industrial nesse período, já que, durante os governos do PT, em particular o de Dilma Rousseff (2011-16), apontou-se uma proximidade de associações patronais da indústria com o governo, que buscou atender a parte importante de suas reivindicações (SINGER, 2016; 2018). Deste modo, analisar a ação da grande burguesia industrial pela reforma trabalhista permite também, como buscaremos mostrar, lançar luz sobre as razões que levaram ao afastamento entre a grande burguesia industrial e os governos petistas.

Em trabalhos anteriores (AGUIAR, 2022; AGUIAR; MICUSSI, 2022; MICUSSI, 2021), argumentamos a respeito da pertinência da utilização da noção de frações transnacionalizadas da burguesia para a compreensão da ação política de parte dos capitalistas brasileiros nas primeiras décadas do século XXI. Valendo-se das contribuições teóricas da “Escola do Capitalismo Global”, que chama a atenção para a formação de classes transnacionais a partir do espraiamento global e integração funcional da produção (ROBINSON, 2004), analisada pela literatura das cadeias globais de valor (GEREFFI; HUMPHREY; STURGEON, 2005) e das redes globais de produção (HENDERSON *et al.*, 2011; SANTOS; MILANEZ, 2015), entendemos ser possível observar empiricamente a ascensão de uma fração da classe capitalista brasileira que não está mais vinculada exclusivamente a circuitos nacionais de acumulação.

Assim, em consonância com as especificidades de fenômenos próprios da globalização, os empresários atrelados a essa fração atuam a partir de empresas que não apenas internacionalizaram suas atividades, valendo-se da demanda advinda de mercados de consumo no exterior, como transnacionalizaram-nas, fundindo-se com capitais de outras origens nacionais, conformados em corporações transnacionais (CTNs). Isso quer dizer que tais empresas passam a atuar a

---

2 A análise de Filgueiras (2019) revelou o descompasso entre tais promessas dos apologistas da reforma trabalhista e seus efeitos práticos posteriores. As taxas de desemprego, com efeito, jamais se aproximaram do piso histórico de 2014, e a informalidade cresceu desde a aprovação da reforma.

3 Para uma ampla análise da reforma trabalhista de 2017 e de seus efeitos, ver Krein, Vêras de Oliveira e Filgueiras (2019).

partir de uma dinâmica que, do ponto de vista das estratégias corporativas, tende a borrar parte das clássicas fronteiras nacionais ao se articularem a circuitos de acumulação que perpassam, através de elos produtivos da mesma cadeia, diferentes países e territórios.

A partir da análise da estratégia de transnacionalização da Natura & Co., defendemos (AGUIAR; MICUSSI, 2022) que tais fenômenos desafiam o nacionalismo metodológico comum nas Ciências Sociais, tornando necessária, para a própria descrição e compreensão do fenômeno, a utilização de ferramental teórico que fosse capaz de acolher o caso empírico de uma empresa brasileira que se tornou uma CTN de dimensões superlativas.<sup>4</sup>

Além disso, instigava-nos o fato de que Pedro Passos, um dos controladores e principais dirigentes da companhia, durante seu duplo mandato consecutivo à frente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) – o mais importante *think tank* da indústria brasileira, outrora claramente vinculado à defesa de aspectos da teoria desenvolvimentista –, tenha orientado sua passagem pelo instituto para a defesa de políticas de abertura comercial que, a um só tempo, tenderiam a favorecer as grandes e competitivas empresas brasileiras transnacionalizadas, ao mesmo tempo em que prejudicavam o conjunto da indústria nacional. O IEDI pareceu, desde então, buscar representar a fração transnacionalizada da burguesia industrial, muitas vezes em oposição a outras frações burguesas.

Dessa forma, pareceu-nos apropriado discutir a existência de uma fração ou contingente brasileiro da CCT que, para se incorporar aos circuitos transnacionais de acumulação, orientasse em defesa de políticas econômicas capazes de melhor posicionar o grande capital industrial brasileiro através de uma agenda de integração da economia nacional com o resto do mundo. Nas análises anteriores, ficavam claras as tensões, clivagens e linhas divisórias no interior da burguesia industrial brasileira como, por exemplo, a respeito de estratégias de financiamento e de mercado durante os governos petistas e suas políticas de estímulo à conformação de empresas “campeãs” nacionais e, logo, mundiais por meio da utilização de capitais estatais e paraestatais para alavancar a transnacionalização de determinados grupos econômicos (AGUIAR, 2022). No entanto, após a crise de 2015-2016, como se mostrará a seguir, os conflitos deram lugar à união de distintas frações burguesas industriais brasileiras, da qual é um grande exemplo a ação em defesa da reforma trabalhista de 2017<sup>5</sup>.

Ao analisar sua defesa da reforma trabalhista, por meio de intervenções públicas, declarações à imprensa e articulação com agentes políticos, fica claro como, nesse episódio, a burguesia industrial brasileira agiu unificada, num movimento que aliou sua fração

---

4 Para uma descrição mais detalhada da transnacionalização da Natura, ver Aguiar (2017).

5 Se, como estamos sublinhando, a conjuntura anterior diferenciou as frações da burguesia industrial por suas possibilidades de melhor integrar-se a capitais transnacionais, orientando suas estratégias corporativas nessa direção, o contexto de crise afetou o **conjunto** da burguesia industrial, o que tem levado importantes CTNs brasileiras, como a Natura & Co., a rever aspectos de sua estratégia de transnacionalização (AGUIAR; MICUSSI, 2022) e de relações de trabalho, como as discussões em curso para unificar as operações produtivas das antigas Natura e Avon na América Latina em busca de “sinergias”.

transnacionalizada ao conjunto da classe industrial do país. Esse movimento, que é exemplificado pela forma como o IEDI passou a atuar ao lado da Confederação Nacional da Indústria (CNI), marca uma confluência na ação política do capital numa ofensiva contra o polo do trabalho no Brasil.

Assim, se a análise das disputas políticas entre as diferentes frações da burguesia industrial brasileira permite compreender os interesses por vezes conflitantes que emergem no interior da classe dominante, a análise dessas frações na ocasião da aprovação da reforma trabalhista, por sua vez, lança luz sobre as motivações que podem animar a burguesia a agir unificada e a maneira como se opera a aliança entre esses segmentos.

O enfoque deste estudo se direciona primordialmente à análise da atuação do IEDI, representante da fração transnacionalizada da burguesia industrial brasileira, e, em seguida, da CNI, instituição máxima do setor empresarial industrial nacional, que reúne em sua base o conjunto das 700 mil empresas industriais presentes no território brasileiro. Entendemos que, dessa forma, é possível evidenciar a forma como uma parcela do contingente brasileiro da classe capitalista transnacional, reunida no IEDI, atuou ao lado da burguesia industrial brasileira, representada pela CNI, pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil.

O campo da representação empresarial industrial no Brasil está organizado, primordialmente, ao redor de associações oficiais de herança varguista que detêm a legitimidade de representação patronal ante o Estado, a exemplo do que ocorre com os sindicatos trabalhistas (BOITO JR., 1991). Os sindicatos setoriais, que formam a base da estrutura sindical empresarial, representam o conjunto das empresas atuantes em determinado segmento da indústria em um território. Tais sindicatos, por sua vez, são representados por federações estaduais de indústria e elegem as direções dessas últimas. Já as federações são representadas, no nível nacional, por uma confederação, cuja direção é eleita a partir dos votos de cada uma das vinte e sete federações estaduais.

Trata-se de estrutura que tende a privilegiar, portanto, as pequenas e médias em detrimento das grandes empresas industriais do país, já que os sindicatos são eleitos por meio de votos de cada uma das empresas e as federações pelo voto de cada um dos sindicatos. Com isso, micro, pequenas e médias empresas, que respondem por 98,8% dos estabelecimentos industriais do país, tendem a compor a grande maioria desses votos da base, fazendo com que toda a estrutura responda, em maior ou menor grau, aos interesses desses agentes. Por outro lado, ainda que respondam por 76,7% da produção e 42,9% do emprego industrial no país, as grandes empresas, que compõem apenas 1,2% dos estabelecimentos<sup>6</sup>, detêm relativamente menos força política no interior dessa estrutura do que os pequenos e médios empresários.

A disparidade entre o número de estabelecimentos, a produtividade e o volume de produção de pequenas, médias e grandes empresas em uma estrutura de representação setorial – que responde, prioritariamente, ao primeiro nível – cria um cenário potencialmente conflitante, no qual as grandes empresas nacionais se veem sub-representadas.

Diante desse cenário, em 1989, um grupo de algumas dezenas de empresários da grande indústria de transformação brasileira criou uma associação de representação extraoficial para o setor. Embora não detivesse a legitimidade da representação oficial do setor, na visão de seus fundadores, o IEDI seria mais capaz de representar os interesses da grande indústria nacional que, no bojo da crise do ciclo desenvolvimentista brasileiro, passava cada vez mais a entrar em contradição com aqueles da pequena e média empresa do país. A criação do instituto, assim, respondia a uma clara ação da grande indústria nacional que desejava inserir-se nas emergentes cadeias globais de valor e que enxergava o sindicalismo patronal oficial pouco aderente, quando não contrário, a tal agenda.

Desse modo, se em momentos anteriores foi possível perceber a fração transnacionalizada do capital industrial brasileiro atuando em favor de políticas públicas que a favorecem **em detrimento** da maioria do setor industrial brasileiro – como no caso da abertura comercial, por exemplo (AGUIAR; MICUSSI, 2022) – na sequência, como no caso estudado neste artigo, é possível notar uma recomposição das clivagens no interior desse campo a partir da emergência de fenômenos capazes de unificar diferentes setores da burguesia.

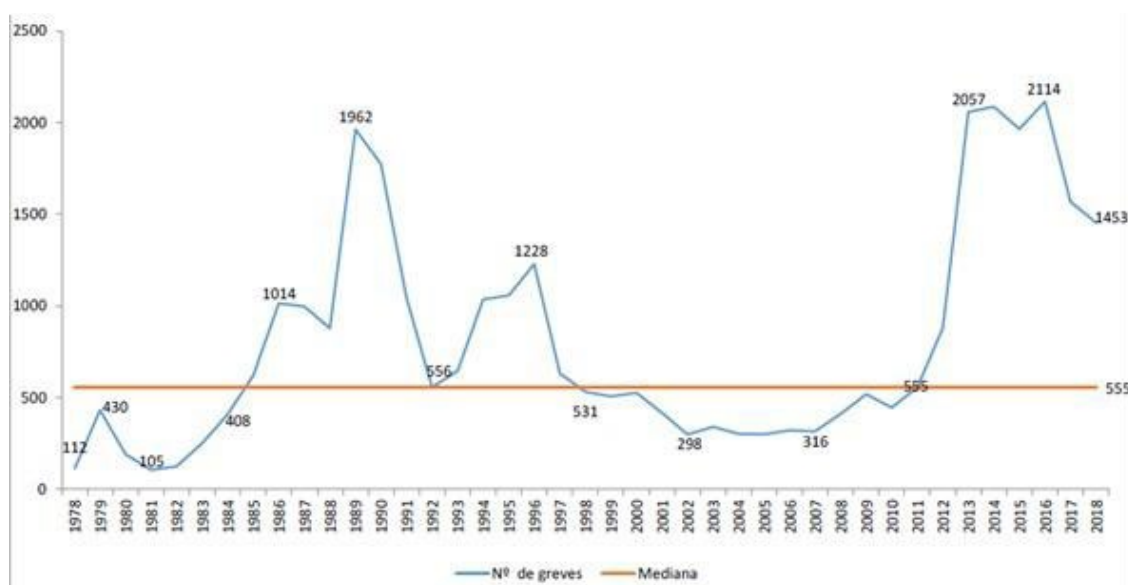
Argumentamos, portanto, ser possível entender essa ação conjunta da burguesia industrial a favor da aprovação da reforma trabalhista como uma resposta à compressão dos lucros das empresas industriais brasileiras no interior do conflito distributivo que se estabelece no país a partir da segunda década do século XXI. Esse conflito orienta uma ação de longo prazo da burguesia brasileira, que se inicia com a queixa dos custos do trabalho no Brasil no início do governo Dilma, inclui a aproximação de dirigentes do instituto a Michel Temer, então vice-presidente da República, e o apoio dessa fração ao impeachment em 2016, culminando no apoio à aprovação da reforma trabalhista em 2017.

Após esta introdução, expomos o conflito distributivo que se instaura no interior da economia política brasileira apresentando, em primeiro lugar, o ascenso do movimento sindical grevista no país a partir de 2010, a queda da taxa de lucro das empresas não financeiras brasileiras a partir desse mesmo ano e, em seguida, a evolução dos salários médios e do custo unitário do trabalho na indústria de transformação. Então, discutimos brevemente como esses fenômenos podem estar por trás da queda da confiança do empresário brasileiro no período em questão. Por fim, apresentamos a mobilização política da burguesia industrial brasileira pela aprovação da reforma trabalhista. Nesse momento, a exposição privilegia a tomada de posição do IEDI e a ação concreta da CNI pela aprovação do projeto de lei que tramitava no Congresso. Antes da conclusão, apresentamos, ainda, como dirigentes ligados ao IEDI se diferenciam das associações patronais oficiais no mesmo período, numa espécie de *front* duplo inter e intraclassista.

### Conflito distributivo e acirramento da luta de classes

O conflito distributivo apresenta-se como uma das dimensões fundamentais da crise brasileira na segunda década do século XXI. Com efeito, como apresentaremos a seguir, a literatura tem apontado um duplo movimento, que combina aumento da atividade grevista e compressão das taxas de lucro e da rentabilidade das empresas privadas no Brasil. Em relação às greves, é o que se percebe, por exemplo, a partir do estudo conduzido por Oliveira (2019). Com ele, é possível identificar uma explosão da frequência anual de greves no país a partir de 2011 (gráfico 1). Ao mesmo tempo, o autor identifica que, a partir de 2013, greves defensivas superam aquelas consideradas propositivas ou ofensivas (gráfico 2).

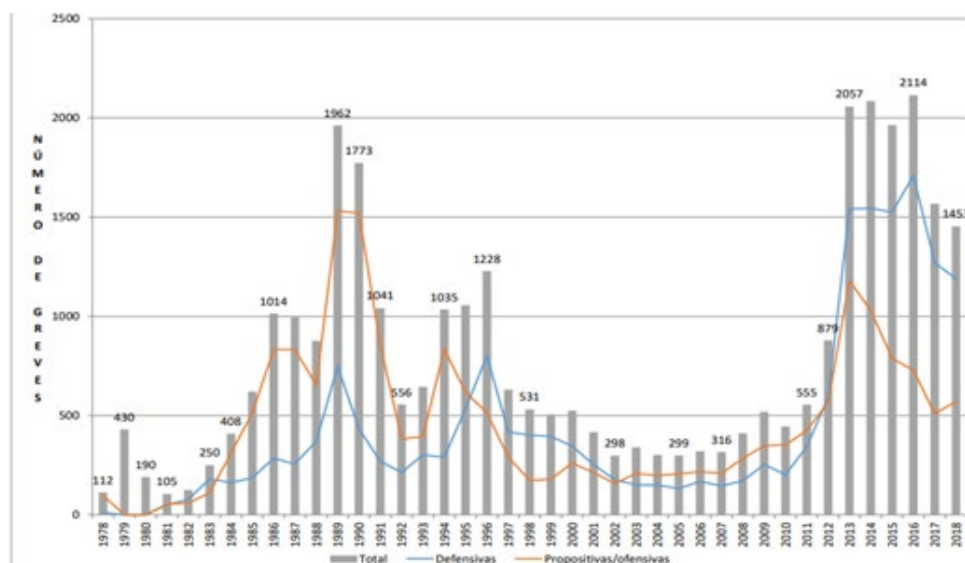
Gráfico 1 – Greves no Brasil (1978-2018):  
frequência anual e frequência mediana



Fonte: Oliveira (2019).



Gráfico 2 – Caráter das greves (1978-2018)

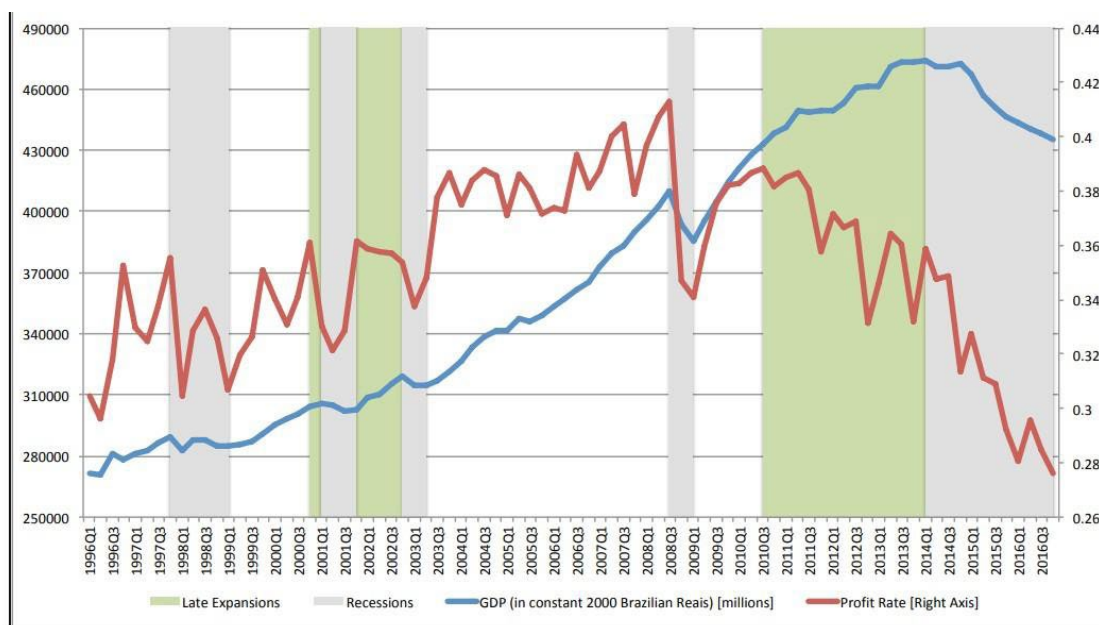


Fonte: Oliveira (2019).

Assim, se por um lado é possível identificar um aumento da atividade grevista a partir de 2011 no país, por outro lado, análises que lançam mão de metodologias distintas também apontam que, exatamente no mesmo período, as empresas não industriais brasileiras iniciam uma trajetória de queda de rentabilidade. Marquetti, Hoff e Miebach (2016), por exemplo, ao realizarem estudo a respeito da distribuição funcional da renda brasileira a partir de dados das contas nacionais, consideram que há uma correlação direta entre a queda da taxa de lucros das empresas e o aumento da parcela dos salários na renda nacional.

Martins e Rugitsky (2018), por sua vez, também se valendo de dados das contas nacionais, caminham em direção semelhante ao relacionar o esmagamento dos lucros empresariais no governo Dilma com o aumento do poder de barganha dos trabalhadores e o crescimento do movimento sindical grevista no período. A trajetória histórica da taxa de lucro pode ser observada no gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 – Ciclos recentes de produção e lucro no Brasil (1996-2016)



Fonte: Martins e Rugitsky (2018).

A compressão das taxas de lucros no país a partir de 2011 também é observável nas análises que tomam como objeto a rentabilidade das empresas industriais brasileiras. Em estudo publicado em 2016, usando essa metodologia, o IEDI apontou para a queda da rentabilidade das empresas não financeiras no Brasil a partir de 2010. Segundo o instituto, dois fatores teriam contribuído decisivamente para esse processo: o aumento das despesas financeiras (altas taxas de juros somadas à desvalorização cambial que incide negativamente sobre empresas com financiamento em moeda estrangeira) e o aumento dos custos de produção (isto é, os gastos despendidos em atividades ligadas diretamente à produção como utilização de matérias-primas e, devemos ressaltar, salários), como mostra a tabela 1.

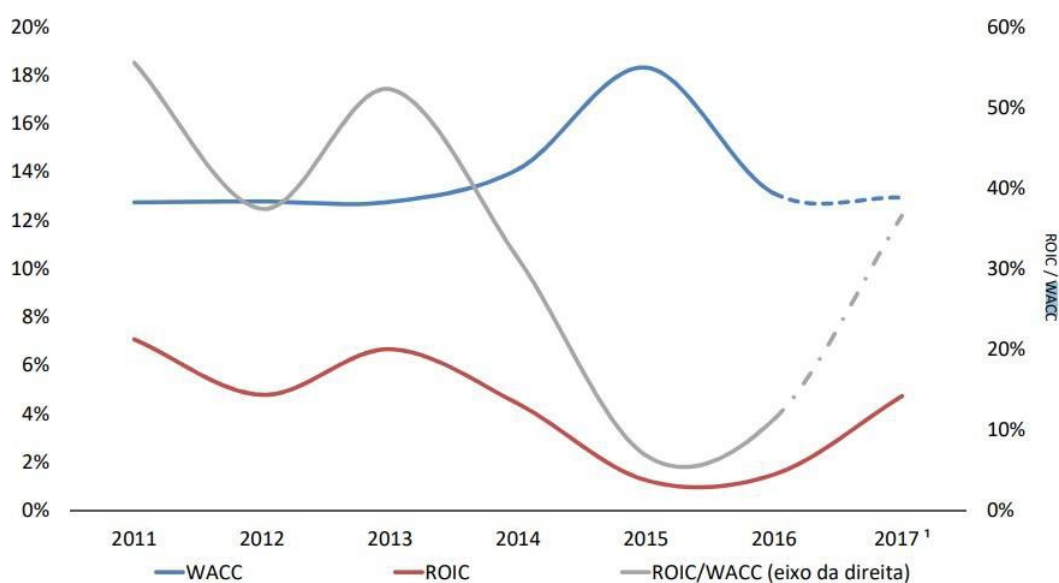
Tabela 1 – Indicadores de rentabilidade:  
indústria, comércio e serviços (em %) (2010-2015)

Macro-setores	Margem Líquida de Lucro			Margem Operacional			Margem bruta de lucro			Taxa de Rentabilidade do Patrimônio Líquido		
	2010	2013	2015	2010	2013	2015	2010	2013	2015	2010	2013	2015
Indústria	13,8	2,4	-6,9	19,7	10,9	0,9	32,6	25,5	24,9	14,2	2,8	-10,2
Sem Petrobras	12,8	0,0	-5,3	19,0	10,7	3,0	31,2	26,5	22,4	16,3	0,0	-8,4
Sem Petrobras e Vale	8,3	0,0	0,5	13,3	6,7	7,6	25,8	22,6	22,8	12,5	0,0	1,0
Serviços	12,9	7,3	1,2	22,8	15,9	11,5	40,7	37,6	29,7	12,7	7,8	1,5
Sem energia	14,8	11,2	1,8	24,8	21,8	17,3	43,0	42,9	40,0	16,6	12,0	1,7
Comércio	3,3	2,8	0,5	7,4	7,0	4,4	28,8	30,2	31,2	13,5	12,3	1,7
<b>Total</b>	<b>12,8</b>	<b>3,9</b>	<b>-3,7</b>	<b>19,7</b>	<b>11,9</b>	<b>4,5</b>	<b>34,8</b>	<b>29,4</b>	<b>27,0</b>	<b>13,6</b>	<b>4,6</b>	<b>-5,4</b>

Fonte: IEDI (2016).

A queda da rentabilidade das empresas da indústria de transformação brasileira no fim do governo Dilma Rousseff também é observável se analisada a relação entre o retorno do capital investido e o custo médio do capital, de acordo com estudo também elaborado pelo próprio IEDI (gráfico 4).

Gráfico 4 – Indústria de Transformação:  
retorno do capital investido (ROIC)/Relação ao custo médio do capital (WACC)



Fonte: IEDI (2018).

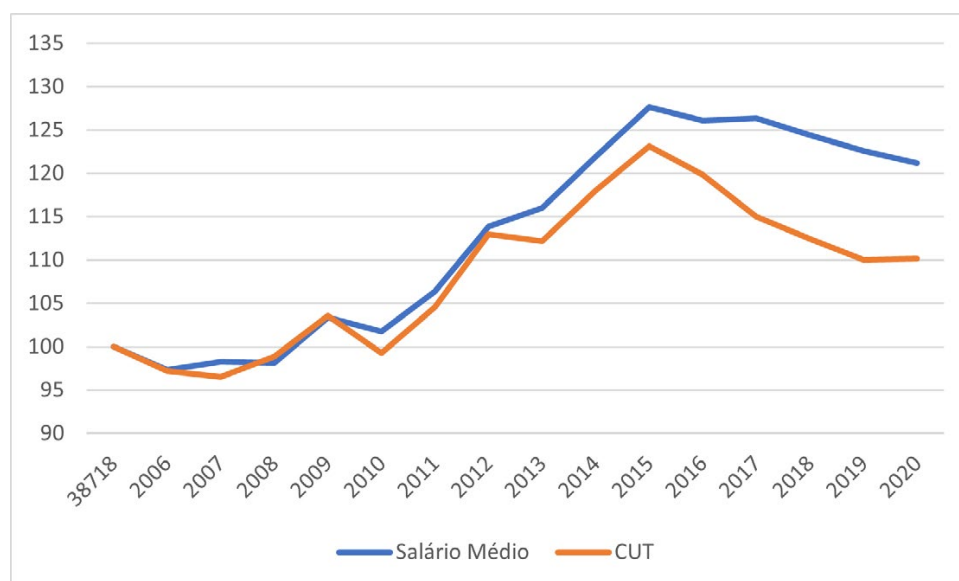
Já Marconi (2017), por sua vez, argumenta que o aumento da taxa de salários acima do aumento da produtividade do trabalho no país deprimiu a taxa de lucro e os investimentos na economia. Para essa visão de inspiração keynesiana, a contração dos investimentos reduziu a demanda agregada rebaixando, então, o nível de atividade econômica. Haveria, portanto, uma relação direta entre a queda dos lucros e a crise do período.

Com efeito, se analisarmos o Custo Unitário do Trabalho (CUT) e a evolução do salário médio na indústria de transformação brasileira (gráfico 5), veremos que ambos se encontravam em uma trajetória decenal de ascensão que se encerra em 2015. Se analisados os dados da trajetória de 2006 a 2020, observa-se que os salários médios no setor, medidos por hora trabalhada, permanecem em patamares elevados no triênio que vai de 2015 a 2017, começando a cair a partir de 2018. Há, claramente, uma tendência de aumento dos salários de 2010 a 2017, que é interrompida a partir de 2018, quando se estabelece uma nítida trajetória de declínio.

A trajetória de aumento contínuo da média salarial na indústria de transformação brasileira impacta diretamente, por sua vez, o CUT, que acompanha a trajetória de aumento dos salários médios. O CUT é calculado a partir da razão entre os salários médios (dados pela massa salarial sobre as horas trabalhadas) e a produtividade (dada pelo produto sobre as horas trabalhadas). Dessa forma, se os salários médios crescem mais do que a produtividade em determinado período, o CUT aumenta. É o que se observa no país até 2015.

No mais, embora fuja do escopo deste artigo analisar os possíveis impactos da reforma trabalhista no valor do trabalho no Brasil, é notória a diferença nas trajetórias: aumento e manutenção dos níveis dos salários antes da aprovação da reforma e queda após sua aprovação.

Gráfico 5 – Evolução do Custo Unitário do Trabalho (CUT) e dos salários médios na indústria de transformação (médias anuais)



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados do IBGE e da FIERGS.

Dessa forma, se é possível identificar um aumento da atividade grevista no país que acontece concomitantemente à queda na taxa de lucros das empresas industriais brasileiras e ao aumento do CUT, uma das hipóteses deste artigo é que os empresários industriais, na condução cotidiana de suas firmas, relacionaram esses três fenômenos e passaram, a partir dessa percepção, a agir politicamente pela redução do custo da mão de obra no país, o que contribuiu para a aprovação da reforma trabalhista pelo Congresso Nacional em 2017.

Com efeito, se levarmos em consideração, por fim, o índice de confiança do empresário industrial (ICEI) – indicador construído pela CNI que monitora periodicamente a confiança dos industriais nacionais – percebe-se uma trajetória de queda em sua variável medida desde 2010. Essa trajetória só começa a ser revertida no final de 2015, quando a queda se estabiliza e, a partir de abril de 2016, quando a confiança volta a ser reestabelecida.

É notório como, na trajetória de longo prazo, esse índice de confiança empresarial acompanha de perto a trajetória de evolução dos salários médios e do custo unitário do trabalho na indústria de transformação, apresentada acima. As curvas ICEI e do CUT quase se espelham inversamente. Se o índice de confiança apresenta evolução descendente até 2015, e ascendente a partir de 2016, o CUT, como vimos, cresce até o ano de 2015, quando passa a cair. Embora seja precipitado apontar uma relação direta entre ICEI e CUT, é possível afirmar que a luta de classes e o conflito distributivo parecem ser dois elementos importantes para a definição da confiança empresarial.

Além disso, vale notar que, em dezembro de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, abriu o processo de impeachment contra Dilma Rousseff. Além disso, entre abril de 2016 e maio daquele ano, o ICEI indica uma recuperação de 9,8 pontos na confiança empresarial, mesmo período em que, após votação no Congresso, a presidenta foi afastada do cargo, dando lugar à posse de Michel Temer. É justamente na pesquisa referente ao mês de agosto (a presidenta seria finalmente cassada no último dia daquele mês pelo Senado Federal) que o índice alcançou 51,9 pontos, superando o patamar de 50 pontos, limiar que, segundo a metodologia do estudo, indica que os empresários industriais estão confiantes.

Assim, se por um lado parece haver também, na trajetória de curto prazo, uma relação entre o andamento do processo de impeachment e a confiança dos empresários da indústria no período, a aprovação da reforma trabalhista – tida pelos empresários como um dos principais legados do governo Temer –, também parece ter influenciado diretamente sua confiança. É o que se vê a partir da nova trajetória de ascenso do ICEI a partir de julho de 2017, mês no qual o projeto de lei da reforma foi aprovado no Congresso após votação no Senado Federal (gráfico 6).

Gráfico 6 – Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI)



Fonte: Elaboração dos autores com dados da CNI.

### Reforma trabalhista: a saída da burguesia para o conflito distributivo

A queda da rentabilidade das empresas industriais brasileiras, concomitantemente ao aumento da atividade grevista no Brasil e ao aumento do custo do trabalho, pode ser entendida como pano de fundo para a ação política dos empresários industriais pela reforma trabalhista. Veremos, a seguir, como o desconforto com o valor dos salários aparece nas declarações da grande burguesia industrial brasileira e, em seguida, apresentaremos como esses agentes efetivamente agiram pela aprovação da reforma trabalhista.

Em primeiro lugar, vejamos como os empresários da indústria se posicionaram ao longo do conflito distributivo estabelecido no Brasil. Em declaração para a imprensa em julho de 2012, o economista-chefe do IEDI, Julio de Almeida, apontava as posições do setor diante do descompasso entre o aumento contínuo dos salários no país e a produtividade do setor industrial, estagnada havia quatro anos (REHDER, 2012). Em entrevista naquele ano, Ermírio de Moraes defendeu a flexibilização das leis trabalhistas<sup>7</sup>. Já Pedro Passos, em artigo que teceu longos elogios às novas políticas governamentais para o setor industrial, comentou sobre o “fator de pressão” exercido pelo aumento dos salários na indústria (PASSOS, 2012). Em entrevista de março de 2013, por sua vez, Jorge Gerdau, conselheiro do IEDI e então presidente da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade também questionava os custos do trabalho no país (RODRIGUES; PEREIRA FILHO, 2013).

<sup>7</sup> “São questões ainda não bem equacionadas [que precisam ser atacadas]: a flexibilização da lei trabalhista (modelo ainda bastante antigo e não condizente com os dias de hoje), a carga tributária, que o governo está desonerando, mas não dá para fazer tudo de um dia para o outro” (RIBEIRO, 2012).

A disputa a favor da reforma trabalhista começa a pautar o discurso dos empresários do IEDI ao longo de 2013<sup>8</sup>. Em artigo para o jornal **Folha de S. Paulo** intitulado “A indústria que queremos”, por exemplo, o então presidente do instituto, Pedro Passos, afirmou que: “Em primeiro lugar, não será possível superar a crise da indústria sem a redução do ‘custo Brasil’, o que exige aprofundar os investimentos em infraestrutura e agilizar as reformas tributária e trabalhista” (PASSOS, 2014)<sup>9</sup>.

A defesa da reforma trabalhista por parte da grande burguesia industrial brasileira fica ainda mais clara em artigo escrito conjuntamente por economistas do IEDI e da Fiesp em setembro de 2014 para o jornal **Valor Econômico**<sup>10</sup>. Em 2015, em documento intitulado **Para vencer a crise**, o IEDI argumentava sobre a necessidade, para modernizar e elevar a produtividade da economia, da “simplificação das leis e regulamentos, especialmente nas esferas tributária e trabalhista” e da “preponderância do negociado com relação ao legislado na área trabalhista” (IEDI, 2015, p. 6). É de se notar como os pontos acima referidos do artigo de opinião escrito pelos funcionários das duas associações empresariais com sede em São Paulo estão entre os elementos centrais do texto legislativo aprovado três anos depois.

Ao longo do ano de 2016, é possível identificar a manutenção da ofensiva da burguesia industrial brasileira em favor da aprovação da reforma trabalhista. Em abril daquele ano, o conselheiro do IEDI, Marco Stefanini, afirmava em declaração para o jornal **O Globo**: “É preciso mais flexibilidade para negociações entre patrões e empregados. Combinando reformas estruturais, e reativando o investimento privado, com novas ofertas de concessões em infraestrutura, a consequência é a geração de empregos” (DOCA; SORIMA NETO; SCRIVANO, 2016).

Em junho de 2017, os então presidentes da CNI, Robson Braga de Andrade, e do IEDI, Pedro Wongtschowski, assinaram artigo conjunto no jornal **Folha de S. Paulo** em que defenderam a reforma que seria aprovada pela Câmara dos Deputados um mês depois (ANDRADE; WONGTSCHOWSKI, 2017). No mesmo mês, o ex-presidente do IEDI Pedro Passos, também declarou ao jornal **Valor Econômico** seu apoio à reforma, compartilhando da

---

8 De acordo com um dirigente: “Toda medida que faz o conjunto de salários subir acima da produtividade – embora não tenha sido só isso a pressionar os salários – ou toda regra que indexa preços na economia é preciso tomar muito cuidado. Acho que em algum momento isso precisaria ser revisto (...). Temos um problema de custo de mão de obra que sobe acima do crescimento da produtividade, mas mais do que isso: nós temos um problema gravíssimo que é um arcabouço de leis trabalhistas que criam contenciosos nas empresas, pouca flexibilidade para a produção que hoje tem mais componentes terceirizados e outros parceiros. E a lei brasileira ainda fica regulando tempo de almoço, coisas que não deveriam existir mais” (LIMA; VIEIRA, 2014).

9 A despeito de tais declarações, quando questionado posteriormente pelos autores, em entrevista, sobre as disputas envolvendo os níveis de salário nesse período, Passos diminuiu a importância da questão.

10 Na seguinte passagem, em que articulam a competitividade do setor industrial brasileiro *vis-à-vis* as empresas estrangeiras (concorrência externa), os autores apontam: “O crescimento dos salários acima da produtividade do trabalho seria um dos fatores explicativos do fraco desempenho do setor [industrial] (...). Em suma, as evidências são muito fortes no sentido do descolamento entre a produtividade do trabalho e os salários pagos na indústria (...). Em conjunto com outros fatores, disto resultou a letargia da indústria de transformação, arrastando consigo os investimentos e a atividade econômica do país como um todo” (FRANCINI; SOUZA, 2014).

visão comum entre os empresários industriais à época<sup>11</sup>. O então presidente da entidade, em entrevista concedida naquele mesmo mês, semanas antes da aprovação da reforma pela Câmara, afirmava:

É um excelente avanço. É óbvio que temos uma gigantesca distorção. Temos 4 milhões de ações trabalhistas entrando todo ano, é evidente que há algo errado. A legislação trabalhista do Brasil é obsoleta, complicadíssima. Acho que a CLT tem mil artigos, fora as súmulas do TST. Não há empresa no Brasil que não tenha dezenas, centenas, de causas trabalhistas (...). Um governo que se preocupe com eficiência é minha grande esperança para 2018 (GUIMARÃES; VIEIRA, 2017).

### **A burguesia industrial em ação pela reforma**

Se a reforma trabalhista pautou a opinião dos empresários da indústria a respeito da política e da economia no Brasil do governo Temer, é possível identificar que a burguesia industrial brasileira efetivamente atuou para a sua aprovação pelo Congresso Nacional. Com efeito, a análise revela que essa classe social atuou, lançando mão de seus instrumentos de articulação política oficiais e extraoficiais, para a aprovação da reforma.

De fato, a burguesia industrial brasileira, desde a crise do impeachment da então presidenta Dilma Rousseff, buscou estreitar os laços com seu sucessor Michel Temer.<sup>12</sup> A ação dos conselheiros do IEDI a favor da destituição de Dilma Rousseff ficou clara ao longo da crise do impeachment e culminou, a despeito do instituto não ter tomado posição oficial a respeito, na realização de almoço com o então vice-presidente realizado na sede do instituto em São Paulo, às vésperas da votação do processo<sup>13</sup>.

Com efeito, é possível entender o impeachment como um capítulo da longa batalha travada pelos empresários pela aprovação da reforma trabalhista no Brasil. A esse respeito, por exemplo, em entrevista concedida após sua posse, o então presidente do IEDI, Pedro Wongtschowski, ao ser questionado sobre quais deveriam ser as prioridades do governo, afirmou: “Um conjunto

---

11 A referida reportagem permite-nos ainda perceber um fato relevante a respeito das disputas políticas em torno da reforma trabalhista no período. Não apenas industriais, como também empresários do setor de serviços e banqueiros, expressavam seu apoio manifesto à reforma.

12 Reportagens da época dão conta de que o documento “Uma ponte para o futuro”, espécie de programa de governo do ainda vice-presidente Michel Temer, agradaram e parecem ter unificado boa parte dos empresários do IEDI que, nas vésperas do impeachment, em março de 2016, o receberam na sede do instituto para um almoço (MARTINS, 2016).

13 De acordo com reportagem da época, o então vice-presidente participou, em março de 2016, de almoço na sede do instituto em reunião que contou com a maioria dos dirigentes empresariais ligados ao instituto. “[Rodrigo Rocha] Loures participou de almoço a porta fechadas de Temer com conselheiros do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), que durou cerca de duas horas nesta quinta-feira (...). Como em ocasiões anteriores, em que se reuniu com empresários, Temer defendeu as propostas do programa peemedebista. Segundo Rocha, o vice-presidente destacou a proposta de fazer as reformas previdenciária e trabalhista, “dando mais força ao que é negociado entre as partes do que o que está legislado”, a desvinculação de despesas do orçamento federal, a redução do Estado, o aumento da competitividade e a diminuição da burocracia” (FERNANDES, 2016). Para uma análise da ação do IEDI no impeachment, ver Micussi (2021).



de projetos que indique como vai resolver o problema fiscal e tributário, e encaminhar uma reforma trabalhista” (CARNEIRO, 2016).

Se os conselheiros do IEDI apoiaram Michel Temer ao longo da crise do impeachment e foram capazes de estreitar sua relação com o mandatário, a proximidade entre os membros desse instituto com o futuro presidente da República é atestada também em inúmeros momentos durante seu próprio governo. A esse respeito, é também simbólico o encontro realizado pela CNI entre alguns dos principais dirigentes industriais do país e o então presidente Michel Temer, em julho de 2016, no qual estiveram presentes também alguns dos mais proeminentes líderes do IEDI, como o ex-presidente do instituto, Pedro Passos.

É de se notar a forma como a reforma trabalhista aparece na agenda daquela reunião entre a burguesia industrial brasileira e o então presidente. Embora não fosse o tema oficial do encontro, a reforma apareceu entre as reivindicações apresentadas pelos empresários ali presentes, conforme atesta reportagem da TV Brasil à época<sup>14</sup>. A ocasião ficaria marcada, ainda, pela entrevista concedida pelo presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, logo após a reunião na qual, ao se referir erroneamente sobre uma suposta reforma trabalhista que teria ocorrido na França e aumentado a jornada de trabalho semanal para 80 horas, sugeriu que os empresários estariam “ansiosos” por “mudanças semelhantes” no Brasil.

Em que pesem as diferenças em relação à base social da Confederação Nacional da Indústria e do IEDI, é relevante notar que, a despeito do evento ter sido articulado pela CNI, participaram da mesa do encontro importantes conselheiros do IEDI, como Pedro Passos e Horácio Lafer Piva. A forma como a reforma trabalhista foi veiculada na imprensa como um dos assuntos principais da reunião sugere sua importância para as duas entidades, revelando, mais uma vez, como a proposta unificou os interesses das diferentes frações da burguesia industrial brasileira no período.

A respeito da unificação dos interesses da burguesia brasileira ao redor da reforma trabalhista, vale notar o que à época foi noticiado como um “Conselhão”, criado por Rosa Weber, ministra do Supremo Tribunal Federal, em 2017. Em sua segunda reunião, ocorrida em maio daquele ano, o grupo composto por treze empresários, entre os quais os conselheiros do IEDI Pedro Wongtschowski, Flavio Rocha e Décio da Silva, trataram da judicialização das relações trabalhistas no país.

Por parte da Confederação Nacional da Indústria, a aprovação da reforma trabalhista foi colocada como uma das prioridades da atuação legislativa da Confederação para o ano de 2017. De acordo com o documento **Agenda Legislativa da Indústria 2017**<sup>15</sup>, publicado em março daquele ano, a legislação trabalhista compunha a pauta mínima da ação naquele ano. Na segunda versão do documento, publicada após o fim do ano legislativo, o capítulo recebeu uma ilustração simulando um carimbo com o dizer: “aprovado”.

14 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nYu7v-ljeyM>. Acesso em: 12 set. 2022.

15 Segundo a apresentação assinada pelo presidente da entidade, o documento “foi elaborado com a participação ativa das 27 federações estaduais das indústrias e de 60 associações setoriais de âmbito nacional”.

A preocupação da CNI com a reforma trabalhista também aparece no documento **Agenda para o Brasil sair da crise: 2016 – 2018**. As relações de trabalho figuram como um dos pontos fundamentais defendidos pela Confederação para o “aumento da produtividade e competitividade da economia”. Trata-se de publicação de interessante análise uma vez que, após sua publicação original em 2016, o documento foi atualizado nos dois anos seguintes trazendo atualizações do andamento de cada um dos pontos defendidos. Dessa forma, no documento publicado em março de 2017, com o subtítulo “Evolução após 1 ano”, dos quatro itens figurados no capítulo “Relações de Trabalho”, três deles aparecem como “em evolução” (são eles: “Valorizar a negociação coletiva”; “sustar ou alterar o texto da NR 12”; e “Excluir acidentes de trajeto do cálculo do FAP”) e um como “concluído” (“regulamentar a terceirização”).

Já na edição publicada em novembro de 2018, com o subtítulo **Balanco final das propostas**, três dos quatro itens referentes às propostas da confederação para as relações de trabalho foram postas como “concluídas” e apenas o item “Sustar ou alterar o texto da NR 12” permanecia como “parcialmente concluído”.

Os dois documentos aqui analisados dão uma demonstração da forma como a CNI atuou diretamente pela aprovação da reforma trabalhista em 2017.

É possível entender que a instância máxima de representação oficial da indústria brasileira – com sede em Brasília a apenas poucos metros de distância da Esplanada dos Ministérios e a minutos do Congresso Nacional – atuou como o braço político forte da burguesia industrial pela aprovação da reforma. Assim, a despeito das diferenças de base social e agenda entre o IEDI e a CNI, se nossa hipótese da confluência de interesses do setor industrial estiver correta, entendemos que a CNI, com seus notórios canais de articulação e diálogo junto ao Congresso brasileiro, atuou oferecendo o suporte político e institucional para a aprovação da reforma, a partir de uma agenda que unificava a burguesia industrial no período. A reunião promovida pela CNI com o então presidente Michel Temer, que contou com a participação de dirigentes do IEDI, parece corroborar com essa ideia.

Entretanto, se a reforma trabalhista unificou a ação da burguesia industrial durante o governo Temer, vale notar que, ao mesmo tempo em que o IEDI se colocava lado a lado com a CNI por sua aprovação, membros ligados ao instituto também atuaram na ocasião abrindo um flanco de batalha contra a própria representação oficial da indústria brasileira. Discutiremos brevemente esse movimento antes de concluirmos.

### **Da disputa interclasses à disputa intraclasses**

Levando em consideração as distinções que estiveram no bojo da criação do IEDI, no final da década de 1980, discutidas no início deste artigo, e considerando a aliança estabelecida entre os dirigentes do IEDI e a CNI ao longo do processo de aprovação da reforma trabalhista, é interessante notar como as diferenças entre as associações de representação oficial – dentre

as quais a CNI, no geral mais próxima às demandas das pequenas e médias empresas, e o IEDI, maior *think tank* da grande burguesia industrial brasileira – reaparecem, a partir de um movimento que reafirma as clivagens existentes entre elas. Nele, os líderes industriais ligados ao IEDI encampam um debate público em veículos de comunicação nacional defendendo, à luz de sua visão sobre os sindicatos de trabalhadores, a revisão das contribuições compulsórias das empresas industriais para os sindicatos patronais.

Na ocasião, os mesmos Pedro Wongtschowski, Pedro Passos e Horácio Piva, que compuseram mesa ao lado do presidente da CNI e de Michel Temer, em evento organizado pela confederação em meados de 2016, escreveram:

Os trabalhadores pagam anualmente, de forma compulsória, um dia de seu salário (...). Foram R\$ 2,1 bilhões em 2016, representando a principal fonte de renda dessas entidades. (...) Não surpreende que existam 11.327 entidades habilitadas a receber o imposto sindical. Entre elas, há muitos sindicatos de fachada, com o único propósito de recolher a contribuição e desperdiçá-la com seus dirigentes. Pobres trabalhadores: poucos os defendem de fato; muitos se aproveitam deles, apresentando-se como seus representantes. Do lado patronal, a situação não é mais animadora. Os recursos dos sindicatos patronais vêm principalmente de uma contribuição também compulsória, recolhida todo início de ano (...). Basta observar as diretorias das federações de indústria para constatar as distorções da ausência, na direção dessas entidades, de industriais de verdade (...). Suas agendas de trabalho são de duvidosa relevância. Na maioria delas, as direções se eternizam e impedem a renovação, com mudanças estatutárias para permitir mandatos seguidos por anos. Essas instituições deveriam ser obrigadas a explicitar à sociedade o uso de seus recursos (...). Essa é a discussão que desejamos iniciar. Não há respostas fáceis. Mas deve haver interesse real de buscar a justificativa (ou não) para a existência de tantas entidades, fazendo-as trabalhar em benefício de seus representados -trabalhadores e empresários (PIVA; PASSOS; WONGTSCHOWSKI, 2017).<sup>16</sup>

É possível notar, portanto, que os empresários vinculados ao IEDI atuaram, à época da reforma trabalhista, em um *front* duplo: num deles, ao lado das demais associações oficiais da representação empresarial brasileira, apoiaram e defenderam a aprovação da reforma trabalhista, defendendo, entre outros pontos, o fim do imposto sindical; noutro, escancararam a incoerência de associações como a Fiesp, que defendiam a extinção da fonte de financiamento dos sindicatos de trabalhadores análoga àquela por meio da qual tais entidades patronais sobrevivem.

### Considerações finais

Este artigo tratou da ação de duas das principais entidades industriais do país, IEDI e CNI, pela aprovação da reforma trabalhista. Argumentou-se que ambas as entidades representam

---

<sup>16</sup> Este artigo se insere numa longa série de publicações assinadas pelos três empresários nos jornais **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **Valor Econômico** e **O Globo** até 2022. Tratando de temas de relevo para os setores industriais nos quais estão inseridos, os três dirigentes voltariam a centrar fogo contra a representação empresarial oficial brasileira e seus dirigentes em outras ocasiões, como, por exemplo, em Piva, Passos e Wongtschowski (2020).

distintas frações da grande burguesia industrial brasileira as quais, durante as primeiras décadas do século XXI, experimentaram tensões e clivagens, mas passaram a engajar-se num movimento de classe unificado após a crise econômica de 2015-2016.

A fração transnacionalizada da grande burguesia industrial, representada pelo IEDI, em particular, passa a queixar-se dos custos do trabalho no Brasil no início do governo Dilma Rousseff, aproxima-se da plataforma de Michel Temer, então vice-presidente da República, decide-se pelo apoio ao impeachment em 2016 e passa a trabalhar pela aprovação da reforma trabalhista em 2017. Tal movimento, que é realizado apoiando-se na CNI, instituição máxima da representação industrial oficial do país, pode ser entendido como uma das respostas vitoriosas da grande burguesia industrial à queda da taxa de lucro das empresas não financeiras brasileiras a partir de 2010.

Durante a luta pela aprovação da reforma trabalhista, manifestou-se também uma disputa no interior da própria burguesia industrial, revelando uma dimensão fundamental da luta política no interior da burguesia industrial brasileira: ao mesmo tempo em que houve uma unificação pelo fortalecimento do poder relativo do capital perante o trabalho, seguem evidentes as clivagens e fracionamentos em seu interior, como mostram as diferenças públicas e os atritos permanentes entre dirigentes do IEDI e da Fiesp. Essas tensões acabam por revelar, afinal, no campo político, uma das marcas características da indústria brasileira: sua heterogeneidade estrutural. Heterogeneidade que revela não apenas diferenças setoriais, e de porte, como de produtividade, competitividade e das formas como essas empresas interagem com a economia nacional e global. Apresenta-se, então, um mosaico amplo, composto por agentes como sindicatos, federações e outros grupos de representação, que podem atuar, a depender da conjuntura, a partir de dinâmicas de conflitos ou alianças que são, por sua vez, animadas pela visão desses agentes sobre a situação econômica e política do país.

O artigo tratou de um caso específico de unificação de diferentes frações da burguesia industrial brasileira em torno de um objetivo comum. Como argumentamos, a ação unitária da burguesia industrial brasileira desenvolveu-se numa conjuntura política e econômica específica, marcada pela intensificação da atividade grevista, pelo aumento dos custos do trabalho e pela compressão dos lucros das empresas industriais no país. A discussão realizada, portanto, permite-nos concluir que a burguesia industrial brasileira agiu de modo unificado no processo de impeachment de Dilma Rousseff até, pelo menos, a aprovação da reforma trabalhista, durante o governo Michel Temer.

## Referências

AGUIAR, Thiago. **Maquiando o trabalho**: opacidade e transparência numa empresa de cosméticos global. São Paulo: Annablume, 2017.

AGUIAR, Thiago. **O solo movediço da globalização**: trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.

AGUIAR, Thiago; MICUSSI, Pedro. Transnational Corporations and Capitalists from the Global South: Natura & Co. and the IEDI. **Latin American Perspectives**, Riverside, v. 49, n. 5, p. 86-99, set. 2022.

- ANDRADE, Robson; Wongtschowski, Pedro. Um acerto com o futuro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jun. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/06/1895732-um-acerto-com-o-futuro.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Hucitec, 1991.
- CARNEIRO, Mariana. “O risco é a frustração das expectativas”, diz líder industrial. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 ago. 2016. Disponível em: [https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2016/IEDI\\_na\\_imprensa\\_20160729\\_o\\_risco\\_e\\_a\\_frustracao\\_das\\_expectativas.html](https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2016/IEDI_na_imprensa_20160729_o_risco_e_a_frustracao_das_expectativas.html). Acesso em: 19 abr. 2021.
- DOCA, Geralda; SORIMA NETO, João; SCRIVANO, Roberta. Corte de vagas em março deve ter sido o maior para o mês desde 1992. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 abr. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/corte-de-vagas-em-marco-deve-ter-sido-maior-para-mes-desde-1992-19089858.html>. Acesso em: 13 out. 2022.
- FERNANDES, Ana. Temer nega que vá “abafar” Lava Jato, diz membro da Fiesp. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,temer-nega-que-va-abafar-lava-jato--diz-membro-da-fiesp,10000024105>. Acesso em: 13 out. 2022.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 13-52.
- FRANCINI, Paulo; SOUZA, Rogério de. Produtividade, salários e a crise da indústria. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 set. 2014. Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniaio/coluna/produtividade-salarios-e-a-crise-da-industria.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The Governance of Global Value Chains. **Review of International Political Economy**, Londres, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.
- GUIMARÃES, Ligia; VIEIRA, Catherine. “Temos que refundar relação entre setores público e privado”. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 jun. 2017. Disponível em: [https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2017/IEDI\\_na\\_imprensa\\_20170531\\_temos\\_que\\_refundar\\_relacao\\_entre\\_setores\\_publico\\_e\\_privado.html](https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2017/IEDI_na_imprensa_20170531_temos_que_refundar_relacao_entre_setores_publico_e_privado.html). Acesso em: 13 out. 2022.
- HENDERSON, Jeffrey *et al.* Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.
- IEDI. **Análise IEDI**: lucro das empresas, 24 jun. 2016. Disponível em: [https://IEDI.org.br/artigos/top/analise/analise\\_IEDI\\_20160624\\_lucro\\_empresas.html](https://IEDI.org.br/artigos/top/analise/analise_IEDI_20160624_lucro_empresas.html). Acesso em: 29 abr. 2021.
- IEDI. **Para vencer a crise**. IEDI: São Paulo, 2015.
- KREIN, José Dari; VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; FILGUEIRAS, Vitor Araújo (org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.
- LIMA, Flávia; VIEIRA, Catherine. É preciso avaliar eficácia de subsídios, afirma Passos. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 ago. 2014. Disponível em: [https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2014/IEDI\\_na\\_imprensa\\_20140819\\_e\\_preciso\\_avaliar\\_eficacia\\_de\\_subsidios.html](https://IEDI.org.br/artigos/imprensa/2014/IEDI_na_imprensa_20140819_e_preciso_avaliar_eficacia_de_subsidios.html). Acesso em: 19 abr. 2021.
- MARCONI, Nelson. O papel dos preços macroeconômicos na crise e na recuperação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 97-109, 2017.
- MARQUETTI, Adalmir Antonio; HOFF, Cecília Rutkoski; MIEBACH, Alessandro Donadio. **Lucratividade e distribuição**: a origem econômica da crise política brasileira. 2016. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/20835/2/Lucratividade\\_e\\_distribuio\\_a\\_origem\\_econmica\\_da\\_crise\\_poltica\\_no\\_Brasil.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/20835/2/Lucratividade_e_distribuio_a_origem_econmica_da_crise_poltica_no_Brasil.pdf). Acesso em: 18 abr. 2022.

- MARTINS, Arícia. Em tom 'conservador', Temer evita falar sobre cenário pós-impeachment. **Valor Econômico**, 31 mar. 2016. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2016/03/31/em-tom-conservador-temer-evita-%20falar-sobre-cenario-pos-impeachment.gh.html>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- MARTINS, Guilherme; RUGITSKY, Fernando. **The commodities boom and the profit squeeze: output and profit cycles in Brazil**. São Paulo: FEA/USP: Working Papers Series, 2018.
- MICUSSI, Pedro. **Empresário industrial e governos do PT: o caso do IEDI (2003-2016)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- OLIVEIRA, Carlindo. Greves no Brasil, de 1978 a 2018: grandes ciclos, configurações diversas. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 15, p. 1-32, 2019.
- PASSOS, Pedro. As causas da crise industrial brasileira. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2012. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,as-causas-da-crise-industrial-brasileira-imp-,846927>. Acesso em: 16 maio 2021.
- PASSOS, Pedro. A indústria que queremos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 ago. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/colunas/pedropassos/2014/08/1507599-a-industria-que-queremos.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- PIVA, Horácio Lafer; PASSOS, Pedro; WONGTSCHOWSKI, Pedro. Fiesp: afinal, eleições de verdade?. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/09/fiesp-afinal-eleicoes-de-verdade.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.
- PIVA, Horacio Lafer; PASSOS, Pedro Luiz; WONGTSCHOWSKI, Pedro. O sindicalismo sem resultado. **Folha de S. Paulo**, São Paulo 26 abr. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/04/1878598-o-sindicalismo-sem-resultado.shtml>. Acesso em: 13 out. 2022.
- REHDER, Marcelo. Salário sobe mais que desempenho na indústria. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25 jul. 2012. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,salario-sobe-mais-que-desempenho-na-industria-imp-,905048>. Acesso em: 13 mai. 2021.
- RIBEIRO, Ivo. Resultado deve ser melhor que em 2012. **Valor Econômico**, São Paulo, 19 dez. 2012. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/12/19/resultado-deve-ser-melhor-que-em-2012.gh.html>. Acesso em: 18 abr. 2022.
- RODRIGUES, Fernando; PEREIRA FILHO, Armando. Para Gerdau, burrice de criar mais ministérios está no limite. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 mar. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2013/03/1246430-para-gerdau-burrice-de-criar-mais-ministerios-esta-no-limite.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- ROBINSON, William I. **A Theory of Global Capitalism: Production, Class, and State in a Transnational World**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- SANTOS, Rodrigo S. P.; MILANEZ, Bruno. Redes globais de produção (RGPs) e conflito socioambiental: a Vale S.A. e o Complexo Minerário de Itabira. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7, 2015, Goiânia. **Anais do VII Singa**. Goiânia: PPGEQ: LABOTER: IESA, UFG, 2015. p. 2093-2108.
- SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (org.). **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** São Paulo: Boitempo, 2016. p. 21-54.
- SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Recebido em: 01/11/2022

Aceito em: 30/03/2023

**LAYERING VERSUS DISPLACEMENT:  
Theories of Gradual Institutional Changes and Welfare Regime  
Transformation in Brazil and Mexico, 1980-2010**

**SOBREPOSIÇÃO VERSUS DESLOCAMENTO:  
Teorias das Mudanças Institucionais Graduais e Transformação dos Regimes  
de Bem-Estar no Brasil e no México, 1980-2010**

---

Scott B. Martin\*

**Abstract**

The aim of this article is to analyze institutional similarities between social policies and broader welfare regimes across Brazil and Mexico. Specifically, the article examines trends and events of an approximately three-decade period (from around 1980 through 2010). Therefore, it assesses developments in Brazil through the bulk of Lula's first two terms of office (2003-2010) and through the first two-thirds of the Felipe Calderón presidency (2006-2012). Departing from "gradual institutional change" (GIC) theories, I first argue that similarities across anti-poverty and other social policy arenas mask deeper long-range *divergence across welfare regimes*. Second, to identify such divergence, I recast the problem from one of "social policy reform" to a perspective of institutional change in broader welfare regimes from a longer-term perspective. The results show a dominant mode of "institutional change by layering" in Brazil – addition and expansion of new rules layered onto old ones, as well as new rules introduced on top of and alongside old ones without the destruction or dismantling of existing public institutions - versus a dominant "institutional change by displacement" in Mexico – a logic of substitution whereby pre-existing rules of corporatist citizenship are displaced by new ones of market provision, individualism, and safety nets. Therefore, in Brazil the *public role* for social protection is heightened and the system of social protection expands in Brazil, while the state's role is retrenched and diminished in Mexico, along with a greater reliance on market provision and forces across social policy arenas.

**Keywords:** Gradual Institutional Change theory. Welfare regimes. Brazil. Mexico.

**Resumo**

O objetivo deste artigo é analisar as similaridades institucionais entre o Brasil e o México. Especificamente, a pesquisa examina padrões e eventos de aproximadamente três décadas (1980-2010). Portanto, o artigo avalia os desenvolvimentos no Brasil no grosso dos primeiros dois governos Lula (2003-2010) e nos 2/3 da presidência de Felipe Calderón (2006-2012). A partir das teorias de "mudança institucional gradual – "gradual institutional change" (GIC) theories – argumento que, primeiramente, similaridades através de áreas de combate à pobreza e outras arenas políticas mascaram **divergências** mais profundas e de longo prazo entre **regimes de bem-estar social**. Em segundo lugar, para identificar tal divergência, eu reformulo o problema de uma "reforma de política social" para uma perspectiva mais abrangente de mudança institucional em regimes de bem-estar social a longo prazo. Os resultados demonstram um modo dominante de "**mudança institucional por sobreposição**" no Brasil – adição e expansão de novas regras sobrepostas a velhas propostas, assim como novas regras sobrepostas às antigas sem a destruição ou desmantelamento das instituições – versus uma "**mudança institucional por deslocamento**" preponderante no México – uma lógica de substituição de regras pré-existentes de cidadania corporativista é mudada por novas de provisão de mercado, individualismo e redes de segurança. Portanto, no Brasil o **papel público** de proteção social é reforçado e o sistema de proteção social expande-se, enquanto o papel do Estado é retraído e diminuído no México, junto com uma maior confiança nas provisões e forças de mercado nas arenas políticas.

**Palavras-chave:** Teoria da Mudança Institucional Gradual. Regimes de bem-estar social. Brasil. México.

---

\* Ph.D. in Political Science from Columbia University (2001). Professor in the New School's Graduate Program in International Affairs program since 2005 as well as in the School of International and Public Affairs at Columbia University since 1998. E-mail: srm2@columbia.edu.

## Introduction

In the historical era of state-led development, the institutional similarities between social policies and broader welfare regimes across Brazil and Mexico were pronounced. Both were highly segmented across included and excluded groups and linked to corporatist systems of labor organization and regulation, meriting the apt label of “dual regimes” in which they were grouped together explicitly in larger typologies of Latin American national welfare regimes (FILGUEIRA; FILGUEIRA, 2002). As the two countries underwent parallel political and economic transformations in the late twentieth century - from import- substitution industrialization to market reforms, from authoritarianism to democracy - they also seemed to follow parallel tracks in social policy reform. Strong efforts were made from the 1990s onward to expand primary and secondary school enrollment, to rationalize public health systems and expand services to the poor, to reform expensive public pension systems, and to extend conditional cash transfers (CCTs) to traditionally excluded poor people in the urban and rural sectors. In the two countries, market-reforming governments had also tried to enact wide-ranging legal reforms of corporatist labor institutions on repeated occasions from the 1980s on, though comprehensive reforms proved elusive during this time frame.

At first blush, it would thus seem, as much literature from the late 20<sup>th</sup> and early 21<sup>st</sup> century suggested, that the reform of welfare regimes across Latin America’s two giants - and indeed the course of social policy reform in the region as a whole - over the crucial period of *inflection points in welfare regimes* discussed here (approximately 1980 to 2010)<sup>1</sup> indeed followed broadly parallel cross-national tracks; that is, expansion of modest, targeted, time-limited, and means-tested benefits to the traditionally excluded while the scope, depth, and generosity of coverage for the traditionally well organized and well-connected is pared back, all under a more limited “safety nets” or “residualist” approach to social provision by the state. Indeed, while some specific differences are acknowledged across this or that policy sphere, both countries are often seen as part of a broader Latin American convergence around a “modal pattern’ of social policy” consisting of “reforms of core social-insurance programs, efforts to expand social services, and the adoption of antipoverty programs” (HAGGARD; KAUFMAN, p. 2008, p. 265) or, in the efforts of Barrientos (2004) to adapt and update the Esping-Andersen (1990) welfare regime research tradition for the developing world, convergence toward a “liberal-informal welfare regime;” the latter would be characterized by “scaling down employment protection, replacing social insurance with insurance schemes based on individual savings...., decentralizing education and health provision, and encouraging private provision and private financing.” More generally, the expansive and institutionally oriented notion of welfare regimes points to the *interconnections across spheres of*

---

<sup>1</sup> See Huber and Stephens (2012), particularly Chapter 7. The authors use the similarly broad framework of “social policy regimes,” adding to the Esping-Andersen Global North welfare regime construct (1990) an additional focus on health and education policy.



---

*social policy* – pensions and social insurance, anti-poverty/social assistance policy, transfers related to labor markets (training, unemployment insurance), health insurance and health provisions – often treated separately in policy analysis-oriented discussions of social policy.

What is more, in policy discussions about anti-poverty policy and the growing comparative literature on the political economy of CCTs – which unlike this study were not informed by a holistic perspective on social policy models such as the welfare regime framework – Mexico’s Progresa/Oportunidades is frequently lumped together with Brazil’s Bolsa Escola/Família given their similar focus on targeting, means testing, and conditioning of cash transfers on behavioral modifications designed to lift the poor out of poverty.<sup>2</sup> Some minor cross-national differences are noted in many of these analyses, to be sure, but strong similarities tend to be a much more dominant theme as the studies emphasize how much different the program designs are from traditional social policies in the respective countries.

This paper is a retrospective view of trends and events over an approximately three-decade period from around 1980 through 2010. It thus assesses developments in Brazil through the bulk of Lula’s first two terms of office (2003-2010) and through the first two-thirds of the Felipe Calderón presidency (2006-2012). Subsequent dynamics of both countries opened up shifts in national trajectories to which brief allusion is made in the concluding section. In this paper I will argue, first, that superficial similarities across anti-poverty and other social policy arenas mask deeper long-range *divergence across welfare regimes* (conceived of broadly to also include what I call labor regimes) in Brazil and Mexico. This divergence was in evidence from the 1990s and grew over time. An important step toward identifying these differences is, second, to recast the problem from one of “social policy reform” – emphasizing policy enactments and legal changes as well as resistance to and modification thereof – to one of institutional change in broader welfare regimes understood from a longer-term perspective. Of particular utility in this regard is re-casting these issues as a *problématique* best captured by and analyzed within the conceptual apparatus of “*gradual institutional change*” (*GIC*) theories, as developed insightfully in work by Thelen and Streeck (2005a, 2005b) and Mahoney and Thelen eds. (2010a, 2010b).

Within this variant of institutional analysis, particular attention is paid to instances of *cumulative* change within institutions that is initiated, intentionally or not, by actors operating within them as well the dynamics by which institutions may well exhibit their own propensities for change quite independent from exogenous “environmental” shifts. There thus tended to be an important, longer-range emphasis that extends beyond the typically more time-limited focus in comparative social policy reform studies on “reform episodes” followed by long periods of stasis or implementation; this focus was informed theoretically by a path-dependent/critical juncture view of institutional change that is called into question by the GIC literature

---

<sup>2</sup> The literature on CCTs is voluminous, and an annotated bibliography published in 2009 by the World Bank provides a prime example of the policy-oriented literature, including critiques (MILAZZO, 2009). For studies offering comparisons of Bolsa Família and Oportunidades (to each other and to other CCTs in the region), offering both praise and criticism, see in particular p. 21-24.

as one among several possible modes of institutional change, but by no means the exclusive or dominant mode. GIC theory provides, I argue, an analytical language that helps us build on the empirical insights of works such as Kaufman and Nelson eds. (2004) that noted that, at least in areas such as health care and education, piecemeal and incremental change tended to prevail over more fundamental reform. We can re-cast these findings of limited reform if we expand our time horizon but above all our understandings of institutions, the complex roles played by institutional incumbents and challengers (beyond just embracing or resisting the reform proposals of policymakers as conventionally portrayed), and the *various* modes by which social welfare and other types of institutions linking state and society may change. Seemingly minor or limited change can often cumulate into deeper, lasting reform and the GIC literature provides a typology of modes of institutional change (including more rapid or discontinuous change) and a language and analytical apparatus to explain change *within* institutions that over time can lead to change *of* institutions.

Following alternative modes of institutional change identified in GIC theory, third, I identify a dominant mode of “*institutional change by layering*” in Brazil versus “*institutional change by displacement*” in Mexico evident in their respective social welfare regime evolution from the 1980s through 2010. In Brazil this meant what I call a logic of addition and of expansion whereby new rules, including new entitlements, are layered onto old ones and new rules introduced on top of and alongside old ones; this occurs, I argue, without the wholesale destruction or dismantling of existing public institutions, and instead often with an effect of reinvigorating them. In Mexico, by way of contrast, what I will call a “logic of substitution” instead prevailed, whereby pre-existing rules of corporatist citizenship are displaced by new ones (much closer to the dominant images of Latin American social policy reform discussed earlier) of market provision, individualism, and safety nets; for their part, institutions of corporatist labor protection are converted toward the promotion of labor flexibility and employer workplace control (institutional *conversion* is another path of institutional change posited by GIC theory).

The net result – in my fourth argument – is one which the *public role* in the provision of social protection is heightened and the system of social protection is expanded well beyond historical bounds in Brazil, while the state’s role is diminished and retrenched with greater reliance on market provision and market forces across social policy arenas and relatively more restrictive policy toward the poor in Mexico. In failing to contemplate gradual institutional change seen over a longer-range perspective and in shying away from a more holistic and expansive view of institutions that shield or subject citizens to market forces, I conclude, much comparative analysis from the first decade of this century missed or underplayed what are often fundamentally different and even divergent cross-national patterns of change in historical welfare regimes from the populist and ISI era.

### Mexico: Institutional Displacement of Established Welfare Regime Rules

Displacement: the removal of existing rules and the introduction of new ones.... This kind of change may well be abrupt, and it may entail [a] radical shift...[y]et displacement can also be a slow-moving process. This may occur when institutions are introduced and directly compete with (rather than supplement) an older set of institutions...often by actors who were 'losers' under the old system. If institutional supporters of the old system prove unable to prevent defection to the new rules, then gradual displacement may occur (MAHONEY; THELEN, 2010b, p. 15-16).

“Last in, first out” seemed to be the initial order of the day in the restructuring of the Mexican welfare state. Market reformers who populated key ministries and were propelled by economic crisis from the eruption of the debt crisis in 1982 took on first the programs that had the least political support and had been created the most recently, by the populist-leaning Echeverría and López Portillo administrations (1970-1982). Thus, COPLAMAR,<sup>3</sup> an umbrella organization founded in 1976 to coordinate the provision of health care, education, and basic infrastructure in poor rural zones, was ended as a separate institution in 1983 (though some of its activities were carried on under the Instituto Mexicano del Seguro Social-IMSS, first as IMSS-COPLAMAR and then as IMSS-Solidaridad); CONASUPO<sup>4</sup>, which operated thousands of stores that sold basic products to low-income families in urban and rural areas at subsidized prices, was scaled back and then eliminated; the Sistema Alimentario Mexicano (SAM), which sought food self-sufficiency for Mexico in basic grains and was founded in 1980, was discontinued. In addition, overall health and education spending plummeted. Overall, social expenditures were slashed in the 1980s, beginning a slight recovery only in 1989, the first full year of the Salinas government.

By the end of the 1980s, with improved macroeconomic conditions and Salinas seeking to regain the ruling party's hegemony after the contested 1988 election marred by massive fraud, the political focus shifted to securing political support for deepening of market reforms (including privatization of the *ejido* system and NAFTA entry) and continued one-party dominance. The National Solidarity Program (PRONASOL) was borne as a multi-faceted scheme of public works, education, and other social services and infrastructure created outside the line ministries and directly under presidential control, but with decentralized administration through local solidarity committees (CORNELIUS; CRAIG; FOX, 1994). From a GIC perspective, it is important to underline that PRONASOL stepped into the institutional and policy *vacuum* created by the displacement of former programs and program logics serving similar social service (and political) constituencies – namely, the poorly organized or unorganized urban and rural poor, not encapsulated within the corporatist structure of the PRI through its urban labor,

<sup>3</sup> Coordinación General del Plan Nacional de Zonas Deprimidas y Grupos Marginales

<sup>4</sup> Compañía Nacional de Subsistencias Populares.

peasant, and urban-popular “sectors” and historically excluded from or badly served by Mexico’s dual welfare regime of (relatively) protected insiders. Institutionally, PRONASOL would serve as somewhat of a transition between the “populist” welfare programs of old and the market-oriented ones that would follow it – combining targeting and selectivity (new elements that its successors would draw upon) with political clientelism (a historically entrenched practice) in terms of the focal groups and “conditionality” for assistance. Even though Salinas’s (second-choice) handpicked successor succeeded him after the 1994 presidential election, a combination of the peso crisis, Salinas’ rapid fall from grace once he was out of office and PRONASOL’s close identification with the figure of Salinas combined to make the institutional continuity of the program unviable.

The other major welfare regime shift initiated under the Salinas government (1988-1994) was *education* decentralization. Through a top-down reform pact with the national union (SNTE) leadership it had helped bring to power by ousting the old guard former leadership – and acting against the true organized grassroots opposition within the union grouped in the CNTE which had long struggled against that entrenched leadership (COOK, 1996) – the Salinas administration secured an historic decentralization of decision-making to the states regarding staffing, pay, and budgets (GRINDLE, 2004; HAGGARD; KAUFMAN, 2008, p. 271). This displacement of the institutional rule of centralized decision-making through deal-making and substitution of the principle of decentralized decision-making by governors and decentralized bargaining with local union sections (some loyal to the national boss and some in opposition) set into motion longer-term, gradual substantive changes in education sought by neoliberal reformers, like seeking to link pay to performance, increasing teacher workloads, and altering curricula. Later, under the Calderón government (2006-2012), there were around 2010-11 mass teacher protests in several states and the capital by the strong dissident current (CNTE) within the National Teachers Union (SNTE) regarding the punitive nature of the system of teacher evaluations, examinations, and performance reviews that the union leadership negotiated with the federal and state government and imposed on its membership.

By 1997, under the Zedillo administration (1994-2000), aspects of targeted assistance to the poor from PRONASOL had been repackaged and reoriented by technocrats at SEDESOL, the Ministry of Social Development, into a *CCT program*. The elements of explicit political clientelism and conditionality were eliminated or lessened. At the same time, the program operated under an implicit self-imposed budget constraint and without ever setting explicit coverage targets (as Bolsa Família set periodically) – such that expansion was relatively slow and cautious by comparison. As of 2011, the program was reaching 5.8 million families ([www.oportunidades.gob.mx/](http://www.oportunidades.gob.mx/)), expanding from 2.6m in 1999 (as PROGRESA) and 5 million in 2005 (HAGGARD; KAUFMAN, 2008). From a longer-term perspective, a new institutional modality of CCTs, as it was consolidated and expanded, gradually displaced the amalgam of transfers of goods and services to the poor through the Salinas-era PRONASOL and, before it, a more extensive set

of programs originating in the 1970s that were dismantled or phased out in the 1980s or by the early 1990s. However, Oportunidades (originally called Progresá) maintained a system of centralized federal administration that had strong historic roots in Mexican social policy, with no role for municipal or state governments (unlike the strong role of this level of government in Bolsa Família's origins and certification of conditions fulfillment by recipients) and little effective role for civil society organizations or organized recipients (unlike PRONASOL's emphasis on bottom-up participation thorough "solidarity committees"); it contrasted somewhat, at least with promotion of decentralization, with reforms in the health and education systems. In addition, Oportunidades (later renamed in 2014 as Prospera) employed a stricter form of means-testing (Bolsa uses income self-reporting) and had a more rigid monitoring system of conditions fulfillment (SOARES, 2012; SOARES; RIBAS; OSÓRIO, 2010). The nature of the targeting mechanism and slow roll-out of the program meant under Oportunidades considerable errors of "undercoverage" (eligible beneficiaries who are not reached), while any bias in Brazil was in the opposite direction and more recently the principle of "at risk for poverty in the next two years" and of minimum two-year eligibility was instituted. One can see in Oportunidades then a heavy guiding focus on behavioral modification of the poor, stronger implicit emphasis on limiting the program to the "deserving poor," and strong commitment to the theory of breaking the inter-generational transmission of poverty through greater investments in the "human capital" of children; in the eyes of critics who conducted or reviewed in-depth qualitative research with female beneficiaries (e.g., MOLYNEUX, 2007; RAVAZI, 2007), maintaining eligibility in a program with such elaborate conditionalities as Oportunidades required considerable time and even resource expenditure in meeting requirements and verifying compliance with conditions.

In sum, there was an institutional *displacement* of the programs, principles, and policies of emerging social protection for the poorest segments of the Mexican populace emerging in the 1970s in favor of a new set of norms embodied in Oportunidades (and its sister program Procampo). Programs from the earlier era relied on such non-market "populist" principles as subsidized consumption and state assistance for small producers as well as subsistence production (all under what was still a model of state-led development); in practice many if not all of these programs exhibited considerable use of clientelistic exchanges between state and party elites on one hand and actual and potential beneficiaries in terms of which individuals, communities, and organizations gained access to state resources and on what terms (and this frequently distorted the ability to reach the poorest segments adequately). Other exchanges involved more across the board subsidies in which it was difficult to exclude those who wished to take advantage of, say, tortilla subsidies or Conasupo stores open to the general public. In keeping with the radical shift in the economic model toward openness, competition, and promotion of exports that took place from the early to mid-1980s, the principles of social provision for the poor guiding what would become Oportunidades were oriented instead toward a combination of (1) short-term poverty alleviation (through carefully means-tested benefit checks) and (2) long-term poverty reduction

or eradication through incentivized household self-investments and behavioral changes that would enable the children of poor households to “bootstrap” their way to higher living standards based on improved insertion into more competitive and less regulated labor markets. In contrast to the heavy and explicit political “mediation” through state and party institutions of populist-era anti-poverty programs, Oportunidades entailed fewer bureaucratic mediations and the new program – to the extent one could so it took steps toward institutionalization in the period in question – did so largely based on a more impersonal and diffuse political exchange mediated through (real or perceived) electoral support engendered for state incumbents.

In the *pension system*, Mexico experienced perhaps its most abrupt and sweeping change in established norms of social protection for “insiders,” though the new system was phased in and was extended to public servants outside the social security administration late in the period under study. In 1997 and still under the outgoing authoritarian regime, the Zedillo government won congressional approval for a reform whereby individual savings through private fund administrators gradually came to displace the pay-as-you-go system of defined benefits with its principles of inter-generational solidarity. This was the most radical, neoliberal pension reform in the region along with that of Pinochet’s Chile. In order to forestall resistance from powerful veto players connected to the ruling PRI, the major public-sector unions representing the social security system and its hospital network (Instituto Mexicano del Seguro Social-IMSS) and public servants (Instituto Seguridad y Servicios Sociales de los Trabajadores del Estado-SSSTE), were treated differentially as the initial reform instituted a total privatization for “only” the private-sector workforce.

The IMSS was reformed that same year under a deal reached with its union such that the IMSS would operate its own AFORE (a clear political “side payment” to union leaders), existing workers or retirees could transfer their savings from the Sistema de Ahorra para el Retiro created in 1992 to individual accounts there with a top-up from the federal government or continue in the existing system, and all newly hired workers would henceforth enter the individual account system. Having thus instituted abrupt privatization in the private sector and creeping privatization with buy-in by a major veto player for the IMSS, and set into motion the creation of a politically and economically potent funds administration industry (Administradoras de Fondos para el Retiro-AFORES), politicians technocrats running key economic ministries across both PRI and then PAN governments subsequently bided their time for a political opening until 2007 before striking the last blow to the traditional public, paygo system. In 2007, the Calderón administration extended the AFORE system to the SSSTE (civil servants), despite strong resistance from the public servants’ union and from the PRD legislative minority, cutting a deal with segments of the opposition PRI to secure passage.

The net results of changes that occurred in the 1990s and 2000s was to create an almost entirely privately administered, market-driven system of old age insurance – under basic regulations set by the state – whereby returns and income replacement rates are variable across

plans and individuals (with their different lifetime earnings profiles) and subject to market vicissitudes. Under the system, pension fund administrators were steadily allowed to invest in increasingly riskier asset classes, such as most recently (from about 2009) private equity, real estate, and infrastructure funds. Meanwhile, more modest and piecemeal efforts were made to expand parallel, modest, non-contributory old-age “stipends,” with federal efforts to some extent seeking to copy a popular program in the Federal District initiated by the opposition-run PRD governments.

In *health care*, changes in Mexico’s highly fragmented system of payers, providers, and beneficiary populations were less fundamental, but still substantial, taking a piecemeal, incremental form with cumulative impacts over time. An effort at decentralization of the health system was made in the 1980s under the De la Madrid administration, involving greater administrative autonomy of Ministry of Health facilities, merger of them with those of IMSS-Solidaridad, and creation of autonomous state health systems. Yet effective resistance by the IMSS union and its PRI allies helped undercut the reform and restore de facto centralization (GONZÁLEZ ROSSETTI, 2004). Shelving a more comprehensive reform given the higher political priority placed on pension reform and the opposition of the IMSS union, the Zedillo government was content to reform the system of financing, replacing the payroll tax with general treasury revenues.

In 2002-03, under the Fox government, the Ministry of Health created the Seguro Popular, a voluntary benefit with an annual fee based on a sliding income scale (free for the lower income deciles); it targeted poor households not eligible for existing public health institutions and made up of the unemployed or self-employed, and in practice there is considerable beneficiary overlap with Oportunidades. While the program no doubt extended health coverage to many uninsured Mexicans, it fell far short of achieving universal, high-quality access to care, as was its original stated objective. Moreover, it did nothing to overcome the fragmentation of Mexico’s mixed public-private health system and taken inadequate steps toward eliminating the disparity of access to care and especially quality care based on income. It should be noted, however, that the health conditionalities of Oportunidades were found in randomized control trials to increase various indicators of maternal and child wellbeing (in parallel with the demonstrated benefits in educational attainment with its schooling conditionalities).

Mexico’s system of corporatist *labor relations* and of partially regulated *labor markets* stems back to the 1930 Ley Federal del Trabajo in the Cárdenas era, as well as the linkages between monopolistic unions, ruling party, and state forged in the 1930s and 1940s, which tied the labor movement in subordinate fashion into the post-revolutionary governing alliance. It is important to bring labor regulation into the discussion of the welfare regime for a country such as Mexico on several counts, as Dione (2010) and Bizberg and Martin (2012) note. First, many social benefits for workers and their families (in housing, pensions, and health care) were specifically tied to union membership and above all to employment. Second, labor unions were important

actors in terms of shaping social policy across the various spheres discussed above, and there was an important element of discretionality, involving political exchanges among union leaders, rank and file workers, government officials, and party members, that shaped the precise terms of access; these were not truly universal social benefits tied to citizenship but rather a corporatist variant of citizenship. Third, additional social protections for employment flowed out of labor market regulations embodied in the LFT and its various subsequent amendments, as well as its (discretionary) enforcement and implementation across *sexenios* and by national- and local-level labor boards (*juntas de conciliación y arbitraje*). Specifics are discussed below but suffice to say that some of these protections were specified statutorily while other institutional norms emerged in practice in the decades of ISI and populism based on business-labor bargaining and three-way labor-state-business “political bargaining.” In both cases, the combination of the norm-setting and –enforcing yet discretionary power of national labor authorities with the contractually specified form taken by many norms meant that they were thus vulnerable to shifts in the economic and political context, a key point to emphasize in the context of theories of gradual institutional change. The element of discretionality and flexibility in norms made it possible to achieve substantial evolutionary change from the early 1980s onward *within* existing institutional (formal-legal) parameters without having to enact (de jure) changes of institutions. Analyses that would focus only on the failure of repeated attempts, from the Salinas administration on through the latter stages of the Calderón government, to enact changes in the LFT and interpret that as evidence of institutional continuity or stability are thus missing the forest for the trees, and are lacking in a more subtle understanding of institutional change and particularly how it tends to unfold (where it does at all) in historically entrenched systems of labor relations.

In short, the institutions of the established labor relations system were now “strategically redeployed” (following Mahoney and Thelen’s language) on behalf of a new set of goals of privatization, wage controls (*topes salariales*), conversion of the contracts of privatizing or newly privatized state-owned enterprises, flexibility in private labor contracts, and isolation, dispersal, or marginalization of those unionists who would challenge the new economic model at the macro or micro level.



---

### Brazil: Institutional Change in Welfare and Labor Regimes Through Layering<sup>5</sup>

Layering: the introduction of new rules on top of or alongside existing ones...Layering occurs when new rules are attached to existing ones, thereby changing the way in which the original rules structure behavior...[It] involves amendments, revisions, or addition to existing [rules]...Such layering can... bring about substantial change if amendments alter the logic of the institution or compromise the stable reproduction of the existing 'core'...Processes of layering often take place when institutional challengers lack the capacity to actually change existing rules...[and] instead work within the existing system by adding new rules on top of or alongside old ones (MAHONEY; THELEN, 2010b, p. 16-17).

In an insightful study of the Brazilian *health system*, Faletti (2010) analyzes a process the author characterizes as institutional change through layering, dating back to the 1970s, and which directly informs and shapes the 1988 constitutional changes mandating a unified universal health system under Ministry of Health supervision and with decentralized state and municipal administration. In this longer-term process, the *sanitarista* movement of health care professionals responded to the military regime's efforts to solidify political control by extending health reforms to the countryside by infiltrating the system's bureaucracy and institutions and pushing forward its own agenda of decentralization and universalization from *within* the system. Well before the constitutional reforms of 1988, and the subsequent adoption in 1990 of a key reform implementing decentralization and universalization, a process of incremental, cumulative change of a transformative nature for Brazil's health care system was thus set into motion. That process continued subsequently as the effort to fully implement these principles and develop strong local health institutions continued, pushed forward by a combination of health officials and health care professionals. From being a fragmented system with separate care and administration under the social security apparatus for formal-sector workers and a poorer-quality, underfunded system for informal workers, the public health system thus became universal in coverage and became notably more equitable in the quality of care.

The notion of layering, first conceptualized by Streeck and Thelen (2005b) as a distinctive mode of gradual institutional change and developed insightfully in analyzing health system reform by Faletti, is in fact, I argue, an apt characterization as well of the *overall* evolution of Brazil's welfare regime beginning in the 1970s extending beyond just health care – a transformation in a generally more expansive and inclusive direction through an accretion of new principles, rules and programs alongside, around, and within existing ones. And since some important

---

<sup>5</sup> “Layering: the introduction of new rules on top of or alongside existing ones...Layering occurs when new rules are attached to existing ones, thereby changing the way in which the original rules structure behavior... [It] involves amendments, revisions, or addition to existing [rules]...Such layering can... bring about substantial change if amendments alter the logic of the institution or compromise the stable reproduction of the existing 'core'...Processes of layering often take place when institutional challengers lack the capacity to actually change existing rules...[and] instead work within the existing system by adding new rules on top of or alongside old ones. (MAHONEY; THELEN, 2010b, p. 16-17)

social and labor reforms were initiated in the 1970s under the military regime given its efforts to shore up urban and rural political control through controlled co-optation, it is important to include that period as a starting point in an examination of the gradual transformation of Brazil's dual welfare regime in a more expansive direction. The closest analogue to the health sector dynamic of "centralized reform followed by reaction from below and within" resulting in the genesis of new institutional norms that would steadily transform the existing system, across the various spheres of social protection considered in this essay, is in *labor relations*. Here the new unionist movement emerging in the 1970s initiated a more overt institutional challenge to state control than the sanitarias did in the health sector, through strikes and mobilization with a significant political connotation. Yet there was a broad similarity in the sense that it similarly responded to state initiatives (in this case to reinvigorate paternalism and member service provision in corporatist labor unions whose progressive leadership had been ousted after the 1964 coup) by trying to work actively *within* these institutions rather than seeking to form alternative organizations.

As a new generation of militant young workers took control of the leadership of formerly docile, Labor Ministry-dominated unions and used these organizations' resources to mobilize against employers and the military state, dissident elements within corporatist business *sindicatos* also took issue with corporatist business *sindicatos* as well as aspects of corporatist labor relations (KINGSTONE, 1999; PAYNE, 1994). While each group had a different agenda, and business's retreat from corporatist principles was more partial and tactical (much like that of a more centrist union current represented by first the CGT and then the Força Sindical), the net result was a pincer-link movement that undermined the legitimacy of the system of Labor Ministry control and supervision of labor and business organizations as well as of state tutelage of labor relations through the labor courts; this process of erosion of existing norms and emergence of new ones in practice began during the late 1970s and continued on through the latter years of the military regime and then after the 2005 transition to civilian rule. Collective bargaining without (or with much less) state interference emerged as a vibrant new institutional norm whereby well organized unions and employers found it more convenient to negotiate directly with them than through corporatist employers organizations or through heavy reliance on compulsory labor court settlements in the event of disputes, as was customary in the past.

These developments *within* corporatively structured organizations and corporatist institutions of labor relations helped inform the agenda for constitutional reforms during the 1997-1998 constituent assembly. The labor movement and its political allies had partial success in rolling back aspects of the corporatist labor control system as it had operated under the military regime – the right to strike was restored and the Labor Ministry power to intervene administratively within unions and oust their leaders was removed along with its power to recognize unions. There were also some substantive gains in labor protections--also in part prefigured by practical developments in everyday labor relations in dynamic sectors such as

metalworking-- such as the reduction of the workweek to 44 hours, the extension of maternity leave, creation of paternity leave, and regulation of shift work (*turnos de revezamento*). Yet successes were only partial, as business mobilized political support to limit democratizing reforms in labor relations – in particular efforts to end the union tax by which worker and employer organizations were financed and the principle of *unicidade* or monopoly of union representation by territorial unit; moreover, some advances in labor rights were dependent on implementing legislation and regulations that were not forthcoming and/or were watered down in subsequent measures.

Labor market reforms were pursued and partially enacted (legislatively or by decree) by the Cardoso government, most notably temporary and part-time contracts, "hours banks" allowing for flexible scheduling by employers to adjust weekly work hours to demand needs without affecting pay and overall time worked over set periods, and provisions permitting temporary suspension of labor contracts, foremost among them. Yet it in the sphere of labor organization and relations per se, most changes subsequent to the Constitution in the institutional workings of labor relations and labor and business organization were incremental and in many ways built on and deepened the de facto trends that constitutional norms helped legitimate and consolidate de jure. The impact of shifts in the larger policy environment – and particularly wage and incomes policy – was clearly felt at various junctures; in that connection the indexation of wages was weakened and then eliminated under the Real Plan and a longer-term decline in the purchasing power of the minimum wage began to take hold, both under the Collor Plan. However, a more aggressive push to raise real minimum wages and a generally laxer attitude toward distributional conflict were evident under Lula (2002-10) – in the context of buoyant growth and tighter labor markets – made possible gains in real median wages through collective bargaining over the course of the mid – to late-2000s. However, a process of formal tripartite national and local dialogue that produced proposals to democratize labor and business organizations and labor relations was shelved in 2004 under the first Lula government and never re-visited, an historic missed opportunity reflecting failures to achieve a political consensus within the governing coalition and the progressive labor movement and facing business opposition.

Incremental changes of a partially transformative nature and a process of institutional change through layering were also evident in the evolution of the social security system. In the 1970s, the military first created non-contributory pensions and thus added another layer to a paygo system still dominated by contributory principles. In a context of fiscal crisis, the Cardoso government briefly contemplated what would have been a major *conversion* à la Mexico or Chile of an established paygo system via privatization, but quickly focused instead on a "parametric" reform—shifting the terms of existing rules regarding norms regarding eligibility, retirement age, and special pension categories without fundamentally altering the underlying principles (HAGGARD; KAUFMAN, 2008). More draconian proposals for deeper cuts were resisted, and reforms were aimed at the private sector given difficult political hurdles with the

public sector. In the process the fiscal health of the system improved substantially. What stood out about Brazil was that, at a time when pension privatization was diffusing widely through Latin America and across post-socialist and developing countries under considerable outside influence from international financial institutions (MADRID, 2003; WEYLAND, 2004, 2007), there was by contrast a cross-party political consensus in Brazil even at the height of market reforms to shore up a *public* system.

A second phase of social security reform took place under the Lula government, which somewhat surprisingly took on an important core constituency – and endured consequent defections from the Workers Party and in particular the CUT labor confederation from public-sector unionists—in enacting a reform in its first year in office in 2002. The reform equalized benefits across the public and private sectors, raised the retirement age, and eliminated abuses whereby some public servants were able to retire with full wages or even earn double pensions. This further strengthened the fiscal solvency of the system, though critics again argued it did not go far enough. What those critiques fail to appreciate are the political costs that had to be paid within the governing coalition, and the near certainty that going for more would have generated even more resistance and perhaps torn apart the governing alliance, and the fact that there were never serious political proposals or inclinations to “blow up” the existing public system and re-write it from scratch as Mexico did in 1997 or the Pinochet regime in Chile earlier.

These reforms, together with more active efforts to enroll eligible beneficiaries and substantial formal-sector job creation in the last decade, made possible a steady expansion in social security coverage, which grew from 54.4% of the economically active population in 2002 to 59.6% in 2008. Most of the percentage growth is accounted for by an increase in contributory pensions, together with continued urbanization and, later, net formalization of the labor force. At the same time, growth occurred from the 1990s and through the period in question in absolute terms in the coverage of the rural sector, including through expansion of eligibility for non-contributory pensions in the subsistence agriculture sector (a benefit first created under the military regime) as well as the 1993 creation of a new social assistance benefit (*benefício de prestação continuada*, BPC) for the elderly and handicapped living in extreme poverty (less than one quarter of the minimum wage), which began disbursing benefits in 2006. Both types of benefits had substantial equity-enhancing benefits in reducing poverty that increased over time as the level of the minimum wage increased, according to an analysis by the Ministry of Social Welfare.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> The incidence of poverty was calculated based on the national household survey, PNAD, for 2009, and it revealed a reduction in the rate that would have prevailed without social security benefits in the rural sector of 4.1 points in 1992, 8.9 in 2001, and 14.6 in 2008. For extreme poverty, the reduction was even larger, of 8.6, 13.5, and 15.1 points, respectively. Barbosa (2010), Gráfico, p. 3. Reductions of a similar order of magnitude were reported for urban areas (pp. 3-4). In rural areas, 4 million people were kept above the poverty line by social security benefits in 2009.

*Education reform* shares with social security reform and anti-poverty policy a similar trajectory of cumulative change with significant transformation across the 1990s and 2000s and between the Cardoso and Lula governments: Gradual and partial reforms initiated or undertaken in the former period were consolidated, extended, and to varying degrees (across the three policy spheres) expanded in the latter. After backing off efforts to cut spending on higher education based on student and union opposition, Cardoso's Ministry of Education reorganized federal oversight of the decentralized system and reallocated federal transfers toward primary education, teachers' salaries, and subsidies to poor states through the *Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental* (FUNDEF), established by Congress in 1996 and implemented from 1998.

As with social security and health reform, education reforms that were given initial legal authority under Cardoso were continued and consolidated under Lula. In 2007, after several false starts, the Lula government transformed the FUNDEF into FUNDEB, with the addition of the terms “*e Valorização dos Profissionais da Educação*” suggesting an additional emphasis on strengthening the role of education professionals in education reform.

Given that education reforms entailed adding new policy goals (decreasing repetition, universalizing primary education, increasing attendance, expanding years of schooling) and instruments (e.g., mandates for states to meet particular targets on spending per pupil and on teachers) to an existing structure of decentralized operation of schools, they are best understood through an institutional lens as instances of layering. These reforms cumulated over time with additional resources and the steady addition of services designed to strengthen and reorganize provision of school lunches, textbook, transportation of children to school, school management, and teacher training. Moreover, these reforms also built, in a longer-range view, on local experiences with education reform in previous years as well as federal programs to support primary and secondary education “hesitantly begun by the Sarney government (1985-1990) and intensified by the Itamar Franco administration (1992-1994)...” (DRAIBE, 2004, p. 389).

Incremental changes that cumulate over time into institutional transformation characterized not only education but also *anti-poverty policy* over the 1990s and first decade of the 2000s in Brazil. Municipal-level experiments in PT-governed cities such as Brasília (the Federal District) and Campinas from the mid-1990s (as well in Belo Horizonte, Vitória, and Recife among others) helped shape political debate about and proposals for a federal anti-poverty program; in 2001 the federal government launched the Bolsa Escola as a nationwide program.<sup>7</sup> Another program directed against child labor (*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*) was established in 1996, with subsequent accumulation of evidence of successes.

Under the Lula government, the Bolsa Escola was expanded, funding increased, and PETI and other existing programs were folded administratively and institutionally into the newly renamed Bolsa Família under a reorganized bureaucracy and new ministry. While 4.5 million

---

<sup>7</sup> CEPAL, s.d.

families benefitted from the program by 2002, 11 million did by about 2006. Over time, the conditions expanded to include also medical check-ups and the amount of stipends increased. Through the successful if broad targeting (based on self-reporting rather than means testing, as in the case with the triennial review of the income eligibility of Oportunidades beneficiaries) of the family at poor and extremely poor households – and from 2011 at all households considered based on income to be at risk of falling into poverty within two years – and a system of monitoring fulfillment of conditions with a strong role for municipal government, the program was notable in the clientelistic Brazilian context for its lack of “resource leakage.” It was hailed for contributing to (together with other factors discussed below) a major drop in poverty and a reduction in inequality from the 1990s (BARROS *et al.*; 2010; SOARES *et al.*, 2009), and was also seen as key to Lula’s re-election (HUNTER; POWER, 2007) as well as the PT’s subsequent hold on power after his second term ended, under Dilma (who governed until her impeachment in 2016).

From the perspective of this paper’s focus on welfare regime dynamics, what is key to underline about Bolsa Família is that it constituted for Brazil a novel policy instrument of targeted cash transfers tied to new or at least more clearly and narrowed defined set of goals, namely poverty reduction and school attendance. It developed gradually, based on consensus-building among political actors as well as learning from initial experiences, and expanded in the period under study as its success became evident and documented and its political constituency grew. There was also a synergy with education reform, whereas such integration across social policy spheres had often been historically lacking in Brazil. What is more, the growth and success of Bolsa Escola-cum-Família also helped diffuse the principle of targeting, which one finds also in other programs such as the family allowance (*salário-família*) latter benefitting some four million households under the Ministry of Social Welfare. But the Brazilian approach to targeting was much more expansive and with looser fiscal constraints than is the case with Oportunidades in Mexico. Finally, it is important to mention that equity-enhancing reforms in health, education, and social security and new initiatives in anti-poverty policy were also accompanied by developments in labor market policy and institutions, including incomes policy, that helped reinforce them. These included real increase in the minimum wage under the Lula and then Dilma administrations (through the 2016 impeachment of the latter) after many years of deterioration, a small unemployment insurance program that was extended, and formal-sector job creation and increased funding for training and vocational education. Such supportive equity-enhancing labor market measures were weaker or absent in Mexico. Including both social security and social assistance, social expenditures by the Brazilian federal government as a share of GDP increased from 9.3% in 1995 to 12.9% in 2009 (BARBOSA, 2010, p. 4).

---

### **Conclusion: Divergent Processes of Welfare Regime Transformation**

What is striking from a longer-term and cross-national perspective is threefold – first, just how much changed in the welfare regimes of Brazil and Mexico over roughly three decades; second, just how divergent trends were across the two historic “dual” regimes in substantive terms despite broadly similar political opportunity structures and economic constraints and pressures; and third the extent to which change in welfare and labor regime institutions took place through dynamics that are not well captured by dominant theories from the late 20<sup>th</sup> and early 21<sup>st</sup> century about how institutions change (or do not) both in general and in the specific case of social policy and social welfare regimes in these countries.

Tying these issues together is a critical stance I have taken here, following the lead of GIC theory, of a certain standard framework for understanding, evaluating and understanding change that appears in the study of reform of established welfare institutions; this framework is heavily rooted in path-dependent, critical juncture-focused conceptions of institutional change and continuity and related notions of “punctuated equilibrium.” These concepts portray long periods of stasis interrupted by major external disruptions in the political or economic environment that occasion significant reform episodes, the reactions and fallout from which congeal into largely intact, partially altered, or significantly altered institutions, which then enter into a protracted period of continuity as the “new normal.”

This dominant approach is particularly well embodied in Haggard and Kaufman (2008), a work rightly influential for its scope, rigor, and focus on long-term change in the twentieth century. In their account, it is the “liberal welfare agenda” embraced by technocrats and their political allies that dominates reform initiatives and the reform agenda, driven by fiscal and competitive pressures. Standing in opposition are the forces embodying the “welfare legacy” of entrenched stakeholders and policy commitments tied to the import-substitution-era welfare regime. Such forces are empowered by democratization as are as well historically excluded groups pressing for social inclusion. Elite/technocratic initiative with “insider stakeholder” response thus constitutes the essence of reform struggles in the authors’ influential account (though there is a complex and nuanced account of factors influencing the terms of engagement and conflict). The extent of reform is measured by the extent to which the neoliberal agenda prevails, as outcomes short of it are characterized as limited, mixed, partial, or piecemeal—thus not leaving space for a *process of substantial evolutionary, cumulative changes over time*.

The Brazilian welfare regime trajectory in the period in question illustrates that actors other than technocrats – groups in civil society, left political parties and movements – can shape reform debates and struggles. It also shows that the term technocrats may be overly rigid, insofar as those political forces and policymakers most approximating it had less adherence to fashionable market-oriented policy reforms and a greater interest than in countries such as Mexico in strengthening public institutions as well as promoting social equity more broadly.

Moreover, this comparative study suggests, a narrow short-term focus on major reform episodes overall flattens and compresses our understanding and evaluations of longer-term *processes* of change, which typically span administrations and often alternations in parties in power and governing coalitions. Furthermore, analysis of welfare regime trajectories of change can also obscure “below the radar screen” reinterpretations and even “subversions” of existing rules by either dominant powerholders (turning state corporatist labor institutions into an apparatus to support flexible labor market *de facto* reforms in Mexico through what GIC theory calls “conversion”) or those engaged, from “below” and “outside,” in trying to turn broad, vague progressive principles into robust institutional norms and concrete policy reforms, such as was true of post-1988 Constitution political and legal struggles on the health and labor fronts in Brazil.

A divergent direction of change from “dual regimes” across Mexico and Brazil is also evident in this study, and very important to underline and further explore. Institutional layering was associated with a dynamic of expansion of coverage and strengthening of social protection in Brazil, together with a re-capturing and restructuring of a public role in social provision. This is not to suggest a fully coordinated, rationally organized system by any means, of course, as layering is not entirely or always a smooth process, and a “unified command” of social policy clearly does not exist as it is spread among multiple ministries and agencies. Thus, we can say that, in contemporary Brazil, a majority and growing portion of the population became “covered” to some degree by a now more unified and still public social security system, while access to primary care as well as primary education were expanded to the point of near universality and secondary school enrollment significantly enhanced. In addition, a range of nominally means-tested, targeted benefits centering on the Bolsa Familia but also including a family allowance and other smaller benefits came to cover greater than a quarter and closer to a third of the population in the period in question.

In Mexico, by contrast, the dual regime was transformed in the direction of a “residualist” and “disarticulated” welfare regime or, also following Bizberg (2012) and in Spanish, a system of “*asistencialismo*” (“welfarism”). Traditionally, institutional principles of provision of social security and health care and of labor protections were anchored in a corporatist conception of rights for the organized segments of the populace and labor force, linked to the Mexican revolution and the legitimacy of the post-revolutionary regime. The former principles were displaced by liberal principles of individualism and market provision and the latter converted through new norms emphasizing flexibility and competition; meanwhile, targeted and means-tested benefits for a segment of the poor and near-poor were granted, following a logic of safety nets, “not as rights” but as “favours by the government” (BIZBERG, 2012). It should be noted that this evolution was despite the fact that Mexico had experienced a formal transition to electoral democracy in 2000, and the consequent end of the one-party-dominant authoritarian regime dating from the 1920s; it was this distinctive political regime characteristic of the longer sweep



of the 1980s to early 2000s – along with the absence of left-labor strength and mobilization – that justified Huber and Stephens' (2012) exclusion of that otherwise socio-economically similar (“advanced”) country from the set of (five) comparative case studies from Central and South America that formed part of their influential analysis of evolving social policy regimes in Latin America (and Iberia). Mexico was not seen in that analysis – which also included region-wide cross-national data analysis including it and other countries not among the five – as embodying the move, or as the case may be convergence, toward “basic universalism” in their social policy regimes that the authors found to characterize not only Brazil but also Chile, Argentina, Uruguay, and Costa Rica. While the present analysis is congruent with that of Huber and Stephens on the contrasting trajectories of change across Brazil and Mexico, the GIC lens directs us toward the way in which partisanship and class power were refracted not just through political institutions but also through the norms, procedures, and organizations embodying what they treat as social policy legacies and are conceptualized here as distinctive trajectories of institutional change. Mexican corporatism was not dismantled by neoliberalism as one might have predicted – it was repurposed to new ends and around new goals by elites but also with the connivance of weakened but still consequential labor, peasant and other actors who vied for survival within these institutions in processes of increasingly asymmetric exchange with capital and the state.

The smaller relative size and rate of growth of Oportunidades relative to Bolsa Família in terms of coverage mirrored the contrast between Mexico's emphasis on flexible labor market and wage norms and Brazil's (Lula and post-Lula era) focus on real wage growth and maintenance of institutions that enable workers to share in the benefits of growth such as collective bargaining. Facing much tighter and self-imposed fiscal constraints than their Brazilian counterparts, the targeted Mexican programs Oportunidades and Seguro Popular were notably *not* increasingly bound up with a political project based around social inclusion within an activist state--as Bolsa Família and reforms in mainline social programs increasingly came to be in the first decade of the 2000s in Brazil. Instead, these targeted Mexican programs appeared as much more limited efforts designed to combat the worst dislocations of markets but without seeking to foster larger social inclusion – or perhaps, better put, based on a naïve premise that improved human capital alone would enable households to rise permanently out of poverty even in harsh labor markets with little state support for skill formation or effective union voice in the workplace. All the while, the extensive fabric of programs that bound together the Mexican polity and society in a stable, partially inclusive order for half a century were steadily unraveled over decades under a narrowly market-centric welfare and labor reform agenda.

Overall, from the contemporary vantage point, it does seem that the range of variation or movement in either direction of the respective national welfare regimes has somewhat narrowed, with the longer arc of expansion in Brazil from the 1990s through early 2010s now left behind though not entirely or decisively reversed, as well as the longer arc of retrenchment and reorientation toward residualism ended in Mexico without there being a clear, unambiguous

trend toward expansion, generosity, and inclusion to replace it. A muddled, middle-ground situation, where pendular swings are narrower and institutional inertia considerable, seems to be in evidence if we look across recent governments in both countries and project forward to plausible scenarios based on recent developments. More broadly, within the Latin American region, a research agenda is opening up with shifts in partisanship from either left toward right (Uruguay for instance), back and forth (Argentina), or from center-right to left (Colombia and Chile) – to what extent is that shift in rhetorical direction of social policy neatly reflected in the dynamics of their welfare regimes, and to what extent conditioned by ongoing and cumulative institutional dynamics that alter the reform prospects and options of governments that would seek deeper, longer-lasting change? A complex mix of continuity and change, reflecting in large measure particular national institutional trajectories shaping current reform struggles, seems like the most likely broad-brush scenario.

## References

- BARBOSA, Edvaldo Duarte. **A Previdência Social Rural Brasileira**. Informe de Previdência Social. Brasília: Ministério de Previdência Social, Secretaria de Previdência Social, ago. 2010.
- BARRIENTOS, Armando. Latin America: Towards a Liberal-Informal Welfare Regime. *In*: GOUGH, Ian *et al.* (ed.). **Insecurity and Welfare Regimes in Asia, Africa, and Latin America: Social Policy in Development Contexts**. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2004. p. 121-68.
- BARROS, Ricardo *et al.* Markets, the State, and the Dynamics of Inequality in Brazil. *In*: LÓPEZ-CALVA, Luis F.; LUSTIG, Nora (ed.). **Declining Inequality in Latin America: A Decade of Progress?** New York: Washington, D.C.: United Nations Development Programme and Brookings Institution Press, 2010. p. 134-174.
- BIZBERG, Ilán; MARTIN, Scott B. **El Estado de Bienestar ante la Globalización: El Caso de Norteamérica**. México, D.F.: El Colegio de México, 2012.
- BIZBERG, Ilán. El regimen de bienestar mexicano, del corporativismo al asistencialismo. *In*: BIZBERG, Ilán; MARTIN, Scott B. **El Estado de Bienestar ante la Globalización: El Caso de Norteamérica**. México, D.F.: El Colegio de México, 2012.
- CEPAL. **Non-contributory Social Protection Programmes Database: Bolsa Escola (2001-2003)**. Chile: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, s.d. Disponível em: <https://dds.cepal.org/bpsnc/programme?id=8>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- COOK, Maria Lorena. **Organizing Dissent: Unions, the State, and the Democratic Teachers' Movement in Mexico**. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1996.
- CORNELIUS, Wayne; CRAIG, Ann L.; FOX, Jonathan (ed.). **Transforming State-Society Relations in Mexico: The National Solidarity Strategy**. San Diego: Center for U.S.-Mexican Studies: University of California, 1994.
- DION, Michelle. **Workers and Welfare: Comparative Institutional Change in Twentieth-Century Mexico**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2010.
- DRAIBE, Sônia M. Federal Leverage in a Decentralized System: Education Reforms in Brazil. *In*: KAUFMAN, Robert R.; NELSON, Joan (ed.). **Crucial Needs, Weak Incentives: Social Sector Reform, Democratization, and Globalization in Latin America**. Washington, D.C: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004. p. 375-406.

- ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Cambridge, UK: Polity, 1990.
- FALETTI, Tulia. Infiltrating the State: The Evolution of Health Care Reforms in Brazil, 1964-1988. In: James MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (ed.). **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power**. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2010. p. 38-62
- FILGUEIRA, Carlos H.; FILGUEIRA, Fernando. Models of Welfare and Models of Capitalism: The Limits of Transferability. In: HUBER, Evelyne (ed.). **Models of Capitalism: Lessons for Latin America**. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 2002. p. 127-156.
- GONZÁLEZ ROSSETTI, Alejandra. Change Teams and Vested Interests: Social Security Health Reform in Mexico. In: KAUFMAN, Robert R.; NELSON, Joan (ed.). **Crucial Needs, Weak Incentives: Social Sector Reform, Democratization, and Globalization in Latin America**. Washington, D.C: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004. p. 65-92
- GRINDLE, Merilee S. Interests, Institutions, and Reformers: The Politics of Education Decentralization in Mexico. In: KAUFMAN, Robert R.; NELSON, Joan (ed.). **Crucial Needs, Weak Incentives: Social Sector Reform, Democratization, and Globalization in Latin America**. Washington, D.C: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004. p. 283-314.
- HAGGARD, Stephan; KAUFMAN, Robert R. **Development, Democracy, and Welfare States: Latin America, East Asia, and Eastern Europe**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.
- HUBER, Evelyne; STEPHENS, John D. **Democracy and the Left: Social Policy and Inequality in Latin America**. Chicago: University Chicago Press, 2012.
- HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Rewarding Lula: Executive Power, Social Policy, and the Brazilian Elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 1, p. 1-30, 2007.
- KAUFMAN, Robert R.; NELSON, Joan (ed.). **Crucial Needs, Weak Incentives: Social Sector Reform, Democratization, and Globalization in Latin America**. Washington, D.C: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- KINGSTONE, Peter. **Crafting Coalitions for Reform: Business Preferences, Political Institutions, and Neoliberal Reform in Brazil**. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1999.
- MADRID, Raul L. **Retiring the State: The Politics of Pension Privatization in Latin America and Beyond**. Stanford, CA: Stanford University Press, 2003.
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen (ed.). **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power**. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2010a.
- MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. A Theory of Gradual Institutional Change. In: MAHONEY, James; THELEN, Kathleen. (ed.) **Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power**. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2010b. p. 1-37.
- MILAZZO, Annamaria. **Conditional Cash Transfers: An Annotated Bibliography**. Whashington D.C.: World Bank, 2009. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1131738167860/CCT\\_Biblio\\_6Feb2009.pdf](http://siteresources.worldbank.org/SAFETYNETSANDTRANSFERS/Resources/281945-1131738167860/CCT_Biblio_6Feb2009.pdf) Acesso em: 12 abr. 2012.
- MOLYNEUX, Maxine. Two Cheers for CCTs. **IDS Bulletin**, v. 38, n. 3, p. 69-74, May 2007.
- BARROS, Ricardo *et al.* **Measuring Inequality of Opportunities in Latin America and the Caribbean**. Washington, D.C.: World Bank, 2009.
- PAYNE, Leigh. **Brazilian Industrialists and Democratic Change**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1994.
- RAZAVI, Shahra. The Return to Social Policy and the Persistent Neglect of Unpaid Care. **Development and Change**, v. 38, n. 3, p. 377-400, 2007.

- SCOTT, John. Seguro Popular Incidence Analysis. Washington D.C: World Bank, s.d. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTMEXICOINSPANISH/Resources/VOLIIChatper3.pdf> Acesso em: 06 jul. 2023.
- SOARES, Fábio Veras. Bolsa Família y Oportunidades: Su evolución en perspectiva comparada. *In: DE LA ROCHA, Mercedes Gonzales; ESCOBAR, Agustín (ed.). Pobreza, Transferencias Condicionadas y Sociedad. Guadalajara: CIESAS, 2012. p. 311-340.*
- SOARES, Fábio Veras; RIBAS, Rafael Pérez; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. Evaluating the Impact of Brazil's Bolsa Família: Cash Transfer Programs in Comparative Perspective. **Latin American Research Review**, v. 45, n. 2, p. 173-190, 2010.
- SOARES, Sergei *et al.* Conditional Cash Transfers in Brazil, Chile and Mexico: Impacts Upon Inequality. **Estudios Económicos**, n. 35, p. 207-224, 2009.
- STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen (ed.). **Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies.** Oxford: New York: Oxford University Press, 2005a.
- STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen. Introduction: Institutional Change in Advanced Political Economies. *In: STREECK, Wolfgang; THELEN, Kathleen (ed.). Beyond Continuity: Institutional Change in Advanced Political Economies.* Oxford: New York: Oxford University Press, 2005b. p. 1-39.
- WEYLAND, Kurt. **Bounded Rationality and Policy Diffusion: Social Sector Reform in Latin America.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2007.
- WEYLAND, Kurt. **Learning from Foreign Models in Latin American Policy Reform.** Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press, 2004.

Recebido em: 16/12/2022

Aceito em: 04/07/2023

# Artigos

**REPENSANDO O TRABALHO INFORMAL E REPRODUTIVO:  
Questionamentos para uma Política Marxista do Trabalho**

***RETHINKING INFORMAL AND REPRODUCTIVE WORK:  
Questions for a Marxist Politics of Labour***

---

Jörg Nowak\*

**Resumo**

O objetivo deste artigo é sublinhar por que razão os conceitos de trabalho informal e trabalho reprodutivo foram veículos importantes para uma crítica e um maior desenvolvimento da compreensão do significado político do trabalho, e por que razão, no entanto, o seu enfoque restrito e o seu contexto de emergência fordista ocidental servem para reproduzir as dicotomias que inicialmente procuraram ultrapassar. Assim, defendo que são necessários novos instrumentos conceituais para abordar as questões levantadas pela introdução desses conceitos, e tentarei esboçar quais poderiam ser as consequências para uma política marxista ou libertadora do trabalho a esse respeito. Os discursos sobre trabalho informal e sobre trabalho doméstico/trabalho reprodutivo surgiram em paralelo desde o início dos anos 1970, algumas vezes próximos, outras separadamente. Embora o foco inicial de ambos os novos conceitos fosse bastante preciso, o significado tornou-se mais difuso ao longo do tempo, enviando um sinal ou gesto bastante político, mas perdendo precisão analítica. Tentarei aqui restaurar parte dessa precisão analítica e argumentar qual poderia ser a contribuição de um enfoque especificamente marxista para o debate sobre o trabalho assalariado livre, o trabalho informal e o trabalho reprodutivo.

**Palavras-chave:** Trabalho. Trabalho assalariado. Informalidade. Reprodução.

**Abstract**

The aim of this text is to underline why the concepts of informal labour and reproductive labour were important vehicles for a critique and further development of an understanding of the political significance of work, and why nonetheless their restricted focus and their Western Fordist context of emergence serves to reproduce the dichotomies that they initially sought to overcome. Thus, I argue that new conceptual instruments are needed in order to address the issues raised by the introduction of those concepts, and I will try to sketch out what could be the consequences for a Marxist or liberatory politics of labour in this respect. The discourses on informal labour and on domestic labour / reproductive labour emerged in parallel since the early 1970s, seeing sometimes some approximation, and at other times being held separately. While the initial focus of both new concepts was quite precise, the meaning became more diffuse over time, sending rather a political signal or gesture, but losing analytical precision. I will try to restore some of this analytical precision here and argue what could be the contribution of a specifically Marxist focus on the debate about free wage labour, informal labour and reproductive labour.

**Keywords:** Work. Wage labour. Informality. Reproduction.

---

\* Professor Visitante da Universidade de Brasília, no Programa de Pós-graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, e pesquisador externo associado do projeto do *European Research Council European Unions*, do *University College*, Dublin, Irlanda. Foi pesquisador no programa Marie Curie da Comissão Europeia na Universidade de Nottingham, Reino Unido, e professor visitante em Desenvolvimento na *City University Hong Kong*. Publicações: *Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India* (2019) e *Labour Conflicts in the Global South* (organizado com Andreas Bieler, 2022). Email: joerg.nowak@gmx.de

A contribuição específica do marxismo para políticas e teorias de libertação reside na forma como Karl Marx e teóricos marxistas, líderes populares e ativistas que se inspiraram no pensamento de Marx conceitualizaram a relação entre a economia capitalista e a dominação política. Proporcionar categorias teóricas para compreender essa relação é a contribuição central do marxismo que o faz sobressair entre outras teorias de libertação, abrindo caminhos para o desenvolvimento de formas híbridas como o feminismo marxista, as teorias marxistas pós-coloniais e o ambientalismo marxista, para citar apenas algumas.

A ideia central do marxismo é que as formas de produção de mais-valia numa formação social determinam as formas de dominação política:

A forma econômica específica, em que se suga mais-trabalho não pago dos produtores diretos determina a relação de dominação e servidão, tal como esta surge diretamente da própria produção e, por sua vez, retroage de forma determinante sobre ela. Mas nisso que se baseia toda a estrutura da entidade comunitária autônoma das próprias relações de produção, e com isso, ao mesmo tempo a sua estrutura política peculiar. É sempre na relação direta dos proprietários das condições de produção com os produtores diretos – relação da qual cada forma corresponde naturalmente a determinada fase do desenvolvimento dos métodos de trabalho, e portanto a sua força produtiva social – que encontramos o segredo mais íntimo, o fundamento oculto de toda a construção social e, por seguinte, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, de cada forma específica de Estado. Isso não impede que a mesma base econômica – a mesma quanto às condições principais – possa, devido a inúmeras circunstâncias empíricas distintas, condições naturais, relações raciais, influências históricas externas, etc., exibir infinitas variações e gradações em sua manifestação, que só podem ser entendidas mediante análise dessas circunstâncias empiricamente dadas. (MARX, 1986, p. 251).

Marx assume que no capitalismo desenvolvido a forma dominante de produção de mais-valia se baseia no trabalho assalariado livre, ou seja, os proletários sem propriedade trabalham para os capitalistas com base em contratos de trabalho. Uma política marxista do trabalho visa, portanto, implícita ou explicitamente, a organizar essa maioria numérica de trabalhadores assalariados numa maioria política, baseada, entre outras bases de poder, de forma negativa, no poder desses trabalhadores de bloquear a produção e outras partes da economia, e, de forma positiva, no conhecimento dos trabalhadores de como cooperar e organizar o funcionamento das unidades econômicas. Apesar das diferenças entre correntes diversas do marxismo, e as diferenças através de regiões geográficas e épocas históricas, há esse consenso como base de uma política marxista de trabalho. Exatamente essa ideia da transformação de uma maioria numérica da classe trabalhadora numa maioria política encontra diversos desafios não somente em face a divergências políticas, mas também dado as divisões sociais dentro dessa classe que estão sinalizadas com os conceitos de trabalho informal e trabalho reprodutivo.

A crítica de Vladimir Iljitsch Lenin (1902) e Rosa Luxemburgo (2008) à fixação economicista dos sindicatos no início do século XX nas lutas quotidianas e nas questões salariais deixou claro que a transformação dos interesses da maioria numérica numa maioria política

não é um caminho óbvio. Evidenciou, ainda, que a política e a ideologia como terrenos especiais trazem bastante ambivalência e espaço de interpretação sobre o que efetivamente serve aos interesses dos trabalhadores assalariados (basta notar que na Rússia, no início do século XX, a grande maioria da população era de camponeses, e não de trabalhadores assalariados). Daqui decorre a introdução dos conceitos de luta de classes econômica, política e ideológica, por Lenin, como três níveis ou arenas de conflito. No entanto, através da divisão entre as correntes políticas comunistas e social-democráticas, a principal referência aos trabalhadores assalariados, e aqui especialmente aos trabalhadores da indústria de transformação, era inquestionável, e em ambas as variantes da esquerda o Estado nacional era visto como um garantidor dos direitos laborais, atuando sob pressão e/ou em conjunto com sindicatos e partidos políticos da classe trabalhadora.

Esse consenso, através de diferenças políticas, representando o que era visto como “a velha esquerda” pela “nova esquerda” nos anos 1970, foi quebrado por três poderosas críticas à centralidade do trabalho assalariado, duas das quais emanaram das realidades sociais do Sul Global, e uma derivou do movimento feminista. A primeira consistiu numa crítica ao enfoque da política marxista nos trabalhadores assalariados (FANON, 2015), uma vez que a maioria da população mundial somente passou a ser constituída por trabalhadores assalariados a partir de 2011, segundo os números do Banco Mundial (WORLD BANK, 2021), e a maioria das revoluções socialistas, ou seja, na Rússia, China, Vietnã, Cuba, Nicarágua ocorreram em sociedades camponesas. Não vou tratar dessa primeira crítica, apesar de ser poderosa, mas mesmo assim vou referir-me a ela no meu tratamento da segunda crítica. Essa é em grande medida representada pelo conceito de trabalho informal, que tem um contexto bastante complicado. No entanto, o conceito de trabalho informal passou a representar a natureza diferente de uma parte expressiva do emprego ou das relações de trabalho no Sul Global que muitas vezes não se enquadra no que é geralmente entendido como trabalho assalariado livre no Norte Global.

A ascensão do conceito de trabalho informal está intimamente ligada a um aumento da visibilidade das relações laborais no Sul Global e continua a servir de marcador dessa visibilidade, apesar da sua definição vaga e puramente negativa, medida em relação aos processos de formalização do trabalho. A terceira crítica, proveniente do movimento feminista, sublinhou inicialmente o significado do trabalho não remunerado para a reprodução familiar, começando pelo conceito de “trabalho doméstico” relacionado com as relações sociais no Fordismo ocidental, passando mais tarde para os conceitos mais amplos de “trabalho reprodutivo” e “trabalho de cuidados” (*care work*).

Em outras palavras, a existência contínua e significativa de formas de trabalho que não representam trabalho assalariado livre – por um lado, o trabalho não assalariado no seio da família ou da comunidade em geral e, por outro lado, várias formas de produção em pequena escala, de autoemprego ou de trabalho assalariado sem qualquer base em contratos de trabalho formais ou sem a regularidade associada ao trabalho assalariado – representa um desafio ao consenso da velha esquerda e à sua política e teoria do trabalho que não foi resolvido até hoje.



A questão tornou-se ainda mais complicada quando as empresas capitalistas de grande escala desde os anos 1980 recorreram cada vez mais às formas de trabalho informal e ao trabalho doméstico das mulheres, integrando assim essas formas de trabalho, fora do universo do trabalho assalariado livre, às redes de produção globais (PORTES; CASTELLS, 1989; HART, 2009). Apesar de o uso polêmico que Marx faz do conceito do trabalho assalariado livre, ironizando essa liberdade e chamando esse tipo de trabalho de “escravidão encoberta” (MARX, 1996, p. 378)<sup>1</sup>, ele usa reiteradamente o exemplo da escravidão como contraste com o trabalho assalariado livre, característica do capitalismo “maduro” (MARX, 2011, p. 192; SINGH, 2016, p. 34). Porém, Marx mantém certa ambiguidade na distinção entre trabalho assalariado livre e escravidão (BANAJI, 2010; SINGH, 2016), sublinhando as continuidades e as diferenças entre as duas formas de trabalho.

O objetivo deste artigo é sublinhar por que razão os conceitos de trabalho informal e trabalho reprodutivo foram veículos importantes para uma crítica e um maior desenvolvimento da compreensão do significado político do trabalho, e por que razão, no entanto, o seu enfoque restrito e o seu contexto de emergência fordista ocidental servem para reproduzir as dicotomias que inicialmente procuraram ultrapassar. Assim, defendo que são necessários novos instrumentos conceituais para abordar as questões levantadas pela introdução desses conceitos, e tentarei esboçar quais poderiam ser as consequências para uma política marxista ou libertadora do trabalho a esse respeito.

Os discursos sobre trabalho informal e sobre trabalho doméstico/trabalho reprodutivo surgiram em paralelo desde o início dos anos 1970, vendo por vezes alguma aproximação e outras vezes sendo realizados separadamente. Embora o foco inicial de ambos os novos conceitos fosse bastante preciso, o significado tornou-se mais difuso ao longo do tempo, enviando um sinal ou gesto bastante político, mas perdendo precisão analítica. Tentarei aqui restaurar parte dessa precisão analítica e argumentar qual poderia ser a contribuição de um enfoque especificamente marxista no debate sobre o trabalho assalariado livre, o trabalho informal e o trabalho reprodutivo.

## O trabalho informal

O rótulo “informal” pode ser popular porque é simultaneamente positivo e negativo. Agir informalmente é ser livre e flexível; mas também se refere ao que as pessoas não estão fazendo – não usar vestuário convencional, não ser regulado pelo Estado. A “economia informal” permite aos acadêmicos e burocratas incorporar a vida de rua repleta de cidades exóticas nos seus modelos abstratos sem terem de saber o que as pessoas estão realmente fazendo (HART, 2009, p 20)<sup>2</sup>.

---

1 “Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para transformar a economia escravista dos Estados Unidos, que antes era mais ou menos patriarcal, num sistema de exploração comercial. De maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão sans phrase, do Novo Mundo.” (MARX, 1996, p. 378).

2 No original: “The label ‘informal’ may be popular because it is both positive and negative. To act informally is to be free and flexible; but it also refers to what people are not doing – not wearing conventional dress, not being regulated by the state. The ‘informal economy’ allows academics and bureaucrats to incorporate the teeming street life of exotic cities into their abstract models without having to know what people are really up to” (HART, 2009, p. 20).

O termo emprego informal ou setor informal foi introduzido sem qualquer rigidez conceitual por Keith Hart (1973) em seu artigo sobre padrões de emprego na capital de Gana, Acra. A intenção de sua introdução da ideia de emprego informal era contrariar o entendimento dos economistas do desenvolvimento de que uma grande parte da população de Acra estaria desempregada ou subempregada. Assim, Hart desafia uma noção eurocêntrica do que constitui o emprego, demonstrando que o emprego informal, consistindo em grande parte em emprego autônomo e empreendedorismo em pequena escala, gera frequentemente rendimentos mais altos do que o emprego assalariado formal, ou é também frequentemente combinado com o emprego formal.

Em outras palavras, a ideia europeia do que é emprego, formado no pano de fundo do fordismo ocidental, não correspondia aos tipos de trabalho que podiam ser encontrados em Acra, e, assim, essas atividades se tornaram invisíveis. O uso por Hart dos conceitos de emprego informal e setor informal ajudou a torná-los visíveis. Hart não desenvolveu mais essa noção e ela foi posteriormente retomada em vários relatórios da OIT com diferentes ênfases (OIT, 1972; LUBELL, 1974). Desta forma, a distinção entre trabalho formal e informal substituiu a distinção entre um setor moderno e um setor tradicional, que era frequentemente aplicado aos países em desenvolvimento. Alguns países, como a Índia, tinham conceitos alternativos como setor organizado e setor não organizado.

Hart (1989) fez mais tarde uma crítica sobre como os conceitos de trabalho informal ou o setor informal fizeram uma trajetória através de várias disciplinas. Ele recomendou uma investigação mais detalhada dos mecanismos de regulamentação e das atividades precisas que compõem o “trabalho informal”, ou seja, para criar mais uma vez mais visibilidade para aquelas atividades que tendem a desaparecer por trás da ideia negativamente determinada do trabalho informal.

Alejandro Portes e Manuel Castells (1989) publicaram uma importante contribuição ao debate no final dos anos 1980, incluindo a crescente tendência de terceirização, subcontratação e trabalho temporário na produção industrial global, como um aspecto do trabalho informal e, assim, ampliaram mais uma vez o alcance do conceito. Por outro lado, ambos os autores rejeitam qualquer ideia de um setor informal que esteja separado do setor formal. Enquanto a pesquisa sobre diferentes casos, variantes e especificidades locais e regionais do trabalho informal é abundante, o debate conceitual sobre o significado do termo é menos extenso. Como na época do surgimento do capitalismo quase todo trabalho fora das normas do artesanato era informal pelos padrões atuais, algum contexto histórico pode servir para melhorar o debate.

A informalização do trabalho, ou a compreensão de partes do trabalho executado em uma sociedade como informal, é antes de tudo um produto da formalização das relações de trabalho que decolou no final do século 19, quando os movimentos trabalhistas em algumas partes da Europa conseguiram uma regulamentação por normas legais, sistemas de segurança social e acordos coletivos entre organizações de trabalhadores e empregadores. Essa formalização

deixou uma marca forte nos países centrais do capitalismo com o estabelecimento do fordismo ocidental, virando um padrão mundial, apesar da ausência desse padrão na maioria dos países na escala mundial.

Desta forma, o trabalho informal é o resultado de um processo incompleto de formalização. Enquanto em países como a Alemanha menos de 10 por cento do emprego está informalizado (KÖRNER, 2008), nos países do sul da Europa, a quantidade de trabalho informal há mais de 50 anos é de cerca de 20% (MINGIONE, 1995), e na Índia o trabalho formalizado nunca ultrapassou 15% do total (HAMMER; ELES YILMAZ; OLSEN, 2022).<sup>3</sup> Assim, dependendo do país, vemos um menor ou maior grau de formalização e, portanto, um menor ou maior grau de trabalho informal. Desta forma, o grau de formalização depende da força dos movimentos trabalhistas, da trajetória de desenvolvimento econômico, da capacidade do Estado para regular as relações de trabalho e do poder das classes dominantes para restringir o alcance da formalização.

Vários trabalhos mais recentes sobre a história do trabalho na Índia demonstram como a criação de novas leis trabalhistas no final dos anos 40 do século 20 restringiu a segurança social e a legislação trabalhista a certas partes da força de trabalho, e como subsequentemente a implementação e interpretação das mesmas leis pelos juízes restringiu ainda mais os grupos beneficiados por essas leis (MOHAPATRA, 2005; AHUJA, 2020; DIETRICH WIELENGA, 2020). Foram esses processos mediados pelo Estado, sob pressão dos empregadores, que criaram e reforçaram o trabalho informal na Índia, e processos similares podem ser observados na aplicação seletiva da lei trabalhista no Brasil, por exemplo, somente no início do século 21 estendida aos trabalhadores domésticos. Desta forma, o trabalho informal é resultado do poder do capital, mediado através de instituições estatais que definem a formalização, mesmo que as relações internas do trabalho informal muitas vezes não sejam capitalistas. Em qualquer caso, as relações de trabalho individualizados no trabalho informal estão subordinadas ao segmento capitalista da economia (CACCIAMALI, 1982; DE FREITAS BARBOSA, 2011).

Embora historicamente houvesse um movimento em direção a uma formalização crescente – que começou em diferentes momentos, dependendo da região, estado nacional etc. –, desde os anos 1980 existem vários processos de recuo das relações de trabalho formalizadas, por mais desiguais que sejam. Por exemplo, no Brasil, desde 2006 muitas pequenas empresas informais puderam se formalizar através de uma simplificação de impostos e procedimentos burocráticos, permitindo o acesso a contas bancárias e crédito, mas sem nenhum efeito substancial na situação econômica e social das pessoas por trás dessas empresas (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Isso significa também que a formalização ou a informalização como tal não dizem necessariamente muito sobre os indicadores econômicos e sociais, pois são índices descritivos bastante brutos.

---

<sup>3</sup> Nessa seção do artigo, vou usar os casos do Brasil e da Índia como exemplos ilustrativos, dada a relevância desses países no cenário mundial e das diferenças nas constelações do trabalho nos dois países.

Assim, podemos tirar as seguintes conclusões:

1. Uma definição recente de trabalho informal estipula que ele “consiste em trabalho que, em distinção de outro trabalho semelhante, não é regulamentado ou não está ligado a sistemas de seguro social padrão”<sup>4</sup>. (LEE; SWIDER; TILLY, 2020, p. 92). Em contraste, podemos afirmar que o trabalho informal é produto da regulamentação estatal, ou seja, da decisão consciente de restringir formas mais oficiais e burocráticas de regulamentação do trabalho pelo Estado ou por órgãos empresariais a uma determinada seção da força de trabalho. Que a elaboração dessas regras e sua interpretação nos tribunais está enfrentando várias intervenções de diferentes forças sociais é óbvio, mas, no final, as decisões formais são tomadas por atores estatais.

2. Outra forma de regulamentação estatal do trabalho é a não execução da legislação trabalhista, mesmo quando as leis são invocadas pelos trabalhadores ou outros atores. Esse fenômeno é um aspecto da informalização do trabalho formal, seja na forma de trabalho temporário (*contract labour*) para atividades centrais nas fábricas na Índia (NOWAK, 2019), seja pela falta de implementação de normas trabalhistas, atrasos, pagamentos incompletos ou falta de pagamento de salários que foram acordados, entre outras irregularidades (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). São muitas vezes as não decisões de atores estatais que moldam as relações de trabalho: enquanto as infrações dos trabalhadores são imediatamente punidas com demissão, e depois mantidas em juízo ou penalizadas pela repressão policial contra os trabalhadores, as infrações ao direito do trabalho pelo capital não são punidas de forma alguma, ou os procedimentos legais são tão favoráveis aos empregadores que eles são capazes de prolongar qualquer sentença até que quaisquer consequências para as relações de trabalho em questão sejam anuladas.

3. O trabalho informal não é apenas produto da regulamentação estatal, ou seja, ele é, por um lado, regulado pelo Estado, por meio da exclusão da legislação trabalhista e das disposições da previdência social. Por outro lado, há frequentemente regulamentação adicional do trabalho informal por vários atores não estatais como associações de castas, associações comerciais, intermediários, sindicatos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, grupos e organizações religiosas, famílias, crime organizado e outras corporações não estatais. Esse tipo de regulamentação é, algumas vezes, denominada “regulamentação social” (HARRISS-WHITE, 2014), e a pesquisa sobre essas formas de regulamentação que permitiriam uma qualificação positiva do trabalho informal é muitas vezes um elo que falta. Harriss-White (2003) tem feito pesquisas consideráveis sobre como as associações de castas na Índia agem como órgãos corporativos que regulam o trabalho. De forma semelhante, Sarah Swider (2015) investiga os vários tipos de recrutamento de mão de obra para o trabalho informal de construção na China, o que pode ser visto como outra forma de regulamentação do trabalho por atores não estatais. Assim, a suposição de que o trabalho informal não é regulamentado, está errada em

---

4 No original: “consists of work that, in distinction from other similar work, is not regulated or not linked to standard social insurance systems.”

dois aspectos: ele é regulamentado de fato pelo Estado, através da exclusão como um processo ativo reiterado permanentemente pelos tribunais, além de ser frequentemente regulamentado por órgãos não estatais.

Tendo estabelecido algumas bases sobre a questão da regulamentação, contra grande parte da literatura sobre o trabalho informal, outra questão que levou a muito debate é a imensa heterogeneidade das atividades econômicas reunidas sob o termo (NORONHA, 2003). Tem havido especial controvérsia se a mão de obra ocasional e terceirizada na manufatura deve ser incluída no conceito de informalidade, como proposto por Portes e Castells (1989). Mas também tem havido debates ferozes sobre como diferenciar emprego autônomo, trabalho assalariado disfarçado, produção de mercadorias em pequena escala e capitalismo de pequena escala (BHATTACHARYA, 2014; HARRISS-WHITE, 2014). O capitalismo de pequena escala é a única atividade entre aquelas atividades que inclui a acumulação de capital e, portanto, pode ser mais facilmente separada dos outros. As evidências fornecidas por Ravi Ahuja (2020) e Karuna Dietrich Wielenga (2020) mostram que com alguma regularidade os empregadores da indústria do vestuário transformaram seus trabalhadores em produtores independentes domiciliares a fim de contornar a legislação trabalhista na Índia pós-independência, e assim a produção de mercadorias em pequena escala e o trabalho assalariado disfarçado podem ser difíceis de distinguir em alguns casos.

O fato de a produção de mercadorias em pequena escala persistir em muitos países em desenvolvimento nos anos 70 do século 20 foi também um dos principais argumentos da maioria dos marxistas nessa década contra o uso do termo trabalho informal, uma vez que eles assumiram que a maior parte do trabalho informal é, de fato, uma produção de mercadorias em pequena escala. O mesmo argumento é apresentado por Harriss-White (2010) para o caso da Índia contemporânea, e ela afirma que a maior parte do que o governo indiano relata como trabalho informal é de fato produção de mercadorias em pequena escala, com alguma independência em relação aos compradores de sua produção. Se esse for o caso, isso certamente levantaria questões sobre a estrutura de classes na Índia, e pode-se levantar questões semelhantes em relação a muitos países do mundo em desenvolvimento, onde o grau de proletarização pode não ser tão avançado quanto nos países chamados “desenvolvidos”.

Basta dizer que o que é chamado de trabalho informal proporciona, especialmente nos países em desenvolvimento, frequentemente uma renda mais alta do que o trabalho assalariado, uma questão já enfatizada por Hart (1973). Ao mesmo tempo, essas formas de trabalho são geralmente fortemente integradas à economia formal, seja como fornecedores de peças para fabricação, ou como fornecedores de serviços voltados para o consumo privado. Em ambos os casos, o caráter informal da produção ou da prestação de serviços está minimizando os custos externos para os compradores (OLIVEIRA, 2003). Assim, dificilmente existem duas economias, uma formal e outra informal, mas apenas uma com vários subsetores.

O debate sobre o trabalho formal e informal é até certo ponto uma variante do maior debate sobre a segmentação dos mercados de trabalho (EDWARDS, 1979; SENGENBERGER, 1987), ou, para usar outro vocabulário, sobre a composição da classe trabalhadora (BOLOGNA, 1973; PIVA, 2020). Uma versão inicial deste debate começou na Europa nos anos 20 do século 20, quando o crescimento dos funcionários de colarinho branco, ou funcionários de escritório, começou a levantar questões sobre sua relação com os trabalhadores industriais. A questão implícita, e muitas vezes muito explícita, era se os diferentes segmentos de trabalhadores compartilhariam formas específicas de comportamento político, ou seja, a suposição inicial era de que os funcionários de escritório seriam menos militantes que os industriais – o que não se mostrou correto para os funcionários do setor público, mas em certa medida para os trabalhadores do setor de serviços privados.

Comparando trabalhadores em toda a Europa nos anos 70 do século 20, Richard Hyman (1978) fez uma poderosa crítica à ideia defendida por Bologna (1973) de que uma composição de classe técnica – por exemplo, a prevalência de trabalhadores semiquualificados da linha de montagem, ou trabalhadores de massa – poderia redundar em uma composição de classe política, isto é, em uma orientação política específica ou grau de militância. Hyman alegou que existem muitos outros fatores intervenientes, como tradições políticas nacionais, desenvolvimento econômico nacional, etc., que impedem deduzir características políticas da existência de um segmento específico como o trabalhador de massa (HYMAN, 1978). Devido à enorme heterogeneidade dentro da categoria dos trabalhadores informais, podemos assumir o mesmo a esse respeito, portanto não há uma atitude política típica ou tipo de ação que possa ser atribuída aos trabalhadores informais em geral.

A questão crucial neste ponto é quais categorias e subcategorias relativas a partes da classe trabalhadora global são úteis para entender suas condições específicas? No centro do processo de formalização estão duas hipóteses centrais: uma estreita associação entre trabalho assalariado e capitalismo e uma estreita associação entre trabalho assalariado e proteção social (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011). Ambos os fenômenos nunca foram tão difundidos no Sul Global, embora em graus muito diferentes. Nos últimos 20 anos, podemos observar uma tendência de que os processos de dissociação entre capitalismo, trabalho assalariado e proteção social apresentem uma dinâmica crescente, mas com muitos movimentos em ziguezague. O avanço do trabalho na nuvem e a economia no fornecimento de alimentos e serviços de táxi baseado em aplicativos como fenômenos mais recentes são muitas vezes mais trabalho assalariado disfarçado, e em outros momentos mais próximo do trabalho autônomo, e em raros casos qualquer segurança social é anexada. No entanto, recentemente caminhoneiros autônomos nos Estados Unidos foram reconhecidos como empregados assalariados (JAFFEE; BENSMAN, 2016) e, na Espanha, bem como no Reino Unido, os motoristas de *Uber* foram reconhecidos pelos tribunais como sendo trabalhadores no início de 2021.

Positivamente falando, podemos identificar uma tendência maior de individualização de contratos de trabalho ou arranjos trabalhistas. Se utilizarmos a forma legal de contrato ou relação de trabalho formal como critério, somos capazes de distinguir entre as quatro principais formas de a) trabalho autônomo, b) pequenas empresas sem acumulação de capital, c) trabalho assalariado e d) trabalho assalariado disfarçado. Como discutido, isso vem com o problema de confiar em categorias jurídicas que muitas vezes escondem em vez de revelar as relações econômicas que ocorrem dentro do trabalho.

Maria Maneiro e Nicolas Bautès (2017) propõem debater o trabalho informal juntamente com os arranjos informais de moradia e as relações informais de clientelismo entre os políticos e seus constituintes. Em grande parte do debate sobre informalidade na África e América Latina, o primeiro referente foram os migrantes rurais-urbanos que chegaram às cidades nos anos 1960 e 1970, não conseguiram encontrar trabalho adequado e construíram moradias improvisadas, um fenômeno que foi debatido primeiro como marginalidade ou como a “massa marginal” no contexto latino-americano (NUN, 1969, 2010). Maneiro e Bautés (2017) demonstram como a capacidade regulatória do Estado intermedeia a relação entre formalidade e informalidade e como a ação institucional dessa forma se articula e se inscreve nos espaços e redes sociais locais. Esses autores caracterizam essas relações políticas como informais, mas institucionalizadas, e como um revezamento central para resolver problemas cotidianos e para o acesso segmentado aos recursos públicos. Em outras palavras, a distribuição de programas sociais formais é mediada informalmente e constitui uma relação política clientelista.

À luz dessas reflexões, podemos voltar à questão de uma contribuição específica marxista para o debate sobre formalidade e informalidade: ela estaria na capacidade de reconstruir as ligações entre as relações de produção de mais-valia – ou seja, as várias formas de trabalho e como elas se relacionam com o setor capitalista da economia – e as formas de dominação política. Essas se desdobram, por um lado, na relação entre as forças de classe organizadas e os diversos órgãos do Estado que criam, implementam e interpretam o direito trabalhista e, por outro lado, nas relações mais amplas entre as forças sociais organizadas e os órgãos do Estado, a organização e distribuição de moradia, benefícios sociais e infraestrutura. É aqui que o poder infraestrutural do Estado, e a forma como ele se desenvolve desigualmente em várias seções do Estado, tem um efeito de classe imediato. Não é raro que aparatos repressivos sejam organizados eficazmente para a supressão das revoltas dos trabalhadores, enquanto os órgãos de fiscalização e penalização das infrações à legislação trabalhista por parte dos empregadores carecem de recursos cruciais para uma ação eficaz.

O grau em que a formalidade pode ser estendida é, portanto, um produto das relações de classe, intermediadas pela regulamentação estatal, ou melhor, a informalidade é um produto do processo de formalização e dos limites que encontra com o poder de classe capitalista e o poder que tem sobre as instituições estatais. Concluímos esta seção sublinhando a relevância da distinção entre as quatro formas de a) trabalho autônomo, b) pequenas empresas sem acumulação

de capital, c) trabalho assalariado e d) trabalho assalariado disfarçado. A distinção entre essas quatro categorias se refere principalmente às diferentes formas de organização do trabalho, ao domínio das escolhas que os trabalhadores têm à sua disposição e às formas de mobilização que estão alinhadas a essas. A natureza formal ou informal do trabalho e das relações de emprego envolvidas pode então ser uma característica adicional.

### **Trabalho Reprodutivo**

A distinção entre trabalho produtivo e reprodutivo surgiu do debate entre as feministas, principalmente nos países centrais, desde os anos 1970, sobre o status do trabalho doméstico no contexto do fordismo ocidental. O ponto de partida foi que o trabalho assalariado não era visto como suficiente para a reprodução da força de trabalho, uma vez que permite a compra de produtos, mas não o cuidado com crianças, idosos e doentes, a lavagem e manutenção de roupa e a produção de alimentos que requerem trabalho adicional, em grande parte feito por mulheres no lar. Assim, o debate começou com um enfoque mais restrito no trabalho doméstico, e depois assumiu uma visão mais ampla em relação ao trabalho relacionado aos cuidados e à reprodução da força de trabalho.

O trabalho doméstico assalariado e a mercantilização e socialização do trabalho doméstico anteriormente não assalariado pela indústria de serviços e serviços públicos de bem-estar reduziram a quantidade de trabalho não assalariado no lar, embora em graus muito diferentes entre os países. No Sul Global, o bem-estar público tende a oferecer muito menos serviços e serviços de menor qualidade, e os salários da maioria dos trabalhadores só podem arcar com poucos serviços privados disponíveis no mercado. Apesar de todos esses desenvolvimentos, o número total de horas trabalhadas em trabalho não remunerado no domicílio ou em outros contextos excede a quantidade de horas de trabalho assalariado em todas as sociedades do mundo (UNDP, 1995). Entre 60 e 80% desse trabalho não remunerado é feito por mulheres (UNDP, 1995). Embora a quantidade de horas trabalhadas em relações de produção doméstica seja maior do que a quantidade gasta com trabalho assalariado, o trabalho não assalariado está subordinado ao modo capitalista de produção, uma vez que as relações de produção doméstica são muito dependentes de insumos financeiros para produzir resultados, e essas relações de produção doméstica não comandam sua própria base econômica que lhes permitiria reproduzir-se (GIMENEZ, 1990; NOWAK, 2009). Há exceções nos casos em que as famílias ou unidades de residência têm acesso à terra ou a outros recursos naturais, e nesses casos, é o acesso a esses recursos que determina a eficiência da produção doméstica. É por esta razão que Smriti Rao (2021) sublinha a relevância enorme da resistência contra a despossessão para a reprodução social no Sul Global.

Portanto, a formação social capitalista deve ser entendida como uma totalidade estruturada, incluindo tanto as relações de produção capitalista quanto as não capitalistas.



Durante a emergência do capitalismo, o trabalho assalariado foi separado das economias domésticas (MEIKSINS WOOD, 1981), levando a uma separação parcial da vida profissional e da vida privada. Enquanto o trabalho industrial no início do capitalismo europeu era predominantemente feminino (BARRETT, 1980), a articulação hierárquica do trabalho masculino e feminino permaneceu uma constante durante todo o tempo: a maior participação das mulheres no trabalho doméstico não remunerado levou a um menor status dentro do trabalho assalariado, com as mulheres ocupando consistentemente os postos mais baixos no emprego assalariado e ganhando menos do que os homens no mercado de trabalho.

O debate inicial sobre “trabalho doméstico” desde os anos 70 do século 20 foi de suma importância para destacar que a maioria das horas de trabalho é gasta em trabalhos não assalariados, dos quais a maior parte é feita por mulheres. Mas como o debate emanava de países centrais nos quais o trabalho doméstico assalariado só existia à margem no contexto do fordismo ocidental, ele sofreu um viés eurocêntrico e de classe média, pois no Sul Global, e também em países como os EUA, o trabalho doméstico assalariado nunca desapareceu (DAVIS, 1981; FERGUSON, 2020). Pelo contrário, para as mulheres que vêm de áreas rurais para cidades do Sul Global, o trabalho doméstico remunerado é até hoje uma das principais formas de se conseguir um primeiro emprego como uma mulher migrante interna, e muitas vezes as mulheres (e os homens) ficam presos a esse tipo de trabalho. No entanto, a migração de mão de obra interna ou externa de trabalhadoras domésticas também implica emancipação e independência para elas, por exemplo, menos controle através de costumes familiares patriarcais e, em alguns casos, melhores salários do que o trabalho de fábrica (PATTADATH, 2018; KHURANA, 2020; DONG, 2020). Assim, o trabalho doméstico não é idêntico ao trabalho não remunerado, mas muito trabalho na família ou na comunidade é realizado sem remuneração, e em uma divisão desigual entre os membros masculinos e femininos da família. É desnecessário dizer que essa divisão de trabalho não remunerado afeta imediatamente a forma como o trabalho assalariado é distribuído, ou seja, as hierarquias de gênero no trabalho não remunerado se traduzem em hierarquias de gênero no mercado de trabalho, e ambas tendem a se reforçar mutuamente (VOGEL, 1983; GIMENEZ, 1990).

Exigências e lutas do movimento trabalhista modificaram esses arranjos, pelo menos em certa medida. O Estado de bem-estar, expansivo nos países centrais e limitado na maior parte do Sul Global, é um dos principais meios de integração da classe trabalhadora no capitalismo. Mary Daly (1994, 2020) oferece uma excelente análise estipulando que o bem-estar e o cuidado são oferecidos através das três vias do mercado, do Estado e das famílias, uma das suposições centrais dos estudos dos regimes de bem-estar. Enquanto as famílias continuamente fornecem a maior quantidade de trabalho de assistência, as lutas do movimento trabalhista conseguiram, até certo ponto, transferir algumas dessas áreas para o setor público como elementos do Estado de bem-estar. Assim, as políticas do Estado de bem-estar são decisivas para a quantidade e o tipo de trabalho não remunerado que é realizado nas famílias. Nas sociedades do Sul Global,

a disponibilidade barata de serviços de assistência privados no mercado permite às famílias de classe média compensar um Estado de bem-estar mais frágil, e as estruturas comunitárias desempenham um papel mais importante para os serviços de bem-estar nas famílias da classe trabalhadora do Sul Global do que nos países centrais mais individualizados (HENSAMAN, 2011). Assim, existe uma grande variedade de formas nas quais o trabalho de cuidado e bem-estar é realizado, com uma enorme carga sobre as estruturas familiares, nas quais as mulheres realizam a maior parte desse trabalho. No processo de socialização do trabalho de cuidado e bem-estar através do mercado, o setor público e as estruturas cooperativas tendem a aliviar a carga sobre as famílias, mas com um acesso desigual para diferentes partes da população. Devemos também mencionar aqui que os serviços de cuidado e bem-estar das comunidades religiosas continuam a desempenhar um grande papel, explicando alguns dos atrativos das organizações religiosas.

Conseguimos delinear essas estruturas básicas da divisão do trabalho por gênero sem mencionar os termos produção ou reprodução. Entretanto, esses se tornaram proeminentes no debate sobre o trabalho de cuidado e bem-estar e sobre as hierarquias de gênero, basicamente assumindo que o trabalho assalariado é principalmente masculino e em produção, e o trabalho não assalariado é principalmente feminino e em reprodução. Isso foi, naturalmente, diferenciado em escritos feministas posteriores sobre o Estado de bem-estar (LEWIS, 1992; DALY, 1994; JENSON, 1996), mas abordagens menos especializadas voltam frequentemente a essa terminologia de produção e reprodução sem esclarecer o que se entende por isso.

Nos escritos de Marx, que são a fonte original dos conceitos, a distinção dos termos produção e reprodução é analítica: produção é o processo de fabricação de produtos baseados em matérias-primas ou produtos intermediários, o que pode ocorrer em um processo capitalista ou não capitalista. A produção se distingue da agricultura e de atividades como transporte e venda, mas as distinções não são rígidas, e sim, fluidas, nos escritos de Marx. Hoje em dia, muito do processamento de alimentos também teria que ser contado como produção, e a agricultura industrial está usando máquinas e insumos químicos, portanto, precisamos de um uso mais expansivo do termo de produção, relacionado à produção de objetos que são consumidos ou usados em novos processos industriais, como produtos intermediários, ou máquinas.

A reprodução em geral para Marx é a atividade de reprodução das relações de produção, que em parte ocorre através da existência contínua das relações de produção em si, mas também em processos como cuidados infantis, administração, polícia, serviços de saúde, educação etc. Louis Althusser (1969) demonstrou que a reprodução das relações de produção não ocorre por si só, mas requer a ação de aparatos estatais repressivos e ideológicos (entre os quais, primeiro o sistema educacional, e depois a família e a igreja são os mais potentes no relato de Althusser). Assim, o trabalho com a finalidade de reprodução não se limita a um determinado tipo de atividade, mas é realizado em uma ampla gama de atividades, que vão desde a repressão violenta até o cuidado com crianças e idosos. Assim, temos que incluir áreas como a administração em geral, o sistema judicial e repressivo, como tribunais, polícia, prisões etc., na categoria de reprodução no sentido da reprodução das relações de produção.

O que tem sido cunhado como o conceito de trabalho reprodutivo no debate feminista está em grande parte relacionado à reprodução da força de trabalho, e não à reprodução das relações de produção (MCINTOSH, 1978; BURTON, 1985). Neste sentido, trata-se de uma gama de atividades consideravelmente menor que a reprodução das relações de produção, mas, ainda assim, cobre um número maior de horas trabalhadas no total se comparada com todas as outras atividades de trabalho. E é aqui que encontramos uma contribuição muito maior das mulheres em termos de horas gastas, tanto em cuidados assalariados como não assalariados, e trabalho doméstico, trabalho de bem-estar no setor público e em trabalho de bem-estar e cuidados comercializados. Foi com base nessa constelação que muitas das teorias feministas se reorientaram para uma perspectiva do trabalho de cuidado que inclui o público, a variante mercantil e o trabalho não remunerado, com foco no fato de que a economia do cuidado constitui a maioria de todo o trabalho em termos de horas gastas, e que o trabalho de cuidado de fato figura como a base material de todas as outras formas de economia (DALY; RAKE, 2003). É claro que há também algumas áreas ambíguas em termos de classificação quanto aos serviços pessoais que devem ser incluídos no trabalho de cuidado (ou não), por exemplo, entrega de alimentos ou serviços cosméticos. De fato, o foco da literatura da economia do cuidado mudou o terreno para longe da distinção em produção e reprodução para uma distinção em atividades de cuidado e não de cuidado.

Nos últimos anos, um debate marxista-feminista mais explícito fez um retorno sob o título de “teoria da reprodução social”, com ênfase na antes mencionada interdependência das divisões de trabalho entre homens e mulheres em trabalho assalariado e não assalariado. Susan Ferguson (2020) delinea a natureza contraditória do que ela chama de “trabalho reprodutivo social”: “Enquanto em um nível fundamental, o objetivo do trabalho reprodutivo social é sustentar a vida, ele é ao mesmo tempo um meio de assegurar o suprimento adequado de força de trabalho para sustentar o capital”. (FERGUSON, 2020, p. 111)<sup>5</sup> Essa é uma excelente caracterização da natureza dupla desse tipo de trabalho, sendo ao mesmo tempo a base para a sobrevivência humana, mas também assumindo algum grau de funcionalidade para a reprodução do capital. Para não confundir esse tipo de trabalho centrado na reprodução da força de trabalho no circuito capitalista com o que temos chamado de reprodução das relações de produção, Barbara Laslett e Johanna Brenner (1989) propõem chamar este último de “reprodução da sociedade” (*societal reproduction*) e o primeiro de “reprodução social” (*social reproduction*), o que é um esclarecimento útil. O que ainda não está claro nesse ponto é como a reprodução da sociedade (reprodução da sociedade em geral, reprodução das relações de produção) e a reprodução social (reprodução da vida, reprodução da força de trabalho) podem ser distinguidas em um nível conceitual.

---

5 No original: “While on a fundamental level, the goal of social reproductive labour is to support life, it is at the same time a means of ensuring adequate supplies of labour power are available to support capital.”

Se utilizarmos a variante marxista de ambas as concepções, nesse caso a reprodução das relações de produção incluiria a ação de instituições estatais e empresas privadas em áreas como infraestrutura, tráfego, geração de energia, mas também os aparatos legais e repressivos, incluindo instituições públicas e agências privadas como escritórios de advogados, prisões privadas (em alguns países) e empresas de segurança privada, bem como formas públicas e privadas de bem-estar e cuidado em serviços comunitários, domicílios, instituições públicas e serviços privados. A reprodução social como a produção de vida ou a reprodução da força de trabalho compreenderia então um subconjunto da reprodução das relações de produção. Laslett e Brenner (1989) adotam uma definição mais ampla e incluem escolas, lares adotivos, orfanatos, hospitais, instituições de saúde pública e instituições de trabalho social na definição de reprodução social. Para essas autoras, a questão essencial é reconhecer “a reprodução social como um domínio do trabalho social necessário, e o gênero como uma dimensão fundamental em torno da qual ela está organizada” (LASLETT; BRENNER, 1989, p. 400)<sup>6</sup>, analisando a divisão do trabalho de reprodução social entre mulheres e homens, e entre a família e outras instituições. São então aquelas divisões do trabalho que formam a base das estratégias familiares e dos interesses de gênero na sociedade.

Nesse sentido, a reprodução da sociedade tem um sentido mais amplo, e inclui várias formas de trabalho incluindo a administração, a polícia, o sistema judicial, a educação e também todo o conjunto de trabalhos de cuidado, remunerado ou não. A reprodução social é um subconjunto e se trata da reprodução da força de trabalho e do cuidado das pessoas no sentido mais restrito, incluindo áreas como educação e saúde. Está justamente nessa área da reprodução em que há uma atuação maior das mulheres, muitas vezes em trabalhos não remunerados, mal pagos e com condições precárias.

Contra muitos dos protagonistas deste debate, penso que uma divisão em trabalho produtivo e reprodutivo não faz muito sentido, pois implica que todo trabalho que não é reprodutivo, ou fora da reprodução social, seria “produtivo”. O significado de trabalho produtivo, como é usado em contraste com o trabalho em reprodução social, permanece assim pouco claro, e é óbvio que nem todo trabalho fora da reprodução social é “produção”, mas também inclui serviços, agricultura e outros tipos de trabalho como administração. Assim, eu defendo que quanto mais diferenciado o debate sobre a reprodução social se torna, mais difícil se torna manter o par conceitual de trabalho produtivo e reprodutivo. Se o trabalho reprodutivo é simplesmente outra palavra para trabalho na reprodução social, não haveria qualquer problema, mas o termo trabalho reprodutivo tende a aparecer junto com seu sombrio par de “trabalho produtivo” (mas não em todos os relatos de trabalho reprodutivo).

Em todo caso, o debate sobre a reprodução social vem com um sério desafio à ideia do trabalho da “velha esquerda” como a contradição antagonística do capital. O debate não apenas

---

<sup>6</sup> No original: “social reproduction as a domain of necessary social labour, and gender as a fundamental dimension around which it is organized”.

levanta a questão de se o trabalhador assalariado cria valor exclusivamente por si mesmo, ou sem base em uma rede familiar, mas também, levanta questões sobre a tese marxista de uma tendência da socialização do trabalho, uma vez que o trabalho doméstico, mesmo em sua forma mercantil, tende a ocorrer como um processo de trabalho largamente isolado, e tanto o trabalho doméstico não remunerado quanto o remunerado não está assentado em estruturas corporativas, embora os serviços domésticos baseados em aplicativos estejam modificando isso.

Assim, existe uma lógica fortemente individualizadora para alguns dos aspectos mais intensivos de trabalho da reprodução social. O mais difícil para um foco no antagonismo entre trabalho e capital é o fato de que a divisão do trabalho por gênero no lar e a divisão do trabalho por gênero no mercado de trabalho são imediatamente interdependentes. Embora esse fato não ponha em questão o antagonismo acima mencionado entre trabalho e capital, nem o domínio geral do capital sobre esses processos, ele complica as linhas de conflito, já que o maior número de horas trabalhadas pelas mulheres como um grupo nas famílias é igualado por salários mais baixos das mulheres no mercado de trabalho, ou seja, enquanto o capital utiliza essas linhas de conflito para seu próprio benefício econômico, os valores culturais ligados às formas domésticas e hierarquias de gênero colocam muitos trabalhadores do sexo masculino em uma posição objetivamente contraditória. Rao (2021) pondera se a crescente individualização das relações de trabalho não prevê que a família e/ou a comunidade se transformem em um lugar mais viável de mobilização social do que o local de trabalho, o que certamente é uma questão legítima.

Rohini Hensman (2011) estabelece uma distinção alternativa baseada em uma leitura atenta de Marx, ou seja, uma distinção entre trabalho reprodutivo e trabalho não reprodutivo, que acredito que abra mais caminhos do que a distinção pouco clara entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, uma vez que a distinção desse autor argumenta totalmente do ponto de vista da reprodução. Isso requer uma explicação. Marx define o trabalho produtivo do ponto de vista do capital individual: “o trabalho é produtivo ou não, conforme produz ou não mais-valia para o capitalista individual” (HENSMAN, 2011, p. 4).<sup>7</sup> Mas esse ponto de vista do capitalista individual não é idêntico ao ponto de vista do capital social total. A produção de artigos de luxo é baseada em mão de obra produtiva para consumo improdutivo: “como artigos, eles não têm valor de uso para o processo de reprodução” (MARX, 1990, p. 1045).<sup>8</sup> Marx fala aqui de “artigos não produtivos”, e caso seja gasto muito trabalho produtivo na produção dessas mercadorias, haverá menos produção de meios de produção e meios de subsistência, e “a taxa de acúmulo de capital como um todo” (HENSMAN, 2011, p. 4)<sup>9</sup> diminuirá. “Em outras palavras, o que é trabalho produtivo do ponto de vista do capital individual pode ser trabalho não produtivo

---

7 No original: “labour is or is not productive according to whether it does or does not produce surplus-value for the individual capitalist”.

8 Na versão em inglês: “as articles, they have no use-value for the process of reproduction”.

9 No original: “the rate of accumulation of capital as a whole”.

do ponto de vista do capital social total” (HENSMAN, 2011, p. 4).<sup>10</sup> Hensman ressalta que no volume 2 do **Capital**, Marx inclui em seus esquemas de reprodução expandida apenas o departamento 1 (produção de meios de produção) e o departamento 2 (produção de meios de subsistência). Portanto, Hensman (2011, p. 5) conclui: “Implicitamente, ele [Marx] faz uma distinção entre trabalho reprodutivo, incorporado em produtos – incluindo trabalhadores – que reentram na produção capitalista, e trabalho não produtivo, incorporado em produtos que não se reintegram à produção capitalista”.<sup>11</sup>

Isso significa que, independentemente da forma capitalista ou não capitalista, parte do trabalho acrescenta à reprodução da sociedade e outro trabalho, não. Hensman usa aqui a distinção entre o ponto de vista do capital social individual e o ponto de vista do capital social total, mas possivelmente podemos aplicar e desenvolver outros pontos de vista. Mas vamos ficar em primeiro lugar com o ponto de vista do capital social total. Esse ponto de vista olha sob a perspectiva da reprodução das relações capitalistas de produção. Assim, há um trabalho que contribui para essa reprodução e um outro trabalho que não contribui para ela. O trabalho na reprodução social seria trabalho reprodutivo deste ponto de vista, e também muitos outros tipos de trabalho. Como essa distinção opera em um alto nível de abstração, ela vem com a dificuldade de definir o que exatamente tem valor de uso para o processo de reprodução, a fim de se ater ao texto de Marx. A distinção entre trabalho reprodutivo e trabalho não reprodutivo torna-se interessante quando a aplicamos a outros pontos de vista para além do capital social total, por exemplo, se contemplarmos o que é trabalho reprodutivo e não reprodutivo do ponto de vista da reprodução social de uma sociedade no plano nacional ou do ponto de vista do equilíbrio ecológico. Penso que é nesse sentido que um debate marxista do ponto de vista da reprodução pode ajudar a conceber a utilidade social de certos tipos de trabalho e as transformações no mundo do trabalho que são necessárias para uma sociedade justa, ecológica e liberada.

Resumindo, a distinção em reprodução da sociedade e reprodução social serve para entender melhor a área específica da reprodução social. A reprodução social está significativamente marcada por assimetrias de gênero em termos de volume de trabalho e da segmentação dessas áreas de trabalho. O termo reprodução social serve para distingui-la da reprodução da sociedade que inclui muitas áreas dominadas por homens como a polícia, por exemplo. O conceito de reprodução social também evita a imprecisão dos conceitos trabalho reprodutivo e trabalho produtivo. Uma alternativa conceitual que surge do debate feminista é nomear os trabalhos da reprodução de trabalhos de cuidado (*care work*) que traz mais precisão.

A distinção de Hensman entre trabalho reprodutivo e trabalho não reprodutivo, baseada numa leitura de Marx, abre um outro recorte para abordar a questão: essa distinção é

---

10 No original: “In other words, what is productive labour from the standpoint of individual capital can be unproductive labour from the standpoint of total social capital.”

11 No original: “Implicitly, he [Marx] makes a distinction between reproductive labour, embodied in products – including workers – that re-enter capitalist production, and unproductive labour, embodied in products that do not.”

fundamentada no valor de uso e na função dos resultados desses trabalhos para processos da reprodução da sociedade. Cada ponto de vista que serve para a base da distinção em trabalho reprodutivo e trabalho não reprodutivo vai resultar em recortes específicos: trabalho reprodutivo do ponto de vista do capital social total vai ter outras características que trabalho reprodutivo do ponto de vista do bem-estar da população em geral. Essa distinção oferece perspectivas para um planejamento econômico e social que inclui vários aspectos como equidade de gênero, justiça ecológica, condições de trabalho e outros.

### **Reunindo os conceitos**

Assim, há duas críticas fundamentais ao conceito original de trabalho assalariado livre derivado de Marx: uma é o conceito de trabalho informal que está insinuando a persistência de formas não corporativas de organização do trabalho na produção familiar e nas pequenas empresas, das quais algumas estão integradas nas estratégias corporativas. A segunda crítica fundamental vem com o conceito de trabalho reprodutivo ou trabalho em reprodução social, do qual muito é trabalho feminino não remunerado, e outra parte desse trabalho está disperso de forma altamente hierarquizada entre os grupos de mulheres e homens nos serviços públicos e privados. O fato de que mais horas são trabalhadas em trabalho não remunerado do que em trabalho assalariado em todas as sociedades humanas levanta questões cruciais sobre o que constitui o trabalho social necessário.

Além disso, quando ambos os debates são tomados em conjunto, entramos em mais problemas conceituais: O trabalho não remunerado no lar deve ser incluído na definição de trabalho informal? Se esse tipo de trabalho é trabalho socialmente necessário, então não haveria razão válida para que não fosse considerado como trabalho informal, o que ampliaria ainda mais o que se entende com esse conceito já esticado, ilustrando a dificuldade de lidar com a distinção entre formalidade e informalidade como um instrumento de análise abrangente, em vez de como um primeiro guia que requer maior diferenciação e conceitos de uma ordem conceitual diferente a fim de dar sentido à realidade empírica. Assim, terminamos com uma ordem de distinção de trabalho ao longo de a) formalidade e b) informalidade, e outra de a) trabalho em reprodução social e b) trabalho em outras áreas que não a reprodução social. O problema é que ambos os pares conceituais contêm um termo que é definido apenas em sua função negativa em relação ao outro e carece de qualquer definição positiva, e que ambos os pares conceituais cobrem áreas diferentes – o primeiro centrado na questão da inclusão na legislação trabalhista e na previdência social, o segundo centrado em um certo tipo de valor de uso como resultado de atividades econômicas que está ligado a uma feminização dessas atividades.

Isso também cria dificuldades para retornar a uma conceitualização relevante de uma segmentação de classes – se levarmos em conta a complexidade real das formações sociais empíricas no capitalismo, qualquer descrição nos levará ao uso de um grande número de grupos

extremamente fragmentados, por exemplo, “trabalhadores informais na produção doméstica que também se dedicam ao trabalho doméstico não remunerado”. Provavelmente não será muito produtivo se a culpa pela complexidade for dada às teorias que tentam dar conta dela, culpando o mensageiro pela mensagem. Entretanto, existem diferentes maneiras de lidar com essa complexidade.

A proposta feita neste artigo tem duas vertentes:

1) Em vez de confiar apenas na distinção entre trabalho formal e informal e nos intrincados problemas ligados a esses conceitos, defendo a utilidade dos conceitos de autoemprego ou trabalho autônomo, pequenas empresas sem acumulação de capital, trabalho assalariado e trabalho assalariado disfarçado a fim de distinguir entre diferentes formas de trabalho para o mercado.

2) A distinção entre reprodução da sociedade e reprodução social traz mais clareza do que a distinção entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Uma alternativa que está ganhando espaço é o uso do termo de trabalho de cuidado, que marca certos tipos de trabalho com o critério do valor do uso dos resultados do trabalho. Em vez de reproduzir uma distinção pouco clara entre trabalho reprodutivo e produtivo, defendo que a distinção entre trabalho reprodutivo e trabalho não reprodutivo é um instrumento muito mais produtivo tanto para a análise das formações sociais quanto para debates sobre transformações justas e ecológicas do trabalho, uma vez que argumenta do ponto de vista da reprodução.

A contribuição marxista para esse debate consiste no fato de que situações específicas nas formas de trabalho, ou seja, a predominância relativa do trabalho autônomo, pequenas empresas sem acumulação de capital, trabalho assalariado e trabalho assalariado disfarçado, em diferentes sociedades, também permitirá analisar como as formas de dominação política se baseiam nessas formas de trabalho e nas suas interdependências. Por exemplo, em sociedades nas quais um segmento muito grande da sociedade consiste em pequenos proprietários de lojas, como na Grécia ou na Turquia, esse fato terá um efeito inconfundível sobre o funcionamento e as contradições enfrentadas pelos movimentos trabalhistas. Ou, por exemplo, em países nos quais um grande segmento da população tem acesso à terra, como pequenos produtores na agricultura familiar ou outras formas de produção em pequena escala, a defesa dos territórios e o acesso à terra será uma das demandas mais importantes na luta de classes, pelo menos nas áreas rurais. O domínio político se preocupará, portanto, com o acesso à terra em maior escala do que em outras sociedades, onde a maioria da população está totalmente proletarizada. E, como já refletimos, o enorme significado dos pequenos capitalistas, das empresas familiares e do trabalho de curto prazo (*footloose labour*) na Índia também levará a certas formas de organização das forças sociais, ou seja, menos em sindicatos e mais em organizações comunitárias e de castas, ou em organizações de movimentos sociais que podem ou não se organizar ao longo dos setores econômicos, mas de uma forma diferente dos sindicatos.



A segunda contribuição do marxismo é a opção de olhar a sociedade estritamente do ponto de vista da reprodução, originalmente proposta por Louis Althusser (1969), e implicitamente contida em alguns escritos de Marx. Rohini Hensman merece o mérito de ter deduzido a distinção de trabalho reprodutivo e não reprodutivo das passagens do **Capital** acima mencionados. Penso que é somente do ponto de vista reprodutivo que podemos conduzir a um debate significativo sobre as transformações necessárias do trabalho, e os desafios para esse projeto são altos, dadas as profundas desigualdades de gênero na divisão social do trabalho e os também muito arraigados danos e desequilíbrios ecológicos implícitos no atual modo de produção. As múltiplas divisões entre os trabalhadores em toda a sociedade global exigirão um reequilíbrio permanente entre as perspectivas universalistas e particularistas, e os desafios para uma compreensão da classe como uma simples contradição entre capital e trabalho são enormes. Como Louis Althusser enfatizou, essa contradição nunca é simples, mas sempre sobredeterminada.

Em termos da estratégia política marxista geral de transformar a maioria numérica dos explorados e oprimidos em uma maioria política que confronta o capitalismo, nossa análise complica essa estratégia de várias maneiras. Primeiro, o fato de que apenas metade de toda a força de trabalho no mundo são trabalhadores assalariados, o que implica uma divisão parcial dos interesses da grande maioria dos oprimidos e pobres em uma escala global. Os camponeses lutam pelo direito à terra, aluguéis mais baixos para o uso da terra, preços justos para os produtos que vendem e acesso ao crédito, e não primeiramente por salários mais altos ou leis trabalhistas favoráveis. Embora essas demandas não contradigam necessariamente as demandas dos trabalhadores assalariados, e tanto os grupos de camponeses quanto os trabalhadores tenham sido atendidos algumas vezes por governos progressistas, essa divisão muitas vezes vem com identidades políticas e formas de luta diferentes. Nas áreas rurais, há também uma divisão entre trabalhadores rurais e agricultores familiares em muitos contextos. As questões em torno do trabalho informal e da reprodução social introduzem subsequentemente várias divisões dentro da classe trabalhadora, de acordo com as linhas de gênero, mas também ao longo de diferentes seções da classe trabalhadora. Entendemos por que existem diferentes formas de organização da classe trabalhadora e dos camponeses devido às diferentes condições e demandas, por exemplo, trabalhadores rurais, associações de agricultores familiares, associações de comunidades tradicionais, trabalhadores urbanos em suas diferentes seções industriais e de serviços, etc. Embora seja um primeiro passo necessário para organizar esses interesses econômicos nas formas de sindicatos ou outras formas de organizações de interesse, seu interesse comum só pode ser realizado no plano político e em certa medida afastado das questões econômicas imediatas. O que beneficia todas essas populações são o bem-estar universal e gratuito, a educação e os serviços de saúde, o acesso ao crédito e uma infraestrutura bem desenvolvida. Não são menores os problemas de o acesso a alimentos saudáveis e a ausência de poluição e de riscos ambientais.

Em outras palavras, é no terreno da própria política que os diferentes interesses das subseções de populações oprimidas, pobres e exploradas convergem. Isto confirma a relevância do político como um terreno especial, como foi levantado pelas análises de Lenin e Antonio Gramsci sobre a hegemonia e a relevância do Estado mantida pela velha esquerda. Assim, embora a complexidade dos interesses e da formação de interesses seja maior do que foi inicialmente assumido pela velha esquerda, muitas das demandas que potencialmente unem os interesses dos trabalhadores, camponeses e outros grupos oprimidos são quase idênticas ao que a social-democracia clássica representava, mas se estendem às questões profundas da desigualdade de gênero e da crise ecológica.

Isso significa que não há atalhos que levem dos interesses da classe econômica às estratégias políticas, o que reforça a relevância da interpretação política de interesses e de aspectos conjunturais. Na perspectiva de uma distinção entre trabalho reprodutivo e não reprodutivo, o terreno da política também é decisivo em termos de tomar decisões sobre quais tecnologias desenvolver e quais setores econômicos apoiar a fim de evitar o desastre ecológico com consequências imprevisíveis para as sociedades humanas. Diante do poder do capital transnacional contemporâneo, as formas social-democratas de regulamentação certamente não são suficientes para realizar o que a social-democracia um dia pretendia alcançar. A realização dos interesses dos trabalhadores e camponeses exigirá meios de luta política bastante diferentes. No entanto, as políticas e estratégias políticas específicas devem muito à composição nacional e regionalmente específica da classe trabalhadora. Faz diferença se 90 por cento do emprego está assalariado como na Alemanha ou se for 25 por cento como na Índia (WORLD BANK, 2021). A definição básica de Marx de que as formas específicas de produção de mais-valia determinam a natureza das estruturas e estratégias políticas só pode ser questionada por irrealistas políticos. É essa percepção básica que explica a relevância e a contemporaneidade de uma política marxista do trabalho.

## Referências

- AHUJA, Ravi. Produce or Perish. The crisis of the late 1940s and the place of labour in post-colonial India. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 54, n. 4, p. 1041-1112, 2020.
- ALTHUSSER, Louis. Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes Towards an Investigation). In: ALTHUSSER, Louis. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. London: New Left Books, 1969. p. 127-188.
- BANAJI, Jairus. **Theory as History, Essays on Modes of Production and Exploitation**. Leiden: Brill, 2010.
- BARRETT, Michèle. **Women's Oppression Today: Problems in Marxist-Feminist Analysis**. London: New Left Books and Verso, 1980.
- BHATTACHARYA, Saumyajit. Is Labour Still a Relevant Category for Praxis? Critical Reflections on Some Contemporary Discourses on Work and Labour in Capitalism. **Development and Change**, New Jersey, v. 45, n. 5, p. 941-962, 2014.
- BOLOGNA, Sergio. Zusammensetzung der Arbeiterklasse und Theorie der Partei an den Anfängen der Rätebewegung. In: BOLOGNA, Sergio; CACCIARI, Massimo. **Zusammensetzung der Arbeiterklasse und Organisationsfrage**. Berlin: Merve, 1973. p. 9-52.

- BURTON, Clare. **Subordination**. Feminism and Social Theory. Sydney: Allen & Unwin, 1985.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- DALY, Mary. 1994. Comparing Welfare States: Towards a Gender Friendly Approach. *In*: SAINSBURY, Diane (org.). **Gendering Welfare States**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. p. 101-117.
- DALY, Mary. The concept of care: insights, challenges and research avenues in Covid-19 times. **Journal of European Social Policy**, California, v. 31, n. 1, p. 108-118, 6 dez. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0958928720973923> Acesso em: 18 abr. 2022.
- DALY, Mary; RAKE, Katherine. **Gender and the Welfare State**. Care, Work and Welfare in Europe and the USA. Cambridge: Polity, 2003.
- DAVIS, Angela. **Women, Race and Class**. London: Penguin, 1981.
- DE FREITAS BARBOSA, Alexandre 2011. O Conceito de Trabalho Informal, sua Evolução Histórica e o Potencial Analítico Atual: Para Não Jogar a Criança fora junto com a Água do Banho. *In*: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011. p. 105-159.
- DIETRICH WIELENGA, Karuna. The Emergence of the Informal Sector: Labour legislation and politics in South India, 1940-60. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 54, n. 4, p. 1113-1148, 2020.
- DONG, Yige. Spinners or sitters? Regimes of social reproduction and urban Chinese workers' employment choices. **International Journal of Comparative Sociology**, California, v. 61, n. 2-3, p. 200-216, 2020.
- EDWARDS, Richard. **Contested Terrain**. The Transformation of the Workplace in the Twentieth Century. New York: Basic Books, 1979.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Lisboa: Letra Livre, 2015.
- FERGUSON, Susan. **Women and Work: Feminism, Labor and Social Reproduction**. London: Pluto Press, 2020.
- GIMENEZ, Martha. The Dialectics of Waged and Unwaged Work: Waged Work, Domestic Labor and Household Survival in the United States. *In*: GIMENEZ, Martha; COLLINS, Jane L. (org.). **Work Without Wages**. New York: State University of New York Press, 1990. p. 25-45.
- HAMMER, Anita; KELES YILMAZ, Janroj; OLSEN, Wendy. Working Lives in India: Current Insights and Future Directions. **Work, Employment and Society**, California, v. 36, n. 6, p. 1139-1154, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09500170221083511> Acesso em: 18 abr. 2022.
- HARRISS-WHITE, Barbara. **India Working: Essays on Society and Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- HARRISS-WHITE, Barbara. Globalization, the Financial Crisis and Petty Production in India's Socially Regulated Informal Economy. **Global Labour Journal**, Joanesburgo, v. 1, n. 1, p. 152-177, 2010.
- HARRISS-WHITE, Barbara. Labour and Petty Production. **Development and Change**, Roterdã, v. 45, n. 5, p. 981-1000, 2014.
- HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 11, n. 1, p. 61-89, 1973.
- HART, Keith. Market and State after the Cold War. The Informal Economy Reconsidered. *In*: DILLEY, Roy (org.). **Contesting Markets**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1989. p. 214-227.
- HART, Keith. On the informal economy: the political history of an ethnographic concept. **CEB Working Paper**, Bruxelas, n. 9, p. 1-22, 2009.

- HENSMAN, Rohini. Revisiting the Domestic-Labour Debate: An Indian Perspective. **Historical Materialism**, Londres, v. 19, n. 3, p. 3-28, 2011.
- HYMAN, Richard. Occupational Structure, Collective Organisation and Industrial Militancy. *In*: CROUCH, Colin; PIZZORNO, Alessandro (org.). **The Resurgence of Class Conflict in Western Europe, Vol. 2**. London/Basingstoke: Macmillan, 1978. p. 31-70.
- JAFFEE, David; BENSAN, David. Draying and Picking: Precarious Work and Labor Action in the Logistics Sector. **Working USA**, v. 19, n. 1, p. 57-79, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/wusa.12227> Acesso em: 18 abr. 2022.
- JENSON, Jane. Gender and Reproduction: Or, Babies and the State. **Studies in Political Economy**, Ottawa, v. 20, p. 9-45, 1996.
- KHURANA, Sakshi. Redefining norms, exploring new avenues: Negotiations of women informal workers in Delhi. **International Journal of Comparative Sociology**, Nova Iorque, v. 61, n. 2-3, p. 178-199, 2020.
- KÖRNER, Thomas. Informalisation of Employment in Germany? Current Labour Market Trends and Measurement Problems. **WIEGO (International Workshop on Measuring Informal Labour)**, Manchester, 2008. Disponível em: [http://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/Korner\\_infomalisation\\_employment\\_Germany.pdf](http://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/Korner_infomalisation_employment_Germany.pdf) Acesso em: 18 abr. 2022.
- LASLETT, Barbara; BRENNER, Johanna. Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives. **Annual Review of Sociology**, California, v. 15, p. 381-404, 1989.
- LEE, Byoung-Hoon; SWIDER, Sarah; TILLY, Chris. Informality in action: A relational look at informal work. **International Journal of Comparative Sociology**, Nova Iorque, v. 61, n. 2-3, p. 91-100, 2020.
- LENIN, Vladimir Iljitsch. **What Is To Be Done?** Moscow: Progress Publisher, 1902.
- LEWIS, Jane. Gender and the Development of Welfare Regimes. **Journal of European Social Policy**, v. 2, n. 3, p. 73-91, 1992.
- LUBELL, Harold. **Urbanisation and employment: insights from a series of case studies of third world metropolitan cities**. Working Paper. Geneva: ILO, 1974.
- LUXEMBURGO, Rosa. The Mass Strike, the Political Parties, and the Trade Unions. *In*: SCOTT, Helen (org.). **The Essential Rosa Luxemburg**. Chicago: Haymarket Books, 2008. p. 111-181.
- MANEIRO, Maria; BAUTÈS, Nicolas. Retomar la informalidad. Un abordaje de su dimensión política. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 39, p. 301-326, 2017.
- MARX, Karl. **Capital**. London: Penguin, 1990. v. 1.
- MARX, Karl. **O Capital**. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.
- MARX, Karl. **O Capital**. Tomo 5. São Paulo: Nova Cultural, 1986. v. 3.
- MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
- MCINTOSH, Mary. The State and the Oppression of Women. *In*: KUHN, Annette; WOLPE, AnnMarie (org.). **Feminism and Materialism**. London: Routledge, 1978. p. 254-289.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. The Separation of the Economic and the Political in Capitalism. **New Left Review** I/127, p. 66-95, 1981
- MINGIONE, Enzo. Labour Market Segmentation and Informal Work in Southern Europe. **European Urban and Regional Studies**, v. 2, n. 2, p. 121-143, 1995.
- MOHAPATRA, Prabhu P. Regulated Informality. Legal Constructions of Labour Relations in Colonial India 1814-1926. *In*: BHATTACHARYA, Sabyasachi; LUCASSEN, Jan (org.). **Workers in the Informal Sector**. Studies in Labour History 1800-2000. New Delhi: Macmillan India, 2005.

- NORONHA, Eduardo. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado do trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p. 111-129, 2003.
- NOWAK, Jörg. **Geschlechterpolitik und Klassenherrschaft**. Ein Vergleich marxistischer und feministischer Staatstheorie. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2009.
- NOWAK, Jörg. **Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India**. Popular Mobilisation in the Long Depression. London: Palgrave, 2019.
- NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**, Buenos Aires, v. 5, n. 2, p. 178-236, 1969.
- NUN, José. Sobre el concepto de masa marginal. **Laboratorio: Revista de Estudos sobre Cambio Social**, Rioja, n. 23, p. 109-119, 2010.
- OIT (ILO). **Employment, incomes and equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PATTADATH, Bindulakshmi. Making Sense of Legality: Everyday Resistance and Survival Tactics by Undocumented Indian Female Domestic Workers in the United Arab Emirates. In: NOWAK, Jörg; BIRKE, Peter; DUTTA, Madhumita (org.). **Strikes and Workers' Movements in the Twenty First Century**. London: Rowman and Littlefield International, 2018. p. 81-96.
- PIVA, Adrian. De la crítica a las teorías de la acción colectiva al estudio de la composición política de clase. **Revista de Estudios Marítimos y Sociales**, Mar del Plata, n. 16, p. 87-111, 2020.
- PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel. World Underneath: The Origins, Dynamics, and Effects of the Informal Economy. In: PORTES, Alejandro; CASTELLS, Manuel, BENTON, Lauren A. (org.). **The Informal Economy**. Studies in Advanced and Less Developed Countries. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1989. p. 11-40.
- RAO, Smriti. Beyond the Coronavirus: Understanding Crises of Social Reproduction. **Global Labour Journal**, California, v. 12, n. 1, p. 39-53, 2021.
- SENGENBERGER, Werner. **Struktur und Funktionsweise von Arbeitsmärkten. Die Bundesrepublik Deutschland im internationalen Vergleich**. Frankfurt/Main: Campus, 1987.
- SINGH, Nikhil Pal. On Race, Violence, and So-Called Primitive Accumulation. **Social Text**, Durham, v. 34, n. 3, p. 27-50, 2016.
- SWIDER, Sarah. **Building China**. Informal Work and the New Precariat. New York: Cornell University Press, 2015.
- UNDP. **Human Development Report 1995**. New York: United Nations, 1995. Disponível em: <https://hdr.undp.org/system/files/documents//hdr1995encompletenostatspdf.pdf> Acesso em: 18 abr. 2022.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Para Discutir os Termos da nova Informalidade: Sobre sua Validade enquanto Categoria de Análise na era da Flexibilização. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto; GOMES, Darcilene; TARGINO, Ivan (org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho: das origens às novas abordagens**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011. p. 191-227.
- VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. New Brunswick/Rutgers University Press, 1983.
- WORLD BANK. Wage and salaried workers, total (% of employment). Washington: World Bank, 2021. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.EMP.WORK.ZS> Acesso em: 18 abr. 2022.

Recebido em: 26/05/2022

Aceito em: 28/09/2022

**“EU TRABALHO CUIDANDO DELA.  
ESSE É O MEU EMPREGO DE 24 POR 7”:  
trajetórias de vidas de mães de pessoas com síndrome de Down**

***“I WORK TAKING CARE OF HER.  
THIS IS MY 24 BY 7 JOB”:  
life trajectories of mothers of people with Down Syndrome***

---

Marina de Faria\*

**Resumo**

A pesquisa que deu origem a este artigo parte da ausência, no mercado de trabalho, das mulheres que são mães de pessoas com deficiência. Nesse contexto, a investigação teve como objetivo analisar histórias de vida de mulheres que são mães de pessoas com síndrome de Down (SD) com foco em aspectos relacionados ao trabalho. Logo na revisão da literatura, mas principalmente depois do trabalho empírico, percebi ser fundamental ter em perspectiva tanto o trabalho de cuidado quanto o trabalho remunerado. A base teórica conta principalmente com questões relacionados ao cuidado, à teoria de redes e ao paradigma da dádiva. Na parte empírica, foram realizadas entrevistas de história de vida com mulheres que são mães de pessoas com síndrome de Down. Participaram das entrevistas 34 mulheres, 18 no Brasil e 16 em Portugal. Foi realizada análise de conteúdo no material transcrito das entrevistas. Os resultados mostraram que o trabalho de cuidado ocupa lugar central na vida dessas mulheres, interferindo não somente em sua inserção no mercado de trabalho como também em suas próprias identidades. A pesquisa também traz a reflexão de a quem serve a manutenção dessas mulheres no espaço doméstico, privadas de uma vida pública plena.

**Palavras-chave:** Trabalho. Cuidado. Maternidade. Síndrome de Down.

**Abstract**

The research that gave rise to this article starts from the noticeable and little problematized absence of women who are mothers of people with disabilities from the labor market. In this context, the investigation aimed to analyze the life stories of women who are mothers of people with Down Syndrome, focusing on aspects related to work. In the literature review, but mainly after the empirical work, I realized that it is essential to have both care work and paid work in perspective. The theoretical basis relies mainly on issues related to care, the theory of theoretical networks and the gift paradigm. In the empirical part, life history interviews were carried out with women who are mothers of people with Down Syndrome. Thirty-four women participated in the interviews, 18 in Brazil and 16 in Portugal. The results showed that care work occupies a central place in the lives of these women, interfering not only with their insertion in the labor market but also with their own identities. The research also brings the reflection of who serves the maintenance of these women in the domestic space, deprived of a full public life.

**Keywords:** Work. Care. Maternity. Down's Syndrome.

**Introdução: vida profissional, cuidados e maternidade**

A investigação parte da provocação de textos como o de Clímaco (2020) de que os Estudos Feministas da Deficiência devem olhar para as mães de pessoas com deficiência (PcD). Para essa autora, a instituição da maternidade patriarcal interpela tais mulheres de maneira distinta,

---

1 A expressão “24 por 7” foi utilizada por uma das participantes da pesquisa e significa 24 horas por dia 7 dias por semana.

\*Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutoranda em Estudos Feministas pela Universidade de Coimbra. E-mail: marinadfaria@gmail.com

colocando-as desfavoravelmente posicionadas na hierarquia reprodutiva. Assim, a partir de suas experiências, evidenciam diversas possibilidades, para além da maternidade normativa. Nesse contexto, a investigação tem como objetivo analisar histórias de vida de mulheres que são mães de pessoas com síndrome de Down (SD) com foco em aspectos relacionados ao trabalho e às práticas de cuidado. Buscando mapear as trajetórias profissionais no mercado de trabalho dessas mulheres, me confrontei diretamente com o que foi apontado por Boris (2014) sobre o reforço contemporâneo da oposição entre “mãe” e “trabalhadora” e entre “cuidado” e “trabalho”. Essas oposições são centrais nas análises apresentadas no texto. Para Chodorow (1978), a maternidade feminina é um dos poucos fundamentais e permanentes elementos da divisão sexual do trabalho.

Uma das contribuições mais importantes do feminismo aos estudos científicos sobre a maternidade é a certeza de que a maternidade ainda separa as mulheres socialmente dos homens e pode até legitimar, em determinados contextos, a dominação masculina (SCAVONE, 2001). No contexto do trabalho, a maternidade, mas não a paternidade, é estigmatizada como um fator que afasta as pessoas do rótulo de trabalhadora ideal, que tem total disponibilidade para o trabalho. Assim, é inegável que os empregadores preterem as trabalhadoras, muitas vezes, com base nos estereótipos sexuais que pressupõem invariavelmente uma maior orientação das mulheres para a família e dos homens para o trabalho (SANTOS, 2010).

No que diz respeito a mulheres que são mães de pessoas com deficiência (PcD), muitos são os estudos que ressaltam a centralidade que essas mães têm nas vidas de seus (suas) filhos (as) e o impacto que isso traz para as vidas dessas mulheres (FARIA, 2020; PINTO, 2011; RYAN; RUNSWICK-COLE, 2008). Ainda que alguns autores chamem a atenção para o fato de que as identidades de pais e irmãos são modificadas pela presença de um indivíduo com deficiência (PAVIA; MASON, 2012), e que o estigma das PcD não se restringe a tais indivíduos – toda a família tende a ser estigmatizada (GOFFMAN, 2008) –, é inegável que, na maior parte das vezes, são as mães que assumem o lugar central na rede de cuidados de seus (suas) filhos (as) com deficiência (FARIA, 2020). Ao assumir tal centralidade, acabam por deixar de lado questões relacionadas com diversas áreas de suas próprias vidas, como, por exemplo, suas atividades profissionais.

Assumir, por vezes sozinhas, os cuidados com os (as) filhos (as), para muitas mulheres acaba por parecer natural (KARADAG, 2009; SILVA; SANTOS, 2009). Isso ocorre, em grande parte, por essas mulheres serem julgadas e socialmente consideradas culpadas e responsáveis pelos(as) seus(suas) filhos(as) não corresponderem ao mito do filho perfeito (CALVASINA *et al.*, 2007). Entretanto, não se pode esquecer da afirmação feita por Molinier e Paperman (2015) de que, não sendo o trabalho do cuidado algo especializado, todos (as) podem executá-lo desde que percebam sua responsabilidade nesse tipo de tarefa. Enfatiza-se aqui que “cuidar” é muito mais do que uma responsabilidade afetiva, é assumir as responsabilidades da comunidade, do Estado, é superar as insuficiências das políticas públicas (D’ÁVILA, 2019). Diante dessa responsabilidade, diversas são as angústias que tomam conta das mulheres que são mães de

pessoas com deficiência, dentre as quais se sobrepõem o medo das limitações físicas e mentais dos filhos, da discriminação social e da dependência eterna (PINTO, 2011).

Cabe a ressalva de que o entendimento da mulher como um ser que naturalmente se ocupa de cuidar dos “mais frágeis” tem ampla relação com a linha abissal do patriarcado (SANTOS, 2018). Tal percepção se apoia em uma “base material”, a qual se constitui por meio da “apropriação da força de trabalho das mulheres por parte do coletivo dos homens”, em um processo que ocorre mediante a exclusão das mulheres dos âmbitos público, político e do mercado, e com sua conseqüente reclusão aos âmbitos privado e doméstico (CANO, 2016, p. 50). Tal reclusão deve ser entendida sem que esqueçamos que a esfera pública é muito mais valorizada do que a privada. Adicionalmente, vale ressaltar que o trabalho e a vida familiar e pessoal já raramente funcionam como domínios separados, sendo que a separação entre as esferas é uma falácia que subsiste no imaginário coletivo do mundo profissional (SANTOS, 2010). Essa questão é central no presente artigo, uma vez que os relatos das participantes da pesquisa deixam claro que existe um abandono da vida pública, nomeadamente, no que tange ao foco desta pesquisa – do ambiente de trabalho, para assumir o cuidado com os (as) filhos (as), no ambiente doméstico. Tal abandono pode ter reflexos não só na vida dessas mulheres, como é óbvio, mas também nas vidas de seus (suas) filhos (as). Para autores como Balabanis *et al.* (2012), mães que não desempenham atividades profissionais têm mais dificuldade para deixarem que seus (suas) filhos (as) tomem suas próprias escolhas. Ou seja, acabam por viver mais as vidas deles e delas, deixando de lado, muitas vezes, suas próprias escolhas de vida.

O presente texto foi escrito com base em uma investigação na qual foram realizadas entrevistas presenciais de história de vida com mulheres que são mães de pessoas com síndrome de Down. Participaram das entrevistas trinta e quatro mulheres, dezoito no Brasil e dezesseis em Portugal. Cabe a ressalva de que não tive a intensão de realizar comparações entre os dois países e de que as entrevistas foram realizadas para uma investigação maior, da qual, aqui neste texto, é apresentado somente um recorte.

### **Cuidado como função materna: pilares e desdobramentos**

A teórica feminista Badinter (1985), em sua obra **Um amor conquistado: O mito do amor materno**, mostra que a concepção de maternidade como conhecemos hoje vem sendo construída, principalmente na Europa, nos últimos 300 anos. Tal concepção centra-se no amor e instinto materno e no cuidado preferencial ou exclusivo da mãe. Segundo a autora, em um primeiro momento, as mulheres foram incitadas a amamentar seus (suas) filhos (as) e a cuidar deles no pós-parto para diminuir o risco de morte. Depois, elas foram sendo levadas a acumular funções em relação a esse (a) filho (a). Criou-se um discurso de amor, felicidade, poder dentro de casa, sacrifício, devoção e culpa que as prendeu nessas amarras. Sacrificando seu tempo e a si própria em prol de seus (suas) filhos (as), a mãe adquire uma importância no seio familiar como cuidadora íntegra; papel esse que passa a ser fundamental para a manutenção da família burguesa.



A divisão que coloca o espaço público como masculino e o privado como feminino impacta sobremaneira na valorização, tanto financeira quanto de status social, do trabalho desempenhado por homens e por mulheres. Sendo o cuidado um ponto central para que se pense na ocupação dos espaços públicos por mulheres, é preciso que se analise e problematize soluções de desfamiliarização que deslocam o trabalho de cuidado para fora da unidade familiar, para permitir que as mulheres sejam economicamente ativas no mercado (MATHIEU, 2016).

O centro de tal questão parece estar no impacto que a falta de reconhecimento social tem nas diversas esferas das vidas das mulheres que cuidam. Nesse sentido, Molinier e Paperman (2015) apontam que é preciso admitir que o trabalho do cuidado é revelador de desigualdades sociais, de relações de exploração e de dominação. Sendo assim, o cuidado como responsabilidade feminina precisa ser discutido urgentemente, de maneira crítica e estruturada. A realidade é que, por mais que se fale em mudanças, as mulheres continuam sendo preparadas para cuidar, principalmente de filhas e filhos (ALVES, 2014). Mathieu (2016) propõe que o foco da análise sobre a divisão de gênero do trabalho reprodutivo mova-se da família para as mães. A autora defende a “*demotherization*” do trabalho do cuidado como uma ferramenta conceitual que visa à transferência de parte das tarefas de cuidado para o Estado, os (as) avós, os pais e cuidadoras (es) remuneradas (os).

Ao fazer um importante resgate de questões centrais para que se discuta a divisão sexual do trabalho, Hirata e Kergoat (2007) apontam que se criaram “novas soluções” para o antagonismo entre responsabilidades familiares e profissionais. Nessas soluções deixa-se de lado o “modelo de conciliação” – o qual cabe quase exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional – e passa-se ao “modelo da delegação”. Em tal modelo, mulheres precarizadas assumem as tarefas domésticas, incluindo as de cuidado, no lugar de mulheres privilegiadas que passam a assumir postos de trabalho remunerados. Aqui trago a reflexão de se isso ocorre com as mães das pessoas com deficiência. Defendo que não, que a culpa atribuída socialmente a essas mulheres por ter gerado um filho com deficiência faz com que elas não se sintam autorizadas a delegar os cuidados. Em outras palavras, mesmo que as mães possam contar com outras(os) cuidadoras(es) formais ou informais elas são pressionadas pela sociedade e acabam por interiorizar que devem ser as únicas responsáveis pelas tarefas de cuidados com seus(suas) filhos(as) com deficiência. Os resultados dessa pesquisa, além das evidências teóricas existentes, são base para tal afirmação. Essa reflexão de maneira alguma quer dizer que concordo/defendo o “modelo da delegação”, trata-se somente de pontuar que ele não é transversal para todas as mulheres, nem mesmo para todas as mulheres economicamente privilegiadas.

Alves (2016), focando em pessoas com deficiência que necessitam de apoio permanente, diz que a experiência desses indivíduos desafia as concepções da natureza do cuidado. Isso porque o cuidado é normalmente visto como temporário. Sendo assim, ficam inviabilizadas as realidades de quem necessita de cuidados continuados e, conseqüentemente, as realidades de suas cuidadoras. Ao buscar libertar as pessoas com deficiência da dependência, alguns programas

sociais acabam por levar em conta somente quem recebe o cuidado, ignorando as cuidadoras ou transformando-as em ferramentas para a dependência/liberdade das PcD (BORIS, 2014). Esse é um dos motivos pelos quais é importante que se pense nas histórias de vida dessas mulheres, que se visibilize essas vivências que vêm sendo ignoradas e resumidas ao papel de cuidadoras.

### **O paradigma da dádiva e as redes de mulheres cuidadoras informais**

Portugal (2021) defende que, para além da questão do cuidado, os paradigmas das redes e da dádiva, e suas articulações, podem ajudar no entendimento das experiências de adoecimento crônico. Aqui defendo que tais paradigmas também podem ser muito relevantes para entender as vivências de mulheres que são mães de pessoas com síndrome de Down. Ainda em conformidade com Portugal (2021), vejo o cuidado como um conjunto complexo de fatores macrossociais, sem perder a noção de que se trata de uma experiência única com forte dimensão subjetiva. Daí a relevância de se ouvir, como fiz nesta investigação, as histórias de vida de mulheres que assumem, muitas vezes de maneira solitária e exclusiva, os cuidados com seus (suas) filhos (as).

No que tange à teoria da dádiva, diversos estudos debruçam-se nas contribuições de Marcel Mauss para sistematizá-la. Para buscar relançar a teoria da dádiva, foi fundado em 1981 o Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (M.A.U.S.S.). O M.A.U.S.S. rejeita a ideia de que o mercado é a variável central na construção da vida social e busca evidenciar a importância e a atualidade do trabalho de Mauss para o pensamento sociológico (MARTINS, 2005).

Godbout (2004) ressalta a diferença do dom, conceito central na teoria da dádiva, com relação à troca mercantil. No dom, os bens circulam a serviço dos laços, orientando-se pelo desejo de dar. Não se pode, entretanto, ter a falsa impressão de que a dádiva seja gratuita. Essa pressupõe sempre um retorno, um ciclo de dar, receber e retribuir. Tal ciclo, quando se fala de pais e mães que cuidam, baseia-se na relação parental, na reciprocidade afetiva. Trata-se de uma relação de dádiva fundada no amor e que pode ser ponto central para que tais pessoas não queiram ser substituídas, por exemplo, por cuidadoras (es) formais (ALVES, 2013). Dessa questão decorre a minha intenção de aproximar a teoria da dádiva do estudo da trajetória de trabalho remunerado e de cuidados de mulheres que são mães de pessoas com síndrome de Down (SD).

Paez e Moreira (2021) analisaram relatos de mães de crianças e adolescentes com condições crônicas complexas de saúde tendo como base a teoria da dádiva. As autoras destacam que, além de verem a vida dos filhos e filhas como dádivas, essas mulheres veem a experiência de fazer parte de grupos de famílias com filhos (as) na mesma situação que os (as) seus (suas) como um elemento de fortalecimento que coloca em movimento circuitos de dádiva, além de gerar atividades coletivas, como a organização política de familiares como grupos de interesses. Nesse caso, ganha lugar como bem que circula a emoção e o reconhecimento de pares, que fomenta laços para o cuidado.

Os laços também são centrais quando se pensa na teoria das redes. Tal abordagem busca explicar o comportamento dos indivíduos através das redes em que eles estão inseridos e analisar a estruturação das redes a partir das motivações e interações entre as pessoas que as integram (PORTUGAL, 2021). Bott (1976) faz importante contribuição para a teoria de redes, ao afirmar que a dinâmica da estrutura familiar depende não apenas do comportamento de seus membros, mas também das relações que esses estabelecem com os outros. Em outras palavras, a estrutura das relações que uma pessoa possui tem influência direta na sua relação familiar. Essa percepção é fundamental nos estudos relacionados às redes das PcD e de suas mães, uma vez que essas sofrem severo processo de exclusão social. Para Castel (2011), a exclusão social é um processo no qual ocorrem diversas rupturas, desde o mercado de trabalho até o núcleo familiar, podendo levar à completa ruptura com a sociedade.

Neste texto, a teoria de rede me foi útil para explorar as maneiras pelas quais a centralidade das mães nas redes de seus (suas) filhos (as) com SD podem impactar as trajetórias de trabalho de tais mulheres.

### **Procedimentos metodológicos**

A pesquisa empírica que deu origem a este relatório foi realizada no Brasil em 2016 e em Portugal em 2019. Situar a coleta de dados no tempo é importante principalmente, ainda que não somente, para destacar que as entrevistas foram realizadas antes da pandemia de covid-19, ou seja, os relatos não dão conta das mudanças – e sabemos que foram muitas – que os confinamentos e outras questões envolvendo a pandemia deixaram na vida das pessoas. Sendo assim, pode ser uma ótima questão para o futuro repetir as entrevistas para observar as mudanças

O maior compromisso da pesquisa foi com a manutenção do protagonismo das mulheres que são mães de pessoas com síndrome de Down. Com esse foco, optei por realizar entrevistas com relatos de história de vida. É importante ressaltar a visão de Alves (2014), com a qual compactuo, de que os relatos de história de vida têm importância inegável na construção de conhecimento. Ainda assim, também compartilho da visão da autora de que, em contexto de entrevista, aquilo que se verifica é que, muitas vezes, quando as pessoas aceitam contar as suas histórias, procuram algo que se encontra para além do simples relato de alguns eventos das suas vidas. Para tentar ser fiel a esses relatos, apresento na análise dos resultados trechos das falas das participantes.

Participaram da investigação trinta e quatro mulheres mães de adultos com síndrome de Down, dezoito no Brasil e dezesseis em Portugal. Todas as mulheres entrevistadas tinham, na ocasião das entrevistas, filhos(as) adultos(as) para que não se tivesse interferência de questões que poderiam se dever à idade. Para manter a confidencialidade, os nomes dessas mulheres não foram utilizados. O quadro 1 serve para apresentá-las de maneira breve.

Ainda que as trajetórias de vidas sejam muito ricas, o que poderia levar à análise de poucos casos com alta relevância, nesta pesquisa optou-se por trazer uma grande diversidade de relatos feitos por um número relativamente alto de mulheres em se tratando de uma pesquisa qualitativa.

Quadro 1 – Participantes da Pesquisa. Fonte: elaborada pela própria autora. ´

	Pessoa com síndrome de Down	Gênero	Idade	Mães	Idade	Número de irmãos	País onde mora
<b>Família 1</b>	Filho 1	F	51	Mãe 1	86	2	Brasil
<b>Família 2</b>	Filho 2	M	30	Mãe 2	62	2	Brasil
<b>Família 3</b>	Filho 3	M	32	Mãe 3	70	2	Brasil
<b>Família 4</b>	Filho 4	M	19	Mãe 4	55	1	Brasil
<b>Família 5</b>	Filho 5	F	20	Mãe 5	50	3	Brasil
<b>Família 6</b>	Filho 6	F	19	Mãe 6	55	2	Brasil
<b>Família 7</b>	Filho 7	F	26	Mãe 7	70	2	Brasil
<b>Família 8</b>	Filho 8	F	28	Mãe 8	52	1	Brasil
<b>Família 9</b>	Filho 9	M	26	Mãe 9	55	0	Brasil
<b>Família 10</b>	Filho 10	F	32	Mãe 10	72	1	Brasil
<b>Família 11</b>	Filho 11	F	53	Mãe 11	82	2	Brasil
<b>Família 12</b>	Filho 12	F	22	Mãe 12	55	1	Brasil
<b>Família 13</b>	Filho 13	M	40	Mãe 13	69	2	Brasil
<b>Família 14</b>	Filho 14	M	26	Mãe 14	50	1	Brasil
<b>Família 15</b>	Filho 15	M	39	Mãe 15	86	2	Brasil
<b>Família 16</b>	Filho 16	M	20	Mãe 16	47	2	Brasil
<b>Família 17</b>	Filho 17	M	28	Mãe 17	60	2	Brasil
<b>Família 18</b>	Filho 18	F	27	Mãe 18	65	2	Brasil
<b>Família 19</b>	Filho 19	M	18	Mãe 19	45	3	Portugal
<b>Família 20</b>	Filho 20	M	22	Mãe 20	50	3	Portugal
<b>Família 21</b>	Filho 21	M	40	Mãe 21	68	2	Portugal
<b>Família 22</b>	Filho 22	F	44	Mãe 22	69	1	Portugal
<b>Família 23</b>	Filho 23	F	23	Mãe 23	58	1	Portugal
<b>Família 24</b>	Filho 24	M	35	Mãe 24	66	2	Portugal

<b>Família 25</b>	Filho 25	M	23	Mãe 25	54	4	Portugal
<b>Família 26</b>	Filho 26	F	26	Mãe 26	60	3	Portugal
<b>Família 27</b>	Filho 27	M	30	Mãe 27	70	2	Portugal
<b>Família 28</b>	Filho 28	F	18	Mãe 28	43	2	Portugal
<b>Família 29</b>	Filho 29	M	21	Mãe 29	63	0	Portugal
<b>Família 30</b>	Filho 30	M	23	Mãe 30	63	1	Portugal
<b>Família 31</b>	Filho 31	F	31	Mãe 31	67	2	Portugal
<b>Família 32</b>	Filho 32	F	24	Mãe 32	66	2	Portugal
<b>Família 33</b>	Filho 33	F	28	Mãe 33	69	3	Portugal
<b>Família 34</b>	Filho 34	F	34	Mãe 34	70	1	Portugal

As entrevistas foram realizadas presencialmente e gravadas em áudio. O roteiro era semiestruturado. Todo o material empírico obtido nas entrevistas foi tratado por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), seguindo três procedimentos: leitura crítica; exame e avaliação do conteúdo dos trechos; e classificação de termos e ideias.

## **Análise dos resultados**

### **O cuidado como função feminina: culpa e responsabilidade materna**

Se na maternidade típica – filhos e filhas sem deficiência – a culpa e o cuidado com função materna estão muito presentes (BADINTER, 1985; CLÍMACO, 2020), na maternidade tida como atípica – filhos e filhas com deficiência – tais pontos parecem ser centrais. As narrativas das mulheres que participaram da investigação indicam a naturalização da centralidade que elas possuem nas vidas e nos cuidados de seus (suas) filhos (as).

- Aqui é assim, sou eu e ele. Na verdade, acho que sempre é assim, não é? A mãe é quem acaba cuidando. Principalmente de filhos com deficiência. É natural. (Mãe 55anos, Brasil)

- Se calhar, não tem outra forma de ser. Ela é minha responsabilidade. E digo mais, ela é minha culpa. Nada mais normal [...] eu cuido. (Mãe 69 anos, Portugal).

Nos depoimentos apresentados, e em tantos outros, foi muito recorrente a utilização da palavra culpa. Muitas mães demonstraram que acreditam ter uma parcela de responsabilidade pela deficiência dos (as) filhos (as). Por causa dessa culpa, elas têm o dever de cuidar

integralmente. Ou seja, a sociedade responsabiliza as mães por terem gerado uma criança que não corresponde aos padrões ditos normais, e o faz de maneira tão categórica que tais mulheres se cobram para tentar reparar de alguma maneira o mal que elas supostamente causaram aos seus(suas) filhos(as).

Muitas das participantes da pesquisa relataram que já ouviram de pessoas próximas, amigos e familiares, que elas não podem reclamar de terem que cuidar dos filhos com SD porque são responsáveis pela sua deficiência. Essa pressão social faz com que aumente nessas mulheres o sentimento de culpa por, supostamente, não corresponderem aos mitos da mãe perfeita e do filho perfeito.

- Ouvi da minha tia, pessoa querida, que eu quis ter filho tarde e que por isso ele tem síndrome de Down. Então eu que aguente. (Mãe 55, Brasil4).

Calvasina *et al.* (2007) e Paixão (1997) já haviam apontado a culpa como um sentimento muito nocivo e presente nas vidas das mães de PcD. No presente estudo, a culpa apareceu muitas vezes relacionada à religião. Para as mães que se disseram muito religiosas, os(as) filhos(as) com deficiência são um sinal de culpa no passado ou uma provação de sua fé. Em ambos os casos, tais crianças devem ser recebidas com o máximo de cuidado.

- Os meus pais me expulsaram de casa quando souberam que o meu filho era Down. Falaram que a culpa era minha. Desde aquele momento passei a me culpar pela deficiência dele. (Mãe 70, Portugal)

- Se Deus me deu essa aprovação, alguma coisa eu tenho que ter feito. (Mãe 70, Brasil).

A culpa e o fato de cuidarem, muitas vezes sozinhas, faz as mães entrevistadas acreditarem que é natural que seus (suas) filhos (as) com síndrome de Down sejam muito dependentes delas. Alguns depoimentos tinham presente o discurso de que existe a busca pela independência do (a) filho (a) com síndrome de Down para que ele (ela) possa se descolar da figura da mãe, mas se sabe que tal independência é muito difícil. Diante da falta de perspectiva de diminuição da dependência dos filhos, algumas entrevistadas contaram que se preocupam em dividir o tempo entre o que querem e as vontades dos filhos. Foi possível perceber que a tentativa de equilíbrio do tempo despendido com o (a) filho (a) Down e com suas próprias demandas é mais bem-sucedida no caso de mães que têm uma ocupação profissional. A literatura revista havia descrito essa mesma relação no caso de pessoas com deficiência visual (BALABANIS *et al.*, 2012).

- Então, como eu sou uma pessoa que eu sou divorciada e os filhos já casados, meu sábado é dela. Sábado é dela. Domingo é meu. Tenho que ter um dia, senão vou ter um troço. Sábado é dedicado a ela. Sábado eu faço o que ela quer, domingo o comando é meu. (Mãe 55, Brasil)

---

- Eu sei que muitos se dedicam só aos filhos com Down. Eu não posso porque eu trabalho fora. Não sei se é bom ou mau, mas equilibra um pouco. (Mãe 72, Brasil).

No que tange ao foco da pesquisa, o trabalho, todo esse contexto de culpa e de dependência faz com que o cuidado seja a principal atividade na vida dessas mulheres que são mães de pessoas com SD. Em diversos pontos da entrevista, essas mulheres disseram que “ser mãe é o seu trabalho a tempo inteiro”. “Não trabalho, já tenho o maior trabalho do mundo, sou mãe do meu miúdo” (Mãe 66, Portugal). Pensando no ciclo que a literatura apresenta para a dádiva (dar, receber e retribuir), baseado na reciprocidade afetiva, fundada no amor (ALVES, 2003), podemos ter um caminho para entender a dedicação (quase) exclusiva das mães com seus (suas) filhos (as) com SD. É fundamental, entretanto, que se coloque nessa equação a culpa socialmente imputada a essas mulheres. Ou seja, ocupar o lugar central na rede de seus (suas) filhos (as), e tê-los (las) também em lugar central em suas próprias redes, não parece ser uma questão de escolha baseada somente no amor. Tal configuração passa por aspectos muito delicados que devem ser melhor entendidos e que afetam de maneira cabal a vida de mulheres mães de pessoas com SD. O ponto central a ser aprofundado em futuras investigações passa por entender que não se trata de uma questão individual, é a norma social que estigmatiza, levanta sentimento de culpa e atribui responsabilidades a essas mulheres. Ao mesmo tempo não se pode propor um aprofundamento nesse sentido sem considerar particularidades das histórias individuais de vida dessas mulheres.

Ainda no que diz respeito à dádiva, a busca por engajamento em movimentos coletivos apareceu nesta pesquisa como um elemento de fortalecimento que coloca em movimento circuitos de dádiva, assim como apontado por Paez e Moreira (2021) no caso de mães de crianças e adolescentes com condições crônicas de saúde. Para algumas das mulheres, tais movimentos (coletivos, associação de pais, grupos de estudos) tornam-se centrais e têm status – sobretudo social, mas por vezes também financeiro – de ocupação profissional. Tal centralidade é visível em relatos como “agora a vida é militância pela inclusão das pessoas com síndrome de Down” (Mãe 66, Portugal).

### **Trajetória profissional: cuidados e (in) dependência dos (as) filhos (as)**

Se quisermos traçar uma única trajetória de vida profissional capaz de representar – obviamente sem intenção de generalizar – o percurso das mulheres que participaram da pesquisa ela ficaria assim: A mulher tem uma vida profissional ativa. Engravidada. Culpa-se e é culpada pela sociedade da deficiência de seu (sua) filho (a). Nasce o (a) filho (a) com SD. Torna-se responsável por todos os cuidados. Para de trabalhar para cuidar do bebê temporariamente. O tempo passa, a dependência do (a) filho (a) com relação a elas se mantém. Acabam por não voltar ao mercado de trabalho.

- Depois que fui mãe, e mãe de uma miúda com trissomia, não tive mais condições de trabalhar. (Mãe 60, Portugal)

- Eu trabalho cuidando dela. Esse é o meu emprego de 24 por 7. (Mãe 55, Brasil)

- Achei que era só por um tempo, que ia voltar para o meu trabalho. Ficou para vida, isso de ser cuidadora. (Mãe 62, Brasil).

Uma das consequências da dedicação, por vezes exclusiva, ao cuidado é a vivência íntima do estigma da deficiência. Goffman (2008) já havia defendido que a mãe muitas vezes é estigmatizada tanto quanto a PcD. Para essas mulheres, que narraram ter abdicado de carreiras profissionais, a identidade que tinham antes do (a) filho (a) nascer parece estar atrelada ao trabalho que desempenhavam e agora sua tarefa principal “na família e na sociedade é cuidar”, para utilizar palavras de uma das entrevistadas que parou de desempenhar sua atividade profissional depois que o filho com SD nasceu.

As mulheres que disseram manter seus empregos relataram que têm muita dificuldade para conciliar os horários de trabalho e o cuidado com os (as) filhos (as). Tais mulheres disseram que não contam com nenhum tipo de empatia por parte de seus superiores hierárquicos. Aqui, mais uma vez, apareceu a culpa, desta vez associada à percepção de que não fazem o suficiente por seus (suas) filhos (as). Ou seja, essa é mais uma situação na qual se coloca a questão da deficiência como problema individual que, como tal, deve ser resolvido com soluções que envolvem sacrifícios individuais, quase sempre das mães; quando, na verdade, é urgente que se pense o papel do coletivo na busca por uma sociedade inclusiva.

- Eu gostava de ter mais tempo para ela. Para cuidar, levar na terapia da fala. Mas trabalhando a tempo integral não sobra muito tempo para isso. (Mãe 43, Portugal)

- Já aconteceu duas vezes de precisar sair mais cedo para coisas médicas do [Filho 29, Brasil] e a minha chefe não deixou. Acho incrível a falta de empatia. (Mãe 86, Brasil).

Uma parte dos relatos também deu conta de mães que modificaram sua trajetória profissional se aproximando de áreas como educação inclusiva para ajudarem na inclusão social de seus filhos. É muito interessante ressaltar aqui o caso de uma das mães em específico (Mãe 52, Brasil) que estudou pedagogia para se tornar explicadora da própria filha na escola. Anos mais tarde, essa mulher entrou para o mesmo curso universitário da filha, arquivologia, para auxiliá-la nas aulas que não contavam com a acessibilidade necessária e acabou trabalhando como arquivologista até se aposentar.

O que as narrativas mostraram é que muitas das mulheres que deram seus depoimentos se ressentem de terem abdicado de suas carreiras.

- Não faria a mesma coisa hoje. Ter abandonado minha carreira ainda dói. (Mãe 55, Brasil).



Neste sentido, aqui pretendo provocar a reflexão sobre o que pode ser feito para que essas mulheres tenham direito de tomar decisões a esse respeito de maneira mais autônoma.

### **Espaços privados: a quem interessa manter a exclusão?**

Como mencionado no início das análises dos resultados, é preciso que a reflexão sobre as vidas profissionais das mães de pessoas com SD passe por ouvir e entender os relatos aqui apresentados, mas também é necessário perceber que existe uma forte influência do desejo coletivo de manutenção de privilégios. As opressões capitalistas e patriarcais, de maneira articulada, se encarregam de manter essas mulheres, mãe de pessoas com SD, fora do mercado de trabalho. Como cuidadoras elas “livram” o Estado e a sociedade de pensar em soluções coletivas que de fato pensem a deficiência como resultado de um sistema de opressão e não como uma questão médica (GARLAND-THOMSON, 2019). Em alguns relatos, percebe-se que as mães têm consciência do que se passa nesse sentido, mas se sentem impotentes para modificar tal situação. “Se eu fico aqui, em casa, é bom para toda a gente. O Estado não precisa providenciar escola, as empresas não precisam ter locais de emprego. Todos ganham, menos eu. Eu que me lasque” (Mãe 2).

O fato de ficarem em casa, como enfatizado no trecho acima, faz com que essas mulheres fiquem restritas ao ambiente privado, não ocupando os espaços públicos. Essa questão já tinha sido levantada por Cano (2016), que enfatizou que as mulheres são excluídas dos âmbitos público, político e do mercado.

- Eu me sinto presa em casa. Quase não tenho tarefas na rua. (Mãe 50, Brasil)
- Se calhar passo perto de 90% de meu tempo aqui nessa casa. (Mãe 43, Portugal)
- Eu gostava de estar em mais sítios. De sair, e com ele. Ele precisa estar na rua, nas praças, isso é importante, sabia? (Mãe 70, Portugal).

O último depoimento traz um elemento interessante. Ter as pessoas com SD fechadas em ambientes privados com suas mães contribui para a manutenção de sua exclusão social. É muito importante que tais pessoas ocupem os lugares públicos, estejam visíveis para a sociedade. Somente assim tem-se qualquer possibilidade de se começar a pensar em inclusão social.

Igualmente importante é a presença das mulheres que são mães de pessoas com SD nos espaços públicos, inclusive nos ambientes de trabalho. Para que isso seja possível, as participantes da pesquisa disseram ser fundamental que possam contar com instituições como escolas, centros de formação profissionais e lares de longa permanência para seus(suas) filhos(as). Tais instituições são importantes para que essas mulheres possam tentar se manter ou se reinserir no mercado de trabalho.

- Para que eu pudesse trabalhar eu teria que ter uma instituição, algo assim para deixá-la. E tem? Não tem pelo menos nada bom. (Mãe 58, Brasil)

- [falando sobre buscar uma instituição] Não penso nisso. Seria como entregar o meu miúdo. (Mãe 58, Portugal).

A delegação dos cuidados dos (as) filhos (as) para as cuidadoras formais muitas vezes foi retratada como um sinal de fracasso e, outras tantas vezes, como no relato apresentado, apareceu como algo impensável. Aqui é claramente possível fazer a ponte com a questão já discutida do sentimento de culpa que leva, associado a outros fatores, à socialmente construída obrigatoriedade da mãe de se responsabilizar integralmente pelo(a) filho(a).

- (...) minha filha, eu cuido. Eu pensava assim, mas para trabalhar tenho que ter onde, com quem deixá-lo, mas não minto sinto que falhei toda as vezes que deixo ele na instituição. (Mãe 86, Brasil).

Sobre essa opção de buscar algum tipo de instituição para dividir os cuidados com os (as) filhos (as), ela foi muito mais frequentemente evocada pelas mães entrevistadas em Portugal. Muitas das entrevistadas no Brasil disseram que nem sequer existe essa possibilidade nas cidades onde moram. Cabe o questionamento sobre a utilidade da opção institucionalização para a opressão capitalista e patriarcal. Sem generalizar, pois, existem diversos tipos de instituições, muitas vezes essa opção faz com as PcD sejam mantidas em espaços reservados, privados e distantes dos espaços públicos. Ou seja, de maneira contraditória, frequentar uma instituição pode colocar a pessoa com SD mais à margem da sociedade, ao mesmo tempo em que pode possibilitar que suas mães ocupem espaços públicos, inclusive no mercado de trabalho.

### **Considerações finais**

Na investigação que deu origem a esse artigo, o ponto central foi lançar luz sobre as questões vivenciadas pelas mães de pessoas com SD. Tais mulheres são estigmatizadas e sofrem com os estigmas de seus(suas) filhos(as), mas têm sido colocadas à margem da maior parte das discussões sobre inclusão. Neste artigo, eu optei por focar nas questões relativas ao trabalho. E, ao tomar tal caminho, deparei-me com a centralidade que o trabalho de cuidar tem na vida dessas mulheres que são mães de pessoas com SD.

Ainda no que diz respeito à centralidade dos cuidados com os (as) filhos(as) nas vidas das mães, as participantes da pesquisa deixaram claro que a relação de cuidado é tão próxima e intensa que faz com que suas identidades se misturem. Ao fazer afirmações como “não sei onde começa a minha filha e terminou, somos a mesma coisa” ou “eu acho que sociedade também me vê como deficiente”, as mães lançam luz sobre a questão da extensão do estigma da deficiência. Ou seja, elas próprias são estigmatizadas e excluídas de vários espaços sociais, perdendo assim muitos de seus direitos sociais e humanos.

Ainda que se possa tentar perceber nos relatos diferenças relativas a idades ou a classe social das mães que participaram da pesquisa, destaca-se que o estigma de ser mãe de uma PcD parece sobressair. Em outras palavras, obviamente existem diferenças nas trajetórias de maternagem e nas vidas, mas todas são profundamente marcadas pelo capacitismo. As pressões sociais – marcadas pelo patriarcado, capitalismo e capacitismo – fazem com que a conciliação entre trabalho remunerado e cuidado dos filhos seja possível somente por meio de iniciativas individuais e pontuais. No que diz respeito a possíveis diferenças entre as vivências nos dois países, destaca-se, novamente, que as comparações não eram o objetivo desta pesquisa, mas podem ser feitas em investigações futuras, uma vez que claramente existem diferenças entre Brasil e Portugal no que tange às políticas de inclusão social de PcD.

Por ora, a investigação aqui explorada traz reflexões importantes e deixa inquietações advindas da percepção de que existe uma clara acomodação social no sentido de manter as mulheres que são mães de pessoas com SD excluídas dos espaços públicos, inclusive dos espaços de trabalho. Reverter essa situação só parece possível com o questionamento da deficiência como uma questão individual. Ou seja, é necessário que se coloque em prática a perspectiva social da deficiência para assim pensar a deficiência e principalmente os cuidados como questões coletivas. Resgatando o que propõe Gardou (2006), a deficiência constitui uma poderosa mensagem de alerta tanto para a vida das sociedades como para o funcionamento dos seus dispositivos ou sistemas sociais. Entretanto, é importante que a sociedade esteja atenta e disposta a ouvir tal alerta.

## Referências

- ALVES, Joana. As razões para (cui)dar. Olhando o cuidado familiar a partir do paradigma da dádiva. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e Pós-Coloniais**, Recife, v. 3, n. 1, p. 175-193, 2013.
- ALVES, Joana. **Cuidar e ser cuidado**: uma análise do cuidado cotidiano, permanente e de longa duração. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, 2016.
- ALVES, Joana. “O que eu faço tem valor”: Discutindo o cuidado familiar e o Reconhecimento. *Ex æquo*, Lisboa, n. 30, p. 97-111, 2014.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BALABANIS, George *et al.* A Conceptual Stress-Coping Model of Factors Influencing Marketplace Engagement of Visually Impaired Consumers. **Journal of Consumer Affairs**, Georgia, v. 46, n. 3, p. 485-505, 2012.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BORIS, Eileen. Produção e reprodução, casa e trabalho. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 101-121, 2014.
- BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**. São Paulo: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1976.
- CALVASINA, Paola *et al.* Fraqueza de nascença: sentidos e significados culturais de impressões maternas na saúde infantil no nordeste brasileiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 75-92, 2007.

- CANO, Julieta Evangelina. La “otredad” femenina: construcción cultural patriarcal y resistencias feministas. **Asparkia – Investigació Feminista**, Castellón de la Plana, n. 29, p. 49-62, 2016.
- CASTEL, Robert. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ Bardin, 2011.
- CHODOROW, Nancy. **The reproduction of mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender**. London: University of California Press, 1978.
- CLÍMACO, Julia. Análise das construções possíveis de maternidades nos estudos feministas e da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-17, 2020.
- D’ÁVILA, Manuela. **Revolução Laura: reflexões sobre maternidade e resistência**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2019.
- FARIA, Marina. As teias que a Síndrome de Down não tece: identidade, estigma e exclusão social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 122, p. 119-144, 2020.
- GARDOU, Charles. Quais os contributos da Antropologia para a compreensão das situações de deficiência? **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 8, p. 53-61, 2006.
- GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. In: HALL, Kim. **Feminist Disability Studies**. Indiana: Bloomington and Indianapolis, 2011. p. 13-47.
- GODBOUT, Jacques. L’actualité de L’ “Essai sur le don”. **Sociologie et sociétés**, Québec, v. 36, n. 2, p. 177-188, 2004.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- KARADAG, Gulendan. Hardships Undergone by Mothers with Handicapped Children, Hopelessness and Social Support from Family. **Preventive Medicine Bulletin**, Istanbul, v. 8, n. 4, p. 315-322, 2009.
- MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 73, p. 45-66, 2005.
- MATHIEU, Sophie. From the Defamilialization to the “Demotherization” of Care Work. **Social Politics**, Oxford, v. 23, n. 4, p. 576-591, 2016.
- MOLINIER, Pascale; PAPERMAN, Patricia. Descompartimentalizar a noção de cuidado? **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 43-57, 2015.
- PAEZ, Anita; MOREIRA, Martha. Encontrar a própria voz e descobrir-se forte é também encarado como uma dádiva que advém do cuidado de uma criança complexa. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 1-11, 2021.
- PAIXÃO, Adriana Gomes. Representações sociais e a síndrome de Down: entre o sofrimento e a sua superação. **Arquivos Brasileiros de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 5, p. 141-146, 1997.
- PAVIA, Teresa; MASON, Marlys. Inclusion, Exclusion and Identity in the Consumption of Families Living with Childhood Disability. **Consumptions Markets & Culture**, Londres, v. 15, n. 1, p. 87-115, 2012.
- PINTO, Ana Margarida. **Ser mãe de uma criança com Trissomia 21: sentimentos e expectativas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2011.
- PORTUGAL, Silvia. Para uma Leitura da Experiência do Adoecimento Crônico: contributos de três paradigmas da teoria social. In: BARSAGLINI, Reni; PORTUGAL, Silvia; MELO, Lucas (org.). **Experiência, Saúde, Cronicidade: um olhar socioantropológico**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. p. 63-84.
- RYAN, Sara; RUNSWICK-COLE, Katherine. Repositioning mothers: mothers, disabled children and disability studies. **Disability & Society**, Londres, v. 23, n. 3, p. 199-210, 2008.
- SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001.

---

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**. Coimbra: Edições Almedina, 2018.

SANTOS, Gina. Gestão, trabalho e relações sociais de género. *In*: FERREIRA, Virgínia. (org.). **A Igualdade de Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego em Portugal: Políticas e Circunstâncias**. Lisboa: CITE, 2010. p. 99-138.

SILVA, Gisele da; SANTOS, Manoel Antônio dos. Álbum de família e esquizofrenia: convivência em retrato. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 83-91, 2009.

Recebido em: 21/07/2022

Aceito em: 20/10/2022

**FEMINISMO LIBERAL E MULHERES  
NO MERCADO DO TRABALHO FORMAL  
– uma análise do discurso**

***LIBERAL FEMINISM AND WOMEN  
IN THE FORMAL LABOUR MARKET  
– a discourse analysis***

---

Maria Clara Fonseca Pacheco\*

Rafael De Tilio\*\*

**Resumo**

A inserção das mulheres no mercado formal de trabalho é uma das principais reivindicações dos movimentos feministas, inclusive, do feminismo liberal. O objetivo desta pesquisa foi analisar os discursos (efeitos de sentidos) sobre a inserção das mulheres no mercado formal de trabalho produzidos por uma mulher feminista liberal. Foi realizado um estudo de caso único qualitativo utilizando uma entrevista com uma mulher feminista liberal. A partir da análise do discurso de Michel Pêcheux, os principais resultados foram organizados em formações discursivas (regiões de regularidades de sentido) que destacaram: a continuidade da divisão sexual do trabalho a ser realizado no espaço doméstico e no espaço público segundo o gênero do trabalhador e suas consequentes e distintas opressões e assimetrias; as relações entre feminismo liberal, meritocracia e individualismo no sistema de produção capitalista que, apesar de aparentar liberdade para o sucesso das mulheres, mantém discursos tradicionalistas.

**Palavras-chave:** Mulheres. Mercado de trabalho. Feminismos. Liberalismo.

**Abstract**

The inclusion of women in the formal labor market is one of the main demands of the feminist movements, including liberal feminism. The objective of this research was to analyze the discourses (meaning effects) about the women inclusion in the formal labor market produced by a liberal feminist woman. A qualitative single case study was carried out from an interview with a liberal feminist woman. Based on Michel Pêcheux's discourse analysis, the main results were organized in discursive formations (stable regions of meanings) that indicated: the continuity of the labor sexual division performed in the domestic and public spaces according to the gender of the worker and its consequent as distinct oppressions and asymmetries; the relations between liberal feminism, meritocracy and individualism in the capitalist production system despite appearing as women freedom and success that maintains traditionalist discourses.

**Keywords:** Women. Employment market. Feminism. Liberalism.

---

\* Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pesquisadora associada do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros (LEPESEGE) da UFTM. E-mail: maria\_clarapacheco@hotmail.com

\*\*Doutor em Psicologia. Docente do Departamento de Psicologia e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Coordenador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Sexualidades e Gêneros (LEPESEGE) da UFTM. E-mail: rafael.tilio@gmail.com

## Introdução

A partir do reconhecimento das opressões, das injustiças, das subordinações e das violências que acometem as mulheres, os movimentos feministas se organizaram visando a enfrentar e superar essas adversidades (SANTOS *et al.*, 2016; SORJ, 2004). Originalmente concentradas em torno do direito ao voto das mulheres, atualmente os movimentos feministas problematizam o acesso igualitário ao mercado de trabalho formal, aos salários e à participação política nas arenas de decisões além de outros campos de disputas entre os gêneros (VINTGES, 2019).

Na história dos movimentos feministas, a metáfora das “ondas” é utilizada para organizar uma possível cronologia que destaca seus principais momentos, demandas e reivindicações (PAULA; SANTOS, 2021). Resumidamente, a primeira onda, ocorrida a partir das últimas décadas do século XIX, foi caracterizada pelo conjunto de movimentações realizadas por mulheres em busca de igualdade jurídica e política, como o direito ao voto (COSTA; SARDENBERG, 2008; PINTO, 2010). A segunda onda, delineada nos anos 1960, propôs um tom mais crítico e buscou uma transformação profunda na sociedade, travando uma luta ideológica contra os valores patriarcais representados pelos pais, maridos, companheiros, amigos, colegas de trabalho e outras figuras masculinas (COSTA; SARDENBERG, 2008; PINTO, 2010). Por fim, nos anos 1990, a terceira onda apresentou a desconstrução da (suposta) universalidade do grupo das mulheres, ou seja, a percepção de que não haveria um sujeito universal que representasse todas, destacando as especificidades das negras, das lésbicas, das do terceiro mundo, das transgêneras, das indígenas etc. (NASCIMENTO, 2021; MARQUES; XAVIER, 2018).

Neste sentido, os valores, as representações, as estratégias e as táticas de lutas visando a efetivação dessas demandas e direitos possuem diferenças, divergências e variedades dentre os grupos das mulheres – por isso há a necessidade de recorrer ao plural para designar os movimentos feministas. Assim, é possível falar em feminismos, considerando que durante sua trajetória esses movimentos foram se desdobrando em diversas vertentes e orientações, a saber seus principais: liberal, radical, marxistas ou socialista, negro e interseccional<sup>1</sup>, cada qual com pautas e posturas políticas específicas (PAULA; SANTOS, 2021). Dentre eles, o feminismo liberal é considerado um dos pioneiros, sendo marcante durante a primeira onda com as sufragistas, no geral mulheres brancas e das elites europeias. Atrelado aos ideais liberais de igualdade, liberdade e universalidade, seu eixo de reivindicações foi construído a partir da denúncia de uma exclusão sistemática das mulheres da esfera pública e da necessidade de reconhecimento

---

1 O feminismo radical propõe um reordenamento radical das raízes da sociedade a partir do qual a supremacia masculina seria eliminada em todos os contextos sociais e econômicos; o feminismo marxista, classista ou socialista investiga e explica as maneiras pelas quais as mulheres são oprimidas por meio do sistema de produção capitalista e da propriedade privada; o feminismo negro atua tanto na esfera da discussão de gênero quanto na luta antirracista; o feminismo interseccional analisa e combate a discriminação de gênero levando em conta, necessariamente, questões de raça e classe social.

de suas liberdades pela inserção no mercado de trabalho que permitiria, assim, primeiro seu sustento e depois sua autonomia e protagonismo, aspectos que estavam garantidos apenas para os homens (COSTA; SARDENBERG, 2008).

Há de se destacar que o feminismo liberal se estrutura a partir de uma perspectiva institucional e imediatista, e não de transformação estrutural. Em outras palavras, sua aposta é a de que as mudanças sociais relacionadas às desiguais relações de/entre os gêneros podem ser alcançadas principalmente mediante e devido aos esforços individuais e protagonismos das mulheres pelo trabalho formal – haja vista a ilusão da similaridade das capacidades e oportunidades que todas as mulheres teriam a despeito de suas reais condições de existência – e não por meio da (espera passiva) da atuação (autoritária) do Estado, destacando os elementos típicos das concepções ideológicas das correntes liberais e neoliberais (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019; CYFER, 2010; COSTA; SARDENBERG, 2008).

Por isso, a meritocracia e o individualismo das ações – sustentados a partir de expressões universalizantes como empreendedorismo das oportunidades e resiliência diante das adversidades etc. – e a gestão dos afetos pessoais explicariam o sucesso e/ou fracasso individuais, em vez de esses serem reconhecidos como modos de (des) funcionamento social, cujo objetivo é a manutenção das desigualdades sociais e de gênero. Não à toa, devido à valorização dos atributos pessoais, os sofrimentos diante dos insucessos ou mal-estares individuais e sociais são significados equivocadamente como problemas biográficos e não como questões estruturais da sociedade (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021). Isso porque a realidade mostra que essa possibilidade de igualdade entre as classes sociais e os gêneros motivada apenas pelas ações dos indivíduos é uma falácia. Apenas para ficar em alguns exemplos, a pesquisa do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-IBRE) apontou que no ano de 2021, na comparação com os homens, as mulheres estão 20% menos presentes no mercado formal de trabalho (ALPACA, 2022); já a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) destacou que a jornada semanal de atividades das mulheres dura em média 3,1 horas a mais que a masculina, pois são elas as maiores responsáveis pelas atividades domésticas (BÔAS, 2019). Por fim, o Instituto Patrícia Galvão (organização feminista sem fins lucrativos) revelou que 76% das mulheres já foram vítimas de violência no ambiente de trabalho (xingamentos, insinuações e importunações sexuais etc.) (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2020). Embora mudanças tenham ocorrido nas últimas décadas (em especial a crescente inserção das mulheres nas instituições de escolarização formal), a participação feminina no mercado formal de trabalho ainda é atravessada por desigualdades e opressões (CYFER, 2010; FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

Neste sentido, a análise do discurso de tradição francesa – tal como será precisada adiante – é uma possibilidade de compreender de maneira crítica a produção das universalizações de valores que, antes de libertar os sujeitos por considerar que são todos iguais nas suas origens, revela suas discrepâncias e particularidades como efeitos dos modos de funcionamento da



sociedade (PÊCHEUX, 2014). Compreender a situação das mulheres no mercado formal de trabalho é significativo por permitir questionar seu estatuto social, pois o emprego feminino é um fio condutor para entender seu espaço na sociedade (MARUANI, 2009). Considerando os entraves relacionados à inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, as desigualdades presentes e as pautas do feminismo liberal, que cada vez mais ganha relevância e atenção no imaginário, servindo como elemento de destaque para resolução das disputas sociais, o objetivo desta investigação foi analisar os discursos (efeitos de sentidos) sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho produzidos por uma mulher feminista liberal.

### **Aspectos metodológicos**

Estudo de caso único e qualitativo em Psicologia (SHAUGHNESSY; ZECHMEISTER; ZECHMEISTER, 2012). Essa pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da universidade dos pesquisadores e está registrada sob o número CAAE 36991420.8.0000.5154 da Plataforma Brasil com parecer de aprovação número 4.258.590.

Participou da pesquisa uma mulher autodeclarada feminista liberal e que está inserida em contexto formal de trabalho. O recrutamento da participante ocorreu por intermédio da rede de contatos dos pesquisadores na rede social *Facebook*, por meio da qual foram acionados grupos formados por mulheres que se identificavam com a ideologia liberal e com o feminismo liberal. Foram disparadas mensagens para membros de tais grupos solicitando indicações de participantes que respondessem aos seguintes critérios de inclusão: maiores de 18 anos de idade; ser mulher e se autodeclarar feminista liberal; ser informante qualificada a respeito dos ideais do movimento feminista liberal. Em seguida, foi encaminhado o convite da pesquisa para a potencial participante<sup>2</sup> que respondeu com interesse. Por fim, foram trocadas mensagens privadas pelo aplicativo *WhatsApp* para apresentação do objetivo do estudo, esclarecer eventuais dúvidas e realizar a coleta dos dados.

Para a coleta dos dados foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada elaborado pelos pesquisadores. O roteiro considerou os seguintes aspectos: dados gerais (idade, formação/escolaridade, contexto de trabalho, processo de inserção no mercado de trabalho, trabalho no espaço doméstico); seis questões sobre o movimento feminista liberal; sete questões sobre mercado de trabalho. Todos esses aspectos permitem compreender os efeitos de sentidos produzidos por uma mulher feminista liberal no mercado formal de trabalho, seus desafios, seus facilitadores, as principais pautas do feminismo liberal e as diferenças entre homens e mulheres nesse contexto. Após o recrutamento da participante, e mediante o aceite de participação da pesquisa, foi combinado um dia e horário para leitura do Termo de Consentimento Livre e

---

<sup>2</sup> Para a análise do discurso de Michel Pêcheux, dado ao seu radicalismo e sua filiação às pesquisas de vertentes qualitativas, uma entrevista somente (por ser uma fonte de materialidade linguística e discursiva) pode servir de matriz de produção de sentidos e, portanto, sustentar uma investigação.

Esclarecido e realização da coleta de dados. Considerando a diferença de localização geográfica entre a entrevistadora (que é a coautora desta pesquisa) e a participante, e as recomendações de distanciamento social no contexto da pandemia de covid-19, a entrevista ocorreu por intermédio da ferramenta *online* de videoconferência *Google Meet*, em janeiro de 2021, tendo duração de 1h12 minutos. O consentimento livre e esclarecido e a autorização de gravação de imagem e som foram obtidos por meio de registro audiovisual do aceite da participante. A entrevista foi transcrita na íntegra com auxílio de um programa de edição de texto e organizada para análise apoiada no referencial teórico da análise do discurso de Michel Pêcheux.

De maneira resumida, Michel Pêcheux desenvolveu sua teoria da análise do discurso apoiado na noção de que os sentidos produzidos que organizam as interações sociais não podem ser separados da história, do contexto social e da ideologia (FERNANDES; VINHAS, 2019). Assim, a análise do discurso busca compreender a produção dos sentidos não como dados *a priori* entre os interlocutores (ou seja, os sentidos não são nem naturais nem universais), mas sim como constituídos a depender das suas posições sociais (de classe, de raça, de gênero etc.) (BRANDÃO, 2007; ORLANDI, 2013). Para compreensão e análise do funcionamento do discurso (definido como efeitos de sentidos entre os interlocutores), Michel Pêcheux estabeleceu alguns conceitos (FERNANDES; VINHAS, 2019; ORLANDI, 2013; PÊCHEUX, 2014): o intradiscurso, que é o que os sujeitos efetivamente proferem; o interdiscurso, também denominado de memória discursiva, que faz referência aos sentidos estabelecidos nos contextos imediatos e na história que tornam possível todo o dizer, afetando os modos como os sujeitos produzem significações em situações específicas; as formações discursivas, que são regiões de regularidades de sentidos que, apesar de interligadas pelo interdiscurso, estão em disputa e representam as posições sociais (de classe, de raça, de gênero etc.) dos interlocutores; o esquecimento número um (da ordem da interpelação ideológica: os sujeitos esquecem que não controlam todas as possíveis derivações de sentidos) e o esquecimento número dois (da ordem da enunciação, pressupondo uma ilusão de transparência entre pensar e dizer: os sujeitos esquecem que não escolhem todas as palavras que utilizam); por fim, devido às relações de poder em disputa entre as formações discursivas, a formação discursiva que se sobressai serve como formação ideológica, servindo de norma e/ou padrão para as condutas e sentidos dos sujeitos.

Em termos de organização das etapas metodológicas, a análise do discurso de Michel Pêcheux aqui proposta está apoiada em três momentos (SILVA; ARAÚJO, 2017): estabelecimento das superfícies linguísticas (seleção de trechos da entrevista); passagem das superfícies linguísticas para as sequências discursivas (SD), mobilizando os conceitos de interdiscurso, formações discursivas (FD) e esquecimento número dois; passagem das sequências discursivas para o processo discursivo, mobilizando os conceitos esquecimento número um e formação ideológica.

Para a realização da análise dos dados desta pesquisa foram delimitadas quinze sequências discursivas organizadas a partir de três formações discursivas; a primeira representada por quatro SD sobre efeitos de sentidos sobre vivências das mulheres no espaço privado; a segunda representada por seis SD sobre efeitos de sentidos sobre vivências da participante no espaço público de trabalho; e a terceira representada por cinco SD sobre feminismos.

## Resultados e discussão

Sendo este um estudo de caso único, a presente pesquisa contou com uma participante mulher, com 29 anos de idade, autodeclarada branca, original da região do nordeste, graduada em Direito e doutorado em andamento na mesma área. Segundo a participante, sua mãe exercia tarefas domésticas e não executava nenhum trabalho fora de casa, enquanto seu pai atuava como professor em uma escola pública. Ela, por sua vez, está inserida no contexto formal de trabalho desde o ano de 2017. Atualmente faz parte de uma organização de mulheres liberais exercendo a função de diretora voluntária – por isso é uma informante privilegiada. A participante também trabalha como diretora de políticas públicas em uma instituição sem fins lucrativos, suprapartidária e defensora do liberalismo econômico. A participante se autodeclara mulher feminista liberal e ativa no movimento há aproximadamente sete anos.

Para melhor disposição dos resultados, esta seção será dividida em duas partes: a primeira apresenta os efeitos de sentidos sobre vivências da participante na dicotomia público/privado e perante os feminismos – visando a identificar formações discursivas (regularidades de sentidos) que organizam seus discursos; neste caso, foram três as formações discursivas estabelecidas: FD1 sobre efeitos de sentidos sobre vivências das mulheres no espaço privado (SD um a quatro), FD2 sobre efeitos de sentido sobre vivências das mulheres no espaço público de trabalho (SD cinco a dez), e FD3 sobre feminismos (SD onze a quinze). A segunda parte desta seção se dedica ao Processo Discursivo com o objetivo de compreender as ideologias que interpelam os discursos da participante (ORLANDI, 2013; PÊCHEUX, 2014).

### Formações Discursivas sobre vivências das mulheres na dicotomia público/coletivo e privado/doméstico e feminismos

Partindo das informações apresentadas pela participante ao longo da entrevista, foi possível identificar os sentidos atribuídos às vivências das mulheres atravessadas por dificuldades e estigmas historicamente estabelecidos; elementos que remetem ao machismo, sexismo, bem como submissões vivenciadas nas relações e no espaço privado denotam espaços de regularidade de sentidos, ou seja, uma formação discursiva específica (FD1). Sobre as dificuldades das mulheres no espaço privado, é apresentada a SD1:

Eu sou filha mais velha lá em casa, sempre houve diferença de tratamento entre eu e meu irmão, só que eu sempre fui muito combatível<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> A palavra “combatível” significa o que pode ser combatido. Considerando o contexto discursivo e argumentativo, a participante provavelmente queria dizer “combativa” (aquela que combate). Apesar de não aprofundarmos na análise esse deslocamento/deslize de sentidos, optamos por manter a materialidade linguística em sua originalidade, tal como recomendado por nosso referencial teórico.

Essa SD demonstra as diferenças entre homens e mulheres e seus impactos na construção da identidade da participante, considerando que, embora exista a premissa socialmente estabelecida de superioridade do(a) irmão(ã) mais velho(a), a relação é delimitada com base no gênero (ser homem ou ser mulher), determinando uma situação original de desigualdade. Deste modo, deduz-se que a participante assume uma postura de combate na tentativa de romper ou questionar esta lógica.

Nota-se que um dos efeitos de sentidos produzido pela expressão “só que” faz referência à ideia de oposição, ou seja, de se colocar em condição de não aceitação e de combate. Esse posicionamento pode ser compreendido como resposta às situações de opressão e dominação vivenciadas social e historicamente pelas mulheres presentes no interdiscurso, de modo que suas conquistas estão ligadas a uma série de lutas e reivindicações. Ainda é possível destacar que ser mulher nos contextos privados e familiares também é atravessado por opressões e assimetrias.

A SD2 reitera as opressões vivenciadas no espaço familiar e nas relações conjugais:

Eu acredito na escolha das pessoas, eu acho que as pessoas tem que escolher, sabe. Então, apesar de eu achar que seja uma escolha burra, eu acho que... tem mulher que escolhem, é... serem donas de casa, né, se dedicarem só pra família. Acho que todas elas se arrependem quando chega nos 50 anos, elas estão sendo trocadas pelo marido por uma mulher de 20 anos, então... acho... isso é uma visão de mundo também, tá... [risadas]. Mas eu respeito quem faz essa escolha, então assim, eu não sei se isso foi muito claro pra você, se isso foi muito militante ou então muito amargo o que eu falei, mas essa é minha opinião [risadas].

Apesar da crença na escolha individual típica do neoliberalismo, há um discurso que sugere a distinção entre escolhas válidas/inteligentes e escolhas desvalidadas/burras que resultam em arrependimento. Mesmo que partindo das próprias mulheres, a decisão de se dedicar à casa, ao espaço doméstico e à família seria menos valorizada do que “escolher” ter uma profissão ou trabalho no espaço público. A adoção do termo “escolha burra” faz referência a uma ação não racional atrelada à ideia de que escolher essa opção seria algo inaceitável, ou seja, na concepção liberal, os recursos (inclusive os cognitivos e afetivos) seriam os mesmos para todas as pessoas, logo é inaceitável que alguém escolha permanecer numa situação de desigualdade ou opressão porque inteligência, lógica e racionalidade são consideradas superiores a quaisquer outros atributos. A utilização desse adjetivo pode servir como paráfrase à “inaceitável” e à “inadmissível” produzindo, em decorrência do esquecimento número dois, a suposição da certeza e da assertividade que o dizer realizaria.

Na segunda parte desta SD2, ao mencionar que mulheres mais velhas são substituídas por mais novas é possível considerar a presença de um discurso com elementos machistas e etaristas que sugerem a objetificação e o descarte das mulheres devido ao envelhecimento – um equivalente da obsolescência programada dos produtos no capitalismo hodierno aplicada às relações entre os gêneros. Assim, por meio do interdiscurso, evidenciam-se manifestações

que associam as mulheres mais jovens a uma figura de interesse sexual, reduzida à garantia de energia e prazer aos homens, mas, à medida em que envelhecem, esses atributos são perdidos.

Ao falar sobre as principais reivindicações do feminismo liberal, a participante apresentou um relato (SD3) sobre as diferenças percebidas entre homens e mulheres e, em específico, à vivência de uma gravidez indesejada para ambos:

Porque eu acho que não tem nada pior pra uma mulher do que ela engravidar sem querer. Eu acho que... acho que esse é o ponto de diferenciação de uma mulher e de um homem. A gravidez indesejada, ela destrói a vida da mulher e ela não destrói a vida do homem.

É possível inferir que a partir do interdiscurso a participante remontou aos papéis esperados historicamente dos homens e mulheres no cuidado dos filhos, especialmente no momento inicial da maternidade, ou seja, na gravidez, as mulheres são delegadas às atividades do cuidado de tal maneira que esse é inscrito como valor moral a ser seguido, que muitas vezes ocorre sem quaisquer questionamentos (SILVA *et al.*, 2020). O uso do termo “destrói” sugere a dificuldade de outras significações para lidar com uma gravidez indesejada, suposta como um destino catastrófico. Adicionalmente, isso também faz referência à ideia de aniquilamento, o que remete ao esquecimento número dois, mediante a ilusão de que suas palavras poderiam ter sido ditas apenas daquela exata maneira. A SD4 ainda discorre sobre o contexto de gravidez:

Mulheres são melhores escolarizadas, têm rendimento melhor e produtividade maior, porém, quando elas se casam, é... uma mulher casada, ela está muito atrás do homem, enquanto um homem casado, ele está muito à frente de uma mulher. Uma mulher solteira e um homem solteiro, a mulher está na frente do homem. Então ela está, então assim, é... existe esse dado e a gente sabe que a... a... a maternidade ela atrapalha muito as mulheres.

A partir da presença do interdiscurso nesta sequência discursiva, a participante retomou o contexto vivenciado pelas mulheres ao longo da história e que ainda hoje tem seus efeitos no trabalho e na escolaridade. Em decorrência de uma ideologia que relaciona sexo biológico e gênero e reduz as práticas de cuidado aos papéis sociais sexuais, por muito tempo as mulheres estiveram equiparadas à sua condição biológica de fêmea (mãe, cuidadora) e, por isso, confinada em seu sexo (KERGOAT, 2009). Isso fez com que seu papel social estivesse correlacionado ao ambiente privado e doméstico, ao cuidado da prole e dos dependentes, restringindo seu acesso ao espaço público.

Com uma série de reconfigurações históricas complexas – como a expansão industrial, as conquistas promovidas pelos movimentos feministas e o aumento da escolarização da população feminina – houve uma transição com o incremento das mulheres no mercado de trabalho formal e, por consequência, alterações nos modos de funcionamento das famílias e das

maternidades. Contudo, esse processo não trouxe um equilíbrio para as funções exercidas entre os sexos/gêneros, mas, novamente, reforçou as desvantagens das mulheres (EMIDIO; CASTRO, 2021). Nesse rumo, ainda há uma destinação prioritária dos homens à esfera pública-produtiva e das mulheres à esfera doméstica-reprodutiva, ou seja, perdura a manutenção da divisão sexual do trabalho e das desigualdades entre os gêneros, apontando para os constrangimentos do desenvolvimento das carreiras profissionais das mulheres.

Além dos efeitos de sentido apresentados na FD1, compreende-se que o espaço público e especialmente o mercado formal de trabalho também se apresentam como reprodutores das relações de assujeitamento e discriminações vivenciadas pelas mulheres. Tal tema caracteriza outro espaço de regularidade e regularização dos sentidos: a FD2 sobre as vivências das mulheres no espaço público de trabalho – analisada nas sequências discursivas a seguir.

Durante a entrevista quando perguntada sobre o ingresso no mercado formal de trabalho, a participante remontou a uma linha temporal, começando pela etapa de conclusão da graduação, quando decidiu se dedicar profissionalmente à vida acadêmica, apresentada na SD5:

Na vida acadêmica, foi muito difícil porque eu decidi isso na graduação e eu comecei a fazer projeto de iniciação científica, não sei se você já teve a oportunidade de fazer... E aí tinha um que era bem específico lá em [cidade], que ele me daria acesso a passar no mestrado lá. E eu decidi fazer esse, porque achei que através desse eu teria é.. essa possibilidade. Só que aí, você entra no mundo acadêmico e você descobre que tem que babar os professores. É, e eu nunca consegui babar os professor que tinha que babar e tudo... aí, apesar de ter entrado neste projeto, eu tive muitas dificuldades internamente, porque eu... eu fui muito subversiva, eu nunca seguia as orientações do orientador, é... ao fim acaba que ele meio quis me reprovar, ele não reprovou porque eu botei... eu bati pé pra botar uma professora que eu queria na banca... e aí depois ele me reprovou na seleção do mestrado da [universidade].

Nessa sequência discursiva, é possível evidenciar relações de autoridade/poder manifestadas na díade professor-aluno. Compreendida como uma gíria, “babar” faz referência àquele que bajula e faz muitos elogios a outra pessoa para obter benefícios. Desta forma, e a partir dos efeitos de sentidos pré-existentes (memória discursiva ou interdiscurso), é possível inferir que alunos que correspondem a essa dinâmica conseguem aprovações/vantagens mais facilmente, o que explica o fato de a participante se perceber enquanto subversiva, isto é, por sustentar uma atitude contrária ao esperado. Além disso, o uso desse termo indica uma ilusão de controle e domínio sobre o que o interlocutor (entrevistadora) irá significar. A participante desconsidera que os sentidos podem derivar de suas intenções e suposições e podem ser significados de maneiras distintas, por exemplo, remetendo aos sentidos de “admirar” ou “se encantar”, caracterizando o esquecimento número dois.

Além disso, o efeito de sentido produzido pelo desejo de ter uma professora mulher na banca de avaliação sugere um discurso de apoio entre iguais (gênero), isto é, como se neste caso a díade professora-aluna estivesse inscrita em uma relação de sororidade, compreensão,

igualdade e suporte. Assim, o não cumprimento das expectativas sociais – “babar” os professores (homens) – acarretaria consequências negativas como a reprovação no mestrado.

Ainda sobre a reprovação, a participante contou (SD6) que entrou na justiça para rever o resultado:

Só que aí, eu processei a Universidade e eu consegui a causa, porque eu me formei em Direito então eu já... eu mesma que fiz a ação... eu fiz a ação com meu ex-namorado na época, ele fazia Direito também e ele passou [mestrado] e eu não passei, e isso me gerou uma revolta muito grande e na época as pessoas perguntavam se tinha sido ele que tinha feito a ação. Só que quem tinha feito a ação, tinha sido eu. Então isso me incomodava muito.

Apoiado no interdiscurso, é possível recuperar elementos da memória discursiva que fazem referência à divisão sexual do trabalho, ou seja, a suposição de que a divisão do trabalho seria naturalmente decorrente das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009). Assim, são considerados o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (o trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher) (KERGOAT, 2009). Embora não seja considerado um fenômeno imutável, a noção de hierarquização e, por consequência, a valorização do trabalho masculino, é reproduzido nesse cenário. Por isso, ainda que em condições de (suposta) igualdade – isto é, ambos graduados em Direito, portanto, haveria equivalência de capacidades e de oportunidades independentemente dos demais marcadores das diferenças sociais – o reconhecimento e a legitimidade dos resultados das mulheres são ofuscados pela supervalorização dos homens. Quando a participante relatou a indignação com sua reprovação e a aprovação de seu ex-namorado, ocorreu a mobilização de sentidos que sugerem a repetição de inconformismo com a discriminação.

Ainda sobre sua experiência no mercado de trabalho, a participante relatou (SD7) um período em que trabalhou no Estados Unidos e passou por situações de assédio<sup>4</sup>:

Eu fui para os Estados Unidos, trabalhar lá em uma outra organização. E aí, lá, eu fui muito assediada pelo meu chefe. Ele realmente, queria... e aí lá eu fui assediada, só que no final das contas, eu levei e denunciei ele quando eu saí da organização. Denunciei ele só quando eu saí. Ele me mandava mensagem de conotação sexual e tudo, e enfim, em alguns momentos eu notava que ele tava chateado, porque eu não respondia, ele meio que... é... dizia que meu trabalho era muito ruim. E enfim, como era um trabalho de... de tempo curto, né, de tempo limitado e eu, é... eu decidi levar, porque enfim, aquela experiência pra mim era importante.

O assédio envolve condutas de natureza sexual, de expressão física, verbal ou não verbal, propostas ou impostas contra a vontade, principalmente nos locais de trabalho e dos

---

4 Mantivemos a expressão “assédio” por ter sido utilizada pela participante. Mas é significativo nomeá-la adequadamente: trata-se de violência contra as mulheres em suas mais diversificadas expressões.

quais decorrem ataque à dignidade do assediado (ALEMANY, 2009). Quando direcionado às mulheres se constitui como uma expressão de poder e dominação dos homens. Assim, nessa sequência discursiva, é possível sugerir efeitos de sentido que remetem ao medo de retaliação após a denúncia, o que mobilizou a participante a fazê-la apenas quando houve encerramento do vínculo de trabalho. É evidenciado o quanto os relatos das violências sofridas pelas mulheres são descredibilizados, acarretando impactos significativos na efetivação das denúncias. A escolha de “chateado” para nomear o descontentamento do chefe pode servir como paráfrase à “irritado” e “bravo”, produzindo, em decorrência do esquecimento número dois, a ilusão de que as palavras só poderiam ter sido ditas daquela maneira.

Ao ser perguntada sobre seu atual trabalho, a participante relatou (SD8):

Muito recentemente... são 3 diretores e eu sou a única mulher, e aí tem um único diretor que tá acima de todos os diretores e aí tem os outros diretores. E aí eu descobri agora, em dezembro, e eu estou na organização desde o dia [data] ... que eu recebo menos que o antigo diretor. Eu entrei recebendo menos que o antigo diretor, do que ele recebia e ainda recebo menos que o mesmo diretor que exerce a mesma função que eu. E aí, é... eu fui perguntar... eu fui perguntar a razão, não falei porque eu era mulher, lógico, mas eu falei que é... como é que eu faço pra progredir, porque aí... depois... quando eu questionei... falaram que era porque eu era diretora júnior e o outro era diretor sênior. O que pra mim poderia até fazer sentido se isso tivesse sido acordado, né. E não foi acordado.

Embora nos últimos anos tenham ocorrido avanços nas pautas das relações de/entre os gêneros, sobretudo para mulheres e no contexto público de trabalho, ainda são observadas repetições de práticas como a desvalorização da força de trabalho feminina e a desigualdade salarial: mulheres recebem cerca de 20% a menos do que os homens (DESOTI, 2022).

Não obstante, a SD8 ilustra esta disparidade salarial e ao pontuar “são três diretores e eu sou a única mulher” a participante acrescentou ao cenário a baixa representatividade das mulheres em posições de liderança. Outro aspecto da sua resposta refere-se ao trecho “não falei porque eu era mulher, lógico”, o que faz menção aos sentidos comumente presentes no interdiscurso sobre a associação entre trabalho feminino e baixa remuneração.

Assim como a problemática salarial, há também os desafios vivenciados pela participante nas relações de trabalho, sobretudo com seus subordinados, conforme ilustra a SD9:

Os meus dois subordinados não aceitam liderança e tem muito problema dessa natureza, querem ... eles querem que eu trate eles como amigo... eu não trato eles como amigos e enfim. Eu encaro esse tipo de problema lá ... E aí, é... eu faço terapia, né. E eu sempre falo isso, a gente sempre... eu sempre falo isso com as minhas amigas também, que pra mim é só pelo fato de eu ser mulher e do Nordeste, só pode... que eles não aceitam.



Um dos efeitos de sentidos adotado por “subordinados” denuncia os papéis esperados pela participante em relação aos homens de sua equipe, ou seja, de posição secundária e inferior. Essa relação pode ser compreendida mobilizando o conceito de esquecimento número dois já que o termo utilizado poderia ter sido “liderados”, por exemplo. Outro aspecto importante se refere aos efeitos de sentidos possibilitados pelo interdiscurso relacionados às regionalidades, por exemplo, ao considerar que sujeitos originários da região nordeste do Brasil são constantemente alvos de estereótipos e preconceitos que remetem à falta de competência.

Em determinado momento da entrevista, quando questionada sobre o que ela considerava como principais pautas de reivindicação do feminismo, a participante retomou sua reflexão sobre as divergências entre homens e mulheres no contexto de trabalho (SD10):

A gente precisa ser o triplo deles, pra... pra... conseguir as coisas. E eu estou disposta a fazer isso. A... a ser o triplo. Mas também, quando eu chegar nesse triplo, eu não contrato homem. Eu odeio trabalhar com homem, eu acho uma merda, eu acho péssimo. São descompromissados, acham que tudo se consegue na amizade, então assim, eu acho que essa é uma pauta comum que tem [nas correntes feministas].

Cabe destacar que nessa sequência discursiva foi resgatada a relação de desigualdade entre os gêneros, ou seja, sugerindo a necessidade de um esforço maior por parte das mulheres para conseguirem alcançar seus objetivos – postura típica e emblema maior do feminismo liberal (CYFER, 2010). Ademais, foi mencionado que as mulheres possuiriam um traço relacional afetivo e de amizade inerente à sua condição, o que poderia facilitar as relações de trabalho com homens.

Também foi possível identificar espaços de regularidades de sentidos acerca dos feminismos (FD3). Quando perguntada sobre o significado da palavra feminismo, a participante destacou (SD11):

O feminismo é importante como uma situação de emancipação mesmo, porque a gente... é... a gente consegue identificar as coisas, né... as diferenças de tratamento e de credibilidade, né. Eu não me sinto... eu não sinto que eu tenho a mesma credibilidade que... que o outro diretor, por exemplo, ou então que o antigo diretor tinha, né. Os espaços que eram dados a ele, o antigo, e os espaços que são dados pro atual. Mas isso é uma briga que eu tô encarando, entendeu? E que eu, é... tô estabelecendo uma estratégia. Pra mim, o feminismo é importante pra isso, né, pra... pra saber fazer uma leitura da... do contexto que a gente tá inserido.

A participante retomou efeitos de sentido já explorados ao longo da entrevista e que se referiam às distinções baseadas nos gêneros. Os movimentos feministas são mencionados como estratégias para reconhecimento e rompimento desses funcionamentos. A partir do interdiscurso e da memória interdiscursiva, há a retomada da invisibilidade das mulheres no espaço público, considerando que, embora ocorram questionamentos das adversidades, várias delas permanecem associando as novas relações às antigas tensões (SOUSA; GUEDES, 2016).

Dentre as diversas manifestações dos feminismos, a participante foi questionada sobre seus motivadores para identificação e articulação com o movimento feminista liberal (SD12):

No final da graduação, que eu comecei a ter os problemas da... com o meu orientador na época, eu... é... porque eu tive problema com ele porque ele era muito de esquerda, e eu não tava querendo escrever do jeito que ele queria... e eu tava sendo muito influenciada por um professor que eu admiro muito até hoje e que... que foi na minha banca do mestrado e que eu pretendo que venha na minha banca aqui no doutorado. Ele... me passava alguns livros que me influenciaram muito e aí... foi quando eu dei o estalo liberal, assim, foi quando eu me tornei liberal e... aí... eu entrei no movimento feminista liberal porque eu detestava os movimentos da esquerda liberal... da esquerda feminista... nossa, eu acho elas insuportáveis. Detesto... eu acho elas chatas e autoritárias, sabe.

Houve um deslocamento para os aspectos que na verdade afastaram sua participação das demais correntes. Em “eu entrei no movimento feminista liberal porque eu detestava os movimentos da esquerda” é possível sugerir uma repulsa, reconhecendo o movimento liberal como uma descoberta – “dei o estalo liberal”. Esse discurso pode ilustrar as incidências do esquecimento número dois, pois a participante poderia justificar sua rejeição aos feminismos de esquerda com “não concordo com as pautas do movimento”, por exemplo. Porém, seu discurso se materializou com base na rivalidade, não se apercebendo que ela também reproduz estigmas ao generalizar todas as mulheres feministas de esquerda como “insuportáveis”, “chatas” e “autoritárias”.

Ainda nessa SD12 ocorreu um ato falho da participante – que para a análise do discurso interessa mais por evidenciar os efeitos incontroláveis do funcionamento do discurso e da linguagem, e as presenças dos esquecimentos um e dois, e menos devido aos fundamentos biográficos desse fenômeno – que ao falar sobre a identificação com os movimentos feministas disse “eu detestava os movimentos da esquerda liberal” (quando o correto seria a direita é liberal), revelando a enunciação de algo que não intencionava, portanto, inconsciente (AIRES, 2017). Nos movimentos discursivos, o ato falho permite ao analista do discurso acessar sentidos recusados, porém presentes devido ao interdiscurso e, neste caso, sugerir dissonâncias da própria participante quanto ao feminismo liberal (AIRES, 2017).

Para além das motivações e sentidos de reconhecimento, também foram investigados os significados atrelados à autopercepção enquanto mulher feminista liberal (SD13 e SD14):

Então eu acho que ser feminista liberal é isso. É achar que que a gente tem que fazer uma comunidade de empoderamento mesmo e que tem que ser espontâneo. Não gosto de fazer... nem de esperar que o Estado vai resolver os problemas e nem que seja um movimento autoritário.

Não é um movimento disruptivo então, é um movimento que vai andar mais devagar porque não vai vim, é... de imposições estatais e nada disso, porque eu acredito na escolha das pessoas, eu acho que as pessoas tem que escolher, sabe.

Considerando a incidência do interdiscurso, podem ser retomadas noções históricas acerca de um feminismo atrelado aos ideais liberais que defendem a preservação e a não intervenção externa nas escolhas e as ênfases nas condutas individuais e particulares das mulheres (CYFER, 2010) – a palavra “empoderamento” na sequência discursiva evidencia isso. Esse aspecto fica evidente quando a participante discorreu sobre a necessidade de um movimento feminista espontâneo e sem participação do Estado, pressupondo uma tomada de consciência e de ação individual como meios para garantir o exercício da liberdade e da autonomia, elementos típicos do neoliberalismo contemporâneo, que exalta os indivíduos pelos seus sucessos e fracassos ao mesmo tempo em que retira da cena as condições sociais e estruturais de produção das desigualdades (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021).

Não obstante, o mercado de trabalho foi destacado como uma das possibilidades para a efetiva emancipação das mulheres, embora também tenha sido apresentado no decorrer da entrevista como um espaço de opressões e assimetrias entre os gêneros (SD15):

A gente [grupo de feministas liberais] acha muito que a emancipação da mulher vai vim pelo mercado de trabalho, coisa que a esquerda não acha isso. Eu sou convicta de que sim. Porque a mulher, quando ela é independente financeiramente, foda-se o restante do mundo.

É possível destacar a significação produzida de que a independência financeira resultante do emprego (trabalho formal) é determinante para a emancipação e autonomia das mulheres. Percebe-se uma tentativa de reduzir os efeitos de sentidos proporcionados por meio do interdiscurso, ou seja, ao fato de que as assimetrias e desigualdades vão além do espaço de trabalho e dos aspectos econômicos e são destacados na esfera privada, nas relações sociais e nos relacionamentos amorosos.

### **Processo Discursivo**

A partir das formações discursivas apresentadas (FD1 sobre os efeitos de sentidos das vivências das mulheres no espaço privado; FD2 sobre efeitos de sentidos das vivências das mulheres no espaço público de trabalho, e FD3 sobre os efeitos de sentidos acerca dos feminismos) foi possível compreender que a inserção das mulheres no mercado de trabalho, apesar dos avanços nos últimos anos, ainda é perpassada por discursos e práticas ideológicas opressoras.

Nesta perspectiva, considera-se que os discursos presentes na entrevista estão associados e se apresentam como previamente situados na história, produzidos e produzindo relações de/entre sentidos. Cabe considerar que os sentidos se relacionam com o que é dito no presente, mas também com o que ocorre e ocorreu em outros lugares e épocas (em outras condições de produção), assim como com o que não foi/não pode ser dito e com o que poderia ser dito, mas não foi (ORLANDI, 2013).

Essa última etapa da análise do discurso se encarrega de compreender e evidenciar as relações de sentidos estabelecidas entre as formações discursivas e as formações ideológicas, situando a própria entrevista como processo discursivo – isto é, como processo de produção do discurso. As formações discursivas, em especial a FD1 (efeitos de sentidos sobre vivências das mulheres no espaço privado) e a FD2 (efeitos de sentidos sobre vivências das mulheres no espaço público de trabalho) indicam uma formação ideológica que remete à dicotomia público/privado como reprodutores das assimetrias entre os gêneros.

Apesar do reconhecimento da esfera pública como espaço de direito para as mulheres, não ocorreram reconfigurações expressivas no que diz respeito à lógica dos papéis sexuais e sociais estabelecida no contexto privado. Neste sentido, os homens permanecem em posição privilegiada que no geral os desobriga das responsabilidades domésticas e afetivas, enquanto as mulheres, ao ingressarem no mercado formal de trabalho, não possuem os mesmos privilégios que os homens, permanecendo em uma posição inferiorizada e precarizada (SORJ, 2004).

As relações de explorações e subordinações das mulheres apoiadas nas diferenças entre os gêneros não deixaram de existir, mas ganharam novas roupagens – ou discursos. Além das diferenças de cargos e funções, há a diferença salarial (uma vez que mulheres ainda recebem menos que os homens ocupando os mesmos cargos), abusos e importunações como assédios morais e violências sexuais, dentre tantas outras (ALVES *et al.*, 2020). No Brasil, apenas em 2015, direitos básicos previstos para os trabalhadores foram estendidos às trabalhadoras domésticas (categoria composta majoritariamente por mulheres) que, contudo, coexistem com quartinhos de empregadas e elevadores de serviço (para serviçais), ou seja, a exploração das mulheres continua a ser a tônica (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

A opressão no trabalho também é presente na fala da participante: “eu fui para os Estados Unidos, trabalhar lá em uma outra organização. E aí, lá, eu fui muito assediada pelo meu chefe”; e também: “eu entrei recebendo menos que o antigo diretor, do que ele recebia e ainda recebo menos que o mesmo diretor que exerce a mesma função que eu”. Porém, o mesmo cenário de assimetrias foi narrado como estratégia possível para a emancipação das mulheres: “a gente [grupo de feministas liberais] acha muito que a emancipação da mulher vai vir pelo mercado de trabalho, coisa que a esquerda não acha isso. Eu sou convicta de que sim. Porque a mulher, quando ela é independente financeiramente, foda-se o restante do mundo”. Esse último exemplo (“foda-se o restante do mundo” significa “fodam-se todos menos eu”) destaca a dominação e a ilusão dos sujeitos inseridos numa discursividade neoliberal que promete sucesso para todos os indivíduos (desde que se esforcem...), mas que gera e aprofunda cada vez mais desigualdades e sofrimentos (SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021).

Embora reconheça a situação de desvantagem, condene a discriminação e defenda a liberdade de escolha, o feminismo liberal não se apoia na ideia de abolição da hierarquia social, portanto, não altera a estrutura social de desigualdade, mas visa a “empoderar” uma a uma as mulheres para ascender aos postos de sucesso e de reconhecimento social e financeiro, todavia,

sem alterar as desigualdades entre as classes sociais e entre os gêneros. Dessa maneira, esse feminismo liberal se sustenta na ideia e na prática de que as mulheres devem alcançar cargos e salários iguais aos dos homens mediante seus esforços e força de vontade individuais, o que não rompe com a degradação sistemática no nível coletivo, afinal, apenas uma pequena parcela das mulheres tem acesso a esse espaço e as essas oportunidades (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019; VINTGES, 2019).

Atravessada pelas formações ideológicas próprias da relação entre liberalismo, neoliberalismo e capitalismo, a participante se ilude com a perspectiva de igualdade promovida e decorrente do livre mercado, da livre competição e da liberdade econômica – elementos e valores que animam o entusiasmo corporativo das empresas (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Em “a gente precisa ser o triplo deles, pra... pra... conseguir as coisas. E eu estou disposta a fazer isso. A... a ser o triplo. Mas também, quando eu chegar nesse triplo, eu não contrato homem”, é possível destacar o funcionamento do esquecimento número 1: a ilusão da autossuficiência e de liberdade (de contratar quem quiser) típicas da meritocracia e do individualismo da sociedade capitalista liberal, que são anteriores e exteriores aos próprios sujeitos generificados. É estabelecida uma ordem fundada no poder da competência, considerando que mulheres esforçadas e que “fazem acontecer” merecem e justamente por isso certamente alcançarão o sucesso individual e a autorrealização (SUSEN, 2017; VINTGES, 2019).

Vale destacar que o capitalismo não inventou a subordinação das mulheres, pois ela existiu e existe sob diversas formas em diversas sociedades. Porém, o sistema de produção capitalista estabeleceu outros modelos de subordinação igualmente apoiados na divisão sexual, de gênero e de classes sociais (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019; CYFER, 2010; SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2021). Assim, as mulheres sofrem submissão e exploração constantes de classe social e de gênero nos trabalhos exercidos nos espaços públicos e empresariais, enquanto na esfera privada seus trabalhos domésticos são desvalorizados e subvalorizados como obrigações naturais (PATEMAN, 1998). Ainda há de se considerar que o liberalismo, o neoliberalismo e o capitalismo estão implicados, visto que todos têm como fundamento a radical divisão e distinção entre as dimensões públicas e privadas a partir da qual a sujeição das mulheres sustenta a liberdade dos homens no espaço público (CYFER, 2010).

### **Considerações finais**

O ingresso das mulheres no mercado formal de trabalho pode ser considerado marco importante para as lutas feministas ao longo da história. No entanto, mesmo que esse processo represente um considerável avanço social e uma maior participação feminina, algumas relações de opressão e subordinação vivenciadas pelas mulheres permanecem, mas recebem uma nova roupagem e uma reconfiguração discursiva própria do sistema de produção capitalista.

Os principais resultados deste estudo indicam que os efeitos de sentido sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho, considerando os discursos produzidos por uma mulher jovem, branca, com emprego formal e feminista liberal estiveram organizados em relação aos seguintes espaços de regularidades de sentidos: sobre as vivências das mulheres no espaço privado; sobre as vivências das mulheres no espaço público de trabalho; sobre os feminismos. Desta forma, permanecem: a divisão sexual do trabalho; as atividades das mulheres ainda atravessadas pela noção biologizante de gênero; as situações opressoras e assimétricas (violências, assédios, desigualdades salariais) etc.; todas essas são sustentadas e produzidas pelas ideologias do feminismo liberal apoiadas nos ideais de meritocracia e individualismo que se mostraram marcantes na entrevista.

Vale destacar que esta pesquisa possui algumas limitações, dentre as quais: trata-se de um estudo de caso com uma participante com características que não podem ser universalizadas para o conjunto da população feminina; que investigações com maior número de participantes, com outras superfícies linguísticas ou com outras estratégias metodológicas certamente apresentariam outros efeitos de sentidos que auxiliariam a compreender esses complexos fenômenos. Mesmo assim, os resultados podem ser contributivos para a compreensão das condições materiais e ideológicas das práticas de (re) produção e de regulação da inserção das mulheres no mercado formal de trabalho, condizentes com parte significativa da população brasileira.

## Referências

- AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Pesquisa revela: 76% das mulheres já sofreram violência e assédio no trabalho. **Agência Patrícia Galvão**, São Paulo, 18 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/pesquisa-revela-76-das-mulheres-ja-sofreram-violencia-e-assedio-no-trabalho/> Acesso em: 18 dez. 2020.
- AIRES, Suely. Atos falhos: interpretação e significação. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 24-37, 2017.
- ALEMANY, Carme. Assédio Sexual. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 25-30.
- ALPACA, Nathalie Hanna. Participação de mulheres no mercado de trabalho é 20% inferior à dos homens. **CNN**. Rio de Janeiro, 08 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-e-20-inferior-a-dos-homens/> Acesso em: 08 mar. 2022.
- ALVES, Natália Fernandes Teixeira *et al.* Mulheres no contexto de trabalho: Representações sociais a partir da orientação sexual. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 421-441, 2020.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BÓAS, Bruno Villas. Dupla jornada faz mulheres trabalharem 3,1 horas a mais que homens. **Globo**, Rio de Janeiro, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/04/26/dupla-jornada-faz-mulheres-trabalharem-31-horas-a-mais-que-homens.ghtml> Acesso em: 29 abr. 2019.
- BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria. O feminismo no Brasil: uma (breve) retrospectiva. In: COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria (org.). **O feminismo no Brasil: Reflexões Teóricas e Perspectivas**. Salvador: Editora UFBA, 2008. p. 23-47.

- CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 135-146, 2010.
- DESOTI, Carol. Dados do G1: Diferença salarial entre homens e mulheres. **Globo**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://blog.idados.id/idados-do-g1-os-cargos-com-maior-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres/> Acesso em: 20 abr. 2022.
- EMIDIO, Thassia Souza; CASTRO, Matheus Fernandes de. Entre Voltas e (Re)voltas: um Estudo sobre Mães que abandonam a Carreira Profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 41, p. 1-16, 2021.
- FERNANDES, Carolina; VINHAS Luciana Iost. Da maquinaria ao dispositivo teórico-analítico: a problemática dos procedimentos metodológicos da Análise do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v. 19, n. 1, p. 133-151, 2019.
- FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos Feministas. In: HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 144-149.
- KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho. In : HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-76.
- NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira dos. Do conceito de gênero à pluralização das sujeitas do feminismo. In: NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira dos. **Transfeminismos (coleção Feminismos Plurais)**. São Paulo: Jandaíra, 2021. p. 23-44.
- MARQUES, Melanie Cavalcanti; XAVIER, Kella Rivetria Lucena. A gênese do movimento feminista e sua trajetória no Brasil. In: SEMINÁRIO CETROS, CRISE E MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL, 6., 2018, Fortaleza. **Anais do VI Seminário Cetros**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2018.
- MARUANI, Maegater. Emprego. In : HIRATA, Helena *et al.* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 85-90.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos**. Pontes: Campinas, 2013.
- PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.
- PAULA, Fernanda Oliveira Queiroz; SANTOS, Tania Coelho dos. Primeira onda do movimento feminista: modernidade e psicanálise. **Revista aSEPHallus**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 91-111, 2021.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora Unicamp, 2014.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Cristian Ingo (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SANTOS, Luana Carola dos *et al.* Gênero, Feminismo e Psicologia Social no Brasil: Análise da Revista Psicologia & Sociedade (1996-2010). **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 28, n. 3, p. 589-603, 2016.
- SHAUGHNESSY, John; ZECHMEISTER, Eugene; ZECHMEISTER, Jeanne. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: AMGH, 2012.
- SILVA, Jonathan Castro; ARAÚJO, Alcemar Dionet de. A metodologia de pesquisa em Análise do Discurso. **Grau Zero - Revista de Crítica Cultural**, Salvador, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2017.
- SILVA, Juliana Márcia Santos *et al.* A feminização do cuidado e a sobrecarga da mulher-mãe na pandemia. **Revista Feminismos**, Salvador, v. 8, n. 3, p. 149-161, 2020.
- SORJ, Bila. Trabalho, Gênero e Família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA Maria Lúcia (org.). **Políticas Públicas e Igualdade de Gênero**. Brasília: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 143-148.
- SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyego Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

SUSEN, Simon. Reflexões sobre a ideologia: as lições de Pierre Bourdieu e Luc Boltanski. **Perspectivas**, São Paulo, n. 49, p. 101-137, 2017.

VINTGES, Karen. Feminismo versus neoliberalismo: práticas de liberdade das mulheres numa perspectiva mundial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 56, p. 1-10, 2019.

Recebido em: 03/06/2022

Aceito em: 04/05/2023



**MULHERES NA DIREÇÃO:  
as condições de trabalho das motoristas  
que utilizam plataformas digitais na Paraíba**

**WOMEN DRIVING:  
*the working conditions of drivers  
who use digital platforms in Paraíba***

---

Rejane Gomes Carvalho\*

Marcella da Silva Mello\*\*

Jaldes Reis de Meneses\*\*\*

**Resumo**

Com o avanço das tecnologias da informação e a utilização dos aplicativos de transporte e serviços por meio de plataformas digitais, tem sido promovido o agravamento da precarização do trabalho e a perda de direitos trabalhistas, configurando o fenômeno da uberização do trabalho. Essa problemática sinaliza a acelerada transformação na reorganização das relações sociais de trabalho no século XXI, com impactos mais acentuados quando se considera o marcador de gênero. Neste contexto, este artigo analisa as condições do trabalho feminino a partir da utilização dos aplicativos de transporte em plataformas digitais no estado da Paraíba. Além de apresentar uma abordagem teórica interdisciplinar sobre a relação gênero e trabalho, realizou-se pesquisa de campo com mulheres motoristas por aplicativos nas cidades de Campina Grande e João Pessoa. Os resultados indicaram que o trabalho dessas motoristas ocorre como alternativa ao desemprego e em condições de trabalho mais precário. O processo de uberização do trabalho aprofunda a desigualdade de gênero na esfera do trabalho na medida em que as mulheres buscam estratégias flexíveis de inserção profissional para conciliar as múltiplas atividades no âmbito do trabalho reprodutivo e produtivo, o que pode implicar trabalho informal e precário, reforçando um modelo produtivo que legitima a exploração e desvalorização do trabalho das mulheres.

**Palavras-chave:** Trabalho. Mulheres. Uberização. Precariedade.

**Abstract**

With the advancement of information technologies and the use of transport applications and services through digital platforms, the worsening of job insecurity and the loss of labour rights has been promoted, configuring the phenomenon of the uberization of work. This problem signals the accelerated transformation in the reorganization of social labour relations in the 21st century, with more pronounced impacts when the gender marker is considered. In this context, this article analyses the conditions of women's work based on the use of transport applications on digital platforms in the state of Paraíba. In addition to presenting an interdisciplinary theoretical approach on the relationship between gender and work, field research was conducted with women drivers for apps in the cities of Campina Grande and João Pessoa. The results indicated that the work of these drivers occurs as an alternative to unemployment and in more precarious working conditions. The process of uberization of work deepens gender inequality in the sphere of work to the extent that women seek flexible strategies of professional insertion to reconcile the multiple activities in the context of reproductive and productive work, which may involve informal and precarious work, reinforcing a productive model that legitimizes the exploitation and devaluation of women's work.

**Keywords:** Work. Women. Uberization. Precariousness.

---

\* Doutora em Sociologia do Trabalho pelo PPGS/UFPB e professora associada do Departamento de Economia da UFPB. Coordena projetos de pesquisa e extensão sobre trabalho, gênero e informalidade. E-mail: rejanegcarvalho@yahoo.com.br

\*\* Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB e graduada em Serviço Social. E-mail: marcelladsmello@gmail.com

\*\*\* Doutor em Serviço Social pela UFRJ e professor do Departamento de História da UFPB. E-mail: jaldesm@uol.com.br

## Introdução

As mulheres, na urgência motivada pela necessidade de renda, têm cada vez mais aderido às formas de trabalho na economia digital e, em particular, nas plataformas que gerenciam aplicativos de transporte, para conseguir garantir suas condições de sobrevivência. Essa tem sido uma alternativa encontrada para conseguir conciliar o trabalho na esfera pública com o trabalho não pago na esfera privada. A forma como a estrutura social e o mercado de trabalho definiu historicamente o trabalho das mulheres contribui para empurrá-las para a informalidade, para as atividades por conta própria, em condições menos favorecidas e precarizadas. A desigualdade de gênero no trabalho resulta de distintos fenômenos históricos, sociais, políticos e econômicos que impactaram e ainda continuam presentes na vida das mulheres, sendo essa realidade absorvida pelo capitalismo em diferentes formas de exploração do trabalho.

As implicações sobre os direitos sociais de trabalhadores e trabalhadoras, decorrentes da utilização dos aplicativos de transporte como estratégia de sobrevivência e das condições de trabalho impostas pelas plataformas digitais que gerenciam essa forma de trabalho, constituem parte do processo de flexibilização do trabalho e se manifestam atualmente como o fenômeno da uberização do trabalho. As plataformas digitais de trabalho permitem reconfigurar a exploração do trabalho no sistema capitalista, situação agravada quando são analisadas as condições do trabalho feminino devido à posição ocupada historicamente pelas mulheres na sociedade capitalista (SAFFIOTI, 1976). O desenvolvimento das relações sociais de produção no capitalismo contribui para reproduzir as desigualdades de gênero no trabalho, o que se manifesta nos postos de trabalho, nos rendimentos e nas relações de poder. No trabalho como motorista por meio das plataformas digitais, deve-se considerar que as mulheres competem em um ambiente majoritariamente masculino e cada vez mais impessoal (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2022). Nesse contexto, o objetivo geral deste estudo é analisar as condições do trabalho feminino a partir da utilização dos aplicativos de transporte nas plataformas digitais no estado da Paraíba.

Este estudo utilizou uma abordagem teórica interdisciplinar sobre a relação trabalho e gênero para contextualizar a forma como o trabalho feminino está inserido no mundo do trabalho e nas novas ocupações criadas na economia digital. Para contemplar as particularidades da inserção das mulheres por meio de plataformas digitais, foi realizada pesquisa de campo com motoristas no estado da Paraíba, nas cidades de Campina Grande e João Pessoa. Essas localidades são as mais populosas do estado, com atividades expressivas no setor de serviços, e com fácil adaptação do transporte de passageiros por meio dos aplicativos, principalmente, devido ao valor mais baixo cobrado aos usuários nas viagens. Além disso, esses aplicativos também servem de atrativo para uma força de trabalho desempregada ou subempregada em busca de alternativas de renda (OLIVEIRA; RODGERS, 2021).

A primeira etapa da pesquisa foi realizada a partir da aproximação com um grupo no *WhatsApp* formado apenas por mulheres motoristas. A observação dos problemas cotidianos enfrentados no trabalho serviu de base para buscar traçar o perfil dessas trabalhadoras por meio da pesquisa de campo. Com o intuito de obter as categorias analíticas de pesquisa, inicialmente, foi aplicado um questionário virtual com o qual foram realizadas perguntas sobre raça/cor, idade, estado civil, escolaridade, filhos e jornada de trabalho. A partir dos contatos estabelecidos, foram obtidas 41 respostas válidas para o questionário. A entrevista direta com as mulheres constituiu a segunda etapa da pesquisa, realizada com 12 participantes, selecionadas a partir da adesão voluntária em participar da pesquisa direta, já que nem todas concordaram, seja por falta de disponibilidade de tempo ou por não se sentirem confortáveis em exporem questões mais íntimas da vida pessoal e do trabalho<sup>1</sup>. A pesquisa direta teve o propósito de expandir e aprofundar questões subjetivas no tocante às condições de exploração do trabalho das mulheres, tendo como referência as jornadas de trabalho, os direitos trabalhistas e o sentido de autonomia no trabalho.

Este trabalho está dividido em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na primeira, foram abordados os principais aspectos que justificam a expansão do fenômeno denominado frequentemente como “uberização” do trabalho, em decorrência do processo de flexibilização do trabalho, e como as mulheres estão inseridas nessas novas relações de trabalho. Em seguida, destacaram-se os elementos centrais que marcaram a construção social do papel das mulheres na esfera do trabalho e a exploração no capitalismo. Na segunda seção, realizou-se a análise dos dados obtidos na pesquisa de campo, a fim de identificar o perfil das mulheres motoristas em plataformas digitais e as experiências e subjetividades vivenciadas no exercício da sua atividade. Nas considerações finais, algumas reflexões apontam para a necessidade do contínuo enfrentamento dos fatores estruturais que reproduzem a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Mesmo na era da economia digital, ainda é nítida a responsabilização sobre as mulheres do trabalho no espaço da vida doméstica, o que põe o trabalho produtivo realizado por elas em posição secundária e o torna menos valorizado.

### **Flexibilidade e precariedade com a uberização do trabalho**

Em função das mudanças estruturais no capitalismo, a partir da década de 1970, estabeleceu-se um novo desenho na organização do trabalho sob o modelo da produção flexível. Como consequência para a classe trabalhadora, observou-se o agravamento da precarização e redução das proteções de direitos básicos do trabalho, especialmente nos países periféricos (ANTUNES; DRUCK, 2014).

---

<sup>1</sup> A pesquisa de campo compreendeu o período de setembro de 2019 a março de 2021. Inicialmente, a pesquisa foi planejada para que todas as entrevistas fossem realizadas presencialmente. Contudo, a pandemia da covid-19 forçou a adaptação de parte da pesquisa ao modo virtual, o que fez com que a entrevista direta fosse realizada por meio de videoconferência. A pesquisa foi orientada e aprovada pelo conselho de ética da UFPB e todas as entrevistadas tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que rege a pesquisa com seres humanos.

Nas primeiras duas décadas do século XXI, o mundo do trabalho experimentou mais um processo veloz de grandes transformações. Os impactos dessas mudanças têm sido impelidos pelo avanço das tecnologias da informação e o crescimento acelerado da economia digital com os aplicativos de transportes, vendas e serviços, permitindo visualizar novas modalidades de exploração e precarização do trabalho (ANTUNES, 2018).

Um amplo debate sobre o processo de flexibilização do trabalho no Brasil serve de referência para compreender o contexto de aprofundamento da precarização do trabalho com a utilização das plataformas digitais na sociedade contemporânea. Para tanto, são fundamentais as contribuições de Dedecca e Baltar (1997), Machado da Silva (2002), Druck (2011) e Baltar e Manzano (2020), entre outros. As investigações desses pesquisadores demonstram que o processo de precarização do trabalho pode ser compreendido pelas condições estruturais do modelo de desenvolvimento capitalista. Contudo, com as possibilidades criadas no universo da economia digital, a exploração do trabalho amplia-se sobre um conjunto de ocupações heterogêneas, informais e instáveis gerenciadas por plataformas digitais, o que provoca a ressignificação das relações sociais de trabalho, de modo a mistificar a submissão do trabalho ao capital.

A larga utilização do termo “uberização”, aplicado para expressar as mudanças nas relações sociais de trabalho por meio das plataformas digitais, pode simplificar demasiadamente a essência do fenômeno na medida em que restringe o surgimento das novas formas de trabalho a uma ideia rasa de modernização técnica. Mais do que isso, é importante reconhecer as mudanças estruturais no sistema capitalista que tendem a aperfeiçoar a gestão e o controle sobre a força de trabalho para permitir a contínua exploração de valores excedentes.

A partir da necessidade de conceituação do fenômeno da uberização, Abílio, Amorim e Grohmann (2021) buscaram mapear os termos mais utilizados nos estudos sobre as formas de trabalho desenvolvidas por meio das plataformas digitais. É possível encontrar termos como: *crowdwork*, *work on demand*, plataformização, uberização, plataforma digital, *platform labor*, trabalho digital, *gig economy*, entre outros. O problema é que a aplicação descuidada das diferentes terminologias pode levar a possíveis equívocos semânticos e criar um sentido limitado em algumas traduções para o português, com risco de comprometer os estudos analíticos sobre o tema, principalmente quando se trata de economias onde é comum a instabilidade das ocupações de trabalho (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021).

Apesar das transformações no mundo do trabalho repercutirem em dimensão global não se deve deixar de lado as especificidades de economias como o Brasil, que historicamente tem um mercado de trabalho caracterizado pelo desenvolvimento da informalidade e precariedade do trabalho. Desse modo, os pesquisadores alertam para a necessidade de se considerar o impacto das plataformas digitais sobre uma realidade já existente de precariedade do trabalho, com a ampliação do controle sobre o trabalho a partir do gerenciamento algorítmico determinado pelas plataformas. Considerando essa problemática conceitual, os estudiosos compreendem que é mais adequado utilizar a definição de “trabalho subordinado por meio de plataformas digitais”;

o que deixa apropriadamente explícita a noção de trabalho subordinado (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 35).

Neste sentido, compreende-se que o surgimento das plataformas digitais de trabalho possibilita maior controle do capital sobre o trabalho – condição acentuada em economias periféricas –, amplia situações de precariedade do trabalho e ainda estimula posturas individualistas como única estratégia para que o trabalhador esteja inserido no mercado de trabalho. Esse modelo também estabelece novas relações sociais de trabalho e desarticula a capacidade de organização dos trabalhadores na defesa de direitos e de trabalho digno.

O desemprego, como problema estrutural do capitalismo, forçou o desenvolvimento de novas estratégias de sobrevivência e, conseqüentemente, o trabalho informal passou a ser uma opção de ocupação por meio dos aplicativos de transporte, gerenciados pelas plataformas digitais. As novas modalidades de trabalho e a falta de regulação das relações sociais de trabalho desenvolvidas por meio de plataformas digitais têm alimentado um amplo debate em torno da heterogeneidade das formas de trabalho e da necessidade de reforçar os princípios do trabalho decente, tendo em vista a possibilidade de aprofundamento da precariedade do trabalho, conforme destacado em estudo realizado pela CEPAL/OIT.

El surgimiento del trabajo en plataformas contribuye a la creciente heterogeneización de las relaciones laborales contractuales. En este contexto hay que subrayar que desde la perspectiva del trabajo decente una categorización de trabajo en plataformas de ejecución local como trabajo por cuenta propia resultaría la menos satisfactoria ya que, si no se incluyen especificaciones apropiadas a esta modalidad laboral, sería la que claramente contribuiría a una precarización del trabajo (CEPAL/OIT, 2021, n.p.).

Diante dessas transformações, as mulheres são atingidas de forma particular, uma vez que a modernização e a flexibilização do trabalho não significaram melhores condições de trabalho para grande parte das mulheres. Na atividade realizada por meio dos aplicativos de transporte, elas precisam conciliar múltiplas jornadas de trabalho para recompensar os períodos que necessitam parar para atender às demandas privadas, como o cuidado com as crianças e tarefas domésticas (HIRATA, 2002; ANGOTTI; VIEIRA, 2021).

Nessa nova configuração do trabalho, o capital apenas gerencia os serviços prestados por meios dos aplicativos e não oferece nem mesmo os meios de trabalho aos trabalhadores e trabalhadoras. O próprio trabalhador arca com os recursos que precisa para trabalhar e disponibiliza sua força de trabalho a um aplicativo de transporte, de alimentação ou qualquer outro, que não assumem a posição de patrão, mas tem a função de interligar o trabalhador a um usuário ou prestador de serviço para o qual também não trabalha. Essa é a lógica das novas relações de trabalho na era do trabalho nas plataformas digitais, o que implica flexibilidade, mais exploração, menos segurança e menos direitos (ARTUR; CARDOSO, 2020).

Assiste-se a um novo momento de expansão do capitalismo e precarização estrutural do trabalho com a reorganização do trabalho e das relações sociais de produção (ANTUNES, 2015). O avanço das políticas neoliberais tem sido combustível para a crescente desregulamentação do trabalho e a criação de modelos de produção e de trabalho cada vez mais precarizados (KREIN; OLIVEIRA; FILGUEIRAS, 2019). É no contexto de desemprego, informalidade, desigualdades e, sobretudo, perda de direitos do trabalho, em consonância com o avanço acelerado das novas tecnologias da informação, que a uberização do trabalho encontra ambiente fértil para a renovação da exploração do trabalho.

As plataformas digitais de trabalho se proliferaram como parte de um modelo de economia alternativa que, supostamente, se acercava da noção de compartilhamento. Esse modelo foi apresentado inicialmente como forma de aproximar as pessoas e estimular o consumo consciente em economias desenvolvidas. Contudo, difundiu-se como nova possibilidade de fazer negócios por meio da internet, conectando consumidores com provedores de bens e serviços para ampliar as trocas no mundo físico (SLEE, 2017). Essas atividades podem contemplar diversas possibilidades, da produção à comercialização de bens e serviços. A ideia inicial era desafiar as indústrias tradicionais de serviços, porém os aplicativos de serviço têm se tornado tão grande quanto elas, reproduzindo um padrão alicerçado em condições precárias de trabalho.

Entre as líderes desse mercado no setor de transporte e entregas destaca-se a *Uber*, criada em 2010, em São Francisco, nos Estados Unidos. Em 2018, a *Uber* já atuava em mais de 21 países nos 5 continentes e atualmente está presente em mais de 10 mil cidades do mundo. No Brasil, o aplicativo existe desde 2014 e encontra-se ativo em mais de 500 localidades. O sistema *Uber* possibilitou a recriação de papéis sociais e relações de trabalho condicionados à racionalidade neoliberal. Fundamenta-se na desregulamentação do trabalho, negação de direitos, aumento da competitividade, individualização e manutenção da ideologia do poder da classe capitalista (FERRER; OLIVEIRA, 2018).

O gerenciamento do trabalho por meio das plataformas digitais significa o controle integral do processo de trabalho e constitui a realidade imposta pela tecnologia da informação para explorar a força de trabalho. Neste sentido, as atividades realizadas por meio das plataformas digitais representam um novo estágio da exploração do trabalhador em escala global. Nessa condição de trabalho, ganha força a ideia de um trabalhador ou trabalhadora com autonomia, que realiza sua atividade de trabalho de forma independente, recebe uma porcentagem sobre cada viagem realizada e tem certa flexibilidade para fazer a carga horária, aceitar ou recusar viagens. Contudo, essa ideia de trabalho entre parceiros e trabalhador livre é fantasiosa (ABÍLIO, 2019).

As empresas de aplicativos de transporte fogem da possibilidade de estabelecer uma relação de vínculo trabalhista e se declaram como sendo uma “plataforma digital” que apenas interliga consumidores e motoristas. Na realidade, o processo é bem mais complexo, uma vez que toda essa relação é monitorada pela plataforma com domínio sobre o valor da corrida, definindo ainda os critérios para a permanência dos usuários. Nessa lógica, Abílio destaca que,

Trabalhadores e consumidores tornam-se perfis virtuais, números de um cadastro. A atividade de ambos é material e tangível, é ela a fonte que alimenta o controle sobre o trabalho, sua organização e distribuição no tempo e no espaço, que, no entanto, são programados e executados pelos softwares e seus algoritmos. Ser um trabalhador-perfil em um cadastro da multidão significa na prática ser um trabalhador por conta própria, que assume os riscos e custos de seu trabalho, que define sua própria jornada, que decide sobre sua dedicação ao trabalho e, também, que cria estratégias para lidar com uma concorrência de dimensões gigantescas que paira permanentemente sobre sua cabeça. (ABÍLIO, 2017, n.p.).

Além da *Uber*, outros aplicativos têm forte atuação no Brasil, como *Cabify*, *Easy*, *lyft* e *99*. Todas essas empresas se intitulam como plataformas que conectam motoristas a passageiros. Os usuários motoristas são considerados parceiros, sem vínculo trabalhista e, conseqüentemente, não estão enquadrados na parcela dos trabalhadores e trabalhadoras que dispõem de direitos como férias, décimo terceiro e hora extra (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2022). Na medida em que as empresas em questão não assumem a responsabilidade no reconhecimento de uma relação de trabalho, não considerando o vínculo empregatício, os trabalhadores e trabalhadoras ficam à mercê da própria sorte, sendo responsáveis pelos custos e por qualquer imprevisto, infortúnio ou acidente de trabalho que venha a acontecer.

No que diz respeito ao gênero, em outubro de 2019 a *Uber* lançou o programa: “elas na direção” para, segundo a empresa, incentivar as mulheres na geração de renda. De acordo com a equipe da *Uber*, através do site oficial, o objetivo seria conquistar a independência financeira das mulheres sem abrir mão da flexibilidade, permitindo ajustar o trabalho de acordo com sua rotina pessoal (UBER, 2019). É relevante destacar que o discurso que promove oportunidade para as motoristas está associado à noção de flexibilidade no trabalho e na rotina pessoal, sendo uma forma de explorar o trabalho parcial das mulheres que precisam conciliar diferentes tarefas de trabalho na esfera pública e privada.

A realidade de muitas mulheres está atrelada ao trabalho não pago na esfera privada, o que não exclui a necessidade de assumirem outras ocupações profissionais, como é o caso das motoristas por meio de aplicativos, seja como complemento de renda ou como principal meio de sobrevivência. A uberização evidencia uma nova forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho por meio de algoritmos, um sistema sofisticado que permite maior controle dos processos de trabalho e dos trabalhadores, de modo a estimular a ideia de impessoalidade nas relações sociais de trabalho (ABÍLIO, 2019). Assim, desestimula-se a ação coletiva dos trabalhadores e acirra-se a disputa por inserção profissional na negociação de direitos, jornadas de trabalho, segurança, previdência e remunerações, entre outros direitos do trabalho, o que aprofunda a condição de precarização de trabalhadores e trabalhadoras (ANTUNES, 2018; ARTUR; CARDOSO, 2020). Para as mulheres, especialmente, a realidade de precarização agrava-se pelas situações históricas de discriminação, assédio no ambiente de trabalho e salários desiguais (HIRATA; KERGOAT, 2020).

## A construção do papel social das mulheres e a permanência da exploração do trabalho

A persistência de um modelo conservador que promove as desigualdades na esfera do trabalho entre homens e mulheres e estabelece uma relação de hierarquia e maior valorização do trabalho do homem é resultado de um processo de construção histórico e social. O sistema capitalista é beneficiado na medida em que se apropria e reproduz em favor próprio uma relação de submissão e exploração da “condição feminina” socialmente construída (PERROT, 2019).

Destacando-se a análise de Saffioti (1976), na cultura hegemônica sob o patriarcado, ao longo da história até os dias atuais, são papéis atribuídos à mulher estabelecer a ordem familiar e ser responsável pelo equilíbrio e harmonia do lar. Ao homem determinou-se o espaço público, de trabalho, da política e de provedor da família. Neste sentido, Saffioti (2004) analisa que o sistema patriarcal é um fenômeno forjado especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. Isso significa que, empregadas ou não no trabalho produtivo na dimensão pública, recai sobre as mulheres a maior carga de responsabilização em relação ao trabalho na esfera da vida privada.

O patriarcado também delimita as desigualdades de gênero nos espaços de trabalho, onde parte das opressões vivenciadas pelas mulheres se evidenciam. É no capitalismo que a divisão sexual do trabalho é ressignificada, uma vez que é estabelecida uma relação social de trabalho que legitima a exploração do trabalho feminino nas dimensões produtiva e reprodutiva (SAFFIOTI, 2004). As mulheres sempre trabalharam, mesmo que fosse no espaço doméstico e da reprodução, não sendo valorizadas, tampouco remuneradas, embora o trabalho de reprodução seja essencial para o desenvolvimento das sociedades. De acordo com Saffioti “a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares ela tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social” (SAFFIOTI, 1976, p. 17).

No marco do capitalismo, o processo de marginalização das mulheres ocorre de forma considerável, com desvantagens no processo de inserção no mercado de trabalho, entre as quais se destacam a desvalorização do trabalho, exploração, precarização e desigualdade salarial. O trabalho doméstico, por exemplo, continua sendo uma via majoritariamente de mão única. Seja no meio rural ou urbano, as mulheres adicionam esse trabalho a sua rotina de atividades no espaço do mercado. O trabalho desvalorizado, mal ou não remunerado das mulheres é uma marca histórica do trabalho feminino (FEDERICI, 2017).

A reprodução das relações sociais e do trabalho na esfera da vida privada são importantes para a manutenção do capitalismo. Nesse sentido, Cisne (2015) destaca que o sistema se beneficia do trabalho feminino,

Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor, na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada e prestígios presentes no mundo produtivo (CISNE, 2015, p. 120).



O trabalho não pago no interior do espaço doméstico, casa, marido e filhos(as), tem um valor significativo na medida em que se disponibiliza tempo em prol da organização familiar e manutenção da vida dos homens que se beneficiam de forma direta em qualidade de vida e tempo livre. Contudo, as desigualdades no mundo do trabalho precisam ser abordadas de forma interseccional, tendo em vista que os marcadores de gênero, classe e raça/etnia atuam de modo a interferir na forma como homens e mulheres estão inseridos nas atividades produtivas e como a qualidade das ocupações, os rendimentos e os direitos são afetados (CISNE, 2015; BIROLI; MIGUEL, 2015).

De acordo com o Ipea (2019), entre 2013 e 2018, no Brasil, mais de 6 milhões de pessoas dedicavam-se a serviços como mensalistas, diaristas, babás, cuidadoras, motoristas, jardineiros ou outros profissionais contratados para cuidar dos domicílios e da família de seus empregadores. Desse total, 92% são mulheres, em sua maioria negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias de baixa renda.

As estatísticas que resultam das pesquisas sobre trabalho e gênero do IBGE (2022), registraram que no Brasil, em 2019, a taxa de ocupação das mulheres na faixa etária de 25 a 49 anos, em residências com crianças de até 3 anos, foi de 54,6%, enquanto os homens alcançaram 89,2%. A situação das mulheres pretas ou pardas com filhos é mais frágil, com taxa de ocupação de 49,7%. Quando se trata das tarefas domésticas e de cuidados, as mulheres (21,4 horas) sempre apresentam o maior número médio de horas semanais em relação aos homens (11 horas), sendo ainda mais elevado para mulheres pretas e pardas (22 horas), fato que influencia nas possibilidades de inserção dessas mulheres em ocupações produtivas. Apesar de apresentarem maior escolaridade, sendo as mulheres com cerca de 19% no ensino superior completo e os homens com 15%, as mulheres têm menor ocupação no mercado de trabalho.

Essas diferenças estão refletidas nos rendimentos auferidos pelos diferentes grupos ocupacionais no mercado de trabalho. Ainda com referência ao ano de 2019, o IBGE revelou que o rendimento médio mensal das mulheres foi R\$ 1.985,00 e o dos homens R\$ 2.555<sup>2</sup>. Essa diferença é mais acentuada ao se considerar a raça e a região geográfica. As regiões Norte e Nordeste são as que apresentam os menores rendimentos médios, o que faz com as diferenças nas remunerações entre homens e mulheres sejam menores.

Com o desenvolvimento das novas tecnologias, compreende-se que as diferentes dimensões da desigualdade no mercado de trabalho e as formas de exploração do trabalho passam a se processar em bases mais sofisticadas, mas sempre com o propósito de servir à expansão do modo de produção capitalista.

---

<sup>2</sup> Com a pandemia da covid-19, as desigualdades no mercado de trabalho foram aprofundadas de modo a afetar sobretudo as mulheres. Ver: Oliveira e Silva (2021).

## Exploração do trabalho das mulheres na era da economia digital

Nesta seção, buscou-se analisar as condições do trabalho feminino a partir da utilização dos aplicativos de transporte gerenciados pelas plataformas digitais. Inicialmente, identificou-se o perfil das mulheres quanto à raça/cor, idade, estado civil, escolaridade e filhos. Em seguida, buscou-se compreender como essas mulheres foram inseridas no trabalho como motoristas por meio dos aplicativos, as jornadas de trabalho, os direitos trabalhistas e o sentido de autonomia que pode ser gerado nesse tipo de ocupação. Ademais, interessa compreender as estratégias adotadas pelas mulheres para conciliar o tempo dedicado ao trabalho na esfera da vida privada com a ocupação de motorista por aplicativo.

Quem são as motoristas que utilizam aplicativos digitais de transporte?

Na primeira etapa da pesquisa, buscou-se identificar o perfil das mulheres motoristas em plataformas digitais. Do total de 41 mulheres que responderam ao questionário, a maioria se identificou como parda e negra, totalizando 65,8%. No que diz respeito à idade, a maior parte encontra-se na faixa etária entre 30 e 40 anos (16 mulheres), embora haja mulheres com idade igual ou superior a 50 anos. A faixa com a segunda maior frequência de respondentes encontra-se entre 20 e 30 anos (12 mulheres). Em relação ao estado civil, mais de 48% declararam ser solteiras, seguidas por 22% de mulheres casadas e 15% divorciadas. Entre as duas últimas, todas têm filhos.

No tocante ao nível de escolaridade, 13 mulheres confirmaram ter o ensino médio completo e 24 possuem ensino superior incompleto, completo ou em andamento. Chamou atenção o fato de 2 motoristas possuírem pós-graduação. Os dados sobre a escolaridade destacaram um nível de formação elevado das mulheres motoristas em aplicativos. A condição assumida por muitas mulheres em ter de se responsabilizar pelos cuidados dos filhos pode ser um aspecto influenciador da dificuldade de inserção na área de formação, na medida em que precisam buscar alternativas mais flexíveis para conciliar as diversas tarefas entre o trabalho na vida privada e o profissional, condições amplamente abordadas nos estudos de Hirata e Kergoat (2020), Saffioti (2004) e Gama (2014).

A partir dos 40 anos de idade, existe uma dificuldade maior de inserção no mercado de trabalho, principalmente para as mulheres. O relato de Amora<sup>3</sup>, residente em Campina Grande, 41 anos, solteira e com filho, ao ser questionada sobre como surgiu a ideia de trabalhar como motorista de aplicativos, evidencia essa questão:

Surgiu pelo fato de estar desempregada e nessa idade de 41 anos as empresas têm muita restrição de empregar. Muitas vezes fui deixar curriculum e disseram que só recebia até 30, 35 anos. Tem uma loja de perfumaria em Campina Grande que só

---

3 Para preservar a identidade das entrevistadas, foram utilizados nomes fictícios.

recebe pessoas até 25 anos. Se eu fosse para essa área de comércio eu não ia conseguir. Na minha área, que eu sou técnica de enfermagem, estão pagando muito mal. Eu vi então nos aplicativos uma forma de fazer dinheiro sem ter um patrão me cobrando horário (AMORA, 41 anos).

Quando questionadas sobre as razões que levaram ao trabalho de motorista por meio de aplicativo de transporte, a maioria das respostas destacou o fato de as mulheres terem ficado desempregadas, ou terem sido demitidas e enxergarem nessa forma de trabalho uma oportunidade de “fazer renda”. Constatou-se que, para esquivar-se do desemprego, as formas alternativas de trabalho e a informalidade se apresentam como saída (DEDECÇA; BALTAR, 1997), muitas vezes a única para essas mulheres.

A ocupação de motorista por aplicativo pode ser exercida por qualquer pessoa, sem restrições quanto ao nível de escolaridade, tendo apenas como requisito<sup>4</sup> a comprovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Especialmente pela flexibilidade do tempo de trabalho, as mulheres têm identificado nessa atividade uma oportunidade para adequar a rotina da vida doméstica com uma atividade profissional remunerada.

Alice é natural de Campina Grande, 41 anos, solteira, tem 1 filho e possui ensino superior completo. Ao ser interpelada sobre sua formação, e se já havia trabalhado na área, ela respondeu que é formada em Gestão em Sistema de Informação e que já exerceu função na sua área de formação. Afirmou, ainda, que já morou em cidades como Recife e João Pessoa, passou 19 anos na área de telecomunicação, viajava muito, trabalhava sem parar e fazia plantões. Sobre sua trajetória, relatou que:

Em 2013 nasceu meu filho e tudo mudou. Mãe solteira vi nas mãos a responsabilidade de me virar sozinha e, ao mesmo tempo, sem tempo para meu filho. Separei-me do pai do meu filho quando ele ainda tinha entre 1 ou 2 meses, mas desde a gravidez ele nunca me apoiou. Então, depois disso tudo foi comigo, tive que me virar. Em 2017 surgiu o *Uber* em Campina e vi a oportunidade de cuidar do meu filho e ter mais tempo para tudo. Sem necessidade de pedir a um supervisor quando meu filho estava doente e com medo de ser demitida no outro dia. Aí deu certo, fazia meu horário, tinha tempo para fazer minhas coisas (ALICE, 41 anos).

Mulheres na condição de Alice, mãe e trabalhadora, percebem “benefícios” no trabalho por meio dos aplicativos de transporte, dada a possibilidade de organizar o próprio horário para ter mais tempo e conciliar as atividades no âmbito privado, a logística para cuidar do filho e o trabalho profissional. As mulheres com filhos, em geral, apresentam discurso semelhante relacionado às dificuldades enfrentadas para conciliar o trabalho doméstico, filhos e trabalho

---

<sup>4</sup> Para realizar o cadastro como motorista na *Uber*, por exemplo, exige-se o cadastro da foto da CNH. Após ser aprovado, é necessário enviar a foto do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) e ficar on-line no aplicativo. Não é exigido veículo próprio, podendo esse ser alugado, inclusive em locadoras parceiras da *Uber*. As informações estão acessíveis em <https://www.uber.com/br/pt-br/drive/requirements/>

fora de casa (GAMA, 2014). Ademais, o depoimento de algumas mulheres casadas, cujo companheiro “tem horário a cumprir e em um trabalho intenso”, deixa evidente como o trabalho das mulheres é visto de forma secundária em relação ao trabalho dos homens (HIRATA, 2002). Muitas vezes, elas mesmas interiorizam a lógica de ter mais flexibilidade por não trabalharem com carteira assinada, além de ser um “trabalho mais leve”, o que também pode naturalizar situações de trabalhos informais.

Antônia, 34 anos, informou que “roda” entre 8 e 10 horas por dia e, além disso, tem que dar conta de todas as atividades da casa, levar e pegar seus filhos na escola. O depoimento de Antônia aponta para a consolidação de um lugar subjetivo onde as mulheres se colocam, porque assim foram ensinadas e dessa realidade foram cercadas, reproduzindo a compreensão de que a obrigação dessas atividades do âmbito privado pertence a elas e que as tarefas domésticas dos homens se encontram na condição de “ajuda” (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As mulheres, ao não terem a justa divisão de tarefas no espaço privado, se sobrecarregam e, muitas vezes, adaptam a vida profissional em prol do lar, dos compromissos com os filhos, enquanto para os homens essa não é uma realidade comum. Dessa forma, o trabalho nos aplicativos de transporte proporciona a falsa impressão de tempo livre para que as mulheres consigam realizar outros tipos de trabalho, inclusive não remunerados ou menos valorizados, vistos como obrigação feminina, como é o caso dos trabalhos domésticos e dos cuidados.

Agnes, moradora de João Pessoa, 48 anos, solteira, sem filhos, quando questionada sobre a forma como concilia seu trabalho com os afazeres domésticos, relata que:

É só ter um controle do tempo, estou sempre deixando a casa limpa, organizada. Aí, nas minhas folgas que é na quarta eu dou uma geral, faço uma faxina mesmo, tudo limpinho que é exatamente o horário que eu não estou na rua rodando. Pego de 6 h, venho para casa almoçar, volto às 14 h, volto à noite e dou uma organizada na casa, carro, e vou mantendo tudo organizado. (AGNES, 48 anos).

Essa é uma rotina comumente relatada, pois as mulheres continuam a assumir as atividades essenciais do trabalho doméstico (HIRATA; KERGOAT, 2007). À noite, a “folga” das mulheres é ocupada por mais trabalho não pago. Esse é o retrato de uma realidade enfrentada pela maioria das mulheres, legitimada e sustentada por uma sociedade e um modelo de economia que se beneficia e enriquece à custa do trabalho reprodutivo não remunerado. Ao mesmo tempo, ocorre a desresponsabilização dos poderes público e privado quando deixam de ofertar a infraestrutura necessária em educação, cuidados e assistência social, de modo a permitir trabalho digno e de qualidade para as mulheres.

## Exploração do trabalho feminino nos aplicativos de transporte

A exploração do trabalho das mulheres motoristas de aplicativo pode ser observada de forma mais expressiva, primeiramente, pelo tempo de trabalho disponível para o serviço de transporte. Contudo, o tempo dedicado à função de motorista é apenas a parte do tempo do trabalho produtivo, pois o tempo sobranete é repartido com outros trabalhos necessários, mas não pagos, conforme foi destacado na seção anterior. Quando interrogada sobre sua jornada de trabalho, Agnes, 48 anos, afirma que,

Trabalho de 8 a 9 horas. Também depende muito do dia, às vezes tem dia que tá chamando, tem dia que tá menos, mas geralmente meu horário é 8 a 9. Agora quando tem muitas chamadas eu estendo mais um pouquinho, até 12 horas. Aí estou trabalhando todos os dias, menos na quarta que é minha folga (AGNES, 48 anos).

Anne, 34 anos, ao ser questionada com a mesma pergunta relatou que “roda” 8 horas na semana, e no final de semana em torno de 10 horas por dia. A situação para quem trabalha com carro alugado é ainda mais instável quanto à remuneração, justamente pelo compromisso quinzenal ou mensal do pagamento do aluguel do carro, além das despesas com combustível. Se subtrairmos as 3 horas de almoço (sendo 30 minutos por dia), encontramos mulheres que “rodam” mais de 60 horas por semana, ou seja, mais do que o previsto legalmente para quem trabalha com carteira assinada. Quanto aos direitos, interpelada se a atividade de motorista de aplicativo lhe garante alguma segurança, Amora respondeu que,

Não temos nenhum direito trabalhista e corremos o risco de algum passageiro reportar alguma coisa que venha nos prejudicar, nós somos bloqueados e não podemos mais rodar como motorista de aplicativo. Muitos só têm esse trabalho com família para sustentar, carro financiado. Esse é o ponto negativo, você não tem direito a nada. O aplicativo pode bloquear a qualquer hora que eles quiserem, sem dar nenhuma satisfação (AMORA, 41 anos).

Criar as condições para que as trabalhadoras e trabalhadores estejam totalmente disponíveis no aplicativo é a lógica de funcionamento do trabalho gerenciado por meio das plataformas digitais. Quanto mais tempo on-line, mais corridas são enviadas e mais horas de trabalho podem realizar sem parar. Por isso, é fantasiosa a ideia de liberdade e autonomia, pois um dos princípios do gerenciamento digital do trabalho, mesmo que velado, é a disponibilidade da motorista para o trabalho no maior tempo possível de sua vida (ABÍLIO, 2019).

As mulheres são ainda mais prejudicadas, pois não conseguem se dedicar apenas a essa atividade, tendo em vista todo o suporte da vida privada que recai sobre elas e que lhes ocupa tempo de trabalho não pago. Mesmo que pareça vantajoso para quem está “rodando”, as consequências são graves e podem implicar problemas de saúde.

Não há nenhuma garantia de direito oferecido pelas plataformas digitais no trabalho das motoristas. As empresas não viabilizam férias, descanso semanal, tampouco assistência em caso de acidente ou adoecimento (ARTUR; CARDOSO, 2020). Então, a sobrecarga do tempo de trabalho é para garantir o presente, e também o futuro, pois se ocorrer qualquer imprevisto, a trabalhadora fica impossibilitada de trabalhar, sem remuneração e, conseqüentemente, se não tiver alguma reserva financeira, passará dificuldades. A aceitação da condição de trabalho imposta é também legitimação da exploração promovida por essa relação de trabalho.

Existe a autorresponsabilização do trabalho sobre as trabalhadoras em todos os sentidos. Se não existe patrão, também não há a possibilidade de negociação com ele. O que define o trabalho é o algoritmo, não há interlocutor. Neste sentido, o meio que delibera essa relação impessoal é uma plataforma digital, a “máquina”, e as trabalhadoras são reduzidas à condição de um número/usuário. Enquanto atendem às expectativas e metas criadas pelo sistema, ficam ativas; quando ocorre o contrário, são simplesmente descartadas sem quaisquer justificativas.

Ao ser questionada sobre a possibilidade de trabalhar com carteira assinada, Amora respondeu: “Sim, por causa dos direitos trabalhistas, seguro-desemprego, quando você sai recebe contas, mas eu acho que se chegar a assinar a carteira você perde um pouco da liberdade que tem [...]” (AMORA, 41 anos). Neste depoimento, o sentido de liberdade encontra-se próximo da noção de flexibilidade quanto ao gerenciamento do tempo de trabalho remunerado e o tempo de trabalho dedicado aos cuidados com filhos e tarefas doméstica (HIRATA; KERGOAT, 2007). Para a maioria das mulheres, apesar de a atividade de motorista por aplicativo permitir organizar esses tempos de trabalho, o desafio de permanecer on-line no maior tempo possível implica aumento de intensidade de trabalho diante das múltiplas jornadas assumidas pelas mulheres. Essas escolhas terminam por criar tensões entre o trabalho que é possível ter, sem direitos, e os direitos do trabalho.

Anita (26 anos) é residente da cidade de Campina Grande e, durante o processo das entrevistas, conseguiu um emprego formal. Ela nos relatou que ficou muito feliz com o novo trabalho, pela segurança que oferece. Afirmou, ainda, que se tivesse um carro próprio “rodaria” para obter uma renda extra, mas assumir o aluguel de um carro não compensa. Ainda sobre essa questão, Amaralina afirmou que conciliaria os dois trabalhos,

Se eu recebesse uma proposta de carteira assinada eu aceitaria, porém não deixaria de rodar. Tem a questão de dias e horas marcadas, eu iria reservar as outras para rodar. Eu gostaria sim de ter um trabalho com carteira assinada pela segurança que traz. Os aplicativos têm essa liberdade, é muito bom, mas vem com muita pressão psicológica (AMARALINA, 28 anos).

Os aplicativos de transportes em plataformas digitais ampliam-se com a perspectiva de ser uma opção para que as trabalhadoras tenham a possibilidade de conseguir renda extra. Porém, principalmente em um país como o Brasil, com alta taxa de desemprego, essa atividade pode acabar sendo permanente e a única fonte de renda (OLIVEIRA; RODGERS, 2021; CEPAL/OIT, 2021).

A sobrevivência econômica é uma das principais motivações para que as pessoas busquem ocupação no trabalho de motorista por meio dos aplicativos de transporte. Com a pesquisa, constatou-se que o desgaste físico e psicológico é muito alto para as mulheres motoristas em busca de recursos financeiros suficientes para garantir a sobrevivência. Significa altas jornadas de trabalho, inclusive no final de semana, conseqüentemente, pouco descanso e momentos escassos de lazer. A necessidade de conexão com o aplicativo no maior tempo possível para obter maior retorno financeiro induz à exaustão e ao aumento voluntário da exploração do trabalho.

Considerando o período de crise sanitária causado pela covid-19, foram realizados questionamentos a respeito das conseqüências da pandemia sobre o trabalho das mulheres como motoristas por aplicativos. Algumas motoristas precisaram suspender as atividades por constituírem grupo de risco devido a problemas de hipertensão. Nestes casos, contraíram dívidas ou passaram a depender da ajuda da família para pagar as contas.

Mesmo com todo perigo imposto à saúde, não houve a opção de “ficar em casa” para a maioria das trabalhadoras (ANGOTTI; VIEIRA, 2021). Além dos riscos, precisaram arcar com os custos para obtenção dos equipamentos de segurança, tendo em vista a insuficiência do auxílio disponibilizado pelos aplicativos. A vulnerabilidade da categoria foi exposta durante a pandemia da covid-19. Uma vez que se restringiu a circulação de passageiros, devido ao isolamento social, as trabalhadoras foram atingidas pela diminuição no número de corridas e, conseqüentemente, pela redução dos rendimentos (MANZANO; KREIN, 2020).

#### O sentido de flexibilidade e autonomia no trabalho uberizado para as mulheres

Flexibilidade e liberdade no trabalho foram categorias bastante citadas pelas motoristas entrevistadas. Muitas mencionaram o fato de ter começado a “rodar” como motorista de aplicativo para poder conciliar a vida doméstica com o trabalho fora de casa, pois assim poderiam “fazer seu horário” e trabalhar quando quisessem.

Os relatos indicam que a ideia de liberdade está mais próxima da noção de flexibilidade e não significa necessariamente que elas possam trabalhar menos. O que julgam como liberdade é a possibilidade de fazer pausas para ir a uma consulta com o(a) filho(a), resolver algum problema pessoal, mas que em seguida se faz necessário repor o “tempo perdido” para conseguir fechar as contas no final do mês e para que não sejam bloqueadas pelo aplicativo.

A noção de flexibilidade é diferente do conceito de liberdade. O funcionamento dos aplicativos e a forma como foram pensados e geridos induzem o sujeito a permanecer on-line na plataforma digital com a finalidade de obter mais chamadas e assim poder aumentar os rendimentos, o que provoca o encurtando do tempo livre. Os aplicativos de transporte cultivam essas estratégias para que os usuários fiquem o maior tempo possível conectado, dando lucro à empresa.

Essas categorias dialogam com outra questão investigada na entrevista com as motoristas quanto à forma como elas se percebem no trabalho realizado por meio dos aplicativos, se autônomas ou empreendedoras. Das 12 mulheres entrevistadas na segunda etapa da pesquisa, 8 responderam que se consideram autônomas, embora algumas tenham demonstrado dúvidas. Entre as respostas, 1 se reconheceu como prestadora de serviço, 2 como empreendedoras e 1 não indicou nenhuma das duas opções, se intitulando como trabalhadora “normal”. Agnes, ao ser questionada sobre sua ocupação, respondeu: “é um trabalho de prestador de serviço, eu presto serviço à *Uber*, à *99pop*, ao *Indrive*, e assim em diante, eu sou prestadora de serviço”.

Alice, residente na cidade de Campina Grande, destacou: “Classifico como um trabalho que devemos levar a sério quando estamos na ativa. Considero-me sim empreendedora e pago o meu MEI<sup>5</sup> rigorosamente em dia”. Aline, moradora da cidade de João Pessoa, respondeu que: “Me considero autônoma. Se trabalhar tem dinheiro, se não trabalhar não tem”. Anne, também residente de João Pessoa, expressou que,

Me sinto e não me sinto autônoma. Na verdade, às vezes, porque o meu lucro não sou eu que escolho de certa forma, entendeu? E o autônomo tem essa possibilidade de colocar um preço mais alto ou mais baixo de acordo com o que acha que é certo. Eu não, a taxa de desconto eles que escolhem, como eu acho uma taxa que eu considero uma taxa alta, eu não me considero autônoma por isso (ANNE, 34 anos).

A partir das respostas apresentadas, percebemos certa tensão sobre como as mulheres se reconhecem no trabalho, inclusive, sobre a própria condição de trabalhadoras. Alguns posicionamentos estão baseados no discurso disseminado pelas próprias empresas no sentido de reforçar a noção de empreendedorismo, de alcançar a trabalhadora com o apelo ideológico de “seja você mesmo o seu patrão”. Na fala de Anne, observa-se a confusão conceitual sobre o rendimento auferido, tendo em vista que, na condição de trabalhadora, o lucro não lhe é próprio, pois sua remuneração é fruto somente da parte paga do seu trabalho no tempo efetivamente trabalhado.

Esse equívoco é bastante típico do indivíduo que assume a postura de empreendedor individual e não se reconhece como trabalhador. No serviço como motorista de aplicativo, a trabalhadora não tem autonomia para decidir nada relacionado ao rendimento que obtém, tendo em vista ficar totalmente submissa à determinação do valor que o algoritmo do aplicativo calcula, a depender do dia, horário e época do ano.

#### Discriminação e assédio no trabalho

O trabalho de campo também investigou a percepção das mulheres sobre questões relacionadas a assédio sexual e segurança no trabalho na ocupação de motorista por aplicativos.

---

5 Microempreendedor Individual (MEI).



Quanto ao primeiro questionamento, Ana respondeu que “sim, passageiro quis me mostrar sua tatuagem num lugar impróprio.” (ANA, 51 anos). Anita, no mesmo sentido, nos relata que: “[...] via surpresa no rosto das pessoas. Em relação a assédio, acontece sempre, tanto por homens, quanto por mulheres” (ANITA, 26 anos).

Mais diretamente sobre o tema da discriminação, Amora compartilhou algumas situações em que se deparou durante o exercício do seu trabalho.

Não, nunca fui assediada. E discriminação a mulher sofre o dia inteiro no trânsito, os homens desrespeitam, chamam palavrão, dizem que só podia ser uma mulher dirigindo, são grosseiros, tanto os de carro, quanto de moto, de ônibus. Minimamente são os homens que respeitam no trânsito. O restante se pudesse passava por cima (AMORA, 41 anos).

Todas as entrevistadas passaram por situações de assédio, constrangimento ou discriminação no seu espaço de trabalho, em maior ou menor grau. As motoristas admitiram não existir uma forma de denúncia pela qual elas sejam ouvidas e reembolsadas nas situações em que precisam cancelar a corrida por questão de segurança física e integridade moral. Afirmaram que as reclamações são respondidas por meio de mensagens automáticas, impessoais. Em caso de persistirem com desistências de corridas suspeitas por motivo de segurança pessoal, correm o risco de serem bloqueadas.

A forma encontrada para a proteção pessoal está limitada aos grupos de motoristas, homes e mulheres, nas redes sociais ou por rádio, onde são compartilhadas informações sobre rotas em bairros considerados perigosos, clientes suspeitos, pontos de congestionamento e outros inconvenientes. Podem compartilhar a localização com colegas de trabalho e acionar a polícia em caso de possível situação que inspire perigo. Contudo, esse meio constitui um recurso desenvolvido pelos próprios motoristas e não tem respaldo da plataforma digital em que realizam o trabalho.

### **Considerações finais**

A busca pela inserção no mercado de trabalho por meio das plataformas digitais no setor de transporte de passageiros ocorre de forma mais precarizada para as mulheres devido à necessidade de conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo. A posição social de submissão e exploração da mulher no mundo do trabalho resultou de uma construção histórica, e continua a se reproduzir na sociedade contemporânea pelas plataformas digitais, com as marcas do patriarcado na divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 2004; HIRATA, 2002).

No ambiente do trabalho por plataformas digitais, a relação social de trabalho é exibida como uma parceria entre empresas gerenciadoras de aplicativos de transporte e usuários, reproduzindo um modelo ideal em que os trabalhadores acreditam ter autonomia nessa

“parceria”. No caso das mulheres, que assumem diferentes jornadas de trabalho, o apelo do trabalho flexível mostra-se sedutor e conveniente, pois muitas mulheres são mães e cuidadoras, e permanecem assumindo as responsabilidades do trabalho doméstico, mas também exercem a ocupação de motoristas profissionais, realizando atividades precárias e sem regulamentação e, conseqüentemente, sem direitos. Diante de uma realidade de opressão, falta de suporte familiar e da cumplicidade do Estado, não é crível que a uberização ofereça escolhas que possibilitem plenamente a dignidade profissional para essas mulheres. Esse modelo serve para garantir que a apropriação do excedente da força de trabalho das mulheres pelo capitalismo continue sendo uma realidade sempre renovada.

Para as plataformas digitais, gerenciadoras de aplicativos de transportes como a *Uber*, não interessa reconhecer qualquer vínculo trabalhista que signifique assumir custos, além dos que envolvem o gerenciamento digital do trabalho. Para as empresas que gerenciam os aplicativos de transporte, os motoristas são usuários da plataforma e não trabalhadores, definidos em um espaço de impessoalidade próprio do mundo digital.

O não reconhecimento da condição do trabalhador é ideal para o sistema capitalista, uma vez que não precisa lidar com a subjetividade do trabalho humano. No ambiente das plataformas digitais, o trabalhador é tratado como autômato, desmunido de vontades e direitos. Contudo, nessa relação de força entre capital e trabalho, a desigualdade de gênero tende a ser reforçada na medida em que o sistema se aproveita dos símbolos impessoais do mercado para impor às mulheres as múltiplas jornadas de trabalho, a responsabilidade do trabalho de reprodução e a desvalorização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo que invisibiliza as dimensões estruturais, culturais e patriarcais da desigualdade.

Essa lógica impulsiona os sujeitos a viverem em constante competição, sendo responsabilizados individualmente pelos seus sucessos e fracassos, o que acarreta o enfraquecimento da consciência de classe e, conseqüentemente, oportuniza a legitimidade do sistema de exploração.

## Referências

- ANGOTTI, Bruna; VIEIRA, Regina. S. C. (org.). **Cuidar, verbo coletivo**: diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19. Joaçaba, SC: Editora Unoesc, 2021.
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. **Passa Palavra**, 19 fev. 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/> Acesso em: 15 mar. 2020.
- ABÍLIO, Ludmila. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas**: Individuo y Sociedad, Valparaíso, v. 18, n. 3, p.1-11, nov. 2019. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-69242019000300041](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242019000300041) Acesso em: 16 mar. 2020.
- ABÍLIO, Ludmila; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: Conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, maio/ago. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

- ANTUNES, Ricardo. A sociedade da terceirização total. **Revista da ABET**, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 6-14, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/25698/13874> Acesso em: 06 mar. 2020.
- ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho**. São Paulo: Boitempo, v. 3, p. 13-24, 2014.
- ARTUR, Karen; CARDOSO, Ana Cláudia M. O controle das plataformas digitais: nomear a economia, gerenciar o trabalho e (des)regular os direitos. **Revista Tomo**, São Cristóvão, n. 37, p. 349-390, jul./dez. 2020.
- BALTAR, Paulo E.; MANZANO, Marcelo. O problema da informalidade ocupacional na periferia do capitalismo. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 379, p. 1-11, 2020.
- BIROLI, Flávia.; MIGUEL, Luis F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.
- CEPAL/OIT. **Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe: Trabajo decente para los trabajadores de plataformas en América Latina**. Santiago: Cepal: OIT, jun. 2021.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- DEDECCA, Claudio. S.; BALTAR, Paulo E. de A. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. **Estudos Econômicos**, São Paulo, n. 27, p. 65-84, 1997.
- DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. especial, p. 37-57, 2011.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERRER, Walkiria; OLIVEIRA, Lourival. Uberização do trabalho sob a ótica do conceito de subordinação estrutural. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 4, n.1, p. 177-194, jan./jun. 2018.
- GAMA, Andréa de S. **Trabalho e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- GÓES, Geraldo; FIRMINO, Antony; MARTINS, Felipe. Painel da Gig Economy no setor de transportes do Brasil: quem, onde, quantos e quanto ganham. **Carta de Conjuntura**, n. 55, Ipea, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2022/05/painel-da-gig-economy-no-setor-de-transportes-do-brasil-quem-onde-quantos-e-quanto-ganham/> Acesso em: 30 jun. 2022.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 53, p. 22-34, jun./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/50869> Acesso em: 30 abr. 2022.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- IBGE. **Estatísticas de Gênero**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/30172-estatisticas-de-genero-ocupacao-das-mulheres-e-menor-em-lares-com-criancas-de-ate-tres-anos> Acesso em: 28 jan. 2022.
- IPEA. **Estudo do Ipea traça um perfil do trabalho doméstico no Brasil**. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=35255&Itemid=9](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35255&Itemid=9) Acesso em: 20 out. 2020.
- KREIN, José D.; OLIVEIRA, Roberto V. de; FILGUEIRAS, Vitor A. (org.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.

MACHADO DA SILVA, Luíz A. Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a dominação no mundo do trabalho. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. **A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil**. Campinas: Cesit/Unicamp, 2020. Disponível em: [https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos\\_2020/A\\_pandemia\\_e\\_os\\_motoristas\\_e\\_entregadores\\_por\\_aplicativo\\_MANZANO\\_M\\_KREIN\\_A\\_2020\\_.pdf](https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/A_pandemia_e_os_motoristas_e_entregadores_por_aplicativo_MANZANO_M_KREIN_A_2020_.pdf) Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Roberto V. de; SILVA, Ari R. da (org.). **Trabalho & pandemia: informalidade, precarização e suas múltiplas relações**. São Paulo: Annablume, 2021.

OLIVEIRA, Roberto V. de; RODGERS, Gerry. (org.). **Desenvolvimento e regime de trabalho: a trajetória do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2021.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. São Paulo: Elefante, 2017.

UBER. **Elas na direção: mulheres dirigindo suas vidas**. Uber, 22 out. 2019. Disponível em: <https://www.uber.com/pt-BR/blog/mulheres-na-direcao/> Acesso em: 11 mar. 2020.

Recebido em: 10/02/2022

Aceito em: 27/04/2023

## CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE DE ENTREGADORES POR APLICATIVOS NO DISTRITO FEDERAL

### *WORKING AND HEALTH CONDITIONS OF DELIVERY APP WORKERS IN THE FEDERAL DISTRICT, BRAZIL*

---

Ricardo Colturato Festi\*

Raphael Santos Lapa\*\*

Bruna Vasconcelos de Carvalho\*\*\*

#### **Resumo**

Este artigo problematiza as relações de causa e efeito entre as condições de trabalho e as condições de saúde de entregadores e entregadoras por aplicativos. Para isso, analisa-se as lutas e as demandas dessa categoria no Distrito Federal do Brasil, ao longo de 2020 e 2021, durante a pandemia da covid-19. Essa, ao acirrar a crise econômica e social do país e submeter os trabalhadores a maiores riscos de saúde, evidenciou a incoerência entre os discursos das empresas e dos poderes públicos que anunciavam a importância do setor de *delivery* durante o período de isolamento social, ao mesmo tempo em que esses trabalhadores eram tratados como descartáveis. Metodologicamente, fez-se uso de pesquisas empíricas empreendidas por meio de observação participante durante as manifestações conhecidas como Breques dos APPs, bem como de entrevistas qualitativas semiestruturadas com lideranças e trabalhadores e da análise de dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Contínua (PNADC). Concluiu-se que as condições de trabalho e a falta de leis protetivas para esse segmento deixa-os sujeitos a maiores riscos de acidentes e adoecimentos.

**Palavras-chave:** Trabalho em Plataformas Digitais. Saúde do Trabalhador. Condições de Trabalho. Coronavírus.

#### **Abstract**

This paper discusses the cause-and-effect relations between the working and health conditions of delivery workers. Thereunto, the struggles and demands of this category in the Federal District of Brazil are analyzed, throughout 2020 and 2021, during the Covid-19 pandemic. Covid-19 pandemic, by intensifying the country's economic and social crisis and submitting workers to greater health risks, highlighted the inconsistency between the discourses of companies and public authorities that announced the importance of the delivery sector during the period of social isolation meanwhile these workers were treated as expendables. In terms of method this paper was supported by empirical research undertaken through participant observation during the manifestations known as the Breques dos APPs, as well a semi-structured qualitative interviews with leaders and workers and data analysis from the Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) and the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – Contínua (PNADC). It was concluded that the working conditions and the lack of protective laws for this segment make them subject to greater risks of accidents and illnesses.

**Keywords:** Digital Platform Work. Workers Health. Working Conditions. Coronavirus.

---

\* Professor adjunto do Departamento de Sociologia da UnB. Email: ricardo.festi@unb.br

\*\* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: raphaelsantoslapa@gmail.com

\*\*\* Auditora Fiscal do Trabalho, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB. E-mail: brunavasconcelosdecarvalho@gmail.com

## Introdução

A crise sanitária causada pela pandemia da covid-19 exacerbou as contradições latentes da sociedade capitalista. As desigualdades sociais e de renda, acentuadas nas últimas décadas com as políticas neoliberais, refletiram-se em diferenças nas formas de proteção à vida diante do vírus. No mundo do trabalho, aqueles que exerciam atividades consideradas essenciais para a sociedade ficaram vulneráveis e, diante da falta de vínculos formais de trabalho que lhes assegurassem um isolamento social nos períodos mais agudos das contaminações, foram obrigados a se arriscar em busca de uma renda para sobreviver.

Entre os trabalhadores mais expostos à pandemia estão os entregadores e entregadoras de mercadorias por plataformas digitais. Porém, foi justamente nesse momento de maior demanda que a categoria viveu sua mais importante experiência de luta político-sindical desde que os aplicativos de *delivery* começaram a atuar no Brasil. Assim, este artigo busca analisar as lutas e as demandas dessa categoria no Distrito Federal (DF) do Brasil, ao longo de 2020 e 2021, durante a pandemia da covid-19, ressaltando as condições de trabalho e os seus reflexos sobre a saúde dos entregadores.

Com efeito, o estudo sobre o perfil dos entregadores por aplicativos e sobre sua realidade de trabalho não pode se desgarrar da compreensão sobre os agravos causados pela crise pandêmica, tampouco da notoriedade que essa crise trouxe às contradições no tratamento institucional conferido a essa categoria profissional.

Se, por um lado, a pandemia acirrou a crise econômica e sujeitou os trabalhadores a maiores riscos de saúde, devido à própria natureza de seu trabalho<sup>1</sup>; por outro, ela também evidenciou a incoerência entre os discursos das empresas e dos poderes públicos, que anunciavam a importância desse tipo de atividade na pandemia<sup>2</sup>, mas tratavam com descartabilidade os encarregados desses serviços.

Como resposta a esse cenário, algumas mobilizações foram deflagradas ao longo de 2020 e 2021, cabendo destaque ao “Breques dos Apps”<sup>3</sup>, que trouxeram para o debate político diversas questões relacionadas às particularidades, antes ignoradas, da prestação de serviços geograficamente situados por meio de plataformas digitais (*location-based platforms*). Dentre os temas que integram as demandas e questionamentos da categoria, cumpre tecer maior detalhamento sobre o direito à saúde dos entregadores e entregadoras vinculados a plataformas digitais, considerando ainda o impacto da pandemia de covid-19 no desempenho da atividade desses trabalhadores.

---

1É notório que o serviço de entrega em domicílio impõe a constante circulação e contato dos entregadores e entregadoras com diferentes pessoas, o que potencializa seu risco de contaminação.

2 O Decreto nº 10.282/2020 reconheceu a atividade de entregas “realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, limpeza, alimentos, bebidas e materiais de construção” (art. 3º, §1º, inciso XII) como atividade essencial, permitindo, assim, a continuidade de prestação desses serviços em meio à crise sanitária global.

3 Sobre o Breque dos Apps, ver Renata Dutra e Ricardo C. Festi (2021) e Gabriela Neves Delgado e Bruna Carvalho (2020).

## Metodologia

Este artigo tem como uma de suas principais fontes as pesquisas empíricas que empreendemos no Distrito Federal junto à categoria de entregadores por aplicativos, entre junho de 2020 e março de 2021. Nessas, utilizamos especialmente o método de observação participante nos Breques dos APPs e da aplicação de questionários semiestruturados. Também realizamos 41 entrevistas qualitativas com as lideranças e os entregadores/as por aplicativos, sendo que a maior parte delas compuseram um estudo em parceria com o Instituto Observatório Social com subsídios da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A análise empírica dos influxos da pandemia na saúde dos entregadores por aplicativos tem como desafio a carência de dados oficiais, haja vista que esses trabalhadores, em sua maioria, inserem-se em relações de trabalho informais. A ausência de informações, entretanto, traduz-se em uma deliberada prática de ocultação por parte das plataformas. Afinal, a despeito da informalidade da relação, os aplicativos possuem potencialmente mais dados de seus usuários (em todas as frentes) do que qualquer outro ente em uma relação de trabalho. Não obstante, a análise de levantamentos estatísticos recentes permite traçar algumas percepções preliminares sobre o tema. Assim, outras fontes que alimentaram este artigo foram os dados da edição de 2019 da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), assim como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid), realizada de maio a novembro de 2020, sendo ambas realizadas pelo IBGE<sup>4</sup>.

Ainda que a categoria dos entregadores por aplicativos só tenha ganhado maior expressão e destaque no cenário social ao longo de 2020-2021, notadamente em razão do contexto pandêmico, a PNS realizada em 2019 mostra-se útil aos propósitos deste texto, na medida em que os indicadores são pertinentes para a verificação dos aspectos do sistema de saúde e dos riscos aos quais esse grupo está submetido.

Na PNS, são realizadas seis abordagens, sendo elas: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social. A despeito de a pesquisa mais recente ter sido realizada ao longo de 2019, os microdados das variáveis dos módulos O (Acidentes), V (Violência), T (Doenças Transmissíveis), Y (Atividade Sexual) e M (Trabalho e Apoio Social) foram divulgados somente em 7 de maio de 2021<sup>5</sup>. A partir dessa disponibilização, abriu-se a possibilidade de uma análise de pesquisa desagregada e restrita ao grupo de trabalhadores em questão.

No sentido metodológico, identificar quem são os trabalhadores por aplicativos é a primeira e principal dificuldade ao se trabalhar com as pesquisas amostrais do IBGE. Isso porque a base de ocupações que o instituto utiliza é a COD-10 (Classificação de Ocupações

---

4 A Pesquisa Nacional de Saúde realizada pelo IBGE tem por objetivo geral verificar o desempenho do sistema nacional de saúde, assim como obter um maior detalhamento das condições de saúde da população.

5 Cf. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9160-pesquisa-nacional-de-saude.html?=&t=microdados>.

para Pesquisas Domiciliares), com última atualização em 2010<sup>6</sup>. Sendo assim, a categoria de entregadores por aplicativos não se apresenta de forma explícita, mas difusa em meio a outras.

Para os fins desta pesquisa, a amostra foi reduzida mediante seleção das ocupações referentes aos códigos 9621 (Mensageiros, carregadores de bagagens e entregadores de encomendas) e 8321 (Condutores de motocicletas). Uma segunda delimitação foi feita ao retirar todos que possuíam carteira assinada. Por fim, a última restrição do universo de análise se deu mediante a seleção somente dos trabalhadores que se declararam como “empregados do setor privado” e “por conta própria”. De tal forma, chegou-se ao número de 593.574<sup>7</sup> trabalhadores em julho de 2019, considerado o período de referência do questionário.

Esse recorte nos permite inferir, com as devidas ressalvas metodológicas, o crescimento do número de entregadores durante a pandemia, em 2020, chegando-se a um total de 678.527 trabalhadores, segundo a PNAD Covid em novembro de 2020. Deve-se alertar, todavia, que a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 e a PNAD Covid, de 2020, não são equivalentes, posto que possuem distintas abordagens metodológicas, inclusive quanto ao trato das ocupações. Em que pese essas divergências, a análise integrada dos dados levantados nessas pesquisas nos dá um referencial preliminar quanto à dimensão da categoria, o que se mostra útil tanto para compreensão histórica dos dados apurados, inclusive considerando as pesquisas futuras sobre o tema, bem como para dar substrato empírico aos problemas suscitados nas manifestações coletivas da categoria, notadamente o Breque dos Apps. Deve-se destacar que os esforços para se chegar a um número aproximado dessa categoria perpassa diversas abordagens com distintas metodologias. Há um importante levantamento bibliográfico de pesquisas com dados referentes a trabalhadores que utilizam plataformas digitais (MANZANO; KREIN, 2022), no qual observa-se uma aproximação de números ao se analisar os dados da PNAD Contínua e PNAD Covid (GÓES; FIRMINO; MARTINS, 2021; MANZANO; KREIN, 2020). Ademais, cite-se, por exemplo, a categoria de **potencialmente ocupados em plataformas digitais**, agrupamento que abarca não somente entregadores, e que alcançou mais de 4 milhões de trabalhadores em 2019 (GARCIA; CALVETE, 2022).

### Quem são os entregadores e as entregadoras de aplicativos do DF?

No Distrito Federal, conforme dados da PNAD Covid-19, existiam cerca de 7.504 entregadores e entregadoras circulando nas ruas em novembro de 2020 (LAPA, 2021b). O crescimento desse setor, em 2019, pode ser constatado com o aumento de emissões da Carteira Nacional de Habilitação para a Categoria A (motos, motonetas e triciclos) e com o crescimento

---

<sup>6</sup> Importante destacar que a COD-10 é utilizada com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que, por sua vez, tem lastro na Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO), organizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para detalhamento das diferenças entre as classificações, verificar: [https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/oitavo\\_forum/COD.pdf](https://www.ibge.gov.br/arquivo/projetos/sipd/oitavo_forum/COD.pdf).

<sup>7</sup> Com erro-padrão de 32.977.



de 4% da frota de motocicletas em relação ao ano anterior (GALVÃO, 2019). No entanto, esses números são insuficientes para compreender o contingente que trabalha por meio dos aplicativos, sendo que eles não captam os *bikeboys* e as *bikegirls*, tampouco os entregadores e entregadoras que optam por meios menos usuais, tais como entregas a pé, por meio de patinete ou *e-bike*.

Em nossas pesquisas, apurou-se que, entre os entregadores entrevistados no início de 2021, 92% eram do sexo masculino e apenas 8% do sexo feminino. Esta proporção foi semelhante ao que se identificou nacionalmente pela PNAD Covid-19, isto é, uma categoria composta por 95% de homens e 5% de mulheres (LAPA, 2021a). Em relação a como os entregadores se declaram quanto à raça/cor, 52% se reconhecem como pardos e 16% negros, configurando-se uma maioria de 68% de pretos. Apenas 24% são brancos, 5% amarelos e 3% indígena. Verifica-se, portanto, que se trata de uma categoria majoritariamente masculina, preta e com idade na faixa dos 30 aos 49 anos.

Quanto à questão da escolaridade dos entregadores entrevistados em Brasília, vale destacar uma diferença importante quando comparada com os dados nacionais. No Distrito Federal, constatou-se que a porcentagem de entregadores com ensino fundamental incompleto e completo era de 12%, bem menor que a porcentagem nacional de 25,12%, apurada na PNAD Covid 2019. Já no outro polo da escala, nossa pesquisa constatou que se encontra na capital brasileira uma porcentagem muito maior de entregadores que se declaram com ensino superior incompleto e completo (41%), enquanto na PNAD Covid 2019 apenas 11,23% possuem esse nível de formação. É oportuno ainda registrar que 38% dos entrevistados em nossa pesquisa seguiam estudando. Essas diferenças apontam para o problema da falta de oportunidades de empregos em suas áreas de formação<sup>8</sup>.

Criada sob a concepção da arquitetura modernista, Brasília acabou por se tornar uma metrópole com uma população distribuída em seu espaço sob a lógica da segregação da renda per capita. A concentração dos empregos e da maior renda per capita no Plano Piloto faz com que a maioria dos entregadores, que vivem nas regiões administrativas mais pobres e distantes, tenham que diariamente se deslocar dispendendo cerca de 20 a 40 minutos entre a sua casa e o local onde realiza as suas entregas e vice-versa.

Essa necessidade de deslocamento ao local de trabalho é um aspecto usualmente mascarado pelo modelo de negócio, que sugere a conexão entre entregadores e tomadores de serviço onde quer que estejam. Ocorre que, embora não haja formalmente um local fixo de trabalho, há um tangenciamento indireto desses entregadores aos centros de demanda, vez que a proximidade desses locais influencia no total de serviços repassados e, por consequência, na renda auferida por esses entregadores e entregadoras.

---

<sup>8</sup> Lembremos que uma parte significativa do mercado de trabalho no Distrito Federal é composta pelo funcionalismo público, distribuído em diversas carreiras. Nossa hipótese é que a crise econômica e política dos últimos anos, e a diminuição da oferta de vagas por meio de concursos públicos, criou um grande “exército de reserva” de diplomados.

O tempo de deslocamento se mostra relevante, portanto, não apenas para apontar a representação geográfica dessa divisão socioeconômica, mas por constituir um aspecto financeiro essencial da prestação de serviço, vez que os trabalhadores, após concluírem uma entrega, têm que se deslocar para um novo ponto de recolhimento de mercadorias, nem sempre próximo. Esse tempo de deslocamento entre as atividades e os custos ali envolvidos não são considerados para fins de remuneração dos trabalhadores, mas repercutem diretamente na jornada de trabalho. Vale ressaltar o grande impacto que teve na economia local, em particular sobre os entregadores e motoristas de aplicativos, a inflação acumulada de 60,3% sobre o valor do combustível entre junho de 2020 e março de 2021 (CODEPLAN, 2021). Além disso, o tempo de jornada de trabalho se encontra difuso, sendo remunerado em uma espécie de estrangulamento de tempo disponível, seja por intermédio do deslocamento, da espera ou de processos de gamificação nos quais os indivíduos são levados a uma persecução de alcance de metas inatingíveis. (CARDOSO, 2022)

Com isso, o resultado é a sujeição dos entregadores a jornadas excessivas, chegando a ultrapassar 60 horas por semana, sem o usufruto regular de descanso intrajornada e de descanso semanal, fatores esses que repercutem diretamente sobre a saúde desses trabalhadores e trabalhadoras e potencializam os riscos de acidentes inerentes à atividade (DELGADO; CARVALHO, 2021).

Um aspecto de difícil delineamento diz respeito à renda obtida por esses entregadores, haja vista os diferentes perfis de engajamento na atividade e a opacidade nos critérios dinâmicos de remuneração definidos pelos algoritmos das plataformas. De maneira geral, segundo dados da PNAD Covid-19, a categoria de “Motoboys e Entregadores de Mercadorias” auferiu média remuneratória de R\$ 1.727,60 no Distrito Federal para o mês de novembro de 2020 (LAPA, 2021a). Não obstante, deve ser ponderado que cabe a esses trabalhadores o custeio integral de sua atividade, ou seja, o pagamento de valores de combustível, de manutenção do veículo, de impostos e taxas, e de plano de dados do celular, pelo que é possível inferir que o valor final auferido, livre dos custos do negócio, é próximo ou inferior ao salário mínimo nacional, que, em fevereiro de 2020, era no valor de R\$ 1.045,00 (DELGADO; CARVALHO, 2021). Entre os entrevistados do DF para as nossas pesquisas, obtivemos uma renda líquida mediana mensal de R\$1.237,50.

O baixo valor de renda líquida auferida por esses trabalhadores é fator que compromete suas condições gerais de subsistência, dificultando a formação de reservas financeiras de emergência para enfrentamento dos períodos de crise e, em particular, seu potencial de ação ante o cenário de adoecimento deflagrado pela pandemia de covid-19, seja para aquisição de aparatos de proteção individual, seja para custeio próprio de tratamento médico.

## **A dimensão da rede de assistência à saúde e o impacto da pandemia**

O primeiro aspecto a ser analisado consiste no grau de dependência da categoria do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, a PNS apurou que apenas cerca de 5% dos entrevistados informaram possuir um plano de saúde particular, ou seja, a grande maioria desses trabalhadores depende da rede assistencial vinculada ao SUS.

A essa constatação somam-se os riscos de acidentes de trânsito a que os motociclistas estão expostos. Segundo a PNS, 13,5% dos entrevistados, que responderam à questão, tiveram algum tipo de acidente de trânsito com lesões corporais nos últimos doze meses. A título de comparação, os resultados gerais da pesquisa apontam que cerca de 2,4% da população esteve nessa condição (IBGE, 2020). É relevante pontuar que, segundo a pesquisa, cerca de 62% dos entrevistados que sofreram acidente informaram que os fatos ocorreram no contexto do exercício de suas funções laborais (incluído o período de deslocamento).

No que diz respeito à rede de proteção de assistência à saúde do trabalhador, é importante lembrar que o Seguro de Danos Pessoais por Veículos Automotores Terrestres (DPVAT), que garante a indenização às vítimas de acidentes de trânsito independentemente do responsável, foi extinto pela Medida Provisória 904, de novembro de 2019. Essa medida provisória, caso fosse aprovada, causaria grave impacto na rede de amparo social da categoria, considerando que, segundo dados do DPVAT, das mais de 140 mil indenizações pagas em 2020, quase 130 mil foram para motociclistas, ou seja, 90% dos contemplados (SEGURADORA LÍDER, 2020). A Medida Provisória em questão, todavia, deixou de vigorar em abril de 2020, sem ter sido votada no Congresso Nacional, sendo que, desde dezembro de 2019, o Supremo Tribunal Federal já havia deferido medida cautelar para suspender seus efeitos, no âmbito da ADI nº 6262<sup>9</sup>.

Os riscos próprios à profissão são ainda agravados no contexto da pandemia, porquanto, além dos acidentes de trânsito, a contínua circulação e o contato com diferentes pessoas, inerentes à dinâmica da atividade empreendida, favorecem uma maior exposição desses trabalhadores ao risco de infecção pelo coronavírus. Segundo a PNAD Covid, em novembro de 2020 (último mês de referência), houve um total de 72.223 trabalhadores testados para covid-19, sendo possível inferir, desse total, que 11% eram entregadores, dentre os quais aproximadamente 4,5% testaram positivo para o vírus (LAPA, 2021b). Segundo dados do Ministério da Saúde (2021), a quantidade de casos positivos acumulados de covid-19, em 30 de novembro, era de 6.335.878, o que representa cerca de 3,04% da população total do Brasil.

Tratando-se de uma relação de trabalho informal, carece-se de dados específicos quanto ao número de mortes de entregadores por aplicativos durante a pandemia. A despeito disso, é importante destacar o número de mortes por covid-19 em outras categorias de trabalhadores

---

9 Cf. Ação Direta de Inconstitucionalidade. ADI 6262. Número do Processo: 0033528-72.2019.1.00.0000. Supremo Tribunal Federal. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5817441>. Acesso em: 04 out. 2021.

que estiveram na linha de frente e foram objeto de análise a partir do mercado formal, por intermédio de análise dos dados do Novo Cadastro Geral de Empregados (Novo Caged), a fim de ilustrar como a pandemia afetou grupos ligados à prestação de serviços essenciais (SOARES, 2021). Na pesquisa encomendada pelo jornal El País, verificou-se que houve aumento no desligamento por motivo de morte de frentistas (aumento de 68%), operadores de caixa (67%), motoristas de ônibus (62%) e vigilantes (59%). Não há como traçar inferências sobre o número de mortes para a categoria objeto de análise neste artigo a partir desses dados, mas se pode ter no horizonte o potencial paralelo de realidade.

Ainda no contexto pandêmico, dada a exposição recorrente dos trabalhadores, observa-se que a garantia de equipamentos de proteção individual (EPIs), assim como de outras ações de medidas preventivas, foi adotada pelas empresas de maneira tardia ou de maneira parcial. Pesquisa realizada em 2020 mostra, por exemplo, que em um universo de quase 300 entrevistados, cerca de 58% afirmaram não ter recebido apoio das plataformas digitais. (ABÍLIO *et al.*, 2020)

Além dos agravos à saúde, a pandemia causou grande impacto financeiro à população de baixa renda, na qual se incluem os entregadores por aplicativos. Isso resta claro ao se verificar que o recebimento de auxílio emergencial alcançou, em novembro de 2020, cerca de 65% dos entregadores.

Esse contexto excepcional de crise sanitária trouxe impactos significativos para o desenvolvimento de vários setores da economia, a exemplo do setor de serviços, que representa 95,3% da economia do DF, mas que, entre 2020 e 2021, teve uma retração de 6,5%. “Isso reflete não apenas a redução das vendas pelo fechamento de lojas e estabelecimentos, mas também a perda do poder de compra da população diante do período prolongado de alta taxa de desemprego na região” (CODEPLAN, 2021). É oportuno pontuar que durante todo o período a taxa de desemprego manteve-se quase inalterada, apresentando uma baixa oscilação entre a taxa de 20,7%, em 2020, e de 19,6%, em abril de 2021<sup>10</sup>

A vulnerabilidade social, que já marcava a vida dos trabalhadores brasileiros, foi agravada pelos influxos socioeconômicos da pandemia de covid-19, que trouxe à luz a incoerência entre o discurso de oportunidade de empreendedorismo por meio de serviços prestados a plataformas digitais e a realidade de trabalho subordinado e desprovido de direitos. Em meio a esse cenário, vimos a proliferação de inúmeras formas de manifestações de entregadores e entregadoras por aplicativos no Brasil (e no mundo) ao longo de 2020 e 2021.

### **Uma luta pela vida e pela dignidade humana**

Quando as plataformas digitais de *delivery* começaram as suas atividades no Brasil, em meados de 2010, prometeram aos entregadores que se vinculassem a elas uma maior renda e uma jornada mais flexível, livre de supostas burocracias e impostos de contratos regidos pela

---

10 A taxa de atividade daquele período foi, respectivamente, 65% e 65,1% (CODEPLAN, 2021).

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, além de vantagens econômicas, as empresas apelaram para um forte ideário positivo do empreendedorismo, tão disseminado naquele momento. No entanto, com o passar dos anos, as condições de trabalho e a renda desses entregadores se deterioraram, como fica evidente no relato de uma liderança de Brasília:

[...] quando os aplicativos chegaram cercando o mercado a gente viu que tinha uma necessidade de regulamentação, mas a primeiro momento, como eles estavam pagando muito bem, fazendo aquele chamariz financeiro muito forte, não se teve nenhum tipo de atenção em relação a isso, mas já era visto que se iria precisar num futuro bem próximo. E aí chegou antes do que qualquer um entregador esperava, porque a Uber começou a precarizar, se tornar inviável em 5 anos, no caso de motorista de aplicativo. Já os entregadores não, foi coisa de 2 anos. 2 anos a precarização já começou e nesse último ano [2020] que foi onde ela se intensificou e demonstrou que não tem nenhum tipo de condição de você trabalhar por essa nova relação de trabalho. (SANTOS, 2020).

Durante a pandemia da covid-19, enquanto as atividades de *delivery* foram alçadas ao *status* de essenciais e foram fundamentais para efetivar o isolamento social de uma parte significativa da população, evidenciou-se a condição de superfluidade das vidas dos trabalhadores para as plataformas digitais. Com a crise econômica e social agravada pelas altas taxas de desemprego e de informalidade, as empresas se depararam com uma alta demanda de “trabalhadores-usuários” aguardando para ingressar em seus aplicativos, o que lhes permitiram descartar aqueles que não mais lhes serviam. Esse contexto, acrescentado às insatisfações e protestos pontuais no interior da categoria, fez com que em 2020 explodissem em todo país os protestos que ficaram conhecidos como Breques dos APPs.

Assim, os Breques dos APPs foram o ápice de um processo de ascensão de lutas localizadas dos entregadores que acabou ganhando uma dimensão nacional. Elas foram organizadas por meio de redes sociais virtuais, principalmente *Whatsapp* e *Instagram*. Pelo fato de a categoria não apresentar fortes instrumentos de organização sindicais capazes de representar esse contingente de precários digitais do setor de *delivery*, a pauta de reivindicação acabou por representar uma diversidade de demandas que iam desde a questão do fim dos bloqueios injustos, passando pelo aumento das tarifas pagas aos entregadores pelas entregas realizadas, o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) até a necessidade de regulação da categoria.

Ao longo dos três Breques dos APPs ocorridos em 2020<sup>11</sup>, entrevistamos trabalhadores e lideranças sobre suas condições de trabalho e suas percepções sobre as demandas políticas da categoria. Um dissenso se mostrou na pauta da regulamentação da atividade de entregador por aplicativos. A maioria dos entrevistados disseram preferir a criação de uma legislação trabalhista específica e diferente da CLT. Um deles justificou sua posição com a seguinte resposta:

---

11 O primeiro Breque dos APPs ocorreu em 1º de julho de 2020; o segundo, em 25 de julho de 2020; e o terceiro, no dia 15 de setembro de 2020.

Porque na CLT você tem a obrigação de cumprir o horário, de cumprir a jornada de trabalho, e eu, como aplicativo, eu tenho liberdade de escolher o horário, o dia, como eu vou trabalhar e como eu vou produzir pra mim mesmo. E eu também não tenho um patrão específico: tenho várias pessoas, consigo trabalhar em locais diferentes.<sup>12</sup>

Porém, quando perguntamos quais seriam os direitos trabalhistas que gostariam de ter assegurados, ainda que por uma nova legislação, os entregadores citaram justamente aqueles que já estão assegurados na própria CLT como férias, descanso semanal remunerado, licenças etc. Nossa hipótese, para essa suposta contradição, é que há entre esses trabalhadores, assim como de muitas outras categorias no Brasil, uma rejeição ao trabalho subordinado, isto é, sob o jugo de um patrão ou de uma organização. O celetista, portanto, representaria o enquadramento formal a essa condição de trabalho marcada no país pela precariedade, a superexploração, o arbítrio, as diversas formas de assédio, discriminação etc.

No entanto, nas entrevistas que realizamos em 2021, com entregadores do DF, assim como nos discursos de suas lideranças, foi possível verificar um deslocamento para o campo mais crítico e em defesa dos direitos trabalhistas, possivelmente devido as experiências que tiveram com os Breques dos APPs. Ao perguntarmos novamente sobre a questão da regulação do trabalho de entregador, 69% disseram agora preferir trabalhar com carteira assinada, enquanto 26% optariam por serem autônomos e 5% escolheriam conforme a situação. No que se refere ao enquadramento da categoria na CLT, ou seja, no reconhecimento por parte das empresas do vínculo trabalhista, 60% disseram preferir ser celetistas.

Não podemos nos esquecer que a precariedade do trabalho sempre foi uma condição estrutural no Brasil. Termos como *gig economy*, em moda hoje para caracterizar a erosão do trabalho fordista nos países de capitalismo avançado, não é uma novidade conceitual na periferia ou no Sul Global. Os bicos e biscates, a informalidade e o desrespeito às leis trabalhistas foram e ainda são a regra em países como o Brasil, sobretudo quando são marcados pela herança do trabalho escravo. O que há de novo no caso do trabalho uberizado é que as plataformas digitais souberam se aproveitar da precariedade estrutural e do desejo desses trabalhadores por maior autonomia no trabalho para conseguir captar consentimentos e engajamentos.

Essa situação de precariedade – refletida nas péssimas condições de trabalho, na perda de direitos trabalhistas e na dificuldade de fiscalização e regulação por parte da justiça do trabalho – tem implicações graves sobre a saúde dos trabalhadores, como demonstrado anteriormente. Esse aspecto, principalmente no decorrer da pandemia da covid-19, ficou evidente nas percepções dos entregadores.

Nas entrevistas que realizamos em Brasília, entre janeiro e março de 2021, com entregadores de aplicativos, perguntamos se o trabalho deles apresentava algum tipo de risco, e 100% responderam que sim. Ao perguntamos quais seriam os riscos mais comuns, sendo possível

---

<sup>12</sup> Entregador entrevistado no dia 25/07/2020, durante o 2º Breque dos APPs, em Brasília.

a escolha de mais de um item apresentado, quase 100% assinalaram os riscos “Relacionados ao trânsito (colisões, batidas, estresses)”, seguido por “Assaltos ou outras questões de segurança”. Ao mesmo tempo, a grande maioria que tinha se envolvido em algum acidente de trânsito ou teve algum colega nessa situação entende que as empresas não se mostraram muito preocupadas com a saúde do trabalhador, mas sim com a entrega das mercadorias.

Assim, perguntamos o que ocorreria se o entregador tivesse um problema de saúde ou acidente durante o trabalho e se recusasse a realizar a tarefa nessas condições. A grande maioria relatou que era bloqueada pelo aplicativo depois que comunicava ter sofrido um acidente, sem que a empresa desse qualquer auxílio ao acidentado. Um relato mais preciso foi o de E15<sup>13</sup>:

[...] se sofre um acidente e não conseguir realizar a entrega, aciono o botão de emergência no aplicativo do iFood (a 99Pop também) e assim os clientes são avisados, outro motoboy conclui a entrega e uma ambulância é enviada ao local. Em caso de problema de saúde e não conseguir concluir a entrega, o entregador é avaliado negativamente.

Ainda que algumas empresas prometam um auxílio financeiro para aqueles entregadores que sofrem acidentes mais graves e ficam impossibilitados de trabalhar durante um tempo, na prática as barreiras burocráticas e as dificuldades na comunicação fazem com que muitos desistam de tentar essa ajuda e tenham que lidar sozinhos ou com o auxílio de colegas com os custos financeiros da recuperação da saúde e da falta de renda durante o período parado. O relato de E52 expressa bem essas dificuldades burocráticas:

Se eu trabalho, eu como. Se eu não trabalho, eu não como.” Se você tiver um acidente, o iFood te obriga uma série de procedimentos para demonstrar que você realmente sofreu. Tirar fotos, fazer vídeos, comprovar que não bebeu etc. Isso é impossível fazer quando o motoboy está no chão. Então, o seguro existe, mas a maioria não recebe pois o iFood cria muitas dificuldades. Se você não comprovou que sofreu acidente, você ficará bloqueado no App.

Também perguntamos quais problemas de saúde eles passaram a ter depois de começar a trabalhar como entregador por aplicativos. Sendo possível escolher mais de uma alternativa, 69% disseram ter desenvolvido “Problemas de coluna”, 56% “Estresse”, 35% “Lesão física por conta de acidente e assalto” e 30% “Ansiedade”. É interessante destacar que patologias voltadas à dimensão mental, como estresse e ansiedade, tenham apresentado um percentual alto. Esse fenômeno acompanha a crescente ampliação de riscos psicossociais do trabalho, para além dos riscos ocupacionais tradicionais, no contexto de trabalhadores de plataformas digitais, dada a introdução de novas tecnologias e a intensificação do trabalho (BARREIRA, 2021).

---

13 As entrevistas foram realizadas entre janeiro e março de 2021. Os/as atores/as são identificados/as pela letra “E”, seguida por um número. Esse número representa a ordem em que o contato pré-entrevista foi realizado com o/a entregador/a.

A crise sanitária causada pela pandemia também teve desdobramentos diretos sobre os trabalhadores. A maioria relatou que houve um aumento na quantidade de pedidos e, conseqüentemente, em seus rendimentos mensais. No entanto, também foi apontado um aumento na jornada de trabalho. Sobre essa, detectamos entre os entrevistados jornadas que chegavam a doze horas diárias, seis dias por semana, o que pode ser observado em outros relatórios e pesquisas (MANZANO; KREIN, 2020; FILGUEIRAS; LIMA, 2020).

Também pudemos aferir que 92% dos entrevistados disseram ter apresentado algum sintoma característico da covid-19. Ainda sobre isso, 79% disseram que foram ou conheceram ao menos um colega que foi contaminado pelo vírus. Segundo os relatos, as ações das empresas nesses casos não foram suficientes. Um deles nos disse que “se o entregador procurar a empresa, ele tem o direito de ficar em casa. Ele precisa apresentar o teste confirmando o diagnóstico. Aliás, o entregador deve tirar do próprio bolso para fazer a testagem” (E22). Outro nos narrou que recebeu um auxílio de uma das empresas, no entanto, ficou bloqueado por um tempo muito maior que o afastamento médico necessário.

Assim, ainda que algumas empresas tenham prometido um auxílio financeiro calculado conforme o rendimento do entregador no mês anterior com as entregas, os empecilhos burocráticos foram tantos que alguns desistiram de solicitar. Não foram poucos os que nos contaram que, mesmo tendo testado positivo para covid-19, seguiram trabalhando.

Apesar dos Breques dos APPs e de outras manifestações de entregadores ao longo de 2020 e 2021, poucas conquistas foram obtidas pela categoria. Em parte, isso se deve à recusa das empresas em negociar com o movimento, pois, ao não reconhecerem o vínculo de emprego com seus entregadores, também não reconhecem seus representantes político-sindicais. Assim, o conflito acaba por ocorrer nas esferas da Justiça do Trabalho e dos parlamentos municipais, estaduais e nacional. Neste último caso, os movimentos dos entregadores passaram a apostar em Projetos de Leis (PLs) que possam regulamentar a categoria, trazer maior segurança e fiscalização e/ou assegurar direitos básicos e trabalhistas.

De março de 2020 a julho de 2021, mais de cem projetos de lei foram apresentados na Câmara dos Deputados, os quais abordam, direta ou indiretamente, o trabalho por aplicativos<sup>14</sup>. Um traço comum entre os projetos que preveem direitos aos trabalhadores é o caráter meramente emergencial das respostas institucionais propostas, configurando verdadeiro “tratamento de choque para manter vivo o homem” (COUTINHO, 1998, p. 103).

Nos casos das PLs, vale destacar a que tramitou e virou lei no Distrito Federal (PL 937/2020, depois Lei nº 6.677/2020), articulada pelo Deputado Distrital Fábio Félix, assim como a de autoria do Deputado Federal por São Paulo, Ivan Valente (PL 1665/2020)<sup>15</sup>. Os dois buscaram

14 Cf. dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

15 A PL 1665/2020 dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços por aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus. Não há, portanto, nesse PL, proposta de alteração ou regulação trabalhista dessa categoria. Mesmo assim, ela tem dificuldade em seguir para votação no Congresso Nacional.



articular seus projetos com lideranças de entregadores, aproveitando-se da visibilidade que os Breques dos APPs deram às suas demandas.

A Lei nº 6.677/2020 do DF busca criar pontos de apoio para que os entregadores possam descansar, tomar água, recarregar a bateria de seus celulares e retornar ao trabalho, já que uma das reclamações da categoria era justamente a falta de abrigos, o que os obrigava a ficar expostos às intempéries climáticas e a situações de conflitos e discriminação de diversas ordens. No entanto, ao ser sancionada o governador vetou o artigo que responsabilizava o Estado pela implementação, junto às empresas, desses pontos. Assim, cabendo apenas às empresas a responsabilidade, os entregadores entraram numa nova luta e negociação para que essas cumpram a lei e criem esses espaços ao longo da cidade.

É importante registrar que estratégias regulatórias mais abrangentes também foram apresentadas. Um exemplo dessa abordagem é o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 3.748/2020, que propõe a regulamentação do “regime de trabalho sob demanda”, no qual se incluiriam os entregadores por aplicativos e demais trabalhadores vinculados a plataformas digitais. No entanto, a proposta exclui a categoria do âmbito de regulamentação da CLT e insere-a em um regulamento híbrido que, ao mesmo tempo, mantém o trabalhador subordinado à gestão das plataformas e responsável pelos riscos do negócio, mas sem o reconhecimento amplo de seus direitos fundamentais. Revela-se, no projeto de lei, a criação de uma subcategoria de trabalhador, com a precarização de suas condições laborais formalizadas em lei, seguindo a tendência firmada em 2017, com a reforma trabalhista.

### **Considerações finais**

Como se observa, os entregadores por aplicativos constituem um grupo heterogêneo de trabalhadores à margem dos levantamentos oficiais específicos do Estado, alheio às relações formais de trabalho, sujeito a maiores riscos de acidentes e de adoecimento, dependente do sistema público de saúde e dos amparos financeiros do Estado.

A vulnerabilidade dessa categoria se mostra ainda mais evidente em meio ao conjunto formado pela crise econômica, pela ausência de políticas sanitárias aptas a garantir a saúde e segurança desses trabalhadores no desempenho de suas atividades e pela carência de efetivas políticas assistenciais para resguardá-los em caso de acidentes e adoecimento relacionados ao exercício das atividades. Com efeito, a pandemia contribuiu para a deterioração das condições de vida e de trabalho dos entregadores e entregadoras de aplicativos. Essa carência por um reconhecimento institucional que possibilite a esses trabalhadores a fruição de direitos mínimos levou a categoria a protestar em 2020 e 2021 por meio dos Breques dos APPs.

As manifestações por melhores condições de trabalho, embora enfraquecidas, assim como os debates políticos sobre o tema, seguem em curso. Não obstante, o avanço qualitativo das respostas institucionais, no sentido de corrigir as distorções contratuais que geram a

precarização do trabalho, depende da investigação empírica aprofundada da realidade e dos influxos do vazio institucional na modulação das condições de vida desses trabalhadores.

## Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costa *et al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 3, p. 1-21, 2020.
- BARREIRA, Thaís Helena. Aspectos psicossociais do trabalho para a saúde do trabalhador em empresas-plataforma. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 20, p. 1-11, out. 2021.
- CARDOSO, Ana Claudia Moreira. Empresas-Plataforma e seus tempo laborais incertos, controlados, intensos, insuficientes, longos, não pagos e heterônomos. In: DAL ROSSO, Sadi *et al.* (org). **O futuro é a redução da jornada de trabalho**. Porto Alegre: Cirkula, 2022. p. 253-274.
- CODEPLAN. **Boletim de conjuntura**. Brasília, DF: Codeplan, 2021.
- COUTINHO, Aldacy Rachid. Direito do trabalho de emergência. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 30, n. 0, p. 101-120, 1998. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/1888>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- DELGADO, Gabriela Neves; CARVALHO, Bruna V. de. Breque dos Aplicativos: direito de resistência na era digital. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 27 jul. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/breque-dos-apps-direito-de-resistencia-na-era-digital/>. Acesso em: 10 maio 2021.
- DELGADO, Gabriela Neves; CARVALHO, Bruna V. de. Direitos Fundamentais Trabalhistas para quem? Reflexões sobre o trabalho plataformizado na perspectiva do Direito Constitucional do Trabalho. In: PORTO, Noemia; LOURENÇO FILHO, Ricardo; CONFORTI, Luciana Paula. **Plataformas Digitais de trabalho: aspectos materiais e processuais**. Brasília: Enamatra, 2021. p. 33-52. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/publicacoes/enamatra>. Acesso em: 04 out. 2021.
- DUTRA, Renata; FESTI, Ricardo C. A resistência dos entregadores na pandemia: reflexões sobre os breques dos apps. In: TELES, Edson; CALAZANS, Marília O. (org.). **A pandemia e a gestão das mortes e dos mortos**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo: Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, 2021. p. 128-136.
- FILGUEIRAS, Vitor Araújo; LIMA, Uallace Moreira (coord.). **Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil**. [Salvador: UFBA], 2020.
- GALVÃO, Walder. Aumento de entregadores levanta alerta a acidentes e questões trabalhistas. **Correio Braziliense**, Brasília, Cidades, 24 nov. 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/24/interna\\_cidadesdf,808723/aumento-de-entregadores-levanta-alerta-a-acidentes-e-questoes-trabalhi.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/11/24/interna_cidadesdf,808723/aumento-de-entregadores-levanta-alerta-a-acidentes-e-questoes-trabalhi.shtml). Acesso em: 04 out. 2021.
- GARCIA, Lúcia dos Santos; CALVETE, Cássio da Silva. Perfil socioeconômico dos trabalhadores potencialmente ocupados em plataformas digitais e sua relação com o tempo de trabalho. In: DAL ROSSO, Sadi *et al.* (org). **O futuro é a redução da jornada de trabalho**. Porto Alegre: Cirkula, 2022. p. 275-300.
- GÓES, Geraldo; FIRMINO, Antony; MARTINS, Felipe. A Gig economy no Brasil: uma abordagem inicial para o setor de transporte. **Carta de Conjuntura**, Ipea, Brasília, v. 53, n. 5, p. 1-13, 2021.
- IBGE. **Pesquisa nacional de saúde 2019: acidentes, violências, doenças transmissíveis, atividade sexual, características do trabalho e apoio social**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101800.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- LAPA, Raphael Santos. **Trabalho em plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19: análise de dados da**

---

PNAD Covid19. Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10658/1/bmt\\_71\\_trabalho.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10658/1/bmt_71_trabalho.pdf) Acesso em: 27 nov. 2021.

LAPA, Raphael Santos. **Trabalho em plataformas digitais durante a pandemia da Covid-19**: análise dos dados da PNAD Covid19. Relatório de pesquisa. Parte 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: [https://www.trabalhoemplataforma.org/post/relat%C3%B3rio-de-pesquisa-1-an%C3%A1lise-da-PNAD Covid19-sobre-entregadores-por-app](https://www.trabalhoemplataforma.org/post/relat%C3%B3rio-de-pesquisa-1-an%C3%A1lise-da-PNAD-Covid19-sobre-entregadores-por-app). Acesso em: 04 out. 2021.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. A pandemia e o trabalho de motoristas e entregadores por aplicativos no Brasil. **Remir Trabalho**, Campinas, 13 jul. 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/condicoes-de-trabalho/186-a-pandemia-e-o-trabalho-de-motoristas-e-de-entregadores-por-aplicativos-no-brasil> Acesso em: 04 out. 2021.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. Dimensões do Trabalho por Plataformas Digitais no Brasil. *In*: MACHADO, Sidnei; ZANONI, Alexandre Pilan (org.). **Plataformas Digitais**: o trabalho controlado por plataformas digitais: dimensões, perfis e direitos. Curitiba: UFPR, 2022. p. 31-126.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível: <https://covid.saude.gov.br/> . Acesso em 04 out. 2021.

SEGURADORA LÍDER. **Como será o cenário do trânsito até 2020?** Projeção de acidentados. Janeiro a dezembro de 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.seguradoralider.com.br/PortalDaIntegridade/Documents/projecao-de-ocorrencias-pagas-2020.pdf?#zoom=65%>. Acesso em: 04 out. 2021.

SOARES, Marcelo. Mortes entre caixas, frentistas e motoristas de ônibus aumentaram 60% no Brasil no auge da pandemia. **El País Brasil**, São Paulo, 5 abr. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>. Acesso em: 04 out. 2021.

Recebido em: 03/03/2022

Aceito em: 23/02/2023

**POR QUE AS PRESCRIÇÕES DOS RELATÓRIOS  
DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (PNUD/ONU)  
SÃO IRREALIZÁVEIS QUANDO COTEJADAS  
COM AS PROPOSIÇÕES DE CELSO FURTADO?**

***WHY ARE THE PRESCRIPTIONS  
OF THE HUMAN DEVELOPMENT REPORTS (UNDP/UN)  
UNREALIZABLE WHEN COMPARED  
TO CELSO FURTADO'S PROPOSITIONS?***

---

Maria José de Rezende\*

**Resumo**

Os diagnósticos e as prescrições dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDH/PNUD/ONU) – publicados em 1998 e 1999 – mostram-se irrealizáveis quando são postos à luz das reflexões de Celso Furtado, nas décadas de 1990 e 2000. Isso se dá porque os aconselhamentos prospectivos, contidos nos respectivos relatórios das Nações Unidas, não têm como ser viabilizados sem que ocorram mudanças expressivas nos parâmetros que estruturam a vida social. São muitos os dilemas presentes nos intentos prospectivos dos RDHs, os quais indicam possibilidades de construir processos de melhoramentos sociais coletivos, sem que se façam profundos ajustamentos e modificações, externos e internos, no modo de condução dos processos socioeconômicos na América Latina. A pesquisa que deu origem a este artigo tem limitação temporal circunscrita à década de 1990. Entre os achados, deste estudo, estão aqueles que demarcaram a expressiva diferença entre essas duas abordagens prospectivas (as dos elaboradores dos RDHs e a de Celso Furtado). Sendo um estudo pioneiro neste tipo de cotejamento, ele inaugura uma forma de investigação comparativa sobre o modo como se dá a adoção, por parte de um cientista latino-americano, e a não adoção, pelos produtores dos RDHs, de uma perspectiva histórico-processual acerca dos impasses econômicos, sociais e políticos que afrontam, no continente latino-americano. Concluiu-se, assim, que há consequências políticas expressivas derivadas dessas duas maneiras (a de Furtado e a dos RDHs) de abordar o desenvolvimento social e humano.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento social. Desenvolvimento humano. Estado. Organismos internacionais.

**Abstract**

The diagnoses and prescriptions of the Human Development Reports (HDR/UNDR/UN) - published in 1998 and 1999 - become unrealizable when put under the light of Celso Furtado's reflections in the 1990s and 2000s. This is because the prospective advices contained in the respective United Nations reports cannot be made feasible without significant changes in the parameters that structure social life. There are many dilemmas present in the prospective intentions of the HDRs, which indicate possibilities of building processes of collective social improvement, without making deep adjustments and modifications, external and internal, in the way the socioeconomic processes are conducted in Latin America. The research that gave rise to this article is limited in time to the 1990s. Among the findings of this study are those that demarcated the expressive difference between these two prospective approaches (that of the HDR elaborators and that of Celso Furtado). Being a pioneer study in this type of comparison, it inaugurates a form of comparative investigation on the way a Latin American scientist adopts and the non-adoption, by the producers of the HDRs, of a historical-processual perspective on the economic, social and political impasses they face in the Latin American continent. It was concluded that there are expressive political consequences derived from these two ways (Furtado's and the HDRs) of approaching social and human development.

**Keywords:** Social development. Human development. State. International organizations.

---

\* Professora de Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Discente do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional. E-mail: mjderrezende@gmail.com

## Introdução

No âmbito acadêmico e fora dele (organismos internacionais, governantes, organizações da sociedade civil), no decorrer da segunda metade do século XX, ganharam terreno muitas discordâncias sobre os encaminhamentos que, supostamente, poderiam resultar em avanços sociais dos diversos segmentos da população. Isso levava a indagações sobre até que ponto as propostas de desenvolvimento continham, ou não, na sua formulação e implantação, um projeto social orientador. A distinção entre desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e desenvolvimento humano vai ganhando corpo durante, aproximadamente, 50 anos.

Desde a década de 1950, a distinção entre crescimento econômico, modernização e desenvolvimento social passa a conduzir as muitas discussões sobre os (des)caminhos da mudança social no Brasil e na América Latina. Celso Furtado (1961, 1964, 1974, 1978), assim como muitos outros cientistas (RATTNER, 1979; PINTO, 1976; FERNANDES, 1968), participou desse debate com o intuito de intervir na construção de uma agenda pública com base na seguinte distinção: “o crescimento econômico<sup>1</sup> (...) vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente” (FURTADO, 2004c, p. 3).

Os projetos de modernização e os de desenvolvimento possuem natureza prospectiva, ou seja, estão voltados para fazer simulações e “projeções [a partir do] presente para o futuro” (LEFF, 2010, p.77). Constroem simulações de possíveis mudanças, avanços e soluções para os problemas mais candentes (desemprego, pobreza, miserabilidade, exclusão, entre outros) de um país e/ou continente.

Tais simulações podem estar calcadas em fantasias, idealizações ou em fatos constatáveis por meio de um dado processo histórico. Norbert Elias (1999a, p. 166) considera que, quando se têm como ponto de partida os “ideais centrados em certas sociedades de hoje”, em geral, se tecem idealizações fantasiosas sobre o futuro. São “(...) esforços [que] se dirigem menos para a compreensão e explicação daquilo que realmente acontece e para a elaboração de um diagnóstico, do que para a elaboração de um esperançoso prognóstico” (ELIAS, 1999a, p.162).

Celso Furtado estava interessado em desvendar os múltiplos processos históricos e interpretar os (des)caminhos das mudanças pelas quais o Brasil e a América Latina passavam. Por meio de uma abordagem prospectiva ele teceu prescrições e diagnósticos diversos. Na maioria de suas reflexões (FURTADO, 1981, 1992a, 1992b, 1997a, 1997b, 1997c), ele fazia algumas projeções acerca das tendências do futuro. Tal preocupação fica cada vez mais forte no decorrer das décadas de 1990 e 2000. Nos seus últimos livros (1998a, 1999a, 2002a), artigos (1999b, 2000a, 2000b) e entrevistas (1998b, 2002b), ele teceu diversas articulações entre o passado e o devir. Suas simulações, diagnósticos e prescrições não se limitavam, para usar uma

---

<sup>1</sup> Sobre o crescimento econômico pensado não somente na perspectiva dos interesses das elites, ver: (FURTADO, 2003a; 2003b; 2004a; 2004b).

expressão de Norbert Elias (1998), ao presente. Por isso, pode-se dizer que seus prognósticos tentavam escapar de perspectivas fantasiosas, pois estavam calcados em fatos, acontecimentos, experiências e processos históricos latino-americanos.

A abordagem do desenvolvimento humano visa a construir uma agenda de políticas, ações e procedimentos que põe em relevo características sociais específicas do desenvolvimento<sup>2</sup>, as quais foram gestadas com base num corpus de reflexões e debates desenvolvidos por Mahbub Ul Haq (1963, 1978, 1995) e Amartya<sup>3</sup> Sen<sup>4</sup> (2008, 2010), os quais idealizaram, planejaram e participaram da feitura das primeiras edições dos RDHs.

Pode-se dizer que essa abordagem – presente nos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs), encomendados e encampados anualmente, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – derivou da necessidade de superar as visões que se evidenciavam nas fórmulas de desenvolvimento apoiadas somente no aumento do PIB (Produto Interno Bruto), do PNB (Produto Nacional Bruto), do PIB *per capita* e de outros indicadores econômicos. A abordagem do desenvolvimento humano está, então, ancorada “na possibilidade de as pessoas ampliarem suas opções, terem educação e desfrutarem de uma vida longa, sadia e decente. Entre outras opções adicionais incluem-se a liberdade política [e] a garantia de outros direitos humanos” (PNUD/RDH, 1997, p.17).

A abordagem do desenvolvimento humano de A. Sen, que está na base dos RDHs, justifica-se pela necessidade de investir nas capacidades como forma de gerar um modo mais e mais expandido de inserção dos mais pobres nos processos de desenvolvimento. Daí a importância das “iniciativas [de] política[s] pública[s] na criação de oportunidades sociais” (SEN, 2010, p. 190). Isso porque “o aumento de capacidades<sup>5</sup> ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos pungentes” (SEN, 2010, p.126). Dessa maneira, “a perspectiva da capacidade aponta para a relevância central da desigualdade de capacidades na avaliação das disparidades sociais, mas não propõe, por si mesma, uma fórmula específica para as decisões sobre políticas” (SEN, 2011, p. 266).

Amartya Sen aborda prospectivamente e de modo particularizado o desenvolvimento humano. Em razão da natureza dos relatórios, suas propostas são abrigadas, no seu interior, de maneira muito singular, uma vez que eles são documentos voltados a intervir na formulação de

---

2 “As recompensas do desenvolvimento humano (...) vão muito além da melhora direta da qualidade de vida e incluem também sua influência sobre as habilidades produtivas das pessoas e, portanto, sobre o crescimento econômico em uma base amplamente compartilhada” (SEN, 2010, p.191).

3 Amartya Sen (apud PNUD, 2010) narra este processo de idealização e concretização da feitura dos RDHs, bem como o convite feito a ele por M. Ul Haq para ajudar nesta empreitada.

4 A diretora do PNUD para a confecção dos RDHs, Fukuda-Parr (2002), demonstra que a abordagem do desenvolvimento humano presente nos relatórios possui inspiração nas propostas de Amartya Sen; todavia, tais abordagens (a de Sen e a dos RDHs) não se confundem. Cada qual possui suas especificidades. Ela utiliza a seguinte metáfora: a abordagem dele está presente nos relatórios como uma moldura.

5 Capacidades sociais, profissionais e políticas. Não se trata somente de capacitação para aferir renda, mas também para participar da vida social e política (SEN, 2008, 2011).

agendas dos governantes e da sociedade civil. Um dado essencial é o fato de que esses últimos mantêm a ambição de associar crescimento econômico e desenvolvimento social e humano. O RDH de 1996 foi dedicado inteiramente a esta associação (PNUD/RDH, 1996).

O objeto deste estudo são os diagnósticos dos RDHs de 1998 e 1999 acerca dos elementos sustentadores da pobreza, das desigualdades, da miserabilidade e das exclusões, bem como suas prescrições de políticas, ações e procedimentos para combater tais elementos. Tanto os diagnósticos quanto as prescrições serão lidos à luz das últimas reflexões<sup>6</sup> feitas no final da década de 1990 e início da de 2000, aquelas em que Celso Furtado se propôs a entender as dificuldades dos países latino-americanos em avançar nos processos de desenvolvimento social de todos os segmentos e não somente de alguns. Se, até o presente momento, nenhum “crescimento se metamorfose[ou] em desenvolvimento” (FURTADO, 2004c, p.4), quais seriam as chances, no limiar do século XXI, do desenvolvimento humano se efetivar no Brasil e na América Latina?

### **Os RDHs de 1998 e 1999: como lê-los à luz das reflexões de Celso Furtado?**

#### **Consumo e desenvolvimento humano no RDH de 1998**

O consumo, como modo de vida opulento e desregrado para alguns, segundo os formuladores do RDH de 1998, tem enterrado as chances do desenvolvimento humano, uma vez que ele segue uma rota insustentável do ponto de vista ambiental e social. Muitas vezes, esse tipo de consumo só faz recrudescer, drasticamente, os problemas climáticos, a pobreza e as desigualdades. Questionam-se, então, tanto a expansão de consumo supérfluo quanto a inacessibilidade, de expressivo número de pessoas do planeta, ao consumo de produtos básicos e essenciais, tais como: energia elétrica, água potável, medicamentos, vacinas, alimentos, entre outros (PNUD/RDH, 1996, p.1). Essas questões passam a ser o norte deste relatório que insiste na necessidade de o consumo ser:

- Compartido. Garantizar las necesidades básicas de todos.
- Fortalecedor. Aumentar la capacidad humana.
- Socialmente responsable. Para que el consumo de algunos no ponga en peligro el bienestar de otros.
- Sostenible. Sin comprometer las opciones de las generaciones futuras (PNUD/RDH, 1998, p.1).

Assim, como ocorre com todos os outros temas, também com os relacionados ao consumo, argumenta-se que é inegável que muitos elementos apontados nos RDHs sejam relevantes. Todavia, faz-se necessário indagar por que são essas as questões (consumo compartilhado, consumo fortalecedor, consumo socialmente responsável e sustentável) trazidas a público. Não há razão para tergiversar sobre a importância de tais elementos quando se discute o consumo; mas, o que elas podem esconder e anuviar?

---

<sup>6</sup> Celso Furtado morreu no final de 2004.

É inegável que um desenvolvimento que não garanta o consumo daqueles bens e serviços essenciais ou a satisfação das necessidades básicas, que não seja socialmente sustentável e que não fortaleça as capacidades escolares, profissionais e de participação política, não pode ser concebido como tal. Trata-se de crescimento econômico que tende a concentrar renda, recursos e poder.

No que concerne ao consumo, nota-se que os formuladores do relatório de 1998 têm a intenção de dar centralidade aos tipos de consumo existentes, sustentáveis ou não, responsáveis ou não, ampliáveis ou não, restritivos ou não, possibilitadores ou não de melhorias nas condições de vida, entre outros. Interessa a eles demonstrar que tem ganhado terreno no mundo, hoje, um tipo de consumo destruidor de qualquer proposta que vise a ampliar uma plataforma de desenvolvimento humano.

No entanto, não ganha centralidade, nesse documento, uma reflexão sobre processos sociais, econômicos e políticos em que se ostentam formas de consumo reveladoras das características essenciais do padrão de organização social dos países latino-americanos. Não ganham um lugar central também, no que tange ao consumo, a dependência de tecnologias externas, a supremacia na exportação de produtos primários, a importação de produtos de luxo, a (des)industrialização, os salários baixíssimos que impendem a expansão do mercado interno, a concentração de renda, de terras, de patrimônio, de riquezas e de poder que dão a tônica para um tipo de consumo centrado em bens supérfluos.

Pode-se perguntar o que significa, politicamente, uma discussão que correlacione consumo e desenvolvimento humano sem se ater a esses parâmetros estruturais latino-americanos? Celso Furtado (1981, 1999b) considerava que almejar um desenvolvimento social era almejar também a expansão de um mercado interno alimentado por um consumo capaz de impulsionar a “diversificação da atividade produtiva” (FURTADO, 1981, p. 41) através de uma industrialização geradora de empregos e melhores condições salariais.

Um desenvolvimento social, que contemple a melhoria do fator humano assentada na contínua diminuição das disparidades sociais, salariais, educacionais e políticas, seria, então, indissociável de um processo de redefinição das condições de consumo e de poupança. Não se trata, no caso do Brasil e de outros países latino-americanos, de escassez de recursos para investir numa diversificação produtiva geradora de emprego. Recursos, dizia Furtado nas décadas de 1980 e 1990, existem. O que falta, no país e no continente, é a aplicação adequada deles em atividades que favoreçam a expansão do emprego, do mercado interno e do consumo de massa de produtos que potencializem a utilização da mão de obra. “O problema da pobreza no Brasil não reflete uma escassez de recursos, e sim uma forte propensão ao consumo por parte dos grupos de alta renda” (FURTADO, 2002a, p.14).

O consumo de luxo dos segmentos mais abastados revela, então, desequilíbrios brutais em todas as áreas (econômica, política, educacional). O desafio do desenvolvimento, voltado para as melhorias humanas, vai muito além do incentivo aos consumidores e às empresas, àqueles para



utilizar e a estas para gerar produtos mais “limpios y seguros” (PNUD/RDH, 1998, p.11). Ainda que isso seja de todo importante, não basta, pois o problema é o processo de perpetuação, por um lado, de um consumo em escala cada vez mais luxuosa dos segmentos mais abastados e, por outro, da miserabilidade e pobreza extrema de uma parte expressiva da sociedade. Eterniza-se, assim, uma lógica de subdesenvolvimento, na América Latina, em que uma parcela do excedente econômico, em vez de ser canalizada para gerar mais emprego, é direcionada para um consumo supérfluo (FURTADO, 1964, 1974, 1978). “Nesse quadro estrutural voltado para o consumo, a poupança é praticamente inexistente, o que explica a notória insuficiência de recursos destinados à inversão e a propensão ao endividamento externo” (FURTADO, 1999b, p. 12).

Seguindo os passos de Celso Furtado (2000b), pode-se dizer que a chave da discussão sobre o consumo como uma forma de ampliação do desenvolvimento humano teria de ser, no continente, a expansão da produtividade social. Somente essa poderia conduzir a um processo de busca do bem-estar social. A expansão do mercado interno, tomada em conjunto com o aumento do emprego que possibilitaria uma ampliação do consumo básico da população mais pobre, vê-se desacata pelo processo de globalização que tende a anular a “prevalência de critérios políticos sobre a lógica dos mercados” (FURTADO, 2000b, p. 8). Talvez seja por essa razão que os formuladores do RDH de 1998, ao procurar saídas a partir do consumo, não vão além das sugestões sobre produtos limpos e seguros e de prescrições de que seja possibilitado aos mais pobres consumirem energia, vacina, água potável, medicamentos, vestimenta e alimentos básicos, transporte e bens ligados à escolarização (livros, jornais, rádio), entre outros (PNUD/RDH, 1998, p. 38).

Ocorre um processo interessante com os argumentos formadores do relatório de 1998. É inegável a necessidade de redefinir os modos de consumo e de produção; de tornar mais acessível o consumo de bens e serviços para as populações excluídas; de difundir um consumo consciente dos possíveis danos ao meio ambiente; de garantir responsabilidade no ato de consumir e sustentabilidade no ato de produzir; de combater o desperdício e o consumo predatório dos setores abastados, conscientizando-os dos riscos sociais, econômicos e ambientais. Todas essas questões são exaustivamente trabalhadas no RDH de 1998. O problema é o seguinte: as narrativas e os argumentos são ambivalentes e ambíguos, o tempo todo. Eles apontam, tanto nos diagnósticos quanto nas prescrições, ora para lados opostos, ora para muitos lados simultaneamente.

As empresas são e não são responsáveis pela produção e pelo consumo, ambos, muitas vezes, predatórios. As empresas podem, ou não, atuar no sentido de reverter os processos insustentáveis atuais, correspondentes ou não, a uma lógica irreversível do padrão de organização social, econômico e político atual. Ao ler o relatório de 1998, fica-se com a sensação de que as (im)possibilidades de um outro modo de produzir e de consumir – voltado ao combate à pobreza, à miserabilidade, à marginalização, à exclusão – se desfazem.

Consideram-se evidentes essas ambiguidades e ambivalências, uma vez que os produtores do RDH de 1998 estão sugerindo que as decisões a respeito do que e de como produzir sejam

tomadas em vista de uma boa vontade das empresas para garantir produtos limpos, sustentáveis e seguros. Sabe-se que essa forma de prescrição está repleta de fantasia, pois as empresas tomam decisões, não só na América Latina, com base em suas lucratividades e conveniências (FURTADO, 2000b). Tais recomendações dos RDHs esbarram numa lógica econômica global que tende a desmontar toda e qualquer intromissão – do sistema econômico nacional e local, dos Estados nacionais, dos governantes (quando existem tais predisposições), das organizações da sociedade civil, que demandam outra forma de produzir e de consumir – pautada em melhorias sociais coletivas.

E por que isso ocorre? Porque os diagnósticos e as prescrições, postos nos RDHs, não estão, muitas vezes, embasados em fatos, mas sim em crenças, idealizações e fantasias. Há uma boa dose de fantasia em relação à possível geração de um mundo mais harmônico, responsável e sustentável no que se refere ao consumo inclusivo e capaz de gerar novas condições objetivas (melhorias na renda, distribuição de recursos e oportunidades) e subjetivas (expectativas, perspectivas, motivações). Veja-se o que consta no RDH de 1998 (p. 38): “Desde la perspectiva de la gente el consumo es un medio del desarrollo humano. Su importancia radica en la ampliación de la capacidad de la vida para vivir largo tiempo y bien. El consumo abre oportunidades sin las cuales una persona quedaría sumida en la pobreza humana”.

É interessante notar que os elaboradores do RDH de 1998 utilizam-se, fartamente, de referências sociológicas para convencer os seus leitores de que o consumo não possui, na sociedade atual, somente um viés negativo. Mencionam, por exemplo, Marcel Mauss<sup>7</sup> e sua teoria da reciprocidade para atestar a positividade do consumo uma vez que ele sedimenta laços de afetividade e de pertencimento a um dado grupo social (PNUD/RDH, 1998, p. 38). Em vista de tal entendimento, eles insistem que o consumo para o desenvolvimento humano não se situa somente no âmbito da economia monetizada, situa-se também na expansão do consumo de “bienes y servicios colectivos y no materiales suministrados por conducto del aprovisionamiento público, como seguridad social, atención de salud, educación y transporte” (PNUD/RDH, 1998, p. 38).

Tendo como moldura a abordagem do desenvolvimento humano de Amartya Sen (FUKUDA-PARR, 2002), os formuladores do RDH de 1998 insistem que as pessoas excluídas desses consumos de bens básicos (alimentação, vestuário, livros, jornais, rádio, transportes, medicamentos, vacinas, saneamento, água, moradia) estão impossibilitadas, objetiva e subjetivamente<sup>8</sup>, de participar da vida da comunidade. Esses bens de consumo são tidos como básicos para que as pessoas se dotem de habilidades e capacidades transformadoras da vida social e individual.

---

7 Os formuladores do RDH de 1998 citam ainda vários outros cientistas sociais que trabalharam a questão do consumo como fenômeno social: Thorstein Veblen, Max Weber, John Maynard Keynes, Mary Douglas, Amartya Sen, entre outros.

8 As possibilidades subjetivas são dadas pelas expectativas, perspectivas, motivação e disposição para participar na vida da comunidade. Sen (2010) discute isto no livro **O desenvolvimento como liberdade**.

Celso Furtado, no livro **Em busca de novo modelo** (2002a), levanta uma questão essencial: É necessário buscar os parâmetros (concentração de renda, de patrimônio, de riqueza, de poder, de terras e de níveis mais altos de escolarização) que subtraem a uma parte expressiva de pessoas a possibilidade de usufruir os bens básicos. De um lado, privação e exclusão dos mais pobres; de outro, um consumismo desenfreado dos “**grupos de altas rendas**” (FURTADO, 1999b). O que deriva da “notória tendência à concentração da riqueza e da renda” (FURTADO, 1999b, p. 12). Na América Latina tal situação é gritante e extremada.

Seguindo um caminho muito distinto desse centrado no desvendamento dos parâmetros estruturais alimentadores das desigualdades extremas em relação ao consumo, os produtores do RDH de 1998 dão destaque ora ao modo como se processa o consumo nos contextos sociais diversos, ora ao modo como se exercem as muitas influências que definem as decisões de consumir e de que maneira – pois “el consumo es un medio para la comunicación social, y que sin él se deja de tener interacción social” (PNUD/RDH, 1998, p. 40) – bem como, enfatizam as campanhas publicitárias e sua importância para esclarecer os consumidores da necessidade de consumir produtos sustentáveis, seguros e saudáveis (PNUD/RDH, 1998, p. 43).

Desse modo, os formuladores do RDH de 1998 insistem que estão em busca dos vínculos positivos e negativos que existem entre o consumo e o desenvolvimento humano. Em vez de esmiuçar os bloqueios “**estruturais e crônicos**” (FURTADO, 1999b, p. 12) – que eternizam, no caso latino-americano, por exemplo, de um lado, o consumismo dos grupos mais abastados e, de outro, a exclusão brutal da possibilidade de consumir bens essenciais (alimento, vestuário, água, etc.) –, os argumentos seguem em busca de meios para despertar a consciência de todos os grupos, incluídos os de alta renda, de que devem buscar um consumo que não imploda toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento humano. Os elaboradores e encampadores do relatório de 1998 advogam a necessidade de elaborar uma pauta de ações e práticas que combata o consumo desequilibrado e extremamente desigual. Entre as ações prescritas estão aquelas que visam a ampliar o consumo de bens e serviços produzidos pelas comunidades pobres, pelos grupos locais que se reúnem em cooperativas e/ou grupos familiares<sup>10</sup> (PNUD/RDH, 1998, p. 58).

### **Globalização e desenvolvimento humano no RDH DE 1999**

O livro **O Capitalismo global** (1998a), os artigos **Reflexões sobre a crise brasileira** (2000a) e **Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional** (1992b) e, ainda, as entrevistas **O Brasil do século XX** (2003b) e **A atual situação econômica mundial** (2003a) evidenciam o amplo esforço de Celso Furtado para construir diagnósticos e prescrições ancoradas em dados, indicadores e fatos inscritos num longo processo socio-histórico do continente latino-americano.

---

9 Os produtores do RDH de 1998 procuram dialogar com a perspectiva de Mary Douglas e Baron Isherwood (1979) sobre o consumo, o qual é analisado como uma teia de disposições sociais e culturais plenas de sentidos e significados reveladores dos sistemas sociais e simbólicos.

10 Sobre isso, ver o capítulo 3 do RDH de 1999 intitulado *El corazón invisible: la atención y la economía mundial*.

Refletir sobre a globalização é, para Furtado (1998a), refletir sobre: o papel do Estado nacional; as chances de combinar expansão tecnológica com o desenvolvimento do mercado interno; a internacionalização dos mercados financeiros e seu poderio diante dos governantes; as novas engenharias políticas gestadas através dos blocos econômicos e dos organismos internacionais; os desafios postos às instituições democráticas pelo novo quadro econômico e político emergente; o surgimento de novas modalidades de rivalidades e conflitos entre Estados e grupos sociais diversos; o investimento, se houver, no fator humano como baliza do capitalismo global atual; as pressões que algumas economias (as latino-americanas, por exemplo) tenderão a enfrentar para desregular os seus mercados (FURTADO, 1998a); as crescentes reivindicações de geração de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis; e os desafios dos amplos processos de expansão tecnológicos comandados pelas empresas do hemisfério norte.

Note-se, com base nos elementos apresentados por Furtado, que o norte de todas as questões geradas pela globalização é político<sup>11</sup>. Os grandes enfrentamentos são de natureza política e revelam desigualdades sociais, econômicas e políticas de grande monta. E não cabem ambiguidades e ambivalências no que tange às desigualdades e à concentração de poder atuais, uma vez que elas levam as sociedades a situações insustentáveis, tais como as muitas que Furtado investigou na América Latina.

Quanto ao RDH de 1999, cujo tema central é a globalização, convém refletir, à luz das questões elencadas por Celso Furtado, como os seus elaboradores e encampadores constroem os seus diagnósticos e prescrições no que diz respeito aos processos sociais, econômicos e políticos da globalização em curso e como lidam com as desigualdades e a concentração de poder no mundo atual. Conforme assinala José Eli da Veiga (2011), os organismos internacionais encontram visível dificuldade de enfrentar “as transformações globais e nacionais de caráter redistributivo que nenhum setor da ONU<sup>12</sup>, da OCDE<sup>13</sup>, do FMI<sup>14</sup> ou do BIRD<sup>15</sup> ousaria sugerir ou aconselhar.” (VEIGA, 2011, p. 3).

Mark Malloch Brown, administrador da produção do RDH de 1999, logo na apresentação do documento (PNUD/RDH, 1999), tentava, com sua argumentação, dissuadir aquelas posições que partiam da concentração de poder como núcleo central dos processos de globalização. Ele insistia que havia, no limiar do século XXI, uma nova formatação das relações de poder, a qual estava, supostamente, mais bem distribuída entre os diversos agentes. O ponto de partida do relatório já dá uma ideia de como a globalização tecnológica e financeira será tratada no RDH de 1999. De saída, vêm à tona as idealizações norteadoras da produção dos diagnósticos e prescrições que visavam a gerar uma globalização com uma feição mais humana (PNUD/

11 Sobre o norte político orientador das análises de Celso Furtado, ver: (CÊPEDA, 2005, 2012).

12 Organização das Nações Unidas

13 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

14 Fundo Monetário Internacional.

15 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, que compõe o Banco Mundial.

RDH, 1999, p. 5), na qual seria possível domar os mercados e o poder dos controladores do capitalismo tecnológico e financeiro atual.

Se há algo evidente é o processo de expansão das desigualdades sociais e políticas que acompanham os processos recentes de globalização tecnológica e financeira. Demonstraram isso não somente Celso Furtado (1998a, 2002a) em relação ao continente latino-americano, mas também muitos outros cientistas sociais (THERBORN, 2001; BAUMAN, 1999; JUDT, 2011; PIKETTY, 2014; REINERT, 2016; COHEN, 1998) ao investigar várias outras partes do mundo. Esses, por meio de dados, fatos e processos sociais, têm explicado que as desigualdades materiais (de renda, patrimônio, riqueza) e imateriais (de poder, de oportunidades, de expectativas) têm sido crescentes.

Nota-se que a construção dos argumentos e narrativas, presentes no RDH de 1999, encontra-se balizada na tentativa de combinar processos antagônicos que podem ser assim sintetizados: de um lado, expande-se a internacionalização dos mercados e da economia em geral e, de outro, as forças sociais, (lideranças políticas, organizações da sociedade civil, organismos internacionais), preocupadas com os segmentos mais frágeis (leiam-se pobres e excluídos), deveriam tentar abrir caminhos para humanizar as forças políticas globalizantes, ou seja, torná-las mais sensíveis aos problemas sociais. De certa forma, Celso Furtado, em seus últimos escritos, mostrava o quanto essa indicação era inexecutável na América Latina.

Isso seria possível porque, no entender dos formuladores dos relatórios, a globalização estaria abrindo, através da expansão tecnológica, dos meios de comunicação e dos mercados, oportunidades (PNUD/RDH, 1999), cada vez maiores, para um número crescente de pessoas. A possibilidade de uma globalização com rosto humano adviria da ampliação, também para as nações e as pessoas pobres, dos benefícios de um mercado e de uma tecnologia em expansão (PNUD/RDH, 1999).

A proposta contida no RDH de 1999 se resume no seguinte: os governantes, as lideranças políticas, os organismos internacionais, as organizações da sociedade civil deveriam atuar para que os benefícios da globalização alcançassem os mais pobres. A luta não era, então, contra a globalização, mas sim contra a concentração de seus benefícios nas mãos de poucos. Os produtores desse relatório partem do princípio da irredutibilidade do processo de globalização dos mercados e dos avanços tecnológicos. A batalha a ser enfrentada era, então, como distribuir, para todos os países e pessoas, os benefícios oriundos desse processo que desafiava a humanidade. De um modo excessivamente otimista, os elaboradores do RDH de 1999 consideravam que as portas estavam abertas para mudanças consideráveis porque “tenemos más riqueza y tecnología - y mayor compromiso con una comunidad mundial- que nunca antes” (PNUD/RDH, 1999, p. 1). Celso Furtado questionou em seus escritos esse tipo de visão quando escreveu:

Independentemente das mudanças na configuração da estrutura do poder político mundial, deve prosseguir a realocação de atividades produtivas provocadas pelo impacto das novas técnicas de comunicação e tratamento da informação, o que

---

tende a concentrar em áreas privilegiadas do primeiro mundo as atividades criativas, inovadoras ou simplesmente aquelas que são instrumento de poder (FURTADO, 1992b, p. 2).

Se tomados no seu todo e não somente em alguns dos trechos dos RDHs, nota-se que os seus elaboradores não pressupõem que seja possível restaurar uma dada função do Estado nacional, ou seja, aquela de proteger o mercado interno e de assegurar a efetivação dos interesses coletivos, isto é, de um projeto de nação. Nesse sentido, a proposta de expansão das políticas de governança atravessa todos os documentos, proposta que nada mais é do que a formação de redes de agentes públicos e privados para partilhar a governabilidade e a administração, não da economia, mas sim das políticas de melhorias sociais.

Ao propor que os governos, Estados e organismos internacionais não devem se posicionar contra a expansão dos mercados externos, os formuladores dos RDHs estão ratificando o processo de fragilização do papel do Estado nacional de assegurar, na América Latina, “o nível de emprego da população mediante a proteção do mercado interno” (FURTADO, 1998a, p. 22). Há, segundo, Furtado (1998a, p. 22), outra “conformação do poder político mundial” que pode, sim, seguir no sentido de esvaziamento dos espaços para uma política nacional, o que estaria trazendo danos pesadíssimos para os países de economia periférica.

Celso Furtado (1992b, 1998a) afirmava que, no final do século XX e limiar do XXI, alguns países latino-americanos, a exemplo do Brasil, tinham “um sistema econômico ainda relativamente integrado em torno do mercado interno” (FURTADO, 1998a, p. 23). Todavia, estava em curso uma equação difícil de resolver. Por um lado, a economia brasileira necessitava do fortalecimento do mercado interno, por outro, dependia do acesso a tecnologias comandadas por uma economia assentada na expansão do mercado externo. Isso se passava também com alguns outros países do continente.

Os formuladores dos RDHs passavam, de certa forma, ao largo dessa equação contraditória e antagônica mostrando-se entusiastas da defesa da irreversibilidade da expansão do mercado externo ao mesmo tempo que prescreviam a geração de condições para inserir os mais pobres como beneficiários da globalização, mas sem deixar claro como isso poderia ser feito sem que existissem instituições sociais e políticas com condições de comandar a operacionalização de políticas distributivas de rendas, riquezas e recursos.

Celso Furtado (1992b, 1998a, 1998b, 1999a, 1999b, 2000a, 2002a, 2002b, 2003a, 2003b, 2004a, 2004b, 2004c) argumentava que havia, nos últimos séculos, a convicção de que essa tarefa caberia ao Estado nacional. No interior desse último, as forças sociais progressistas, empenhadas na construção de melhorias sociais para os mais pobres, na América Latina, deveriam agir para abrir espaços políticos para uma reorientação de suas ações e procedimentos. Segundo ele, não era possível sucumbir às orientações ideológicas que desvalorizavam a importância da criatividade, da imaginação e do fator político na solução dos problemas sociais.

Nos RDHs, fica evidente algo ambivalente. Ou seja, ao mesmo tempo que a natureza política dos problemas sociais é colocada em evidência, nos moldes destacados por Furtado (1992b, 1998a), os seus formuladores, ora parecem crer que o Estado nacional é a instância indicada para reorientar a globalização visando a melhorias também para os mais pobres, ora parecem desacreditar essa possibilidade, passando a prescrever ações que facultam ao Estado ser, no máximo, uma das instâncias entre diversas outras, insistindo (ora mais, ora menos) que não estão considerando a possibilidade de uma melhoria social comandada, essencialmente, pelo Estado.

Em **O capitalismo global**, Celso Furtado levanta um questionamento que pode ser aplicado aos relatórios. Ele indaga: Quando o desenvolvimento é, de fato, efetivo? E responde: Quando há expansão do mercado interno, geração de emprego com ampliação da demanda por mão de obra, melhorias salariais e do poder de compra dos trabalhadores que, por sua vez, através do consumo, realimentaria a expansão do mercado e a sustentabilidade dos novos empregos gerados (FURTADO, 1998a). Pode-se perguntar, com base nos textos de Celso Furtado, se nas condições econômicas atuais de expansão tecnológica, responsável por uma enorme retração da empregabilidade, há alguma possibilidade de alcançar, no continente latino-americano, um desenvolvimento efetivo, ou melhor, que impulse melhorias do fator humano? Melhorias que se traduziriam em expansão da habilidade e da capacidade política dos mais pobres para gerar e sustentar demandas por distribuição de renda, recursos e poder.

O papel dos RDHs é criar uma expectativa positiva em torno dessa possibilidade. De modo ambivalente, ora seus formuladores e encampadores parecem, no decorrer da década de 1990, crer na eficiência da lógica do mercado, ora parecem descrentes disso. Os produtores dos RDHs não tratam, ao menos abertamente, dos efeitos negativos, apontados por Furtado, da globalização para as economias nacionais. Segundo ele, o “avanço da internacionalização dos circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos, debilita (...) os sistemas econômicos nacionais. As atividades econômicas tendem a circunscrever-se às áreas sociais e culturais” (FURTADO, 1992b, p. 2).

No texto **Globalização das estruturas econômicas e identidade nacional** (1992b), Celso Furtado lida com uma questão que, de certa forma, desafia a abordagem das capacidades empregada nos relatórios. O RDH de 2001 sistematiza inúmeras propostas na expectativa de que as novas tecnologias sejam postas a serviço do desenvolvimento humano. Isso seria uma maneira de distribuir melhor as habilidades e capacidades para operacionalizar as novas tecnologias de modo a possibilitar mais acesso ao emprego nos países pobres e entre as pessoas pobres.

Idealiza-se, no relatório de 2001, um mundo avançado tecnologicamente no qual se faculta a todos os segmentos sociais, países e sociedades acesso, ainda que não equitativo, aos benefícios disponibilizados pelos avanços tecnológicos. Trata-se, então, dos elementos mais complexos da organização social atual, aqueles ligados a um processo de concentração de riqueza e poder, que governa a expansão tecnológica e o seu acesso a ele. Celso Furtado (1992b) faz a seguinte observação:

---

A estrutura internacional de poder evoluiu para assumir a forma de grandes blocos de nações-sedes de empresas transnacionais que dispõem de rico acervo de conhecimentos além de pessoal capacitado. O intercâmbio internacional de serviços, particularmente os financeiros e tecnológicos, cresce em detrimento do de bens tradicionais. Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem desenvolvimento/subdesenvolvimento (FURTADO, 1992b, p. 4).

Um dos traços principais dessa clivagem é o fato de indivíduos ou grupos de países subdesenvolvidos serem, na maioria das vezes, consumidores de inovações tecnológicas vindas dos países centrais, o que os torna poderosíssimos econômica e politicamente. Um dos problemas, segundo Furtado, é que os países latino-americanos possuem uma classe dominante que se habituou a comprar tecnologia como se compra qualquer outro item. No Brasil, por exemplo, não tivemos grupos preponderantes (dirigentes e dominantes) que se interessassem realmente em investir na produção de tecnologias. O empresário, “em vista de ter tido a seu alcance a tecnologia importada, passou a ver a tecnologia como um item que se adquire no supermercado e não como algo no qual se investe para potencialização e consolidação industrial” (FURTADO, 1997c, p. 60-61).

### **Considerações finais**

As prescrições dos RDHs de 1998 e 1999 acabam tendo um caráter significativamente genérico, uma vez que se dirigem a países com singularidades históricas muito diversas. Elas indicam que “la acción puede comenzar en el plano nacional. Todos los países necesitan políticas fuertes y coherentes para gestionar su integración en la economía mundial rápidamente cambiante” (PNUD/RDH, 1999, p.11). Todavia, são prescrições cujo fim é atingir centenas de países com opções históricas muito distintas, bem como com “teias de interdependências e/ou configurações<sup>16</sup>” (ELIAS, 1999c, p. 15) de tipos particulares em cada região do mundo. Obviamente, nesse caso, muitas sugestões são irrealizáveis. Veja-se, por exemplo, a seguinte sugestão: “A fin de negociar disposiciones más favorables en los acuerdos multilaterales, los países pobres y pequeños deben tratar de participar activamente en los diálogos mundiales y los acuerdos multilaterales, desde su formulación hasta las negociaciones y la aplicación” (PNUD/RDH, 1999, p.11). Nessa prescrição, são dissimulados os desequilíbrios de poder mundialmente estabelecidos e que impedem que os países do hemisfério sul, por exemplo, tenham possibilidades objetivas de gerar espaços de participação. Celso Furtado refletiu, abundantemente, sobre isso ao discutir a concentração de poder na América Latina. Os desequilíbrios de poder, potencializados internamente, impulsionavam os desequilíbrios externos de poder.

---

16 O Estado, o governo, os organismos internacionais, os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, etc. formam configurações diversas conectadas por redes diversas de interdependência (ELIAS, 1999a).



Tanto os diagnósticos quanto os prognósticos visam a indicar como os países, governantes, técnicos, lideranças políticas, entre outros agentes, devem fazer ajustamentos internos para que a globalização e a expansão tecnológica possam render dividendos benéficos ao desenvolvimento humano. Se Celso Furtado (1998a) considerava ser isso difícilíssimo em qualquer país, imagine-se, então, “em sociedades marcadas por profundas desigualdades” (FURTADO, 1998a, p. 41) e atrasos políticos colossais, como era o caso do continente latino-americano.

Pode-se dizer, sob inspiração de Elias (1999a) que, como em outros relatórios, é sabido que, nos dos anos de 1998 e de 1999, os diagnósticos, mais do que as prescrições, estão mais centrados em fatos<sup>17</sup>. As sugestões de políticas em favor do desenvolvimento humano seguem sendo estruturadas sobre idealizações pouco condizentes com os processos sociais, econômicos e políticos atuais. Isso não significa que as discussões de Celso Furtado não contenham também idealizações, utopias e fantasias. Ele próprio refletiu sobre isso ao longo de sua vida. Suas obras **A fantasia organizada** (1997b), **A fantasia desfeita** (1997c), **O capitalismo Global** (1998a), o qual tem um capítulo intitulado **A longa marcha da utopia**, entre outras, mostraram que, apesar de orientadas pelos fatos e por dados empíricos inscritos num longo processo histórico, suas prescrições, voltadas para a América Latina, continham também alguma carga de utopia e de idealizações.

Parte-se, então, do entendimento de que a abordagem histórico-processual de Celso Furtado possibilita desvendar o quanto são exequíveis ou inexecuáveis, à luz da realidade brasileira e latino-americana, muitas das prescrições dos RDHs. A condição de inexecuabilidade, lida à luz das singularidades históricas, não tornam os RDHs menos relevantes, já que, como orientação geral aos governos e Estados, eles desempenham um papel importante na conjuntura histórica mundial atual por tentarem fazer ganhar corpo uma proposta de desenvolvimento pautada na melhoria da condição humana (renda, escolarização, nutrição, acesso a medicamentos, a vacinas, a saneamento, à água potável, à moradia adequada e à participação política).

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- CÊPEDA, Vera. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. **Perspectivas**, São Paulo, n. 28, p. 57-77, 2005. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/11> Acesso em: 20 ago. 2021.
- CÊPEDA, Vera. Entre a economia e a política: os conceitos de periferia e desenvolvimento em Celso Furtado. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 19, p. 88-119, maio/ago. 2012 Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/bvsvs/resource/pt/bps-1743?lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2021.
- COHEN, Daniel. **Riqueza Del mundo, pobreza de las naciones**. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica, 1998.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **The World Goods: Towards an Anthropology Consumption**. New York: Basic Books, 1979.
- ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

---

<sup>17</sup> Sobre isso, ver: (SHISHITO, 2012)

- ELIAS, Norbert. A evolução do conceito de desenvolvimento. *In*: ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999a. p.159-167.
- ELIAS, Norbert. O modelo de jogos. *In*: ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999b. p.77-112
- ELIAS, Norbert. Introdução. *In*: ELIAS, Norbert. **Introdução à Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999c. p.13-34.
- FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- FUKUDA-PARR, Sakiko. **Operacionalizando as ideias de Amartya Sen sobre capacidades, desenvolvimento, liberdade e direitos humanos** – o deslocamento do foco das políticas de abordagem do desenvolvimento humano. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&pid=S0103en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0103en). Acesso em: 21 set. 2021.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURTADO, Celso. Estado e empresas transnacionais na industrialização Periférica. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.1, n.1, p. 41-49, 1981. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22Estado%20e%20Empresas%20transnacionais%20na%20industrializa%C3%A7%C3%A3o%20perif%C3%A9rica%22>. Acesso: 22 set. 2021.
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992a.
- FURTADO, Celso. Globalização das estruturas econômicas e identidade Nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 6, n. 16, p. 55-64, 1992b. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141992000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141992000300005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 20 set. 2021.
- FURTADO, Celso. Ares do mundo. *In*: FURTADO, Celso. **Obra autobiográfica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997a. p. 41-101.
- FURTADO, Celso. A fantasia organizada. FURTADO, Celso. *In*: **Obra autobiográfica**. São Paulo: Paz e Terra, 1997b. p. 87-359.
- FURTADO, Celso. A fantasia desfeita. FURTADO, Celso. *In*: **Obra autobiográfica**. São Paulo: Paz e Terra, 1997c. p. 27-306.
- FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998a.
- FURTADO, Celso. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado. **São Paulo**: Fundação Perseu Abramo, 1998b.
- FURTADO, Celso. **O longo amanhecer**. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.
- FURTADO, Celso. A reconstrução do Brasil. **Praga**: estudos marxistas, São Paulo, n. 8, p. 9-13, 1999b.
- FURTADO, Celso. Reflexões sobre a crise brasileira. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, p.3-7, 2000a. Disponível em: [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br) Acesso em: 20 set. 2021.
- FURTADO, Celso. O fator político na formação nacional. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 14, n. 40, p.1-4, 2000b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acesso em: 21 set. 2021.
- FURTADO, Celso. **Em busca de novo modelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.
- FURTADO, Celso. **Entrevista**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002b.
- FURTADO, Celso. **Entrevista**: A atual situação econômica mundial. 2003a. Disponível em: [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br) Acesso em: 20 maio 2021.
- FURTADO, Celso. Entrevista: O Brasil do século XXI. *In*: IBGE. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b. p.11-24. Disponível em: [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br) Acesso em: 20 jul. 2021.
- FURTADO, Celso. Entrevista: Receita para o crescimento. **Jornal da Unicamp**, Campinas, p. 3, 03 out. 2004a. Disponível em: [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br) Acesso em: 12 jun. 21.

- FURTADO, Celso. Entrevista: Nordeste foi o mais prejudicado em 1964. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, Caderno A, p. 9, 04 abr. 2004b. Disponível em: [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br) Acesso em: 20 ago. 2021.
- FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Jornal dos Economistas**, Rio de Janeiro, p. 3-4, 2004c. Disponível em: [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br) Acesso em: 20 jul. 2021.
- JUDT, Tony. **O mal ronda a terra. São Paulo: Objetiva**, 2011.
- LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis. São Paulo: Cortez**, 2010.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- PINTO, Aníbal. **Distribuição de renda na América Latina e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976
- PNUD. **Desenvolvimento humano e IDH**. Nova Iorque: PNUD/ONU, 2010. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- PNUD/RDH. **Relatório do Desenvolvimento Humano: Crecimiento económico para propiciar el desarrollo humano?** Nova Iorque: PNUD/ONU, 1996. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1996> Acesso em: 12 jul. 2021.
- PNUD/RDH. **Relatório do Desenvolvimento Humano: desenvolvimento humano para erradicar a pobreza**. Nova Iorque: PNUD/ONU, 1997. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1997> Acesso em: 13 jul. 2021.
- PNUD/RDH. **Relatório do Desenvolvimento Humano: Mudar as pautas atuais de consumo para o desenvolvimento humano do futuro**. Nova Iorque: PNUD/ONU, 1998. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1998> Acesso em: 12 jul. 2021.
- PNUD/RDH. **Relatório do Desenvolvimento Humano: A mundialização com rosto humano**. Nova Iorque: PNUD/ONU, 1999. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1999> Acesso em: 05 jul. 2021.
- PNUD/RDH. **Relatório de Desenvolvimento Humano: Fazendo as novas tecnologias trabalhar para o desenvolvimento humano**. Nova Iorque: PNUD/ONU, 2001. Disponível em: <http://www.pnud.org/en/reports/global/hdr2001/download/pt> Acesso em: 12 jul. 2021.
- RATTNER, Henrique. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. **Estudos do Futuro**. São Paulo: FGV, 1979.
- REINERT, Erik. **Como os países ricos ficaram ricos e porque os países pobres continuam pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- SHISHITO, Fábio Akira. **Os Relatórios do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas: entraves e desafios que emergem da periferia**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.
- THERBORN, Goran. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 6, p. 122-169, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/c47fMRzV5JF3W4N6kqpxLMH/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 jul. 2021.
- UL HAQ, Mahub. **The strategy of Economic Planning**. Nova York: Oxford, 1963.
- UL HAQ, Mahub. **A Cortina da pobreza: opções para o terceiro mundo**. São Paulo: Nacional, 1978.
- UL HAQ, Mahub. **Reflections on Human Development**. Nova York: Oxford University Press, 1995.
- VEIGA, José Eli da. Duplo impasse. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 3, 30 jul. 2011.

Recebido em: 23/09/2021

Aceito em: 02/03/2023

# Entrevistas

**TEORIA SOCIAL, CAPITALISMO GLOBAL  
E CRISE DA HUMANIDADE:  
uma entrevista com William I. Robinson**

***SOCIAL THEORY, GLOBAL CAPITALISM  
AND THE CRISIS OF HUMANITY:  
an interview with William I. Robinson***

---

Thiago Aguiar\*

Em outubro de 2022, o Grupo de Trabalho “Fronteiras, regionalização e globalização” da CLACSO organizou um conjunto de seminários na UNAM, na Cidade do México, para debater pesquisas recentes sobre o capitalismo global inspiradas pela elaboração teórica de William I. Robinson, professor do Departamento de Sociologia da *University of California, Santa Barbara*, o que possibilitou a realização desta entrevista, em intervalo de nossas atividades, num café no Zócalo. Nas últimas décadas, Robinson tem se notabilizado por sua teoria sobre o capitalismo global, uma nova época na história do capitalismo, marcada por profundas transformações no Estado-nação e nas classes sociais desde fins dos anos 1970. Tais transformações convidam a Sociologia a superar o nacionalismo metodológico e a buscar enquadrar novos fenômenos, como a transnacionalização corporativa, a fusão de capitais nacionais sob o comando de uma classe capitalista transnacional e o espraiamento global da produção, bem como a integração de instituições nacionais e transnacionais que promovem, pelo mundo, políticas de ajuste estrutural do Estado, privatizações e a liberalização do comércio e das finanças, com enormes efeitos para a organização política e social da humanidade.

Robinson tornou-se, assim, parte de uma geração de pesquisadores que produziu uma série de estudos críticos da globalização<sup>1</sup>. Talvez seja mesmo possível vincular seus trabalhos aos de autores como Leslie Sklair, William Carroll, Peter Dicken, Jerry Harris, Kees van der Pijl, entre outros, numa “escola do capitalismo global”, marcada por preocupações temáticas comuns, apesar das diferenças de abordagem. Esta entrevista busca apresentar a fértil elaboração teórica desse autor ao público brasileiro, já que, infelizmente, até o momento, não há nenhuma tradução de seus trabalhos para o português, apesar de sua produção estar publicada, em diversos países, em inglês, espanhol, turco, servo-croata, japonês e mandarim. Na conversa a seguir, tratamos de

---

\* Doutor em Sociologia (USP), pesquisador de pós-doutorado no IFCH/Unicamp, pesquisador associado ao Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic-USP) e membro do Grupo de Trabalho “Fronteiras, regionalização e globalização” da CLACSO. O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo n. 2019/26020-4) pela bolsa que permitiu a realização desta entrevista. E-mail: th.aguiar@gmail.com

<sup>1</sup> Cf. Richard Appelbaum e William I. Robinson (2005).

sua formação intelectual, muito vinculada a sua prática política desde a juventude, quando saiu de sua Nova York natal para engajar-se em movimentos de libertação nacional na África e em lutas revolucionárias na América Central, até hoje, com seu apoio aos movimentos de imigrantes nos Estados Unidos. Também falamos sobre sua elaboração na contramão de um marxismo dogmático e “estadocêntrico” herdado do século XX; de seu diálogo com outros autores e correntes teóricas das Ciências Sociais; e de sua preocupação com a crise do capitalismo global, uma crise existencial que ameaça a sobrevivência da humanidade pelo esgotamento ecológico, pela degradação das condições de vida de bilhões e pela ameaça do fascismo do século XXI.

**Thiago Aguiar:** *Você se destacou, nas últimas décadas, por sua formulação de uma teoria sobre o capitalismo global, um enquadramento distinto a respeito da globalização na Sociologia e mesmo no interior da tradição marxista, da qual você partiu. Conte-nos como sua trajetória pessoal e como pesquisador levou-o a essa formulação.*

**William I. Robinson:** Eu me tornei marxista aos 19 anos, quando saí dos Estados Unidos e tive a grande oportunidade de estudar na África: por dois anos, no Quênia e, por um ano, na Nigéria. Lá, eu descobri o marxismo e me tornei politicamente socialista. Iniciei meus estudos sobre o capitalismo mundial, sua história, o colonialismo, o imperialismo. Primeiro, li as obras clássicas de Marx e Engels, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, mas também estudei as obras dos marxistas do chamado Terceiro Mundo: Walter Rodney, Frantz Fanon, Che Guevara, Mao Tsé-Tung... Essa era minha formação inicial, mas eu não estava elaborando teoria naquele momento, eu estava absorvendo teoria marxista e neomarxista.

Depois disso, eu fui para a América Central porque estavam emergindo as revoluções centro-americanas e eu queria participar pessoalmente. Na verdade, eu não poderia separar a elaboração da minha teoria sobre o capitalismo global da minha participação política. Então, participei, durante os anos 1980, das revoluções na região. A ideologia e a formulação teórica dos revolucionários centro-americanos – não vou dizer que era dogmática – realmente não buscava desenvolver o marxismo além do legado teórico histórico que eles tinham: a interpretação de que havia o imperialismo e a luta pela libertação nacional no Terceiro Mundo. Em certo sentido, era uma interpretação válida no período posterior à II Guerra Mundial.

Eu realmente não comecei a ser um teórico propriamente antes dos anos 1990. A Revolução Sandinista foi derrotada e eu fui temporariamente expulso da Nicarágua. Então, retornei aos Estados Unidos e fiz minha pós-graduação. Nela, além dos estudos sobre história mundial, marxismo e teoria sociológica de forma ampla, eu pretendia responder a uma pergunta: por que, com tanta esperança e tantas possibilidades, foram derrotadas as revoluções centro-americanas? Eu cheguei à conclusão de que o capitalismo mundial estava transformando-se, em seu processo permanente de desenvolvimento. O sistema havia avançado e se modificado, enquanto nós, na América Central, estávamos respondendo a uma época anterior do capitalismo mundial. Nesse

momento, eu já era um estudioso da teoria do sistema-mundo e do marxismo latino-americano, particularmente das teorias da dependência. Partindo da teoria do sistema-mundo de Immanuel Wallerstein, comecei a identificar certas deficiências: foi quando comecei a pensar em uma nova época, superior, do capitalismo mundial. Descobri também a literatura sobre a globalização, por exemplo os trabalhos de meu colega e amigo Leslie Sklair. No entanto, as pessoas que estavam levando a sério a globalização, como fragmentação transnacional dos processos produtivos e integração transnacional de capitais, não eram marxistas. Já os marxistas, por sua vez, não levavam a sério a literatura sobre a globalização.

Então, eu queria fazer uma ponte: a aplicação de um marxismo criativo ao estudo da globalização. Foi quando comecei a conceber a globalização como um desenvolvimento qualitativamente novo, uma época superior de desenvolvimento do capitalismo mundial: a quarta grande época na história do capitalismo mundial, sendo a primeira o mercantilismo, a segunda o capitalismo industrial clássico e a terceira o que os marxistas costumam chamar de “capitalismo monopolista”, mas eu prefiro chamar de capitalismo cooperativo com o Estado-nação. Eu menciono o Estado-nação porque, nesta terceira época do capitalismo mundial, desenvolveu-se um mercado mundial com fluxos comerciais e financeiros dentro dos marcos da interação entre economias nacionais capitalistas.

**Thiago Aguiar:** *Quais elementos empíricos você identificou para descrever a globalização como uma nova época qualitativamente distinta das anteriores e o surgimento de uma classe capitalista transnacional?*

**William I. Robinson:** Para responder a essa pergunta, falarei do avanço das minhas investigações. Publiquei um livro em 1996, *Promoting Polyarchy*, quando ainda não estava muito clara minha definição sobre a globalização. Sabia que havia algo novo, mas não exatamente a transnacionalização do capital e a classe capitalista transnacional. O livro analisa a mudança da política estadunidense que, depois de promover ditaduras no chamado Terceiro Mundo, passou a promover a “democracia”, que eu qualifiquei como poliarquia, uma transição da dominação coercitiva para a dominação consensual. No final desse livro, comecei a questionar a ideia do capital nacional, e a seguir, em 1998, eu publiquei um artigo teórico e conceitual<sup>2</sup> desenvolvendo essa discussão, ainda sem muita base empírica, mas já em diálogo com outros pesquisadores, particularmente com Leslie Sklair, com quem tenho uma dívida. Ele não é um marxista, creio que lhe faltam muitos elementos conceituais, mas ele é quem primeiro começou a falar na existência de uma classe capitalista transnacional<sup>3</sup>. Então, eu tomei esse conceito com uma aplicação marxista e aprofundei o estudo empírico.

---

2 Cf. Robinson (1998).

3 Cf. Sklair (2001, 2002).

Entre 1999 e 2004, realizei uma pesquisa conceitual, reunindo uma série de dados e indicadores, que resultou em meu livro *A Theory of Global Capitalism* (2004), tomando como evidências, em primeiro lugar, os conselhos administrativos das grandes corporações: descobri que as corporações transnacionais, cada vez mais, tinham conselhos de administração compostos por membros de distintas origens nacionais. Em segundo lugar, verifiquei o incrível aumento dos fluxos de investimento estrangeiro direto, uma enorme saída de capitais que, quando chegavam ao país de destino, viam integrar-se a eles capitais locais. Em terceiro lugar, o crescimento das fusões e aquisições transfronteiriças. Passei a estudar os dados produzidos pelas Nações Unidas – em particular, pela UNCTAD – e por outras instituições, e verifiquei um enorme aumento das fusões e aquisições transnacionais, o que, para mim, era uma mudança qualitativa de extrema importância, talvez o indicador mais importante. Digamos: quando uma empresa sediada nos Estados Unidos adquire ou se funde com uma empresa no Brasil, isso é realmente uma fusão entre capitalistas de dois, três ou mais países. Em quarto lugar, a tremenda expansão do comércio internacional. Há, ainda, o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a base técnica que permitiu essa transnacionalização.

É irônico que a minha luta tenha sido mais contra marxistas do que contra acadêmicos *mainstream*. Com dogmatismo, eles sempre buscavam refutar o conceito de globalização ou o aceitavam, limitando esse processo ao comércio. Então, eles sublinhavam que havia um aumento do comércio internacional na suposta primeira rodada da globalização, que iria até a crise de 1999 em diante. No entanto, há duas coisas: o surgimento da classe capitalista transnacional não se limita, de modo algum, apenas ao comércio; e, além disso, estávamos assistindo a um novo tipo de comércio, de produtos intermediários, como uma expressão da fragmentação da produção nacional e a recombinação desses circuitos de produção como segmentos dispersos por muitos países. Outros estudiosos, particularmente vinculados às teorias do sistema-mundo, já haviam começado a desenvolver análises sobre o que chamaram de *global commodity chains*<sup>4</sup>, e eu quis aprofundar-me nessa discussão. É por isso que eu digo sempre que toda produção intelectual é coletiva. Tenho um aporte teórico específico, mas estou certamente em diálogo com muitas correntes de pensamento e investigação. Então, há algo muito importante para o surgimento de um sistema global de produção: fragmentação e integração da produção, conduzidas pelas corporações transnacionais. Nesse processo, estavam envolvidos grupos capitalistas, corporações, pessoas com nome e sobrenome: uma expressão da transnacionalização do capital, a integração transnacional de capitais.

Há uma outra parte dessa investigação, etnográfica, para a qual eu não dei uma grande contribuição, mas, para apresentar um quadro amplo, eu aportei elementos empíricos novos<sup>5</sup> e,

---

4 Cf. Gereffi e Korzeniewicz (1994) e Gereffi, Humphrey e Sturgeon (2005).

5 Robinson trabalhou com diferentes fontes empíricas em sua produção. Em *Latin America and Global Capitalism* (2008), por exemplo, o autor concentrou-se na análise das transformações trazidas pela globalização na agropecuária, nos serviços e na subcontratação industrial em diferentes países da região.



também, recolhi o que trouxeram outras pessoas, dando-lhes um novo marco de interpretação. Isso é o desenvolvimento contínuo da teoria e da análise. Meu ponto é que, quando há uma fragmentação e reintegração da produção, estamos falando ao mesmo tempo de grupos capitalistas nacionais que passam a transnacionalizar-se<sup>6</sup>. E é importante ver outra coisa, que os marxistas dogmáticos não entendiam: o capital transnacional define-se não como capitais estadunidenses que vão a outros países – como nas multinacionais, que começam a existir a rigor desde o final do século XVIII –, mas como a fusão de capitais de distintas origens nacionais. Então, há uma enorme distinção teórica, analítica e empírica entre capitais multinacionais e transnacionais.

**Thiago Aguiar:** *Sua teoria abarca, além da descrição do surgimento de uma classe capitalista transnacional, as transformações pelas quais passou o Estado nacional. Fale-nos a respeito dessa dimensão da sua elaboração: como o Estado foi transformado pela globalização?*

**William I. Robinson:** Para começar, eu gostaria de falar de um aspecto importante dessa discussão: para que eu tratasse do Estado, foi necessário iniciar debatendo a teoria marxista do Estado. No entanto, não há apenas uma teoria marxista do Estado, há várias correntes teóricas em seu interior, como a instrumentalista e a estruturalista. E, com a globalização, vemos tanto a instrumentalização do Estado nacional, promovida pela classe capitalista transnacional, como também vemos, com o surgimento de um tão poderoso capital transnacional, sua capacidade de exercer poder estrutural sobre o Estado nacional, transformando-o: talvez esse seja um aporte original meu.

No sistema capitalista mundial, há momentos históricos em que os Estados adquirem bastante autonomia e há outros momentos em que perdem essa autonomia, sobretudo quando essa autonomia é uma forte barreira e não permite o desenvolvimento do capital. Então, talvez o que se possa dizer é que, com a transição da terceira para a quarta grande época do capitalismo mundial – a globalização –, a classe capitalista transnacional atua para diminuir a autonomia do Estado nacional para instrumentalizar mais os Estados, convertendo-os em instrumentos que facilitem a transnacionalização de capitais e a integração econômica. Por isso, o Estado nacional joga um papel fundamental em negociar tratados de livre comércio, desregulação das economias nacionais, privatizações, etc. Então, o papel do Estado nacional transforma-se, subordinando-se a uma rápida e profunda integração de capitais e a uma integração de cada país ao capitalismo globalizado.

---

<sup>6</sup> Em *O solo movediço da globalização* (2022), partindo da elaboração teórica de Robison, busquei dar uma contribuição etnográfica, inspirada pelo método do estudo de caso ampliado (BURAWOY, 2014), à investigação da incorporação da economia brasileira ao capitalismo global, focalizando a transnacionalização da Vale e seus efeitos para trabalhadores, comunidades e meio ambiente. Robison escreveu o prólogo da edição em inglês do livro (AGUIAR, 2023).

Outro aspecto dessa discussão é minha teoria sobre o Estado transnacional e posso dizer que foi a respeito dela que recebi as críticas mais fortes, seja dos marxistas ou dos *mainstream*, que a rechaçam taxativamente sem entender a teoria do capitalismo global. Nesse ponto, por exemplo, eu me separei de Leslie Sklair, que não quer saber nada sobre isso – de fato, não quer tratar nada a respeito do Estado. Como resposta aos meus críticos, tive que ir refinando a teoria sobre o Estado transnacional e, mais recentemente, cheguei ao ponto de enfatizar que tal formulação é uma abstração conceitual, já que não estou falando, de modo algum, da existência de um governo global. Com efeito, tenho enfatizado muitas vezes que sou um marxista e, como tal, tenho uma abordagem dialética: o universo está cheio de contradições e estamos tratando de uma determinada globalização, a globalização capitalista – e é necessário sublinhar **capitalista** porque o *mainstream* diz apenas globalização. O capital sempre necessitou, para funcionar, de instituições e sempre dependeu do Estado: isso não é a minha teoria, é a teoria marxista do Estado. Quando o capital se transnacionaliza, necessita mover-se ao redor do mundo e necessita que o Estado forneça serviços fundamentais, como o controle social, a reprodução ideológica, além de garantir condições para sua acumulação, como o Direito, etc. Entretanto, a classe capitalista transnacional, movendo-se ao redor do mundo, necessita de outras condições para a acumulação que o Estado nacional não pode oferecer e que são garantidas por instituições supra e transnacionais. Pouco a pouco, tais instituições nacionais, supra e transnacionais vão-se imbricando em redes, redes institucionais transnacionais. Eis a abstração conceitual: o Estado transnacional funciona como uma rede que permite ao capital transnacional buscar as condições para sua reprodução.

Voltando então à questão das contradições: o capitalismo é sempre histórico, no sentido de que não existe o capitalismo em abstrato. Só existe o capitalismo tal como surgiu e se desenvolveu historicamente mediante o modelo westfaliano, ou seja, mediante o sistema político do Estado-nação, em que há uma fragmentação entre Estados com autoridade política formal. Então, a casca política do capitalismo global segue sendo o sistema interestatal. Isso é uma contradição fundamental, que confunde muitos investigadores e que apresenta uma série de problemas para o sistema – além de uma série de vantagens porque o capital transnacional pode impor-se sobre a autoridade política restrita do Estado-nação. Por isso, para concluir, eu diria que o conceito de Estado transnacional é de suma importância para mim, isto é, não é um aspecto adicional da teoria que esteja sobrando. Trata-se de uma parte fundamental da teoria do capitalismo global, sem o qual não é possível entender a parte institucional, política, e a relação do capital com o Estado.

Por exemplo, se não temos um conceito de Estado transnacional, não podemos entender algumas questões, como a invasão estadunidense do Iraque, sobre a qual escrevi muito anos atrás. Se a vemos como uma questão de rivalidade entre Estados nacionais, dizemos que os Estados Unidos entraram no Iraque para tomar o petróleo e outros recursos do país em concorrência com a China, a França, a Alemanha ou com quem seja. Mas, quando os Estados Unidos entraram,

anunciaram que o Iraque estaria aberto para investidores de quaisquer partes do mundo e, na sequência, os primeiros investidores em campos de petróleo iraquianos foram empresas chinesas e francesas, Total e CNPC. Então, evidentemente, os Estados Unidos não invadiram o Iraque em função de capitais norte-americanos, senão em função de capitais transnacionais. Para compreender isso teoricamente, necessitamos da teoria do Estado transnacional, do qual os Estados nacionais são componentes, são parte dessa rede institucional do Estado transnacional.

**Thiago Aguiar:** *Eu tenho a impressão de que entre *A Theory of Global Capitalism* (2004) e *Global Capitalism and the Crisis of Humanity* (2014) há uma certa mudança de abordagem em sua teoria do Estado transnacional: no primeiro livro, você fala em Estado transnacional e, dez anos depois, no segundo, você fala em aparatos de Estado transnacional, o que me pareceu um aprofundamento da sua formulação.*

**William I. Robinson:** Sim, exatamente! O que ocorre é que apresentei o conceito de Estado transnacional pela primeira vez em 2001, num artigo longo publicado na revista *Theory and Society*, com três respostas, em forma de simpósio<sup>7</sup>. Eu ampliei esse artigo e o incluí como um capítulo do livro de 2004. Depois, recebi uma série de críticas, que foram muito boas porque me obrigaram a aprofundar ou modificar aspectos da minha primeira formulação. Todas essas críticas me fizeram ver a importância da utilidade de chamá-los de aparatos de Estado transnacional, e aqui, claro, estou tomando emprestada a expressão de Nicos Poulantzas<sup>8</sup>, para quem o Estado é, primeiramente, um lugar de lutas internas, de competição e de ramificação, o que eu já havia mencionado em 2004. Ele fala, portanto, de aparatos de Estado nacional. Então, estou reconhecendo minha dívida com Poulantzas no livro de 2014, num capítulo que considero bastante importante porque realmente aí elaborei muito a teoria do Estado transnacional, introduzindo novos elementos empíricos.

Não fiquei satisfeito com minha teoria do Estado transnacional até a elaboração de 2014. O que fiz ali foi aprofundar as minhas leituras sobre a teoria marxista do Estado, que trazem uma série de observações, uma das quais é que o capital necessita do Estado para abrir espaço para promover a acumulação, para controlar a classe operária, para impor os interesses gerais do capital sobre os interesses dos capitalistas individuais, etc. Então, o importante desse segundo capítulo do livro de 2014, baseando-me em como os marxistas observam o Estado, era demonstrar que as mesmas funções que prestava o Estado nacional para o capital em nível nacional são justamente as que o Estado transnacional realiza para o capital transnacional.

---

7 Cf. Robinson (2001b), McMichael (2001), Goldfrank (2001) e Block (2001), além de uma réplica às críticas (ROBINSON, 2001a).

8 Poulantzas (2009, 2019).

**Thiago Aguiar:** *Mais recentemente, em seus últimos livros, você tem analisado a crise do capitalismo global. Gostaria de tratar dessa questão agora: em que consiste a crise?*

**William I. Robinson:** Sim, eu tenho tratado dessa questão desde o livro de 2014 até minhas publicações mais recentes. Começamos a entrevista discutindo porque o capital se transnacionaliza. Mas há também questões epistemológicas a respeito de onde está o ponto causal, onde começa. E começa com a luta de classes e com as lutas sociais, que não são o mesmo, mas são muito parecidas, não é possível separá-las. São as relações antagônicas entre classes e frações sociais que promovem e impulsionam, em primeira instância causal, a dinâmica de desenvolvimento capitalista. Muitos marxistas dirão outra coisa, que é o capital em si que começa a história causal, mas não estou de acordo.

Por que isso é importante? Porque talvez o capital tenha se transnacionalizado acidentalmente como resposta à acumulação de forças e a uma correlação de forças que era cada vez mais favorável às classes operárias e populares, talvez com o auge de 1968, quando o capitalismo mundial começa a perder a hegemonia e realmente se vê ameaçado com a perda de autoridade e a perda de controle. Então, em primeira instância, causalmente, a globalização é uma resposta dos grupos dominantes do capital e de seus representantes políticos para reverter essa correlação de forças que se inclinava mais favoravelmente às classes populares, cujo objetivo é romper o poder da classe operária no interior do Estado-nação, globalizando-se, o que permite uma série de coisas. Começamos pelos Estados Unidos: isso permitiu relocar a produção para zonas que não apenas ofereciam maiores lucros como também eram aquelas onde a classe operária podia ser mais explorada, o que debilitou os movimentos e a organização dos trabalhadores nos Estados Unidos.

Tratei disso em vários livros, mas por que faço essa introdução? Porque aqui está a verdadeira dinâmica: o capital, por si, produz a polarização social, ou seja, a tendência intrínseca da acumulação de capital é a polarização social, a acumulação de riqueza em um polo e a acumulação de miséria em outro polo. Marx tinha toda a razão a esse respeito, mas muitos marxistas, quando viram subir o nível de vida no Primeiro Mundo durante algumas décadas, nada mais disseram: Marx se equivocou. Mas ele não se equivocou: essas são contratendências compensatórias que fizeram com que, momentaneamente, no século XX, tenha havido um melhor nível de vida da classe operária. Isso tem a ver com o espectro da revolução e, também, com a necessidade de deslocar as crises para os países de Terceiro Mundo. Mas aonde quero chegar é que a dinâmica intrínseca do capitalismo é a polarização de renda e isso produz uma contradição para o capital, que perde mercado. Com a globalização, libera-se o capital dos Estados nacionais e se produz a redistribuição. As contratendências, as tendências compensatórias, são produzidas no âmbito do Estado-nação e não no nível da economia e da sociedade globais, então se desata a desigualdade como jamais tínhamos visto na história do capitalismo mundial. Tudo isso tem relação com a crise.

Há duas dimensões da crise. A primeira dimensão é que, com a globalização, o capital pode ter novas e enormes oportunidades de acumulação. Isso significa um enorme excesso de capital que necessita saída, por um lado, e, por outro, desata uma incrível desigualdade; a segunda dimensão é que já não há mercado que possa absorver todo esse capital sobreacumulado. Boa parte da crise atual explica-se por isso.

Quero dizer também algo mais geral, que nós marxistas temos debatido: se o primordial é a queda nas taxas de lucro ou se é a sobreprodução e o subconsumo. Em meu livro mais recente, *Can Global Capitalism Endure?* (2022a), meu argumento é que são as duas coisas, não é possível separá-las. Elas são compatíveis sempre que começarmos no circuito da produção, mas há uma outra parte no circuito da circulação. Não se trata, então, de aspectos contraditórios. A crise do capitalismo global tem duas dimensões: uma tremenda sobreacumulação de capitais que não encontra possibilidade de investimento produtivo pela queda das taxas de lucro – há dados a respeito no livro – e uma segunda dimensão é que a globalização resultou num encolhimento do mercado global, que já não pode absorver a produção global.

Seria preciso agregar, no entanto, uma terceira dimensão: a crise de legitimidade dos Estados, que perdem legitimidade porque têm funções contraditórias. Talvez esse seja um aporte original, mas eu parto das elaborações de muita gente. O Estado-nação tem uma dupla função: a função de legitimidade, já que em qualquer ordem social é necessário produzir legitimidade e, na época do capitalismo mundial, essa função é produzida no âmbito do Estado-nação; a segunda função do Estado é garantir as condições para a acumulação de capital. Essas funções estão em contradição porque o Estado já não pode fazer as duas coisas e, por isso, há uma crise de legitimidade do Estado. Além disso, há a crise de hegemonia do capitalismo, que está relacionada, mas não é idêntica ao que estamos discutindo. O capitalismo tem perdido crescentemente legitimidade perante a população mundial. Eu apresentei alguns dados de pesquisas de opinião demonstrando isso em *Global Civil War* (2022b).

**Thiago Aguiar:** *Em Global Capitalism and the Crisis of Humanity (2014), você apontou a emergência de duas alas no interior da classe capitalista transnacional e da elite transnacional, sobre a qual ainda não falamos muito, como resposta à crise do capitalismo global: uma ala optaria por um caminho reformista e outra por uma saída repressiva e autoritária. Gostaria que você tratasse dessas alas que emergem com a crise, talvez mais claramente manifestadas na elite transnacional que na classe capitalista transnacional, e das respostas de cada uma.*

**William I. Robinson:** É preciso reconhecer, de início, que há muitíssimas contradições e que esses fracionamentos são muito fluidos, transformando-se no dia a dia porque isso é a dinâmica da política, então podemos falar de estruturas que são mais duradouras e de dinâmicas políticas que mudam com a conjuntura. Trata-se de níveis distintos de análise. Então, temos que distinguir a classe capitalista transnacional da elite transnacional. Em minhas obras, eu tenho

ênfatisado que há uma classe capitalista transnacional *em si*, por razões objetivas, estruturais, e *para si* porque tem uma cabeça com consciência de classe. Mas a classe operária global também é uma classe *em si* porque, objetivamente, já é parte de circuitos transnacionais de produção, de comércio, de serviços, etc., mas não é uma classe *para si* porque não tem consciência de classe transnacional.

Agora, qual é a diferença entre classe e elite? Essa é a diferença entre Marx e Weber, e é útil ter os dois em conta. A elite, no conceito weberiano, é composta pelos que controlam as instituições: por exemplo, a elite governamental controla o Estado. Muitas vezes, as elites governamentais também são capitalistas, mas não necessariamente. Eu incorporo a formulação weberiana, transformando-a, porque não se pode conceber uma elite institucional fora do capitalismo, do capital e da classe capitalista. Então, temos uma classe capitalista transnacional que opera ao redor do mundo, com boa parte de seus componentes que tem essa consciência transnacional de classe, mas há também essa elite transnacional, no interior da qual alguns são capitalistas e outros não. Sua maior expressão organizativa, seu melhor cérebro, está no Fórum Econômico Mundial. Qualquer investigador que queira aprofundar-se nesse tema precisa ler seus informes porque ali é possível ter uma clara noção do que é o pensamento da elite transnacional e do setor consciente da classe capitalista transnacional.

Dentro da elite transnacional pensante, reconhece-se que o sistema está em crise e que é necessário salvá-lo de suas próprias contradições. Nos últimos anos, sobretudo desde 2008, começaram a fazer uma série de propostas sobre como reformar o capitalismo global. Fazem-no porque sabem que o sistema está em crise e que, sem reformas, ele cairá. Por isso, buscam salvar o capitalismo global de si mesmo, de revoluções ou, pelo menos, de rebeliões. É daí que surge uma cisão no interior das fileiras da classe capitalista transnacional e, sobretudo, da elite transnacional. O problema sempre são as contradições. As reformas têm sido propostas, mas o capital transnacional não consegue ver além de seus próprios interesses. Com seu imperativo de acumular e de buscar novas oportunidades de acumulação justamente diante da estagnação e da sobreacumulação, a classe capitalista transnacional subverte o projeto reformista. Eis a contradição que não sabem como superar. Além da acumulação de capitais, também está estagnado o projeto reformista. Ainda assim, parte da elite transnacional segue apresentando algumas propostas, como a renda básica universal, um imposto de 15% sobre transações transnacionais, recentemente aprovado pelo G20, mas que ainda não está em execução. Estão propondo ir além do neoliberalismo.

**Thiago Aguiar:** *Além das propostas dessa ala reformista, em seu livro *The Global Police State* (2020), você trata da crescente aposta de outra ala da classe capitalista e da elite transnacional em formas de acumulação militarizada e na transformação dos aparatos de Estado transnacional em um Estado policial global como resposta à crise de sobreacumulação e para conter o espectro de uma rebelião global contra a classe capitalista transnacional.*

**William I. Robinson:** Diante da crise, o capital transnacional tem que buscar onde pode seguir acumulando. Além disso, a crise tem produzido uma revolta popular ao redor do mundo, que vai ganhando força. O Estado policial global também é, claro, uma abstração conceitual. Os acadêmicos, sobretudo marxistas, e a esquerda política necessitamos de conceitos e de teorias. Conceitos são coisas abstratas, uma abstração da realidade para poder entendê-la e, depois, poder intervir nela. Então, é um conceito – não se trata de dizer que está aí o ministério de um Estado policial global – que nos permite entender as transformações políticas e estruturais no funcionamento do capitalismo global.

Por um lado, está ampliando-se rapidamente a militarização, o controle social e a repressão ao redor do mundo. Nota-se, como tentei demonstrar no livro que você mencionou, que isso tem se tornado também uma fonte muito importante de acumulação para descarregar os capitais excedentes em guerras, expansão de exércitos, sistemas policiais e de repressão, encarceramento em massa, tropas fronteiriças e guerras contra imigrantes, etc. Isso tem um importante papel nas novas oportunidades de acumulação de capital. Por outro lado, o sistema precisa incrementar a repressão e desenvolver novos sistemas de rastreamento e vigilância simplesmente para garantir o controle social. Para isso, têm sido utilizadas as novas tecnologias digitais, como eu busquei tratar em *Global Civil War* (2022b), que é uma continuação de *The Global Police State* (2020).

Mas ainda é preciso agregar um terceiro elemento: os próprios regimes políticos ao redor do mundo têm passado crescentemente a basear-se na coerção e temos visto uma transição para o autoritarismo, ditaduras e para o fascismo do século XXI. Vocês no Brasil têm vivido esse processo, assim como nós nos Estados Unidos. Então, há essas três dimensões que formam, num nível conceitual, o que chamo de Estado policial global.

**Thiago Aguiar:** *Em Global Civil War (2022b), que acaba de mencionar, você nos mostra como a pandemia da Covid-19 acelerou a digitalização, já em curso anteriormente, mas que ganhou impulso como tentativa de reestruturar a economia global em crise. A digitalização pode ser um caminho viável de reestruturação?*

**William I. Robinson:** Eu gostaria de começar falando algo: para qualquer investigador, sobretudo para os marxistas, que queremos investigar para poder inserir-nos em transformações sociais, é preciso identificar os processos, a respeito dos quais pouco a pouco vai se adquirindo clareza. Digo isso porque, quando em meados dos anos 1990, estava estudando a globalização, levei muitos anos para ter clareza desse fenômeno. Eu comecei a estudar a crise em 2008, mas é em meu livro de 2014 que, creio, já tinha mais clareza sobre a crise do capitalismo global. Agora, estou buscando aprofundar-me no estudo das novas dimensões da crise e, também, abordar o tema da digitalização e de uma nova reestruturação do capitalismo mundial, para além da que vivemos desde os anos 1970 até aqui. Digo isso porque ainda não tenho total clareza – é o processo natural, lógico, que estamos vivendo. Ainda estou buscando mais clareza sobre os efeitos da digitalização e sobre o rumo que tomará a crise em curso.

De toda forma, quero dizer algumas coisas sobre a digitalização, ainda sem total clareza a respeito delas. Há um fenômeno muito importante: a digitalização tem a capacidade de aumentar tremendamente a produtividade, mas não o fez ainda porque a globalização permitiu ao capital transnacional encontrar formas de ampliação da mais-valia absoluta. Então, enquanto o capital transnacional encontrava essas formas, ele não precisava utilizar toda a incrível capacidade transformadora dessas tecnologias digitais. Se se pode superexplorar milhões e milhões de trabalhadores na China, no Vietnã, no Brasil, na América Central, onde quer que seja, não é necessário recorrer plenamente a essas tecnologias. Bem, agora, por várias razões, isso começa a mudar: a pandemia da Covid-19 impulsionou um salto qualitativo para o desenvolvimento e a aplicação dessas tecnologias digitais, como o comércio eletrônico, o uso de ferramentas de reunião de negócios, universitárias e para a educação, a biotecnologia, a nanotecnologia, etc. Isso é o que tem sido chamado de quarta revolução industrial, a utilização de todas essas tecnologias tendo como base a digitalização.

A digitalização é uma resposta à profunda crise de sobreacumulação. O capitalismo desenvolve-se em ondas longas e as crises igualmente sucedem-se em ondas longas: há crises cíclicas, recessões que ocorrem em geral a cada dez anos, e grandes crises estruturais, identificadas com essas ondas longas, que ocorrem em geral a cada quarenta ou cinquenta anos. O capitalismo sempre saiu dessas crises estruturais com um grande processo de transformação: a saída da grande crise estrutural do fim do século XIX foi uma nova onda de colonialismo e o imperialismo, como escreveu Lênin; a saída da segunda grande crise estrutural, dos anos 1930, foi uma grande reestruturação por meio do keynesianismo-fordismo; a crise seguinte, dos anos 1970, foi resolvida com a globalização. Em cada uma delas, ocorreram transformações organizativas, institucionais e novas formas de acumulação, além de mudanças tecnológicas. É importante não cair na armadilha do determinismo tecnológico, mas é preciso notar o fenômeno. Poderíamos mencionar o salto no desenvolvimento da indústria automobilística e aeronáutica depois da crise dos anos 1930 ou da informática depois da crise dos 1970. Então, agora, é possível dizer que se houver uma nova transformação fundamental do capitalismo mundial, que lhe permita escapar dessa crise em que está agora – já são 14 anos de crise estrutural –, seria a digitalização, ou seja, uma nova base tecnológica e uma nova onda de expansão e de prosperidade para o capital.

No entanto, isso é apenas uma especulação porque não temos essa transformação até o momento: trata-se ainda do começo dessa transformação digital. E há que se perguntar se uma transformação digitalizada poderia tirar o sistema da crise. É aí, também, onde entra a elite global: seria necessário haver uma redistribuição da renda em nível global e uma nova regulação dos mercados globais. A elite transnacional gostaria de ter um Estado transnacional mais funcional, mas não está preparada para essa tarefa. Por isso, ela insiste tanto em falar em governança, incluindo o controle social da população global, mas também a capacidade de regular o mercado, de impor-se sobre os interesses de capitais individuais, de promover a reprodução ideológica,



etc., capacidades que, no passado, o Estado-nação tinha. Esse termo governança, que a elite transnacional tanto utiliza, exprime seu desejo de ter um Estado transnacional mais eficaz para levar a cabo reformas. Então, para a digitalização permitir uma nova época de prosperidade do capitalismo global, um novo *boom* de acumulação, é preciso haver, conjuntamente, reformas, o que não se vê por ora.

**Thiago Aguiar:** *Ao mesmo tempo, revelam-se os limites ecológicos do planeta. Você tratou dessa questão em seu livro mais recente, Can Global Capitalism Endure? (2022a), e mencionou os riscos de uma crise existencial para a humanidade. Quais são eles?*

**William I. Robinson:** Sim, a crise é também existencial sobretudo pelos riscos ecológicos. Por que, neste livro, faço o prognóstico de que o capitalismo mundial não pode sobreviver à virada deste século? Não se trata de um prognóstico apocalíptico, já que os cientistas e ecologistas têm alertado que a sexta extinção em massa ocorrerá ao longo do século XXI e, se não houver uma mudança de rumo agora, na virada do próximo século sentiremos os efeitos dessa extinção em massa. Além disso, os grandes celeiros do mundo – como, por exemplo, a Califórnia, certas regiões da China, certas regiões da América do Sul, etc. – correm risco de assistir a um colapso da agricultura. A Califórnia – responsável por boa parte da produção agrícola dos Estados Unidos e para exportação – e o México estão a ponto de um colapso. Se tomamos em conta os riscos de uma extinção em massa de espécies e de colapso da produção agrícola no mundo, vemos que o sistema não pode mais se reproduzir. Eu não estarei vivo no ano 2100, mas posso dizer com toda a confiança que o sistema não pode mais seguir reproduzindo-se. Haverá um colapso da civilização.

A pergunta que fica é se poderemos derrubar o capitalismo global antes que ele nos destrua: esse é o desafio político urgente. Poderíamos ainda mencionar outros riscos: a ameaça de uma guerra nuclear ou a possibilidade de aparecimento de um novo patógeno ainda pior que o vírus da Covid-19. Há muitos fatores de risco e essa é a razão pela qual vivemos uma crise existencial em que a dimensão ecológica é essencial. Caso não haja uma mudança, a população mundial poderia reduzir-se a talvez algumas centenas de milhões de pessoas que depois não conseguiriam sobreviver. A elite transnacional pensa que pode criar fortalezas e existir nesses bolsões, mas não pode: é impossível.

**Thiago Aguiar:** *Encaminhando-nos para o final, nos últimos anos, apareceram fenômenos políticos reacionários, como o trumpismo nos Estados Unidos e o bolsonarismo no Brasil, que já mencionamos. Que semelhanças você poderia apontar entre esses fenômenos e como eles se relacionam com a crise do capitalismo global?*

**William I. Robinson:** A extrema direitização e a ameaça do fascismo do século XXI são riscos reais. O fascismo sempre foi uma resposta à crise do capitalismo. Nos anos 1930, foi uma resposta à Grande Depressão e justo em países que tinham posições desvantajosas na economia mundial naquele momento. Sem dúvida, foi uma resposta à crise. Não há diferença agora – quanto mais se aprofunda a crise, mais se consolidam duas respostas: uma revolta popular por baixo e os autoritarismos, as ditaduras e o fascismo por cima. Isso tem relação com a crise de legitimidade dos Estados. A direita tradicional e os grupos dominantes tradicionais não podem resolver essa crise de legitimidade, e isso pode abrir espaço para respostas à esquerda.

Mas aqui entram em questão os fatores subjetivos, sobre os quais não falamos muito: a crise da esquerda. Definitivamente, houve e segue havendo uma polarização política em nível global entre lutas de massa por baixo – não vou dizer da esquerda, mas com tintas de esquerda, progressistas, como queiram chamar – e respostas da ultradireita. Em termos muito simplificados, há uma polarização entre a direita e a esquerda em nível mundial. O chamado centro está colapsando. Então, o problema é que a direita neofascista tem ganhado muito mais terreno do que a esquerda e há uma série de contradições dentro da esquerda.

Ao mesmo tempo, há um incrível ascenso do movimento de massa, de movimentos sociais, de resistências, de rechaço ao capitalismo, etc., e há uma nova abertura para o discurso socialista. Tudo isso dá-se no nível global, uma guerra civil global. Poderia dar um exemplo: na Índia, houve, no final de 2019, uma greve geral de 150 milhões de pessoas, a maior greve geral da história da humanidade. Depois, no final de 2020, outra greve geral com 250 milhões de pessoas, superando a anterior! Imagine isso: 250 milhões de pessoas em greve! Temos assistido a isso ao redor do mundo: agora no Irã, há uns meses no Sri Lanka, há um mês em Serra Leoa, há duas semanas no Líbano, por onde se olhe em vários países! É incrível: um ascenso do movimento de massas que ameaça o sistema.

O problema é que temos um movimento de massas sem esquerda organizada que tenha passado do século XX ao século XXI com projetos viáveis e capacidade de oferecer uma liderança, canalizar todos esses movimentos dispersos em um projeto de transformação que desafie o capitalismo global e a classe capitalista transnacional. Essa é a tragédia porque, assim, estamos abrindo o caminho para a ultradireita neofascista. Isso seria uma outra conversa: a crise da esquerda e o fato de que ela não tenha podido sair de sua camisa de força do século XX e de seu modelo teórico “estadocêntrico” abriram o caminho para a direita neofascista.

Vocês viveram isso no Brasil, tiveram uma oportunidade com o PT dos anos 1980. Se ele não tivesse se transformado em um instrumento de expansão capitalista, não haveria essa expansão do capital transnacional no Brasil e a crise provocada por esse capital, que abriu espaço para o bolsonarismo. Nos Estados Unidos, sequer podemos falar de um partido como o PT, nunca tivemos isso, mas simplesmente falando do Partido Democrata, que poderia ter tido um projeto de redistribuição, um projeto social-democrata, mas nunca sequer propôs isso. Foi o Partido Democrata – e não o Partido Republicano – que implementou e desenvolveu plenamente o neoliberalismo, o que abriu o caminho para o trumpismo.

**Thiago Aguiar:** *Muito obrigado pela ótima conversa! Você gostaria de dizer uma última palavra para nossos leitores no Brasil?*

**William I. Robinson:** Sei que a entrevista será publicada depois do segundo turno das eleições de 2022, então não sei se estarei falando a um Brasil de Lula ou de Bolsonaro, oxalá vença Lula. Eu terminaria dizendo que estamos vivendo num momento da humanidade urgente porque é a nossa sobrevivência que está em jogo e não temos muito tempo para dar uma resposta contundente que reverta essa crise e abra espaço para um projeto transformador. Não sou eu quem digo, há muitos e muitos insistindo que temos 10 ou 15 anos. Estamos numa conjuntura realmente de urgência, mas o futuro nunca está predeterminado, não está escrito antecipadamente.

## Referências

- AGUIAR, Thiago. **O solo movediço da globalização:** trabalho e extração mineral na Vale S.A. São Paulo: Boitempo, 2022.
- AGUIAR, Thiago. **The Shifting Ground of Globalization:** Labor and Mineral Extraction at Vale S.A. Leiden and Boston: Brill, 2023.
- APPELBAUM, Richard; ROBINSON, William I. **Critical Globalization Studies.** New York: Routledge, 2005.
- BLOCK, Fred. Using Social Theory to Leap over Historical Contingencies: A Comment on Robinson. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 215-21, abr. 2001.
- BURAWOY, Michael. **Marxismo sociológico:** quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica. São Paulo: Alameda, 2014.
- GEREFFI, Gary; HUMPHREY, John; STURGEON, Timothy. The Governance of Global Value Chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78-104, 2005.
- GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. **Commodity Chains and Global Capitalism.** Westport: Praeger, 1994.
- GOLDFRANK, Walter L. Rational Kernels in a Mystical Shell: A Comment on Robinson. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 211-13, abr. 2001.
- MCMICHAEL, Philip. Revisiting the Question of the Transnational State: A Comment on William Robinson's Social Theory and Globalization. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 201-10, abr. 2001.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** Campinas: Editora Unicamp, 2019.
- SKLAIR, Leslie. **Globalization:** Capitalism and its Alternatives. New York: Oxford University Press, 2002.
- SKLAIR, Leslie. **The Transnational Capitalist Class.** Oxford: Blackwell, 2001.
- ROBINSON, William I. **A Theory of Global Capitalism:** Production, Class, and State in a Transnational World. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2004.
- ROBINSON, William I. Beyond Nation-State Paradigms: Globalization, Sociology, and the Challenge of Transnational Studies. **Sociological Forum**, v. 13, n. 4, p. 561-594, 1998.
- ROBINSON, William I. **Can Global Capitalism Endure?** Atlanta: Clarity Press, 2022a.
- ROBINSON, William I. Foreword – Global Capitalism and Social Theory for the Twenty-First Century: What a Brazilian Case Study Tells Us. *In:* AGUIAR, Thiago. **The Shifting Ground of Globalization:** Labor and Mineral Extraction at Vale S.A. Leiden and Boston: Brill, 2023. p. IX-XII.

ROBINSON, William I. **Global Capitalism and the Crisis of Humanity**. New York: Cambridge University Press, 2014.

ROBINSON, William I. **Global Civil War: Capitalism Post-Pandemic**. Oakland: PM Press, 2022b.

ROBINSON, William I. **Latin America and Global Capitalism: A Critical Globalization Perspective**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

ROBINSON, William I. **Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention, and Hegemony**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

ROBINSON, William I. Response to McMichael, Block, and Goldfrank. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 223-36, abr. 2001a.

ROBINSON, William I. Social Theory and Globalization: The Rise of a Transnational State. **Theory and Society**, v. 30, n. 2, p. 157-200, abr. 2001b.

ROBINSON, William I. **The Global Police State**. London: Pluto Press, 2020.

Recebida em: 23/04/2023

Aceita em: 03/05/2023

**A TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA NO MÉXICO:  
uma entrevista com Jorge Carrillo Viveros<sup>1</sup>**

***THE HISTORY OF THE AUTOMOTIVE INDUSTRY IN MEXICO:  
an interview with Jorge Carrillo Viveros***

---

Raphael Jonathas da Costa Lima\*

João Dulci\*\*

**Jorge Carrillo Viveros** é professor do *Colegio de la Frontera Norte* e um dos mais importantes sociólogos do trabalho mexicanos. Doutor em Sociologia pelo *Colegio de México* (COLMEX), é reconhecido como um dos grandes especialistas em indústria maquiladora e em temas que envolvem trabalho e tecnologia nos setores automotivo, eletrônico e aeroespacial. Há mais de 40 anos, estuda a indústria maquiladora instalada na fronteira com os Estados Unidos e foi pioneiro em pesquisas sobre a planta da *Ford*, instalada em Hermosillo, estado de Sonora, em 1986. Seu estudo espelhou a condição da *Ford* enquanto símbolo da modernização do setor automotivo mexicano, que se desenvolvia naquele momento em função da política de substituição de importações, já adentrando no contexto da *lean production* de inspiração japonesa. Suas discussões sobre montadoras, empresas de autopeças e *clusters* partem sempre da valorização do contexto regional, levando-o a se definir como um especialista em analisar a forma segundo a qual regiões e setores industriais específicos coexistem e se influenciam mutuamente. Em 2015, recebeu o *Baja California State Award for Science and Technology* e, atualmente, investiga o impacto da indústria 4.0, da robotização e da terceirização no emprego industrial. O leitor poderá encontrar mais referências sobre a obra de Carrillo em sua página pessoal: <http://www.jorgecarrillo.info/>

**Jorge Carrillo Viveros** is a professor at the *Colegio de la Frontera Norte* and one of the most important sociologists in Mexico. Doctor in Sociology from *Colegio de Mexico* (COLMEX), he is recognized as one of the greatest specialists in the maquiladora industry and in topics involving work and technology in the automotive, electronics and aerospace sectors. For over 40 years, he has been studying the maquiladora industry at the border with the United States and has been a pioneer in research on the Ford plant, installed in Hermosillo, Sonora, in 1986. His study mirrored the condition of Ford as a symbol of modernization of the Mexican automotive sector, which was developing at that time due to the import substitution policy, already entering the context of Japanese-inspired lean production. His discussions on automakers, auto parts companies and clusters always start from valuing the regional context, leading him to define himself as a specialist in analyzing the way in which regions and specific industrial sectors coexist and influence each other. In 2015, he received the *Baja California State Award for Science and Technology* and is currently investigating the impact of Industry 4.0, robotization and outsourcing on industrial employment. The reader can find more references to Carrillo's work on his personal page: <http://www.jorgecarrillo.info/>

---

1 Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

\*Doutor em Sociologia pela UFRJ. Professor associado III do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). É bolsista de produtividade (PQ2) do CNPq e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) da Faperj. Coordena o Grupo de Estudos em Desenvolvimento do Sul Fluminense (Gesdesf) e o *Brazilian Research in Auto Industry* (BRAIN) ([www.brainautomotive.org](http://www.brainautomotive.org)). Atua nos seguintes temas: instituições e desenvolvimento regional; estratégias corporativas; indústrias automotiva e siderúrgica; trabalho e sindicato. E-mail: [raphaeljonathas@id.uff.br](mailto:raphaeljonathas@id.uff.br)

\*\* Doutor em Sociologia pelo IESP/UERJ, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, pesquisador do Grupo de Estudos em Desenvolvimento do Sul Fluminense (Gesdesf) e do *Brazilian Research in Auto Industry* (BRAIN) ([www.brainautomotive.org](http://www.brainautomotive.org)). Atua nos temas de sociologia econômica, desenvolvimento regional, mercado de trabalho e indústria automobilística. Email: [joaodulci@gmail.com](mailto:joaodulci@gmail.com)

**Raphael Jonathas da Costa Lima:** *Eu queria começar te pedindo para você falar um pouco da sua trajetória.*

**Jorge Carrillo Viveros:** Meu nome é Jorge Carrillo Viveros, sou sociólogo da *Universidad Nacional Autónoma de México*. Fiz meu doutorado no *Colegio de México*, como sociólogo. Minha carreira está muito ligada à indústria manufatureira de exportação. Desde que fiz minha primeira disciplina na graduação, tive que fazer trabalho de campo. Eu fui conhecer uma indústria eletrônica, RCA<sup>2</sup>, que faz muito tempo já não existe mais, em Ciudad Juárez, que era o coração da indústria maquiladora. Estou falando de 1977, 1976, quando comecei a visitar empresas e, mais tarde, fiz meu TCC de graduação sobre a indústria maquiladora e as mulheres trabalhadoras na indústria maquiladora. Fiz um trabalho de campo extremamente intenso. Visitei toda a fronteira, visitei muitas empresas nas várias cidades da fronteira México-Estados Unidos. Fiz uma pesquisa com quase 500 trabalhadoras, apenas para o TCC do bacharelado. Um ano de trabalho de campo financiado com uma bolsa da *Interamerican Foundation* e, a partir daí, me vinculei ao *Colegio de la Frontera Norte*, que estava começando recentemente. Sou o fundador do *Colegio de la Frontera Norte*. Trabalho lá faz 40 anos. Eu mesmo, com outro amigo, fiz o estudo de viabilidade para saber onde estaria a instituição, em qual cidade da fronteira. Quando comecei minha tese de doutorado, em 1985, já tinha um livro sobre a maquiladora e alguns artigos. O livro se chama *Mujeres fronterizas en la industria maquiladora*. Em 1985, conheci Reiner Dombois e Ludger Pries, dois sociólogos alemães. Um já faleceu, Ludger ainda é um bom amigo, está na Universidade de Bochum. E conversei com eles porque não sabia se fazia minha tese sobre eletrônica ou sobre a indústria automotiva, e eles me convenceram que seria melhor fazer sobre a indústria automotiva.

Foi assim que comecei, visitando empresas de autopeças maquiladoras. Eu já conhecia várias, mas fiz uma pesquisa e concluí que era um bom setor para estudar e então comecei meu estudo sobre a *Ford*. Então, quando eu comecei o meu trabalho, a discussão teórica mais importante era se a *Lean Production* era o único modelo produtivo ou não. Então, isso era uma preocupação do Gerpisa (*Le Réseau International de L'Automobile*), mas não só. Estava todo mundo discutindo a mesma coisa. Quão universal e quão bom era o sistema, o modelo japonês. Também me interessei porque já havia estudado a organização da empresa e a tecnologia previamente. Conhecia a parte sindical e trabalhista das maquiladoras. Minha dissertação de mestrado foi sobre isso. Então, conhecia os sindicatos e tudo. Estudei três fábricas da *Ford* no México. Uma era uma maquiladora, a outra era a *Ford* de Hermosillo, que acabava de se estabelecer e estava na fronteira tecnológica, e uma empresa que tinha nascido na substituição de importações e estava se reestruturando fortemente para se adaptar à *Lean*. Todas as três eram da *Ford*. Eu fiz esse estudo comparativo. A tese central era: o contexto regional é fundamental para entender a empresa. E assim é a tese de doutorado.

---

<sup>2</sup> *Radio Corporation of America*.

Depois, continuei fazendo muitos trabalhos, projetos, publicações sobre o setor automotivo. Considero-me um especialista no setor automotivo, mas também estudei outros setores, por uma razão muito simples: porque não só estudo setores, mas estudo setores em regiões específicas e as regiões específicas geralmente coexistem, estão misturadas com outros setores. Às vezes são *hubs*, às vezes são *clusters*, às vezes são *megaclusters*. Mas, para entender a real situação de uma empresa, você tem que entender o contexto e esse contexto não está isolado. Então, eu estudei a indústria aeroespacial, a indústria eletrônica, particularmente a de televisores, a indústria de produtos médicos, a indústria de roupa e calçados. E agora a indústria automotiva nos diferentes segmentos, elos da cadeia de suprimento. A indústria terminada de montadoras finais, *Tier*<sup>3</sup> 1, *Tier* 2, e empresas mexicanas intensivas em conhecimento, que estão vinculadas a elas. Estudei diferentes elos no mesmo território.

E eu tenho trabalhado com pesquisas, com dados censitários e pesquisas nacionais. A maioria são pesquisas que fiz, que eu desenho e organizo tudo. Também fiz muito trabalho qualitativo nas empresas. Atualmente, estou estudando um projeto da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estou fazendo um estudo sobre duas empresas de montagem final no México para ver **automatização** e sua **relação** com o emprego, como se transforma a organização do trabalho, as qualificações das pessoas.

**João Dulci:** *Jorge, você pode falar uma pouca da história da indústria automotiva no México?*

**Jorge Carrillo Viveros:** Em 1925, chegou a *Ford*, como uma CKD (*Completely Knock-Down*)<sup>4</sup>. Havia muitas empresas que foram se desenvolvendo, como acontece em todo lugar, muitos *players*, alguns nacionais, estrangeiros, mas realmente tudo se consolidou na segunda onda, que foi quando começou a industrialização por substituição de importações, no início dos anos sessenta. É quando as empresas realmente chegam para estabelecer filiais, “minirréplica” do que havia nos Estados Unidos e em outros lugares.

No início, essas empresas eram, como no Brasil e em outros lugares, grandes complexos, que praticamente faziam o *stamping* (estamparia)<sup>5</sup>, a fundição e a montagem e tudo. Estavam muito integradas. Digo-lhes que, inclusive, tinham maquiladoras, ou seja, empresas maquiladoras que eram parte da *Ford* ou parte da GM (*General Motors*), porque ainda não havia começado a forte descentralização que aconteceu depois, nos anos oitenta. Então, essa segunda onda consolidou muito a indústria e se formaram algumas companhias mexicanas transnacionais: *Metalsa*<sup>6</sup>,

---

3 Termo utilizado para definir os fornecedores de primeiro nível, isto é, os mais importantes e estratégicos da cadeia automotiva, em geral, multinacionais como a *Bosch* ou a *Continental*.

4 O modelo CKD se refere a kits de partes que, geralmente, chegam a uma planta industrial via importação e são montados a fim de configurar um novo produto. É amplamente utilizado na produção automotiva.

5 As prensas de estampagem produzem peças automotivas através da moldagem de chapas metálicas.

6 Multinacional *tier* 1 fornecedora de estruturas metálicas para caminhões leves e pesados. Fonte: <https://www.metalsa.com/about-metalsa>

*Nemak*<sup>7</sup>, algumas outras. Mas, o mais importante eram as transnacionais americanas, europeias, alemãs etc. Inclusive, tivemos a *Renault*.

Depois a fecharam e começaram a *Nissan*. Também as japonesas. Uma terceira onda veio nos anos oitenta, porque, durante a fase de industrialização, se importava. As importações foram substituídas pela produção nacional e tudo era principalmente para o mercado mexicano. As empresas estavam próximas às grandes concentrações urbanas: Guadalajara, Cidade do México e Monterrey. Nos anos 80, com o desenvolvimento das exportações, deixa de ser necessário que elas estejam localizadas nas grandes cidades, nessas grandes metrópoles em que havia sindicatos fortes, havia uma cultura trabalhista forte e industrial. Então, as empresas decidiram ir para lugares “virgens”, os *Greenfield Sites*. Qual é o *Greenfield Site*? No início, na fronteira norte do México, e depois, não em todas as cidades, mas em muitas cidades, especialmente na parte central e nordeste, começaram a se desenvolver empresas maquiladoras de autopeças: *Ford, Visteon, Bosch, Continental*, etc. E começam a chegar também as empresas terminais, de montagem final. As OEMs (*Original Equipment Manufacturers*)<sup>8</sup> para esses lugares do norte: *GM, Chrysler, Ford, Toyota*. Começam a localizar-se na parte norte do país, não para vender ao México, mas para exportar. Todas para exportar. Então, foram fazendo um padrão duplo.

As antigas empresas com poucas exportações, muito tradicionais em vários sentidos, e as novas empresas, todas elas, quase sempre por serem novas, vêm com a última tecnologia, as novas organizações, *Lean Production*, certo? Aí está a dualidade. Quando fiz os estudos, acreditava que haveria uma divergência; também havia a tese de que haveria uma convergência, e no final houve uma convergência. Em outras palavras, as empresas estão cada vez mais parecidas, independentemente de onde estejam localizadas. Sejam ou não para exportação totalmente, elas estão se tornando cada vez mais parecidas. Se desenvolve essa terceira onda forte e em 2008 começa uma forte crise global, certo? Essa recessão colocou o México de volta no mapa. E, curiosamente, como forma de resolver esses problemas, muitas empresas ou expansões chegaram ao México e então houve uma quarta onda de *boom* novamente de empresas.

Pela primeira vez, chegam empresas *premium*, modelos *premium* como *BMW, Mercedes* etc. Eles começam a desenvolver esses novos modelos, essas novas fábricas em diferentes partes do país. A *Kia* chega, os coreanos, os chineses chegaram (isso é outra história, eles mal estão chegando. Vão chegar em uma quinta onda). Mas, na quarta onda temos alguma presença. Então, essa onda quarta vem para dar um *refresh* a toda a indústria automotiva. É importante para o público compreender que o padrão no México, e suponho que em muitos países, não é só o da *OEM* trazer seus fornecedores. Esse é um padrão, a forma satélite. Eu trago a minha *OEM* e, no começo, traz poucos e conforme passa o tempo vão crescendo os fornecedores muito próximos ou ao

---

7 Multinacional especializada no desenvolvimento e fabricação de estruturas de alumínio para motores e componentes estruturais. Fonte: <https://www.nemak.com/pt/sobre-a-nossa-empresa/>

8 Fabricantes de Equipamentos Originais, isto é, empresas que produzem um novo produto a partir da junção de diversos itens.



redor, em determinados quilômetros. Esse é um modelo, mas o outro modelo é o das empresas de autopeças que se transferem para o México não para atender às *OEMs* no México, mas para diretamente atender às *OEMs* nos EUA ou no Canadá. Esse padrão de maquila é muito difícil de diferenciar às vezes, mas são dois padrões. O que gera mais empregos e mais valor agregado e mais exportações são as autopeças, não é a *OEM*. Obviamente, pelo valor, porque muito desse valor do carro, o componente essencial, são autopeças, os componentes e as peças. Então, mais ou menos a explicação geral seria essa.

Atualmente, a indústria automotiva está em um momento complicado, por várias razões. Uma delas é a nova administração do governo. Antes, o setor automotivo era mais priorizado, agora, não. Então, as políticas reais de apoio diminuíram e as declarações que fazem são muito contraditórias. Parece que não querem o capital estrangeiro, por um lado. Por outro, está o T-MEC ou USMCA<sup>9</sup>. O T-MEC é um grande tratado, no sentido que permite a exportação e a importação. Isso dá clareza. Mas tem dois problemas. Um é que complicou como avaliar se você tinha conteúdo regional. O conteúdo regional tornou-se muito complicado. E, em vez de ser uma fórmula de tarifa, agora, são quatro. Muito complicado. Então, isso não ajuda as empresas porque nem todas podem facilmente chegar a essas tarifas por meio das regras de conteúdo regional. E há enormes críticas nos Estados Unidos e também no México, porque o modelo sindical que prevaleceu no México, que começou nos anos oitenta, com a maquiladora e foi se espalhando, é o modelo [que] chamam de contrato de proteção à empresa. Então, criou-se a simulação de sindicatos, e com essa simulação, o que se fez foi impedir que os trabalhadores realmente pudessem se organizar livremente.

Bem, esse modelo é o mais forte do México, está se transformando. Por quê? Porque no T-MEC há uma série de cláusulas que permitem que os governos digam “essa empresa não está seguindo, não está permitindo a democratização, não está permitindo a liberdade de organização dos trabalhadores, portanto é *unfair*”. O acordo que existe nos Estados Unidos fica no México. E isso está fazendo com que sete empresas que já tiveram processos fizessem mudanças. Algumas já conseguiram se sindicalizar mais democraticamente e isso está gerando uma transformação, e com certeza vai gerar. Então, está em um momento mais complicado. Além do problema da covid, da cadeia de suprimentos, dos semicondutores, tem um problema forte no México e, em geral, nós ainda não estamos entrando na parte da eletrificação. Ou seja, há apenas uma fábrica que produz carros elétricos, a *Ford*. Curiosamente, no centro do México, na fábrica mais antiga do México, que foi transformada, é onde esse carro é produzido. E, supomos que vai haver mudanças nas empresas. As empresas estão muito otimistas, mas hoje continuam produzindo motor a combustão interna, mas, digamos, com muita sinergia, muito fortes, expandindo-se e fazendo muitas coisas. Parece que estamos em outra era, não na era da eletrificação, mas como sempre acontece, [ela] chegará, acredito eu, ao México.

---

<sup>9</sup> Tratado entre México, Estados Unidos y Canadá (T-MEC) ou *United States-Mexico-Canada Agreement* (USMCA), criado em 2018 para substituir o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA).

**Raphael Jonathas da Costa Lima:** *Em alguns artigos seus recentes, você fala sobre mudanças na produção, mas tratando de novas e antigas regiões no México. Pelo que entendi, você argumenta que, desde a crise de 2008, houve uma transformação da geografia da produção automotiva mexicana, que se tornou mais heterogênea. E eu queria entender um pouco, em um dos seus textos você usa muitos mapas, explicando que tipo de produção se concentra em Aguascalientes, Querétaro, San Luis Potosí, Sonora, Baja Califórnia. Como é que se dá essa diversificação da produção, segundo a geografia mexicana?*

**Jorge Carrillo Viveros:** As ondas, que falei há pouco, das fases da industrialização, ondas de industrialização, explicam onde as empresas vão se localizando. Número um. Número dois: em todos os lugares onde se desenvolvem, formam-se *clusters*. Portanto, existem muitos *clusters* atualmente no México, alguns muito fortes. Há cidades que são muito focadas em uma empresa, como é o caso da *Ford* em Hermosillo, como é o caso da *Toyota* na Baja Califórnia, como é o caso da *Volkswagen* em Puebla. Mas há outros lugares onde há uma confluência – tem a *Nissan* em Aguascalientes; e há outros lugares onde há uma confluência de várias empresas de diferentes companhias no mesmo lugar. Então, como é o caso de *Coahuila*, em Guanajuato, em San Luis Potosí, há diversidade. Se você olhar historicamente, tem uma dispersão territorial da geografia da indústria automotiva. Isso significa que há muitos lugares onde se estão produzindo automóveis e autopeças. Não no sul, sudeste do México, mas do centro para cima, sim. Há corredores industriais em função do mercado. Então, Ciudad Juarez não é só Juarez, Chihuahua é muito importante no setor automotivo, mas porque é uma entrada muito forte para o Texas e para o nordeste dos Estados Unidos, o corredor “banana”, que começa precisamente em Puebla, Querétaro, Guanajuato, San Luis Potosí e aí vai para os estados dos Estados Unidos, do sul e do sudeste. Então, atualmente, as principais concentrações de novos investimentos em *OEM* estão nesse corredor, particularmente em Guanajuato. Não só Guanajuato, é uma região chamada El Bajío, onde convergem quatro ou cinco estados. Guanajuato é a coroa, mas é Guanajuato, San Luis de Potosí, Guadalajara, Querétaro.

Então, estão muito próximos e ali tem um enorme *hub* do setor automotivo. [Isso] depende muito de como você mede. Se você medir como investimento estrangeiro direto, de repente você vai considerar que Coahuila é o principal. Se você medir em termos de onde os modelos mais caros são produzidos, pode ser em outra região. Depende de como você mede, mas a verdade é que eu não diria apenas Guanajuato. El Bajío é a principal região onde a quarta onda está se desenvolvendo. Isso não quer dizer que as outras regiões estejam abandonadas. Ou seja, a *Ford* de Hermosillo está isolada, é única, tem seus fornecedores próximos, mas está com a força toda, como um búfalo. Ou seja, são impressionantes o seu crescimento e a sua energia. Então, por isso não quero que vocês fiquem com uma ideia de que se extinguem algumas, quer dizer, se desindustrializa, e em outros cresce, não. Estão todas as partes crescendo, mas obviamente a maior concentração atual, onde há mais notícias e onde há mais focos e estudos, é na região de

El Bajío, e Guanajuato é a coroa, porque há quatro ou cinco *OEMs*. Mas, se falarmos em termos de autopeças, talvez Chihuahua tenha mais. Ou seja, é mais forte. Temos alguns grandes *Tier 1* em Chihuahua e centros de pesquisa e desenvolvimento lá.

**João Dulci:** *A indústria automotiva brasileira, pelo menos aquela de origem de capital nacional, entrou em decadência nas últimas décadas. E hoje nós temos um conjunto de multinacionais autopartistas. Eu queria entender um pouco como se explica esse sucesso do México em termos de se transformar em um centro importante de produção de autopartes.*

**Jorge Carrillo Viveros:** Pois bem, a teoria da nova divisão internacional do trabalho, nos anos setenta, começou a explicar esse modo de descentralizar parte da produção para lugares mais baratos. A globalização da produção começou nos anos sessenta e é um fenômeno mundial. Os países, o Japão usa os *Four Dragons*: Taiwan, Cingapura, Hong Kong e Coréia do Sul. França e Alemanha usam a parte norte da África, os países árabes. Os Estados Unidos usam a República Dominicana, Porto Rico e México. Ou seja, os grandes centros produtores de manufatura e desenvolvedores de tecnologia transferem para suas zonas próximas, com as quais têm relações. Transferem aquela produção mais intensiva em mão de obra porque é mais barato produzir nesses países. Como não contam com a experiência industrial necessária, são como cobaias para poder fazê-las como se quer, em termos de empresa.

Toda essa flexibilidade que se consegue com a *Lean Production* dificilmente pode ser introduzida em uma empresa que tenha um sindicato forte e uma cultura tradicional. Mas, em uma nova indústria, com pessoas que não têm experiência industrial nem sindical, é muito fácil. Ainda mais se for um país como o México, onde não há regulamentação ou não havia regulamentação trabalhista. Foi assim que nasceu esse processo de industrialização, primeiro com a indústria eletrônica, com a indústria do vestuário e depois, na década de noventa, com a indústria automotiva. À medida que o setor automotivo se desenvolve nos Estados Unidos e tudo mais, esse setor no México se torna mais forte, ou seja, [recebe] mais investimento.

Então, o México teve um processo de *industrial upgrading* porque começou com empresas de mão de obra intensiva, com processos monótonos e de baixa tecnologia, e foi aumentando até ter empresas que só têm ou só empregam engenheiros, fazendo P&D. Não só no setor automotivo, em todos os setores, no médico, no aeroespacial, em tudo. Então, eu chamo essas gerações de empresas de primeira geração, de mão de obra manual intensiva; a segunda geração, quando eles introduzem o *Lean Production* e a força de trabalho se torna inteligente, porque eles têm que se esforçar, eles têm que tomar decisões, eles têm que produzir qualidade na fonte, eles têm que trabalhar em equipe, têm que dar soluções, têm que propor, têm que saber se comunicar, etc.; uma série de habilidades que eles não tinham antes porque não precisavam delas e agora precisam. Portanto, essa racionalização na produção, eu chamo de segunda geração, e a terceira geração é quando você tem praticamente só engenheiros. E uma quarta geração é quando a maior parte da sua empresa já é apenas de profissionais especializados, porque muito do trabalho é de logística.

Então, não é só o engenheiro que projeta o produto, mas também uma série de profissionais especializados que se ocupam da logística de insumos e componentes e da compra e venda etc. Há novas funções. Isso é o que eu chamo de quarta geração. Por que isso? Bem, é muito simples, porque quando você transfere a fabricação, quando você translada os processos de mão de obra intensiva na fabricação, eles vão se concentrando, vão fazendo esses *clusters*, essas aglomerações – na medida em que é uma boa mão de obra, é barata e sabe trabalhar e não é conflituosa. Não tem greves, elas são proibidas porque existe esse tipo de sindicato. Então, torna-se uma excelente mão de obra para muitas das empresas, elas vêm e se desenvolvem aqui, mas todos os carros, ou seja, toda a produção, sempre tem muitas complicações e muita dificuldade sempre. Logo, você precisa de proximidade e de muita comunicação com outros departamentos que antes estavam muito distantes. Então, sempre que havia um problema técnico, tinham que trazer os técnicos e os coordenadores de lugares distantes, do centro dos Estados Unidos ou do Japão ou de onde quer que seja, para resolver problemas. E tudo isso envolve recursos e tempo, especialmente tempo. Era conveniente para eles transferir parte dos P&D para o México para sincronizar a fabricação com essas outras funções. Número um. E número dois: descobriu-se que engenheiros e profissionais especializados mexicanos não só são bons, mas também valem 1/3 do que nos Estados Unidos – muito, muito baratos, muito bons e de perto. E assim eles começaram a se desenvolver. Mas muitas empresas têm seus departamentos de pesquisa, algumas dentro da fábrica. Outras criam centros, grandes fábricas, com 2000 ou 3000 trabalhadores. Engenheiros, certo? Então, há variedade no modelo, mas em geral, é isso que explica o *upgrading*: a formação de capacidades que permitiram o desenvolvimento de aglomerações inteligentes. Essa seria a explicação que eu vejo para esse processo estar acontecendo no México e não em outros lugares. Isto é, obviamente, a América Central é mais barata, mas não, as empresas não têm ido para a América Central. Não, nem todos os lugares são viáveis para se desenvolver o setor automotivo, nem teria por quê.

**João Dulci:** *Jorge, qual é a relação entre a reforma trabalhista e a expansão da indústria automotiva no México nesta quarta onda sobre a qual você está falando?*

**Jorge Carrillo Viveros:** Bem, acho que não tem relação. A relação antecedeu a reforma [trabalhista]. O modelo mexicano de relação trabalhista permitiu, facilitou, estimulou que chegassem mais investimentos. Bem, com a reforma trabalhista, os salários aumentaram, a fiscalização trabalhista aumentou, o *outsourcing* laboral acabou, a subcontratação está proibida, é penalizada e alguns também são monitorados. Então, a reforma trabalhista está mudando o ecossistema de alguma forma. Mas isso é muito recente. Eu não ousaria prever agora se as empresas, apesar da reforma, querem continuar investindo. Penso que a discussão é na verdade sobre a parte tecnológica do 4.0, sobre a conveniência ou não de continuar a produzir no México e transformá-la. O que ouvimos no [Congresso do] GERPISA, agora em Detroit (em junho de

2022), foi que, por enquanto, não está muito claro no mapa o México nesse processo. Vamos ver, não sei se não está em processo pela reforma trabalhista. Não sei, não sabemos. Ninguém ousaria dizê-lo, porque dizer isso é estar contra o governo. E o que as empresas menos querem é que elas sejam apontadas pelo governo como más. Então, todo mundo tem muito medo, muito cuidado, ninguém fala “Não, não, não. Como é boa a reforma trabalhista, que maravilha! E sim, todos queremos nos sindicalizar.” E aí está: é forte o que está acontecendo. Eu não saberia como responder no sentido da relação direta, mas certamente está afetando. Acredito que está afetando positivamente os trabalhadores e positivamente os sindicatos. E as empresas que estão aqui dificilmente vão sair por um tempo, mas as novas eu não sei. Agora, as empresas multinacionais têm muita experiência, muitos recursos, muita história. Então, mesmo que elas não gostem, elas sabem como lidar com questões trabalhistas. Ou seja, até as empresas chinesas já sabem, né? Dá trabalho, mas elas conseguem.

No final, eu não acho que é um obstáculo também. Porque tem muita experiência. Conheci empresas automotivas nisso. Fiz uma análise com amigos japoneses na África do Sul, e lá os sindicatos são fortíssimos. E, não obstante, não tem mais sustentação na África do Sul, mas é pelo mercado. Não é tanto por causa dos sindicatos. Além disso, temos como comparação que na capital do automóvel nos Estados Unidos, eles têm sindicatos fortes e lá continuam, lá as empresas continuam.

**João Dulci:** *É possível estabelecer o papel das instituições locais ou nacionais ante os movimentos de capitais das multinacionais? Existe real poder de negociação dos governos, especialmente do México, diante das multinacionais ou a prioridade é sempre do capital?*

**Jorge Carrillo Viveros:** Número um: nossos estudos nos mostram que o poder sempre está nas empresas, nas empresas multinacionais. Na medida em que você tenha uma regulamentação mais forte e, principalmente, que o *enforcement* seja muito importante, você pode mudar muito esse padrão de governança. Na medida em que você não faça isso, a capacidade de decidir é das empresas. Número dois; digamos que o *setting* de regulações e normas é estabelecido pelo governo federal e, às vezes, o discurso e o financiamento são importantes. Mas, digamos, os *settings*, a regulação – lembre-se, essa regulação é marcada pelo T-MEC – então não pode ter contradições, certo? Quem faz política de verdade são os governos dos estados e eles têm um papel enorme. São eles que estão promovendo seus estados no Japão, nos Estados Unidos, na Europa, na China, para que os investimentos cheguem aqui. E, sim, tem uma oferta de terreno muito importante, apoio em água, às vezes eles pagam três meses do salário de todos os trabalhadores enquanto fazem treinamento, ou seja, tem muito apoio. Claro, nunca do tamanho que as empresas oferecem, digo os governos nos Estados Unidos, no Texas ou no Alabama ou em Tóquio, nunca. Há um jogo e nesse jogo o governador de San Luis Potosí prefere que as empresas vão para San Luis e não para Querétaro ou Guanajuato. Então, independentemente

da cooperação que há entre os governos estaduais, todos querem que eles venham para o seu estado. Não são os governos das cidades, são os governos estaduais de Nuevo León, de Coahuila, de Chihuahua, Guanajuato que têm essa capacidade e estão fazendo isso muito bem, defendem muito o investimento, promovem o investimento, promovem os *clusters* e, em geral, tentam facilitar tudo.

Digamos que a experiência geral, independentemente do partido político, é que tem um apoio enorme e eles têm isso como prioridade. Dito isso, há diferenças. E outra coisa é o governo federal, porque aí sim, como eu falei, os governos anteriores definiram o setor automotivo como a gasolina da economia e atualmente nem falam do setor automotivo. Quer dizer, eles sabem da importância, mas ninguém fala sobre isso. O governo fala de outros assuntos, mas desse, não. Então, sim, tem um papel importante.

**Raphael Jonathas da Costa Lima:** Bem, nós temos muitos estudantes começando a pesquisar a indústria automotiva e uma dúvida comum é sobre o significado da indústria 4.0. Queria que você, por favor, explicasse o que é a indústria 4.0 no setor automotivo.

**Jorge Carrillo Viveros:** Bem, de acordo com o que li e publiquei, a Indústria 4.0 é um termo cunhado na Alemanha. Tem muita literatura sobre como isso foi cunhado e como ele se desenvolveu, e o governo participou ativamente. Mas o termo geral de indústria 4.0 é um conceito guarda-chuva. O que significa isso? Que dentro do 4.0 existem muitas tecnologias. Identificamos em um estudo há dois anos, mais ou menos, 20 tecnologias associadas à indústria 4.0. Então, é o mesmo que a *Lean Production*. *Lean Production* é um conceito guarda-chuva e havia dois princípios principais, o *just in time* e o *total quality control*, como princípios gerais. Bem, e a autonomia tecnológica? Essa ideia de entrar em determinados espaços e fazer com que as máquinas parem completamente, certo? Por exemplo, essa ideia de autonomia no processo. Assim, esses grandes princípios da *Lean Production* se traduzem em muitas técnicas ou muitas tecnologias específicas. E essas tecnologias, na verdade, eles vão aprendendo e vão mudando, e algumas tecnologias desaparecem e outras ficam. Isso vale para a Indústria 4.0, na minha opinião. É um conceito guarda-chuva. Existem muitas tecnologias e dessas muitas tecnologias algumas claramente se aplicam ao setor de produção automotiva e outras, não. Bem, quais são as quatro grandes tendências que todos conhecemos associadas a 4.0? O CAME: é conectividade, autonomia, mobilidade diversa e eletrificação. Essas quatro tendências não são isoladas, isso é muito importante. Cada uma tem seus conceitos e seu desenvolvimento, mas você tem que entendê-las, porque elas não são necessariamente isoladas. Então, às vezes, tem uma mistura delas, às vezes é complicado de entender, mas bem, são essas quatro.

Então, conectividade significa todas as plataformas, digamos, que fazem com que o carro esteja conectado ao exterior, ao mundo, ao ciberespaço e sei lá o que mais. Bem, a conectividade é muito importante. Não depende apenas do carro, depende do desenvolvimento de terminologias

de comunicação, da infraestrutura tecnológica, dos telefones, dos celulares, das cidades. Eles têm que ter toda essa conectividade para que funcionem. E se supõe que o quinto é o carro autônomo. Aparentemente, estamos longe disso ainda. Mas nessa autonomia, que é cada vez mais vista em carros novos, e que significa ajuda a estacionar em marcha à ré, que o carro freia sozinho, se vê um problema. Por exemplo, o meu carro eu posso colocar na velocidade que eu quiser e eu posso dizer-lhe o quão perto ou quão longe eu quero ir do carro na frente. E se o carro da frente for diminuindo, a velocidade até zero. Mesmo que eu tenha o *cruise control*<sup>10</sup> a 70 milhas por hora, meu carro vai diminuir a zero, ele vai na velocidade do outro. Porque um espaço é definido, não é? Toda vez que vejo uma linha, que me aproximo de uma linha amarela ou branca, ele me diz que estou tocando o que não deveria. Eu posso ficar sem tocar no volante por um tempo e ele vai sozinho, enquanto tiver linhas brancas ou amarelas. Então, todo esse tipo de ajuda é para tornar a condução mais autônoma. E bem, então, tem cinco níveis, e lá vamos nós. E isso é independente de ser elétrico ou não. Você pode ter um carro elétrico tradicional ou você pode ter um carro a combustão interna altamente tecnológico.

É por isso que você tem que entender que essa transição não é tão fácil, pois as pessoas ainda podem ter carros de consumo interno, grandes, como nos Estados Unidos, que gostam de caminhonetes, mas com tecnologia maravilhosa, melhor que carros elétricos. Não? Então, vem a mobilidade diversa que tem a ver com as funções do carro, seu uso, certo? Toda a ideia do Uber e de Car Go<sup>11</sup> e tudo mais. Ou seja, tudo o que tem a ver com mobilidade. Essa ideia que agora (o carro) já acabou... Não acabou, o carro está se transformando, o carro da família, o pessoal, o que serve para tudo. Então, o futuro é, supostamente, carro coletivo e com funções diferentes. Ou seja, por exemplo, o Blablacar<sup>12</sup>, se você quiser se deslocar em três cidades ou se quiser se deslocar dentro de sua cidade ou dentro de sua área, ou se quiser sair. Tem uma série de diversidades cada vez mais criativas sobre essa mobilidade diversa, sem considerar outras. O carro, o trem e as bicicletas e tudo isso.

E depois tem a eletrificação, que é basicamente o carro elétrico, que também tem, como vocês sabem, o híbrido, o híbrido plug-in e o carro totalmente elétrico. Então, o carro elétrico depende muito da infraestrutura que existe nas cidades e, pelo mesmo motivo, porque os grandes países como o norte da Europa, os países escandinavos, Japão, China, principalmente Xangai, e Estados Unidos, na Califórnia, são as áreas onde não só é produzido mais carro elétrico, mas também é consumido. São muitas barreiras. Essas são as quatro tendências e essas quatro tendências devem ser compreendidas, cada uma com seu significado. Mas, além de seu significado, devemos entender como eles também jogam juntos, como tendências.

Talvez uma das coisas mais importantes para os estudantes do futuro é, não tenho certeza se é o termo, mas a mudança na governança do ecossistema automotivo. Porque, anteriormente, as

---

10 Um sistema que mantém a velocidade previamente programada do veículo.

11 Aplicativo de aluguel de carros.

12 Plataforma de caronas de longa distância.

empresas *OEMs* eram as que definiam a governança da cadeia produtiva e do negócio. Na medida em que os *OEMs* foram sendo descentralizados em relação aos fornecedores, os fornecedores da *Tier 1* se tornaram, às vezes, ainda mais fortes do que os próprios *OEMs*. Bem, agora acontece que os carros, à medida que se modernizam, o valor agregado é cada vez mais eletrônico e aqueles que produzem eletrônicos geralmente são empresas de telecomunicações como a Huawei e muitas outras. Essas empresas são os *Uber*, certo? Os *Google*, certo? Essas empresas são as que também estão tomando muitas decisões na cadeia. E, então, haverá um momento em que o carro será visto como um computador móvel. E quem toma as decisões de tudo? Quem é o dono disso tudo? Há muita experiência no setor automotivo, que dificilmente desaparecerá ou será transferida, mas seria ignorância, seria irresponsável pensar que as telecomunicações têm um papel muito menor, muito marginal, certo? Elas não têm. Então, neste momento há um grande número de “parcerias” e de empresas, porque tem uma necessidade enorme de desenvolver tudo, nessas quatro tendências. E tem muita concorrência e todos os dias há novos acordos. Empresas do mundo todo e, com certeza, brasileiras e mexicanas também participam desse processo, algumas de forma muito pequena, outras, não.

Depois, vem a questão da indústria 4.0 na manufatura. Portanto, não é a mobilidade diversificada. Não é a questão da eletrificação, ou seja, a questão é a conectividade para tornar a fábrica inteligente. Essa conectividade começa com “tenho problemas na linha de montagem e essa máquina está gerando sucata, está com problema e o problema é que do jeito que é, onde está, não consigo colocar os técnicos, eles não podem verificar e está criando problemas”. “Ah, vamos desenvolver um robzinho que anda até lá e que está me dando informações para que eu saiba onde vai ter um problema e possamos consertar antes que eu precise parar a linha”. Ou seja, projetos de conectividade muito concretos. É a substância do 4.0 na fabricação no México, no setor automotivo, em autopeças e em *OEMs*.

Dito isto, existem muitos modelos de como ele entra. Existe o modelo de uma empresa que diz “eu não vou comprar caixas pretas de tecnologia” e depois ficar dependente após comprar a tecnologia e “ah, como eu conserto isso e o que é, e como funciona”. Então, eu tenho que trazer, contratar pessoas e empresas. Então, há empresas que falam “não, vamos lá, agora sim (e.g. a japonesa), vamos botar coisas que desenvolvemos, que a gente sabe consertar e a gente sabe como funcionam”. Porque já não é muito fácil... Quer dizer, é muito fácil comprar um robô, né? Ou seja, é muito acessível comprar um robô, certo? Bem, esse é um modelo. O modelo extremo, por exemplo, da *Bosch*, é “lá a corporação transfere todo um departamento 4.0 para a maquila no México e depois eles estão tentando descobrir como funciona. E pessoas, estrategistas e isso e aquilo”. Porque, como eu disse no começo, todas as empresas, manufaturas, você nunca sabe, mas eles têm problemas o tempo todo, o tempo todo têm problemas e problemas e problemas. Então, aqueles problemas que significam tempo, entrega e recursos precisam ser resolvidos. E a 4.0 é para isso. Eles têm que estar vendo como eles ajudam uns aos outros na corporação, eu como filial. Ou contrato outras pessoas para me ajudarem na conectividade, para que a linha



de produção não pare, as máquinas não parem, as máquinas estejam dando informações reais e assim por diante. E, claro, o ideal é que eles já consigam diagnosticar e se corrigir sozinhos, certo?

**Raphael Jonathas da Costa Lima:** *No último GERPISA, você apresentou um paper sobre a implementação da indústria 4.0 em duas regiões mexicanas: Chihuahua e Baja Califórnia. Você poderia falar um pouco dos resultados dessa pesquisa?*

**João Carrillo Viveros:** Sim, resumidamente, é baseado em uma pesquisa de opinião com profissionais especializados, principalmente engenheiros de empresas dessas duas regiões: Baja California e Chihuahua, que são dois estados que fazem fronteira com os Estados Unidos e são, por tradição, maquiladoras. Em um deles, o setor automotivo é muito mais pesado do que no outro, em Chihuahua, comparado a Baja California. Fizemos um estudo para medir duas coisas: quanto conhecimento eles tinham das tecnologias; a opinião deles sobre seu conhecimento de tecnologia. E a segunda foi: quão bem a empresa adotou essas tecnologias. Sim, porque uma empresa pode adotar robôs e ninguém sabe nada sobre robôs. Ou pode haver empresas que têm engenheiros que são ótimos em robótica, mas não têm robôs. É um pouco desse jogo entre o que a empresa realmente tem e o conhecimento que as pessoas têm. É uma pesquisa de opinião porque lhes perguntam o que pensam e como se sentem etc. Fizemos as escalas Likert<sup>13</sup> e outras. E a conclusão foi que, bem, é claro, tem variedade. No setor automotivo mais desenvolvido de Chihuahua, o conhecimento e a adoção de tecnologias 4.0 são um pouco maiores. Lá, medimos essas 19 tecnologias que mencionei. Existem 20, mas 19 são as que realmente usamos para medição. As tecnologias tangíveis são as que mais conhecem e as intangíveis as que menos conhecem. Então, são vários índices que a gente cria.

O resultado maior foi que ainda estamos em um estágio muito inicial no conhecimento dessas tecnologias e a adoção é um pouco superior ao conhecimento, a adoção de empresas de tecnologia. E, claro – porque isso é muito importante para os alunos em geral –, não é porque as tecnologias existem e porque elas têm uma riqueza enorme que as empresas vão aplicá-las. Eu aplico o que me convém, o que funciona para mim, o que me torna competitivo e onde, além disso, o investimento é adequado. Não vou investir em algo só porque “ah, *blockchain*<sup>14</sup> está na moda”. Não. Não funciona assim. Então, existem tendências tecnológicas, tecnologias específicas.

Outra coisa é que vamos ver qual tecnologia essa empresa aplica e depois outra, interesses, o quanto as pessoas sabem. E, outras vezes, quanto treinamento está sendo dado ou como as pessoas estão sendo treinadas para conhecer essa implementação. O que não tenho dúvida é

---

13 Um tipo de escala usada em questionários e pesquisas de opinião.

14 A tecnologia *blockchain* é um mecanismo de banco de dados avançado que permite o compartilhamento transparente de informações na rede de uma empresa.

que é um processo que já entrou no México, que vem acontecendo faz algum tempo e que vai continuar. Quero dizer, assim como a *Lean Production* não acabou, mesmo empresas muito *Lean* são as melhores para fazer 4.0, porque já estão padronizadas e têm tudo mais ou menos sob controle. Esse é um processo que veio e acho que vai percorrer um longo, longo caminho. Em outras palavras, estamos apenas vendo como o setor automotivo está se transformando. Todo mundo já está falando como se estivéssemos na última geração com carros autônomos. Não. Quem sabe quando isso vai acontecer? Mas a verdade é que o processo é forte. Claro, talvez haja regiões do mundo onde nunca vai chegar, mas em geral é no mundo todo, no mundo todo agora há projetos e desenvolvimentos, em todo o mundo, certo?

**João Dulci:** *Bem, fazemos nossos diálogos com teorias europeias ou estadunidenses. É possível estabelecer uma teoria que organize de forma mais precisa a realidade latino-americana em termos de matriz automotiva?*

**João Carrillo Viveros:** Muito difícil de responder. Bem, o que eu mais foquei, e acho que isso é o suficiente, é toda a teoria das cadeias globais de valor, das cadeias de suprimentos, redes... como quer que chamemos. Atenção, são coisas diferentes, é muito importante. Toda a discussão sobre *upgrading*, *downgrading*, sobre funções e governança e tudo mais, acho que foi de grande ajuda para explicar o que existe no setor automotivo no México. Principalmente, falando de produção. Também da comercialização e tudo mais. Porque serve para toda essa teoria, ou essa abordagem. Quer dizer, alguém pode estudar onde vão parar os carros que se descartam, ou as baterias, ou seja lá o que for. Ou seja, a cadeia tem essa visão, certo? Bem, isso é uma coisa, e nós sempre a complementamos com os sistemas de produção locais. Com todas essas abordagens teóricas que falam da importância do local, do regional, das capacidades, das instituições e dos ecossistemas. Por quê? Porque uma te explica, digamos, a teoria da firma e a teoria dos desenvolvimentos das empresas e suas capacidades, formação e geografia. Mas a outra explica o alcance dessas empresas e desses produtos, em particular, porque a empresa não está isolada, mas a região também não. Então, as empresas estão em regiões específicas, e a região explica muito. Como eu digo, o contexto é muito importante. O contexto é muito importante para entender as histórias. Mas, sem dúvida, não poderíamos entender sem a teoria da firma e, particularmente, a da cadeia, além de como elas se movem. Porque se alguém, se nós, através da teoria do sistema produtivo local, cairmos nessa ideia toda de capacidades e formação e não sei o que mais... um grande corpo teórico, certo? Sem esse corpo teórico, não seria possível entender por que de repente desaparecem indústrias, empresas desaparecem, assim do nada. E tudo isso porque alguém muito longe tomou uma decisão, em algum país, de que ia vender o negócio e fim da história. Mudou tudo isso, né? Então, tem que ter uma complementaridade entre firma e região. É assim que eu vejo, você deve ter dois corpos teóricos que se comunicam cada vez mais, ou dito de outra forma, a multinacional e a PME (Pequena e Média Empresa). A teoria das PMEs era para falar

sobre espaços locais e a teoria das multinacionais para falar sobre o alcance das firmas ou da globalização e não sei o que lá. Então, você tem que juntá-las. Eu acho que é muito importante explicar o que acontece e mesmo assim a gente sempre fica aquém. Mas, sem esses dois componentes, dificilmente. Obviamente, tem muitos outros, muitos outros corpos teóricos de relações de trabalho, etc, relações industriais, das abordagens de capacitação. Em outras palavras, existem muitas teorias muito específicas para entender processos de capacitação específicos, alguma tecnologia específica, de localização, ou sei lá. Mas, em geral, o que me dá maior riqueza e compreensão são essas duas abordagens quando as combinamos. Bem, porque me dedico a estudar empresas em territórios específicos. Tem gente que estuda empresas independente de onde elas estejam, né?

**Raphael Jonathas da Costa Lima:** *Professor Carrillo, temos uma última pergunta sobre metodologia. Em seus trabalhos, fica muito claro uma solidez metodológica. Você geralmente recorre ou usa surveys com trabalhadores, engenheiros etc. Aqui no Brasil, nós temos muita dificuldade de aplicar um survey em uma empresa, uma indústria. E aí a gente queria saber um pouco, de você, qual é a importância de uma metodologia específica para essa sociologia de quem está pesquisando trabalho, indústria, etc. Qual é o peso de uma metodologia que seja voltada ou desenvolvida para esse tipo de pesquisa que nós fazemos?*

**João Carrillo Viveros:** Bom, eu cresci, desde que me formei, com a multimetodologia. Ou seja, fazendo pesquisas com empresas, pesquisas com trabalhadores, visitando e observando empresas e conversando com muitas pessoas do ecossistema. Então, eu acredito no quantitativo e no qualitativo porque não estão distantes, realmente não é tão distante. Os trabalhos quantitativos mais sofisticados, bem, são muito qualitativos. Tem uma certa “intromissão” aí, é extremamente qualitativo. E há trabalhos qualitativos dos quais podemos extrair dados, usando o Atlas.ti ou sei lá o quê. Então, eu não acredito nessa discussão de: “Qual é o melhor, este ou este?” Não. Eu acredito que a realidade é tão complicada que, na medida em que podemos colocar mais técnica, mais métodos e técnicas para funcionar, é melhor para poder entender a realidade.

Por um lado, eles nos tornam melhores pesquisadores, em vez de apenas fazer entrevistas ou apenas visitar empresas, ou apenas tirar fotos, ou apenas pesquisar na web. Ou seja, é melhor tentar implementar diferentes metodologias e técnicas de instrumentos. E bem, tem muita *expertise* na academia. Então, é muito fácil se apoiar, mesmo se você for um estudante. O aluno não precisa saber tudo. Mas tem um grupo de professores no mundo e na literatura que pode me ajudar a saber como fazer melhor, né? Não é um obstáculo. Eu acho que você tem que se aplicar mais, número um. Número dois, sim, com o passar do tempo, o trabalho de campo está ficando cada vez mais difícil, principalmente no setor automotivo, em todo o mundo.

Dito isto, a questão de pesquisa que nos colocamos é muito importante e, a partir dessa questão, é que a metodologia deve ser desenvolvida, e não o contrário. Não é só ir aplicar um

questionário. Mas para quê? Quer dizer, o que eu quero responder? E então, a pergunta deve estar intimamente ligada à metodologia que eu uso. Número dois. E número três, é que a gente tem que ser muito flexível, porque, se eu for muito rigoroso em tudo, não haverá investigação. E, digamos, vocês me perguntaram sobre o estudo de Baja Califórnia e Chihuahua: enviamos vários convites pela internet e houve pouca resposta, mas suficiente para fazer a análise. Agora, se eu for muito rigoroso, bem, esse tamanho de amostra é de quem respondeu. Não é aleatório, entendem? Claro, não posso fazer inferências, mas posso falar sobre os dados específicos das pessoas que me responderam. Portanto, mesmo que a amostra seja pequena, ela pode ser muito útil. Isso acontece muito na pesquisa. Ou seja, teoricamente consideramos modelos e, metodologicamente, queremos fazer coisas. Mas, na realidade, bem, às vezes dependemos muito da acessibilidade, da disponibilidade, então, temos que ser flexíveis. Não vejamos isso como um obstáculo, mas simplesmente que é assim nas ciências sociais. E, então, devemos ser claros sobre os limites da investigação e dos alcances e o que podemos dizer. Mas é um convite para explorar metodologias e não ficar nessa de “o antropólogo faz suas entrevistas assim e o sociólogo faz sua pesquisa assim”. Não, é mais complexo, muito mais complexo e muito mais rico.

E, bem, meu convite, digamos, para quem está ouvindo isso e para os alunos, é que esse jogo entre conhecer o setor através de fontes secundárias (internet, estudos, conversar com professores) é muito importante. Mas é muito importante fazer o trabalho de campo, porque foi isso que eu aprendi. Pode-se ter uma visão do que é 4.0? Sim, mas lá na empresa é que eles vão te dizer o que eles entendem por 4.0. E tem também o contexto em que estão as empresas, onde moram os trabalhadores, etc., etc. Então, você tem que fazer trabalho de campo.

Recebida em: 28/02/2023

Aceita em: 02/03/2023

Tradução

**POR QUE OS TRABALHADORES DE ANTIGAS REGIÕES INDUSTRIAIS  
DA GRÃ-BRETANHA VOTARAM PELO BREXIT?  
(Breves traços de história social e política do trabalho)**

**WHY DID THE WORKERS  
IN BRITAIN'S OLD INDUSTRIAL REGIONS VOTE FOR BREXIT?  
(Short Glimpses on Social and Political History of Work)**

---

Huw Beynon\*

Ray Hudson\*\*

(Tradução de Leonardo Mello e Silva\*\*\*)

**Resumo**

O texto discute a posição política dos mineiros, em particular, e da classe trabalhadora da Grã-Bretanha, em geral, diante das escolhas políticas com as quais se defrontaram nos últimos anos: o *Brexit* (2016) e as eleições gerais de 2019, com a derrota do Partido Trabalhista. Procura adotar uma postura compreensiva, ancorada na história social e na cultura operária nativa, a fim de relativizar o juízo superficial que a classe trabalhadora teria efetuado uma “virada à direita”.

**Palavras-chave:** Conservadorismo operário. *Brexit*. Cultura operária. Mineiros britânicos.

**Abstract**

The piece discusses the political position of miners, in particular, and of the British working class, in general, facing the political choices they have done in recent years: *Brexit* (2016) and the 2019 general elections, with the defeat of the Labor Party. It aims to adopt a comprehensive stance, anchored in social history and native working-class culture, in order to question the superficial judgment that the working class would have made a “turn to the right”.

**Keywords:** Working class conservatism. *Brexit*. Working class culture. British miners.

**Apresentação**

O professor Huw Beynon, catedrático da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Cardiff, no Reino Unido, é sociólogo dedicado há anos a estudar a classe trabalhadora, sua história e sua cultura, no país pioneiro da Revolução Industrial. Seu primeiro livro, *Working for Ford*, de 1973, e com tradução no Brasil (BEYNON, 1995a), foi um marco da etnografia fabril que retomava a tradição da pesquisa participante, mas com um viés crítico e atento à resistência operária no chão de fábrica (*shopfloor*): um conceito que, aliás, deve muito à tradição britânica de relações industriais, em que os sindicatos de ofício jogavam um papel relevante e propedêutico para as demais categorias profissionais na defesa de suas prerrogativas de controle do próprio trabalho.

---

\* Professor emérito de Ciências Sociais na Universidade de Cardiff, Reino Unido.

\*\* Professor emérito de Geografia na Universidade de Durham, Reino Unido.

\*\*\* Professor do Departamento de Sociologia da USP. E-mail: leonardogomesmello@gmail.com

As mutações da classe trabalhadora industrial, muito acentuadas desde o final dos anos 1970 e intensamente sentidas na pátria original do neoliberalismo com a senhora Thatcher, inimiga declarada dos sindicatos, foi acompanhada em uma série de obras distribuídas em livros, coletâneas, artigos, capítulos de livros, comunicações, relatórios de pesquisa e palestras – algumas delas traduzidas e publicadas no Brasil<sup>1</sup> – que atestam o longo percurso de Huw e sua coerência no tratamento de um objeto muito problemático por sua conexão com as determinações históricas e escolhas políticas mais amplas da sociedade, por isso mesmo contestado e sensível.

O objeto “classe operária” está desde muitas décadas em crise, mas sua carga simbólica e política não pode ser eludida facilmente, a despeito das evidências empíricas e quantitativas dando conta de seu declínio, tendo em vista o significado de uma condição de classe que dificilmente pode ser considerada **ultrapassada**, mesmo nos dias de hoje. Fonte irradiadora de uma energia contestatória, ela emerge toda a vez que as lutas sociais ganham novamente fôlego. Foi assim no final do século passado, quando, na esteira dos movimentos antiglobalização (Seattle e Gênova como marcos midiáticos) e do surgimento do Fórum Social Mundial, chegou-se a falar de um “novo internacionalismo operário”. Era impossível elencar o repertório de movimentos sociais globais então sem incluir também as iniciativas de (re)organização das estruturas conhecidas de representação do mundo do trabalho que naquele momento se observava, mesmo com toda a realidade da reestruturação produtiva a apontar para uma racionalização implacável dos empregos.

Huw acompanhou esses movimentos com grande atenção, arregimentando pesquisadores em torno dessa nova pauta. Não era apenas a Ford que se “des-fordizava” mas todo o complexo industrial que assumia uma feição mais descentralizada, precária e enxuta, deixando à mostra a deriva de uma classe que perdia muito de seu apelo simbólico e seu “lugar” na sociedade.

As pesquisas do autor juntamente com o sociólogo Theo Nichols, em parceria de décadas – o livro escrito a quatro mãos, *Living with Capitalism*, é um notável estudo que antecipa muito do que viria a acontecer depois com a políticas de “comprometimento” da força de trabalho – fornecem um guia de preocupações bem embasado para acompanhar as estratégias gerenciais que decretaram o fim do protagonismo da classe operária ao longo do final do século XX e início dos anos 2000. Nesse sentido, Huw é um sociólogo do trabalho irrepreensível e de estatura equivalente, para o Reino Unido, à de um Michael Burawoy para os Estados Unidos.

Mas os trabalhos mais profícuos e duradouros talvez sejam aqueles que se debruçaram sobre uma outra categoria de trabalhadores: os mineiros, categoria essencial, historicamente falando, para o capitalismo britânico e também mundial, por um largo tempo. Ali foi possível desenvolver uma abordagem mais integrada do fenômeno do trabalho, ao estilo de um **fato social total**, pois a comunidade (realidade inextricável da atividade das minas) está presente

---

1 Acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre o mundo do trabalho na Grã-Bretanha, há dois artigos seus em língua portuguesa lançados mais ou menos à mesma época no Brasil: “As práticas do trabalho em mutação” (BEYNON, 1998), e “Globalização, Neoliberalismo e Direitos dos Trabalhadores no Reino Unido” (BEYNON, 1999). Anteriormente, já havia sido publicado um outro artigo no mesmo diapasão (BEYNON, 1995b).

desde o início do exercício do labor: na família, na vizinhança, na arquitetura das casas geminadas, na alimentação, na doença, na rudeza do trato pessoal, na linguagem, no corpo... as comunidades mineiras são quase um mundo à parte e, por essa razão, uma fonte rara de observação da solidariedade gerada por um grupo, do sentimento de um “nós” oposto ao “eles” de fora da comunidade.

Atualmente em declínio, mas vez ou outra atingidas por campanhas de “revitalização”, as cidades mineiras são o protótipo em tudo oposto ao ideal valorativo da cultura pós-moderna, isto é, o individualismo cosmopolita e desenraizado. Sendo parte do grupo dos que “ficaram para trás” (como, aliás, a classe operária em geral), os mineiros constituem assim um lugar privilegiado de observação dos paradoxos de um tempo acelerado de transformações que parece estar num ritmo descompassado com nossa capacidade de compreendê-lo.

Huw Beynon, que neste excerto comparece com um pequeno texto escrito juntamente com o professor Ray Hudson, confirma, desse modo, para os leitores brasileiros, a sua presença constante em nosso próprio debate nativo, tendo em vista a profusão de textos de sua autoria já traduzidos para o português, e que não é o caso aqui de fazer uma resenha, agora adicionando mais uma peça, singela em sua dimensão, mas cheia de implicações para o debate mais amplo. É a classe trabalhadora intrinsecamente “conservadora”, tendo em vista a sua “resistência à mudança”? Pode evoluir para posições francamente à direita do espectro político? O tópico não é novo – a própria sociologia britânica enfrentou essas questões nos anos 1960 e depois, com D. Lockwood e J. Goldthorpe, por exemplo – mas sua retomada na discussão do presente, no mundo, só reforça a oportunidade de ter mais elementos fatuais disponíveis para a reflexão e para a construção de um entendimento mais compreensivo dos fenômenos. Para ficar em nosso contexto nacional, vale lembrar os termos do debate político, em que novamente um partido representando o trabalho volta ao poder executivo, e em que, muito por causa desse acontecimento, os críticos repugnam a oposição do “nós” contra “eles”, supostamente estimulado por tal força política, como se fora esse o pecado maior no qual ela incorre – e como se, do ponto de vista sociológico, pudesse ser diferente...

## Artigo

Em 23 de junho de 2016, o povo britânico votou num referendo convocado pelo primeiro-ministro conservador sobre a manutenção do Reino Unido como membro da União Europeia. Juntamente com seu chanceler de exchequer, ele tinha recomendado fortemente o voto no “ficar”, advertindo que isso estaria de acordo com os interesses econômicos de todos. Seus consultores tinham assegurado a ele que o “ficar” tinha dez pontos de dianteira sobre o “sair”, e a pesquisa sobre a permanência conduzida pelo governo confirmava aquele diagnóstico, porém com uma margem menor.



Entretanto, quando os primeiros resultados vieram do nordeste da Inglaterra, tais previsões começaram a parecer instáveis. Numa alta afluência em Sunderland, 61% tinham votado “sair”, e isso se tornou o padrão para as velhas áreas industriais do País de Gales e do norte da Inglaterra. O referendo, e a ideia de que “cada voto conta”, tinha engajado as pessoas, muitas das quais previamente não votantes, e elas penderam a balança e endereçaram seu voto para o que ficou conhecido como *Brexit*.

Nos dias e semanas que se seguiram, o resultado foi recebido com incredulidade e visto frequentemente como uma revolta dos velhos e sem escolaridade, nostálgicos de um tempo pretérito quando a Grã-Bretanha era grande. Isso foi posteriormente descrito por Goodhart como um conflito entre aqueles que estavam ligados a uma vida que transcorria “em algum lugar” contra aqueles que eram móveis e podiam viver “em qualquer lugar” (GOODHART, 2017). Isso ecoava uma distinção prévia entre os “locais” e os “cosmopolitas”, com sua torção ampliada (escolhida pela senhora May – Teresa May, primeira-ministra britânica entre 2016 e 2019 – e os *Tories*<sup>2</sup> “vermelhos”) para que os locais pudessem fornecer uma nova base para o Partido Conservador. Seguindo nessa linha de pensamento:

com o declínio dos empregos mais bem remunerados, os locais, além de serem economicamente perdedores para pessoas com qualificação mais baixa do que a deles, eram também culturalmente perdedores, com a desapareição de uma cultura operária distinta e a marginalização de suas visões de mundo na conversação pública (GOODHART, 2017, p. 3).

Dentro do sindicalismo, havia uma divisão, e uma tendência a enxergar o voto como malconduzido e sobreavaliado pela imprensa. Havia uma avaliação inicial do *Centre of Labour and Social Studies* (CLASS), o *think thank* dos sindicatos, enfatizando como uma “liderança e comunicação pobres resultaram em xenofobia e mal-entendido sobre quem e o que estava causando sofrimento e desigualdade”. Ele acabou por revisar essa opinião, vendo o problema residindo no “inflado sentimento anti-imigração que tem tomado este país” (SHAHEEN, 2016, p. 16).

Mesmo isso, entretanto, era meramente um arranhão superficial no tipo de raciocínio e na emoção que levaram ao resultado. Tim Shipman situou com propriedade o caso de ser “malconduzido” e de “chafurdar na lama” quando ponderou que:

o referendo representou uma revolta das classes provincianas – ignoradas, difamadas e empobrecidas – contra o acolhedor consenso metropolitano sobre a Europa, os benefícios da imigração e a crença de que a prosperidade econômica nacional supera a experiência pessoal das dificuldades (SHIPMAN, 2017, p. 579).

---

<sup>2</sup> *Tory* é a designação dos conservadores no Reino Unido.

Tomados em conjunto, esses relatos caminham de certa maneira na direção de uma explicação da frustração e da raiva que impulsionaram muitos dos “não votantes” a ir às urnas e votar para deixar a União Europeia. Isso foi realçado uma vez mais, e amplificado pelas eleições gerais de 2019, quando o *Brexit* foi novamente o palco principal, e grande quantidade de cadeiras do Partido Trabalhista, muitas das quais em antigas áreas industriais e mineiras, viraram-se para os conservadores de Boris Johnson. Parecia algo como um evento cataclísmico, e que sugeria que **identidades históricas** estavam sendo erodidas.

Investigando mudanças profundas similares nos EUA, Arlie Russel Hochschild em seu livro *Strangers in their Own Land* argumentou sobre a necessidade de olhar “para além da superfície” das coisas, a ver as coisas “desde dentro”, e entender a “história profunda” que se assenta por detrás da raiva e da retórica do dia a dia: uma história profunda que as pessoas reconheceram e compreenderam (HOCHSCHILD, 2016). Sua “história profunda” fala de direitos perdidos e negligenciados, da oferta de benefícios aos recém-chegados, e do furar a fila. Acima de tudo, em seu relato, ela enfatiza o significado da “honra”, e as formas pelas quais as pessoas vêm a se sentir desonradas pelos processos de mudança, em que a percepção dos malfeitos do governo se afigura em sua centralidade.

Presentemente na Grã-Bretanha há a necessidade de contar essa “história profunda” de uma desprivilegiada classe trabalhadora industrial, uma que tome a “visão de longa duração”, olhando para o século que levou tanto ao referendun de 2016 quanto às eleições gerais de 2019. Uma história que seja localizada na história de lugares que se transformam e são decompostos peça por peça. Uma história que conta a história de dentro, através das vozes daqueles envolvidos nela.

Nós tentamos fazer isso em nosso livro *The Shadow of the Mine*, no qual focamos nos *mineiros* de Durham e do sul do País de Gales – duas das mais famosas áreas de mineração de carvão da Inglaterra e de Gales. Ao longo de um período de cem anos, eles experimentaram a ascensão e o fechamento de sua maior indústria. Em seu auge, foram os supridores-chave da energia ao redor do mundo para os mercados imperiais da nação. No sul de Gales, havia orgulho do carvão a vapor seco retirado de seus vales centrais e que moviam os navios da esquadra do país.

Ao longo do último século, a vida desses campos de mineração tem sido cuidadosamente observada em muitos aspectos. Duas das maiores novelas de A. J. Cronin se passam lá: *The Citadel*, no sul de Gales, e *The Stars Look Down*, em Durham. Ambos tornados filmes, e seguidos pelo inferior *How Green was My Valley* (Como Era Verde o Meu Vale), que ganhou o Oscar de melhor filme em 1942. Eles registraram na mente do público a vida dos mineiros de carvão e de suas famílias, com imagens tornadas indelévels por uma série de desastres industriais e catástrofes criadas por explosões e, mais recentemente, em 1966, o colapso de um monte de resíduos situados perigosamente num morro bem acima do vilarejo de Aberfan, engolindo a escola e matando 116 crianças e 28 adultos.

Situadas na borda provincial do país, essas áreas tinham uma significativa presença política na Grã-Bretanha industrial. As cidades e vilarejos dessas áreas eram centros poderosos da classe trabalhadora comprometida com o sindicalismo. Os mineiros do carvão e seu sindicato estiveram no centro da única greve geral chamada pelo *Trades Union Congress* (TUC) – central sindical britânica de amplitude nacional –, em 1926, a ser falada e rememorada pelas futuras gerações, especialmente em tempos de conflito. Com a formação do Partido Trabalhista, os distritos mineiros também se tornaram conhecidos como a nova terra do coração do partido. Seis líderes do partido tiveram suas bases ali: Kier Hardy, MacDonald (que manteve assentos nas duas áreas), Callaghan, Foot, Kinnock, e Blair – e, com o tempo, tornaram-se sinônimo de uma forma “trabalhista” de fazer política, mantida unida pelos interesses complementares, mas separados dos sindicatos e do partido.

No período do pós-guerra, as minas de carvão foram nacionalizadas para produzir carvão “em nome do povo”. Isso, juntamente com a incorporação de vários sindicatos distritais para formar o Sindicato Nacional dos Mineiros (*National Union of Mineworkers*), juntou mineiros de diferentes campos de carvão como parte de uma mesma classe e como parte de um projeto nacional. Isso foi visto por muitos como o maior passo à frente, e houve considerável apoio para a nova empresa estatal. Entretanto, depois de um período de grande restrição (quando metade da indústria foi fechada, nos anos sessenta do século passado, sem séria resistência), os mineiros entraram em greve novamente em 1972 e 1974, granjeando notáveis vitórias, alcançadas com apoio público considerável.

Por essa época, contudo, Durham e o sul de Gales, antes localizados no centro da atividade, tinham se movido para as margens. Para eles, o fim parecia estar à vista quando a senhora Thatcher foi eleita em 1979, comprometida com a economia de mercado e com a missão de enfraquecer os sindicatos. Temendo pelo futuro, os mineiros, em ambas as áreas, arriscaram tudo em uma longa greve de duração de um ano, sustentada por meio de apoio coletivo e de organização. Como em 1926, eles foram derrotados, porém, dessa vez, a derrota antecipou a morte da atividade. Apesar das garantias do governo, o que se seguiu foram duas grandes ondas de fechamento das minas, removendo todos os traços de uma indústria cujos lugares tinham uma vez parecido sinônimo de carvão.

Por fim, a indústria do carvão seguiu a do aço e a dos principais serviços de utilidade pública no caminho para o mercado, como uma empresa privada. Batizada *British Coal*, ela assinalou o fim da indústria de extração do carvão, e posteriormente contribuiu para enfraquecer qualquer senso de ligação a algum projeto nacional maior. As pessoas agora sabiam que estavam por sua própria conta. Quando o filme sobre Margaret Thatcher, *The Iron Lady*, estreou, os cinemas que o exibiam ficaram praticamente vazios no nordeste da Inglaterra e no sul de Gales.

A derrota de 1985 afetou a todos, não apenas as áreas mineiras. As pessoas diziam: “se os mineiros não podem, ninguém mais pode”. Bernard Hare, por exemplo, escrevendo em 2006, refletiu nos seguintes termos:

Eu não havia nascido em uma subclasse [*underclass*] – isso não existia quando eu nasci – mas minha família inteira como que caiu nela depois da greve dos mineiros de 1984-1985. Antes daquilo, nós sentíamos que nós éramos parte de algo, uma comunidade, uma grande nação com uma grande história. Depois daquilo, nós sabíamos que éramos redundantes, lixo, nada... nossas comunidades desmoronaram, as pessoas perderam a esperança e se sentiram traídas (HARE, 2006, p. 2).

Se isso quer dizer alguma coisa, o senso de traição e de abandono só cresceu desde então, e em nenhum lugar ele foi maior do que nas duas áreas mineiras. As esperanças por sua transformação sob o Governo Blair foram baldadas. Os empregos passaram a ser crescentemente temporários e malpagos, colocando ambas as áreas próximas à linha de baixo da escala salarial, enquanto a clivagem entre eles e o sudeste se estendeu, criando uma crescente sensação de ser deliberadamente deixados para trás.

Nessas áreas, havia uma ausência de liga entre lógica e sentimentos da velha economia industrial, por um lado, e o pujante futuro pós-industrial prometido pela “*Britannia Cool*” do novo trabalhismo, por outro lado. Para além do potencial turístico da “herança” (industrial), o novo trabalhismo tinha pouco tempo para o passado, para as memórias e reflexões do povo nas velhas áreas industriais, e essa desarticulação produziu ódio. No sul de Gales, quando o arquiteto Jonathon Adams sugeriu que o Congresso do País de Gales abandonasse as tentativas de reindustrializar povoados nas antigas áreas mineiras, Lianne Woods, então líder do partido nacionalista galês, *Plaid Cymru*, reagiu:

o despovoamento das partes mais ao norte dos vales não é a resposta. Isso seria a admissão da falência e equivaleria a desistir dos lugares que respiravam vida em nossa capital durante a Revolução Industrial, e continuam a fazê-lo com uma ampla e confiável força de trabalho que vai e volta diariamente. As coisas têm mudado bastante desde a restrição dos poços mineiros nos vales. Eu sou velha o suficiente para lembrar a greve dos mineiros de 1984/85, que foi, de meu ponto de vista e de muitos outros, uma desindustrialização deliberada de lugares tais como a Rhonda (Western Mail, 2015).

Woods era uma firme advogada pela permanência na União Europeia, mas era uma raiva como a dela (muito frequentemente revelada em carrancudo ressentimento) que também abastecia o voto pela saída. Raiva de ser esquecida e de ser deixada para trás, não apenas pelos conservadores, mas também pelo novo trabalhismo, com sua crença nos mercados e no novo mundo globalizado com fronteiras abertas. Raiva também do compromisso com guerras que não tinham nenhum propósito óbvio ao desestabilizar fatalmente o Oriente Médio, estimulando migrações em larga escala. Guerras lutadas com “recrutados econômicos” de Durham, do sul de Gales, e de outras áreas desfavorecidas. Dessa e de outras maneiras, o novo trabalhismo colocou em risco a confiança de seu próprio povo.

O pior estava por vir. Acompanhando a quebra financeira e a recessão subsequente da economia global em 2008/2009, cerca de uma década de políticas de austeridade introduzidas pelas administrações conduzidas pelos conservadores deixou claro que salvar os bancos e não

as vidas das pessoas nas áreas mineiras era a questão central. Já cambaleante por décadas de declínio econômico, isso aprofundou mais ainda o senso de negligência e desilusão com o sistema político existente, ainda mais porque as novas indústrias que foram atraídas para a região pelos incentivos financeiros também fecharam. Nas duas áreas mineiras, como em muitos outros lugares desindustrializados em outras partes do Reino Unido, muitas pessoas sentiram que seus interesses e preocupações não contavam, ignorados por políticos de todos os partidos, trancados na bolha de Westminster e cegos (ou, talvez, apenas insensíveis) ao que estava acontecendo no restante do Reino Unido.

Como consequência, e de maneira crescente, o passado veio a ser lembrado como um tempo em que essas áreas contavam para alguma coisa, quando as pessoas se uniam, quando elas tinham voz e quando outras pessoas notavam a existência delas. É na desmontagem desses modos de vida, em que duas áreas profundamente industrializadas e politizadas se transformaram em desindustrializadas e estagnadas, que nós podemos encontrar a explicação para a raiva que foi despejada no voto no referendo, sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (o *Brexit*), e nas eleições gerais de 2019 (que deram a vitória ao Partido Conservador, os *Tories*).

## Referências

### Apresentação

BEYNON, Huw. **Trabalhando para Ford**. Trabalhadores e sindicalistas na indústria automobilística. São Paulo: Paz e Terra, 1995a.

BEYNON, Huw. A destruição da classe operária inglesa? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n.10, p. 5-27, 1995b.

BEYNON, Huw. As Práticas do Trabalho em Mutação. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos**. Reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 9-38.

BEYNON, Huw. Globalização, Neoliberalismo e Direitos dos Trabalhadores no Reino Unido. *In*: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia (org.). **Os Sentidos da Democracia**. Políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 265-290.

NICHOLS, Theo; BEYNON, Huw. **Living with Capitalism**. Class relations and the modern factory. London: Routledge and Keagan Paul, 1977.

### Artigo

BEYNON, Huw; HUDSON, Ray. **The Shadow of the Mine**. Coal and the Decline of industrial Britain. London: Verso, 2021.

GOODHART, David. **The Road to Somewhere**: The Populist Revolt and the Future of Politics. London: Hurst, 2017.

HARE, Bernard. Going Under. **The Guardian: Society**, London, 13 set. 2006.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. **Strangers in their Own Land**: Anger and Mourning on the American Right. New York: The New Press, 2016.

SHAHEEN, Faiza. **What Now? in Changing the Debate on Migration**. London: CLASS Brexit Update, 2016.

SHIPMAN, Tim. **All Out War**: The Full Story of How Brexit Sank Britain's Political Class. London: William Collins, 2017.

# Resenha

**SOMOS REDES:  
Tecnologia, modulação e o capitalismo de extrativismo digital**

***WE ARE NETWORKS:  
Technology, modulation and the capitalism of digital extractivism***

---

Andressa Lidicy Morais Lima\*

Muitos aspectos da nossa vida social passaram a figurar em ambientes digitais, com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs). No século XXI, à procura de explicações para o fenômeno cada vez mais presente em nossas rotinas, somos conduzidas e conduzidos ao interesse pelas contínuas transformações cada vez mais presentes, com a ampliação e uso intensificado de dispositivos tecnológicos, bem como de sua popularização em nossa sociedade. É a partir disso que o tema da tecnologia e das redes digitais desperta o interesse desta leitora para o livro “A sociedade do controle: manipulação e modulação nas redes digitais” (2021).

Certamente não me teria confrontado com assunto tão urgente se não tivesse sido seduzida por toda a lógica de seus usos quando apareceram em minhas pesquisas<sup>1</sup>. De fato, nunca deixei de me surpreender diante do que hoje um conjunto de pesquisadores tem chamado de “sociedade do controle”. Com esse conceito central, Joyce Souza, Rodolfo Avelino e Sérgio Amadeu da Silveira (2021) incorporam e abrem uma contundente agenda de pesquisas interessada na compreensão, de forma ampliada, do fenômeno que envolve uma mudança sobre o sistema socioeconômico vigente, mas também de camadas mais profundas acerca do que tais artefatos materiais podem fazer e fazem sobre nossos processos de comunicação, mercado, trabalho, política, afetos e informação. Passamos a investir cada vez mais em um mundo cibernético que produz ferramentas (bens materiais) que facilitam a expansão do

---

\* Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da mesma universidade, onde realiza estágio pós-doutoral. E-mail: andmoraislima@gmail.com

1 O interesse pelos movimentos sociais está presente de forma incontornável em minha trajetória de investigações etnográficas. Durante o estudo do movimento Okupa (MORAIS LIMA, 2012), as questões de tecnologia e redes digitais marcavam o modo pelo qual os atores sociais organizavam e compartilhavam ações coletivas em diversas localidades, além de fazerem uma crítica ácida às grandes corporações naquele momento. Mais tarde, em minha etnografia com a TamoJuntas (MORAIS LIMA, 2020), o tema da tecnologia e redes digitais recebeu nova apreciação, não só por novamente levantar questões sobre organização e mobilização política de mulheres através das redes digitais, mas deslocando meu olhar para a simultaneidade de suas ações coletivas em diferentes frentes e conhecendo as formas de trocas inseridas no compartilhar, curtir e seguir que nutria as ações de minhas interlocutoras, já posicionadas em uma comunidade de ciberativistas negras. Recentemente, tenho renovado meu olhar sobre a tecnologia através das leituras mais contemporâneas sobre o tema, e esta resenha é um dos caminhos percorridos nessa direção.

que esses autores chamam de “capitalismo informacional”, isto é, um tipo de capitalismo cujo fundamento é a coleta, monitoramento e análise de dados pessoais a partir dos usos que fazemos de plataformas digitais.

Será, portanto, necessário buscarmos uma análise contundente acerca desse controvertido tema de interesse social na contemporaneidade, inserindo um debate substantivo em relação às diversas dimensões e aos efeitos sociais de suas transformações sobre a vida contemporânea. O tema é controvertido porque parte das análises entre a década de noventa e o início dos anos 2000, sobretudo com Manuel Castells (1999), articulava uma dimensão bastante popular acerca de uma visão mais otimista de que o desenvolvimento de tais tecnologias traria usos diversos e benfeitorias para a nossa vida. Parte dessas considerações vem sendo objeto de contestação, tendo em vista as dinâmicas de “manipulação” e “controle” presentes nas redes sociais, conforme poderá ser lido nos instigantes trabalhos de pesquisa dos autores reunidos na obra em questão.

Para isso, os organizadores tomaram por ponto de partida o conceito de “sociedade de controle”, conforme articulado pelo filósofo francês Gilles Deleuze (1992). Para ele, os indivíduos, no contexto cada vez mais impregnado de tecnologia, inseridos em redes digitais, são tornados massas, amostras, dados, mercados ou bancos. Isso se dá uma vez que estão inseridos em um processo de “modulação”, no qual os comportamentos e opiniões desses indivíduos são conduzidos por caminhos oferecidos pelas próprias plataformas através do uso de dispositivos algorítmicos. A modulação é apresentada como uma operação que acontece nas plataformas de relacionamentos on-line, e todas as nossas ações e interações nesses espaços rendem informações mineralizadas e transformadas em fontes de recursos utilizadas em grandes mercados de dados. Em resumo, os dados de usuários dessas plataformas são organizados, analisados e utilizados para traçar perfis de interesse para o mercado das grandes corporações. Essas empresas, por sua vez, tentam dinamizar suas operações de maneira que possam manter seus usuários fiéis, consumindo e produzindo cada vez mais dados. Esses perfis são comercializados e vendidos para anunciantes que podem usar os dados para fornecer opções de compras e influenciar o nosso modo de vida (SOUZA; AVELINO; SILVEIRA, 2021). As pesquisadoras e pesquisadores trabalham suas análises tendo esse pano de fundo conceitual, mas articulados por outros relevantes autores do campo, como: Maurizio Lazzarato, Shoshana Zuboff, Manuel Castells, Michel Foucault, entre outros.

Além disso, um dos pontos altos do livro é não só a capacidade de localizar e reunir um conjunto de conceitos pertinentes para oferecer uma análise original, mas também nos dar pistas metodológicas pertinentes sobre os procedimentos para investigar o tema. Além de valorizar uma visão diversificada das pesquisas reunidas, os organizadores tiveram o relevante manejo em organizar a coletânea cobrindo os diferentes usos da “modulação”, sendo, nesse aspecto, um excelente ponto de interesse da leitora. Considero ainda relevante destacar a diferença conceitual entre os termos “modulação” e “manipulação” que é feita pelos autores e que fornece uma boa dose analítica pelas mãos do pesquisador João Cassino no primeiro capítulo, intitulado



“Modulação deleuziana, modulação algorítmica e manipulação midiática”, no qual o autor desenvolve uma reflexão sobre tais diferenças a partir de uma síntese entre Gilles Deleuze e seu conceito de “sociedade de controle” e Michel Foucault e seu conceito de “sociedade disciplinar”. Sem quebrar a curiosidade da minha leitora sobre o livro, nem revelar aspectos que uma boa imersão de leitura entrega, basta sinalizar o que o próprio autor destaca:

Em síntese, a sociedade disciplinar precisa da ação da autoridade sobre os corpos, até mesmo da punição física, para a introjeção comportamental. Já a sociedade de controle é mais sutil, ocorre à distância, penetrando os cérebros e forjando as mentes com seus mecanismos de influência (CASSINO, 2021, p. 15).

Além dessa diferença sobre o contexto histórico que o autor realiza, podemos encontrar em seu texto uma boa análise acerca da maneira como o capitalismo se apropria dessa inovação tecnológica para imprimir mudanças sobre as formas de consumo com base numa gestão da atenção, através da *agenda setting* ou da “criação de mundos”, nos termos de Maurizio Lazzarato, conforme citado pelo autor (CASSINO, 2021, p. 21). Sobre esse ponto, especificamente, convém um pitaco da leitora, uma vez que é possível identificar nessa abordagem uma reintrodução da ruptura entre mente e corpo para argumentar sobre a incidência da modulação na sociedade de controle. Basta dizer que o cérebro é também o corpo, logo, o uso de dispositivos que prevejam, inclinem ou introjetam emoções, ações e modos de agir não é algo apartado do corpo, mas parte dele. Nesses termos, mais do que uma diferença conceitual entre Deleuze e Foucault, caberia sinalizar um prolongamento crítico, isto é, através desses objetos técnicos, nosso corpo também é moldado. Não usamos apenas o cérebro quando nos conectamos, nosso corpo se engaja nessa ação de mover objetos, fixar olhares sobre telas, tatear teclas ou ouvir sons dos conteúdos produzidos por influenciadores. Mas isso certamente é assunto para outro espaço.

O segundo capítulo, “A noção de modulação e os sistemas algorítmicos”, é assinado pelo professor e sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, também um dos organizadores do livro. O texto apresenta um quadro analítico sobre os algoritmos e seus diferentes usos a partir das redes de relacionamento. É interessante lembrar que o professor Amadeu é um dos pioneiros no tratamento deste tema aqui em discussão. Parte das pesquisas no Brasil é oriunda do seu núcleo de pesquisa na Universidade Federal do ABC. O autor insere reflexões sociológicas a respeito dos processos encontrados nas plataformas de comunicação e relacionamento online, tomando o conceito de “modulação” como seu enquadramento de referência. Amadeu da Silveira (2021, p. 31) lembra que tal conceito foi “resgatado dos escritos sobre tecnologia de Gilbert Simondon”; partindo disso, o autor procura inserir uma “análise da modulação como expediente fundamental da comunicação no capitalismo, em sua fase neoliberal” (SILVEIRA, 2021, p. 31). No primeiro momento do texto, Amadeu situa para os leitores o campo de pesquisa da internet a partir das plataformas de relacionamento, as chamadas redes sociais. Seu argumento envolve a apresentação dessas plataformas, a contextualização do volume de recursos e usuários

que elas integram e sua contextualização histórica, considerando tanto o momento de inserção e acentuada interação nas redes sociais quanto a popularização dos *smartphones* e a ampliação das redes *wi-fi* como importantes fatores que contribuíram para a capitalização desse modelo de negócios. Parece-me necessário dizer que essas plataformas de interação (por exemplo, *Facebook*, *Instagram*, *Youtube*, *LinkedIn*, *Twitter*, *Airbnb*, *Uber*, entre outras) funcionam como produtoras de conteúdo, operando para capitalizar esse modelo de mercado através da “proliferação de modelos de negócios baseados na intermediação entre ofertantes e demandantes de serviços e mercadorias” (SILVEIRA, 2021, p. 32). Além das questões econômicas, que aparecem de maneira mais nítida, as plataformas descritas por Amadeu também apresentam outros pertinentes materiais de análise que merecem a nossa atenção, seja como usuários, seja como pesquisadores e cientistas sociais, a saber, a “modulação do olhar e do afeto”. Isso se faz mediante a redução do campo de visão dos indivíduos ou segmentos que são direcionados para discursos, imagens, contatos, de modo a afetar decisivamente os perfis, “para que seus usuários se sintam bem” e, assim, “a modulação opera pelo encurtamento do mundo” (SILVEIRA, 2021, p. 38). A partir das contribuições de Shoshana Zuboff (2015), Amadeu afirma que esse novo mercado de dados funciona dentro de um vácuo legislativo, uma vez que as corporações operam essa economia sem uma legislação de proteção de dados. Aliás, Amadeu é um dos defensores mais assíduos do *software* livre e da política de inclusão digital no Brasil; seu texto clarifica o processo de modulação do mercado de dados pessoais, localiza sua posição na cadeia da microeconomia da interceptação de dados, explica a formação dos sistemas algorítmicos como modeladores do aprendizado de máquinas, entre outras camadas desse processo.

Nesse sentido, Débora Machado, em seu artigo “A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais”, afirma que os algoritmos são como processos codificados para transformar dados de entrada em uma saída desejada. A autora nos lembra que os algoritmos não são neutros, eles criam valores, movimentam capital, modulam comportamentos e estruturam preferências. A partir daí, emplaca a máxima “dados são o novo petróleo”, para se referir ao mercado de dados pessoais que é responsável por uma grande parte da economia informacional. Machado mostra de que maneira o usuário comum das redes sociais é tornado um produtor de conteúdo, uma consequência das mudanças sociais advindas com a “Sociedade em Rede” (CASTELLS, 2013), que possibilitou a popularização das plataformas de mídias sociais e introduziu um conjunto de inovações, como a produção de dados em abundância, novas conexões e uma rede de internet que também ampliou a capacidade dos computadores de armazenar dados na própria rede.

Os algoritmos têm a função de organizar e facilitar o uso das plataformas, coletar os dados e analisá-los para servir ao seu modelo de negócios. Através de uma série de instruções delegadas a uma máquina, os algoritmos são capazes de definir quais informações são ou não relevantes para o usuário e assim determinar quais serão exibidas de forma automatizada. Machado é enfática ao identificar que tais algoritmos não são da ordem meramente abstrata e

---

matemática. Conforme argumenta em seu texto, o processo de criação dos algoritmos obedece aos propósitos de criar valor e capital, impulsionando comportamentos de consumo. Nesse aspecto, a autora elucida duas dimensões importantes, a saber, que a tecnologia e seus artefatos são percebidos como ferramentas de neutralidade para quem os consome, mas sua infraestrutura é resultado de interesses econômicos, para dizer o mínimo, portanto, um tipo de ferramenta potencial de produção e manutenção de mercados dentro de um “capitalismo de plataforma”, conceito que Machado recupera de Nick Srnicek (2016). Outra importante referência nesse sentido é Shoshana Zuboff (2015) e o seu conceito de “capitalismo de vigilância”, sobre o qual se destaca como uma nova forma de capitalismo, informacional, que além de prever e modificar comportamentos, o faz para produzir receita e controle de mercado. Dessa maneira, uma das preocupações da autora é evidenciar o grau de interferência que tais plataformas podem exercer sobre os usuários, inclusive, explica ela, pode orientar “comportamentos futuros”. Portanto, na perspectiva dessa autora, é preciso uma abordagem interdisciplinar que observe as dinâmicas que integram esses diferentes componentes (as redes de actantes, os sistemas, as plataformas, o mercado etc.), seus objetivos e as consequências de suas escolhas para a lógica que orienta as inovações tecnológicas.

Para Carla Oliveira, autora do texto “Aprendizado de máquina e modulação do comportamento humano”, as TICs possibilitaram a criação de dispositivos tecnológicos que são capazes de minerar, analisar e agrupar dados comportamentais, como também estruturar esses dados em uma base de dados para serem utilizados no desenvolvimento de tudo que está relacionado à subjetividade e à emoção. Além disso, Oliveira vai se dedicar ao estudo da inteligência artificial e dos processos de modulação que emergem dela. A autora mostra, com base em pesquisas de psicomетria e Aprendizado de Máquina, que julgamentos de personalidade realizados por algoritmos podem ser mais precisos do que aqueles que são realizados por humanos. Do mesmo modo, afirma que há elevada eficácia na “persuasão digital em massa” quando se encontra um contexto propício para isso. Ora, Oliveira demonstra que isso é possível diante de um grande volume de dados e uma análise minuciosa definida por alta precisão para segmentação desses dados e direcionamento de mensagens personalizadas.

Para exemplificar a utilização do Aprendizado de Máquina como modulação para fins políticos, a autora ilustra seu argumento com os exemplos das eleições de Barack Obama em 2012 e de Donald Trump em 2016<sup>2</sup>. Carla Oliveira recorda que a predição de comportamento nas eleições de 2016 envolveu um grande escândalo (*Cambridge Analytica* e o vazamento de dados de usuários do *Facebook*) e produziu um debate acalorado, marcado, sobretudo, pelos diversos questionamentos que levantou acerca da privacidade dos dados pessoais e da necessidade de regulamentação da propaganda política em ambientes on-line. A autora adverte que uma simples

---

2 Aliás, uma breve nota sobre este ponto me ocorre agora e não poderia deixar de mencionar. No Brasil, um bom desenvolvimento desse aspecto relacional do binômio tecnologia e política foi brilhantemente bem analisado pela antropóloga Letícia Cesarino (2022) em seu livro mais recente.

curtida, o ato de comprar um livro on-line, e até o ato de votar, são informações que podem ser monetizadas pelas plataformas digitais, e essas informações revelam inúmeros aspectos sobre a vida de um usuário, daí a necessidade de uma política de governança desses algoritmos.

Sem dúvida, a leitura do livro é instigante e desperta a vontade por cada uma das etapas de pesquisa que nos é apresentada a cada capítulo. Minha leitura ganha novos rumos nos exercícios que autores como Cíntia Monteiro sugerem. Ora, seu artigo “Da biopolítica à modulação: psicologia social e algoritmos como agentes da assimilação neoliberal” faz uma síntese pujante entre Gilles Deleuze e Michel Foucault, lembrando os processos e mecanismos de segregação, modulação e disciplinamento dos corpos presentes no século XIX e XX, mas ela vai além, com a interlocução com o filósofo da tecnologia Yuk Hui (2015). Conforme é possível ver ao longo dos capítulos, há diferentes exercícios analíticos partindo do conceito de modulação em Deleuze. Todavia, Monteiro, em diálogo com Hui, explica o processo de modulação e transmutação da sociedade disciplinar para um indivíduo que assimila o controle como parte de sua identidade. Hui é trazido para acentuar a dimensão do controle não explícito que está presente na modulação e que pode ser continuamente modificado de acordo com as necessidades mercadológicas.

Essa camada de invisibilidade sobre o controle é o que permite aos usuários aderirem de forma avassaladora ao discurso do autoempreendedorismo, que nutre uma verdadeira precarização do trabalho e embute, com sucesso, uma lógica neoliberal. Outro aspecto curioso levantado por Monteiro está nos processos de reconhecimento e antecipação de atividades de usuários que alimentam a lógica neoliberal. Assim, os sujeitos que buscam e criam as próprias oportunidades, na perspectiva da psicologia social, são facilmente assimilados pela lógica dos algoritmos; essa é uma maneira de dominar a mente através de padrões e práticas de enquadramento.

Nessa esteira, a autora introduz a discussão sobre *Machine learning* para debater a construção dos perfis psicológicos de usuários pelas plataformas. O método de modulação permitiria traçar perfis psicológicos, categorizar, criar elos de identidade e, mais surpreendente, utilizar recursos de fisionomia para categorizar e perfilar usuários através de processos de inteligência artificial capazes de estabelecer padrões de reconhecimento por meio de imagens, – outros termos cabem aqui – como “*deep neural networks*”, “tipificação algorítmica” e “tipificação fenotípica marginalizadora”, cujo perigo mais iminente recai sobre corpos marginalizados que podem ser atingidos por categorizações estereotipadas e preconceituosas, resultando em perseguições, abusos físicos e psicológicos.

Por fim, Mariella Batarra Mian encerra o livro com seu artigo intitulado “Existe resistência nas sociedades de controle? A reação social diante da apropriação da rede pela lógica do capital”, no qual discute as relações de poder e contrapoder que engendram a sociedade do controle. A autora coloca em evidência as pequenas ações de desobediência encontradas na internet a partir da década de 1990. Para Mian, a realidade informacional e a popularização

das TICs impulsionaram com rapidez a universalização da informação e ofereceram um novo padrão de interação social no qual os indivíduos podem expressar livremente suas ideias, mas têm menos privacidade e nenhum controle sobre seus dados pessoais. Nesse sentido, um dos pontos mais altos do livro está aqui: o argumento de Mian sobre a exclusão digital como uma questão de direitos humanos. Em certa medida, ao longo do livro somos convocadas a experimentar um mal-estar com as redes sociais; uma sombra de controle e vigilância domina as interpretações de autores reunidos aqui, mas Mian desloca um pouco nossa visão para outras camadas quando introduz uma discussão sobre dinâmicas de trocas e reciprocidade a partir do sociólogo e antropólogo francês Marcel Mauss (2003). Da mesma forma, é extremamente criativa sua interlocução com a teoria do ator-rede, do francês Bruno Latour (2010), e com as contribuições de Maurizio Lazzarato (2006) sobre as “ofertas de mundos” que as redes disponibilizam aos indivíduos, quando através das “máquinas de expressão” fornecem múltiplas realidades e a conseqüente sensação de liberdade (criações do capitalismo e sem espaço para indivíduos criarem seus próprios mundos). Mian vai defender que a capacidade de agência dos atores em contextos de extremo controle social não desaparece, – ainda que sejam tímidas, pequenas atitudes de resistência são exercidas como formas de contrapoder. Exemplo disso é o ciberativismo. Através dele, movimentos sociais demonstram resistência, criticidade e novas formas de organização para exercerem sua resistência em ações cotidianas desses atores sociais.

O livro é um convite irrecusável à reflexão sobre os usos que as plataformas digitais têm feito dos nossos dados e de nós mesmos. A leitura é inquietante, reveladora, instigante e desconcertante, e em muitos momentos é também enfática sobre um diagnóstico do presente.

## Referências

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASSINO, João. Modulação deleuziana, modulação algorítmica e manipulação midiática. *In*: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2021. p. 13-30
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso**: Verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- HUI, Yuk. Modulation after control. **New Formations**, Londres, v. 84-85, p. 74-91, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/597734> Acesso em: 29 dez. 2022.
- LATOUR, Bruno. Networks, societies, spheres: Reflections of an actor-network theorist. *In*: **International Seminar On Network Theory**: Network Multidimensionality In The Digital Age. Los Angeles, 19 jan. 2023.
- LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MORAIS LIMA, Andressa Lidicy. **Okupar, resistir, insistir**: uma etnografia das práticas de ocupação urbana Fortaleza / Ceará. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

MORAIS LIMA, Andressa Lidicy. **Azul Profundo**: Etnografia das práticas de advocacia feminista e antirracista na Bahia. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. *In*: SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2021. p. 31-46.

SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.). **A sociedade de controle**: manipulação e modulação nas redes digitais. São Paulo: Hedra, 2021.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. **Journal of Information Technology**, Nova Iorque, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1057/jit.2015.5> Acesso em: 29 dez. 2022.

Recebida em: 27/01/2023

Aceita em: 16/03/2023